OS DESCOBRIMENTOS E A ECONOMIA MUNDIAL

VOLUME II

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

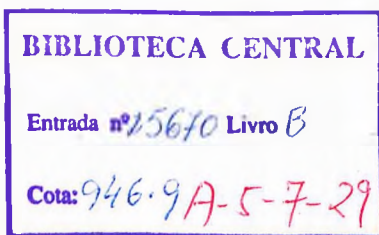
EDITORIAL PRESENÇA

OS DESCOBRIMENTOS

E A

ECONOMIA MUNDIAL

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

OS DESCOBRIMENTOS E A ECONOMIA MUNDIAL

VOLUME II

EDITORIAL PRESENÇA

Capítulo 7

O COBRE E OS CAURIS

Em Marrocos primeiro, na Índia e no golfo Pérsico mais tarde, a expansão portuguesa — isto é, a expansão de uma economia monetária — entrou em contacto com economias igualmente monetárias, a que se misturou. Por economia monetária entendamos aqui singelamente qualquer sistema económico, seja ele qual for, desde que disponha de uma gama assás extensa de espécies amoedadas preciosas e não preciosas, ligadas entre si por relações definidas (isto não significa de modo algum fixidez) e exercendo efectivamente a totalidade das suas funções monetárias (e não apenas uma ou outra dentre elas); além disso, o papel dessas funções monetárias é indispensável à compreensão do funcionamento da estrutura económica globalmente considerada.

Mas em todas as restantes regiões fora da Europa a situação era completamente diferente. Os Portugueses estabeleceram contacto com três grandes zonas de altas pressões do ouro: a Guiné (em sentido lato), a costa leste da África tropical, o Extremo Oriente, sobretudo insular. Por toda a parte e sempre se interessaram vivamente pelo comércio do fulvo metal e se esforçaram por o agarrar com os seus tentáculos. Em nenhuma dessas zonas produtoras, com excepção da China — e muito haverá ainda que matizar o seu caso —, funcionava a economia monetária no sentido em que a definimos. O leque das moedas não está largamente aberto. É o domínio do que Einzig baptizou «moeda primitiva»; as funções que noutros lugares ou mais tarde a «verdadeira» moeda acumula em si estão aqui cindidas e há objectos privilegiados que desempenham umas e não outras, mas jamais todas simultâneamente. Os metais preciosos quase nunca são amoedados, conquanto possam circular, aqui ou além, a peso, por vezes moldados em formas fixas; uma que outra vez encontram-se moedas de cobre ou de estanho, resvalando imperceptìvelmente para meros objectos de uso. Os cauris e outras conchas marinhas, o arroz, o sal, os panos de algodão e outros bens servem nesta ilha ou naquela província de moedas; mais frequentemente limitam-se a desempenhar uma ou outra das funções monetárias.

Além de reinarem sobre as zonas auríferas de produção, a moeda «primitiva» ou os instrumentos pré- e para-monetários reinam nas Américas, em toda a África Negra e abexim-sudanesa, na Oceania inteira, na maioria das ilhas extremo-orientais e na maior extensão da imensa península indo-chinesa e da sua retaguarda continental sino-tibetana. Mas infiltram-se também, vimo-lo, no Guzerate com as amêndoas, mais tarde os cauris conquistarão o Hindustão, onde aliás tinham sempre prevalecido as espécies «vis» — de cobre.

O cobre é a ponte entre as «verdadeiras» moedas — de ouro, prata, bilhão — e os instrumentos pré- e para-monetários. Nas países ou zonas de economia monetária serve ùnicamente para os trocos e todas as pequenas compras, para esmola ou pagamento de serviços insignificantes; nem por isso é de desprezar o seu papel. Onde quer que os metais preciosos não são amoedados, constitui muitas vezes o essencial do meio monetário — assim é na maior parte da China fora dos períodos de papel-moeda. Noutras regiões circula sob a forma de objectos definidos com peso fixado — e valor determinado por esse peso —, não passando de instrumento pré-monetário. Em todos os casos este seu emprego industrial — artilharia, utensílios e ferramenta —, de importância muito maior do que o dos metais caros, o torna econòmicamente ambíguo, ou, se preferirem, ambivalente.

§ *1 — O cobre em Portugal*

O Portugal metropolitano representa, depois de 1435, o caso de uma economia em que o cobre não desempenha senão um papel inteiramente subordinado no mercado interno, mas extremamente importante nas exportações com destino à África Negra, às Índias Orientais e ao Brasil açucareiro.

O bilhão e o cobre tinham todavia reinado como senhores absolutos nas emissões monetárias portuguesas de 1385 a 1435. Entre o regresso à cunhagem dos metais preciosos, nessa última data, e a estabilização da prata meio século volvido, passaram a elementos subalternos de um sistema complexo, mas a importância do seu papel foi reforçada pela instabilidade das espécies «brancas» que por várias vezes se adulteraram ao ponto de se tornarem «pretas». A reforma de 1489 proibiu novas emissões de *reais pretos;* as peças em circulação já terão desaparecido dez anos depois. A cunhagem de ceitis, de cobre puro, continuou; 6 valiam um real, que deixara de ser moeda cunhada para se reduzir a mera unidade de conta; a mais pequena das espécies de prata é agora o *cinquinho* (5 reais). Talhado a 120 em marco, pesa 1,9 gr., definição que não variará durante os reinados de D. Manuel e D. João III. No tempo do primeiro destes monarcas serão creados os reais de cobre, de que cada um vale evidentemente 6 ceitis; a sua talha é de princípio de 20 em marco, correspondendo a 11,475 gr.; passará, com D. João III, a 21 em marco, e depois de 1536 a 22. De começo foram cunhados em pequeno número, mas, mal recebidos, acusaram-nos da alta de preços, que de um ceitil teriam subido para um real — ou seja, seis vezes.

Donde vinha o metal? Em Portugal mesmo, no Sul, há as minas, que não são de desprezar, de São Domingos, principalmente de Aljustrel, já exploradas pelos Romanos, e por último a da serra da Caveira, menos importante [1]. Não podemos por isso deixar de nos surpreender com o silêncio das fontes dos séculos XV e XVI e da primeira metade do XVII acerca destas minas de cobre. Duarte Nunes de Leão, em 1599, apenas fala do estanho e do ferro [2]. Faria e Sousa, escrevendo no reinado de Filipe IV, nomeia, além desses dois metais, a prata e o chumbo. «Non gli mancono minere d'oro, argento, alume» declara Botero em 1592, sem precisar aliás se estão ou não em exploração. Os cadernos das rendas e despesas públicas entram em linha de conta com o estanho, sem aludirem sequer ao cobre; várias cartas de quitação da era manuelina dizem respeito ao primeiro destes metais, nenhuma ao segundo. Ou melhor, uma só: em 1517-1518 foram despachados 100 000 reais a António da Silveira, que o rei encarregara

---

[1] Veja-se o *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, carta XXII.
[2] *Descrição de Portugal*, f. 42.

«do abrimento das minas de cobre e metais no termo de Tavila» (n.º 654): a enumeração deixa em suspenso qual o metal que teria começado a ser explorado — se algum chegou a sê-lo; a localização geográfica também causa espanto, porquanto Tavira e o seu termo (e mesmo as terras vizinhas) não abrangem nenhuma das minas que apontámos, e em 1577 a *Corografia do Algarve* de frei João de São José nenhuma refere por essas paragens.

Era no estrangeiro que Portugal se fornecia do cobre necessário à sua amoedação própria e à reexportação. Este metal andava frequentemente associado à prata, o seu centro de altas pressões situa-se de igual modo na Europa central. Da Alemanha o cobre dirigia-se para Bruges, mais tarde para Antuérpia, e era por uma destas escalas e pela via marítima que as ligava a Lisboa ou aos outros portos que a economia portuguesa dele se abastecia. De 3 de Abril de 1441 ao fim de Dezembro de 1442, por exemplo, o feitor em Flandres comprou e expediu para Lisboa 22 828 kg.; na Casa da Moeda entraram tão só 18 027 kg., resultando a diferença da tomada de uma das naus por piratas galegos ([3]).

O comércio com a África Negra, primeiro, a rota do Cabo em seguida vieram sucessivamente carregar no acelerador das importações. Em 1514 o rei encomendou na Flandres 6 000 quintais de cobre, por intermédio de João Francisco Affaitati, destinados à armada que no ano seguinte partiria para a Índia; o feitor Silvestre Nunes recebeu ordem de pagar lá 20 000 cruzados ([4]). Em 1515 D. Manuel recorreu ao mesmo intermediário para o mesmo fim, «pera armada da India do anno que veem» ([5]); nesse mesmo ano de 1515 chegaram a Lisboa, vindos de Flandres, e deram entrada na Casa da Mina (com destino à África Negra ocidental) 6 394 quintais, 3 arrobas e 23 arráteis, cujo custo total se elevou a 12 408 550 reais; o negócio foi ainda desta vez feito pelo Affaitati ([6]); o preço em Lisboa vinha a ser assim de 1 939 $^{1}/_{5}$ reais por quintal. No ano seguinte, a Casa da Índia contratava com João Francisco o fornecimento anual de 12 000 quintais a 28 soldos (= 4 $^{1}/_{5}$ cruzados) o quintal, durante cinco anos; como, porém, o rei não aprovou, os 12 000 quintais entregues em 1516 foram-no ao preço de 30 soldos, previstos para o caso de ruptura de contrato. Fôra aos *Fuclos* — os Függer — que, como é fácil de adivinhar, Filippo Ghualteroti e associados, correspondentes na Flandres, tinham comprado o metal, cujo preço em Lisboa veio a ser de 1 800 reais, elevando-se o pagamento total nas três feiras a 54 000 cruzados ([7]). A nau *Madanela*, de que era patrão Jois Claes, recebeu em 1517 do feitor em Flandres 210 quintais e 86 libras para entregar na Casa da Mina, montando o frete total a 2 100 reais, pagáveis em Lisboa ([8]). Durante os cinco anos e nove meses que vão de 1 de Dezembro de 1520 a 31 de Outubro de 1526 a feitoria de Antuérpia enviou para Portugal, em média anual, 8 650 quintais ([9]). O fornecimento da Casa da Guiné e da Mina em manilhas, bacias, caldeiras e outros utensílios de cobre e latão, destinados ao tráfico na África Negra Ocidental, foi assegurado por contratos trienais. Como Erasmo Schetz, cujo período de contrato acabou em fim de 1547, não quis baixar os preços, o feitor João Rebelo assinou com o feitor de Anton Függer e Sobrinhos, em 20 de Janeiro de 1548, um contrato por três anos, nos termos do qual a firma alemã se comprometia a fornecer, entregues em Lisboa

---

([3]) Braamcamp, *Feitoria*, doc. 7 (quitação ao feitor).
([4]) Idem, idem («Arch. Hist. Port.», VI, 8-11, p. 392).
([5]) Idem, idem, doc. 54.
([6]) Idem, idem (VI, 8-11, p. 394).
([7]) Idem, idem, doc. 55.
([8]) Idem, idem (VI, 8-11, p. 396).
([9]) Idem, idem, doc. 53.

na Casa da Mina à custa e risco do fornecedor, 7 500 quintais de manilhas, 24 000 «bacios de mijar», 1 800 pequenas bacias de borda larga, 4 500 bacias de barbeiro, 10 500 caldeiras de latão, com asas; o quintal das manilhas a 3 600 reais, o das caldeiras a 5 200, e o das bacias e baciazinhas a 6 000, devendo os pagamentos fazer-se a seis meses e a um ano, na Casa da Mina [10]. No princípio do século XVII o rendeiro da ilha de São Tomé foi autorizado a mandar vir de Flandres até 500 quintais de cobre destinados à fundição de manilhas, em regime de isenção de sisa, pagando portanto apenas os dízimos de entrada na alfândega [11].

De Marrocos, as minas de Ofrane (Anti-Atlas) e do Alto Atlas [12] devem ter contribuído igualmente para abastecer de cobre o comércio português. Não conseguimos determinar se os quintais deste metal que entravam na feitoria de Safim provinham ou não destes centros mineiros. Mas por Santa Cruz do Cabo de Guer, pelo menos, devia exportar-se cobre marroquino. Em 1517 o *caid* Melek ben Daud escreve para Lisboa a pedir um conjunto de medidas que levem à destruição do Xerife e a «abrir estes caminhos do cobre e do ouro» [13]. Já em 1436 o vèdor João Afonso e o armeiro Joane Anes, discutindo toda a questão dos metais amoedáveis, ao referir-se ao cobre citam apenas o da Berbéria [14].

Ao abrir 1627, inesperadamente, é vindo de Sevilha que chega cobre a Lisboa; mas visto entrar em franquia aduaneira, seguindo para os Armazéns del-rei, destina-se provàvelmente aos aprestos navais que se fazem então no Tejo por conta da coroa de Castela, como voltará a acontecer em 1630 [15].

Nos séculos XV e XVI, um rio de cobre alemão corre assim de Bruges ou Antuérpia para os portos portugueses, a fim de alimentar três ordens de actividades: as emissões de espécies e a indústria e o mercado em Portugal mesmo, a reexportação para os rios de Guiné e sobretudo a Mina, o carregamento das naus que partem para Cochim e Goa.

Os registos gerais do tesoureiro da Casa da Moeda conservam-se mudos quanto à cunhagem do cobre. Esta devia, aliás, ser feita em quantidades consideráveis pelas Casas da Moeda da província; infelizmente desapareceram por completo os seus arquivos. Em Lisboa, por alturas de 1511, cunhavam-se pelo menos 600 quintais por ano [16]. Mas em 1537 e 1538 as emissões lisboetas foram apenas, ao que parece, de 56 quintais e 7 ½ arráteis; a Casa da Mina entregou anualmente 45 quintais à Moeda [17]. No Porto, durante oito anos, de 1502 a 1509, a média anual foi de 12 956 reais [18], ou seja, 1 479,770 kg. (25 quintais e 47 marcos). São estas as duas Casas da Moeda mais importantes do país. Considerado o conjunto do reino (contando portanto com Évora), os anos mais fortes não devem jamais ter atingido 750 quintais (44 064 kg), e frequentemente as emissões de cobre não excederiam os 100 quintais (5 875 kg).

Os envios com destino às Índias Orientais, que eram de 3 000 a 4 000 quintais nos alvores do século, progrediram ràpidamente no decurso do segundo decénio para 6 000 e, nos anos de ponta, chegaram a 12 000. A média de 1520-1526 foi de 8 650 quintais, enquanto de 1540 a 1545 Moçambique e a Índia receberam de 5 500 a 7 500 quintais. Assim, estas exportações permaneceram geralmente compreendidas entre 6 000 e 7 500 quintais por ano, durante

---

[10] Acto notarial, em Strieder, *Aus Antwerpener Notariatsarchiven*, Berlim, 1930, p. XXXVIII; citado por Denucé, *Anvers et l'Afrique*, p. 40. Carta de António Marques ao rei, Antuérpia, 21-I-1548 (T. T., C. C., I-80-16).

[11] Arquivo Alfândega Lisboa, *Alfabeto*, ff. 156v-7.

[12] *Hist. económica da expansão port.*, t. I, cap. VI.

[13] *Sources inédites Maroc — Portugal*, vol. II, 1.ª Parte, p. 131.

[14] T. de Aragão, t. I, p. 368.

[15] Alfândega Lisboa, *Alfabeto*, f. 157.

[16] T. T., Gaveta 20, m. 2, doc. 2.

[17] T. T., Chancelaria D. João III, Liv. 34, f. 42v.

[18] Costa Lobo, p. 385.

a primeira metade de Quinhentos. Quanto aos carregamentos destinados à África Negra atlântica, não dispomos pràticamente de quaisquer números. Os 6 394 quintais que deram entrada nos armazéns da Casa da Mina em 1515, provenientes de Antuérpia, teriam sido todos embarcados com esse destino? Segundo o contrato de 1548 com os Függer, estes comprometiam-se a entregar anualmente «para os Negros da Guiné» 7 500 quintais de manilhas e um peso desconhecido (visto só estarem indicadas as quantidades) de bacias e caldeiras, que em qualquer dos casos não seria certamente inferior ao primeiro.

Em conclusão: Portugal deve ter importado por ano de Antuérpia, desde fim do século XV a meio do XVI, cerca de 10 000 quintais (580 752 kg.) de cobre bruto ou lavrado; o mínimo seria de 6 000, e tudo indica que os 20 000 quintais constituiriam um máximo raramente ou jamais atingido. As importações progrediram cèleremente ao aproximar-se o ocaso de Quatrocentos e na primeira década de Quinhentos, alcançando o seu cume provàvelmente por alturas de 1515-1516, estabilizando-se em seguida. A curva da exportação de cobre de Dantzig para Antuérpia segue pouco mais ou menos a mesma marcha: sobe a ritmo vivo a partir de 1495 até um máximo em 1510-1513, baixa nìtidamente depois e permanece estável de 1520 a 1540; fala-se de saturação do mercado nesta última época, o que explica as hesitações de Anton Függer, em 1541, em renovar o contrato das minas de Neusohl, a que renuncia definitivamente cinco anos mais tarde. Retirada da Hungria: os armazéns dos Függer não estão a abarrotar de metal por vender [19]? Explicar-se-ia assim também que tenham conseguido arrebatar aos Schetz o contrato dos fornecimentos de Guiné e da Mina, graças a preços inferiores. Compreende-se por que é que, um mês depois de ter assinado esse contrato, Anton concluiu um acordo com Manlich, com o fim de ficarem a dominar, dividindo-o entre ambos, o mercado do cobre. Estamos mal informados a respeito das rivalidades dos grandes capitalistas em torno do contrôle do mercado internacional. Já em 1495 os Függer abrem uma feitoria em Antuérpia, cidade onde encontram os Portugueses: como é que não teriam pensado imediatamente nas novas escápulas atlânticas para o cobre — a Guiné e a Mina? Mas durante o reinado de D. Manuel são Italianos de origem — Affaitati em Lisboa, Ghualteroti em Antuérpia — que parecem ter desempenhado o papel dominante.

Por alturas do meado do século surgiram queixas em Portugal contra a escassez de moedas de cobre, as moedas de que o povo mais se servia nas suas pequenas compras quotidianas, declara a lei que tentou remediá-la. O real tornara-se de tal modo raro ou desaparecera mesmo por completo, porquanto Rui Mendes, enumerando em 1540 as peças em circulação, escreve: «não temos moeda que por si só o valha» [20]; enganava-se: mas que nem sequer soubesse da sua existência quem tão bem informado estava, testemunha da raridade extrema de tal moeda. Não só as emissões não eram em número suficiente e insuficientes eram as quantidades cunhadas, mas também, devido ao excessivo peso das espécies, exportavam-se como mercadoria. A lei de 10 de Outubro de 1550, se bem que mantendo os cunhos, reduziu fortìssimamente o peso do ceitil, que mandou talhar a 256 em marco em vez de 120; o real de cobre, até aí talhado a 22 em marco, passou a 128, e portanto o seu peso baixou para meia oitava. Crearam-se peças de 3 e de 10 reais, que pesavam respectivamente 1 ½ e 5 oitavas (na realidade, no que se refere às últimas, 288 a 340 grãos em vez dos 360 legais). A diminuição do peso atesta a escassez metálica no mercado *interno* e visa a evitar a fuga de espécies, transformadas em mercadorias que as caravelas transportam para a África Negra e as naus para a Índia. A creação de múltiplos efectivos do real

---

(19) P. Jeannin, *Le cuivre, les Fugger et la Hanse* («Annales — E. S. C.», 1955, pp. 232-3).
(20) *Practica de Arismetica*, f. 59.

e a sua abundância atestam a subida de preços e a insuficiência do numerário argênteo em relação às necessidades da circulação monetária. A lei fixa o poder liberatório do cobre:

Soma em pagamento	Limite de obrigatoriedade de aceitação de espécies de cobre
Até 50 réis	a soma total
De 50 a 200 réis	até 1/2 da soma total
De 200 a 1 000 réis	até 1/4 da soma total
De 1 000 a 2 500 réis	250 réis
De 2 500 a 10 000 réis	1 000 réis
De 20 000 a 100 000 réis	até 1/20 da soma total
Acima de 100 000	até 1/100 da soma total

Previam-se três excepções: compras de trigo a estrangeiros ou aos seus agentes; compras de especiarias à Casa da Índia; letras de câmbio. Nestes casos não existia qualquer obrigatoriedade de aceitação ([21]).

Em Castela, na mesma época, a situação é igual, mas o remédio aplicado foi diferente. A emissão de bilhão em 1548 obedeceu ainda às regras da cédula régia de 1497. Todavia, como em Portugal, as espécies eram desmonetizadas e exportadas, em razão da alta do cobre resultante do afluxo de metais preciosos, conforme mostrou Hamilton. Sem tocar no peso nem no valor nominal, a ordenação de 25 de Maio de 1552 reduziu de 21 % a parte do metal branco nas espécies de bilhão ([22]).

No fim de 1551 a Casa da Moeda lançou espécies de cobre no peso total de 800 quintais: 50 em ceitis, 100 em reais, 250 em peças de 3 réis, e 400 em peças de 10 réis; tal distribuição mostra bem a tendência para as moedas de maior valor facial. Esta emissão ultrapassa, em peso, as de começos do século, o que não é de espantar, sobrevindo, como sobreveio, depois de um período «vazio»; ao invés, a sua modéstia é que poderia causar espanto. O seu valor global é de 26 214 400 réis; em 1556 o cobre que se cunhar valerá apenas, ao todo, 4 400 000 réis ([23]).

Esta reforma da amoedação do cobre representa uma subida muito considerável do metal amoedado:

	Preço do marco amoedado Reais	Preço do quintal amoedado Reais
Reinado de D. Duarte (1435)	12	3 072
1495-1521	20	5 120
1522-1535	21	5 376
1536-1550	22	5 632
1551-1564	128	32 768
1564-		33 421

Tal subida do cobre amoedado, conjugando-se com o amplo poder liberatório que lhe era reconhecido, desencadeou a avalanche da falsa amoedação, cujos focos se situavam, como seria de prever, em Flandres, na Alemanha e em Espanha. Em Novembro de 1563, por exemplo, chegava a Baiona de Galiza, vindo de um porto flamengo, a nau *São João*, senhorios Gaspar da Rocha e João Maciel, de Viana do Castelo; a bordo as autoridades desencantaram 11 barris cheios de moedas de 5 réis, de cobre, com as armas de Portugal e cunhadas segundo o tipo português. O inquérito revelou como falsos moedeiros dois portugueses, um estante em Antuérpia, Gaspar Dias, o outro em Middelburg, Salvador da Palma ([24]). Por isso em 13 de Janeiro seguinte foi promulgado um alvará contra a introdução de moeda

---

([21]) Andrade, *Crón. D. João III*.
([22]) Hamilton, «Inflación monetaria» (*El florecimiento del capitalismo*, p. 54).
([23]) T. de Aragão, t. I, p. 273.
([24]) Barbosa Machado, *Memórias do reinado de D. Sebastião*, t. II, p. 438.

falsa de cobre no Reino. Mas o governo pretendeu cortar o mal pela raiz, e assim representou em Fevereiro de 1564 junto de Margarida de Áustria, governadora dos Países-Baixos, do imperador Maximiliano e de Filipe II, pedindo-lhes para intervirem; é evidente que acederam de bom grado, e proibiram a falsificação tanto das moedas de cobre como dos portugueses de ouro ([25]).

Nesse ano de 1564 houve que limitar as emissões de cobre: o alvará de 8 de Maio fixou o máximo anual de 38 quintais ou 1 270 000 réis ([26]), o que ainda alçava todavia o quintal, de 32 768, para 33 412 réis. Não obstante, o problema não ficava resolvido. Impunham-se medidas francamente mais enérgicas. Uma ordenação de 3 de Março de 1568 reduziu em grau acentuadíssimo o valor das espécies: o real passaria a valer tão só metade, a peça de 3 réis era amputada em ⅔, a de 5 caía para 1 ⅓, o pação de 10 réis baixava para 3; os ceitis, que até aí valiam ¹/₆ de real, viram o seu valor volatizar-se e perderam todo o préstimo. De oravante o cobre amoedado vale menos do que o metal em barras: barreira eficaz, sem dúvida, contra a amoedação falsa. Mas o povo é que fica lesado: os seus haveres em cobre contraiem-se, de um dia para o outro, a um terço do que valiam antes; atendendo a essa perda, o Rei concede uma redução anual de 30 000 cruzados sobre o montante das sisas, até se atingir a compensação que se calcula justa ([27]).

Deste modo o preço do quintal de cobre amoedado é baixado brutalmente de 33 421 réis para menos de 11 140.

A história das emissões de cobre está pràticamente terminada. É possível que no reinado de Filipe II (I de Portugal) tenham sido cunhadas algumas peças de 10 réis; raramente, seja como fôr. No conjunto, de 1580 a 1621 não houve amoedação deste metal; de 1621 a 1640, um tenuíssimo número de tentativas, sem seguimento ([28]). É este um traço original da história económica portuguesa durante a união dinástica. Com efeito, em Espanha, a partir de 1598 e durante toda a primeira metade do século XVII, grassa quase permanentemente uma terrível inflação de bilhão, reduzido com muita frequência a cobre puro ([29]). Como pôde Portugal escapar ao contágio? Inundaram-no, é certo, os reales singelos, transformados em moeda de bilhão, e contra esta enchente clamaram os protestos, levantaram-se diques. Graças às vis espécies de bilhão a Espanha recuperava de Portugal o ouro e a prata que lhe fornecera: disso se lamenta o economista Duarte Gomes Solis na sua *Alegación* de 1628 (f. 67).

Não vemos todavia que a préamar do numerário de cobre espanhol tenha extravasado em força por sobre a raia portuguesa. Bem pelo contrário: o mercado português sofre de escassez endémica de espécies de cobre; o metal era provàvelmente atraído para Castela, onde as oficinas monetárias o aceitavam a alto preço. O Rei, em carta de 1622, diagnostica a falta geral de moeda de cobre em Portugal como uma das mais graves doenças do reino; acusa-a da subida dos preços; por isso ordena à Câmara de Lisboa que vá buscar 20 000 a 30 000 cruzados às receitas do real de água a fim de custear a emissão de moedas de trocos em cobre ([30]). Podemos desconfiar de que o poder régio tenha pretendido realizar uma operação financeira; mas, se tal foi a sua intenção, ficou logrado, porque não se lançou qualquer emissão importante. Uma outra fonte da época de Filipe IV confirma o sentido da carta de que acabamos de falar. Faria e Sousa, descrevendo a circulação monetária em Portugal, declara que quase não há peças de cobre; as casas fidalgas e os conventos que distribuem esmolas têm de as comprar com ágio: pagam 12, e até 13 reales de prata para conseguirem espécies de cobre no valor de um ducado ([31]).

([25]) Idem, pp. 442 e 447-51.
([26]) T. de Aragão, t. I, p. 286.
([27]) T. de Aragão, t. I, pp. 286-7; Amador Rebelo, *Crón. D. Sebastião*, cap. IV.
([28]) T. de Aragão, t. I, p. 315.
([29]) Hamilton, «Inflación monetaria» (*El florecimiento*, pp. 55 ss.).
([30]) *Elementos hist. município Lisboa*, t. III, pp. 37-8.
([31]) *Europa Portuguesa*, t. III, 4.ª Parte, cap. II.

Pela mesma época, na Andaluzia, a prata beneficia, em relação ao bilhão, de um ágio constantemente superior a 10 %, e a maior parte das vezes de 20 % a partir de 1624, ultrapassando mesmo 30 % depois de 1637 ([32]). Desde 1624, a pena de morte e a confiscação de todos os bens puniram a introdução de *vellón* em Espanha ([33]).

Assim, um contraste veio opor a economia monetária espanhola e a economia monetária portuguesa, em parte divorciadas neste subdomínio da circulação de espécies. Portugal nunca dominou afinal qualquer grande mercado de produção deste metal. Em sua demanda tinham partido várias expedições. Assim, em 1521, uma de iniciativa particular mas aprovada por D. Manuel, fôra costa do Brasil em longo; o rei prometera «grandes mercados si hallase cobre y otras cosas que ele deseaba»; e o embaixador Juan de Çuniga, dando estas informações a Carlos V (carta de 27-VII-1524, na *Hist. Colon. Brasil,* t. II, p. 382), sublinha a «tanta necesidad de cobre y otras cosas» que havia em Portugal. Também no Congo se depositaram esperanças, e chegou-se a falar do «muito cobre» e a pedir ao rei que enviasse homens práticos e de crédito na terra (T. T., Cartas dos Viso Reis, n.º 130). O império português não será porém o império do cobre.

§ 2 — *Economias de permuta e economias com instrumentos pré-monetários — África ao sul do Maghrebe e América do Sul*

A grande expansão portuguesa abre em 1415 com a tomada de Ceuta — empório de uma economia monetária completa que é a de Marrocos ([34]). O sistema monetário tem até estreito parentesco com o sistema português — filiação comum, influências recíprocas constantes, vai-e-vem das espécies áureas, argênteas e de cobre. Na Índia, como em Marrocos, a presença portuguesa estabeleceu o contacto entre duas economias monetárias. Fora desses circuitos, os navegadores, comerciantes, conquistadores, colonos, missionários depararam com sociedades muito mais arcaicas, algumas praticando a simples dádiva sem qualquer avaliação, outras já dispondo de objectos privilegiados (frequentes vezes por razões mágicas, religiosas ou outras não directamente económicas) que servem de padrão de valor ou de instrumento de permuta, senão de laço de participação.

Na descrição da Grã-Canária inserta na *Crónica da Guiné* lemos que não têm ouro, prata, nem dinheiros, nem jóias; desprezam todos os metais, contando por sandice a qualquer que os deseja, nem panos lhes prazem, escarnecendo de quem os preza (cap. 79). Todavia o gado caprino desempenha certas funções para-monetárias: quando se casa uma filha, o pai dota-a com maior ou menor número de cabras; se o marido que deixou a mulher para ela quer voltar, tem de dar-lhe 10 cabras (texto de Gomes — Behaim, referenciável a cerca de 1468, *Documentos sobre a expansão,* I, p. 97). Na ilha de Forteventura, as cabras, principal sustento dos nativos e cuja criação era a sua ocupação principal, eram mercadoria com que compravam e escambavam ([35]). Na ilha do Ferro, para se celebrar o casamento havia que oferecer ao pai ou à mãe da moça umas tantas cabeças de gado miúdo (pois outro não se criava); e ao senhor da ilha todos os anos davam os indígenas ovelhas de presente, embora em número não fixo ([36]).

([32]) Hamilton, citado, pp. 74-5.

([33]) Idem, p. 60.

([34]) Pensamos principalmente nas cidades. Como escreve de maneira excelente J. Berque. «À la campagne, une économie de prestige et d'hommage, de don et de contre-don, d'échanges rythmés par le *souq* de la semaine, l'emporte de loin sur le phénomène monétaire.» (*Annales — E. S. C.,* 1956, p. 298).

([35]) L. Torriani, *Descrittione et Histoire del Regno del'Isole Canarie,* 1592, cap. 23.

([36]) Abreu Galindo, *Historia de la conquista de las siete islas de Gran Canaria,* 1632, cap. 18.

Apesar de obstinada e por vezes insidiosa disputa, não entraram as Canárias para o domínio de Portugal, mas não podemos deixar de as considerar quando analisamos a economia do império: é que os Portugueses fixaram-se aqui numerosos, e com a Madeira e Açores constituíram estas ilhas um complexo de apertada teia. Desde o ocaso de Quatrocentos transformam-se em grande centro de produção açucareira, e à economia indígena vem sobrepor-se ou substituir-se, destruturando-a parcialmente mas sem a eliminar por completo, uma economia mercantil de exportação. Os protocolos de um notário de La Laguna relativos a 1508-1510 permitiram a Gentil da Silva determinar que nesses anos quase 60 % dos pagamentos se fizeram em açúcar e apenas 0,6 % em gado — vincado contraste das duas economias —; os pagamentos em dinheiro representam quase 33 %, ocupam pois o segundo lugar, e os cereais quase 7 %, excedendo o papel do gado ([37]).

Desde que os Portugueses entabularam os resgates da Guiné, foram fornecer-se às Canárias de «certas conchas de ostras» que os Negros pediam porque lhes serviam de amuleto contra os raios, conforme refere J. Münzer (*Itinerário*, 1494, p. 53). Voltaremos a este ponto.

Ao sul do Maghrebe estendiam-se a civilização dos produtores de tâmaras e a civilização dos nómadas cameleiros, enquanto ao longo do oceano se dispersavam de longe em longe algumas míseras aldeias de pescadores. As deambulações dos grandes nómadas, Azenegues (Sanhadja) ou Alarves (Árabes), unem o Maghrebe comerciante e industrial, com a sua economia monetária, ao mundo agrícola e mineiro que fornece àquele o fulvo metal e mão-de-obra, mas não possui sistema monetário metálico. Naturalmente, a economia nómada estabelece a transição. Em parte alguma, no deserto ou nos oásis, se bate moeda ou sequer as gentes utilizam as espécies dos reinos vizinhos; «ma tutti il suo fatto è a barattar cosa per cosa, e due cose per una; e per simil modo vivono». Todavia o ouro circula a peso — peso de *mithkal*, igual ao maghrebino, fácil seria adivinhá-lo, valendo aproximadamente um ducado, diz-nos Cà da Mosto (*Prima Navigazione*, cap. XIV). Valentim Fernandes, ou antes os seus informadores, confirma: «e tem seu peso d'oro com que compram». A prata, tomada igualmente a peso, servia de reserva de valor — uma onça de metal branco não chegava a valer onça e meia de metal amarelo? —, talvez também de meio de transacção ([38]). Mas as conchas desempenham também um papel monetário: «Vero è che ho inteso che fra terra questi Azanagli, e anche gli Arabi in alcuni suoi luoghi, usano di spendere porcellette bianche, di queste piccole che a Venezia capitano di Levante: e dánno di queste certi numeri a suo modo, secondochè sono le cose che hanno a comprare». Trata-se, segundo toda a probabilidade, de cauris vindos das Maldivas por intermédio do Egipto ([39]), cuja área de irradiação abrangia uma parte do mundo guineense — Alto Senegal e Alto Níger ([40]). Os nómadas, aliás, é que serviam de intermediários no seu fornecimento aos Negros. Mas, além disso, na região de Uadam circulavam conchas atlânticas de três sortes: *Persicula cingulata, Margivelia amygdala* e *Columbella rustica*, variedade estriada; voltamos a encontrá-las em Tombuctu, Tichite e Djenné ([41]). A função de acumuladores de valor incumbe principalmente aos

---

([37]) *Annales — E. S. C.*, 1961, pp. 1004-1011.

([38]) V. Fernandes, f. 78v (p. 55).

([39]) R. Caddeo (*Le navigazioni atlantiche*, p. 203, nota) identificou erradamente estas «conchas de porcelana branca» com os zimbos de Luanda, que não são cauris, ao passo que as primeiras tudo indica que o são, tanto mais que Cà da Mosto refere sem equívoco a sua proveniência levantina.

([40]) *Relatione del Reame di Congo*, Liv. I, cap. 4.

([41]) R. Mauny, *Notes sur Azougui, Chinguetti et Ouadane* («Bull. IFAN», 1955, pp. 142-162).

camelos e ao gado: é o número de cabeças de que se é dono que fixa a camada social a que se pertence ([42]).

As relações com os nómadas cameleiros ùnicamente interessaram os Portugueses na medida em que as caravanas lhes podiam abrir o acesso ao mundo do ouro e dos escravos. Por isso em Arguim houve feitoria permanente, durante quase dois séculos: de importância no entanto inferior às dos rios de Guiné (mesmo que não permanentes) e à da Mina; nos outros pontos do litoral saariano apenas ocasionalmente se fizeram resgates. Em Arguim, como nos outros pontos, os Portugueses carregavam pó *tibar*, escravos, goma, marfim, plumas, que pagavam com trigo, cavalos, alambéis, utensílios de cobre, metal branco, quinquilharia e bugigangas. Escambo de mercadorias contra mercadorias: não há circuito monetário.

Para o Norte, os reinos negros expediam o ouro, os escravos, a malagueta, a goma, o marfim...; as caravanas que chegavam do Maghrebe traziam-lhes sobretudo cobre e cavalos, enquanto os *azalai* de Taghazza, do Suz e do Kauar os abasteciam de sal. Escambo, igualmente. A procura negra de cobre, para do sal não falarmos, era particularmente considerável. Em 1524, por exemplo, António da Molin escrevia de Alexandria para Veneza a insistir nas necessidades de barras de cobre que tinha a África negra ([43]).

Nenhum reino sudanês dispunha de sistema monetário metálico, dissemos de entrada. E assim é que Cà da Mosto, presente, em 1455, a uma feira no Senegal, vê à venda algodão e panos de algodão, legumes, óleo, milho, esteiras de palma, armas, escravos, um pouco de ouro, «e vendono il tutto, cosa per cosa, a baratto, e non per danari, perchè non hanno danari, e non costumano moneta di sorte che sia, salvo a baratto, cioè una cosa per un'altra, e due cose per una, tre per due» (*Prima Navigazione*, cap. XXX). Mais ao sul, no Gâmbia, as caravelas permutaram com os Negros do Bati Mansa bugigangas e fancaria por ouro, panos de algodão, algália, fruta, animais exóticos (*Seconda Navigazione*, cap. III). Quase dois séculos volvidos, Richard Jobson, visitando a região do Gâmbia, confirma a ausência de moeda: «Now through the whole countrey there is no use of any coyne, or money, neither have they any, but every man to choppe and barter one thing for another, and the onely nominated thing is matts, as in asking the price of this, or that I desire, the word is, how many matts shall I give you? so as they are still in use.» ([44]) Portanto havia um objecto que servia de padrão de valor e de meio de transacção. Entre esses dois testemunhos, eis como Thevet descreve o tráfico negreiro no Senegal: em contrapartida dos escravos que fornecem tanto aos Azenegues e Árabes como aos Cristãos, os Negros não recebem moeda, «n'estant là en aucun usage», mas ùnicamente gado e géneros alimentícios; os Europeus trazem-lhes, além disso, um pouco de ferro, cobre, tecidos ([45]). Já Barros, reportando-se ao reinado de D. Afonso V, indicava que aos portos «concorriam muitos povos do sertam ao comércio de nossas mercadorias, que lhe davam a troco d'almas» (*Década* I, Liv. II, cap. 2.).

Os reis e régulos não cobram impostos regulares, mas recebem simplesmente presentes dos seus vassalos e súbditos ou visitantes: cavalos — é a dádiva mais apreciada —, cabeças de gado, géneros alimentícios. Ausência de impostos: logo inexistência de uma forma regular e corrente de pagamento ([46]).

Precisamente porque de escambo se tratava, sem qualquer circuito de numerário, os mercadores que traficavam nas costas africanas e as autoridades portuguesas locais eram levados a referir-se a padrões de valor não monetários — e a uma multiplicidade de padrões, em vez de um único. Três mercadorias ocupavam todavia o primeiro plano, no desempenho desse papel. Antes de 1460, com um cavalo compravam-se 25 a 30 escravos; nos primórdios do reinado de D. João II, uns 10 ou 12 ([47]), e nos primeiros anos do século XVI este número estava reduzido a 5. Os Portugueses, neste caso, exprimiam portanto o «preço» da mercadoria a «comprar» pelo número de unidades da mercadoria adquirida que correspondia

---

([42]) Cà da Mosto, *Prima Navigazione*, cap. XIV; V. Fernandes, f. 87v. Sobre a economia saariana, permitimo-nos remeter para o nosso estudo *O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro*, e para o cap. I da presente obra.

([43]) 14-IV, em *Diarii di M. Sanudo*, t. XXXVI, p. 436.

([44]) *The Golden Trade*, p. 156 (viagem de 1620-1621).

([45]) *Cosmographie*, 1575, Liv. III, cap. 3.

([46]) Cà da Mosto, *Prima Navigazione*, cap. XVII.

([47]) Segundo Münzer. Veja-se a nossa *Economia dos descobrimentos henriquinos*, cap. XII.

à unidade da mercadoria de troca. Passava-se assim na Senegâmbia e mais ao sul. Em Arguim, diversamente, o comércio português servia-se de um processo mais próximo de um sistema de preços; todas as mercadorias — tanto as que dá em troca como as que obtém — são avaliadas em pesos de ouro — miticais; este sistema de pesos de ouro está, por sua vez, relacionado com o sistema monetário metropolitano pela equivalência, fixada pela Casa da Moeda de Lisboa, do mitical — peso de ouro — a um certo número de reais, moeda portuguesa (445 reais por mitical) [48]. No golfo de Guiné o tráfico negreiro utilizava as manilhas como padrão de valor: no rio de Lago e no reino de Benim um escravo valia 12 a 15 manilhas de latão; no rio Real e no monte dos Camarões bastavam 8 a 10 manilhas de cobre [49]. Aqui é a unidade da mercadoria a «comprar» que é expressa num número variável de unidades da mercadoria a «vender», contràriamente, pois, ao que acontece na Senegâmbia na permuta de cavalos por escravos.

O ouro, os escravos e as outras mercadorias que os mercadores das caravelas adquiriam eram pagos, vimo-lo já, com trigo, cavalos, roupa velha, utensílios de cobre e latão. Assistimos, no parágrafo precedente, ao embarque, nas caravelas portuguesas, de milhares de quintais de cobre e latão, sob a forma de manilhas, bacias e caldeiras, todos os anos, com destino à Mina e aos rios de Guiné. É que o cobre de Ofrane (Atlas) e de Takkedda (Sáara central), mesmo reforçado pelo que trazem as caravanas do Egipto, não basta de modo algum para saciar a procura sudanesa [50]. No século XVII os Portugueses chegarão a fornecer aos Negros o cobre amoedado, a fim de adquirirem escravos e ouro [51].

Nos impérios negros do Alto Senegal e do Alto Níger, como em numerosos dos reinos e règulados vizinhos, o ouro circula a peso — em miticais —, o sal, em barras de peso fixo; além disso, os cauris, em certos casos, servem igualmente de moeda, bem como as manilhas de cobre. Desde o Paleolítico Superior que, na Europa (e aqui até a época carolíngia) e noutros pontos do globo, o cadáver é enterrado com algumas conchas a servirem de adorno ou a rodearem o crânio; é que são consideradas como que moradas onde continuará essoutra vida apagada e de sono quase constante. Por outro lado, representam «a porta pela qual a criança entra no mundo» (E. O. James), e por isso favorecem a fecundidade e o amor [52]. Mas os Negros traziam-nas ao pescoço também para se protegerem do raio, consoante Münzer soube dos Portugueses («quasdam testas ostrearum ex Canariis, quas Aethiopes contra fulmina in collo portant», *Itinerário*, p. 53): associação, certamente, ao culto do céu tempestuoso, um dos primeiros a formar-se. Assim, as conchas gozam de propriedades mágicas e pertencem a uma simbólica religiosa. E por outro lado desempenham funções económicas (estamos na plena ambiguidade das para- e pré-moedas que temos acentuado). Em Gao e Mali, por exemplo, conforme nos conta uma testemunha ocular, Ibne Batutah, «Le commerce de vente et d'achat chez les habitants se fait au moyen de petites coquilles ou cauris, au lieu de monnaie» (t. IV, p. 435). Os cauris circulavam em grande parte do Sáara e nos impérios do sertão; as economias litorais, ao invés, não os utilizavam, ou apenas de forma muito restrita. Mas a área de uso das conchas avança até o mar no golfo de Guiné. Quando os Portugueses se estabeleceram em São Jorge da Mina passaram a importar para aqui conchas das Canárias; o mesmo fizeram os Sevilhanos durante os anos em que puderam traficar na costa da Guiné

(48) V. Fernandes, f. 66v (pp. 44-5); e a nossa obra citada na nota precedente, cap. citado.
(49) *Esmeraldo*, Liv. II, caps. 7, 9 e 10.
(50) Sobre as caravanos do cobre, *O «Mediterrâneo» saariano*, cap. 5.
(51) Solis, *Alegación*, f. 24.
(52) P. Chalus, *L'homme et la religion*, Paris, 1963, pp. 26-37.

(D. Afonso V lutava pela sua pretensão ao trono de Castela): a troco de uma concha obtinham 20 a 30 pesos de ouro; daí resultou um acréscimo fantástico da procura, que levantou o preço das conchas na Andaluzia a 20 *reales* de prata cada peça ([53]). Nessa região da Mina, além dos alambéis e outros panos, manilhas, coral e vinho, os mercadores negros pediam grandes quantidades de «hũas conchas vermelhas, que antre elles sam muito estimadas, asy como nós cá estimamos pedras preciosas», e também de «hũas contas azues, a que elles chamam coris» ([54]). Estes «coris», com o aspecto de contas de rosário azuis raiadas de vermelho, vinham da zona a leste do delta do Níger, onde os Portugueses os embarcavam juntamente com escravos, panos de algodão, óleo de palma e peles de onça, obtidos por escambo de manilhas de latão e de cobre; tais mercadorias serviam depois, em São Jorge, para adquirir o ouro ([55]). Assim, durante um ano, oito meses e doze dias, a feitoria de Benim obteve por resgate 33 382 «corys» (C. Q. n.º 574, de 20-IV-1512).

As contas da feitoria de Axem relativas a 1505-1506 mostram que, além de contaria de toda a sorte, os Portugueses importaram para aqui «coris dos rios» (C. Q. n.º 28). Quanto à feitoria de São Jorge, parece ter recebido tão só 173 conchas durante três anos — 1494--1497 —, mas os vidrilhos de toda a sorte e os utensílios de cobre foram numerosíssimos (C. Q. n.º 449). De Agosto de 1504 a Janeiro de 1507, ou seja, durante dois anos e quase cinco meses, entraram aí, além de 287 813 manilhas e de milhares de bacias, 1 133 conchas (C. Q. n.º 181). O crescendo prossegue, visto que de Julho de 1511 a Janeiro de 1513 se contam 1 069; mas as manilhas e outros objectos de cobre e contaria continuam a representar um volume e um valor consideràvelmente superiores (C. Q. n.º 18). Em seguida, num período de 21 meses — em 1513 e 1514 —, é de nada menos do que 3 275 que o feitor da Mina pode dispor (C. Q. n.º 502), e de Maio de 1517 a Outubro de 1519, quer dizer, em 2 anos e 4 meses, as caravelas trazem-lhe 2 371 «conchas» (não especificadas) e 28 223 «coris» (C. Q. n.º 472).

As conchas não especificadas provêm, segundo toda a probabilidade, das Canárias, mas também das ilhas de Cabo Verde, pois uma lei de 24 de Julho de 1480 reservava para a coroa as conchas dessas proveniências (e de outras partes) utilizadas no trato e resgate de Guiné; punir-se-iam as infracções com o confisco do contrabando, a perda de todos os bens possuídos em toda e qualquer parte do reino, o degredo por sete anos para Alcácer Ceguer e açoutes públicos (excepto para aqueles em que por sua honra e condição não caibam) ([56]). Mas os cauris, cuja ascensão sensacional decorre na segunda década de Quinhentos, além de provirem de Benim, não serão trazidos também pelas naus da Índia? Indubitàvelmente. Quando Castanheda refere que os navios de regresso do mar Roxo à Índia passam por Socotorá a fim de aqui carregarem, além de aloés, de âmbar e de sangue de dragão, «conchas das que levão pera a Mina», pode ser que se limite a uma comparação destinada a identificar a natureza dessas conchas, sem pretender precisar a sua escápula ([57]). Mas Barros (*Década* III, Liv. III, cap. 7) explicita que as naus da Índia, ao voltarem ao reino, vêm com lastro de cauris das Maldivas — uns 2 000 a 3 000 quintais por ano; o quintal vale, em Portugal, 3 a 10 cruzados, consoante vêm muitos ou poucos: o que representa um valor global de 6 000 a 30 000 cruzados. Ora o cronista ainda esclarece que do reino os cauris seguem para a Guiné, Benim e Congo. Solis, no séc. XVII, enumerará como se segue os artigos que servem ao resgate de escravos na Guiné e de ouro em São Jorge: contas de vidro, búzios das Maldivas, que na África negra servem de moeda usual, roupas baixas e pobres que se lavram em Cambaia, moedas de cobre (*Alegación*, 1628, f. 24v).

Deste modo os Portugueses desviaram, em parte, pela rota do Cabo o tráfico que outrora corria pelo mar Roxo e pelas caravanas trans-saarianas. Eis, na verdade, como se compunha a carga que os cáfilas de camelos levavam de

---

([53]) Andrés Bernaldez, cap. 6; Hernando del Pulgar, 2.ª Parte, cap. 62.
([54]) *Esmeraldo*, Liv. II, cap. 5.
([55]) Idem, Liv. II, cap. 8.
([56]) Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 214-5.
([57]) Liv. II, cap. XXXIX. Duarte Barbosa (p. 264) assinalara já que nas ilhotas perto de Socotorá se encontram «conchas das que valem na Mina».
([58]) *Alegación*, 1628, f. 24.

Sidjilmessa para ir vender aos Negros, a meio do século XIV: sal, cobre, cauris, vidrilhos, braceletes, anéis e manilhas de cobre ([59]). Permanência da procura e do fluxo de mercadorias, mas deslocação de rotas e mudanças de intermediários.

A gravidade das sanções cominadas na lei de 1480 que reservava o estanco das conchas para a coroa demonstra a excepcional importância deste tráfico. Um século e meio mais tarde, carecia o Governo de dinheiro para enviar para a Índia a fim de ajudar a sustentar a armada de Nuno Álvares Botelho, e para o conseguir decretou que se apartassem e fôssem trocando em *reales* e ouro 6 369 000 réis do sobejo das naus da Índia do ano anterior, 12 contos dos 20 consignados à fábrica de 2 naus, e 4 500 000 réis «que poderão valer o búzio e pau brasil» (decreto dos Governadores, 7-III-1626, e resolução do Conselho da Fazenda de 11, AHU, *Índia*, caixa 9). O comércio das conchas serve agora até para escorar a rota do Cabo, e contribui para resolver as dificuldades financeiras do Estado.

No Congo e em Angola funcionava um sistema pré-monetário bem definido, tendo os zimbos como elementos quase únicos (e dizemos «quase», porquanto Mesquitela Lima nos informa que também circulam nessa área alguns verdadeiros cauris). Trata-se das conchas de um pequeno molusco marinho, *Olivancillaria (Micana) nana Lamarck*, não brilhantes mas polidos por fricção ([60]); o *Esmeraldo* descreve-as não maiores do que pinhões com sua casca. Encontram-se um pouco por toda a parte nas praias de Angola, mesmo em Benguela, mas principalmente na ilha de Luanda. São as mulheres que as vão apanhar na maré vazia: enchem os cestos dessa areia que as águas baixas descobrem, peneiram-na, e por fim separam os zimbos femininos dos zimbos masculinos, porquanto os primeiros são apreciados «per esser più fine la femina del maschio, et pregiata nel coloro suo terso, et lucido, et grato alla vista.» Os zimbos de Luanda eram preferidos «percioche appaiono sottili, et di colore lucente berrettino, o griso», sendo as outras cores menos estimadas, explica Duarte Lopes. Dartevelle suspeita, e fundadamente, que não foram todavia razões materiais ou estéticas que ditaram tal preferência, mas sim razões políticas: foi sem dúvida a acção obstinada do rei do Congo que os impôs, a fim de assentar a sua própria autoridade: pois não conseguira submeter a apanha à concessão de licença régia?

Duarte Lopes observava que «l'oro, et l'argento, et il metallo non è in istima, ne in uso in quelle contrade, ma le lumache; et aviene che con l'oro, et con l'argenti in massa, ò battuto in moneta, non si trova da comperare cosa alcuna, ma ben con le lumache, et l'istesso oro, et argento si hà con loro.» Todas as fontes concordam em reconhecer aos zimbos o carácter de moeda no Congo e em Angola. Segundo o *Esmeraldo*, os preços são fixados em zimbos: uma galinha vale 50, uma cabra 300, etc. Era em zimbos que os sobas vassalos pagavam ao rei do Congo os tributos devidos. Os Portugueses ajustaram este sistema «monetário» indígena ao seu estabelecendo a equivalência em cruzados do alqueire de conchas: em começos do séc. XVII este valia 20 cruzados ([61]).

A circulação das conchas estendeu-se à ilha de São Tomé com a colonização portuguesa: para comprarem os açúcares da produção insular os mercadores da Europa importam para aqui farinhas, azeites, vinhos «e certe conchiglie che si spendono per moneta ivi, e ne' paesi circonvicini» ([62]).

([59]) *Al-Omari*, 1343-1349, pp. 201-2.

([60]) Dartevelle, *Les N'zimbu-Monnaie*.

([61]) Sobre os zimbos, ver Dartevelle, citado. Fontes: *Esmeraldo*, Liv. III, caps. 2-3; *Relatione del Reame di Congo*, Liv. I, cap. 4; *Relação da costa da Guiné...*, 1607(?) em *Obras de Luciano Cordeiro*, t. I, p. 302; *Relação da conquista de Benguela por Manuel Cerveira Pereira*, 1622, em *Obras de L. C.*, t. I, p. 273.

([62]) Botero, *Relationi Universali*, 1.ª Parte, Liv. VI, 1595, pp. 249-50.

Na vertente índica do continente africano, a presença de cidades mercantis edificadas pelos Mouros vindos por via marítima e os pseudópodes que este comércio lançou através do sertão não trouxeram consigo, de forma alguma, a cunhagem local de moedas (salvo uma ou outra excepção, como Quíloa) nem sequer a circulação de espécies estrangeiras (exceptuando um ou outro mercado urbano litoral ou insular). Pelo contrário, foram os mercados marítimos que foram anexados ao domínio dos instrumentos pré-monetários, e as feitorias portuguesas herdaram esta situação sem a alterarem. A economia monetária teceu contactos com as economias de «moeda primitiva» na mira de obter os metais preciosos; mas nestas relações entre estruturas diferentes, foram as formas de permutas pré-monetárias que vieram a dominar.

Não é espontâneamente e de bom grado que os Cafres cavam o solo a fim de desenterrarem um metal que de bem pouco lhes serviria aos seus usos directos; só o fazem, é evidente, acicatados pela ânsia de satisfazerem os seus gostos e necessidades tradicionais. Por isso têm os mercadores que lhes adiantar os panos e as contas e vidrilhos tão apetecidos, se querem obrigá-los ao rude labor das minas, cuja produção apenas no ano seguinte será entregue. Nestas condições, estamos em presença de um grupo heterogéneo de bens de que cada qual desempenha algumas das funções monetárias.

As lamelas áureas são pagas aos mineiros, na maior parte das vezes, com contaria, bretangis e outros panos — machiras —, fornecidos portanto de antemão. Os reis negros, interessados na mineração, presenteiam-nos com vacas; aliás são igualmente vacas que dão aos mercadores portugueses de presente. De maneira geral, é com panos de toda a sorte que se adquire seja o que fôr, e que se pagam dívidas, mesmo que estipuladas em ouro. Os soldados recebem os seus soldos em panos; em panos recebem os eclesiásticos os seus vencimentos, e por vezes até assim lhe são pagas as missas. Os mercadores pagam em machiras os direitos devidos ao Monomotapa e aos outros reis cafres. Não é com outra «moeda» que se compram os géneros. Em suma, os panos constituem um meio universal, o mais importante se bem que não o único, de transacções, remunerações de serviços e outros pagamentos; como dizia Monclaro, com eles se faz «todo o meneio necessário». Ao abrir o séc. XX, Gouldsbury e Sheane não proporão ainda baptisar de «região dos panos» os planaltos rhodesianos? É que, principal meio de trocas, constituem ainda as reservas entesouradas; em panos se dá o dote de casamento, em panos se remunera o trabalho ([63]).

Ao ouro, porém, é que incumbe frequentemente servir de padrão de valor; os funcionários portugueses recebem uma parte dos seus vencimentos neste metal. Mas este não entra nos cálculos e só a peso serve de meio de pagamento; a unidade mais generalizada é o mithkal árabe clássico (4,25 gr), em consequência do conhecido predomínio dos Mouros no tráfico do ouro; também está em uso o oitavo do mithkal (0,537 gr), considerado como equivalente à tanga de prata indiana e valendo, portanto, 60 réis (a unidade superior vale, pois, 480). A razão entre os dois metais parece ser, atendendo a essa equivalência, de 8,1 — carestia da prata, como seria de esperar.

O cobre, utilizado nas pequenas compras, circula sob a forma de barrinhas de meio palmo de comprimento e de quase dois dedos de largura; estas *maçontas* valem cada uma 60 réis, ou seja, uma tanga. Os *pondos*, de que cada um vale duas tangas (120 réis), são pães de estanho (calaim) que pesam meio arrátel (229,5 gr), o mesmo é dizer, um marco, cada pão. Pequeninas enxadas de ferro servem de moeda de trocos.

A contaria, que já mencionámos, forma um verdadeiro leque monetário. De louça vidrada colorida, as contas andam enfiadas num cordão de um palmo de comprido, que tem o nome de *mite;* 10 mites fazem um *lipôte,* e 20 lipôtes um *motaua,* que vale correntemente um cruzado; por conseguinte, o lipôte vale um vintém, e o mite, 2 réis. Deste modo as contas constituem uma escala bastante

---

([63]) Einzig, *Primitive Money,* Liv. I, cap. 35. Principais fontes para o que precede e para o que vem a seguir: Monclaro, 1572-1573, em Theal, t. III, p. 197; frei João dos Santos, 1.ª Parte, Liv. II, cap. 8; Barreto Rèsende, 1635, B. N. Paris, Portugais 1, f. 82; Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25

completa de valores, logo, de instrumentos de trocas e de pagamentos. Apesar disso, jamais destronaram as machiras nem os miticais, que representavam valores superiores. É, aliás, tal pluralidade de padrões e de instrumentos pré- ou para--monetários que caracteriza, sob certos aspectos, as zonas económicas de «moedas primitivas».

Referimos há um instante as enxadinhas de ferro na circulação «monetária» da zona de Sofala e Monomotapa. Se nos voltarmos para o sul este metal é que ocupa o primeiro plano. Como explica Garcia de Rèsende na *Miscellanea* (n.º 61):

«Hos do Cabo dEsperança
ferro sobre tudo estimam,
por hũ dardo, ou hũa lança,
postos em hũa balança
quintaes douro desestimã:
ouro nã tomã nas mãos,
e hij mataram christãos,
armas, ancoras tomaram,
cadeas douro deixaram,
e annees nos dedos sãos.»

Os países ao norte de Moçambique quase não participavam na economia oceânica, apesar da presença de centros comerciais tais como Melinde, Mombaça e Zanzibar: é que se trata antes de escalas na rota do ouro — para Sofala e os rios de Cuama — do que de mercados de tráfico com os indígenas. Regiões de pastoreio, é ao gado que cabem as principais funções monetárias, no Tanganica, Kénya e Uganda. Reencontramos aqui, todavia, ora os panos de algodão, ora a contaria e vidrilhos, por vezes o cobre ou o bronze em fios (ao peso ou ao comprimento), e até os cauris, a servir quer de meio de troca quer de padrão de valor, ou entesourados. Trazidos pelos navios que vêm das Maldivas e do Guzerate, são passados pelos habitantes das cidades marítimas aos esquivos e altivos Negros do sertão em troca de gado, géneros vegetais, lenha e madeira, escravos, marfim. Não estamos, porém, certos que a grande expansão dos cauris no Tanganica e até o Uganda não seja mais recente ([64]).

A Abissínia constitui um terceiro círculo económico, diferente dos dois outros. Com uma economia e sobretudo uma civilização mais evoluídas do que os países que a separam de Moçambique, mesmo se o pastoreio aí desempenha um papel muito importante, não comunica directa e intensamente com o oceano Índico. Mas, produtor de ouro, como o círculo meridional de Sofala-Monomotapa, conquanto de caudal menos volumoso, o imenso reino do Preste João abre-se a uma circulação comercial reduzida com as economias mundiais por intermédio dos seus portos no mar Roxo. Não há espécies de ouro nem de prata, nacionais ou estrangeiras. Minas de metais preciosos, de cobre e de estanho, existem, é certo, mas ninguém se interessa pela extracção, desconhecem-se as técnicas de mineração, excepto para o ouro, e mesmo neste caso fortes restrições haveria ainda que pôr. Assim, géneros e toda a sorte de bens se escambam uns pelos outros, a permuta predomina. Contudo, em todos os senhorios do Preste — Estado organizado — tem curso uma forma monetária única: o sal em barras, particularmente bem aceite nas províncias amháricas. Cada barra mede um palmo de comprimento e uns três dedos de largura. Duas barras compram a ração mensal de trigo de um soldado, uma, a sua ração de carne para uma semana, bem como a cevada para sustentar uma mula durante um mês. Conseguem-se 8 canadas do vinho mais caro — e é raríssimo na Abissínia — com uma barra de sal; este é igualmente o preço quer de 80 a 90 ovos, quer de 4 a 6 galinhas. Cortam-se as barras com toda a perícia para ter exactamente a soma a pagar.

([64]) Einzig, citado, Liv. I, caps. 31-34.

Os impostos ou tributos e as multas estavam fixados tanto em cavalos como em bois, e podiam pagar-se quer nuns quer noutros, indiferentemente. O négus concedia aos sacerdotes e aos homens de armas gratificações ou «mantimento» mensais em pesos de ouro: um marco a cada bispo, uma onça por soldado, o que era largamente suficiente, dado o baixo custo de vida (65).

Mas na província interior de Hojé eram barras de ferro que serviam de moeda. Cada barra media um palmo e meio de comprimento e dois dedos e meio de largura; perto de uma das extremidades, um orifício permitia a suspensão. Cerca de 1558 ou 1559, segundo Couto, 7 barras de ferro valiam um pardau de ouro. É a passagem para o círculo sudanês (ex-Sudão Anglo-egípcio), onde domina precisamente a circulação de barras de ferro (66).

Deixemos o continente negro e visitemos Madagáscar. A vasta ilha de São Lourenço, de prodigiosos recursos não explorados, era mal conhecida no século XVI, mesmo dos mercadores muçulmanos, que apenas tinham aflorado um ou outro ponto do litoral. Os navios de Melinde e Mombaça frequentavam os portos insulares, onde permutavam panos de algodão de Cambaia e outras mercadorias indianas por escravos e géneros alimentícios. No sertão, as funções monetárias eram provàvelmente desempenhadas pelas cabeças de gado — visto o pastoreio ser uma das principais formas de actividade económica — e pelo arroz, de produção abundante e base da alimentação (67). As minas de ferro não estavam em exploração (68). Prata e ouro, só com extrema rareza e em insignificantes quantidades, não amoedados, nas cidades marítimas, onde pode ter chegado uma que outra moeda muçulmana. Só muito mais tarde a piastra espanhola penetrará no interior (69). Em suma, a ilha traça incontestàvelmente outro círculo de «moeda primitiva».

Assim, a massa do continente negro, incluindo a Abissínia, representa um domínio imenso de economia pré-monetária onde reinam o sal, o cobre, os panos, os cauris, as barras de ferro.

Do outro lado do Atlântico a expansão portuguesa não entrou directamente em contacto sequer com economias que dispusessem de instrumentos pré- ou para-monetários. No imenso subcontinente brasileiro praticava-se tão só a dádiva recíproca, sem qualquer estimativa nem busca de equivalência de valores. A chegada dos Europeus estabeleceu a permuta entre eles e os indígenas. Quando, em 1500, a armada de Cabral ancorou em Porto Seguro, os Portugueses ofereceram aos Índios manilhas, campainhas, camisas e barretes vermelhos, sombreiros, rosários; os Índios, por seu turno, deram-lhes de presente arcos e setas, pequenos grãos semelhantes às contas de rosário e plumas. Em momento algum, salvo talvez no caso dos papagaios — e não é certo —, se trata de troca de objectos por objectos, mas sempre de dádiva de que não se avalia o preço. Os Índios ajudaram espontâneamente ao transporte da lenha e da água, sem qualquer compensação (70). O dom e não a permuta: eis um exemplo que deliciaria Marcel Mauss. A razão é simples, e um alemão que permaneceu — contra vontade — entre os Tupinambás, a meio do séc. XVI, desvenda-a sem equívocos: «A terra não está dividida e apropriada, e não conhecem o dinheiro; os seus tesouros, são plumas de aves. Aquele que tem muitas é rico; e aquele que possui uma bela pedra das que são de enfiar nos lábios passa por um dos mais ricos da tribo.

---

(65) Francisco Álvares, 2.ª Parte, cap. IX; Couto, *Década* VII, Liv. VII, cap. 4; frei J. dos Santos, 1.ª Parte, Liv. IV, cap. 9 (limita-se a seguir Álvares).

(66) Einzig, citado, Liv. I, cap. 29.

(67) Andrea Corsali, 1514, em Ramúsio, vol. I, f. 178; *Cartas A. A.*, t. I, p. 3 (6-II-1507)

(68) Frei Gaspar de S. Bernardino, 1605, cap. II.

(69) H. Deschamps, *Histoire de Madagascar*, Paris, 1960, p. 133.

(70) Carta de Pero Vaz de Caminha, *passim*.

Cada família tem também como suas as raízes que lhe servem de comida.» ([71]) Ausência de propriedade privada ([72]), excepto no que respeita a um ou outro bem de consumo — alimentação, vestuário; as próprias cabanas são colectivas, a bebida — o «vinho» de mandioca e de maiz, destinado às festas rituais — pertence ao grupo de famílias que habitam a mesma cabana. Se alguém tem fome, qualquer lhe dá de comer. A aldeia reune para beber, e a multidão esvazia sucessivamente a reserva de «vinho» das seis ou oito cabanas que compõem a aldeia. Aquele que cativa um inimigo dá-o por vezes a outro da sua aldeia para que o mate e o coma; este presente implica reciprocidade, mas sem prazo fixo. Por tudo isto não há qualquer razão para que exista moeda, e da mesma forma que Staden declara dos Tupinambás que «não conhecem o dinheiro», Léry, descrevendo os serranos Margaias, diz-nos que «n'ont entre eux nul usage de monnaye» (cap. V).

A frequentação do litoral pelos Portugueses e, depois, pelos Franceses, a instalação precoce de feitorias portuguesas crearam o escambo nas relações entre os Índios e os intrusos. Durante o primeiro terço de Quinhentos os Portugueses, durante todo o século os Franceses pretenderam sobretudo carregar pau brasil. Não podiam pensar em levar para o novo continente mão-de-obra que fizesse, tanta vez longe do mar, a derruba e o transporte até os navios. O único caminho viável era convencer os nativos a fazerem estes trabalhos que até aí não os interessavam. Desde o começo, os Portugueses instalaram feitorias com armazéns onde guardavam a madeira. À chegada dos navios, tudo estava pronto para o embarque. Ao invés, era à chegada dos navios franceses que tudo começava: os Franceses ficaram sempre, excepto no Rio de Janeiro com Villegagnon, a bordo, enquanto os intérpretes iam às aldeias prevenir os Índios que cortassem e transportassem os troncos. Apesar desta diferença, o princípio das relações com os indígenas era o mesmo. Os Europeus forneciam a ferramenta de ferro necessária a este trabalho, e além disso davam aos Índios camisas, machados, facas, tesouras, anzóis, espelhos, pentes e outras bugigangas e artigos vários. A troco de tudo isso obtinham, além do pau brasil, papagaios, macacos, pimenta e géneros alimentícios. Por permuta nestes moldes é que os Portugueses alimentavam os escravos dos seus engenhos de São Vicente ([73]).

A passagem da era das feitorias litorais e dos «lançados», baseada na exploração do pau brasil, para a era das plantações açucareiras e do nascimento dos povoados, em breve das vilas e cidades portuguesas, traduziu-se pelo aparecimento de um certo número de focos de economia monetária e de novas relações com os indígenas. A valorização do solo e o desenvolvimento industrial aí exigiam mão-de-obra permanente e integrada no mundo português. A escravização dos Índios, conquanto apenas parcial, e o tráfico negreiro resolveram o problema, sem integração no circuito monetário. Em compensação, nos povoados e vilas portuguesas, as espécies metropolitanas e em breve as das Índias de Castela afluem e circulam, servindo quase sempre de padrões de valor, frequentemente de meios de troca e de pagamento (vencimentos, soldos, jornais dos trabalhadores não escravos), bem como para entesourar. Uma parte dos ordenados e salários, é certo, recebe-se em artigos: em 1552, por exemplo, o governador mandou assentar a cada um dos dez jesuítas ferro no valor de um cruzado por mês, mais 5 600 réis

---

([71]) Hans Staden, liv. II, cap. 20.

([72]) Cf. Nóbrega (*Cartas*, pp. 90-1): «não possuem de seu mais do que lhe dão a pesca, a caça e o fructo que a terra dá a todos». «Entre eles, os que são amigos vivem em grande concórdia e amor, observando bem aquilo que se diz: *Amicorum omnia sunt communia.* Se um deles mata um peixe, todos comem deste e assim de qualquer animal.»

([73]) *Llyvro da naao Bertoa*, 1511, na *Hist. Col. Brasil*, t. II, pp. 343-7; Hans Staden, I, caps. 24, 35 e 38; Jean de Léry, cap. V. Cf. A. Marchant, *Do escambo à escravidão*, cap. II.

por ano para vestuário ([74]). Ao seguirmos as caminhadas da prata teremos ensejo de precisar este desenvolvimento de uma economia monetária no Brasil português.

As altas culturas do México e do Peru combinaram formas complexas de organização político-social, em que entra todo um sistema de tributos em géneros e de prestações de serviços, e uma vida material assente numa agricultura eficiente (maiz), na indústria algodoeira e numa utensilagem calcolítica e de bronze, com relações de simples permuta ou utilizando instrumentos pré-monetários compatíveis com um comércio a distância de certo montante. Do império incásico escreve Cieza de Léon em 1553 (*Chrónica del Peru*, cap. LXVII) que «unos y otros tienen su contratación dando unas cosas por otras, porque no usan de moneda ni se ha hallado cuño della en estas partes.» Mais ao norte, na cultura chibcha (Colômbia) utilizavam-se como «moeda» pequenos machados de cobre, que voltamos a encontrar entre os Aztecas. No México a circulação abrange ainda, e principalmente, como que favas ou contas de cacau, com que os bufarinheiros fazem as transacções de terra em terra ([75]).

§ 3 — *Cauris, estanho e «caixas», de Bengala às Filipinas*

Do Egipto ao golfo de Bengala estende-se uma área vastíssima de economia monetária — moeda metálica —, englobando nomeadamente o império turco, como os seus predecessores bizantino e mameluco, os litorais da Arábia, a Pérsia e o continente indiano inteiro. Em alguns encraves, entre os quais se contam de certa monta, porém, ora é o escambo que persiste, ora correm instrumentos pré-monetários. Mesmo fora de tais encraves, nos círculos altamente industrializados e comercializados, por debaixo da circulação pròpriamente monetária infiltram-se por vezes formas de «moeda primitiva». Assim acontece no Guzerate: existem, decerto, numerário precioso e espécies de cobre, mas as pequenas compras e pagamentos fazem-se com amêndoas, tão amargas que nem as crianças as querem comer; não se lhes tira, evidentemente, a casca. Estas amêndoas amargas, conhecidas pelo nome de *baden*, são trazidas pelos navios de Ormuz, que por seu turno as importa da região seca e árida de Lar, na Pérsia, onde as árvores crescem por entre as rochas. Nos mercados guzerates desempenham o mesmo papel que os ceitis em Portugal — moeda de trocos. Na época de Tavernier são precisas 35 a 40 para ter um paysah (peça de cobre); em começos de séc. XVIII, segundo Hamilton, a equivalência será de 32 ([76]).

Os cauris correriam também no Guzerate, ao lado das amêndoas? Que os navios vindos das Maldivas aí os desembarcavam, indica-o Duarte Barbosa (p. 348). Uma parte era reexportada para os portos africanos entre Mogadoxo e Moçambique, como já vimos. Talvez seguissem os caminhos do sertão indiano, visto que Tavernier os assinala sobretudo nos estados do Grão Moghol, em Bijapor e Golconda; no porto de desembarque, por um paysah compram-se uns 80, ao passo que em Agra, acrescendo as despesas de transporte, só se têm uns 50 a 55.

Mas é o Noroeste da Índia que faz a transição entre o mundo das moedas de ouro e prata e o mundo do cobre e das «moedas primitivas». Paradoxalmente, por detrás estende-se o Hindustão onde os delhiwals ou paysahs representaram durante muito tempo, e continuarão a representar apesar de tudo, a forma essencial da circulação, ao passo que em Bengala o cobre jamais foi amoedado. Aqui, peças amarelas só raramente se vêem; o ouro corre sobretudo em arries, e mesmo sob esta forma não abunda; a prata e os cauris é que constituem a circulação

---

([74]) Nóbrega, *Cartas*, pp. 129 e 138.

([75]) G. Montandon, *Traité d'Ethnologie*, Paris, 1934, p. 618 e mapa 26; R. d'Harcourt, *L'Amérique avant Colomb*, 1925, p. 32; Ballesteros-Gaibrois, na *Hist. social y economica de España y América*, t. I, p. 470.

([76]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 135 (30-XI-1513); Duarte Barbosa, p. 289; Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 2, e pp. 591 ss.; Einzig, citado, Liv. II, cap. 46.

corrente (77). As emissões argênteas comportam nomeadamente tolás imitados dos de Delhi, mas cujo peso se foi reduzindo até se fixar em 10,756 gr, e cujo teor também se anemizou, passando de 0,996-0,990, em começos do séc. XIV, para 0,989-0,962 no reinado de Azam Shah (78). A estes tolás se refere sem dúvida, pelo nome de *tangas de Bengala*, um texto de Castanheda relativo a 1536, segundo o qual cada uma destas equivale a 2 ½ tangas da Índia (ocidental), ou seja, em moeda portuguesa, 150 reais (as outras valem 60) (79). Além disso, batiam-se *tanqats* — isto é, pardaus de tangas ou duplos tolás —, com o peso de meio tael, ou quase 6 oitavas (quase 21,48 gr) (80). Deste modo, podemos relacionar com tão numerosas emissões de peças brancas e com a circulação ocasional de barrinhas de ouro (que se conta aos laks, dos quais cada um vale 45 000 pardaus, conforme Castanheda), a existência de uma casta hereditária de ourives e cambistas.

Em Bengala, cerca de 1242-1244, a darmos crédito a Minhaj-us-Siraj, apenas circulam cauris (81). Terá sido depois de meados do séc. XIII que se desenvolveu a cunhagem do metal argênteo? Não é improvável, visto as primeiras peças da colecção do British Museum datarem de começos do séc. XIV. Todavia, mesmo paralelamente às emissões de tolás e de pardaus, não enfraquece de forma alguma a circulação de cauris, que por toda a parte se infiltram. Para Bengala vêm os maiores, amarelados ao centro. Desempenham o papel que noutros países cabe às espécies de cobre, a que os preferem aqui (82). Em qualquer bazar, por modesto que seja, vemos o cambista sentado ao lado dos montes de cauris que o povo comum lhe vem comprar para fazer as compras do dia-a-dia. 80 cauris fazem um *pone*, e 16 pones um *cahon:* meras maneiras de contar, imutáveis do séc. XVI ao XVIII. A razão para a prata não podia deixar de variar, evidentemente. A meio do séc. XVI um larim vale 40 a 48 pones (83), ou seja, 3 200 a 3 840 cauris: mas o larim, muito apreciado, disfruta de forte ágio. Em começos do século, o pardau de tangas equivalia a 8 960 cauris (84), enquanto no terceiro quartel do séc. XVIII 4 800 a 5 200, consoante a oferta, se trocarão por uma rupia (85): em dois séculos e meio o metal apenas se valorizou, em relação às conchas, de 1 % a 10 % (86), conforme as oscilações, no máximo; o mesmo é dizer: pràticamente nada. No intervalo a prata chegara até a atravessar um período de depreciação relativa, porquanto em 1669-1675 bastavam 3 200 cauris para câmbio de uma rupia; «Les variations de change sont rarement de plus de 2 pones en plus ou en moins, pour une roupie et seulement à Ballasore, à l'arrivée des navires des iles Maldives.» (87)

Todos os anos, cinco ou seis naus grossas — em começos do século XVI —, seis ou sete por alturas de 1669-1675, iam de Bengala às Maldivas e Laquedivas buscar os cauris (assim como cairo), a troco de açúcar e de arroz, de sedas e de panos finos de algodão, de ouro e de prata (88). Visitemos, ràpidamente embora, os centros de produção.

---

(77) *Numismata Orientalia*, vol. III, 1.ª Parte, p. 24.
(78) *Catalogue of the Muhammadan States of India*, pp. XXXVI-XLI.
(79) Castanheda, Liv. VIII, cap. 128. *O Livro dos pesos da Ymdia* (1554) fala de tangas de prata do «porto grande» e do «porto pequeno» de Bengala: «de grandura de tostões: a valia é segundo tempo» (f. 28).
(80) *Suma Oriental*, p. 380.
(81) *Numismata Orientalia*, cit.
(82) Duarte Barbosa, p. 348; *Suma Oriental*, pp. 380-1.
(83) *Livro dos pesos da Ymdia*, 1554, f. 28 (p. 37).
(84) *Suma Oriental*, p. 380.
(85) Stavorinus, *Voyage to the East Indies* (1768-1771), t. I, pp. 461-2.
(86) Entrando evidentemente em linha de conta com os pesos do pardau e da rupia: a diferença nem sequer existe se tomarmos como peso desta última 11 ⅔ gr.
(87) Thomas Bowrey, em G. Ferrand, *Poids, mesures et monnaies*, p. 215.
(88) V. Fernandes, f. 43 (*Das ylhas de Dyve*, 1506); Bowrey, ed Hakluyt pp. 179-180.

Em duas ilhas junto à de Socotorá, além de muito e bom âmbar, há, diz-nos Duarte Barbosa (p. 264) que Castanheda confirma, conchas das que valem na Mina. Mas é nas Maldivas e Laquedivas que se encontra pròpriamente a *Cypraea moneta*. Ouçamos a descrição de Ibne Batutah, que aqui esteve uns anos: «La monnaie des habitants de ces îles consiste en cauris. On nomme ainsi un animal qu'ils ramassent dans la mer et qu'ils déposent dans des fosses creusées sur le rivage. Sa chair se consume et il n'en reste qu'un os blanc. On appelle cent des ces coquillages *syâh*, et sept cents, *fâl;* douze mille se nomment *cotta*, et cent mille *bostoû*. On conclut des marchés au moyen de ces cauris, sur le pied de quatre *bostoû* pour un dinâr d'or. Souvent ils sont à bas prix, de sorte qu'on en vend douze *bostoû* pour un dinâr. Les insulaires en vendent aux habitants du Bengale pour du riz, car c'est aussi la monnaie en usage chez ceux-ci. Ils en vendent également aux gens du Yaman, qui les mettent dans leurs navires *comme* lest, en place de sable. Ces cauris servent aussi de moyen d'échange aux nègres dans leur pays natal. Je les ai vu vendre, à Mâly et à Djoudjou, sur le pied de onze cent cinquante pour un dinâr d'or». Ao partir daqui para Bengala, o viajante mouro vendeu uma porção de jóias e ouro que lhe tinham dado, para adquirir cauris [89]. O diário de bordo de Hans Mayr, em 1505, descreve estas conchesinhas ou porcelas (porcelanas) pequenas, que só há nas Maldivas; colhem-nas no mar, na maré vazia, pois estão apegadas às pedras (V. Fernandes, ff. 43 e 38v). Segundo Barros, são marisco miúdo, como caracóis, mas duro, branco, lustroso; alguns são de côres: estes servem para botões (*Década* III, Liv. III, cap. 7).

A grande área de circulação, para não voltarmos a falar da África negra, começa já a sudoeste do delta gangético, no reino litoral de Orissa; cobre todo o Bengala e espalha-se em direcção ao Nascente. O Arrakan e o Pegu, nomeadamente Martabam, estão inteiramente incluídos nela; descendo para sudeste, também está o Sião, até o vale do Mékong [90]. Subindo para nordeste, cobre a Birmânia [91] e toda a província chinesa do Yun-nan, onde, como seria de prever, os cauris atingem preços elevadíssimos [92]. As regiões indochinesas importam as conchas dos arquipélagos do oceano Índico, mas recebem-nas igualmente, por intermédio de Malaca, das ilhas de Bagangan e de Bornéu [93].

No Pegu e em Arrakan, se os cauris servem de moeda para as pequenas transacções ou para trocos (são precisos 400 a 500, aqui como em Bengala, para comprar uma galinha), as funções monetárias são exercidas principalmente por pesos metálicos de liga quer de cobre e estanho, quer destes dois metais com chumbo, quer do primeiro e do último, diminuindo o valor à medida que aumenta a parte do chumbo. Estes pesos com função monetária, conhecidos pelo nome de *canças* ou *ganzas*, não são necessàriamente emitidos pelo Estado; pelo contrário, qualquer pessoa os pode mandar fundir, desde que se conforme com a lei da liga: contrafazem-se, é evidente, aumentando a parte do chumbo, mas uma vez descoberta a fraude todos se recusam a aceitá-los. Tais «moedas» não se apresentam sequer sob uma forma ou gama de formas e de dimensões fixadas de uma vez para sempre; trata-se com frequência simplesmente de pratos, bacias, jarros e outros utensílios de uso corrente. Por isso há que pesar de cada vez esses objectos de uso, e até os bocados metálicos. Em cada povoação há um pesador público, responsável pelo valor da «moeda», ao qual os mercadores confiam os seus

---

(89) *Voyages*, trad. Defrémery e Sanguinetti, t. IV, pp. 121-2 e 144. Já a *Ahbar as-Sin wa l-Hind* (Relação da China e da Índia) de 851 refere a riqueza em cauris das ilhas entre os mares de Harkand e de Lar (n.º 4, p. 2 da ed. Sauvaget). Sauvaget (nota p. 36) observa que Al-Biruni distingue no arquipélago as «ilhas da fibra de coco» e as «ilhas dos cauris» (*d.al-kavadi*, donde provàvelmente «Laquedivas»).

(90) Einzig, citado, p. 103; *Suma Oriental*, p. 387.

(91) Contràriamente a *Numismata Orientalia*, vol. III, 1.ª Parte, p. 33. Einzig (Liv. I, 1.ª Parte, cap. 23) também não os menciona.

(92) *Suma Oriental*, pp. 380, 381, 383 e 386; Marco Polo, Liv. II, caps. 30, 40, 41 e 48.

(93) *Suma Oriental*, p. 383. Mais precisamente: das ilhas Sulu, entre o nordeste de Bornéu e Mindanao (cf. a nota de W. Marsden ao cap. VIII, Liv. III de Marco Polo)

haveres monetários a troco de um ordenado e renda de 2 *biças* por mês; o pesador dispõe de verdadeiros armazéns para guardar a «moeda». As unidades de peso utilizadas para a cança e para os metais preciosos são a *biça* (= 40 onças = = 1,1472 kg em Cosmim e Martabam) e o seu centésimo, o *tical* (portanto de 11,472 gr). 40 biças (quase 46 kg) tal é a carga que pode levar um carregador ([94]).

Para final do século XVIII o chumbo terá conseguido, ao que parece, passar à frente dos outros metais: pelo menos, é a ele, e só a ele, que se referem Flouet em 1786, para o Pegu e Rangun, e Symes em 1795, para Avá. Mas, além dos pesos de chumbo e rodelinhas de prata recebidos ao peso, em certas regiões o arroz, noutras (por exemplo, em Bamo) o chá — infiltração chinesa — serviam de meios de pagamento, enquanto o gado desempenhava por vezes o papel de padrão de valor ([95]). Teria sido assim no século XVI? Não é de modo algum impossível, no entanto os testemunhos faltam.

O ouro e a prata, jamais amoedados, não passam de mercadorias; como tais, valem ora mais ora menos. Toda a prata vem do Sião sob a forma de pequenos círculos — conhecidos pelo nome de *caturnas* —, com a marca de origem. Cada caturna pesa 1 ½ tael (=61,83 gr), e valia, por alturas de 1512-1515, 4 ½ biças ([96]). Na praça, o vendedor avalia primeiro a finura da prata com que o comprador lhe pagará, e estipula a seguir o preço da mercadoria em peso de metal, consoante o teor deste; se for necessário, corta-se a prata de modo a ter o peso correspondente ao preço, a menos que o comprador prefira levar artigos no valor que corresponde ao peso de metal de que dispõe ([97]).

O ouro provém tanto de Malaca como do interior da península indochinesa e da Alta Birmânia; é em parte reexpedido para a Índia. Encontra-se forçosamente de títulos vários; para meio do século XVI, a regra era que o tical de ouro ([98]) vale tantas biças quantos mates tem de teor; além disso, há que contar com o ágio do câmbio, incerto, visto depender das conjunturas, mas cujo curso na Índia se acompanhava atentamente. Nas transacções locais perde-se quando se paga em metais preciosos: a vantagem continua a pertencer à cança.

Cerca de 1512-1514 o câmbio entre os cauris e a cança oscilava entre 14 000 e 16 000 conchas por uma biça, fixando-se geralmente em 15 000; dependia sobretudo da quantidade de cauris que chegavam dos arquipélagos das Maldivas e Laquedivas e de Bornéu. Quanto às razões entre os metais, a sua importância é menor, pelo facto de só o cobre, o estanho e o chumbo servirem de instrumentos monetários. Nessa mesma época, um grama de prata compra-se com 110 gr de cança e um grama de ouro com 1415; o metal amarelo está para o metal branco como 12 para 1: o Pegu está muito próximo das minas argentíferas do Sião, e só mais tarde é que as suas próprias minas auríferas serão activamente exploradas ([99]).

No Sião, aliás, a circulação «monetária» é exactamente análoga à do Pegu e do Arrakan. Os metais preciosos, simples mercadorias, circulam sob a forma de barras de ouro e de rodelas de prata — as caturnas. Como instrumentos monetários, temos os pesos de chumbo ou de liga de chumbo e estanho, e, abaixo,

---

([94]) Para tudo quanto antecede: *Suma Oriental*, 1512-1515, pp. 381 e 383; *Livro dos pesos da Ymdia*, 1554, p. 38; Cesare de Fedrici, 1563-1581, em Ramúsio, t. III, f. 395; Sparr de Homberg, 1681, em Ferrand, citado, pp. 113-4.

([95]) Einzig, citado, Liv. I, 1.ª Parte, cap. 23.

([96]) *Suma Oriental*, p. 383.

([97]) Einzig, citado, p. 106.

([98]) Segundo Sebastião Manrique, 1628-1648 (cap. 23), o tical de ouro é moeda corrente por todos os reinos bremás e pegus. Na realidade, trata-se antes de um peso do que de uma moeda, mas a referência prova que o seu papel se alargara e tornara mais importante, elevando-se pràticamente à função de moeda geral.

([99]) Sobre tudo que fica para trás, as fontes citadas na nota 94.

as conchas ([100]), provenientes sem dúvida das duas origens já atrás indicadas. Em certas regiões talvez também o sal, e nas zonas mineiras o pó de ouro. É provável que no século XIV o papel moeda chinês tenha penetrado no Sião; um tael cambiava-se então por 500 cauris ([101]).

Na península de Malaca a situação não se apresentava muito diferente. Na própria cidade as diferenças reduzem-se a duas: por um lado, correm moedas estrangeiras, aqui como nos outros principais portos peninsulares; por outro lado, os cauris não servem de moeda.

Como por toda a parte nos reinos mais setentrionais, jamais se cunhavam o ouro e a prata; objectos de operações comerciais, apenas eram considerados, a maior parte das vezes, como mercadorias. Mas o ouro, pesado aos *mas* e avaliado segundo os mates de finura, servia também de meio de pagamento. De maneira geral, os bens permutavam-se uns pelos outros; no bazar, os géneros alimentícios compravam-se com moedas de estanho, que se empregavam ainda na remuneração do trabalho.

Também o cobre não era amoedado, mas apenas o estanho. As emissões compreendiam *calains*, de que cada um valia 11 reais e 4 ceitis e pesava aproximadamente 33 oitavas (118,14 gr), e o seu centésimo, as *caixas*, comparáveis aos ceitis portugueses mas valendo só 7/10 destes ([102]). Caixas e calains de estanho eram igualmente lançados pelas casas da moeda de Pedir e Pacém, na ponta noroeste de Samatra; aqui, no entanto, apenas serviam de moeda de trocos ou de artigo de exportação para os arquipélagos das especiarias, porque se está em zona de amoedação dos metais preciosos ([103]).

Este estanho, indispensável não só às emissões de calains e caixas de Malaca e Samatra mas ainda à fundição das canças de Arrakan, Pegu e Sião, provinha das minas da península malaquense. Estas minas estendem-se desde as vizinhanças da cidade até ao norte de Kedah, e mesmo para além, acompanhando a costa ocidental mas avançando em cunhas até à costa oriental ([104]). Já o chinês Ma Huan incluira este metal entre as produções do Sião ([105]). É que a região mineira reconhecera, na verdade, a suzerania siamesa, antes de passar, no século XV, para o domínio mais ou menos efectivo de Malaca. Desde a primeira viagem do Gama a celebridade e a importância monetária do estanho de Malaca chegaram ao conhecimento dos Portugueses em Calicute: segundo essa espécie de relatório geográfico-comercial que Álvaro Velho recolheu (1498), a produção é abundante, e neste metal se batem grandes peças cujo valor não é, contudo, considerável (p. 89 da ed. Fontoura). Ao lado do estanho, copiosíssimo, encontra-se chumbo, embora em menor quantidade.

Estes dois metais, «monetários» por excelência na Indochina e em Samatra, eram por outro lado mercadorias que a Índia não se cansava de pedir. Recebia-os também pelas vias do Levante e, seguidamente, pela carreira do Cabo. Mais tarde, os Ingleses exportarão uma parte da sua produção própria com destino ao Índico,

---

([100]) O chinês Ma Huan (1.ª metade do século XV) enumera, é certo, os cauris, mas também moedas de ouro, prata e cobre («Journal of the China Branch of the Royal Asiatic Society», 1886, pp. 37-8). Erro de tradução — sendo as moedas pròpriamente ditas apenas de cobre, mas circulando os dois metais preciosos como instrumentos monetários, a peso — ou engano do próprio autor?

([101]) Einzig, citado, cap. 21.

([102]) *Suma Oriental*, p. 501; *Lendas da Índia*, t. II, p. 255; Barros, *Década* II, Liv. VII, cap. 6. O texto de Tomé Pires tem «onças», evidentemente engano, porquanto a não o ser a caixa deixaria de ser comparável ao ceitil.

([103]) Varthema, pp. 233-4 da trad. Scheffer; *Suma Oriental*, pp. 396 e 399.

([104]) *Suma Oriental*, p. 386; Barros, *Década* II, Liv. VI, cap. 6; Codrington, *Musulman Numismatics*, p. 128; *Numismata Orientalia*, vol. III, 1.ª Parte, p. 31; Harrison, *South-East Asia*, pp. 59 e 107.

([105]) «Journal of the China Branch», 1886, pp. 37-8.

e a Holanda dependerá do estanho britânico para a carga das suas naus que rumam para o Oriente (aliás os Holandeses esforçar-se-ão por se desenvencilharem dessa dependência); por outro lado, é bastante provável que as necessidades de estanho para fins monetários diminuissem no Sudeste asiático no decurso da segunda metade de Quinhentos, em resultado do «imperialismo» dos *reales*. Sob esta dupla pressão, o estanho de Malaca e de Kedah enveredou pelo caminho da Índia; novas minas entraram em exploração, por exemplo em Bata (no noroeste de Samatra), e na própria península a área de mineração ampliou-se, estendendo-se para o norte até Juncalan, para o nordeste até Ligor e para o sudoeste até Klang, no Johor ([106]): Tavernier poderá escrever, a meio do século XVII, que já não é preciso o estanho inglês, visto produzir-se o suficiente na Ásia ([107]).

É sobretudo nas montanhas e nas encostas altas que se encontra o metal, por exemplo na zona que fica por detrás dos portos de Perak e de Calan; mas há-o também nas planícies e terras baixas, assim na região de Rombo, subindo o rio de Panagim. Os Malaios escavam o solo e recolhem em como que grandes pratos redondos côncavos os pedaços de terra que depois dissolvem em água: os grãos de metal depositam-se no fundo, enquanto o lodo é arrastado para fóra. Por fim o metal é fundido e moldado em pães em fôrmas de louça. Fundem-se duas espécies de pães: na região de Perak, tão grandes que cinco pesam um bahar (205,6 kg); na região de Calan, são pequenos, de modo que 250 é que atingem esse peso; cada pão pesa 40,1 kg no primeiro caso, 0,82 no segundo.

Se no começo do século XVI o principal mercado do estanho era Kedah, este papel passou para Perak no ocaso do século: por este último porto saiem anualmente mais de 300 bahares; é aqui que tratam os feitores do capitão de Malaca, é aqui o mercado que frequentam os mercadores indianos. Em Calan carregam-se mais de 150 bahares em pães pequenos, e no rio de Panagim mais de 100. Na costa ocidental, Juncalan (ou Ujon Calan) é o porto mais setentrional desta exportação, que acompanham aqui, embora em plano inferior, o chumbo e o ferro. Acerca deste porto Godinho de Eredia não indica números. Sabemos que a totalidade da exportação pelos três portos da costa ocidental se eleva pelo menos a 550 bahares (calculando pelos dados de Godinho de Eredia), ou seja, 113 066 ¾ kg; mas falta-nos o volume da saca por Juncalan e Kedah, e, posteriormente, na costa oriental, por Johor ao sul, Singora e Ligor ao norte. Por alturas de 1600, o total da produção excedia sem dúvida fàcilmente os 650 bahares: 130 000 kg constituem um mínimo muito estrito.

Rumo ao nordeste, na ribeira do mar da China, as «moedas» de estanho e de chumbo — os pesos monetários ou canças — esbarravam com a circulação das caixas chinesas. Em Tchampá e na Cochinchina (englobando o Anam actual), os metais preciosos são tomados, na maior parte das vezes, simplesmente como mercadorias, embora, a peso, sirvam para pagamento de compras e de multas ou impostos. Se a louça vermelha é aqui entesourada, a apreciação dos bens faz-se de preferência em búfalos. Trípodes, pequenos machados, escravos, cujo valor é todavia contado em búfalos, constituem também meios de pagamento — Einzig chega a denominar esta circulação pré-monetária de «homérica» ([108]). São, no entanto, as rodelas de cobre com orifício quadrado ao centro, vindas da China, que parecem desempenhar, no século XVI, o principal papel nas pequenas despesas quotidianas ([109]).

Assim, no conjunto da Indochina, não se afigura que tenha havido verdadeira amoedação até final do século XVI. Decerto, cunham-se medalhas com caracter quer cultural quer mágico (amuletos), em relação com o hinduismo e o budismo; se ex-voto, guardavam-se nos pagodes. Feitas de chumbo ou de liga deste metal e de estanho, serviram ainda provàvelmente de pesos, e não é impossível que de

---

([106]) Godinho de Eredia, *Informação da Aurea Chersoneso*, ed. Caminha, pp. 84-6 (cerca de 1600).
([107]) Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25; Harrison, *South-East Asia*, pp. 107 e 116
([108]) Einzig, citado, Liv. I, cap. 20.
([109]) *Suma Oriental*, pp. 391-2.

moedas, num caso ou noutro. São, todavia, influências externas que levam, tardiamente, a autênticas emissões monetárias. No Arrakan, a suzerania de Bengala — preço do auxílio à restauração dinástica de 1430, contra as invasões birmanes — obrigou o Estado, em 1459, a bater espécies a fim de pagar o tributo; mas será apenas em fins de Quinhentos, ou mesmo em começos do século XVII, que as espécies argênteas, amoedadas, entrarão na circulação [110].

Contactos estreitos com a costa de Coromandel e Bengala, bem como com o Guzerate, e seguidamente, desde o século XI e sobretudo a partir do XIII, a expansão do Islame indiano, espalharam no noroeste da ilha de Samatra, muito antes da chegada dos Portugueses, a amoedação do fulvo metal. Em Pedir e em Pacém, com efeito, cunharam-se pequenas *dramas* áureas, de que 9 equivalem a um cruzado [111]: quer dizer que cada drama devia pesar 0,3977 gr, se de igual finura, ou, mais provàvelmente, um pouco mais, visto o seu toque ser, ao que parece, inferior. Tratar-se-á de cópia dos fanões rajahs de que 8 fazem um pagode? Acreditá-lo-íamos de bom grado: numa das faces vemos um «diabo» — Krishna ou Vishnu —, na outra «um carro puxado por elefantes», na descrição de Varthema (pp. 233-4).

A prata, essa, não é amoedada. Mas as tangas de Bengala e as caturnas do Sião e do Pegu correm aqui. A grande circulação monetária é constituída, porém, pelas caixas de estanho, de cunhagem local, e pelo ouro em pó (*Suma Oriental*, pp. 396 e 399). Ainda no século XVIII e no XIX o pó de ouro, tomado a peso, exercerá as funções monetárias na maior parte da ilha [112]. Mas se o papel de padrão de valor lhe incumbia frequentemente, era por vezes a pimenta que servia de meio de pagamento: assim na região do rio Djambi, segundo uma fonte chinesa do dealbar do século XVII [113].

Pedir e Pacém, como Malaca, representam a interferência de vários «círculos estruturais» monetários. Para leste só ficam pràticamente frente a frente as «moedas primitivas» e as caixas de cobre chinesas. O *Livro das cidades e fortalezas* de 1582 sublinha-o com clareza, ao explicar que «caixa» é o nome comum em todo o Oriente para além de Malaca pelo qual se nomeia toda a moeda de cobre que corre nessas longínquas paragens (p. 171). Estas caixas, Van Linschotten descreve-as «de la grandeur des deutes de Hollande, mais plus menues, percées au milieu pour y faire passer une cordelette et en joindre deux cents ou mille, afin de faire un juste compte.» (cap. 20, p. 35). Os Portugueses comparam-nas evidentemente aos ceitis, a que seriam grosseiramente iguais em valor mas que excederiam em grandeza [114]. Graças ao furo quadrado ao centro, prendiam-se aos centos; 200 fazem uma *sata*, e 5 satas, um *puou*: mas por puou recebem-se apenas 970 caixas e não 1 000 da conta, constituindo as 30 de diferença o direito arrecadado pelo senhor. 1 000 caixas chinesas trocam-se em Java por 25 calains de Malaca [115], isto é, 40 caixas por calaim; cada caixa de cobre, de origem chinesa, vale portanto 2 ½ de estanho, de Malaca. A origem chinesa não suscita quaisquer dúvidas: ainda a meio do século XVI se dizia por toda a parte que tinham vindo do Celeste Império em anos remotos, e que os Chineses é que as

---

[110] *Numismata Orientalia*, vol. III, 1.ª Parte, pp. 1-11, 31 e 33.

[111] *Suma Oriental*, p. 396.

[112] W. Marsden, *History of Sumatra*, p. 171.

[113] Einzig, citado, p. 100.

[114] Todas as fontes concordam neste ponto, incluindo Tomé Pires. É, por isso, de espantar que este declare que 140 caixas pesam 16 onças (*Suma Oriental*, p. 423), ou seja, 3,27 gr cada peça, visto o ceitil pesar 11,475 gr.

[115] *Suma Oriental*, pp. 415 e 422-3.

tinham espalhado por todas as ilhas ([116]). Depois, como explica Varthema (p. 249), passara-se a fundi-las na própria ilha de Java, visto que produz cobre em abundante quantidade.

Em toda a ilha de Java (incluindo a Sunda, ou seja, a sua parte ocidental), como na pequena ilha de Byma ([117]), são estas caixas de cobre que formam a base da circulação monetária. Não havia evidentemente espécies indígenas áureas ou argênteas, mas os Jaus gostavam de receber moedas estrangeiras — tangas de prata ou portugueses de ouro —, e o fulvo metal de produção própria, com o toque de 8 mates, circulava a peso, sendo a unidade a *tundaia* de 53,7 gr (um quarto mais forte do que o tael de Malaca). O câmbio era de 1 333 ⅓ caixas por cruzado, por alturas de 1512-1515 (*Suma Oriental*, pp. 415 e 422-3), e de 1 000 para o ocaso do século (Van Linschotten, cap. 20, p. 35); teria sido de 600 à volta de meio do século, visto um cruzado valer então 5 tangas de prata, e cada tanga 120 caixas ([118]). Estas tangas deviam vir de Bengala pela escala de Malaca. Por outro lado, é provàvelmente às caturnas siamo-laocianas, ou à prata da China, que se refere a história da dinastia dos Song: os Javaneses ter-se-iam servido, do século X ao XIII, de folhas de metal branco como moeda. Aliás a escassez endémica de espécies levava-os, na zona rizícola de Majapahit, a efectuar os pagamentos em arroz ([119]).

Java tornara-se, graças à intensa actividade marítima e mercantil dos Jaus, uma etape essencial para o comércio chinês, que aqui encontrava ou daqui recebia as ricas especiarias dos arquipélagos das Molucas e de Banda. Para estes arquipélagos Java reexportava, por seu turno, as caixas chinesas ou exportava as imitações saídas das suas oficinas monetárias ([120]). Os juncos da China deviam também, tudo o indica, desembarcá-las directamente nas ilhas do cravo e da noz muscada (Duarte Barbosa, p. 372), que as recebiam ainda pela escala de Bornéu ou do cunho desta ilha ([121]). Mas as caixas não constituem de modo algum os únicos instrumentos monetários destas ilhas distantes. Gongs, fabricados, ao que parece, na própria Java — sem dúvida no seguimento da reexportação de originais chineses —, serviam aos mercadores estrangeiros para comprarem as especiarias, e os indígenas, nomeadamente os senhores e os honrados, deles amontoavam tesouros (a título de reserva de valor), sinais e factores de poderio social. (Duarte Barbosa, p. 372). Como meios de transacções ou de pagamento são, contudo, antes os panos de algodão indianos que circulam, dados os altos preços que atingem nas Molucas e em Banda; pelo menos era assim na feitoria portuguesa, e tudo leva a crer que os Portugueses não fizeram mais do que continuar a tradição ([122]). No final de Quinhentos são esses panos de algodão de fabrico indiano que servem de moeda na compra das especiarias ([123]).

Em Bornéu voltamos a encontrar, como instrumentos pré-monetários, o ouro em pó nas regiões mineiras, o arroz, que dá lugar a empréstimos de consumo, e os búfalos, um pouco por toda a parte; os gongs também desempenham o duplo papel de padrões de valor e de meios de trocas. No século XVI, é muito provável que tivessem curso caixas de cobre, importadas da China ou fabricadas aqui,

---

([116]) *Livro dos pesos da Ymdia*, 1554, p. 42.

([117]) *Suma Oriental*, p. 438.

([118]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 42. Acreditaríamos de bom grado, contudo, num erro de fonte, a restituir: 220, em vez de 120, visto com a primeira taxa estarmos na razão, muito mais plausível, de 1 100 caixas por cruzado. Mas a ter-se dado efectivamente valorização das caixas talvez haja que pôr em causa uma contracção do comércio com a China?

([119]) Einzig, p. 101.

([120]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 40.

([121]) Castanheda, Liv. VIII, cap. 21: em 1530, Gonçalo Pereira, por ordem do governador Nuno da Cunha, parte para Bornéu a fim de «tomar hi caixas, que sam hũ género de moeda que serve em Maluco».

([122]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 40.

([123]) Furnivall, *Netherlands India*, p. 22.

porquanto os Portugueses as vêm comprar para as levar para as Molucas. Uma grande parte do comércio fazia-se, porém, por escambo ([124]).

Nas ilhas dos Luções — as futuras Filipinas —, antes da instalação dos Espanhóis, predominava a permuta: permutavam-se géneros alimentícios, gado, terras, cabanas, escravos uns pelos outros. Por vezes intervinha a determinação de um preço; então o pagamento fazia-se em ouro ou em gongs chineses ([125]). Com estes gongs, com marfim, panos de algodão do Guzerate, porcelana amontoavam-se tesouros ([126]). Praticavam-se correntemente as vendas a crédito, com juros excessivos, sob a caução de fiadores; como correntemente se usava dos empréstimos a juros, dobrando o cabedal em caso de não liquidação no prazo estipulado, o que ia ao ponto de reduzir à escravidão o devedor insolvente e os seus filhos. (A. de Morga). O arroz servia com frequência de reserva de valor, padrão de preços e meio de transacção ([127]).

Se abarcarmos numa panorâmica única as diferentes regiões que acabamos de percorrer, alguns traços fundamentais se destacam. Imenso foco de extracção do ouro, o Sudeste asiático não o amoeda: esse metal apenas circula em pó, a peso, servindo ora de medida dos preços, ora de meio de pagamento; mas é quase integralmente aspirado pela Índia. Em áreas muito mais restritas, há também uma extracção de prata que não é para desprezar; não amoedada, igualmente, corre do mesmo modo a peso mas sob a forma de rodelinhas; o seu papel monetário é ainda mais secundário do que o do ouro. De facto, zona de produção fortíssima de metais preciosos, a Indochina e os arquipélagos malaios são o domínio da circulação das «moedas primitivas» — cauris, gongs, panos de algodão, arroz... — sobrepondo-se a, ou envolvendo zonas de escambo, e esteando, aqui ou além, formas já mais próximas da verdadeira moeda, graças à irradiação das caixas de estanho ou de cobre, sobretudo chinesas.

§ 4 — *Caixas chinesas, arroz e barras de prata*

A vasta China parece ter traçado dois dos vectores determinantes da evolução da economia monetária. Em primeiro lugar, pela irradiação do seu comércio e pela atracção dos mercadores estrangeiros aos seus portos, veiculava a infiltração dessa economia no Extremo Oriente no trilho das suas caixas de cobre e do seu papel-moeda. Posteriormente, a partir do século XVI, tornou-se a bomba aspirante de toda a prata do mundo.

Formas pré-monetárias ou «moedas primitivas» precederam, durante intérminos séculos, o aparecimento das caixas. Do século XVI ao VIII a. C., na China inteira, os cauris constituíram uma ampla circulação de carácter para-monetário. Por isso o elemento *pei* — cauri — veio a formar a composição dos caracteres que designam «comprar», «vender», «armazenar», «emprestar», «entesourar». Mas em seguida a sua área de circulação foi sendo reduzida pelo avanço, a patrir do Oriente, de outras formas de «moedas primitivas» e pela espantosa ascensão das caixas; cantonou-se finalmente ao Yun-nan e às outras províncias dos confins tibetanos, isto é, a uma grande região de extracção de ouro e à zona das vias que, ligando-a ao golfo de Bengala, tinham outrora permitido à economia baseada nos cauris alcançar a China e cobri-la. Já, é certo, outros instrumentos para-monetários tinham circulado em concorrência com as conchas: por exemplo, as escamas de carapaça de tartaruga. Foi, todavia, ao ritmo do recuo dos cauris que se espalharam as «moedas» de bronze — pás, facas e até gongs. À volta de 200 a. C. estas faquinhas e pequenas pás com função monetária desapa-

---

([124]) Thevet, *Cosmographie*, Liv. XII, cap. 6; Einzig, Liv. I, 1.ª Parte, cap. 18.
([125]) A. de Morga, *Sucessos de las Filipinas* (1609), p. 195.
([126]) Duarte Barbosa, p. 371 (embora não nomeadas, trata-se sem dúvida das ilhas dos Luções).
([127]) Einzig, Liv. I, cap. 16.

receram por seu turno, só reaparecendo mais tarde esporàdicamente. É então que começa a difusão das peças redondas de cobre com orifício central, primeiro circular, posteriormente quadrado — as caixas. Não é impossível que na origem fôssem uma transposição para o metal desses antigos discos de jade com o centro furado conhecidos por *pi* e que, segundo a tradição, representariam o céu; os *pi* pertencem à categoria dos emblemas rituais, símbolos cósmicos que se utilizavam nos sacrifícios a celebrar pelo soberano ([128]). O carácter religioso, e possìvelmente também, depois, mágico (protecção contra os elementos celestes), asseguraria às caixas a sua difusão e enraizá-las-ia na tradição.

Durante os quatro séculos da dinastia dos Han (206 a. C. — 220 d. C.), o comércio empregou sobretudo as caixas e o ouro em barras, a peso. Mas os séculos seguintes assistiram a graves crises e até a nítidos recuos da circulação dessas peças redondas de cobre. Do século III ao VIII a seda desempenhou a maior parte das funções monetárias, quer em primeiro plano, quer por detrás das caixas; em algumas regiões o mesmo papel coube ora aos grãos ora ao sal. Iniciativas privadas e acção estadual convergiram portanto para a creação de uma forma inteiramente nova de um autêntico instrumento monetário: o papel-moeda. As suas origens entroncam-se nas «moedas volantes» do século IX Tang, instrumentos de transferência, por compensação, entre províncias afastadas, que o incremento do comércio do chá e a centralização dos impostos tinham tornado necessários. A partir de 960 um Banco imperial de depósito emite recibos dos metais e objectos preciosos depositados por particulares e pelo Estado; estes recibos são negociáveis; ao mesmo tempo, as compensações de pagamentos entre praças diferentes geram a letra de câmbio. Facto revelador: o século IX que assistiu a um tal progresso dos instrumentos monetários fiduciários parece ter constituído um período de escassez de metais.

Em começos do século XI, na província ocidental de Szechuan, onde corriam caixas de ferro, bancos privados passaram a emitir notas que representavam a cobertura constituída por este metal pesado, pagáveis em três anos. Em breve o Estado quis chamar a si e monopolizar tais emissões, mas as particulares subsistiram ao lado das imperiais e das dos governos provinciais. Uma primeira bancarrota geral em 1032 não interrompeu a circulação fiduciária, que se tornará, na segunda metade do século XII, transitòriamente inconvertível. As caixas continuavam a correr, e eram elas que continuavam a servir de padrões de valor: cada nota correspondia a um certo número de caixas.

Do início do século XII ao início do século XV é a circulação fiduciária que caracteriza a economia chinesa e daí irradia para leste, sul e oeste. Durante a dinastia mongol dos Yuan, as caixas, bem como as barras de prata ou de ouro, deixam de ter curso legal. A princípio as notas procuravam, sem dúvida, remediar à escassez de cobre, por vezes tão aguda na época dos Song; por outro lado, obviavam aos inconvenientes que resultavam do peso do ferro, e facilitavam os pagamentos de província para província numa conjuntura de pleno incremento do comércio interregional ([129]). Mas os problemas do comércio externo assumem uma importância determinante na época dos Yuan. A norte da China, para Poente, desenrolam-se essas intérminas estepes euro-asiáticas que os nómadas percorrem sem descanso. Através destas extensões imensas, o metal branco reina sem oposição, conquanto não amoedado: corre sob a forma de barrinhas — os *somi* de que fala Pegolotti. Os Mongóis, assentando a sua dominação sobre a China, vão drenar a sua prata que, transportada pelas caravanas, atravessará as estepes e desertos até à remota Anatólia. Cerca de 1260, este metal, cuja cunhagem cessara no Islame asiático desde o ano 1000, reaparece em fôrça e circula de novo densa e intensamente pelo mundo islâmico oriental. Tributos aos nómadas, compras de mercadorias que estes lhes trazem, pagam-nos os Chineses com a prata das suas minas setentrionais e de Szechuan, e essa prata, misturada com antimónio, mais branca do que a ocidental (que é plumbífera), escoar-se-á até às casas da moeda do Próximo Oriente ([130]). Graças às notas, os Yuan evitam a circulação da prata, bem como das caixas, no interior do império, e amontoam imponentes reservas, sobretudo daquele primeiro metal, de que se servem no comércio externo. Na fronteira, cada mercador ou viajante tem, à entrada, de entregar toda a prata que traz consigo, recebendo a contra-partida em papel-moeda; ao deixar a China ser-lhe-á restituído, contra apresentação das notas, o peso metálico correspondente ([131]).

Esta economia fiduciária entrou em crise ao abrir a era quatrocentista. Se, quando da emissão de 1378, bastavam 17 caixas de papel-moeda para ter a equi-

---

([128]) Musée Guimet, *Introduction générale aux Arts de la Chine, de l'Asie Centrale et de l'Afghanistan — Guide abrégé*, Paris, 1951, p. 64. A aproximação é de nossa responsabilidade.

([129]) Sobre tudo quanto antecede: Yang, *Money and Credit in China*, passim; Del Mar, *A Monograph on the History of Money in China*, pp. 5-16.

([130]) Blake, *Circulation of Silver in the Moslem East*, pp. 294, 315 e 328.

([131]) Pegolotti (1346), cap. 2.

valência de 13 caixas de cobre, em 1448 serão precisas 1 000 daquelas para igualar 3 das últimas. Em vão, nesta data, o governo proíbe o curso das peças de cobre, e em 1455 institui o pagamento dos impostos em notas. A meio do século XV cessam as emissões imperiais de papel-moeda; de oravante apenas os bancos particulares manterão uma circulação fiduciária puramente local ou, quando muito, regional [132]. As caixas de cobre reassumiram pouco a pouco o seu papel, as barras de prata entraram cada vez mais numerosas na circulação, mas doutra banda regressou-se em larga medida ao arroz, isto é, a uma mercadoria que desempenha uma ou outra das funções monetárias.

Este retrocesso parcial, de uma forma evoluída de moeda como são as notas de papel, a formas pré-monetárias, não nos deve surpreender. A China estava rodeada de países onde predominavam as «moedas primitivas»; aí, as caixas e as notas chinesas eram os únicos representantes de uma etape monetária superior. No Yun-nan e nos confins tibetanos reinavam os cauris e o ouro em pó a peso. No Tibete, não só não existiam espécies cunhadas, mas jamais o papel-moeda do Grão Khan esteve em uso; quanto a instrumentos pré-monetários, apenas se conheciam o coral, utilizado também como adorno feminino e das estátuas sagradas, que dificilmente chegava do Ocidente, trazido pelas caravanas, e os pães de sal que a província chinesa de Kain-du enviava em troca de ouro em pó. Mas regressemos ao império do Meio. Na província de Kain-du o fulvo metal recebido do Tibete é fundido em grossos fios, que são cortados segundo comprimentos determinados, e assim correm, sem qualquer marca. Ao invés, os pães de sal, chatos de um lado e convexos do outro, têm a marca do Grão Khan; o seu fabrico incumbe a oficiais imperiais, e ninguém mais está autorizado a fabricá-los; 80 pães trocam-se por 1/6 de onça de ouro, todavia, nas regiões montanhosas, menos frequentadas, o valor do sal aumenta e bastam 60, 50 e até só 40 pães [133].

Nas transacções de vulto, e fora desses confins distantes, são as barras de prata que vão, a partir do dealbar de Quatrocentos, passar à frente dos outros instrumentos monetários. Até então a China, em vez de utilizar o seu metal branco para a sua circulação nacional, exportava-o para as estepes. E também para o Japão. Em 1407, o imperador presenteara o «rei» e a côrte deste país com 1 000 *liang* (37,3 kg) de prata; os presentes imperiais reduzem-se posteriormente a 300 *liang* (11,19 kg) por ocasião de cada uma das missões diplomáticas (1433, 1436, 1454, 1478) [134]. À evasão do metal branco chinês entre as mãos dos nómadas veio pôr fim, brutalmente, a reacção nacional dos Ming: acabara-se assim com a situação, tão estranha quando a comparamos com os séculos XVI e seguintes, de uma China exportadora de prata. O resultado desta inversão, em Quinhentos, foi a introdução de um novo sistema tributário: os impostos serão de oravante pagos em prata. A razão entre os dois metais preciosos (considerada a prata como segundo termo) subira de 1:4 para 1:5 entre 1375 e 1385, para saltar a 1:7,5 em 1413 [135]: prova do acréscimo do *stock* argênteo na China.

Que o ouro e a prata continuaram, porém, a não ser amoedados, e a correr apenas a peso, segundo o seu toque, as fontes quinhentistas e seiscentistas são concordes em o afirmar. Assim um documento português de 1582 [136] e, em 1628, a *Alegación* de Solis (f. 25). Os *huang-pien-ch'ien-erh*, isto é, as «moedas de rosto

---

[132] Del Mar, citado, pp. 16-19.
[133] Marco Polo, Liv. II, caps. 37 e 38.
[134] Wang, *Official Relations between China and Japan*, quadro III, entre pp. 92 e 93.
[135] Yang, *Money and Credit in China*, p. 48.
[136] Publicado por T. de Aragão, t. III, n.º 16.

amarelo» de que fala uma *Divina Comédia* ming, são, efectivamente, peças de cobre, ou antes, de bronze, e não, como se julgara primeiro, peças áureas. Decerto, verdadeiras *chin-ch'ien*, moedas de ouro, figuram nas listas de tributos pagos pelos países estrangeiros, e os imperadores ming semeavam-nas à sua passagem, quer como gratificação aos seus mestres ao acabarem as lições, quer como dádivas aos cortesãos e às pessoas das classes superiores; com o mesmo fito a oficina imperial cunhava por vezes também peças argênteas. Mas, amuletos, adereços, testemunhos de altos favores, ou mesmo elementos de tesouro, o seu círculo não extravasava dos grupos dominantes e não tinham curso ([137]).

Não servindo à amoedação, o metal branco não constitui, todavia, ùnicamente objecto de tesaurização. Pelo contrário, considerado como mercadoria, seja em barras seja em espécies estrangeiras, os Chineses apreciam-no mais do que qualquer outro e, mercadoria privilegiada, o seu papel de meio de transacção e de pagamento não cessa de crescer, mesmo nas pequenas compras de praça do dia-a-dia ([138]). Paragem completa da saca de prata para o estrangeiro em fins do século XIV? Certamente. Mas mais do que isso. A China atrai cada vez com mais força o metal argênteo do exterior, apresente-se sob que forma se apresentar. Para o obter, obstinadamente, exportará não só as suas sedas e as suas porcelanas, mas também o seu ouro e o seu cobre, no entanto insuficiente para as suas necessidades próprias, e até o cobre comprado ao Japão.

De há muito as caixas chinesas se encaminhavam para os portos nipónicos. No arquipélago, com efeito, o Estado não bateu moeda do século XI ao século XVI, e as espécies cunhadas — de cobre — eram-no por iniciativa dos senhores *(daimyos)*; o ouro em pó ou em arries desempenhava algumas das funções do numerário, por vezes, bem raramente. Na realidade, e isto pelo menos até dealbar o século XVII, a verdadeira «moeda» nos meios rurais e mesmo em muitas cidades, é o arroz, objecto da actividade económica preponderante, sustento por excelência das massas populares. A troco de arroz se adquirem todas as mercadorias e todos os bens; em arroz se pagam os impostos e rendas senhoriais (os 4/10 do produto da terra que o camponês é obrigado a ir entregar no celeiro do senhor). Quando se pede «dinheiro» emprestado, é arroz que o credor entrega, é em arroz que o devedor lhe paga os juros e restitui o cabedal. O valor de todos os bens é estimado em arroz, e não é outra a medida de avaliação da riqueza de cada *daimyo*.

A circulação monetária tem um papel menos insignificante nas esferas dirigentes dos *daimyos* e de numerosos *samurai*, bem como nos mosteiros budistas. Ostentação de luxo, afirmação de poderio e de opulência, sem dúvida, mais do que verdadeiro instrumento monetário corrente. Nem por isso desprezemos as caixas, de importância crescente, que o Japão compra à China aos milhões, a troco de ouro e de espadas, durante o período Ashikaga (1336-1576), ou que os Wakô rapinam nas suas incursões ao litoral do continente. Tornar-se-ão muito abundantes na fachada ocidental japonesa. Os preços são expressos, em 9/10 dos casos, em peças de cobre, e tão só em 1/10 dos casos em arroz. Por outro lado, nos séculos XV e XVI desenvolve-se o emprego de letras de câmbio, cujo aparecimento data de cerca de 1336; tanto os *daimyos* como os mosteiros as utilizam para transferirem o produto das rendas arrecadadas ou outras fontes de receita.

Os *daimyos* do Japão oriental, onde as caixas não chegavam em número suficiente, lançam, a meio de Quinhentos, as *bitas*, igualmente de cobre, que

---

([137]) Lien-Sheng Yang, em «T'oung Pao», 1952, pp. 10-8. Sobre os problemas monetários chineses o livro recente de Yang, *Money and Credit in China*, não deve fazer esquecer o clássico Del Mar, citado.

([138]) Solis, *Alegación*, f. 25.

valem 1/4 das primeiras. Por quase toda a parte as oficinas senhoriais, nos séculos XV e XVI, emitem peças áureas e argênteas. Em 1568 Nobunaga estabelece a obrigatoriedade da aceitação dos dois metais preciosos como meios de pagamento, e nove anos depois começam as emissões regulares, pelo poder central, de espécies tanto de cobre como preciosas; as de ouro, nomeadamente, vão desempenhar de oravante um papel de primeiro plano no pagamento quer das compras quer dos impostos, embora até o declínio do século XVII a parte do arroz continue a ser de relevo. Em suma, a grande era do arroz-moeda e das caixas chinesas fecha pouco depois de 1540 e a economia monetária realiza sérios progressos.

Para fundirem as caixas, as oficinas chinesas empregaram cada vez menos o cobre do Yun-nan e cada vez mais o do Japão ([139]), que, de uma ponta à outra dos séculos XV e XVI, o exporta para a China e também para a Coreia. A partir de 1526 a exploração mineira desenvolve-se graças à abertura de galerias e à adopção de novos processos de separação do metal. Desde 1570 entram em exploração novas minas. Por tudo isso, depois de 1610, o Japão exporta aproximadamente 50 000 *piculs* (= 3 toneladas métricas) de cobre, estando o tráfico dividido em partes iguais entre os Holandeses e os Chineses. Por outro lado, como na circulação interna chinesa o quinhão da prata a peso aumenta sem cessar, a China pede o metal em barras ao arquipélago vizinho, os *reales*, e até os larins, a Macau, e em breve os *reales* a Manila. Sobre o mundo extremo-oriental começa a maré enchente da prata mexicano-peruana... ([140])

§ 5 — *Os Portugueses e o cobre nas Índias Orientais*

As espécies portuguesas de cobre quase não irradiaram, salvo tímidas aparições e anémicas circulações nos presídios marroquinos e nas colónias tropicais de povoamento. Instalaram-se, evidentemente, nos arquipélagos atlânticos adjacentes — Madeira e Açores —, onde o campo estava livre para o prolongamento da metrópole. Em Marrocos, o numerário muçulmano ocupou sempre o primeiro lugar. Fora dessas zonas, no domínio atlântico, a economia portuguesa estava em contacto com economias amonetárias ou que apenas recorriam a uma «moeda primitiva», sobretudo as conchas. Só uma transformação da própria estrutura das economias negras ou indianas podia abrir caminho às espécies portuguesas: estas não podiam, portanto, circular senão onde os Portugueses estivessem estabelecidos, agrupando-se em cidades, pelo menos em vilas. Mas se o numerário de cobre não sulca o Atlântico, a África negra absorve anualmente vários milhares de quintais de metal, sob a forma de utensílios que desempenham, também, um certo papel monetário.

Para lá do cabo de Boa Esperança, as espécies portuguesas também não irradiaram, por razões completamente diferentes. Índia e o Extremo Oriente possuíam numerário ou para-moedas de cobre desde tempos imemoriais; a complexidade dos dispositivos económicos que aí funcionavam forçava inexoràvelmente os intrusos a adoptarem as formas já existentes. Desde a fundação do Estado português das Índias Orientais por Albuquerque que o problema se punha: dada a impossibilidade de introduzir o numerário de cobre metropolitano, não restava

---

([139]) Hall, *Early Ch'ing Copper Trade*, p. 446.

([140]) Sobre o problema monetário no Japão, Takizawa, *The penetration of Money Economy*, caps. I e II, fornece-nos ainda informações válidas, mas há que corrigi-lo e desenvolvê-lo com Delmer Brown, *Money Economy in Medieval Japan*, caps. II-IV.

senão escolher entre a abstenção de amoedação, continuando em curso as espécies indígenas, e o lançamento de espécies semelhantes às já existentes, mas sob a autoridade da coroa portuguesa. A solução não podia ser idêntica em Goa, Ormuz, Malaca, vistas não só as diferenças políticas mas ainda a diversidade dos meios monetários.

Aliás, o problema do cobre revestia outro aspecto. Os reinos situados fora do domínio político português consumiam enormes quantidades de metal para as suas amoedações próprias. Era o caso do Guzerate e de Delhi. Em 1513, um mercador baneane estimava em 30 ou 40 mil quintais as necessidades desta área imensa ([141]). Este cobre vinha, na sua maior parte, do Ocidente, pela via do Cairo e do mar Roxo; ora como a oferta não bastava para satisfazer a procura, havia ainda que recorrer às amêndoas (noutras regiões ou aqui mais tarde, aos cauris) para os trocos e pequenas compras. De começo, a rota do Cabo veio somar-se à rota do mar Roxo, e o Guzerate absorveu a oferta das duas. Mas em breve os Portugueses, querendo fechar a segunda, conseguiram de facto tornar muito mais difícil a navegação de Ádem, o que provocou a escassez de cobre em Cambaia ([142]). As exportações portuguesas deste metal com destino a Cochim crescem precisamente então, até ao máximo de 12 000 quintais. Estamos longe ainda da ordem de grandeza da procura unicamente do Hindustão.

Além disso, as naus vindas de Lisboa iam fornecer o metal para a cunhagem que Albuquerque instituíra em Goa. Uma das razões da escolha desta cidade para capital não fora o facto de, nesta ilha e na terra firme vizinha, correrem espécies de cobre? Tal situação não se voltava, na verdade, a encontrar para sul, e nomeadamente em Cochim e Cananor, onde todas as compras do dia-a-dia na praça se pagavam com moedas de ouro ou de prata ([143]).

Albuquerque retomou pura e simplesmente, para a prata e para o cobre, os tipos monetários em circulação, apenas mudando os cunhos. No metal inferior, a Casa da Moeda de Goa continuou portanto a bater, como no tempo do Sabaio, *bazarucos*, isto é, provàvelmente, «moedas de troco para a praça» (bazar) ([144]), rebatizados *leais*, e *sapecas* (ou *cepayquas*), conhecidas também pelo nome de *pequeninos*, fracção dos primeiros ([145]).

O cobre amoedado valeu em Portugal, durante todo o reinado de D. Manuel, 5 120 reais o quintal, ao passo que o custo das barras não excedia 1 800. Em 1506 em Coulão vendia-se a 16 cruzados (= 6 240 reais) ([146]), enquanto em Cochim e Cananor o seu preço era apenas de 12 cruzados (= 4 680 reais) ([147]). Quatro anos depois, na primeira destas feitorias, a faraçola vendia-se a 2 cruzados ([148]) ou seja a 5 548 reais ou 14 cruzados o quintal. Em 1515 o feitor de Goa compra a Anrique Figueira 49 quintais e 18 arráteis a 12 cruzados o quintal ([149]). É a este preço que é fixada a venda do metal pelas feitorias destinada ao pagamento das compras de especiarias: é de 2 vezes e 2/3 o preço em Lisboa, o que garante já

([141]) *Cartas A. A.*, t. I, pp. 194 e 240.
([142]) Idem, p. 135 (30-XI-1513).
([143]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 336 (Goa, 4-XI-1514) e p. 46 (Cochim, 1-IV-1512).
([144]) Etimologia incerta: de *bazar-ruka*, pequena moeda de bazar, ou do persa *buzurg*, grosso. Mas Gerson da Cunha supunha que as duas raízes se confundiam no fim de contas, visto *buzurg* ou *besorg* ser uma moeda de trocos persa (p. 91 da ed. inglesa).
([145]) *Lendas da Índia*, t. II, pp. 75-6, Liv. II, cap. XI; Barros, *Década* II, Liv. V, cap. 11
([146]) *Cartas A. A.*, t. II, p. 393.
([147]) Cà Masser, pp. 74-5.
([148]) Alvará, Lisboa, 13-III-1511 (T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 10, doc. 6; J. P. Ribeiro, *Dissertações*, t. V, p. 331).
([149]) Ordem de pagamento de 4-IX-1515 (T. T., C. C., 2.ª Parte, m. 62, doc. 3).

um lucro apetitoso. Mas em Diu e Cambaia é ainda mais elevado: 7 403 reais em 1513 ([150]): o Guzerate, e Delhi por detrás, eis a grande bomba aspirante do cobre.

Em que valor facial fixou Albuquerque exactamente as espécies cunhadas? Um documento muito mais tardio, embora aparentemente bem informado, apenas atribui 13 pardaus ao quintal de cobre nas cunhagens do Terribil ([151]). Mas o próprio governador, em carta de 1512, declara por duas vezes que a moeda de cobre vale à razão de 24 cruzados o quintal ([152]) — 9 360 reais, mais caro, por conseguinte, que no mercado guzerate, a fim, sem dúvida, de evitar ou pelo menos restringir a reexportação com este destino. O relatório de 1569 deve pois referir-se ao metal em barras e não ao amoedado, quando regista esse preço de 13 pardaus (um pouco mais de 11 cruzados).

Em 1517 (Novembro ou Dezembro), o vèdor da Fazenda Fernão de Alcáçova ordena que se cunhe o quintal de cobre, 5/6 em leais e o outro sexto em pequeninos, a 23 ¼ pardaus, ou seja, 18 cruzados e 288 reais. Oito anos depois, outro vèdor da Fazenda, Afonso Mexia, reduz as despesas de cunhagem, de 1 042 reais por quintal, para «oito arrates de cobre, em que se montão 450 rs», o que dá ao quintal o preço de 7 200 reais ou 18 cruzados, o mesmo é dizer 22 ½ pardaus ([153]).

Assim, desde as emissões de Albuquerque a 29 pardaus o quintal, o valor nominal das espécies de cobre baixou, reforçando-se portanto o seu valor intrínseco, não só até 1525 mas mesmo posteriormente. Segundo o relatório de 1569, que traça a retrospectiva das cunhagens de cobre, durante o governo de Nuno da Cunha (1529-1538), como o preço de custo do metal alçara, valendo então o quintal 16 pardaus, foi de acordo com tal relação que o governador mandou batê-lo: amoedado, o seu valor devia ultrapassar de pouco 19 pardaus.

O reforço real das espécies de cobre deve ser devido, a princípio, à baixa do metal provocada pelo seu afluxo pela rota do Cabo, e em seguida, à redução das despesas e desperdícios de amoedação. É que até 1524 concedia-se ao moedeiro um quintal de perdas em cada quatro quintais, quer dizer, 25 %, o que o vedor achou, e com razão, «mui descomunal», obrigando-o a reduzir para 10,7 % (13 arráteis por quintal); reduziu igualmente os custos para 91 vinténs (1 820 reais) ([154]). O regimento de 1517 fixara-os em 1 042 reais, mas ao fazerem os contratos os rendeiros da Moeda tinham conseguido obter mais. Em 1525 os custos foram reduzidos para 8 arráteis, isto é, 450 reais, por quintal ([155]). Com Nuno da Cunha, acabamos de o ver, o preço do quintal subiu para 16 pardaus, e em 1538 é de 17; D. Garcia de Noronha (1538-1540) eleva-o para 18, conquanto aumentando também as ajudas de mantimentos de 50 % (de 4 para 6 tangas por mês) ([156]). No entanto, quando Martim Afonso de Sousa toma posse, são 17 pardaus de tangas que vale novamente o quintal amoedado ([157]).

A talha em quintal variou evidentemente, e com ela o peso do bazaruco. Vimos no capítulo precedente (§§ 2 e 3) que a amoedação do cobre em todo o Hindustão, no Guzerate e no Dekkan setentrional percorre uma gama que vai de uma peça pesada de 14,9 a 16,11 gr (djelala), passando por uma de 9 a 10,56 gr (sabyabe) e outra de 4,5 a 5,3 gr (meio sabyabe, igual ao faluz de Ormuz), ao docotry que é o quarto do djelala e pesa 3,75

([150]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 240 (4-XII-1513).
([151]) 16-VI-1569 («Arch. Port. Or.», III, pp. 174 ss.; T. de Aragão, t. III, doc. 9).
([152]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 415.
([153]) «Arch. Port. Or.», V., pp. 8-9.
([154]) Idem, pp. 73-4.
([155]) Idem, pp. 8-9.
([156]) Relatório de 1569, citado.
([157]) Carta de Aleixo de Sousa a D. João de Castro, Cochim, 7-X-1545 (B. N. Paris, Portugais 23, ff. 510-3) — sem dúvida uma das peças mais notáveis da história económica monetária do século XVI, e que por isso utilizaremos abundantemente.

(ou mesmo 3,5) a 4 gr, e por último a uma moeda de 2,46 a 2,6 gr. Sublinhámos a ordenação segundo dois sistemas, um quaternário e outro ternário, e indicámos que Albuquerque se deve ter conformado com esta dualidade. Da amoedação luso-indiana do tempo de Albuquerque, os exemplares conhecidos pesam 15,067 gr ou 15,17 gr, e os mais pequenos estão compreendidos entre 2,933 gr e 3,239 gr ([158]). Se partirmos da equivalência de 16 bazarucos ao vintém, o cálculo dá 14,3 gr para o peso do bazaruco, fraco em relação aos exemplares conhecidos: havia provàvelmente 3 840 peças por quintal, com um peso teórico, portanto, de 15,3 gr ([159]). As peças pequenas é provável que sejam sapecas (ou cepaicas) sensìvelmente gastas pelo uso, porquanto o cálculo teórico daria 3,82 gr. ou de preferência 3,7 gr., a quatro sapecas por bazaruco; por outro lado, seriam ⅓ de tolá ou sabyabe, que como vimos existia na amoedação indígena, e a que é possível que também se tenha chamado bazaruco (pois esta palavra tem um sentido lato), bem como assim se pode ter chamado uma peça maior. Gaspar Correia fala de uma moeda de cobre com o peso de 2 reais portugueses ([160]), logo de 22,95 gr (2 560 por quintal), ou melhor, um pouco menos: peça de peso igual ao do pardau de tangas (de prata): o *paysah* ou *dam* de Sher Shah pesará 21 gr, o de Akbar, 20,5 gr. Uma moeda existente no Museu Numismático de Lisboa pesa 5,7 gr. (Peres, *Catálogo*, p. 8, n.º 3): parece demasiado pesada para a considerarmos ⅓ do bazaruco de 15,3 (ou mesmo 15,7 gr); afigura-se-nos, sim, o quarto de *paysah* de 22 gr e tal e a metade do tolá.

O regimento de 1517 prescreveu a talha de 3 744 leais em quintal; o peso da peça foi, por conseguinte, elevado para 15,67 gr. Em 1542 a talha é de 4 250 e o peso de cada bazaruco de 13,82 gr. Teixeira de Aragão datou do governo de D. Garcia de Noronha (1538-1540) um exemplar que pesa apenas 8,95 gr (t. III, p. 130). Como sabemos, porém, por outras fontes, que nessa época o quintal amoedado valia 18 pardaus, o bazaruco devia pesar uns 13 gr; é, portanto, provável que o exemplar em questão pertença, sim, a uma época posterior ou seja um tolá enfraquecido. No Museu Numismático de Lisboa há um leal com 14,32 gr, que data de entre 1532 e 1538, em nossa opinião; e um dinheiro de 4,50 gr: pode tratar-se de um terço de bazaruco desse período ou de preferência do período 1538-1542, se não se tratar de meio tolá enfraquecido (e logo, também quarto de paysah igualmente aligeirado). As duas moedas de cobre de 8,70 e 8,48 gr ou são bazarucos posteriores aos limites cronológicos até aqui considerados, ou antes tolás enfraquecidos. A peça n.º 26 do *Catálogo* de Damião Peres, que pesa 5,71 gr, deve ser mais antiga, de começos do reinado de D. João III, a aproximar do n.º 3 a que já nos referimos: como este, um quarto de paysah ainda não aligeirado ([161]).

As emissões luso-indianas de bazarucos e sapecas absorviam anualmente 1 500 a 1 600 quintais de cobre — ou seja, duas vezes, e mais, o que absorviam as emissões metropolitanas. É em bazarucos que são pagos os soldos, ordenados, ordinárias e que os gancares das aldeias pagam os foros dos palmares de tamareiras e outras explorações rurais, conforme explica o vèdor Aleixo de Sousa. Antes da conquista portuguesa, os foros estavam fixados em pagodes, e era em espécies áureas, ao que parece, que os senhores os cobravam. Depois, quando os Portugueses chamaram a si a administração e registaram por escrito os costumes, as rendas fundiárias foram expressas em tangas, mas segundo toda a probabilidade

---

([158]) T. de Aragão, t. III, p. 112; Gerson da Cunha, p. 49 (da ed. inglesa); Damião Peres, *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Numismático Português*, pp. 8-9, n.º 1-3. Esclareça-se que, quanto à evolução dos bazarucos, as contruções e listas ponderais cronológicas de R. Couvreur *(Numismática indo-portuguesa, bazarucos)* e de Damião Peres (estudos na «*Nummus*» e *Catálogo* citado) não nos convenceram, e seguimos portanto a que propusemos na nossa tese francesa de 1958.

([159]) Visto que os «16 bazarucos» que equivalem ao vintém são uma moeda de prata, e a equivalência é estabelecida em relação a outra moeda de prata. É antes a equivalência de 15 bazarucos, moedas de cobre, a 20 reais, moedas de cobre também, que deve servir de base ao cálculo.

([160]) *Lendas da Índia*, Liv. II, cap. 11. A escala quaternária era a mais corrente; mas no sistema, posterior, dos Moghóis, se o *anna* se divide em 4 *paysahs*, são precisos 3 *pai* para igualar um *paysah;* e vimos já em uso a escala ternária antes do século XVI e durante este século.

([161]) Damião Peres, *Catálogo*, citado, pp. 18-9 (n.º 22 a 26). Mas não seguimos a datação e classificação do Autor.

pagas em numerário de cobre, à razão de 22 leais por bargani ([102]). Foi assim até 1538, data em que o vèdor Fernão Roiz de Castelo Branco descobriu o que julgou ser a falcatrua dos gancares: o bargani sempre teria valido 24 leais e não 22; por isso o vèdor impôs o verdadeiro valor ([103]). Na realidade, enquanto o bargani permaneceu moeda efectiva (de prata), o câmbio não pode deixar de ter variado, e o Tombo de Goa de 1595 não se esquecerá de sublinhar que essa taxa de 24 bazarucos por bargani não deve ser considerada fixa: quando o câmbio dos barganis se alterar na praça, receber-se-ão as rendas pelo curso efectivo. Na base da dupla equivalência — 24 bazarucos por bargani e 50 bazarucos = 60 reais — foram pagos os foros desde 1538 até 1557. Era igualmente a trôco de espécies de cobre que os agricultores, tanto hindus como portugueses, vendiam, de Maio a Setembro, os produtos em armazém e a nova colheita — vinho de palma, etc. Mas passada a estação das chuvas, reabertos os portos à navegação, os que possuem numerário de cobre vendem-no contra prata e ouro, porque é com espécies brancas ou áureas que, por seu turno, compram as mercadorias a exportar por via marítima. Este cobre, vendido a peso, à razão de 35 a 40 reais o arrátel (4 480 a 5 120 o quintal), espalha-se através dos reinos do continente indiano, onde é desmonetizado.

Deste modo, dos 1 500 a 1 600 quintais de cobre cunhados anualmente em Goa, a maior parte sai do circuito monetário luso-indiano e vai somar-se, na realidade, aos 4 000 a 6 000 quintais que as feitorias portuguesas vendem em barras ou em pães aos reinos hindus e muçulmanos, conforme diz Aleixo de Sousa. Esta reexportação constituia uma política deliberadamente seguida. Um alvará de 8 de Novembro de 1518 tornara livre a saca de numerário de Goa, exceptuadas as espécies de ouro e de prata ([104]). No ano seguinte, o governador, suspendendo a cunhagem dos metais preciosos, aconselhava sem rodeios, no regimento deixado ao capitão de Goa, que favorecesse a exportação de moeda, a fim de ampliar as escápulas de cobre e fomentar uma amoedação mais importante deste metal ([105]).

Que uma parte desta exportação alimentasse a cunhagem guzerate e lodi, tudo leva a crê-lo. Basta notar que em Chaul, Cambaia e Diu o quintal de cobre amoedado vale 10 920 reais e em Baticalá 8 699 ½, em contraste com os 5 100 a 5 400 que vale em Goa. Mas a procura muçulmana e hindu não era de caracter estritamente monetário, antes pelo contrário. Nas Índias Orientais é sobretudo de cobre que se funde a artilharia ([106]). O Estado português fornecia assim armas aos seus inimigos eventuais, e os seus próprios amigos, rearmados por sua obra e graça, podiam pensar em sacudir o jugo, por brando que fôsse. O cerco de Diu em 1538 mostrou os perigos que corria o império português oriental; ora a ameaça turca não estava definitivamente afastada, apesar da expedição de D. Estêvão da Gama ao mar Roxo em 1541. Graças a Sher Shah (1540-1545) o império de Delhi voltava ao seu antigo esplendor. Aleixo de Sousa, o principal vèdor da Fazenda durante o governo de Martim Afonso, explica ùnicamente por razões estratégicas a política monetária em relação ao cobre seguida de 1542 a 1545, e de que ele foi o artífice. A sua explicação tem todos os foros de verosimilhança. Aliás, os três anos desse governo não são ainda atravessados pela crise económica, que

---

([102]) «Arch Port. Or.», V, pp. 133-4.
([103]) Idem (foral de 1541); *Tombo de Goa* (1595), ff. 45-50.
([104]) «Arch. Port. Or.», V, p. 31.
([105]) Idem, p. 19.
([106]) Cf. AHU, n.° 281, f. 246.

só estalará no tempo de D. João de Castro ([167]). Na verdade, a reforma monetária não passa de um capítulo em todo um conjunto de medidas.

Primeiro, Martim Afonso de Sousa assinou novos contratos com os reis do Malabar, relativos à compra da pimenta. Conseguiu levá-los a aceitar o pagamento em espécies de ouro e de prata, em vez do cobre que até aí recebiam, e isso à taxa fixa de 12 pardaus o quintal. Em seguida, proibiu a venda de cobre aos Infiéis. Mas como sabia da ineficácia de tais proibições quando ferem os interesses do comércio, procurou abrir ao cobre outra escápula mais lucrativa, evitando assim que continuasse a correr para as fundições de artilharia muçulmanas e hindus. Na praça de Goa, o quintal em barras ou em pães vendia-se a entre 9 e 14 pardaus, raramente se atingindo o máximo e estabelecendo-se o curso mais corrente a 12 (3 600 reais), ao passo que amoedado valia 17 (5 100 reais). Na estação da abertura do tráfico — Setembro —, os que possuiam bazarucos não hesitavam, a fim de obterem prata ou ouro, a vendê-los ao peso, mesmo com prejuizo — entre 5 120 e 4 480 reais. Por outro lado, os preços do dobro nos mercados guzerates, e de +60 % em Baticalá funcionavam como bomba aspirante do cobre goanês, inclusivè do amoedado. Dada a alta do valor nominal dos bazarucos, os que possuiam cobre tinham vantagem em o entregar na Casa da Moeda em vez de o exportar, de modo que se os negociantes infiéis persistissem em comprá-lo, a artilharia viria a custar-lhes a um preço exorbitante. Para alcançar esse fim, o quintal amoedado foi elevado primeiro para 20 pardaus, depois para 25. Cada bazaruco equivale a 8 ceitis (moeda metropolitana) ou 1 ⅓ real.

Que estes dois reforços nominais sucessivos não atingiram o seu alvo, bastaria a comparação dos preços que indicámos para o deixar adivinhar. Por isso operou-se uma terceira reforma, em 1544, a de consequências mais avultadas. Desta feita o preço do quintal amoedado foi elevado de uma só vez para 36 pardaus e 2 tangas — subida de quase 46 % em relação à reforma precedente. Além disso, agora a reforma visa outro objectivo. O câmbio da tanga fixara-se, por um lado, em 50 bazarucos, por outro, em 60 reais; mas neste último caso tratava-se antes de unidades de conta. A fim de simplificar toda a contabilidade e os câmbios, o Estado creou outro tipo de bazaruco — o real de cobre, de que 60 equivaliam a uma tanga, e o meio real, na mesma proporção. A nova unidade monetária foi talhada ao peso de 1 ½ oitava (5,37 gr.) de cobre, ou seja, exactamente a metade do real metropolitano para um valor nominal igual. Esta diferença de peso compensava os custos e riscos da viagem marítima, de desembarque e de transporte terrestre, garantia um lucro aos exportadores que enviavam o metal de Lisboa — e trazia ao Estado português da Índia apreciáveis ganhos. Em Portugal o quintal de cobre amoedado valia 5 460 reais, em Goa 10 920. No Malabar o preço do bazaruco foi fixado em função do preço da *caixa (kas)* de Coulão, ou seja, 40 960 reais o quintal. Por estas vias Martim Afonso e Aleixo de Sousa esperavam fazer afluir todo o cobre à Casa da Moeda e drená-lo, em boa parte pelo menos, para os arquipélagos malaios — para esse longínquo mundo das *caixas*. A fim de dar vazão ao afluxo de metal, crearam outra Casa da Moeda e reactivaram a de Cochim, que até aí só funcionava ocasionalmente, com moedeiros idos de Goa.

Mas a Câmara de Goa pediu o regresso ao sistema anterior de equivalências, profundamente enraizado nos costumes. O governador cedeu, e três meses antes de expirar o seu governo teve lugar a quarta reforma, que restabeleceu o câmbio «normal» de 50 bazarucos por tanga, aumentando de novo o seu peso para 2 oitavas

---

([167]) Segundo Silva Rego (*Documentação para a hist. das missões*, t. III, p. 280, nota 2), «Martim Afonso de Sousa, para fazer face à crise económica do seu tempo de governo, desvalorizou a moeda, fazendo cunhar novos bazarucos.» Mas como não apresenta quaisquer provas da existência de tal crise, e nem sequer a diagnostica, afigura-se-nos que da desvalorização monetária é que a inferiu, a fim de explicar aquela desvalorização — comprovada — pela crise económica — suposta. Teremos aliás ocasião de ver que a crise económica só se desencadeia durante o governo de D. João de Castro.

cada peça; o valor do quintal amoedado reduziu-se, por consequência, a 32 pardaus, 3 tangas e 40 bazarucos.

Quais foram as incidências daqueles três reforços nominais? Como os soldos e ordenados eram pagos em bazarucos, logo a partir da primeira reforma monetária soldados, funcionários, etc. pediram ao governador que os pagamentos lhes fôssem feitos de então em diante em ouro e prata, o que lhes foi de bom grado deferido. Mas seguidamente pediram que se voltasse aos bazarucos. Adoptou-se uma solução de compromisso: ⅔ seriam pagos em metais preciosos, ⅓ em cobre. Por fim, prevaleceu o pagamento em espécies áureas e argênteas dos soldos, ordenados, moradias, empréstimos, mercês e compras por atacado; o cobre ficava reservado para tudo o mais ([168]).

Aproveitando a transmissão de poderes, estalaram motins em Goa, os comerciantes fecharam as lojas, os artífices as oficinas; a cidade deixou de ser abastecida. Os Franciscanos, consultados por D. João de Castro, pintaram-lhe a aflição do povo, a escassez de géneros alimentícios de que tanto sofriam ricos como pobres — as próprias «pessoas honradas» não mandavam buscar pão aos conventos, que já nem sequer tinham para distribuir de esmola aos mendigos? Os preços tinham duplicado. Por isso o Estado não se contava entre os menos lesados: as rendas alfandegárias teriam baixado — as mercadorias não entravam — e a alta dos preços obrigava-o a gastar o dobro nas suas compras. Todos estes males tinham uma única causa: a «mudança da moeda»([169]). A Misericórdia pediu ao novo governador que duplicasse as rendas consignadas às despesas do Hospital, porquanto o que custava um custa agora dois ou três, ou até mais, e tanto na cidade como na terra firme se recusam a aceitar a nova moeda ([170]). Outras instituições fizeram ouvir os seus clamores — eco dos clamores gerais, ao que pretendem —, outras respostas à consulta feita por D. João de Castro retomaram o mesmo diagnóstico e os mesmos artigos de acusação ([171]).

De sentido completamente diferente são as justificações do antigo vèdor da Fazenda, que elaborara e executara as reformas. Não nega, é evidente, a subida dos preços nem as dificuldades de abastecimento da capital, embora ache que se exageraram estas últimas, sobretudo de caracter sazonal, logo transitórias. Para explicar a primeira, bem como o ambiente de motim que se desenvolveu à sombra da transmissão dos poderes, acusa poderosos interesses lesados pelas medidas monetárias. Seriam o rendeiro da Casa da Moeda, Luco, os grossos negociantes da exportação de cobre para os reinos mouros e hindus, e todos os que especulam com os câmbios sazonais entre as espécies de cobre e as espécies preciosas que teriam provocado a alta para descontentar a arraia meúda contra as alterações monetárias, e que assim, indirectamente, bem como por acção directa debaixo de capa, teriam desencadeado as manifestações ditas populares. D. João de Castro ainda nem sequer teria desembarcado, e já Luco teria ido a bordo arrancar-lhe uma ordem verbal de recolha de todos os bazarucos à Casa da Moeda no prazo de cinco dias: pelo menos assim o declarara o rendeiro; na realidade as cousas não se tinham passado assim, mas aquele pudera realizar uma operação lucrativa, e desviar ainda por cima, depois, o furor popular, contra o enfraquecimento dos bazarucos, conforme conta Aleixo de Sousa. Pudemos já constatar, a propósito dos reforços intrínsecos de 1524 e 1525, que os rendeiros da Moeda procuravam incontestàvelmente meter no bolso ganhos exorbitantes, elevando a percentagem das perdas de fundição, que lhes eram descontadas, e cobrando direitos de cunhagem altos demais. Que a subida dos preços dificilmente pudesse imputar-se à desvalorização dos bazarucos, e só a ela, também Aleixo de Sousa tem razão em insistir neste ponto: a maioria das compras jamais eram pagas com moedas de cobre, excepto as compras de laranjas, limões, figos, etc.; o pagamento fazia-se quase sempre com moedas de ouro ou de prata, e de igual modo quanto aos tributos e rendas devidos ao Adil Shah. Os agravos da Câmara de Goa em 1597 confirmam o ponto de vista do vèdor da Fazenda: as compras fazem-se a trôco de pagodes, única moeda que verdadeiramente corre, e no final no século, devido à sua escassez, os goeses viam-se forçados a comprar os bazarucos caríssimos a fim de irem a Ducholy cambiá-los por espécies áureas que lhes servirão seguidamente para se forne-

---

([168]) Sobre tudo quanto antecede, a fonte essencial é a carta de Aleixo de Sousa, citada, *passim*.

([169]) Consulta de 19-IX-1545 (na *Documentação para a hist. das missões*, t. III, pp. 279-81).

([170]) Requerimento da Misericórdia, s. d. (Idem, pp. 282-3).

([171]) Bibl. Ajuda 51-VIII-45.

cerem no Balaghate dos gêneros indispensáveis [172]. Veremos aliás que outras fontes afinam pelo mesmo diapasão.

A Câmara, em nome de toda a cidade e seu povo — ao que dizia — suplicou ao novo governador que mandasse refundir os bazarucos reforçando o seu peso. D. João de Castro, parecendo-lhe justa a súplica, pediu o parecer, por escrito, dos fidalgos, das autoridades eclesiásticas e, acrescenta o cronista, dos oficiais da Fazenda e da Justiça, bem como dos letrados, visto o reforço intrínseco ir prejudicar financeiramente o Estado. Mas o antigo vèdor ironiza: D. João só se aconselhou com Franciscanos e outros religiosos que jamais souberam quantas oitavas pesa um bazaruco. Seguiu-se uma nova reforma, que reduziu o preço do quintal a 25 pardaus, conservando a equivalência tradicional entre 50 bazarucos e 60 reais [173]. As novas peças deveriam lògicamente pesar 9,4 gr. As peças n.os 24 e 25 do *Catálogo* de Damião Peres, com 8,70 e 8,48 gr., a que já aludimos (p. 356), podem datar do governo de D. João de Castro, caso se trate realmente de leais ou bazarucos e não de tolás enfraquecidos. Uma outra peça, que tem sido atribuída a este governo, pesa apenas 6 ⅔ gr. Tratar-se-á, sim, de um dos últimos bazarucos de Martim Afonso? Ou os três exemplares representarão desvalorizações subreptícias, por ordem das autoridades ou de iniciativa do rendeiro sem as informar? Logo que a nova moeda intrìnsecamente reforçada começou a circular, uma vez mais sobre Goa se teria despejado a cornucópia da abundância de todos os géneros alimentícios e mercadorias, e a população unânime teria ido agradecer ao governador que repusera tudo no são... Mas o Estado ia perder 30 000 pardaus por ano e as fundições de artilharia inimigas iam poder retomar a sua plena actividade: objectaram, de Cochim, o ex-governador e o ex-vèdor, que enviou a D. João de Castro um relatório técnico repassado de ironia. O novo governador respondeu de maneira insultuosa e com uma espantosa confissão de incompetência técnica; ordenou, além disso, a prisão de Aleixo de Sousa e o sequestro de todos os seus bens; mas o antigo vèdor conseguiu fugir para o Reino e Martim Afonso, em desavença com D. João de Castro, embarcou também levando consigo um considerável tesouro de ouro, conforme narram as *Lendas da Índia* e Francisco de Andrade.

No fim de contas, não foi possível voltar à situação de 1542, isto é, aos 17 pardaus por quintal. Mas o alinhamento do bazaruco pelo real fracassara, e o reforço nominal fora demasiado brutal, por muito justificado que fosse por considerações estratégicas. Impedir o cobre trazido pelos Portugueses de ir abastecer as fundições inimigas era, política e militarmente, lógico. Mas cortar este comércio de exportação sem substituir a sua escápula, oferecer em contrapartida tão só a sua absorção por emissões de numerário nominalmente sobrevalorizadas, que apenas circulariam em circuito monetário fechado, não podia deixar de avolumar desmedidamente a massa circulante, e por conseguinte de desequilibrar os preços, como de facto aconteceu. É este o único ponto omitido no relatório técnico, extremamente preciso, de Aleixo de Sousa; mas é fundamental: como escoar a sobre-amoedação de 4 000 a 6 000 quintais de cobre? Dado que, fora do circuito luso-indiano, o único preço superior ao dos bazarucos era o das *caixas* em Coulão,

---

(172) T. Aragão, t. III, doc. 38.

(173) Os cronistas declaram que o preço do quintal de cobre foi reduzido de 36 para 25 pardaus, e que se restabeleceu a antiga equivalência dos 50 bazarucos a 60 reais (*Lendas da Índia*, t. IV, p. 435; Andrade, *Crón. D. João III*, 4.ª Parte, cap. I). Na realidade, só a terceira reforma de Martim Afonso rompeu com esta equivalência, que a quarta restabeleceu. Como esta última reduziria já o preço do quintal a um pouco menos de 32 pardaus, a redução operada por D. João de Castro não foi tão considerável como dizem. É que só conheceram a terceira reforma de Martim Afonso e ignoraram tanto as duas primeiras como a última.

cabe supor que o Estado pretendia escoar esse excedente para as Molucas e outros arquipélagos malaios; todavia Aleixo de Sousa não o diz explìcitamente.

Mas o preço do cobre amoedado não vai parar de subir. Em Outubro de 1559 o vice-rei D. Constantino levantou-o brutalmente para 42 pardaus ([174]), enquanto as feitorias o vendiam aos Infiéis a 24-25 pardaus (notemos que o tráfico a que Martim Afonso pretendera pôr cobro continuava portanto de excelente saúde, graças à contra-reforma do seu piedoso sucessor). No ano precedente o metal fora contabilizado na feitoria de Cochim a 18 pardaus de tangas e 106 reis, enquanto na feitoria de Coulão valia evidentemente um pouco mais: 20 pardaus ([175]).

Esquecendo as revalorizações nominais de 1543 e 1544 — a memória dos homens é curta... —, proclamou-se que esta quebra constituía o primeiro fundamento da perda e destruição do povo. Os preços, dizia-se, subiram vertiginosamente, porque (aqui retomavam-se os argumentos dirigidos contra Martim Afonso e Aleixo de Sousa) os géneros e todo o abastecimento vêm da terra firme, os Infiéis só aceitam o cobre pelo preço por que corre entre eles — esta afirmação pressupõe que todos os pagamentos se efectuavam em cobre, pressuposto desmentido por Aleixo de Sousa. O conde de Redondo cedeu momentâneamente ante os protestos e requerimentos, em 1562, ordenando a redução do preço do quintal de 42 para 35 pardaus ([176]), mas esta ordem não foi posta em execução. Os agravos dos Goeses contra a desvalorização do bazaruco, considerada causa da carestia, chegaram a Lisboa, e o Regente respondeu à cidade de Goa, por carta de 4 de Março de 1563, que ordenava ao vice-rei que tomasse as providências necessárias ([177]). Mas esta carta, que também não produziu quaisquer efeitos, mostra que havia queixas igualmente contra as espécies brancas. É este, com efeito, o aspecto novo da questão, que não apresentava no tempo de Martim Afonso e D. João de Castro, em que só se amoedava o cobre.

Em 1569 nova ofensiva na dupla frente da moeda de prata — os patacões tinham enegrecido acentuadamente — e da moeda de cobre. Mesmos argumentos. O cobre amoedado eleva-se a 42 pardaus o quintal, ao passo que em barras vale apenas 25; por isso fabrica-se por toda a parte moeda falsa e introduz-se em Goa de contrabando; daí a subida dos preços: o candil de arroz, que custava outrora apenas 3 pardaus, não se encontra agora por 6 nem sequer por 7 patacões, e as proporções são as mesmas quanto a todos os outros géneros. É sobre o Estado que recai a perda principal, visto ser o maior comprador ([178]). Por esta razão D. Luís de Ataíde fez pela primeira vez aplicar a redução ordenada sete anos antes; teve, porém, de voltar pouco depois ao preço de 42 pardaus, não obstante o facto de o metal só custar ao Estado, por contrato, 20 pardaus ([179]).

Mas a situação estava a modificar-se, e este último número dá-nos a chave para o compreendermos. O cobre amoedado vale 42 pardaus, a Casa da Moeda de Goa paga-o todavia apenas a 20 aos contratadores que o mandam vir do Reino: isto é, paga-lhes 6 000 reis. Ora em Portugal desde 1550 que valia 32 768 reis,

---

([174]) Alvará de 25-X-1559 (*Arch. Port. Or.*, V, p. 421; T. de Aragão, t. III, doc. 5). Os custos seriam pagos ao moedeiro segundo os termos do contrato e a provisão do vèdor Aleixo de Sousa.

([175]) *Orçamento da pimenta*, T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 103, doc. 31.

([176]) Alvará de 11-VI-1562 (*Arch. Port. Or.*, II, p. 182; T. de Aragão, t. III, doc. 7). Na terra firme, o quintal valia só 32 pardaus; como Goa se abastece no exterior, os preços dos géneros subiram para o dobro (alegavam os agravos). A medida de redução foi decidida em Câmara, estando presentes o Arcebispo, os desembargadores, o procurador da coroa, o capitão da cidade, o secretário do Estado, os inquisidores, uma parte da nobreza e dos cavaleiros, e os cidadãos.

([177]) *Arch. Port. Or.*, I, p. 58; T. de Aragão, t. III, pp. 148-9.

([178]) Agravos da cidade de Goa, 16-VI-1569 (T. de Aragão, t. III, doc. 9).

([179]) Sobre tudo quanto antecede, o relatório de 16-VI-1569 («Arch. Port. Or.», II, pp. 174-187).

e desde 1564 estava em 33 421; operara-se uma redução drástica em 1568, para 11 140 reis e até menos; não importa: o preço na metrópole permanece muito mais alto do que em Goa, e todavia lá faz-se sentir a escassez de metal.

A Índia portuguesa começou por isso a amoedar o estanho (calaim). Em 1577 a cidade de Cochim queixou-se da falta de espécies de cobre, o vèdor e o capitão decidiram mandar cunhar — resolução que o governador aprovou —, outorgando à cidade a autorização de comprar ela própria o metal e de o entregar para cunhagem, de modo a beneficiar do ganho que se destinaria a sustentar as galés. A talha far-se-ia ao preço de 42 pardaus o quintal e de 60 bazarucos a tanga — ou seja, 12 600 peças por quintal, pesando cada uma 1 ⅓ oitava (= 4 ⅔ gr.). As emissões de calaim eram suspensas e só seriam retomadas em caso de falta absoluta de cobre, e estritamente ao preço do mercado e nas quantidades indispensáveis ([180]). A escassez de cobre persistia, porém. Em Dezembro de 1581, serviu de fundamento à confirmação do assento precedente. Está-se longe do tempo em que o cobre não corria em Cochim. É que o tráfico marítimo deste porto avolumara-se enormemente; uma multidão de mercadores e viajantes de todas as proveniências e com todos os destinos passa pela cidade, aqui vive alguns dias, semanas ou meses ([181]). É, sem dúvida, sobretudo porque o comércio com o Extremo Oriente, zona do cobre, se desenvolveu muitíssimo.

No ano seguinte, o vice-rei D. Fernando de Mascarenhas propôs-se mandar amoedar o cobre a 57 pardaus o quintal, quando apenas custava ao Estado 22; mas as resistências que tal propósito suscitou só lhe permitiram reforçá-lo nominalmente até 47 ([182]); à taxa tradicional de 50 bazarucos por tanga, cada peça deve pesar 5 gr. E com efeito os viajantes desta época concordam em igualar um real português a 1 ¼ bazarucos ([183]); como, desde 1568, o primeiro pesa 6,37 gr., o peso do segundo é de 5,1 gr. Os dois cálculos conduzem, por caminhos diferentes, ao mesmo resultado ([184]).

Na realidade, o sistema monetário tornou-se extremamente complicado, visto antigas moedas efectivas se terem volatilizado em unidades de conta e as valorizações nominais e quebras intrínsecas terem desorganizado todas as razões, aliás já de si variáveis tanto consoante os mercados como de acordo com as monções. A evolução não foi paralela, sincrónica, por toda a parte.

De entrada, em Goa, 45 a 48 bazarucos de 15 gr aproximadamente igualavam uma tanga, por seu turno igual a 60 reais. Por alturas de 1542, o seu peso fletira apenas para 13 gr., a razão de câmbio situava-se em 50 reais. Mas um pouco mais ao sul, em Baticalá — o porto do império de Vijayanágar —, se continuam a circular antigos bazarucos pesados, as novas emissões têm como peso 12,53 gr; o cobre era aqui muito mais caro do que na capital indo-portuguesa, bastavam 32 bazarucos para ter uma tanga, de modo que o quintal amoedado custava 29 pardaus ou 8 699 ½ reis: era, portanto, vantajoso enviar cobre de Goa para Baticalá. No Guzerate o numerário de cobre compreendia simultâneamente bazarucos grandes e pequenos; os primeiros, à razão de 20 por tanga, pesavam 16,11 gr cada (são talvez djelalas); os segundos, de que são necessários três para igualar um grande, têm o peso de 5,37 gr e permutam-se à razão de 60 por tanga (trata-se talvez de meios-sabyabes); o quintal amoedado custa 36 pardaus, 2 tangas e 2 bazarucos, ou seja, 10 920 reais. É por estes pequenos bazarucos guzerates que Martim Afonso alinhará, em 1544, os de Goa, mas apenas transitòriamente. Eram, por outro lado, equivalentes em peso aos faluzes de Ormuz, conforme indica Aleixo de Sousa no seu relatório. Assim, por toda a parte, salvo no golfo

---

([180]) Cochim, 30-I-1577, e Goa, 28-II-1577 (T. de Aragão, t. III, doc. 13).
([181]) 16-XII-1581 (Idem, ibidem).
([182]) T. de Aragão, t. III, doc. 16.
([183]) Balbi, f. 69v; Van Linschotten, f. 149; Barrett, em Hakluyt, t. VI, pp. 18-20).
([184]) É por isso que não podemos aceitar a identificação, proposta por T. de Aragão (t. III, p. 168), de uma peça de cobre que pesa 6 ⅔ gr, com a coroa e o número 7 ½ no campo, como sendo uma peça de 7 ½ bazarucos cunhada no tempo deste governador.

Pérsico, os bazarucos se prendem aos grossos delhiwals de cerca de 15 gr, e os pequenos aos seus terços, ou, em certos casos, como no da amoedação de Albuquerque em Goa, aos seus quartos. Por bazarucos designa-se de início a unidade ponderalmente forte, mas tenderá a identificar-se com o seu submúltiplo, a unidade de 5 gr e tal. No norte da Índia, Sher Shah e Akbar vão subir contra-corrente, creando uma unidade muito pesada, que retoma outra já existente outrora e ponderalmente igual ao pardau de tangas: é o *dam* ou *paysah*, com peso quase duplo do da rupia e câmbio muito variável com ela — de 32 a 50 e mais, sendo o normal de 40. A escassez de cobre, obrigando a cunhar os paysahs com liga, desajusta os câmbios.

Em Goa, como, entre o decénio de 1540 e o de 1580, o bazaruco perdeu sensìvelmente de peso e o cobre passou a ser cunhado com liga de outro metal inferior, a taxa de câmbio em relação à tanga de 60 réis subiu de 50 para 75 ([185]), não obstante a valorização nominal do cobre (47 pardaus o quintal, em vez de 17, ou seja mais de 150 %), não obstante o aligeiramento da tanga e o enfraquecimento do seu título. Mantém-se, é certo, a equivalência de 50 bazarucos a uma tanga, qualificada de oravante «de má moeda» e cujo valor é apenas de 40 reis — simples unidade de conta, em suma. O cobre tornou-se raro, devido à anemia do seu afluxo pela rota do Cabo. Ao lado das peças de cobre pululam quer as peças de estanho quer de liga de estanho e chumbo, e até de *tutenaga* — liga de zinco e cobre ou chumbo, por vezes com níquel e ferro. Balbi, ao definir os bazarucos (f. 69v), di-los compostos de estanho e cobre ligados: «sono alquanto grosse, e tonde co una stampa da una banda di una sfera, ò mappamondo, e dall'altra sono due frezze scolpite e 3 plaghe.»

A amoedação do estanho, que se desenvolve em Goa durante o último quartel do século XVI, representa um avanço para Oeste do calaim de Malaca. Neste empório que põe em comunicação o oceano Índico e o Extremo Oriente, Albuquerque introduziu a economia pròpriamente monetária em 1511, com a cunhagem dos metais preciosos e uma «monetização» mais vincada das *caixas* em circulação. De estanho instituíu, com efeito, emissões de *dinheiros*, cada um dos quais equivalente a duas *caixas* das pré-existentes, *soldos*, com o valor de 10 dinheiros cada, e *bastardos*, de que o soldo é a décima parte; de um lado, a esfera, do outro a letra grega alfa ([186]) (nos exemplares conhecidos, está gravada no reverso a cruz de Cristo). Damião Peres agrupa os exemplares que até nós chegaram em duas emissões (convém antes dizer: dois grupos de emissões): primeiramente, um bastardo de 43,73 gr. e dois soldos de 4,78 e 4,87 gr.; posteriormente, dois bastardos de 38,38 e 37,67 gr. (*Catálogo*, pp. 10-11, n.os 11-15). É possível, aliás, que o primeiro bastardo referido já pertença a uma segunda emissão, aligeirada (sendo os dois outros de uma terceira), visto pesar bastante menos do que 10 soldos — deveria pesar uns 48 gr. Este sistema decalcava o sistema malaquês em vigor quando da conquista. A proximidade das minas de estanho leva a supor a sua persistência ao longo do século XVI. Todavia, os exemplares de moedas de calaim conhecidos, posteriores a Albuquerque, pesam, os ainda do reinado de D. Manuel, entre 14,62 gr. e 11,27 gr. (Peres, *Catálogo*, pp. 11-12, n.os 16-21); do primeiro peso há só um, entre o último e 12,50 gr. há cinco. Tratar-se-á realmente de bastardos reduzidos a um quarto do seu peso inicial (o que custa a crer, dada a abundância de estanho nas redondezas), ou antes de submúltiplos, destinados possìvelmente à equivalência com as omnipoderosas caixas chinesas? Do reinado de D. João III temos três moedas de entre 6,18 e 6,79 gr., quatro de entre 4,99 e 4,5 gr., e duas de 3,67 e 3,45 gr. (Peres, *Catálogo*, pp. 23-5, n.os 40-48); o Prof. Damião Peres classifica as maiores como bastardos, as intermédias como soldos, e as menores

---

([185]) Balbi, f. 69v; Barrett, pp. 18-20; Van Linschotten, f. 72.

([186]) *Lendas da Índia*, t. II, p. 255; Barros, *Década* II, Liv. VI, cap. 6; *Comentários A. A.*, 3.ª Parte, cap. 32. Como só Brás de Albuquerque é que refere os dinheiros, Damião Peres (*Catálogo*, p. 9) supõe duvidosas as emissões desta moeda; mas a referência é clara demais para não passar de equívoco. Em carta de 1-IV-1512, Albuquerque enumera «A moeda douro, de prata e de cobre e destanho, que se em voso nome [de D. Manuel] lavra em Malaca» (t. I, p. 58). A referência ao cobre pode ser simples lapso de enumeração, devido a pensar nas caixas chinesas.

como dinheiros: mas então estaríamos perante o paradoxo de uma nova redução (a admitir a primeira) do bastardo, agora para metade, *mantendo-se os soldos com o peso pleno do início da sua carreira desde a creação por Albuquerque.* Deve estar-se, sim, perante uma escala diferente, embora ligada à primitiva: outros submúltiplos, melhor, destinados a satisfazer as necessidades do comércio.

Gerson da Cunha supôs que Albuquerque, ao regressar de Malaca, introduzira em Goa a cunhagem do estanho e da tutenaga. Nada o prova, e não descortinamos vestígios de amoedação de metais inferiores que não sejam o cobre antes do derradeiro quartel do século. O emprego do calaim, do zinco, do chumbo, do ferro em Goa não pode deixar de traduzir a escassez de cobre, de que pudemos rastrear inequívocos sintomas, por exemplo, em 1577, em Cochim. Ao abrir o século XVII, Pyrard de Laval vê em circulação, na capital luso-indiana, além dos bazarucos novos e velhos, *rodas* de cobre, sem qualquer marca, de que 240 valem uma tanga, outras de ferro, e *callins* que são evidentemente calains (II, p. 102).

Em razão da escassez de bazarucos, o Senado municipal decidiu, e o vice-rei aprovou, a cunhagem de 25 quintais de estanho, a 33 pardaus o quintal, limitando-se assim a 10 % os custos e direitos de amoedação. O câmbio em relação ao bazaruco de cobre foi fixado em 5 contra 4 e a esta taxa se manterá até começo do século seguinte. Os xarrafos — cambistas —, consultados, garantiram uma rápida absorção: contavam, é seguro, com pronto escoamento para o estrangeiro. E este deu-se, com efeito. Um ano depois, o vice-rei via-se obrigado a restringir, em 17 de Abril de 1597, a saca dos bazarucos a um pardau por pessoa. Tendo um forte afluxo de estanho provocado uma baixa do preço do quintal de 30 para 25 pardaus, neste mesmo ano pôde a Casa da Moeda de Goa emitir 322 quintais de bazarucos a 28 pardaus o quintal. Apesar destas emissões, breve se fez sentir de novo a penúria de numerário inferior — o que prova a espantosa rapidez com que se escoava para o estrangeiro Por isso o vice-rei, recolhido parecer favorável dos teólogos, letrados e funcionários das Finanças, levantou o valor das espécies amoedadas para 34 pardaus o quintal [187]. Mas em 1600, pròvàvelmente devido a um melhor abastecimento do mercado em metal, o quintal amoedado baixou para 25 pardaus e 3 tangas (= 7 680 reis), o que representa uma talha de 75 bazarucos (como sempre, iguais a uma tanga) em arrátel; cada peça pesa portanto 6,16 gr. O Senado de Goa foi autorizado, por alvará de 1 de Julho, a mandar cunhar um milhão e meio de bazarucos (valendo esses 156 quintais ao todo 4 000 pardaus) [188]. Estes bazarucos de calaim têm, pois, a mesma definição mas não o mesmo valor que os de cobre.

Um alvará de 1582 fixara em 75 o câmbio bazarucos/tanga [189], registando assim a desvalorização dos primeiros. Mas já em 1584, viragem de leme no sentido de endireitar de novo a situação. São lançados bazarucos novos, de cobre, com o peso de 6,1 gr. cada. Ensaios feitos em 1587 confirmaram a escolha deste peso, e o contrato assinado então com o fundidor corrobora-o: continuar-se-ia a talhar 75 em arrátel, ou seja, 9 600 em quintal; esta talha não será modificada até 1600. A taxa de câmbio entre bazarucos de estanho e bazarucos de cobre é de 5 contra 4 [190].

Segundo Pyrard de Laval, no começo do século XVII, são precisos 105 bazarucos dos antigos para ter uma tanga, ao passo que bastam 75 dos novos. Na realidade, desde 1600 que o câmbio flutua constantemente, bazarucos falsos entram a todo o momento em Goa, por isso um dos novos vale 2 a 3 dos velhos [191]. Mas chega a vez de os novos se alterarem também. O bazaruco cunhado durante o governo de D. Jerónimo de Azevedo (1613-1617) pesa apenas 2,888 gr., e a peça de 5 bazarucos, 14,369 gr [192]. Se o câmbio em relação à tanga não se modifica — será ainda de 75 em 1635 —, é porque a própria tanga se desvaloriza. Em relação ao larim, diferentemente, passa de 93 ¾ em 1584, segundo Barrett (Hakluyt, t. VI, pp. 18-20), a 120 em 1635 (Barreto Rèsende, f. 263v),

(187) T. de Aragão, t. III, doc. 26.
(188) Idem, p. 185.
(189) «Arch. Port. Or.», supl. II, p. 713.
(190) Gerson da Cunha, p. 54; T. de Aragão, t. III, doc. 19.
(191) Gerson da Cunha, citado.
(192) T. de Aragão, t. III, pp. 198-200.

no que respeita aos larins cunhados na Índia, a 150 a partir de 1624 no que respeita aos de cunho persa ([193]).

Tal desvalorização dos bazarucos em relação à prata explica-se pelo acréscimo da liga — já não são de cobre, mas de cobre e estanho, cujo preço baixa, e até de outros metais —, e exclusivamente por esse acréscimo. É que o preço do cobre está a subir. Muito estável, ou até em declive moderadamente descendente durante a primeira metade do século XVI, salta de 12, em 1545, para 18 e 20 em 1558, sobe para 25 em 1569, e continua a sua escalada: 35 em 1602 ([194]), até 40 por alturas de 1611 ([195]).

Vimos que a economia chinesa, depois do grande período de circulação do papel-moeda, voltara às caixas de cobre e às barras de prata. Através de todo o Extremo Oriente, até Malaca incluída, essas rodelas de cobre perfuradas ao centro irradiaram e impuseram-se, suscitando cópias locais feitas com licença chinesa, por vezes mudando de metal: assim, na península malaquesa passaram a ser de estanho, como seria de prever dada a proximidade das jazidas. Já em 1512-1515 Tomé Pires conta, entre as exportações da China, não só o cobre mas também e sobretudo as «manilhas de cobre», em número infinito (p. 459). Traçando o quadro do comércio chinês pouco depois de meado do século, Garcia de Orta inscreve este metal entre os produtos que compunham a carga dos juncos que outrora frequentavam o Malabar (*Colóquios*, I, pp. 158-9 e 204-6). Cesare de' Fedrici, cujas viagens pelo Oriente duram de 1563 a 1580, ao dar a lista das mercadorias que as velas portuguesas trazem da China para a Índia, cita, após o ouro, a seda e o almíscar, enormes quantidades de cobre em pães ([196]). Escrevendo em fins de 1585 e começos do ano seguinte, Sassetti, incluindo embora este metal entre as exportações chinesas, não precisa se tal é o seu destino ([197]).

O governo esforçava-se por desenvolver a importação de cobre chinês para Goa. Assim, em 1589 uma provisão régia obriga todos os importadores de mercadorias chinesas a pagar em cobre os direitos aduaneiros à entrada na Índia portuguesa, cobre importado também, obrigatòriamente, da mesma proveniência e a bordo dos mesmos barcos. A alfândega só em cobre pode receber os direitos que têm a pagar os navios chegados da China. O metal será repartido entre as fundições de artilharia e a Casa da Moeda, fazendo-se por conta do Estado toda a amoedação tanto do cobre como de estanho; as autorizações até aí concedidas a particulares, de levarem metal para cunhar à Casa da Moeda, deixarão de ser passadas ([198]).

O governo de Goa pretendeu instituir o sistema de contrato para a importação do cobre chinês. Mas como não houve aceitantes das cláusulas impostas, Matias de Albuquerque fez um acordo com os capitães das duas naus da viagem da China: dos direitos que teriam de pagar na alfândega de Malaca descontariam cada um 6 000 cruzados, e a soma assim descontada seria empregada na compra de cobre. Algumas dívidas de particulares seriam também reembolsadas em cobre chinês: por exemplo, os 6 000 pardaus que D. Francisco de Eça devia pela compra de uma nau em Goa, destinada precisamente à viagem da China. Por outro lado, o governo incitou a cidade de Goa a aplicar 6 000 pardaus, tirados da renda de 1 % (que se destinava às obras de defesa), na importação de metal da China que serviria para fundir canhões ([199]). Anteriormente, o vice-rei vira-se forçado a empregar 10 000 *pardaos de reales* — isto é, *reales de a ocho* — dos cofres régios na compra de cobre destinado tanto à artilharia como à cunhagem de bazarucos, visto ter ficado sem resposta a proposta de contrato ([200]).

([193]) T. de Aragão, t III, doc. 69.
([194]) *Provisões Viso Reis*, I, f. 94v (Arq. Goa).
([195]) Couto, *Soldado prático*, já citado por Dalgado, *Glossário*, na entrada *bazaruco*.
([196]) Em Ramúsio, t. III, f. 391v.
([197]) Pp. 330, 347-8 e 421-2 (cartas de Goa e de Cochim).
([198]) AHU, n.º 281, ff 70v-71 (Lisboa, 26-III-1589).
([199]) Idem, ibidem, f. 346v.
([200]) Idem, ibidem, f. 246.

Dupla constatação, pois. Por um lado, o mercado chinês tornou-se o principal fornecedor de cobre à economia luso-indiana. Por outro lado, no fim do século XVI e começo do XVII, período angustioso do ponto de vista militar, são as necessidades da artilharia que comandam este tráfico — donde a escassez de bazarucos. Que quaisquer dificuldades venham reduzir, momentâneamente embora, o comércio da China, e eis a Índia portuguesa a ressentir-se da penúria de cobre, as fundições de artilharia sem poderem fabricar os canhões: tal aconteceu, por exemplo, em 1608 (201). Tais dificuldades decorrem, na maior parte dos casos, da progressão holandesa nos mares do Sul. Por seu turno, com ela virá a sofrer o comércio português do estanho; como na Índia não portuguesa o cobre também se tornou raro, a procura do outro metal aumenta e os bazarucos goeses de calaim são drenados. Em 1631, por exemplo, a escassez de espécies faz-se sentir em Goa, porquanto, como o preço do estanho subiu na terra firme, todos os bazarucos seguiram esse rumo. No fim do século XVI o calaim valera, em Goa, entre 30 e 25 pardaus; nas emissões de 1630 o valor do quintal elevou-se a 55; em seguida afluíu de Malaca e o seu preço baixou primeiro para 52-50 pardaus, e finalmente para 42; mas as moedas cunhadas a este último preço não chegaram a ser postas em circulação, à espera de nova alta (202). Num terço de século o preço do estanho no mercado goês quase duplicara.

O cobre «da China» poderia bem ser, em parte, reexportação de cobre japonês, um dos elementos tradicionais do tráfico do arquipélago. Se até os Ming a produção nacional pôde bastar para manter a irradiação das caixas — não nos esqueçamos de que havia também, e sobretudo, as notas —, durante esta dinastia a China tornou-se dependente da produção insular. No século XVII o metal conquista o primeiro lugar entre as mercadorias exportadas pelas ilhas, que a meio de Seiscentos abastecem todo o Extremo Oriente: este comércio tornou-se a principal actividade da Companhia Holandesa, assegurando-lhe lucros de 90-95 % (203). Os mais avultados retornos do comércio português no Japão eram, de igual modo, a prata e o cobre, de que os navios de Macau carregavam «grande cópia» (204).

Portugal não só não continua a expedir cobre para a Índia como pretende até recebê-lo de lá. Em Goa o metal teria passado a ser mais barato do que em Lisboa, onde falta terrìvelmente — como vimos, não há sequer cunhagem de numerário de cobre desde 1580. Por isso o governo de Lisboa já nem pensa na amoedação, mas simplesmente nas fundições de artilharia, quando aperta com o governo de Goa para que lhe envie todos os anos a máxima quantidade que puder (205).

Em princípio do século XVII a situação está portanto no pólo oposto ao do dealbar do século XVI.

---

(201) Carta do conde da Feira, em Mendes da Luz, *Conselho da Índia*, p. 135.
(202) AHU, *Índia — Avulsos*, maço 10 (do vice-rei ao rei, Goa, 6-VIII-1631).
(203) Hall, *Early Ch'ing Copper Trade*, pp. 445-6.
(204) Barreto Rèsende, 1635 (B. N. Paris, Portugais 1), ff. 410 e 411.
(205) Lisboa, 22-III-1605, em *Monções*, I, p. 45.

Capítulo 8

EMISSÕES PORTUGUESAS E FLUXOS DAS MOEDAS DE OURO

§ 1 — *O ouro do Sudão e a guerra monetária até 1538*

Durante a Idade Média os Portugueses tinham obtido o ouro no Maghreb el-Aksa, graças principalmente às exportações de fruta do Algarve, e o seu sistema monetário era muçulmano. Esse ouro português, ou melhor, que português se tornara, escoava-se seguidamente em parte, por vezes, para o estrangeiro. A aliança aragonesa de D. Fernando, destinada a apoiar a sua louca política castelhana, representou uma verdadeira sangria. Em Março de 1370, embarcaram-se em Lisboa 4 000 marcos de metal amarelo, dos quais 100 em dobras castelhanas e mouras e em espécies francesas; a quase totalidade do envio compunha-se de dobras pé-terra e de gentis; todas as caixas da carga deram entrada no palácio real de Barcelona [1]. Em 1403 ou no ano precedente o navio *Garson*, do Porto, mestre Rodrigo Alves, rumava para Flandres com uma carga de sal, azeite e peles de coelho; tomado por corsários ingleses, estes apoderaram-se de uma «great sum of gold of the said Roderick» [2]. Bartolomeu Gomes, contador e escrivão da Fazenda real, transportou em 1415 para Aragão e para Sevilha 1 292 dobras de ouro mouras, 250 francos de ouro de França, 798 dobras cruzadas, de ouro, e 2 460 outras dobras de ouro certamente também mouras, a fim de comprar artigos de luxo [3].

É impossível dizer se tais saídas de espécies eram iguais, superiores ou inferiores às entradas. A lista de exportações que acabamos de utilizar apenas contém, provàvelmente, moedas estrangeiras e algumas velhas moedas fernandinas, visto que desde 1385 até 1435 não se cunhou ouro em Portugal. Mostra pois que se trata de reexportação de numerário estrangeiro: aliás, quando há saca de ouro para fora do Reino não pode estar em causa senão metal vindo prèviamente do exterior. Todas as informações da época àcerca do numeráric em circulação no Reino enumeram espécies estrangeiras, e quase sempre ùnicamente estrangeiras. Uma lei sobre as moedas, de 8 de Fevereiro de 1378, proibia o curso das espécies estrangeiras que não fosse ao peso [4]: boa prova de que circulavam como moedas.

Desta afluência de metais preciosos e de numerário do exterior chegaram até nós alguns outros testemunhos. Em Junho de 1393 Ricardo II queixava-se que «diversi mercatores regni nostri Angliae et alii ligei nostri tam aurum et argentum in moneta et massa quam pannos laneos et alias mercandisas de eodem regno nostro usque Portugal ante haec tempora

---

[1] Fernão Lopes, *Crón. D. Fernando*, cap. 48.
[2] *Calendar of Patent Rolls*, 13-VI-1403 (p. 281).
[3] Quitação de 12-XI-1415, em Silva Marques, suplemento ao t. I, p. 463.
[4] Em T. de Aragão, t. I, doc. 11.

in navibus eduxerunt absque licentia nostra speciali seu solutione costumae et subsidii pannorum et mercandisorum praedictorum et adhuc educere non desistunt contra formam statutorum et ordinacionum inde editorum.» E o rei de Inglaterra pede autorização para colocar fiscais seus nos portos de Portugal... ([5]) De Castela vinham a Santarém récuas a carregar sáveis, sem trazerem mercadorias nenhumas; mas, além da entrada de azêmolas, as bolsas dos recoveiros e mercadores vinham bem pesadas de ouro e prata — o que era preferível, retorquia o rei à cidade, preocupada sobretudo com o seu abastecimento ([6]).

Desde o regresso à cunhagem do ouro, após meio século de interrupção, que se pôs o problema da fuga dos escudos, tão bons como a dobra de banda castelhana mas de valor nominal menor, para Castela, onde os aceitavam evidentemente ao preço da dobra; os reais brancos também partiam, enquanto as falsas *blancas* vinham ocupar o seu lugar. Qual a solução? Decretar a equivalência nominal do escudo português à dobra castelhana, proibir severamente a exportação de metais e de espécies, bem como a simples venda de ouro e prata aos estrangeiros, excluir Genoveses e outros Italianos, mesmo domiciliados, do comércio interno, e fechar a todos os estrangeiros o acesso aos ofícios de ourives e a todos os ofícios que empregam metais ricos ([7]). Genoveses e outros Italianos tão interessados em sangrar o ouro português? Eis matéria que exige reflexão.

Em 1441-1445 os Portugueses entravam em contacto, no litoral saariano, com as caravanas cameleiras, e as caravelas passaram a voltar aos portos portugueses com o pó *tibar*. Entre 1448 e 1450 instalou-se a primeira feitoria portuguesa na costa africana — a de Arguim. Era o momento em que Génova, por outras vias, tentava entabular relações directas com o Sudão rico de ouro: a sociedade dos Centurione manda em 1447 um feitor, Malfante, ao Tuate; não pôde, aliás, penetrar mais longe, e as suas informações sobre os reinos negros são vagas, de segunda ou terceira mão. Uma crise monetária corroía a economia italiana em geral e genovesa em especial: a produção de metal branco na Europa central estava no ponto mais baixo, e tal escassez provocava contínuas desvalorizações de espécies em Génova, e mesmo perturbações bancárias assás graves. Única saída: jogar no metal amarelo do Sudão, assentar a vida económica sobre o padrão ouro. Para isso havia que frustrar as concorrências veneziana (acabava de ser estabelecida a carreira das galés de Barbaria, 1440) e florentina: em vez de disputar o ouro nos mercados do litoral maghrebino, assegurar-se o seu abastecimento nas escalas saarianas, ou mesmo na origem. Não era fácil, e não se conseguiu.

A abertura das rotas atlânticas do ouro não pode ficar de lado quando pretendemos esclarecer as dificuldades italianas. É que as caravanas cameleiras do Sáara não podiam deixar de ser atraídas pelas novas escápulas das feitorias portuguesas. Mas outro facto que jamais se tem em conta deve ter intervindo também: a tomada de Ceuta em 1415, e a substituição, nesta praça, do comércio português ao comércio genovês. Ceuta era indubitàvelmente um dos mercados onde o capitalismo genovês se abastecia de ouro. A conquista portuguesa desviou este fluxo monetário. Os mercadores de Génova deixam de participar nesta escápula do metal amarelo: de oravante vão contar com o Sul marroquino. Quarto factor da crise monetária italiana: a expedição do sultão Murad na zona sérbia interrompe a exploração das minas de prata e de ouro de Novo Brodo de 1439 a 1449, e a conquista definitiva por Mahomet II em 1455 coloca-as ao serviço da economia turca.

Enquanto a escassez de metais preciosos aflige assim as repúblicas italianas, Portugal estende as suas garras sobre o ouro do Sudão e começa a operar uma verdadeira «sangria», na expressão do cronista João de Barros. O contributo do ouro de Arguim e dos rios de Guiné explica, em conjugação com a ocupação de Ceuta, que em 1457 se lance a primeira cunhagem do cruzado — e o cruzado vai ser a moeda nacional por excelência. Em breve começa a manar o ouro de São Jorge da Mina, provocando como que um delírio de entusiasmo.

([5]) Em Silva Marques, t. I, p. 200.

([6]) Capítulos da vila de Santarém às Côrtes de Évora de 5 de Abril de 1436, em Silva Marques, supl. ao t. I, p. 496.

([7]) *Remessa de Santarém*, n.º 16, em T. de Aragão, t. I, doc. 32.

De um dia para o outro, as rendas públicas duplicaram, graças à chegada do ouro guineense. Ao mesmo tempo, a Madeira transforma-se no grande centro de produção açucareira cuja concorrência vai anemizar o mercado de Valência. O Estado português dispõe, deste modo, de ora em diante, de meios mais poderosos do que anteriormente, e a riqueza nacional cresce a ritmo rápido. Se de 1475 a 1480 Portugal sustenta uma guerra enérgica com o fim de instalar o seu soberano no trono de Castela, é porque, na opinião dos partidários de Fernando e Isabel, «Estaba acostumbrado el rey de Portugal a sacar muy pingües riquezas, aunque nada honorables, de las expediciones maritimas enviadas a las costas meridionales y occidentales, ademas de la que anualmente despachaba a Guinea, y cujos productos ingresaban en el Real Tesoro. Y come a las demas ofensas inferidas por los portugueses a los reyes castellanos se anadia una soberbia y orgullo tan excesivos que rayaban en locura, fundados en la abundancia de oro traido de sus navegaciones por el Mediodia...» [8] Riquezas pingues, mas nada honradas: como poderiam os Castelhanos pensar de outro modo após o fracasso das suas tentativas para abrirem uma brecha no monopólio português?

Um momento houve em que pareciam prestes a triunfar. Também Andrés Bernaldez (cap. 6) testemunha a profunda impressão causada em Castela pela descoberta da Mina e pela «muy gran riqueza y honra» que «ha procedido a los Reyes de Portugal é cada dia procede mucho provecho à todo su reyno.» Para fugir a reconhecer os direitos de Portugal recorreu-se à fábula clássica do navio, castelhano no caso presente, perdido «con fortuna» e assim arrastado por acaso até uma costa onde se mostraram negros nus, trazendo ouro e pedindo em troca roupa velha, panos, etc.... A notícia do seu regresso a Sevilha, ricamente carregado de ouro puro, notícia que se espalhou elèctricamente por toda a Andaluzia, desencadeou uma avalanche. Ponhamos de parte a narrativa fantasista, justificação *ad hoc*, e retenhamos os factos: frequentes viagens de velas sevilhanas — pequenos navios ou caravelas —, com autorização do rei de Castela, tendo de entregar o quinto ao Tesouro; por várias vezes esses navios trazem uns 10 000 pesos de ouro cada um, ou seja o equivalente a 20 000 florins aragoneses; os comerciantes enriquecem, pois se trata de belos negócios: não se adquire o metal mais precioso simplesmente a troco de panos velhos, utensílios de latão e algumas conchas? Será Tharsis ou a Ofir das Escrituras? [9]

Em 1478 uma armada de 35 velas, aprestada à custa dos Reis e dos mercadores, sob a capitania do cavaleiro Pedro de Covides, desaferrava de Sevilha e velejava até à Mina. Mas na torna-viagem, ajoujada de pesada carga de ouro, caiu como fruto maduro nas mãos dos Portugueses... [10] Em Sevilha houve que mudar de tom. Pelo Tratado de Alcáçovas, de 1479, Fernando e Isabel reconheceram formalmente o monopólio português do comércio e navegação de Guiné e da Mina e comprometeram-se a não deixar os seus súbditos violá-lo. Ainda não soara, para Sevilha, a hora de ascender a empório do ouro.

O comércio castelhano ia ficar voltado, em parte, para Portugal, a fim de obter as boas peças áureas, como antes da descoberta da Mina e da «guerra do ouro» que se lhe seguira, como desde a creação do cruzado. Porque a própria Espanha se fornecia de moedas portuguesas desde cerca de 1460. Então, por razões desconhecidas, a ligação marítima entre os portos portugueses e os Países Baixos chocou com áspera concorrência: os lanifícios e panos de linho flamengos, acorrendo pelas escalas das cidades castelhanas, apresentaram-se nos «portos secos» da raia entre os dois reinos peninsulares. Enquanto as importações de tal proveniência por via marítima eram pagas com géneros de produção nacional — vinhos e azeite nomeadamente —, os têxteis que entravam pelas vias terrestres levavam à saca de ouro e de prata. Por proposta das Côrtes, o rei proibiu em 1465 a

---

[8] *Cronica de Enrique IV*, t. IV, pp. 205-6, cit. por J. Cortesão, *Los Portugueses*, pp. 538-40.

[9] Hernando del Pulgar, 2.ª Parte, cap. 62.

[10] Idem, caps. 76 e 88.

entrada de lanifícios e panos de linho de Flandres pelos portos secos ([11]): a medida foi, com toda a probabilidade, eficaz, porquanto se lhe seguiu uma quebra de moeda em Castela, destinada a manter a afluência de espécies fortes. Antes da desvalorização, as peças castelhanas — os anriques — valiam 340 reais; posteriormente cunharam-se de menor peso e má lei, de modo que o seu valor intrínseco não ultrapassava 200 reais; aproveitando o desvio entre o valor intrínseco e o valor nominal, os mercadores castelhanos introduziam anriques em Portugal e levavam de retorno cruzados e espadins — sólidas e leais peças áureas. A fim de estancar esta hemorragia, o rei de Portugal regulou por ordenação, em 1470, os cursos das moedas castelhanas de acordo com os respectivos pesos ([12]). A persistência de tal corrente não esteve, aliás, presa à duração da eficácia da quebra monetária: durou pelo menos até cerca de 1532-1534, ora sob uma forma, ora sob outra.

Por volta de 1481, o velho Álvaro de Brito Pestana, denunciando os «ares corruptos» da cidade de Lisboa, acusa os estrangeiros, que «partistando [fazendo partidos, isto é, contratos], levam desta nossa terra /Ouro, prata,/ nossas bolsas alivando.»; e insiste nesta saca preciosa:

«Assi como vam da nau,
todolos outros estantes
nos despenam:
levam ouro, trazem pau,
nossos tratos mercadantes
desordenam.

Por framengos, genoeses,
florentins e castelhanos
mal nos vindo,
com seus novos antremeses
dam-nos trinta mil avanos,
vam-se rindo.»

(*Cancioneiro geral*, t. I, pp. 213-37)

Desde 1457, como vimos, Portugal rompia com o sistema muçulmano de amoedação do ouro, laços que remontavam ao início da sua independência, aproximava-se do florim e do ducado, mas colocando-se ligeiramente acima de ambos. Graças às caravelas que regressam ao Algarve, a Lisboa e a outros portos portugueses com pó e jóias de Arguim, de Cantor, dos rios de Guiné e em breve da Mina. O rei de Portugal vai tornar-se «il re di l'oro». Até 1538, durante oitenta anos o cruzado permanece absolutamente estável, base do sistema monetário português — e isto até meados de Quinhentos.

A segunda metade do século XV abrira numa conjuntura de carestia da prata, efeito da acentuada quebra da extracção mineira na Europa central e oriental. Efeito ainda, secundàriamente, de um melhor abastecimento em metal amarelo, aqui e além: galés de Barbaria, caravelas de Guiné... Esta conjuntura durou até cerca de 1475. Já se anuncia a recuperação da produção de prata e a «sangria» do ouro sudanês por via marítima a favor dos Portugueses reduz o carregamento das caravanas cameleiras que desembocam no Mediterrâneo. O preço da prata começa a flectir, o do ouro a subir.

É na viragem conjuntural que os Reis Católicos põem no são a cunhagem castelhana do ouro, lançando o *excelente*, talhado a 25 em marco (castelhano), com o título de 23 ¾ quilates (teóricos, evidentemente). Continuavam simplesmente o sistema tradicional, visto que o excelente não passa de duplo castelhano ou duplo anrique restaurado na sua pureza

---

([11]) Agravos e resoluções das Côrtes da Guarda, 1465, no *Livro Vermelho de D. Afonso V* (*Inéditos H. P.*, t. III, p. 393).

([12]) Carta do rei às cidades do reino, ibidem (idem, pp. 436-7); e também J. P. Ribeiro, *Indice chronologico*, p. 182.

e lealdade primitivas; prende-se pois à dobra almóhada ([13]). Como é que foi possível romper, e porque é que se rompeu com o cortejo das más *doblas de banda* (19 quilates) e dos castelhanos e anriques falsificados? D. Afonso V, o soberano da sólida moeda de ouro e senhor da Mina, disputava a Isabel a coroa de Castela e Leão. A rainha não podia, por isso, deixar de lhe opor uma moeda «excelente», e Sevilha outra cousa não queria que não fôsse enviar os seus navios no encalço dos navegadores lusitanos. É que a guerra dinástica duplicava-se de uma guerra pelo ouro — Sevilha contra Lisboa. Mas se a coroa ficou para Isabel, os portos andaluzes tiveram finalmente que renunciar às viagens da Guiné. Como já indicámos, desde 1479 que a razão entre os dois metais preciosos atinge 12 em Valência; e neste nível se aguentou até acabar o século. Em Navarra sobe de 10,13 em 1481 para 11,93 seis anos volvidos. A Espanha está atazanada pela fome do ouro, ao passo que Portugal o recebe com regularidade. Colombo, que nada conseguira na côrte de D. João II — pois não propunha, ao senhor do tráfico de Uadam, Cantor e Mina, ir à fabulosa «ilha do ouro», Ofir-Cipango, por uma rota de fantasia? —, Colombo consegue convencer Fernando e Isabel graças à pressão dos meios andaluzes.

A área do ducado não cessava de se dilatar. As suas conquistas para Ocidente, é certo, não deixam de ter ligações com o «florí d'or d'Aragó» que Pedro IV emitira em 1346, segundo o tipo do florim florentino, em igualdade com o ducado veneziano. Por outro lado, a união das duas coroas — Aragão e Castela — e a política mediterrânea aragonesa contribuíram em muito. Na Sicília, desde 1491 que se cunham *aguilas*, águias que copiam o ducado. As emissões começaram na Sardenha no ano seguinte. Valência precedeu as duas ilhas, alinhando-se pelo ducado já em 1483 talvez; em todo o caso cunharam-se aí em 1487-1488 e em 1490-1491. Maiorca seguiu o exemplo em 1508, a Navarra em 1513. Em Castela, é em 1497 que os Reis Católicos criam o *excelente de la Granada*, que já nada tem que ver com o excelente de 1475, simples peça de dois castelhanos: agora é em presença de ducado que estamos. Pelo menos quanto ao toque: 23 ¾ quilates; porquanto o peso parece ligeiríssimamente inferior ao do arquétipo — 3,5 gr ([14]) em vez de 3,559 gr.

Se o duplo castelhano, embora *excelente*, não passou de expressão de uma conjuntura transitória, na linhagem da tradição peninsular — muçulmana —, o novo excelente ou ducado estava predestinado a durar; simboliza uma ruptura da continuidade. É que a nova situação, duradoura também, representa igualmente uma ruptura da tradição. 1497: Colombo já alcançou Ofir-Cipango, pelo menos assim o crê, o ouro das Antilhas começou a brilhar no horizonte de Sevilha. Este final de Quatrocentos e o primeiro terço do século XVI estão sob o signo do ouro de além-oceano.

Em tais circunstâncias internacionais, não espanta que em Portugal os justos e espadins, com 22 quilates e pesando respectivamente 6 e 3 gr., desapareçam nos derradeiros anos do século XV, porque se prendem a um sistema inteiramente diferente. O cruzado, ao invés, prossegue a sua carreira triunfal. Ligeiramente mais forte, quando da sua instituição, do que o ducado ou o florim, mantém-se assim, pelo menos do ponto de vista legal — as *Ordenações Manuelinas* não lhe atribuem ainda o peso de oitava, logo a talha de 64 em marco? Na realidade, nas peças efectivamente cunhadas constata-se um pequeno desvio por defeito, e na Casa da Moeda o «peso de cruzado» pelo qual se faziam as pesagens não atingia a oitava mas apenas 71 ¼ grãos ([15]) — 3,54 gr. É esta também uma das razões pelas quais, cerca de 1496, o seu valor corrente não passa de 385 reais, enquanto legalmente é de 390. Mas a sua finura permanecia na orla da perfeita pureza.

Com base em Gaspar Correia (que não merece todavia grande crédito no que respeita à metrópole), aceita-se comumente que Vasco da Gama levou já consigo, na sua primeira viagem, peças de 10 cruzados, ou seja, portugueses de ouro; teriam sido cunhados em Zwol, na Holanda. Seja como fôr, a partir de 1499 a

---

([13]) Mateu i Llopis, *La Moneda española*, cap. XII.

([14]) Idem, ibidem. Há, aliás, contradição entre as indicações do numismata espanhol: peso 3,5 gr, talha de 67 em marco; porque com este peso (e se peca, só pode ser por defeito), a talha é apenas de 66.

([15]) Do conde de Castanheira ao rei, 24-III-1537 (*Letters of the Court of John III*, n.º 168). Em 1515, a cunhagem de 414 marcos, 7 onças, 2 oitavas e 6 grãos deu 26 831 cruzados e 30 grãos, ou seja, 64 cruzados e 48 grãos, exactamente, por marco. (T. T., C. C., 2.ª Parte, m. 62, n.º 91).

Casa da Moeda de Lisboa emite regularmente estas peças grandes de espantosa fortuna. Que muito cedo entraram na vida quotidiana, prova-o uma poesia de João Fogaça, anterior a 1516: a propósito da nova mula do comendador-mór, diz o poeta «E que soes dela contente, / apostey dous portugueses». (*Cancioneiro Geral*, t. II, p. 347). A partir de 1517 cunha-se uma moeda divisionária do cruzado: o quarto, talhado a 256 em marco, equivalente, em ouro, do tostão de prata; mas o seu papel permanecerá assás apagado.

De Lisboa, o ouro da Guiné e da Mina passa, em parte, para Bruges, no século XV, Antuérpia, no XVI, e aí liquida o saldo devedor das compras de prata e cobre, trigo e artilharia. Uma lei de 31 de Janeiro de 1485 não autoriza a exportar 6 cruzados de ouro por cada marco de prata importado? [16]. É, pois, o ouro africano que permite, parcialmente, atrair o metal branco alemão, e assim assenta a estabilização das emissões argênteas a partir de 1489. O mercantilismo de Quatrocentos e Quinhentos admite a saca de metal amarelo em contrapartida da entrada de outros metais amoedáveis, de géneros indispensáveis ao abastecimento das cidades, exércitos e armadas, ou ainda de material de guerra. Esta a razão por que o ouro da Guiné e da Mina se encaminha igualmente para os mercados mediterrâneos: a Sicília fornece pão, Milão, as armas.

Encaminhar directo, por vezes. Em 1490, quando se tratou do casamento do príncipe herdeiro, foi enviada a Itália uma caravela com avultada quantidade de fulvo metal para aí carregar sedas, brocados, panos de ouro e prata; as compras foram tão consideráveis que as lojas de Génova, Florença e Veneza foram esvaziadas e os teares tiveram que trabalhar afanosamente a fim de satisfazer as encomendas portuguesas; outro navio teve que fazer a mesma viagem e voltou também com plena carga [17]. Em 1494, D. João II enviou para Nápoles 30 000 pesos de ouro (= 45 000 cruzados), em pagamento de armas e arneses [18].

A maior parte das vezes, porém, as moedas portuguesas chegavam ao Mediterrâneo por intermédio da Espanha, principalmente pela escala de Barcelona, devido à política italiana de Carlos V. Em 7 de Julho de 1529, quando o imperador se preparava para passar a Itália, chegaram a Barcelona 40 mulas vindas de Portugal: traziam 300 000 ducados de ouro [19]. Desta soma é que começou a desembolsar à chegada a Génova, «et non si vede altro in Zenoa che alcuni testoni, de pretio de marzelli tre l'uno, cum le arme del re di Portogallo»[20]. Quando o imperador quis oferecer aos embaixadores o presente tradicional, deu a sier Gasparo Contarini uma bolsa com 150 moedas de ouro portuguesas, e a cada um dos outros quatro uma bolsa com 100; cada peça valia 10 «ducados»[21], ou seja, 10 cruzados: trata-se, pois, de portugueses. Só estas cinco dádivas somam 5 500 cruzados.

Delgado ribeiro a correr para o Mediterrâneo, salvo talvez de 1520 a 1530. Mas a Espanha esforçava-se por atrair o ouro português, mesmo quando não precisava de o transferir para Itália ou para os Países Baixos.

Carlos V chegou, por exemplo, a pôr-se em leilão a fim de levar o rei de Portugal a dar-lhe a maior soma possível de ouro como dote de casamento. Se, além disso, o imperador autorizou algumas expedições espanholas às Molucas, não foi porque tivesse uma política oceânica — ele, europeu amarrado aos problemas e à prata da Europa central —, mas simplesmente porque pretendia arrancar ao cunhado uma boa maquia de espécies sonantes: quando as ouviu tinir, renunciou aos seus pretensos direitos — Sevilha era sacrificada a Barcelona. Verdadeiras «operações comerciais», pois, sem contar com duas outras — o regresso da rainha viuva D. Leonor para Castela, em 1523, o casamento da infanta portuguesa

[16] J. P. Ribeiro, *Indice chronologico*, p. 208.
[17] Pina, *Crón. D. João II*, cap. XLIV; Rèsende, *Crón. D. João II*, cap. CXVII.
[18] Rèsende, idem, caps. CLXX e CLXXXIV.
[19] *Diarii di M. Sanudo*, t. LI, p. 212.
[20] Idem, t. LI, pp. 400-1.
[21] *Idem*, t. LIII, p. 9.

D. Maria com o príncipe Filipe em 1543 —, rendiam ao imperador a bonita soma de 1 750 000 cruzados.

Dentro deste contexto diplomático, em 1529, por exemplo, Gomez de Léon, enviado pelo imperador a Lisboa, recebeu aqui, em Junho, a soma de 148 000 ducados, sendo 39 600 em portugueses, dobrões e cruzados, e os restantes em 427 200 tostões; note-se que inicialmente a parte destas moedas de prata era maior, mas o representante espanhol foi-as cambiando por espécies áureas (Simancas, Estado 368, f. 232, e carta de Lope Hurtado, Lisboa, 21-VI). Os pagamentos da coroa de Portugal ao imperador continuaram; e em 1533 o embaixador Lope Hurtado propôs, para escusar dúvidas quanto ao valor das moedas, que fossem feitos em ouro, pois se perdia nos tostões, ou então que se recebessem 5 destes pelo valor de um cruzado: o que Carlos V aprovou (Simancas, Estado 370, do imperador, 2-V).

Em 1508, a fim de pagar os géneros e outros fornecimentos com que a Andaluzia socorrera Arzila, o governo português fez transportar para Sevilha 34 marcos, 7 onças e 4 oitavas de ouro. (*Cartas quitação*, n.º 356). Acontecia que os mercadores espanhóis fossem directamente ao Marrocos português e de lá trouxessem ouro de retorno; Garcia de Melo aconselhava o rei, em 1526, a fundar uma Casa de Moeda em Safim a fim de se amoedar *in loco* o ouro trazido pelas caravanas; esperava impedir assim a sua saca para Castela — isto é, para a Andaluzia ([22]).

As cidades inquietaram-se com esta hemorragia monetária. Os estrangeiros descarregavam mercadorias mas só levavam de retorno boas espécies portuguesas; para as sacar, porque muito apreciadas em razão do seu peso e do seu toque, introduzia-se no Reino numerário estrangeiro de alto valor nominal mas fraco valor intrínseco. Havia, portanto, por um lado, que voltar ao alealdamento das mercadorias: os retornos que saíssem seriam obrigatòriamente em mercadorias de produção nacional ou de reexportação ultramarina — a balança das mercadorias, diríamos hoje, devia estar rigorosamente equilibrada; havia, por outro lado, que proibir o curso das espécies estrangeiras pelo valor nominal e só o admitir pelo seu valor intrínseco. Dez anos depois, em 1535, as cidades insistiam de novo na fuga das peças de ouro: já não se vê um único cruzado nem um único português; apenas espécies estrangeiras de fraco peso e toque aviltado. E os procuradores requerem que se reduza o cruzado ¾ de grão ([23]).

Lisboa e Sevilha constituem então os centros de uma zona de altas pressões do ouro. Os outros estados europeus procuram atrair as fulvas moedas portuguesas e espanholas, graças à amoedação enfraquecida. É a França com o *écu d'or au soleil* ou *couronne au soleil*, que só pesa 3,37 gr. e cujo título é de apenas 22 quilates. São, em Itália, a Santa Sé, Milão e os outros estados, com os seus escudos de 22 quilates, cujo peso se situa entre 3,15 e 3,45 gr. A Espanha, se queria proteger a sua moeda, não podia deixar de ir com a corrente. Já em 1523 as Côrtes de Valladolid pediam o alinhamento pelo escudo. Em 1535, por ordem régia, realizou-se um inquérito técnico, e quando dois anos depois se reuniram de novo as côrtes, em Valladolid igualmente, adoptou-se o título dos escudos imperiais. Em Castela, cunham-se de oravante peças deste teor, enfraquecido, de 22 quilates, pesando 3,38 gr. no máximo (talha de 68 em marco castelhano) ([24]).

Os cruzados e os portugueses encontram-se, a partir de agora, como que cercados. A ofensiva castelhana é tanto mais de temer quanto em 1534 o rei de Portugal teve de mandar vir do reino vizinho *doblones* num montante de 30 000 cruzados, a fim de socorrer a Índia ([25]). O reino lusitano caira na dependência do ouro das Índias de Castela... Foi nas Côrtes de Torres Novas de 1525 que pela primeira vez os procuradores pediram a redução do peso e do título do cruzado.

([22]) *Sources inédites Maroc-Portugal*, t. II, 1.ª Parte, p. 378.
([23]) Em T. de Aragão, t. I, pp. 266-7.
([24]) Mateu i Llopis, cap. XIII.
([25]) *Livro IV do conde de Castanheira*, no apêndice aos *Anais D. João III*, t. II, p. 243.

Reportemo-nos ao quadro das entradas de ouro da Mina na Casa da Moeda de Lisboa. Enquanto até 1523 ultrapassavam regularmente 400 kg., nesse ano contrairam-se de mais de um quarto, e em 1524 e 1526 não atingiram sequer 300 kg. Nestas condições, compreende-se muito bem que Portugal se tenha preocupado com estancar a hemorragia das suas espécies áureas e atrair por seu turno as castelhanas. As Côrtes de Valladolid de 1523 tinham-se reunido numa conjuntura análoga. De um total de 1 191 835 ducados de ouro desembarcado em Sevilha durante todo o período 1516-1520 não se cai, com efeito, em 161 004 ducados sòmente, durante todo o período 1521-1525? Crise transitória, visto que durante os anos 1526-1530 esse total volta a subir para 1 246 124 ducados [26]. Precisamente porque tal conjuntura crítica é vencida tanto em Espanha como em Portugal — aqui não tão bem como no reino vizinho — é que não se recorreu por então à quebra monetária. Mas desde o começo do segundo terço do século XVI as velas que vêm da América já só trazem a Sevilha prata, pelo menos legalmente. A partir deste momento a reforma monetária torna-se inevitável em Espanha.

Em Portugal, as Côrtes de 1535 voltam à carga. A questão é objecto de estudos sérios da parte dos oficiais da Casa da Moeda, dos ourives e do vèdor da Fazenda, que preside às suas reuniões e discussões. Um irmão do rei, o infante D. Luís, informa-se junto de um perito e aconselha o vèdor a seguir o seu parecer [27]. A reforma operada no reino vizinho, em 1537, venceu os últimos escrúpulos. Nesse ano, D. João III passara uma provisão para não se lavrarem portugueses, mas em 24 de Setembro tivera ainda de autorizar de novo a sua cunhagem [28]. A lei de 29 de Novembro de 1538, aliás só registada na Casa da Moeda em 12 de Fevereiro de 1539 [29], proibe todas as novas emissões de portugueses. Quanto ao peso dos cruzados, os escrúpulos eram fáceis de ladear: de há muito que a amoedação efectiva não correspondia, como vimos, ao texto da ordenação; bastava pois legalizar uma situação de facto. O peso desta espécie de ouro é assim fixado em 1 oitava menos ¾ de grão — isto é, 71 ¼ grãos, que era o padrão já existente na Casa — e o teor baixa de 23 ¾ quilates para 22 ⅝ bem cheios; o valor facial não é alterado: 400 reais; mas os cunhos são mudados, a fim, evidentemente, de evitar confusões entre as antigas e as novas peças: de um lado o escudo das armas reais com a legenda «Joanes tertius Portugalie e Algarbiorũ Rex», do outro a cruz mas — neste ponto reside a diferença — com a legenda «In hoc signo vinces». Não se obriga ninguém, ao que parece, a levar as antigas moedas à Casa para refundição e nova cunhagem [30].

Os cruzados fortes, entesourados ou refundidos, desapareceram, supõe-se, da circulação. Os portugueses, esses, continuaram a correr, pois a ordenação apenas proibira que se lavrassem mais e nenhuma outra peça grossa viera substitui-los. Aliás o seu peso sempre fora fraco em relação ao preceituado legalmente: 712 grãos em vez de 720; o seu teor permanecera porém fiel à extrema finura. Em 1540, Rui Mendes, na sua *Practica de Arismetica* (f. 59), indica que continuam em uso. Balbi (f. 77v) encontra-os ainda em Cochim em 1580-1588, mas «al presente poche se ne trovano»; Sassetti (p. 279), em 1584, cita-os de igual modo: ambos lhes atribuem o valor de 14 a 15 cruzados: prova da rareza, mesmo atendendo à diferença de toque. Na realidade, ainda ao entrar no segundo quartel do século XVII se encontravam muitos portugueses na metrópole, apesar de os ourives os fundirem a cada

---

(26) Carande, *Carlos V y sus banqueros*, t. I, p. 150.
(27) *Letters of the Court of John III*, p. 27 e n.os 168, 251, 274.
(28) Damião Peres, *Hist. monetária de D. João III*, doc. 12 (p. 76).
(29) Idem, p. 29.
(30) T. de Aragão, t. I, doc. 48 e p. 267; Peres, *ob. cit.*, doc. 14 (pp. 77-8); Simancas, Estado 371: de Luis Sarmiento, Lisboa, Janeiro 1539 — indica que o rei decidiu «que todos los ducados de Portugal se deshagan», mas como se trata apenas de um resumo do relatório, seria arriscado inferir a obrigação de refundir.

passo; as mulheres dos lavradores com eles se enfeitavam ([31]). Para meio de seiscentos, Jerónimo Baía, numa poesia a St.º António, alistando-se por soldado, faz um trocadilho que subentende a intimidade com a moeda:

«Ide a fazer-nos afagos,	Pois só com tal Português
Ao caminho pondc os pés,	Ficarão todos bem pagos.»([32])

Esta longa sobrevivência testemunha a abundância das emissões. Teriam acabado realmente em 1538? De uma cunhagem excepcional, aliás pouco importante — 100 peças —, sabemos que teve lugar em 1543, reproduzindo exactamente as características das cunhagens anteriores à proibição; a lei que a autorizou manda quebrar os cunhos depois de realizada, a fim de impedir a repetição ([33]). Durante esses cinco anos podem ter-se efectuado emissões mais ou menos clandestinas. E depois... Os cunhos teriam sido efectivamente destruídos em 1543? Decerto que não. Pelo menos duas outras emissões de portugueses são testemunhadas pelos registos da Casa da Moeda: em 1553 cunharam-se 15 marcos, 3 onças, 6 oitavas e 21 grãos, no valor de 1 000 cruzados, ou seja, 100 peças, a 64 cruzados e 48 grãos por marco ([34]). Três anos depois, nova emissão, por conta da rainha, lavrando-se 32 marcos, 3 onças, 6 oitavas e 48 grãos ([35]), isto é, 210 portugueses. Que outras cunhagens se fizeram após 1538, autorizadas ou não por leis ou provisões especiais, acreditâmo-lo de bom grado. Por isso puderam circular correntemente até pleno século XVII. O testemunho de Faria e Sousa, válido para o reinado de Filipe IV, não passa de elo numa cadeia que se prolonga muito depois, como já vimos. Ainda em 1651 o Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, recebe portugueses em pagamento; num deles houve uma perda de 500 reis por defeito de peso ([36]).

Em Outubro de 1544, nova reforma do cruzado, de menor amplitude porém. A anterior mantivera, apesar de tudo, a superioridade de toque em relação ao escudo; não se deve por isso ter conseguido estancar a hemorragia de espécies áureas. Por outro lado, estamos numa viragem de conjuntura económica geral — uma crise tão profunda que arrastará consigo certas transformações estruturais. Teixeira de Aragão supusera que os novos cruzados, ditos «calvários», teriam começado a ser lavrados pouco depois da reforma de 1538 que instituíra os cruzados «de cruz pequena» com teor diminuído e legalizara a ligeira quebra ponderal; o título então fixado pela lei em breve — em 1539 ou 1540 — teria deixado de ser rigorosamente respeitado. Damião Peres trouxe à luz, no entanto, a carta régia de 26 de Outubro de 1544 em que se proibe que se continuem a lavrar os anteriores cruzados e se manda cunhar outros de ouro de lei de 22 ⅛ quilates ([37]) e de peso de 1 oitava menos 5/10 de grão — ou seja, 71 ½ grãos; de um lado, uma cruz sobre o monte Calvário (daí o nome da nova moeda) e ao redor a legenda «In hoc syno vinces»; do outro mantém o escudo das armas reais e a respectiva legenda «Joannes tercius Portugalie et Algarviorum Rex». O peso é, pois, ligeiramente reforçado, sem que o reforço compense todavia a baixa de título: a quebra intrínseca é de 1,8 %. O novo título de 22 ⅛ quilates é que caracteriza de oravante todas as moedas de ouro, mesmo as creadas a partir de 1555, data até à qual só se lavram cruzados calvários. Com excepção dos grossos sãotomés.

É que o rei de Portugal é também o senhor do comércio e navegação das Índias Orientais. A história monetária portuguesa está talhada à escala do mundo. Ora, na Índia, a lei dos pagodes é só de 20 ½ quilates, e o seu peso de 3,425 gr.

([31]) Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, t. III, 4.ª Parte, cap. II.
([32]) *Fénix renascida*, t. IV (1721), p. 72.
([33]) Lei de 18-X-1543, em T. de Aragão, t. I, p. 268.
([34]) *Livro do tesoureiro* de 1553, f. 321.
([35]) Idem, de 1556, f. 341.
([36]) *Livro do Hospital de Todos os Santos*, do ano citado, ff. 116 e 117.
([37]) Inexplicàvelmente, Damião Peres fala de 22 ½ quilates (*ob. cit.*, pp. 32 e 37), sendo por isso levado a supor ulterior (mas antes de 1548) abaixamento para 22 ⅛: hipótese inútil, pois o documento que ele próprio publica (n.º 24) diz sem equívoco 22 ⅛.

ou um pouco menos. Impunha-se substituir os «ídolos diabólicos» por símbolos cristãos: São Tomás, o apóstolo do Oriente, estava naturalmente indicado; e substituir também a autoridade dos gentios pela de Portugal, adaptando-se embora ao sistema de amoedação indígena. Por isso a mesma carta régia de 26 de Outubro de 1544 instituiu a cunhagem em Lisboa de uma moeda com o ouro que viera da Índia, o escudo sãotomé. Tem a mesma lei que o pagode (e o equivalente sãotomé): 20 ½ quilates; mas, enquanto o sãotomé singelo pesa 3,425 gr., o escudo pesa 2 ½ oitavas e 13 ¼ grãos (= 9,6248 gr.), com talha de 24 em marco, aproximadamente, tendo como valor facial 1 000 reais, ao passo que aquele vale 360. Esta moeda destina-se a lançar a ponte entre o sistema monetário metropolitano e luso-indiano. Em Portugal ainda circulará em 1560, por exemplo ([38]).

Voltemos ao cruzado. A sua quebra intrínseca cifrou-se, no fim de contas, em 6,8 %. Nada de espectacular. Nem por isso deixa de ficar de pé o facto de ter sido necessário tocar nesta moeda, chave de abóbada da economia portuguesa.

§ 2 — *Cunhagens portuguesas, ouro da América e irradiação do milreis*

Essas duas reformas do cruzado representarão patente manifestação de crises profundas ou serão apenas simples expressão da conjuntura internacional?

Da Guiné, da Mina e de Arguim, as caravelas, e em breve os galeões já não trazem as quantidades maciças de ouro que traziam antes da crise de 1521-1525. Lisboa procurara compensar por compras no mercado sevilhano a vazante do ouro africano. Quando das caixas descarregadas nos cais do Guadalquivir deixam de sair barras de fulvo metal, pelo menos manifestadas, Castela vê-se forçada a tentar deter a saca dos seus ducados, e é evidentemente este cerco de espécies mais fracas que leva Portugal a aviltar os seus cruzados; além disso, com a secreta intenção de atrair aos Açores e à Madeira, se não até directamente a Lisboa ou a Viana, as caixas de ouro americanas que Sevilha já não vê descarregar... Voltaremos a este ponto. Em suma, não há que exagerar o alcance da quebra de 1538-1539, acima de tudo episódio da guerra monetária.

Tentemos, antes de mais, estabelecer ordens de grandeza das emissões. Cálculos muito aleatórios e que pecam grosseiramente por defeito, dado o estado das fontes.

Da África ocidental recebeu Portugal cerca de 700 kg de ouro anualmente, durante os vinte primeiros anos do século XVI e já, segundo toda a probabilidade, durante os quinze ou vinte últimos do século XV. O ouro do Monomotapa ou o de Menencabo jamais tomaram, pràticamente, o caminho do Tejo. Mas os particulares entregavam à Casa da Moeda barras de ouro para cunhar, sem indicação de proveniência. Procuremos cingir numèricamente este duplo contributo das caravelas que vêm de África e das entregas de «partes do reino». O quadro que apresentamos suscita, é certo, expressas reservas: não só é demasiado elevado o número de anos em branco, como ha que pôr em causa o sistema de contabilidade e o estado dos livros de registo que até nós chegaram — não estar nunca seguros de que vemos registadas todas as entradas em dado ano. Apesar de tudo, à falta de estudo estatístico completo e preciso — impossível —, este quadro sugere algumas impressões globais, que não deixam de causar surpresa.

A partir de 1540, as emissões de ouro saltam para números duplos, ou até triplos do que eram anteriormente, mesmo antes de 1523. A Mina e a Guiné em nada contribuem para isso, Arguim também não. A contribuição da África

---

([38]) Peres, *ob. cit.*, doc. 24 (p. 87); T. de Aragão, t. I, docs. 57 e 60, e t. III, quadro final.

ocidental já não cresce, não obstante anos favoráveis, tais como 1543 e 1555. O avolumar da cunhagem de espécies áureas é devido às entregas feitas pelas «partes do reino». Onde é que os particulares foram buscar este ouro?

OURO ENTRADO NA CASA DA MOEDA DE LISBOA
(segundo os *Livros do tesoureiro*)

Ano	Da África ocidental	De partes do reino	Total		Cisalha	Total com a cisalha	
	Peso	Peso	Peso	Cruzados	Peso	Peso	Cruzados
1515		414-7-2-60					
1517	1 903-4-2-39	165-5-3-21	2 069-1-5-60	131 808			
1518	1 914-1-6-21		1 914-1-6-21	123 786			
1520	2 151-3-1-58	162-3-5-46	2 313-6-7-32	149 629			
1521	1 892-7-5-00	619-6-4-36	2 512-6-1-36	162 491			
1523	1 341-0-1-47	1 860-4-3-67	3 201-4-5-42	207 034			
1524	1 265-7-2-15	587-7-1-31	1 853-6-3-46	119 878			
1525 (1.º semestre)		230-6-5-49					
1526	1 110-1-2-67	950-7-7-44	2 061-1-1-39	133 287			
1528	971-3-1-33	963-5-2-19	1 935-0-3-52	125 133			
1529	965-4-0-33	690-1-5-24	1 655-5-5-57	107 068			
1530	689-6-5-45	238-5-6-36	928-4-4-09	60 046			
1531	981-7-1-00	294-5-5-50	1 276-4-6-50	82 552			
1532	3 043-7-7-35	809-3-0-19	3 853-2-7-64	249 183			
1534	1 184-2-3-47	308-4-0-29	1 492-6-4-04	96 534			
1540		2 398-3-6-48					
1543	1 520-6-7-32	3 269-6-6-46	4 790-5-6-06	309 799			
1549	734-7-0-59	3 528	4 262-7-0-59	275 665			
1550	674-6-3-28						
1551	960-6-0-71	3 510-1-3-04	4 470-7-4-03	289 120	2 756-2-2-53	7 227-1-6-36	467 360
1552	592-1-2-52						
1553	432-0-7-61	2 426-5-6-11	2 858-6-6-00	184 838	2 187-2-7-36	5 046-1-5-36	326 204
1555	1 645-1-7-30						
1556	1 058-3-1-60	5 667-1-6-40	6 725-5-0-28	434 923	4 422-2-5-00	11 147-7-5-28	720 850
1560	625-7-0-46	5 010-6-1-07					
1561	630-1-3-24	2 537-3-4-18	5 640-7-4-3	364 280			
1572		3 662-5-0-36					
1577							

N. B. — Os pesos estão expressos em marcos, onças, oitavas e grãos.

Se tais entregas avultadas começam por alturas de 1540, o mais simples não seria relacioná-las com a reforma monetária de 1538-1539? Os particulares trariam à Casa os antigos cruzados de 23 ¾ quilates para serem refundidos segundo a nova lei de 22 ⅝ quilates, depois segundo a lei de 22 ⅛, estabelecida para o calvário. Mas como desapareceram os registos relativos aos anos de 1535-1539, não podemos ter a certeza de que a enchente das remessas de partes não começou antes da reforma. Por outro lado, a maré alta parece prolongar-se até 1577 pelo menos, se é lícito tirar uma impressão de conjunto de um pequeno número de cifras isoladas. Em 1555, é certo, o sistema monetário ouro muda uma vez mais, vindo os sãovicentes substituir os cruzados calvários; nada leva a crer, no entanto, que os particulares tivessem o menor interesse em mandar refundir as peças de que eram detentores, porquanto o toque da nova espécie é idêntico ao da precedente; a lei não os obrigava a isso de modo algum. Assim, ponha-se de parte a imputação quanto às reformas monetárias.

Esta predileção pelo ouro, em Portugal, parece acentuar-se à medida que avançamos num século cada vez mais nas malhas da prata e que o caudal das fontes africanas atlânticas diminui; a maré enchente vem também depois que deixam de o descarregar as velas que chegam a Sevilha vindas das Índias Ocidentais. Hamilton não constatou a redução a quase zero da parte do ouro nos registos oficiais a partir de 1530?

Poderemos acaso evocar uma modificação do regime do comércio do ouro nas costas africanas, o estanco régio cedendo em grande parte aos interesses privados? Nenhuma se deu durante a época que neste momento nos importa. Assim, é de preferência num desenvolvimento das actividades privadas mas clandestinas que devemos pensar. O contrabando: eterna incógnita, eminência parda, verosìmilmente, de tantos movimentos económicos...

Em 1537, o tesoureiro da Casa da Moeda do Porto representava ao rei a premente necessidade de autorizar aí a cunhagem de cruzados porque «...a essa cidade do Porto vem ter muito ouro que trazem os mercadores dessa comarca dAntre Douro e Minho, que compram nas ilhas aos castelhanos que vêm do Perú e o traziam à Moeda dessa cidade pera lho lavrarem em cruzados, e que por lho assi nam lavrarem em cruzados [visto a Casa nortenha não estar autorizada a emitir espécies áureas] o tornavam a levar e o vendiam a mercadores, que o levavam a Castela o que eles compravam por ganharem nele mais levando-o em barras, que amoedado.» Em face de tal situação o monarca não hesita em conceder a autorização requerida, embora excluindo dela os portugueses ([39]).

Com muita frequência, os mercadores regressam dos Açores, ou até da Madeira com as bolsas bem recheadas de numerário sonante. Por exemplo, em 1523, a bordo do navio *A Vaquinha* que voltava de São Miguel para Lisboa com pastel, um mercador de Guimarães traz 85 000 reais em «dinheiro de contado» ([40]). Da mesma ilha, em 1526, o navio *Santo António* transporta para Viana mercadores e outros passageiros de Guimarães, Vila do Conde e Açores, aos quais os piratas franceses roubaram 270 500 reais ([41]). Um dos passageiros do navio cujo mestre era João Luís de Aveiro e que, tendo desaferrado de São Miguel, em 1528, fazia rumo ao Tejo, trazia consigo 39 000 reais em espécies de ouro e de prata ([42]). Quatro mercadores de Guimarães embarcam em 1524 na Madeira no navio de Fernão Lopes para regressar a Viana com 63 000 reais em numerário ([43]). O navio *Santa Maria* carregou em 1527 em Tenerife trigo e queijos com destino à Madeira; três dos mercadores que nele viajavam traziam das Canárias moedas no valor de 46 000 reais, dos quais 20 000 reais em *doblones* de ouro ([44]). Acontece que moedas espanholas cheguem às Canárias passando por portos setentrionais portugueses: assim em 1525 o mercador João Afonso, castelhano (ou de nome: Castelhano?), residente perto de Guimarães, embarcou em Vila do Conde no navio *O Bretão* com destino a Tenerife, e levou consigo 6 000 reais em espécies amarelas e 2 000 em *reales* de prata castelhanos ([45]). Não nos devemos espantar com isso: é que, se à ida as frotas e galeões fazem escala nas Canárias, ao regressarem da América é pelos Açores que passam.

Os constrangimentos físicos da navegação atlântica conjugam-se deste modo com as necessidades económicas no sentido de transformarem as Ilhas — entendam-se os Açores e secundàriamente a Madeira — em escalas obrigatórias dos navios que regressam das Índias Ocidentais pesadamente ajoujados de metais preciosos. Acrescente-se a imperiosa necessidade de aí se reunirem as diferentes velas, e de aguardarem aí, em certos anos, a armada de escolta, a fim de enfrentarem a pirataria que grassa entre o Arquipélago e a Península ([46]). Território de um reino amigo, a que prendem os laços de sangue e as vantagens da política internacional: eis, em suma, o paraíso sonhado do contrabando. O ouro que os Espanhóis trazem da América, desembarcam-no nos Açores e vendem-no aqui aos mercadores portugueses. O documento de 1537 citado há um instante é formal. Sevilha não recebe metal amarelo americano desde 1530; as emissões de ouro avolumam-se em Portugal por alturas de 1540, quando a Mina está na vazante. Mas se o fulvo metal das Índias de Castela já não chega aos portos andaluzes, é porque o descarregam em fraude no decorrer da viagem, nos Açores... Logo,

---

([39]) Do rei, 20-V-1537, em T. de Aragão, t. I, doc. 47.
([40]) *Livro dos roubos... Guimarães*, pp. 2 e 27.
([41]) Idem, pp. 5-7, 20, 23, 38-9, 39-41, 47, 61-2.
([42]) Idem, p. 6.
([43]) Idem, pp. 43-4, 58-9, 61.
([44]) Idem, pp. 15-6, 35-6, 51-2, 59-60.
([45]) Idem, pp. 33-4.
([46]) T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 82, doc. 92 (de Manuel Pacheco ao rei, 3-V-1549). Transcrito adiante.

se a Casa da Moeda de Lisboa lavra cada ano quantidades crescentes de ouro, quando o que provém da Guiné e do golfo decresce, é porque o ouro antilhano, mexicano e peruano aflui aos portos portugueses graças ao retransmissor açoreano...

Em 1523 as quantidades de ouro entregues por particulares à Moeda saltam para 1 860 marcos, quando tinham sido de 162 marcos em 1520 e de 619 em 1521; mas caiem de novo para 587 no ano seguinte — 1524 — e permanecem depois baixas até à grande transformação que assinalámos. E todavia está-se em plena crise das chegadas a Sevilha — 1521-1525. Este ano de 1523 constitui uma mina para o corso francês, que se apodera de ouro no valor de 150 000 a 200 000 ducados [47]. Teria uma parte deste ouro ido parar a Lisboa? Em Janeiro deste ano, três navios mandados por Cortez com uma carga que valia uns 800 000 ducados fizeram escala nos Açores, onde dois deles se demoraram à espera de escolta segura, com receio dos piratas franceses. É muito verosímil que tenham sido descarregadas caixas contendo o precioso metal, a fim de estarem melhor protegidas de surpresas, e que aí tenham ficado... esquecidas à partida. No ano precedente, o corsário francês Fleury tomara um navio que regressava da Hispaniola para Espanha com 80 000 «drachmes» de ouro [48]: seria impossível — repita-se a pergunta — que uma certa quantidade desembocasse nos portos portugueses? Em 1525, os navios que vinham do Novo Mundo com ouro e pérolas fizeram escala no porto da Terceira, onde o acolhimento foi muito cordial e a carga bem vigiada pelas autoridades — por isso Carlos V escreveu aos Açoreanos para lhes agradecer... [49]

Em 1524, uma caravela que partira do Yucatan veio ancorar no Tejo; havia a bordo 60 000 pesos de ouro, ou seja — a um ducado e meio o peso —, 90 000 ducados [50]. Já Colombo, no regresso da sua primeira viagem, fundeara em Lisboa. O facto repetir-se-á, porque as condições físicas da navegação e a ameaça dos piratas o tornam normal. Tudo indica que se aproveita para aliviar os navios de algumas embaraçosas caixas de metais preciosos... Em Março de 1528 a tempestade obrigou um navio que vinha da Nova Espanha a entrar no porto de Peniche; houve que descarregar os 60 000 pesos de ouro e os 300 marcos de prata que trazia, e o embaixador negociou no sentido de obter autorização para os fazer seguir para Sevilha pela via terrestre — como se fará de oravante quase sempre. De igual modo se procedeu no caso de uma caravela que trazia da ilha de Santa Maria o ouro e a carga que os galeões se tinham visto forçados a deixar lá; ora essa caravela veio dar à costa perto de Lisboa... [51] Um ano depois, uma nau castelhana também deu à costa portuguesa; os passageiros transportavam barras de ouro no valor de uns 6 000 cruzados (só?), que foram postas sob custódia graças às diligências das autoridades portuguesas [52]. Um último exemplo, este de 1540: tendo tido de ir fundear a Lagos, uma caravela deu à costa devido ao temporal que se desencadeou de noite, morrendo a maioria dos que vinham a bordo — viajantes que regressavam do Peru; os Portugueses aproveitaram para roubar uns 15 000 a 20 000 pesos de ouro [53]. O embaixador espanhol já se dera conta da armadilha que representavam tantas facilidades concedidas pelas autoridades portuguesas, e em especial a franquia de direitos de trânsito quanto aos metais preciosos. Todos os que vinham do Peru e da Nova Espanha preferiam vir primeiro a Portugal com o ouro e prata não manifestados e até com os manifestados; por outro lado, os mercadores portugueses iam aos Açores, onde as frotas e galeões faziam escala e descarregavam uma parte dos metais preciosos, a fim de os comprarem aí e de os trazerem para a metrópole. Não era a isenção que o governo espanhol devia ter pedido, mas sim a duplicação dos direitos [54]. Teremos de voltar a esta questão a propósito da prata da América.

É ùnicamente por três vezes que os livros do tesoureiro da Moeda de Lisboa registam explìcitamente entradas de ouro em proveniência das Antilhas. Em 15 de Dezembro de 1523 recebeu duas entregas, somando 35 marcos e 4 oitavas de ouro que «veio de Antylhas» em pagamento de fornecimento de escravos [55].

---

[47] Carta de Cádiz, em *Diarii di M. Sanudo*, t. XXXVII, p. 661.

[48] Anghiera, *Lettres*, n.º XXXVI.

[49] Simancas, Estado 368 (de D. João III a António de Macedo, Montemór-o-Novo, 11-V-1525).

[50] De Gaspar Contarini, Burgos, 25-III-1524 (*Diarii di M. Sanudo*, t. XXXVI, p. 419).

[51] De Lope Hurtado, Almeirim, 20-III-[1528], e de Pero de Espinosa a Lope Hurtado, Lisboa, 31-III-1528 (Simancas, Estado 368).

[52] De D. João III, Lisboa, 10-II-1529 (idem).

[53] De Luis Sarmiento, Lisboa, 2-IV-1540 (Idem, 372).

[54] De Luis Sarmiento, Lisboa, 2 e 11-IV-1540 (idem).

[55] Casa da Moeda, *Livro da receita e despesa*, 1523, na data indicada.

Em 17 de Março de 1524, por intermédio do tesoureiro da Casa da Mina entram 184 marcos, 3 onças e 2 oitavas (f. 50 v). Em 1531, o feitor do trato de Guiné entregou 6 marcos, 7 onças, 1 oitava e meia de ouro com o teor de 21 quilates e 1 oitava, que o piloto do navio *Salvador* trouxera da ilha de São Domingos, onde lhe tinham sido entregues por Sancho Canaho; tratava-se igualmente do produto da venda de escravos que esse navio do rei lá descarregara ([56]).

Estas três referências bastam todavia para iluminar, sem dúvida, uma forte percentagem das misteriosas entregas de ouro de partes à Casa da Moeda: esse ouro é a contrapartida dos fornecimentos de escravos às Índias de Castela. De dia para dia esses escravos são de maior utilidade para arrotear e valorizar o solo — açúcar e toda a agricultura de plantação. Ora o tráfico negreiro pertence eminentemente à esfera das actividades privadas ([57]).

E se formos mesmo a Sevilha, onde os registos oficiais não inscrevem quase nenhumas entradas de metal amarelo a partir de 1530, as caixas que, segundo a declaração da alfândega, apenas contêm prata, mas que nunca são abertas para fiscalização (pagam os direitos pelo peso), não conterão também, escondidas no meio de metal branco, algumas barras — alguns quilos — de ouro? Em 1596 chegam a Sevilha três galeões transportando, segundo cochicham mercadores, 2 milhões de «peças de ouro» ([58]). Que mal se não disse das estimativas particulares! Mas não se arriscam a cingir muitas vezes de mais de perto a realidade do que os números oficiais?

Um mercador de Lisboa, apanhado em La Rochelle pelos mestres ourives a fundir ouro em pó, declara no tribunal da Mairie, em 18 de Abril de 1603, «...que ayant esté aux Indes du Pérou, il avoit dudict lieu apporté en la ville de Lisbonne, son domicile ordinaire, quelque nombre de livres en matière de poussière et grenaille d'or, qui n'est du tout affinée et apurée;...» ([59]). Assim, ao lado do caudaloso rio de prata, oficial, subsiste um fio ou até ribeiro, clandestino, de ouro, talvez menos insignificante do que se tem pretendido.

A Espanha continua a verter o seu ouro — o ouro que recebeu das Índias Ocidentais — sobre todos os países da Europa, até data assás tardia. Em 1540 Carlos V manda vir para Antuérpia pela posta uma grossa soma de *doblones;* diz-se que cada correio trouxe num valor de 9 000 a 10 000 cruzados, o que exercerá uma influência benéfica sobre as letras de câmbio, estabilizando-as, julgava o feitor português ([60]). Gresham informava de Antuérpia, em 1553, que o imperador esperava 40 navios de Espanha com 300 000 libras em espécies e metais preciosos, sem contar com o tesouro dos mercadores, muito considerável; na praça antuerpina, entretanto, «Money scarce, because the Germans take up all the gold for Germany.» ([61]) Todo o ouro «espanhol» se escoa para a Alemanha pela escala de Antuérpia — e é o ouro que

---

([56]) Idem, idem, 1531, f. 12. Em 27 de Novembro.

([57]) De Manuel Pacheco ao rei, Açores, 3-V-1549: «...paragem do Corvo que é a altura onde veem ter as naus da Índia, Mina, Brasil, e Guiné e assi muitos navios das Antilhas em que vem muitos castelhanos e biscainhos. Os quais navios de Guiné os mais deles ali vão ter assi por virem em companhia d'armada e naus da Índia como porque os tempos que então cursam os lançarem naquela parte e também por haver naquele tempo, que é no verão, franceses. E sabendo, como dito é, que não podem tirar nem vender peça alguma em terra e que lhes morrerã os mais, os ham de fundiar e vender aos ditos castelhanos e biscainhos para trazerem dinheiro por fornecimento dos mais. E assi que os fundiaram e trabalharam por isso porque já por vezes tomei aqui escravos que lá na dita paragem do Corvo se venderam e fundiaram e os tomei de navios castelhanos e de portugueses para que depois de partidos deste porto e vila os tinham para os fundiarem. E pois em tempo de liberdade alguns cometeram de fazer isto, que fará agora em tempo que se lhes defende.» (T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 82, doc. 92).

([58]) *Fugger News Letters*, t. I, p. 194 (de Roma, 8-IV, segundo cartas de Madrid de 8-III)

([59]) Trocmé, *Commerce rochelais*, p. 46.

([60]) Antuérpia, 26-VII-1540 (Braamcamp, *Feitoria*, doc. 59).

([61]) *Calendar of State Papers*, 1553-8, p. 28 (18-XI).

LETRA DE CÂMBIO

[Endereço] « Bento Rodrigues

Al molto nobile e magnifico segnor il signor Benedetto Roderighes fattore del Re di Portogallo in Medina del Campo

a
—»
a

[Conteúdo] «Al nome di Dio a di xbj° dottobre 1551
Scudi 645 a maravidis 433 per scudo

Avizo de pagamenti di fiera prossima d'ottobre non sendo per la prima pagate per questa segonda di canbio à Giovan Jacopo Spinola Nicolao Cattaneo è Angelo de Marini scudi seicento quaranta cinque à maravidis cccc°xxxiij per scudo è piu un al milliaro per la valuta qui da Melchio Angelo Lomellini e Girolamo Cibo è poneteli a conto del signor Domenico Leitano per ordine di Nicolao Antonio Bartolomej Girolamo Ungaro e de di Parigi. Che il nome di Dio vi guarde. Pagate come si dite.

(a) Nicolao Paulo Burlamachi stante in Lione»

Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 1.ª, maço 89, doc. 145

Conhecemos pela documentação reunida sob a mesma cota as transacções a que diz respeito esta letra sacada de Paris sobre Lyon. Domingos Leitão, feitor em Paris da Rainha de Portugal, comprou por encomenda desta, de Lisboa, botões de ouro e setins. Para os pagamentos, tomou em 10 de Abril de 1551 em Inves (Antuérpia) letras a pagar em Medina por Bento Roiz; e em 15 de Junho fez a operação da letra aqui reproduzida e que explica assim: «Em Paris tomei de Nycolao António e Bertolamy e Geronymo Ungaro 611 escudos de sol e 10 soldos torneses para feira de Agosto de Liam, donde os tomaram a cambo para feira de outubro de Medina com mais 6 escudos de sol que fizeram de custo de caimbo e feitorias que fazem em todo 617 escudos e 10 soldos torneses, os quais fazem 645 escudos e 2 soldos de marco; e de tantos passaram letras sobre o dito Bento Roiz. Montam os 611 escudos e 10 soldos torneses que recebi, à razão de 46 soldos por escudo, 1 405 libras 16 soldos.» Em Outubro tomou novos dinheiros para a feira de Lyon, e em Março de 1552 para a feira de Medina directamente. Repare-se na complexidade do circuito: encomenda de Lisboa para Paris, pagamento em Paris com letras sobre Lyon, que por seu turno são pagas com outras letras sobre Medina del Campo — as quais hão-de dar lugar a operações sobre Lisboa. Compare-se a presente letra em italiano com a letra em português que reproduzimos noutro extra-texto. Atente-se na invocação do nome de Deus, com que abre e fecha.

RECIBO DE PAGAMENTO DE LETRA DE CÂMBIO

iijc reaes a Francisco Pesoa

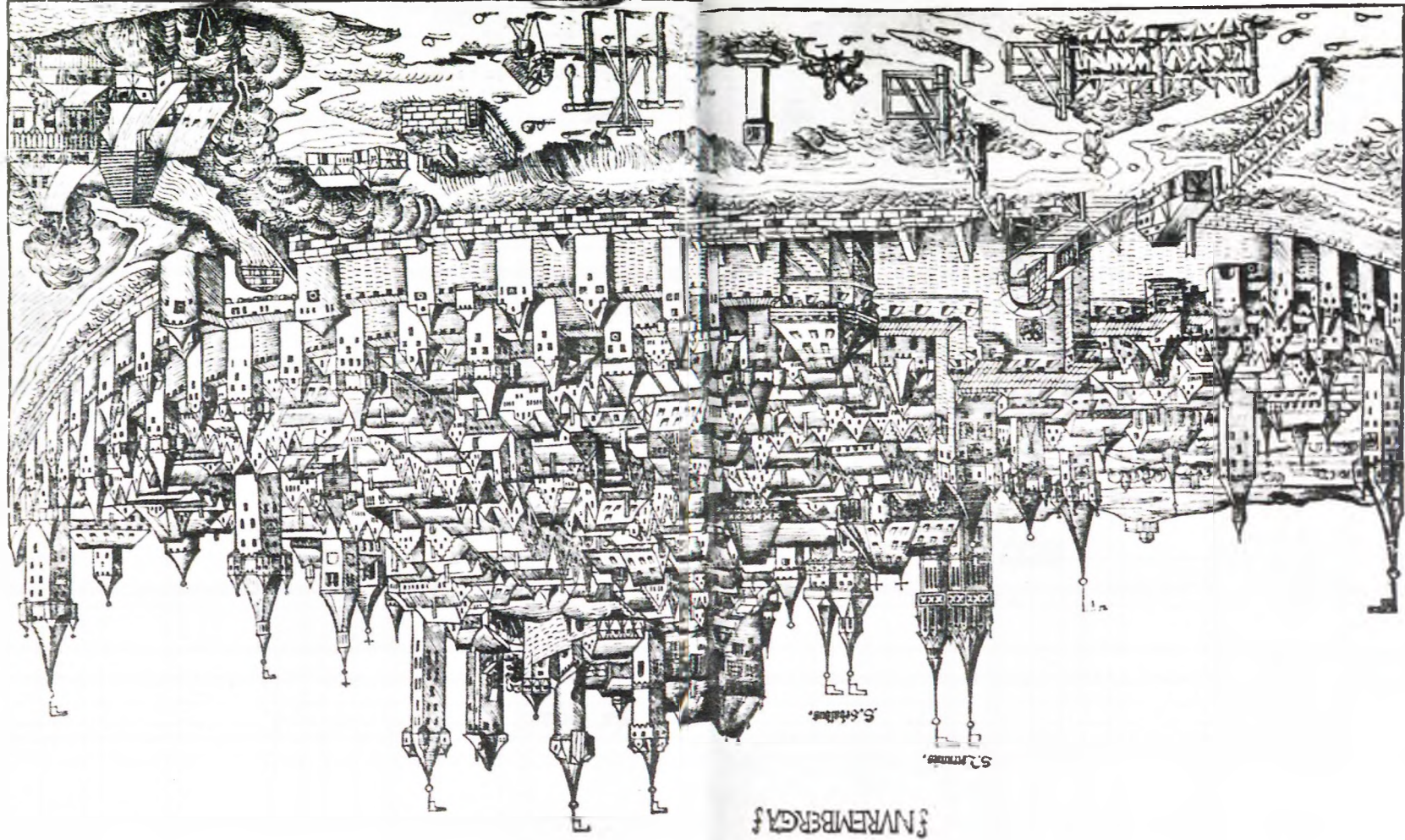
Letra de caymbo
Conheceo e confesou Francisco Pesoa thesoureiro do dinheiro do Reyno e moradias receber de Leonel de Pomte recebedor de Machiquo na ylha da Madeira per Joam Camerano trezentos mill reaes per hũa letra de caybo de Francisco Lape froremtym estãte na dita ylha pera Joam Francisco de la Fetade. A quall letra dos ditos trezemtos mill reaes já per mym Eytor Anriquez fica caregada em reçeyta sobre o dito Francisco Pesoa. E por verdade asynamos aquy ambos neste. Feyto em Évora a xbiij dias doutubro de j bcxxiiij° [1524].

(a) Francisco Pesoa Eytor Anriques

[Atravessado] Conhecimento de Francisco Pesoa dos trezemtos mill reaes que recebeo de Leonel de Pomte allmoxarife de Machyquo.

Estes iijc reaes vaj ẽ receita sobre Francisco Pesoa as fs. 20 da arrecadaçã da conta que lhe foy tomada.»

Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 2.ª, maço 120, doc. 88.

NVREMBERGA
S. Laurentius.
S. Sebaldus.

Os grandes empórios mundiais. NUREMBERG em fins do séc. XV.
H. Schedel, *Crónica de Nuremberg,* 1943, ff. 99v-100r.

Comparável a Augsburgo, conta uns 20 000 habitantes, quando Colónia (a maior cidade alemã) conta o dobro, e Florença uns 70 000; entre as cidades italianas, é Siena que está ao mesmo nível demográfico. Münzer, em 1494, di-la muito menor e menos povoada do que Lisboa (que se compara a Florença). Atrai a prata e o cobre do Tirol, Hungria, Boémia, sendo grande mercado de fornecimento às Casas da Moeda de várias cidades, por ex. Berna, e mais importante ainda centro metalúrgico — fundição de artilharia (de que, entre outros clientes, fornece o Turco), fabrico de toda a sorte de armas, em especial de fogo, e de toda a sorte de obras de metal (bacias, jarros, etc., que pela escala de Lisboa seguem para os Negros de Guiné). Também as contas de rosário de sua produção vão para a África negra. Fornece o cobre às Casas da Moeda portuguesas e à Casa da Índia que o manda para o Oriente. Tem indústrias de fiação e tecelagem do algodão do Levante, que por vezes combina com fio de linho, exportando os seus panos até para Inglaterra. Aqui têm assento ou agências as principais firmas germânicas — assim os Imhof (Emcuria dos documentos portugueses) e Wolff que dominam as minas de prata da Saxónia; nas ferrarias, são os Kress, Heymer, Ketzel; um dos ramos dos Welser (que tão estreitas relações têm com a expansão portuguesa) está aqui fixado; a casa Haug, de Augsburg, com feitorias em Antuérpia, Veneza, Colónia, Ulm e no Tirol, tem em N. um dos seus principais focos de actividade. Centro metalúrgico redistribuidor dos metais da Europa oriental e central, está ligada a Génova, Veneza, Milão, para onde escoa metais e artigos metálicos, donde recebe algodão e especiarias; mas a viagem do Gama levá-la-á a voltar-se também para Antuérpia, por onde tece relações com Lisboa, e em 1512 já é um mercado de redistribuição das especiarias trazidas pelo comércio português. Cultivam-se aqui as matemáticas e astronomia: aqui regem Regiomontano e Schöner, aqui Behaim constrói o seu globo de 1492, aqui trabalha o cartógrafo Johan Werner até 1528. É dos prelos de N. que saem o tratado de álgebra *Ars Magna* de Cardano, 1545, e dois anos antes o *De revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico. De N. é o humanista erasmizante Willibald Pirckheimer, e os Nurembergueses estão entre os primeiros que seguiram Lutero. A sua arte coral é famosa, e os seus mestres cantores, com Hans Sachs, celebram a Reforma. Cidade de riqueza e cultura, os seus patrícios são pintados por A. Dürer em 1526 — esse Dürer que no ano anterior aqui publicara o seu *Tratado do círculo* e aqui morrerá dois anos depois.

Documentos económico-financeiros: Ouro e prata de particulares entrados na Casa da Moeda de Lisboa

«Folha do ouro de partes que este ano de b^c^xb [= 515] se lançou nesta Casa da Moeda e as pesoas que o entregaram:

Item Jerónimo da Veiga feitor de Tristam da Cunha
lbj marcos ij onças bj oytavas xxiiij grãos [= 56 — 2 — 6 — 24]

per cymco adiçoms, saber:

a b dias de Janeiro	bj marcos bij onças iiij oytavas [= 6 — 7 — 4 — 00]
a xxbj do dito mes	ix marcos iij onças b oytavas xxiiij grãos [= 9 — 3 — 5 — 24]
a xxb. de Mayo	xxxb marcos bj onças ij oytavas Rij grãos [= 35 — 6 — 2 — 42]
a xb de Junho	j marco bj onças bij oytavas Lxbj grãos [= 1 — 6 — 7 — 66]
a iij d'Outubro	ij marcos ij onças ij oytavas xxxbj grãos [= 2 — 2 — 2 — 36]

Item De Joham Diaz feitor de Lopo Soarez
xxix marcos iij onças ij oytavas xxiiij grãos [= 29 — 3 — 2 — 24]

per tres adiçoms, saber:

a xb de Janeiro	xiij marcos ij onças bj oytavas xxiiij grãos [= 13 — 2 — 6 — 24]
a xxiiij do dito mes	x marcos iij onças iij oytavas [= 10 — 3 — 3 — 00]
a xxbiij de Junho	b marcos b onças j oytava [= 5 — 5 — 1 — 00]

Item Toralva syrgeiro

a xxj de Mayo	iiij marcos ij onças ij grãos [= 4 — 2 — 0 — 12]»

Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 2.ª, maço 62, n.º 91

lxxbiij°

«Títolo da recepta da prata que o thesoureyro recebeo este ano de b^c^xbiij [= 518] pera mãdar lavrar em moeda asy delRey noso Senhor como de partes / de que a-de dar conta de coremta rs por marco que lhe fycam de feytyos.

Item A xbj dias de Janeiro de b^c^xbiij° recebeo Ruy Leyte thesoureyro desta Moeda de FFredryco alemão dozẽtos

Fredyryco e novẽta e quatro marcos e tres onças e sete oytavas e mea de prata marcada pera lhe mandar lavrar
ij^c^ LRiiij° marcos iij onças bij oytavas mea
[= 294 m., 3 onças, 7 oitavas e meia]

A xbj dias de Janeiro de b^c^xbiij° trespasou e mandou dar o dito Fredryco alemão os ditos dozemtos e novẽta e quatro marcos e tres onças e sete oytavas mea de

Andre da Sylveira prata a Andre da Sylveira thesoureiro da Casa da Indya. Pella quall trespasaçã se o dito Fredryco deu por pago de Ruy Leyte de toda a dyta prata e por verdade asynou no lyvro de Diogo Ayres.

Recebeo o dito Andre da Sylveira do dito Ruy Leite os sobre ditos duzemtos e novemta e quatro marcos tres homças sete oitavas e mea de prata fundida em arryes marcada e ẽsayada que foy pera a Yndia.
Por verdade asynou no livro damtre anbos a xb dias dabryll de j b^c^xbiij.»

Casa da Moeda de Lisboa, n.º 828, f. 78

PÁGINAS ANTERIORES

7.ª página

MOEDAS CASTELHANAS E ESPANHOLAS: 1 — *Dobla de banda*, de ouro, de Juan II (1406--1454), de Castela; 2 — *Enrique*, de ouro, de Enrique IV (1454-1474) de Castela; 3 — Meio *enrique* de Enrique IV de Castela; 4 — *Dobla*, de ouro, de Fernando e Isabel, Reis Católicos, (1474-1504), cunhada em Sevilha; 5 — *Real blanco*, de prata, de Fernando e Isabel; 6 — Escudo de ouro, de Juana I e Carlos I, seu filho; cunhada em Sevilha

Veja-se o cap. 2 da 1.ª Parte

8.ª página

MOEDAS PORTUGUESAS — D. MANUEL: 1 — Português de ouro (n.º 2); 2 — Cruzado de ouro (n.º 4); 3 — Quarto de cruzado, de ouro (n.º 5); 4 — Tostão, de prata (n.º 6); 5 — Meio tostão, de prata (n.º 10); 6 — Real ou vintém, de prata (n.º 12, 13 e 14); 7 — Meio vintém, de prata (n.º 15); 8 — Cinquinho, de prata (n.º 17 e n.º 18)

Vejam-se os caps. 8 e 9 da 1.ª Parte

Os números entre parêntesis referem-se aos exemplares recenseados por Teixeira de Aragão (numeração dentro do reinado respectivo), com que convirá confrontar as nossas reproduções.

9.ª página

MOEDAS PORTUGUESAS — D. JOÃO III: 1 — Português de ouro (n.º 1); 2 — Cruzado de ouro (n.º 4); 3 — Cruzado Calvário, de ouro (n.º 6); 4 — São Vicente, de ouro (n.º 7); 5 — Meio São Vicente, de ouro (n.º 8); 6 — Meio tostão, de prata (n.º 12); 7 — Vintém de prata (n.º 13); 8 — Tostão de fábrica nova — com a cruz de Aviz — , de prata (n.º 41 e 42).

Vejam-se os caps. 8 e 9 da 1.ª Parte

Os números entre parêntesis referem-se aos exemplares recenseados por Teixeira de Aragão (numeração dentro do reinado respectivo), com que será proveitoso controntar as nossas reproduções.

10.ª página

MOEDAS PORTUGUESAS — D. SEBASTIÃO: 1 — São Vicente, de ouro (n.º 1); 2 — Moeda de 500 réis, de ouro (n.º 7); 3 — Tostão de cruz de Aviz, de prata (n.º 12); 4 — Meio tostão de cruz de São Jorge, de prata (n.º 19); 5 — Vintém de prata (n.º 22); 6 — Três reis de cobre (n.º 30).

Vejam-se os caps. 8, 9 e 7 da 1.ª Parte

Os números entre parêntesis referem-se aos exemplares recenseados por Teixeira de Aragão (numeração dentro do reinado respectivo), com que será de utilidade confrontar as nossas reproduções.

Das colecções do Museu Numismático Português, Casa da Moeda de Lisboa

Fotos do Sr. Almeida Araújo

Lacus Meotis seu Mareotis aquæ dulcis
ALEXA NDR IA

forma esta corrente. Como é ainda o ouro que continua a chegar a Antuérpia cinco anos depois: o Conselho inglês escreve a Gresham que «...such great sums of gold have lately come out of Spain [a Antuérpia] that they [os conselheiros ingleses] trust he will light upon some of it at the hands of those with whom he has engagements.» ([62])

Se Portugal aproveitava o ouro das caixas desembarcadas às escondidas nos Açores, em Viana, no Porto e em Lisboa, recebia-o também de Espanha, pela raia terrestre ou pela navegação de cabotagem, tão activa entre o Algarve e a Andaluzia, o Minho e a Galiza. Em 1552, o tesoureiro da rainha fez vir de Castela, para sua Alteza, 14 onças e ¾ de metal amarelo ([63]). Vimos atrás que em 1534 o rei fizera vir *doblones* a fim de os expedir para a Índia. Mas até para compras de trigo no Alentejo ou na Andaluzia se procura obter estas fulvas peças espanholas. Em 1539 e 1540 um escudeiro fidalgo da casa del-rei foi a Olivença comprar avultados fornecimentos de trigo destinado aos fornos de biscoito do Vale do Zebro; para o pagamento em moeda sonante o tesoureiro da Casa da Índia entregara-lhe 6 500 cruzados em *doblones* ([64]).

A circulação, em território português, de espécies áureas espanholas é uma cousa; o afluxo de ouro americano é evidentemente outra, e é este principalmente que temos de trazer a terreiro quando pretendemos compreender o incremento da amoedação portuguesa de ouro; todavia os *doblones* também podem ter ido para a fornalha e sofrido nova cunhagem. As dobras, meias dobras e quartos dos Chorfa de Marraquexe e do Suz afluíam igualmente a Portugal e circulavam aqui correntemente. Mas dados os desvios de peso e de lei entre elas, uma ordenação de 1 de Fevereiro de 1541 tornou obrigatória a sua refundição, quer pelos ourives, que as transformariam em jóias, quer nas Casas da Moeda, sob pena de perda das ditas peças e multa de 50 cruzados ([65]). Esta refundição, obrigatória, das espécies áureas xerifianas pode ter contribuído também para avolumar as emissões a partir de cerca de 1540.

Mas parece, além disso, que em Portugal mesmo, para meio de Quinhentos, se pesquisaram novas jazidas e se tentou explorar as já conhecidas ou aquelas donde pelo menos se esperava uma produção que não fosse de desprezar. Assim, em 1555, o tesoureiro da Moeda recebeu do almoxarife de Tomar pedra aurífera da «nova mina de Olalhas»; fundida, extraíram-se dela 4 marcos, 7 onças, 5 oitavas e ½ de metal amarelo de 21 quilates ([66]). Não parece todavia que estas tentativas tenham dado grande fruto, como não deram as buscas empreendidas no Brasil, sobre as quais voltaremos a propósito da prata.

Em circunstâncias mal conhecidas, Portugal mudou, em 1555, o seu sistema monetário no que respeita ao ouro. Sem dúvida conservaram-se os cruzados calvários e até os portugueses. O valor do marco amoedado foi elevado para 30 000 reis, quase 20 % mais que precedentemente; manter-se-á a este preço até 1641. Mudou-se a base ponderal das novas emissões: os sãovicentes são talhados a 30 em marco, pesam portanto 7,65 gr.; os meios sãovicentes, de 60 em marco, têm como peso unitário 3,825 gr. A lei, pelo contrário, mantém-se igual à dos cruzados calvários: 21 ⅛ quilates. Cada sãovicente vale 1 000 reis, cada meio, 500 ([67]). Dadas as novas relações, o calvário deve valer de oravante (segundo o

---

([62]) Idem, ibidem, p. 379 (1-VI-1558).

([63]) T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 90, doc. 52 (18-VI-1553).

([64]) T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 67, doc. 7.

([65]) *Na História genealógica*, t. IV, p. 318.

([66]) Casa da Moeda, n.º 848, f. 47.

([67]) Ordenação de 10-VI e alvará de 26-VI-1555, em T. de Aragão, t. I, p. 268. Em Dezembro de 1564, o Hospital de Todos os Santos teve de quebra, numa moeda de 1 000 reis, 75 reis, ou seja, 7,5 %, e em Setembro do ano seguinte, em 6 moedas de ouro, a falta de grãos representou 39 reis (*Livros da receita e despesa*, nas datas respectivas). Por isso é que foi bem acolhido o engenho «inventado» por João Gonçalves, de Guimarães (da invenção cognominado o Engenhoso), graças ao qual as moedas saíam fundidas com o peso devido, tendo um círculo ao redor para se não poderem cercear: assim foi lançada em 1562 a moeda de 500 reis conhecida por «engenhoso». *Hist. genealógica*, t. IV, p. 123 (da 2.ª ed.); T. de Aragão, t. I, pp. 281-2.

nosso cálculo) 469 reis, e o antigo cruzado de 23 ¾ quilates equivale ao meio sãovicente. Logo em 1556, a Casa da Moeda cunha 5 172 marcos de ouro em sãovicentes e meios, num valor global de 155 160 000 reis (68).

De 1539 a 1555 a razão legal entre os dois metais preciosos amoedados mal ultrapassara 10 (fôra de 10,29). A reforma de 1555, aumentando perto de 20 % o valor nominal do ouro mas quase não tocando no da prata — o marco apenas passa de 2 500 a 2 600 reis —, estabelece uma razão nova, de 11,5; como já em 1558 o preço do marco de prata é reduzido a 2 400-2 500 reis, a razão sobe ainda para 12. Alta do metal amarelo, baixa do metal branco em relação ao primeiro — o reinado dos *reales* desponta no horizonte —, mas subida igualmente em valor nominal. Se em Portugal se levantaram os habituais clamores contra a subida dos preços, o embaixador espanhol explica do modo seguinte o sentido destas reformas: «Sera mucho dano [para Espanha] porque no quedara marco de oro ni de plata ni moneda en esos Reynos que no lo pasen a este por la gran ganancia que en ello se gana. Que asi lo açian asta aqui aunque no se ganaba tanto y de aqui le lleban a Flandres y Françia y Italia publicamente.» (69)

MOEDAS DE OURO EM CIRCULAÇÃO EM PORTUGAL EM 1559 (70)

Espécie	Lei quilates	Peso	Valor do grão	Valor da peça reais
Português	23 ¾	1 onça, 1 oitava, 64 ½ grãos	7 rs e 1/3 de ceitil	[5 000]
Cruzado	23 ¾	71 ¼ grãos	idem	[500]
Cruzado de cruz pequena	22 ⅝	71 ¼ grãos	6 ½ rs e 7/8 de ceitil	[474]
Cruzado de cruz de monte Calvário	22 ⅛	71 ½ grãos e ¾ de oitava de grão	6 ½ rs	[469]
Sãotomé	20 ½	2 oitavas, 49 ¼ grãos	6 rs e 3/16 de ceitil	1 000
Sãovicente	22 ⅛	2 oitavas, 9 ½ grãos	6 ½ rs	1 000

Assim, o meio sãovicente equivale ao antigo cruzado, o qual, tendo valido 400 reais de 1517 a 1538, vale agora 500 (71), quer dizer, + 25 %. Mas como a equivalência do cruzado e dos 400 reais estava já profundamente enraizada, o nome, conquanto continuando a designar uma, ou antes, três espécies áureas efectivas de valores variáveis, passou, por outro lado, a moeda imaginária, simples maneira de exprimir e de calcular por unidades nominalmente imutáveis de 400 reais (72): o cruzado como unidade de conta prolonga-se até nossos dias. Por ricochete, esta moeda imaginária creará, ainda no século XVI, uma outra peça real com este valor.

---

(68) T. T., *Livro dos frades de S. Vicente*, t. II, f. 246 (T. de Aragão, t. I, p. 268).

(69) De Luis Sarmiento, Lisboa, 5-VII-1555 (Simancas, Estado 377).

(70) T. de Aragão, t. I, docs. 57 e 60.

(71) Referências de 1537 (T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 102, doc. 30) e 1561, por exemplo. Cf. Rodrigues de Brito, *Memória V* (1803), pp. 13-15; Costa Lobo, p. 413.

(72) Assim, na mesma altura em que o documento que acabamos de citar indica «30 cruzados de ouro fino a 500 rs o cruzado», noutro são dadas as equivalências 30 cruzados = = 12 000 rs e 10 cruzados = 4 000 rs (Maio-Junho 1557, T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 102, doc. 30).

Uma lei de 2 de Janeiro de 1560, constatando que as moedas de ouro em circulação tinham sido em grande parte cerceadas, lembra os seus pesos e teores legais (são os que apresentámos no quadro acima) e torna obrigatória a sua pesagem, sob pena, para o pagador, de perda das peças entregues e de uma multa equivalente à metade da soma em pagamento, a favor de quem recebe. No entanto, toleram-se pequeninos desvios. Se o defeito ultrapassar ½ grão sem atingir 2 grãos, no caso do sãovicente, ou 1, no do meio, a peça continuará a correr mas o pagador terá de completar a soma devida. Se o defeito se mantiver compreendido entre 2 e 7 ou 3 ½ grãos respectivamente, concede-se um prazo de um ano durante o qual poderá correr a peso; para além destes limites, as moedas devem ser levadas imediatamente à Casa para refundição e nova cunhagem, sob pena de serem perdidas para o seu possuidor. De agora em diante a Moeda emitirá ùnicamente peças de 1 000 e de 500 reis, com a cruz de Cristo e a legenda «In hoc signo vinces», nas quais a tolerância será de 1 grão, devendo o pagador compensar os defeitos superiores a ½ grão ([73]). Deste modo, as bases do sistema monetário do ouro continuam sem alteração, e inalterados os seus elementos constituintes.

Em 1584, ao invés, criam-se peças diferentes mas integradas no mesmo sistema. Indicámos que o valor nominal de 400 reis era designado correntemente por cruzado, devido à sua antiga ligação com esta moeda efectiva. Filipe II, ou antes, o governo de Portugal, quis muito singelamente fazer corresponder uma nova moeda real a este cruzado de 400 reis transformado em moeda imaginária. Como o marco de ouro amoedado em sãovicentes vale 30 000 reis, podem talhar-se nele 75 peças de 400 reis. Tal é o novo cruzado, que pesa 3,06 gr., com a mesma lei de 22 ⅛ quilates das peças de 1 000 e de 500 reis. Do metal chegado da Mina no galeão *São Mateus* a Casa fundiu os 2/3 em cruzados, os 2/9 em duplos cruzados (37 ½ em marco, peso 6,12 gr., valor 800 reis), e 1/9 em peças de 4 cruzados (18 ¾ em marco, peso 12,24 gr., valor facial 1 600 reis) ([74]). Com a peça de 500 reis, que como aquelas tem a legenda «In hoc signo vinces», eis o leque das emissões de ouro durante o domínio filipino ([75]).

O desaparecimento dos livros de registo da Casa da Moeda relativos aos anos de 1578 a 1603 torna impossível todo o cálculo, ou sequer uma simples estimativa das cunhagens durante este quarto de século. De 1604 a 1640 só em dois anos é que a cunhagem do ouro ultrapassou 1 000 marcos: 1628 e 1638. Nos 34 anos de que nos ficaram os registos, os 500 marcos apenas foram excedidos oito vezes — menos de um quarto ([76]). Não há pois dúvida de que o século XVII representa a maré baixa da amoedação do fulvo metal. O começo do refluxo situa-se algures para final do século XVI.

Ao longo de toda a era quinhentista o ouro português não cessa de ser drenado para os outros reinos europeus, sobretudo os países setentrionais. É certo que tais caminhadas dos metais preciosos são bem complexas, e quase nunca de sentido único.

No reinado de Henrique VIII, mercadores ingleses tiveram que se queixar de roubos cometidos por piratas escoceses: assim, Robert Pagot, alfaiate londrino, acusou John e Robin Barton e sua companhia de terem tomado o navio «called the Bertillamew in the Stremys wherein was 300 ducats and croisadieux, 200 riolles of Portingale money, with other merchandise»([77]). Cruzados, bem como reais portugueses velejavam portanto rumo a Inglaterra. Mas em 1530 Henrique VIII teve de repôr em vigor a antiga lei de Ricardo II que proibia a saca de numerário inglês: os mercadores estrangeiros, em particular os Italianos, Espanhóis e *Portugueses*, desembarcam mercadorias — azeite, sedas, panos de ouro, veludos, etc. — que vendem a troco de moedas sonantes, sem comprarem quaisquer produções do reino ([78]). Para Flandres encomendou-se de Portugal, por várias vezes, ouro e prata destinados a lavrar adornos; por exemplo, em Fevereiro de 1557 foram 6 onças e 4 oitavas de metal amarelo, encomendadas pela rainha ([79]). Outro exemplo, de dois anos anterior: Rui Mendes enviou de Antuérpia,

---

([73]) Lei de 2-I-1560 (*Hist. genealógica*, t. IV, p. 323; T. de Aragão, t. I, doc. 60).
([74]) Lei de 18-II-1584 (*Hist. genealógica*, t. IV, p. 340; T. de Aragão, t. I, doc. 84).
([75]) T. de Aragão, t. I, pp. 310 ss.; Lopes Fernandes, pp. 168-9 e 172.
([76]) Mauro, *Monnaie et conjoncture à Lisbonne*, quadro p. 414
([77]) *Calendar of Patent Rolls, Henry VIII*, t. I, n.º 1262.
([78]) Ruding, *Annals of Coinage*, t. I, p. 307 (fonte: *Grafton's Chronicle*).
([79]) T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 102, doc. 18.

em Fevereiro, ao secretário de Estado, ouro no valor de 3 458 grossos, sendo portador um certo Fragoso ([80]). Delgados fios a contra-corrente, segundo todas as probabilidades. Dos portos portugueses em direcção à França atlântica, os cruzados primeiro, os milreis e meios sãovicentes em seguida, correram caudalosamente, desde o quarto decénio do século XVI o mais tardar. Os cruzados tinham sido alterados em 1539 e logo quatro anos depois o mestre do navio *Espírito Santo*, do Porto, ancorado em La Rochelle, pagava a Jacques de Lyon 190 ducados em cruzados novos e duplos ducados *(doblones)* ([81]). Em 12 de Dezembro de 1559 Nicot informava de Lisboa: «Ses jours passez le M.e de la monnaye de ceste ville fuet fait prisonnier pour avoir battu grande quantité de pieces dor vallans les unes cinq les autres dix testons de ce païs escharces de loy et de poix. C'est la monnoie rouge dont les mariniers françois se chargent le plus en ce païs quilz apportent en France et exposent a prix excessif; votre peuple en pourroit recevoir grand interest car lesdites pieces ne sont ni poisees ni examinées par dela et si votre majesté venoit à faire quelque refformacion des monnoies ayans cours en son Royaulme linterest se trouveroit daultant plus grand que ce mal auroit duré longuement.» ([82]) Vimos há um instante que o problema do cerceio provocara mesmo a intervenção do Estado em 1560, decretando o curso a peso e a refundição dos exemplares demasiado enfraquecidos. O que nos interessa agora é outro aspecto inteiramente diferente: é esta sangria de Portugal em peças de milreis e de 500 reis em benefício da França. A explicação é fácil e encontramo-la explìcitamente formulada na «Réponse des marchands à la consultation qui leur a été faite à Paris en février 1565 sur le fait du transport des blés hors du royaume» de França: «Quand Dieu donne année fertile et opulente en ce royaume, lors se rapporte desdits pays d'Espagne et Portugal grand nombre d'or et d'argent procédant de la vente desdits blés... qui est un grand bénéfice pour ce royaume [de França] auquel n'y a mine d'or ni d'argent.» ([83])

Entre 1551 e 1556, um doutrinário francês cujo nome se ignora fez um estudo da balança comercial da França com o fim de prover o reino o melhor possível de metais preciosos graças à supressão das importações supérfluas e à redução das não indispensáveis. Eis o quadro do que a França recebia de Portugal ([84]):

	Valor em libras torneses
Géneros alimentícios (especiarias, açúcares, conservas, frutas, azeites, vinhos...)	mais de 710 000
Côres e matérias de tinturaria	120 000
Pedras preciosas e perfumes	300 000 a 400 000
Moedas de ouro	mais de 800 000
Total superior a	1 930 000

Portanto, Portugal teria enviado anualmente para França cerca de 1 160 kg. de ouro ([85]), constituindo 1/2,4 do total das suas exportações com esse destino. O que equivale a uma perda anual de mais de 300 000 cruzados e *isto ùnicamente em benefício da França*, sem contar os outros destinos. Uma soma superior à maioria das emissões anuais de ouro, o que implicaria uma hemorragia incomportável. A estimativa peca sem dúvida por forte excesso; e ainda excessiva permanecerá talvez mesmo se supusermos que o arbitrista escreveu apenas «moedas de ouro» mas pretendendo englobar os reales espanhóis que Portugal reexportava. Aproximada das referências precedentemente aduzidas, esta estimativa, embora exageradíssima, prova a importância muito avultada deste afluxo de ouro português a França. Thevet, abordando a questão da importância ligada ao peso e à origem das espécies, alega precisamente: «le compte que nous faisons des pieces d'or, qui viennent de Portugal, au pris des pistolets et escus portant les armes de Castille, qui est or du Perou» ([86]).

([80]) Idem, 1.a Parte, m. 96, doc. 139.
([81]) Trocmé, *Commerce rochelais*, p. 89.
([82]) *Correspondance de Nicot* (ed. Falgairolle), p. 45.
([83]) Em Hauser, *Recherches et documents sur l'histoire des prix en France*, p. 52.
([84]) Chamberland, *Le commerce d'importation en France*, pp. 17-19.
([85]) O *écu d'or au soleil*, que pesa 3,34 gr. com 22-23 quilates, vale então 2 libras e 6 soldos (franceses).
([86]) *Cosmographie*, Liv. XI, cap. 17 (1575).

Com destino às ilhas Britânicas, as louras espécies lusitanas correm também, nesta mesma época. Em 1550, três navios ingleses capitaneados por Thomas de Calais e Frumantius Colli atacaram o navio de João Barrilerius, mercador do Porto, ancorado num porto da Irlanda, e roubaram toda a carga, mais 8 000 moedas de ouro ([87]). Uma lei de 4 de Maio de 1554 fixa o valor a que as espécies estrangeiras terão curso em Inglaterra. Além da coroa de sol francesa (o *écu d'or*), dos *doblones*, ducados e *reales* espanhóis e das coroas imperiais, figuram as seguintes espécies portuguesas ([88]):

Cruzado de cruz comprida (calvário)	6 shillings	8 pence
Pistola *(Pistolett)*	6 »	2 »
Cruzado de cruz pequena	6 »	8 »

Mas é principalmente o sãovicente que goza de extraordinária aura durante o último terço do século. Em 1586, o *Ground of Artes*, publicado por J. Mellis em Londres, não declara que o *milreis* é a moeda de ouro mais espalhada, a melhor conhecida em todo o mundo? ([89])

Que as áureas espécies portuguesas tenham penetrado noutros países da Europa setentrional e central, não é preciso ser mago para o adivinhar. Reservemos o caso de Antuérpia. Um exemplo bastará para mostrar tal irradiação até o coração da Europa. Quando morreu o judeu Leisel, em 1601, o imperador ordenou uma busca ao seu domicílio em Praga. Entre os seus haveres em numerário, cujo valor total se elevava a 516 250 florins, além de *thalers* de prata, ducados da Estíria e outros, e dos nobres, contavam-se 5 000 portugueses de ouro puro, que valiam cada 20 florins, ou seja, em conjunto, 100 000 florins, e 80 000 ducados singelos, de 2 florins cada, valendo ao todo 160 000 florins ([90]). Os portugueses só por si representam quase 1/5 do total. Os «ducados singelos de 2 florins cada» não serão cruzados, visto que cada um vale exactamente 1/10 de português? Se assim for, o quinhão das espécies lusitanas atinge metade do montante global dos haveres em numerário.

A abundância de metais preciosos e de espécies, sobretudo castelhanas, em Portugal, levou o Estado a não levantar entraves à sua reexportação. É que tal abundância atraía quantidades tais de mercadorias que os preços dos artigos importados se mantinham acessíveis e as alfândegas rendiam somas muito avultadas. As vantagens de uma oferta abundante e de preços baixos dos produtos estrangeiros, bem como do aumento das rendas aduaneiras eram consideradas preferíveis à acumulação do ouro e prata ([91]).

Irradiação dos cruzados, portugueses e milreis — esplendor do império do ouro — o ouro da Guiné e da Mina, do Monomotapa, de Menencabo. Na realidade, o metal amarelo do Leste africano e de Samatra permaneceu sempre fora dos circuitos atlânticos, e as feitorias oeste-africanas estão em franco declínio ao abrir o século XVII. Por isso, quando o Canará substitui o Malabar na função de mercado da pimenta e que, como consequência, para a compra desta especiaria as «naus do Reino» têm de desembarcar em Goa não já *reales* ou barras de prata

---

([87]) De D. João III ao rei de Inglaterra, *Calendar of State Papers — Foreign 1547-1553*, p. 65.
([88]) Ruding, *Annals of Coinage*, t. I, p. 328.
([89]) Cit. por Sidney Welch, *South Africa under King Sebastian*, p. 458, nota 440.
([90]) Praga, 5-IV-1601 (*Fugger News Letters*, t. I, pp. 239-240).
([91]) De Luis Sarmiento, Lisboa, 5-XI-1555 (Simancas, Estado 378).

mas sim ouro em arries, é a Sevilha que se vai buscá-lo — «prevenindo-se para esse efeito comprar o ouro em Sevilha onde se poderia haver com facilidade» ([92]).

§ 3 — *Emissões luso-indianas e circulação oriental*

Espécies áureas, bem como arries fundidos com o *tibar* guineense, seguiram para as Índias Orientais nos cofres das «naus do Reino».

Enquanto os Portugueses ficaram a bordo dos navios, tendo em terra tão só feitorias e alguns fortins, é lógico que não pensassem em bater moeda nesses lugares. Mas logo que o seu domínio abarcou grandes cidades como Goa, Ormuz e Malaca, onde funcionavam já Casas da Moeda, houve que optar: ou deixar seguir as emissões indígenas, ou então chamá-las a si — opção entre a condição de hóspedes e a de senhores. Já não eram apenas os problemas das grandes transacções comerciais que se punham, mas também os problemas das pequenas compras e vendas no mercado quotidiano, o abastecimento em géneros dos centros urbanos luso-indianos. Albuquerque, edificando um Estado português do Oriente, não podia deixar de enveredar pela via da creação de uma amoedação portuguesa e cristã, conforme, no entanto, às realidades monetárias orientais. Em Ormuz subsistiu, apesar de tudo, o sistema persa; só depois da tomada de Lar pelo Xá Ismael é que aliás o grande empório insular se encarregará da cunhagem dos larins. Ao invés, em Goa e Malaca foram lançadas na circulação, durante o governo de Albuquerque, espécies tanto de ouro e de prata como de cobre e de estanho. Nos dois casos, a requerimento insistente dos homens de negócios e dos outros notáveis indígenas, chefiados, na primeira cidade, por Timoja, na segunda, por Ninachatu.

O cruzado, que pesava 3,58 gr., ou melhor, 3,56 gr., com 23 ¾ quilates, assemelhava-se de muito perto ao *zecchino*, de peso ligeiramente inferior, a moeda de ouro mais apreciada, como se sabe, no Malabar e na Canará. Por outro lado, sultanis egípcios e pagodes de Vijayanágar não diferiam muito do ducado veneziano, um pouco mais pesado do que eles, e formavam a maior parte da massa em circulação em todo o Dekkan. Nestas condições, as emissões portuguesas em Goa enfraqueceram o peso e a lei em comparação com o cruzado metropolitano: 68-69 grãos (3,38-3,45 gr.), em vez dos 71 ¼, e 23 quilates em vez dos 23 ¾. Deste modo os *manueis* aproximavam-se dos pagodes e dos sultanis, sem perderem inteiramente a sua superioridade. Era-lhes atribuído um valor facial de 1/7 mais forte do que o seu valor intrínseco, a fim de impedir a fuga para o estrangeiro: 480 reais em vez de 420. Cunharam-se também meios-manueis: seis exemplares, no Museu Numismático de Lisboa, pesam de 1,73 a 1,63 gr. (o peso de três deles é 1,69 gr.), e um sétimo é que se afasta mais, com apenas 1,53 gr. (é provàvelmente posterior). Um outro meio-manuel, descrito por Lopes Fernandes, pesava 32 ½ grãos (= 1,618 gr.), com 22 quilates — toque inferior à norma. Quer os manueis quer os seus meios têm no reverso a esfera armilar dentro de cercadura de pontos, e no anverso, os primeiros, uma cruz, os segundos, a legenda MEA com a coroa sobreposta ([93]).

Antes da chegada dos Portugueses, não havia amoedação do ouro em Malaca, todavia o mais importante mercado mundial deste metal. Mas não só circula a peso e a toque, como ainda correm xerafins de Cambaia e de Ormuz e dramas de Pacém. Os pesos correntemente empregados são o *tael* (40,642 gr) ([94]), subdivi-

---

([92]) AHU, Papéis avulsos — Índia, caixa 11 (1626).

([93]) *Lendas da Índia*, t. II, pp. 75-7; Barros, *Década II*, Liv. V, cap. 11; Cf. T. de Aragão, t. III, pp. 112-4; Grogan, *Gold issues of Goa;* Peres, *Catálogo*, pp. 7-8 e 9.

([94]) Tomé Pires (p. 501) apresenta, com muita precisão, o tael ou tundaia como equivalendo a 11 ½ oitavas menos 6 ½ grãos. O *Livro dos pesos* (p. 39) e Van Linschotten arredondam para 1 onça e 3 ⅓ oitavas.

dido em 16 *mazes* (o maz é de 2,54 gr.), e por seu turno a vigésima parte do *cate* (812,84 gr.); a finura exprime-se em *mates*, correspondendo 10 mates a 24 quilates. O ouro tem o seu preço em calains (estanho) consoante a sua finura: por 1512-1515 o maz vale um número de calains duplo do número de mates do seu teor; por seu turno cada calaim escamba-se por um pouco mais de 11 reais, ou 100 calains contra 3 cruzados [95]. Assim o tael de ouro puro vale quase 9 ⅔ cruzados ou 3 744 reais.

Albuquerque adoptou como bases das suas cunhagens as unidades ponderais e os valores do mercado. Com o peso de um quarto de tael ou quatro mazes — 10,16 gr. —, a Moeda lançou os *católicos*, tendo gravado o busto real coroado e a espada; a finura era máxima — teòricamente, 10 mates ou 24 quilates. Em vez dos 940 reais do câmbio corrente, o seu valor nominal foi fixado em 1 040. Além dos católicos lavraram-se meios, de 520 reais, pesando evidentemente 5,08 gr. [96].

A dupla experiência de Albuquerque não parece ter tido continuidade. O seu sucessor, Lopo Soares, ordenou que cessasse a cunhagem dos metais preciosos, tanto em Goa como em Malaca, por ódio, ao que se dizia, em relação ao seu predecessor e inimigo. Mas se esta atitude pessoal pode explicar a decisão tomada a seguir à morte do Terribil, não explica por que é que os sucessores de Lopo Soares não voltaram à política monetária de 1510-1515. Se não voltaram, é evidentemente porque se entrara por caminho errado. Em Goa, o sistema de Albuquerque, compromisso entre o sistema português metropolitano e o hindu, deve ter fracassado econòmicamente, por a cidade continuar sempre bem fornecida de espécies estrangeiras. Assim, por exemplo, a armada de Duarte de Lemos (1 de Janeiro de 1510 a 30 de Junho de 1511) leva para a Índia 1 663 cruzados (= 648 570 reais), 1 dobra castelhana (= 370 reais) e 10 400 xerafins de ouro, moeda de Ormuz, a 320 reais (= 3 328 000 reais) (*Cartas Quitação*, n.º 348). Em Malaca a política monetária de Albuquerque não conseguiu fazer passar o ouro do estádio da circulação ponderal para o de verdadeira moeda; apenas conseguiu impor os pardaus de tangas de prata, espécies hindus que já anteriormente aí corriam. Durante um terço de século a Casa da Moeda de Goa (para que em 1524 se construía novo edifício) [97] e a que ocasionalmente funcionou em Cochim apenas lavraram bazarucos e sapecas de cobre, e a de Malaca, cruzados argênteos e calains de estanho.

Há, no entanto, que restringir o alcance de tal afirmação. Quer em Goa quer em Cochim cunharam-se por vezes cruzados, com as barras de ouro vindas do Reino; sabemos, por exemplo, que em 1525 o governador D. Anrique de Meneses ordenou ao feitor de Goa que mandasse a Cochim o mestre da moeda da primeira cidade, com seus cunhos e pertenças, para fazer essa moeda, destinada à compra da carga de pimenta a embarcar; da existência de cunhos para lavrar cruzados infere-se que estes já anteriormente eram aí lavrados uma que outra vez (T. T., C. C., II-123-201). Sabe-se que para esse fim foram à segunda cidade 10 moedeiros.

No vice-reinado de D. João de Castro (1545-1548), as naus do Reino trouxeram, refundidos e cunhados de novo com imagens e legendas cristãs, os pardaus de ouro que Martim Afonso de Sousa levara consigo para Portugal. Dos cofres saíram assim sãotomés, que são afinal pardaus com a figura do santo, talhados a 67 em marco de 24 120 reais; cada um pesa 3,425 gr, com 20 ½ quilates, e vale 360 reais: adaptação da ideologia imperial ao sistema monetário em vigor na Índia. A seu lado, os escudos sãotomés, de cerca de 24 em marco,

---

(95) *Suma Oriental*, pp. 501-2.

(96) *Lendas da Índia*, t. II, p. 255; Barros, *Década II*, Liv. VI, cap. 6; *Comentários A. A.*, 3.ª Parte, cap. XXXII; Castanheda, Liv. III, cap. LXI.

(97) T. T., C. C., 2.ª Parte, m. 122, doc. 12 (12-XII-1524).

com o mesmo teor; o seu peso é de 9,624 gr e valem 1 000 reais ([98]). Havia, além disso, quartos, com o peso de 48 grãos ([99]) (2,39 gr), valendo portanto 250 reais. A relação entre o pardau sãotomé e o escudo não era simples (1:2,777...): é o que explica pròvàvelmente o fracasso da peça de 1 000 reais (e logo também o do seu quarto) no Oriente.

Foi o governador Garcia de Sá (Junho de 1548 a Junho de 1549) que ordenou, mau grado — diz-se — os protestos gerais — mas cabe ser céptico quanto ao adjectivo —, o regresso à cunhagem do ouro em Goa — entenda-se, a cunhagem de tipos que não os cruzados. Da Moeda saíram pardaus sãotomés, cujas características já conhecemos ([100]). Os exemplares que até nós chegaram estão fortemente cerceados e gastos: um pesa 2,8 gr., outro 2,6 gr. ([101]). No Museu Numismático de Lisboa há sete exemplares que vão de 3,39 gr a 2,47 gr. (Peres, *Catálogo*, pp. 19-20, n.os 27-33). Por marco o particular pagava 2 sãotomés, ou seja quase 3 %: um sãotomé de direitos devidos ao rei, outro de feitios aos oficiais da Casa ([102]). Em Cochim também se lavrou ouro, conforme se vê do *Tombo* (1554) de Simão Botelho: «Tem elRey nosso senhor na dita cidade os direitos da moeda d'ouro, a qual renda não é certa e rende uns anos mais e outros menos.» (f. 24v).

Não passando da versão portuguesa e cristã dos pagodes, o sãotomé instalou-se fàcilmente na circulação monetária oriental e aguentou-se bem. Até 1631 as suas qualidades intrínsecas não buliram. Por isso a sua introdução e emissões sucessivas não provocaram redemoinhos na economia monetária oriental. Vindo alinhar-se ao lado do pagode, o sãotomé beneficiou como este de notável estabilidade no câmbio até cerca de 1569. Ao longo dos dois primeiros terços do século XVI o pagode, e em seguida o sãotomé, valeu 6 tangas de prata ([103]). O seu valor em reais subiu ligeiramente: de 320-335 em 1512-1517 ([104]), para 360 em 1550-1569 ([105]). Esta alta em reais não parece ligada às condições do Oriente, prende-se antes à evolução da amoedação metropolitana. O cruzado passou de 400 a 450 reais — alta equivalente —, o marco de prata, de 2 340 reais até 1538, a 2 500 posteriormente, e o real de cobre, talhado a 20 em marco, passou à talha de 22 a partir de 1536.

Deste modo, de 1510 a 1550, os cursos dos câmbios das moedas orientais entre si permaneceram bastante estáveis. Foi o lançamento dos patacões que veio desequilibrá-los, a meio do século. Apesar disso, voltou-se momentâneamente ao antigo equilíbrio graças às medidas

---

([98]) Os exemplares recenseados por T. de Aragão (t. III, p. 137) — um de cada tipo — pesam respectivamente 68 grãos (peso quase normal) e 189 (em vez de 192). O n.º 35 do *Catálogo* de Peres (p. 22) tem de peso 9,4 gr. Ver também nota 38 e a passagem do texto a que ela se reporta (p. 59).

([99]) Gerson da Cunha, p. 29 (da ed. inglesa)

([100]) Couto, *Década VI*, Liv. 7, cap. 1. E as fontes indicadas por Peres, *Catálogo*, pp. 13-5.

([101]) T. de Aragão, t. III, p. 140; Grogan, *Gold issues of Goa* (exemplar da colecção de Sousa Braga, Rio de Janeiro).

([102]) Couto, citado.

([103]) *Arch. Port. Or.*, V, p. 58 (Lisboa, 18-II-1522); *Livro dos pesos*, pp. 30-32 (1554); T. de Aragão, t. III, doc. 11 (1569).

([104]) Duarte Barbosa, cerca de 1515, p. 298 (Baticalá 320 reais); *Suma Oriental*, 1512-1515, p. 376 (Vijaynágar e Goa 335 reais); *Arch. Port. Or.*, V, p. 8 (*Regimento de Fernão dAlcáçova*, Goa e Cochim, 1517).

([105]) *Crón. Reis de Bisnaga*, pp. 116-7; *Livro dos pesos*, 1554, pp. 30-2 (Chaul, Goa, Baticalá); T. de Aragão, t. III, doc. 11 (1569); Horta, *Colóquios*, t. I, p. 195, t. II, p. 292 (1563); Góis, t. I, p. 161, t. III, p. 156.

monetárias de D. Antão de Noronha (1566 e 1569); nesta última data as taxas cambiais eram as mesmas que em 1550. Mas a valsa das quebras dos patacões e xerafins trouxe, a partir de cerca de 1570 e sobretudo de 1578, modificações consideráveis:

CÂMBIO DO PAGODE E DO SÃOTOMÉ EM TANGAS

	Pagode velho	Pagode novo	Fontes
1510-1569	6		
1574	7		*Orçamento*, f. 33v
1580-1588	8	7 ½	Balbi ff. 70 e 77; Barrett
1579-1582	9		T. de Aragão, t. III, doc. 16
1587-1597	9		Simancas: Estado — Portugal n.º 1571
Fim séc. XVI e começo séc. XVII	9		Frei J. dos Santos, 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2
1607	10		Simancas: Estado — Portugal n.º 1571
1624	14 e 26 reis	13	T. de Aragão, t. III, doc. 69
1634-1635	16 e 30 »		Barreto Rèsende (Port. 1) ff. 263v-4

Em menos de quinze anos, após 1569, o sãotomé e o pagode alçam de 50 %. Em seguida, são uns vinte anos estáveis, a subida só recomeça ao abrir a era de seiscentos: excede agora 81 % num terço de século — ritmo apesar de tudo mais moderado que quando da alta anterior. O próprio pagode novo, não obstante o seu fraco teor que se vai aviltando, duplica entre os decénios de 1580 e de 1630. O ouro encarece — encarece em relação à tanga, isto é, a uma unidade de conta que, invariável, corresponde constantemente a uma espécie argêntea cujas quebras são em cascata. Impõe-se, portanto, considerar a razão entre estas espécies áureas, imutáveis, e uma espécie de prata imutável também, se a houver. Existe uma, felizmente: o larim «persa» (não os larins lavrados na Índia). Até 1569, a taxa de câmbio é estável: 5 larins por pagode ou sãotomé ([106]). Mas em 1580-1588 são necessários, ao que parece, 6 $^{2}/_{5}$ larins para ter uma peça de ouro ([107]). Para o ocaso do século e dealbar do século seguinte esta razão apenas subira para 6 ¾ ([108]). Em 1609 considera-se ainda 6 como a taxa normal ([109]). Mas em 1624 subira de novo e encontrava-se já em 7,05 larins ([110]). Assim, temos dois acessos de alta, um em inícios do último quartel de Quinhentos — de 28 % —, o outro para final do primeiro quartel do século XVII, muito menos importante. De 1569 a 1624 o valor do sãotomé e do pagode cresce de + 135 % em tangas, e só de + 41 % em larins. É, porém, incontestável que o ouro encarece em relação à prata — encarece pois de 41 %.

Com efeito, o valor das outras espécies áureas sobe paralelamente. O xerafim passa de 5 tangas, seu preço até 1569, a 7 ½ em 1582: subida de + 50 %, igual à do pagode. Em relação ao larim, 5 peças persas argênteas equivaliam à peça de ouro em 1569; em 1580-1588 é necessário um número um pouco maior ([111]), mas o câmbio não se alterou sensìvelmente. Quanto ao *zecchino*, que valia 7 tangas antes da primeira data, vale 9 ½ a 10 na segunda ([112]) e valerá 15 ½

([106]) *Livro dos pesos*, pp. 31-2; T. de Aragão, t. III, doc. 11 (1569).
([107]) Razão calculada com os dados de Balbi.
([108]) Razão calculada com os dados de frei João dos Santos.
([109]) *Monções*, t. I, p. 409 (Lisboa, 23-XII-1610 — reporta-se a Chaul).
([110]) Razão calculada a partir dos dados do registo da Câmara de Goa de 17-VII-1624 (em T. de Aragão, t. III, doc. 69).
([111]) Relatório de 1569; caderno de agravos de 1582; e Balbi (f. 71v) — reportando-se todas estas fontes a Goa.
([112]) Segundo Barrett (pp. 18-20), cerca de 1584, normalmente 9 ½ tangas, mas o preço não é estável: na estação das partidas para Cochim paga-se o «ducado de ouro» 9 ¾ e até 10 tangas, sendo este último o preço normal na segunda praça.

em 1624: alta de + 121 % entre os extremos cronológicos. Em larins, o valor do ducado veneziano era de 5,6 em 1569 e será de 7 ¾ em 1624, crescendo assim, no intervalo, de + 38,5 %. A subida do *zecchino* mantém-se, deste modo, ao de leve inferior à do sãotomé e do pagode, mas nem por isso deixa de ser tão efectiva e de considerar.

Esta carestia crescente do ouro no Oriente, a partir de alturas de 1570-1580, e no século XVII — agora atenuada —, não deixa de surpreender se nos lembrarmos do aumento da exportação do fulvo metal do Monomotapa que constatámos no capítulo 4 (A § 3). Na realidade, a alta deve ter precedido o desenvolvimento da exportação e tê-lo até provocado, visto que este não parece anteceder 1585. Não é ousado admitir que ela resultou, por um lado, da contracção desse trato do ouro durante algumas das décadas de Quinhentos, devida à entrada em cena dos Portugueses, e por outro lado, ao afluxo caudaloso dos brancos *reales* que tudo submergem. Se em começos do século XVII essa subida do mais precioso dos metais afrouxa e já não volta ao ritmo de 1569-1588, é porque entretanto a extracção no Leste africano foi estimulada. Mas a inundação dos *reales* continua a manter a tendência ascendente do ouro.

O cruzado não serve para iluminar esta evolução. O seu curso em tangas não buliu durante os dois primeiros terços do século XVI: 7. Em reais, evidentemente, não pôde deixar de acompanhar a subida moderada que se deu na metrópole. Anteriormente à, e durante a época de Almeida ([113]), de Albuquerque ([114]) e de Lopo Soares ([115]), o cruzado valeu 390 reais. Em 1533 o vèdor Fernão Rodrigues de Castelo Branco elevou-o para 426, e neste preço permaneceu até 1560 ([116]). Na realidade, o cruzado transformara-se em unidade de conta, e as peças sonantes encontravam-se raramente nas Índias Orientais. Sabemos já porquê: é que cada uma se permuta por 10 reales na metrópole, mas só vale 8 no Oriente ([117]) (a zona de altas pressões das espécies brancas situa-se na Península Ibérica). Em Malaca, quando se fala em cruzados, trata-se quer de uma peça de prata quer de 360 reis. Dobrado o meio de Quinhentos, no oceano Índico não circulam mais efectivamente cruzados de ouro. Os portugueses ainda aparecem de vez em quando, tìmidamente: valem 14 a 15 cruzados, isto é, 5 880 a 6 300 reis ou 98 a 105 tangas, em 1580-1588, contra 10 cruzados (=4 200 reais ou 70 tangas) um terço do século atrás ([118]). Subida igual à dos pagodes e sãotomés, e ligeiramente superior à dos *zecchini*. Mas Balbi é explícito: «al presente poche se ne trovano». No começo do século XVII, Pyrard de Laval notará a total ausência de espécies áureas portuguesas e espanholas em Goa, sem com isso se espantar (visto o ouro valer aí muito menos do que em Espanha) ([119]). Mas como se sente no Oriente, no século XVII, a «fome do ouro», este virá donde não é tão caro: assim, de Surate enviam-se para Burhanpor, em 1620, além de 10 000 *reales*, 300 moedas de ouro «received last year from Mokha»([120]).

Quando os Portugueses penetraram e se instalaram no Índico, o numerário de ouro em circulação compunha-se essencialmente dos pagodes e fanões — espécies hindus —, dos madaforshahis guzerates, dos xerafins vindos de Ormuz, dos dinares de Ádem, e, desembocando do mar Roxo, os sultanis egípcios e os *zecchini* venezianos — estes os mais apreciados de todos. Com a expansão portuguesa apareceram e irradiaram também os cruzados e os portugueses. O leque é o mesmo em 1554, conforme se vê do *Livro dos pesos* (p. 32). Seguidamente modifica-se, as espécies lusitanas desaparecem, bem como, talvez, os dinares de Ádem, mas

---

([113]) *Livro dos pesos*, p. 34.
([114]) *Cartas A. A.*, t. IV, p. 276 (1510).
([115]) Regimento de Fernão de Alcáçova, 1517 (*Arch. Port. Or.*, citado).
([116]) *Livro dos pesos*, p. 34; Simancas, Secretarias Provinciales — Portugal, n.º 1571; T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 103, doc. 31 (1558).
([117]) *Arch. Port. Or.*, t. III, doc. 23, § 32 (entre 1584 e 1588).
([118]) Balbi, f. 77v; Sassetti, p. 279 (1584).
([119]) T. II, p. 104 (1602-1610).
([120]) *English Factories in India*, t. I, p. 190.

surgem, em compensação, os sãotomés e os mohurs e la'l-i-djalalis moghóis [121]. Em 1624, o quadro dos câmbios em Goa regista nomeadamente os sãotomés, os pagodes, os venezianos antigos (de 15 ½ tangas), os venezianos novos (14 tangas 26 reis) e os venezianos de duas figuras (16 tangas). Mas neste século, como mostrará Tavernier, chama-se, na Índia, «veneziano» não só aos verdadeiros *zecchini* mas também aos ducados húngaros e alemães.

Não temos, infelizmente, a possibilidade de determinar numèricamente estas diferentes contribuições. Não conhecemos sequer as quantidades lavradas pelas Casas da Moeda de Goa e de Cochim. Em 1550-1554, a cunhagem de sãotomés na capital luso-indiana rende anualmente, em média, 700 a 800 sãotomés [122]. Como os direitos cobrados pelo Estado são de 1 sãotomé por marco, haverá que concluir que se amoedavam 700 a 800 marcos, ou seja, 160 a 184 kg.? Vinte anos volvidos, a renda da amoedação do ouro e prata de partes é, uns anos por outros, de 2 500 pardaus [123]: mas qual será a parte de um, qual a parte de outro dos dois metais? O estado das receitas e despesas elaborado por alturas de 1588 renuncia a dar uma estimativa numérica dos direitos do ouro e da prata que se lavram na Moeda, porquanto essa renda será «muito ou pouco segundo o ouro que vier de Moçambique» (f. 2). Em 1 de Setembro de 1594 começou a vigorar o contrato da moeda de ouro, arrendado por três anos a Pondeá chatim; o rendeiro pagava 500 pardaus (= 150 000 reis) aos oficiais da Casa e 7 000 (= 2 100 000 reis) ao Estado. Dos termos de uma reclamação de Pondeá contra uma resolução do vice-rei que fixava em 8 ½ tangas o limite máximo do câmbio do sãotomé inferimos que se trata apenas de emissões de ouro [124]. Haverá que concluir que estas emissões se elevam, em finais do século, a cerca de 3 888 marcos (visto o pardau valer 300 reis e o sãotomé 540), isto é, 790 kg.? Tal total próximo dos 800 kg. para o ocaso de Quinhentos, como o de 160 a 180 kg. para o meio do século, não são inverosímeis, antes pelo contrário. Moçambique envia mais de meia tonelada de metal amarelo por alturas de 1585, em breve uns 700 kg., e, no decurso da primeira década do século XVII, 850 kg.; o aumento continuará, ultrapassando 1 400 kg. cerca de 1667, como vimos. Malaca, que exportava para Oeste cerca de 2 toneladas no começo do século XVI, exporta cerca de 3 para final. Um incremento tal do afluxo de ouro em proveniência dessas duas grandes zonas de altas pressões, há que ligá-lo, segundo toda a probabilidade, à sua forte alta nos mercados de Goa e Cochim por alturas de 1580, devida à inundação dos *reales* e às quebras intrínsecas do pardau de tangas.

Em 1611 a renda do ouro na Moeda permanecia sem alteração: 7 000 pardaus [125]. É, tudo o indica, o sistema dos contratos que explica essa imobilidade. Um quarto de século mais tarde, a cunhagem do ouro estará arrendada por 8 500 pardaus [126]. Como o sãotomé vale agora 990 reis, esta soma equivale a 2 575 sãotomés: cunhar-se-ia um número igual de marcos de metal amarelo, isto é, uns 590 kg.? Ter-se-ia dado, a ser assim, uma regressão quantitativa das emissões: sem a podermos excluir, atenda-se todavia à «viscosidade» dos valores globais dos contratos.

Se conseguimos, mau grado tantas insuficiências documentais e dificuldades de interpretação, determinar ordens de grandeza no que respeita às emissões de

---

[121] Relatório de 1569, citado; Barrett (Hakluyt, t. IV, pp. 18-20); Pyrard de Laval, t. II, p. 102; frei J. dos Santos, 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2.
[122] Botelho, *Tombo*, p. 55.
[123] *Orçamento* 1574, f. 32v.
[124] *Tombo de Goa*, p. 88; T. de Aragão, t. III, doc. 34.
[125] *Rendimento e despesas da Índia*, f. 6.
[126] Barreto Rèsende, Port. 1, f. 260v.

sãotomés, nem isso sequer conseguimos em relação à cunhagem dos reinos hindus e muçulmanos. Globalmente, todavia, algo podemos saber. É conhecido, apesar de tudo, muito grosseiramente embora, o caudal de ouro que se escoa das duas zonas de altas pressões — a moçambicana e a extremo-oriental, a que se soma o de uma terceira, a abexim, bem mais fraco. Quatro toneladas ao todo, provàvelmente. A amoedação luso-indiana apenas representa menos de um quarto desse total no fim do século XVI. Os outros três quartos são lavrados em pagodes e fanões de Vijayanágar, em Coromandel, no Malabar, no Canará, em madaforshahis no Guzerate, em fulvas rupias no império moghol. Além disso, as espécies persas, egípcias e venezianas não só correm na Índia, mas também, refundidas, aprovisionam de matéria-prima as Casas da Moeda guzerates e moghóis. Ora, os caminhos seguidos pelo numerário cunhado são muito mais complexos do que os movimentos dos metais amoedáveis.

Albuquerque pretendera reter os seus manueis em Goa e Cochim, atribuindo-lhes um valor nominal superior ao seu valor intrínseco. O seu sucessor não continuou esta cunhagem, mas também quis reter as espécies preciosas; por isso um alvará de 8-XI-1518 proibiu a sua exportação, conquanto autorizando a saída das moedas de cobre que um regimento do ano seguinte iria até favorecer ([127]). Na realidade, tais proibições não podiam ser eficazes, pela simples razão de que as cidades luso-indianas tinham que se abastecer na terra firme, onde os pagamentos se faziam em espécies preciosas. Mas, transformadas em grandes portas de entrada, na Índia, das mercadorias vindas por mar de todas as proveniências, essas cidades gozavam naturalmente de uma balança comercial favorável. Só a venda de cavalos árabes e persas a Vijayanágar fazia entrar em Goa centenas de milhar de pagodes ([128]), volume monetário muito superior às despesas do seu abastecimento. Em 1569 constata-se em Goa a abundância de moedas de ouro, bem como de larins de Ormuz ([129]). A voga dos *reales* que se apodera do mundo indiano na segunda metade de Quinhentos traz à capital luso-indiana uma verdadeira enchente de pagodes; os mercadores desleixam o tráfico de mercadorias para se consagrarem inteiramente a este câmbio de peças de ouro por peças de prata ([130]).

Mas por outro lado, ao abrir o último quartel do século XVI, os reinos indianos começam a lançar na circulação pagodes de teor aviltado, que introduzem em Goa na mira de tirar de lá, graças a um curso nominal de reputação feita, os sãotomés sempre leais. A falsificação incidia também sobre os xerafins. Por isso uma provisão de 21-X-1583 proíbe a saca de Goa, com destino à terra firme «dos mouros», dos *reales* de prata, do ouro e das outras moedas, salvo com autorização especial outorgada pelo vice-rei. Proibição excessivamente rigorosa: como é que a cidade se poderia abastecer? Perante os protestos, uma outra provisão, de 29 do mesmo mês, declara livre a exportação de todas as espécies áureas — *zecchini*, pardaus ou pagodes, sãotomés —, dos larins e pardaus de prata, e dos calains: a proibição fica restrita aos *reales*, ao metal amarelo não amoedado (mesmo que lavrado em ourivesaria) e aos bazarucos de cobre: pela proibição da saída dos primeiros, o governo pretende desencorajar o tráfico de numerário e restaurar o das mercadorias; pela do ouro, cortar as vazas aos falsos moedeiros; finalmente, a terceira proibição visa a garantir uma circulação suficiente de espécies de cobre em Goa, donde tinham desaparecido não obstante avultadas importações de metal da China ([131]). Que não devemos acalentar ilusões quanto à eficácia de tais medidas, justifica-o o facto de em 1592 o governo decretar novas: o alvará de 10 de Março estabelece o registo obrigatório de todos os *reales* que se pretendesse exportar,

---

([127]) *Arch. Port. Or.*, V, pp. 31 e 19.

([128]) *Suma Oriental*, 1512-1515, pp. 375-6. Mas para Baticalá, porto de Vijayanágar, seguem de Goa espécies áureas: assim, em 1522, 1 279 pardaus de ouro (pagodes) e 623 xerafins de Ormuz, além de tangas de prata no valor de 583 ½ pardaus de ouro (T. T., C. C., 2.ª Parte, m. 100, doc. 58).

([129]) T. de Aragão, t. III, doc. 9.

([130]) Carta do vice-rei, 10-III-1592 (*Arch. Port. Or.*, III, pp. 348-50).

([131]) T. de Aragão, t. III, doc. 18.

conquanto mantendo a liberdade de saca com destino à China e a Malaca (donde não vinham, evidentemente, em contrapartida, moedas de ouro); a exportação com destino ao Guzerate fica reservada aos rendeiros do contrato e a certas pessoas que não figuram numa lista de excluídos ([132]). Malogro, uma vez mais. Cinco anos depois, o conde da Vidigueira proíbe o curso dos pagodes cujo toque não atinja 20 ¼ quilates. Mas o senado municipal, os cavaleiros, os cidadãos e a Casa dos Vinte e Quatro apelaram e ganharam a causa: a revogação veio em 4 de Maio de 1598. É que, alegavam os apelantes, o Balaght salda em numerário de ouro o excedente das suas compras em Goa sobre os 50 000 pardaus de géneros e outros artigos que lhe fornece; e isso porque compra não apenas cavalos mas também mercadorias da China, de Malaca e de Portugal. Nestas condições, a proibição de entrada dos pagodes enfraquecidos levantou os preços dos géneros, visto ser com estas moedas que se fazem as compras; houve, por isso, que ir buscá-los a Ducholy a troco de bazarucos, o que elevou o quintal das peças de cobre de 59 para 78 pardaus de tangas ([133]).

Nada podia, no entanto, deter o empobrecimento das cidades luso-indianas em espécies de ouro, porquanto o preço destas não cessava de subir na Índia, submersa pelos *reales*. Em nove anos, o *zecchino* velho passou de 930 reis, em 1624, para 1 110 reis em começos de 1633, o *zecchino* de duas figuras de 960 para 1 160 reis, o sãotomé de 886 para 990, o pagode novo de 780 reis para 900: a subida vai de + 14 % a + 20 % consoante as espécies, mas arrasta-as a todas, mais fortemente no caso dos venezianos, com menor vigor no que respeita aos sãotomés e pagodes ([134]). Se no Malabar as compras de pimenta continuam a fazer-se com *reales*, no Canará e nas ilhas da Sunda é agora ouro que os vendedores exigem. Do Reino é ouro que os cofres das naus trazem sobretudo, por alturas de 1631-1633, sentindo-se terrível carência de espécies brancas. Mas o ouro desembarcado em Goa foge a toda a pressa para a terra firme, atraído pelo valor nominal mais alto de que aí goza. Os próprios sãotomés seguem esse caminho, para serem refundidos. É que o alto preço do fulvo metal leva hindus e mouros a aviltarem o teor das suas espécies áureas. Em 1597 o vice-rei julgara poder fixar em 43 pontas (20 ¼ quilates) o limite abaixo do qual elas não poderiam correr. Em 1631 fala-se de pagodes de 40 pontas como de uma recordação dos velhos tempos, visto as peças correntes não terem mais de 38 — menos 5 do que os sãotomés.

A fim de estancar de vez esta hemorragia, o conde de Linhares, de acordo com o Conselho da Fazenda, resolveu em 1631 enfraquecer por seu turno a lei dos sãotomés, para 39 ½ pontas, melhor, apesar de tudo, do que a dos pagodes a que passavam a ser nominalmente equivalentes: 912 reis, o mesmo preço que lhes fixara o conde da Vidigueira alguns anos atrás. O limite inferior do título dos pagodes admitido legalmente não fazia mais do que consagrar as peças correntes: 38 pontas; abaixo, o seu curso tinha que ser fixado por uma nova lei. Assim, pela primeira vez de há oitenta anos para cá, data da sua creação, se tocava nos sãotomés. As novas peças teriam outros cunhos: as armas reais no anverso, uma cruz no reverso. No entanto, os antigos sãotomés poderiam ainda ser lavrados, se os particulares possuidores de metal precioso o preferissem. Tratava-se, por conseguinte, de um novo tipo de moeda ([135]).

Lisboa — ou Madrid — não aprovou — a eliminação da figura de São Tomás escandalizou. Por isso as emissões cessaram ràpidamente, e o próprio vice-rei foi submetido a uma sindicância; a maioria dos testemunhos e pareceres deram-lhe aliás razão ([136]). Cerca de 1634-1635 os novos sãotomés continuavam em circulação, mas, como seria de prever, o seu valor nominal subira espontâneamente em relação aos pagodes, cujo preço baixara: 900 reis estes últimos, contra 920 os primeiros; os verdadeiros sãotomés valem agora 990 reis. Mas sãotomés novos e pagodes ora baixam ora alçam ([137]): depende do seu toque.

([132]) Carta citada na nota 130.
([133]) T. de Aragão, t. III, doc. 38 e p. 182.
([134]) Quadro dos câmbios em 1624: T. de Aragão, t. III, doc. 69; em 1633: do conde de Linhares ao rei, AHU, Índia, caixa 10.
([135]) Goa, 5-XI-1631 (AHU, Índia, caixa 10); cf. T. de Aragão, t. III, pp. 218-22.
([136]) AHU — Índia, caixa 10; Gerson da Cunha, p. 59; T. de Aragão, t. III, pp. 218-222
([137]) Barreto Rèsende, Port. 1, f. 263.

A cunhagem dos sãotomés não fizera mais do que vir dobrar as amoedações indianas de ouro sem alargar a área de circulação do numerário deste metal. Na costa oriental de África, como para lá do golfo de Bengala, o ouro apenas circula a peso. Nas Maldivas e Laquedivas a massa monetária compõe-se tão-só de tangas de prata ([138]). Em Ceilão, ao invés, cunham-se fanões tanto de prata como de ouro, muito aviltado aliás, de que 30 valem um pardau; as espécies amarelas de todas as proveniências correm na ilha, por isso os portugueses de ouro penetraram aí e instalaram-se: em 1554 valiam 15 pardaus de tangas cada um, ou seja, 4 500 reais — tanto quanto em Goa ([139]). No século XVII D. Jerónimo de Azevedo e Constantino de Sá baterão aí moeda, não segundo o sistema goês ([140]), mas evidentemente segundo o sistema insular dos fanões. Aqui também o comércio e a instalação dos Portugueses não inovaram, pois a presença de numerário de ouro é anterior. O mercado de Ceilão ansiava por metais preciosos, mais ainda do que os outros mercados, de modo que neles se ganhavam lucros mais avultados do que nas mercadorias aí desembarcadas ([141]). Em Malaca a tentativa de cunhagem do ouro fracassou; por alturas de 1554 apenas circulam na cidade cruzados brancos e calains; o metal amarelo é pesado e o seu teor avaliado ([142]). Trinta anos depois, além da circulação de moedas de estanho, só se abrira o leque das espécies argênteas, continuando a não aparecer as áureas ([143]). Apenas o Achém emitia numerário de ouro — os *dramas* — desde sempre, e essas emissões continuavam em começos do século XVII: de um lado da moeda via-se um pagode, do outro, um carro puxado por elefantes ([144]).

Em suma: dir-se-ia que a meio do golfo de Bengala, segundo a direcção do meridiano, se forma uma «frente» monetária que barra eficazmente o caminho do Leste às moedas de ouro. As zonas de altas pressões do fulvo metal — a extremo-oriental como a leste-africana — não deixam invadir-se pelo ouro amoedado. Tal é o traço fundamental da geografia deste metal nas Índias Orientais — e em África.

Quanto à sua história monetária, dois ou três traços merecem ser destacados. Fracasso das tentativas de introdução do sistema português, donde adaptação dos Portugueses aos sistemas em vigor, cuja constância é notável: pagodes e tolás, por um lado (amoedações indianas), xerafins e *zecchini* por outro (pseudópodes de economias exteriores). Encarecimento do ouro para o último terço do século XVI, devido à préamar dos *reales* que atrai o metal amarelo chinês e formosano ao circuito do oceano Índico. Esta «fome de ouro» não explica a demanda apaixonada da «ilha do ouro» para além e ao sul de Timor e Solor — o grande sonho de Godinho de Eredia — o sonho que conduzirá à Austrália?

([138]) *Livro dos pesos*, p. 35.
([139]) *Suma Oriental*, p. 454; *Livro dos pesos*, pp. 35-6.
([140]) Gerson da Cunha, p. 7.
([141]) Duarte Barbosa, p. 351.
([142]) *Livro dos pesos*, pp. 39-40.
([143]) Barrett, p. 22.
([144]) Pyrard de Laval, 2.ª Parte, p. 98.

Fig. 1 — Moedas: ESPÉCIES PORTUGUESAS. 1 — Escudo de ouro de D. Duarte (veja-se o cap. 2). 2 — Meio manuel de ouro, Índia; 3 — Escudo sãotomé de ouro (veja-se o cap. 8). 4 — Tostão de prata de D. João III, de fábrica antiga; 5 — Real de prata (40 reais) de D. João III (veja-se o cap. 9). 6 — Quatro cruzados de ouro de Filipe II (veja-se o cap. 8). Segundo Lopes Fernandes, *Memoria das moedas correntes em Portugal*, Lisboa, 1856, pp. 79, 121, 128, 129, 133 e 172.

Fig. 2 — Os grandes empórios mundiais: ANTUÉRPIA EM 1515. Benedictus de Opitiis, *Loeflicken Sanck*, Anvers, 1515. Notar o célebre guindaste.

Fig. 3 — Moedas: TESTONS de prata de Luís XII e Francisco I de França. Segundo Ad. Dieudonné, *Les monnaies françaises*, Paris, 1923, p. 105.

Capítulo 9

OS FLUXOS DA PRATA NO CIRCUITO ATLÂNTICO

§ *1 — Sob o signo da prata alemã: o vintém e o tostão*

A reforma de 1489 estabilizou as espécies argênteas, quanto aos seus caracteres intrínsecos, por meio século exactamente. Essa reforma tornou-se possível e a estabilidade subsequente foi aguentada pela convergência de duas séries de factos económicos. Por um lado, a recuperação mineira na Europa central e oriental, que começa a dar-se a meio de Quatrocentos, amplifica-se vigorosamente no decurso do último quartel do século e torna-se num dos factores mais poderosos da história europeia renascentista; quase por toda a parte o preço da prata baixa, traduzindo o avolumar da oferta. Por outro lado, as descobertas portuguesas tinham drenado o ouro de Guiné para Lisboa, e o povoamento da Madeira transformava a geografia açucareira: o ouro e o açúcar, eis dois trunfos formidáveis da economia portuguesa a partir de cerca de 1475.

Digamos logo de entrada, e de uma vez por todas, que a datar de 1489 e durante toda a história monetária de Portugal o metal branco permanece sempre de 11 dinheiros de finura. O elemento essencial do novo sistema, quanto à prata, é o *vintém* ou peça de 20 reais. Talham-se 117 em marco, cada vintém pesa portanto 1,96 gr. Além dos *meios vinténs*, que, de talha de 234 em marco, valem evidentemente 10 reais cada, há ainda, embora a lei não os previsse, emissões de *cincos*, peças de 5 reais, de que 468 fazem um marco. O marco de prata amoedada tem assim o preço de 2 340 reais, dos quais 60, ou seja, 3 vinténs, representam as despesas de feitio [1].

---

[1] Lei de 1489, em T. de Aragão, t. I, doc. 44 (pp. 394-5); Pina, *Crón. D. João II*, cap. XIX; Rèsende, *Crón. D. João II*, cap. LVI; Góis, *Crón. D. Manuel* 1.ª Parte, cap. 1; T. de Aragão, t. I, pp. 242-5; Costa Lobo, pp. 354-360. Como vimos na p. 134 do vol. I (e nota 171), a lei de 1489 declara expressamente que ha 114 vinténs ou 228 meios vinténs em marco de prata do valor de 2 280 reais; assim a entenderam, e bem, Lopes Fernandes (p. 110) e Aragão; cada vintém pesaria pois 2,01 gr; mais tarde D. Manuel teria elevado para 117 o número de peças por marco, baixando assim o seu peso. Mas se Costa Lobo não teve razão em interpretar diferentemente a lei, supondo que aos 2 280 reais faltavam os três vinténs de custos, teve-a em observar que no testamento de 29-IX-1495 D. João II afirma que «tres mil reaes de prata desta moeda ora corrente da lei de onze dinheiros, que cento e dezassete fazem um marco» (*Provas Hist. Genealógica*, t. II, p. 168). A mudança data, portanto, ainda do reinado do Príncipe Perfeito. Como os exemplares que até nós chegaram pesam no máximo 39 grãos (a lei marcava 40,4) e numerosos descem até 36, é de admitir que só uma emissão se fizesse de acordo com a lei — se alguma chegou a fazer-se — e que logo a Casa se desse conta da necessidade de somar os custos àquele primeiro preço do marco, passando-se deste modo à talha de 117 vinténs em marco e ao preço, para este, de 2 280 reais mais três vinténs, ou seja, 2 340 reais.

No regresso de Vasco da Gama e com vista à segunda viagem a Calicute, a Casa da Moeda recebeu ordem de cunhar peças argênteas da grandeza dos marcellos venezianos (explica Góis). Estes *índios*, creados pois em 1499, eram talhados a 70 em marco; cada peça pesava 3,28 gr e valia 33 reais. Veremos num instante o significado da tentativa, que não teve seguimento.

O começo do século XVI, sem tocar no sistema, abriu o leque das espécies brancas, creando múltiplos do vintém, igualmente chamado, porque verdadeiro alicerce do edifício, *real de prata*. Em 1504 instituíram-se o *português* ou *escudo de prata* e o *meio escudo:* aquele, com 39,7 gr, valia 400 reais; o segundo pesava 19,8 gr e o seu valor facial era de 200 reais. Antes ainda de 1509 lança-se o *tostão*, que se torna o mais importante desses múltiplos do vintém: peça de 100 reais, ou seja, 5 vinténs, como a sua talha era de 23 $^1/_{10}$ em marco (cujo preço era pois de 2 310 reais), pesava 9,93 gr, e representava o quarto do português de prata. O edifício foi completado em 1517 com a creação do *meio tostão*, que pesava na realidade um pouco menos de metade do tostão, e cuja utilidade teria sido medíocre, a acreditarmos em Góis (P. 4.ª, cap. 20) [7].

Que fins visavam os *índios*, primeiro, e os *tostões*, seguidamente? Não parece difícil desvendá-los. O índio imitava a meia lira veneziana, que, tendo sido começada a cunhar por ordem do doge Nicolò Marzello (1473-1474), do seu nome se chamou *marzello*. Desde a década de 1470-1480, e é outro sinal, bem significativo, da recuperação mineira a embaratecer a prata, que em Milão e noutras cidades italianas, bem como na Sabóia, se cunha o *testone*, assim denominado porque tem gravada em maior do que no ducado a cabeça (testa) do príncipe. O *testone* é, em valor, o quarto do ducado de ouro; o seu peso de prata varia consoante as regiões, pois variável era também a razão entre os dois metais. Luís XII introduziu a cunhagem do *teston* em França, depois de ter perdido, em 1513, o Milanês; como valor, oscilou entre a meia libra (10 *sous*) e os 12 *sous*, pesando o dobro do *gros* de São Luís. A moeda manuelina adoptou o nome da italiana, embora sem ter a efígie do monarca. A filiação do índio no *marzello* e do tostão no *testone* (a moeda portuguesa é o quarto do cruzado, como a italiana é o quarto do ducado) mostra que se pretendia em Lisboa concorrenciar as rotas do Levante, destronando os instrumentos monetários do quase-monopólio das especiarias detido pela Sereníssima. Todavia as espécies portuguesas não se impuseram no Oriente, e o índio nem sequer vingou; o tostão é que se firmou nos circuitos ocidentais.

Uma lei de 31 de Janeiro de 1485 não só isentava de dízima, por 10 anos, todas as importações de metal branco, desde que entregues na Casa da Moeda, mas ainda autorizava a exportação de 6 cruzados de ouro por cada marco de prata importado [8]. Quer dizer: uma saída de 21,48 gr de metal amarelo contra uma entrada de 229,5 gr de metal branco — razão de 10,6 entre os dois. Bem fornecido, na Idade Média, em ouro sudanês graças sobretudo às relações comerciais entre o Algarve e Marrocos (mas outras vilas e cidades delas participam, por exemplo Santarém), tendo acesso por via marítima, desde meados de Quatrocentos, aos mercados guineenses, inundado de fulvo metal pelas feitorias da Mina e anexas desde 1471, Portugal não podia deixar de atrair a prata estrangeira: esta era de alto preço, e o outro metal precioso, barato. Em 1489, a razão entre os dois metais, amoedados, não é estabelecida em 10,3, enquanto ultrapassa largamente 11 em toda a Europa setentrional [4], é de 12 em Valência e atinge quase este número em Navarra? [5] A prata da Europa central e de Leste chegava a Portugal sobretudo por via de Bruges, seguidamente de Antuérpia, mas também, embora em menor quantidade, por Castela. Não parece que a prata viesse por Génova ou Veneza. De Inglaterra deve ter vindo, porquanto Ricardo II, em 1393, se lastimava de ver sair com destino a Portugal «tam aurum et argentum in moneta et massa» [6].

---

[7] Sobre o edifício monetário manuelino o melhor estudo continua a ser o de T. de Aragão, no t. I, pp. 246-258; e também Lopes Fernandes, pp. 112-123. Entre as fontes, *Ordenações Manuelinas*, Liv. IV, tít. 1.

[8] J. P. Ribeiro, *Indice chronologico*, p. 208.

[4] A. Girard, *La guerre monétaire*.

[5] Hamilton, *Prices and Wages*, pp. 36 e 136.

[6] Silva Marques, t. I, p. 200.

Em 1426, o mosteiro de Chelas, tendo uma pendência judiciária em Roma, enviou um procurador a que entregou não só dobras de ouro, letras de câmbio e reais brancos, mas também «reaees de prata de Castella» (7). Os mercadores castelhanos que vinham comprar sáveis a Santarém pagavam com ouro e *prata* (8). A prata portuguesa, é certo, escapuliu-se também, por seu turno, para Castela. Como as *blancas* eram frequentemente de pior lei do que os *reais brancos*, estabelecera-se uma dupla corrente cerca de 1435-1436 (9). Por alturas de 1490, Lagos comprava anualmente na Andaluzia quase 10 000 moios de sal, que os Portugueses pagavam em prata, donde uma exportação de espécies argênteas superior a 40 000 reais (10). Na mesma época, a introdução de *reales* castelhanos falsificados continuava no Norte de Portugal; um alvará de 3 de Agosto de 1497 teve de proibir a sua circulação e ordenar a entrega aos cambistas e Casas da Moeda, que os receberiam a peso e segundo o seu teor efectivo (11). É que Castela também está longe da zona de altas pressões da prata; daí essas correntes nos dois sentidos entre os dois reinos. Temos, pois, de nos voltar para a Europa setentrional, e em particular para os Países Baixos, se queremos compreender a estabilidade da prata em Portugal de 1489 a 1539.

De fim de Fevereiro de 1495 ao fim de igual mês de 1498 a feitoria de Flandres expediu para o rei de Portugal 67 marcos e 1 onça de prata em barras, vinda de Nuremberg, ou seja, 15,405 kg, mais 77 marcos e 5 onças de prata lavrada, isto é, 17,815 kg. (12). Números insignificantes. Sem dúvida porque o Estado ainda não se interessa por este tráfico, abandonado quase inteiramente aos negócios privados.

Tal situação vai mudar completamente com o estabelecimento da nova carreira do Cabo, que não pode deixar de ter intensificado vigorosamente esta corrente pré-existente mas até então não avaliável do ponto de vista numérico. É que, como vimos, os envios monetários com destino às Índias Orientais são-no em forte proporção de prata, e o cobre não amoedado segue também, em quantidades muito mais consideráveis, o mesmo caminho. Acção de efeito assás rápido. Em 2 de Janeiro de 1502, em Malines, o arquiduque da Áustria, duque da Borgonha e Brabante, conde de Flandres, outorga que «tous marchans dudit Royaume de Portugal et autres que faire le vouldront, puissent chargier es navires et bateaulx dudit Royaume de Portugal estans presentement en nosdits pays et seigneuries en quelque lieu que ce soit, toutes manières de denrées et marchandises quelzconques licites et non deffendues et icelles mener et transporter esdits navires et bateaulx audit Royaume de Portugal et ailleurs ou bon leur semblera.» Autorização supérflua? Se a tomarmos à letra, decerto: há muito que os Portugueses sacavam de Flandres as mercadorias cuja exportação era lícita. Mas a forma vaga dissimula os seu verdadeiro alcance, que nos é desvendado sem equívoco pelas palavras escritas nas costas do documento pelo feitor ou pelo vèdor da Fazenda: «lycença pera se carregar prata» (13).

Os mercadores portugueses e estrangeiros da carreira Lisboa-Antuérpia não se fizeram rogados. Em 11 de Dezembro de 1513 entravam no Tejo três navios vindos de Flandres, um dos quais pertencia a Bartolomeu Marchione, «e trazẽ... e muyta prata que he o principall dela» (14). Em duas naus que desaferraram de Flandres a 14 de Fevereiro de 1515, o feitor enviou para Lisboa 822 marcos e 2 onças de metal branco; ainda ficava com 171 marcos que ia expedir pelo primeiro navio disponível; a encomenda, aliás, só em parte pudera ser entregue,

---

(7) Idem, pp. 613-4.

(8) Resposta do rei aos capítulos de Santarém, Côrtes de 1436, em Silva Marques, supl. ao t. I, p. 496.

(9) *Remessa de Santarém*, n.º 16 (T. de Aragão, t. I, doc. 32).

(10) Côrtes de Évora de 1490, em Silva Marques, t. II, p. 363.

(11) Em T. de Aragão, t. I, p. 257; cf. J. P. Ribeiro, *Indice chronologico*, p. 229.

(12) *Cartas de quitação D. Manuel*, n.º 468.

(13) Braamcamp, *Feitoria*, doc. n.º 20 (p. 378 dos n.ºˢ 8-11 do vol. VI do «Arch. Hist. Port.»).

(14) Braamcamp, *Feitoria*, «Arch. Hist. Port.», p. 388.

porque os salteadores pilharam boa soma no caminho de Colónia a Antuérpia ([15]). Neste mesmo ano, além destes 227,893 kg., carregou-se em Maio «muita prata» de grandes negociantes alemães e outros; destinada à compra de pimenta em Lisboa, «foi tanta que se não achavam seguradores para segurar tanta fazenda» ([16]). No ano seguinte, o feitor do rei de Portugal comprou no mercado antuerpino igualmente avultadas quantidades desse metal, pagáveis em Lisboa em especiarias; uma procura tão forte avolumou naturalmente a oferta de prata nas feiras de Antuérpia ([17]). Neste mesmo ano de 1517, pretendendo as autoridades impor um direito de saída de 1 soldo por marco, e pesadas multas a quem furtar a prata a direitos, os mercadores lutaram por «quebrarem este costume» [= direito aduaneiro], e «espera-se que nom irá avante» porque quando «esta vila dEnves» se põe a peito qualquer cousa, «acabá-lo-á», conforme escreve Rui Fernandes a D. Manuel ([18]). De 1 de Janeiro de 1509 a 27 de Agosto de 1514, o feitor João Brandão mandou, por conta do rei, 3 348 marcos, 11 dinheiros e 23 grãos de prata mercadoira, e por conta do mosteiro de Nossa Senhora de Belém 883 marcos, 1 onça e 7 ½ estrelins (*Cartas quitação D. Manuel*, n.º 350): em média anual são uns 171,355 kg. De 1-XII-1520 a 31-VIII-1526, a feitoria portuguesa de Antuérpia expediu para Lisboa 9 645 marcos, 7 dinheiros e 11 ½ grãos de prata fina (não compreendendo a prata lavrada) ([19]): média anual de 384,961 kg., durante um período de 5 anos e 9 meses; não nos esqueçamos de que se trata exclusivamente de envios por conta do rei, sendo a maior parte do metal enviada por mercadores. Em Setembro de 1523 o embaixador de Espanha assinalava que as naus chegadas de Flandres traziam «muita prata» ([20]). No ano seguinte os Franceses afundaram uma urca que, só por conta do rei, transportava cobre, prata e algumas mercadorias no valor total de 18 000 cruzados ([21]). Mas em 29 de Setembro entravam no Tejo 5 naus da mesma proveniência, com 40 000 cruzados em metal argênteo (valendo as mercadorias tanto como as barras) ([22]).

Qual era a contrapartida destas importações de prata e de cobre? Esta pergunta equivale a pôr o problema da balança comercial e das contas entre Portugal e Antuérpia. Infelizmente não subsistem dados relativos aos negócios privados durante a primeira metade do século XVI. A autorização outorgada em 1502, de saca de prata para fora dos Países Baixos, sugere que estes nela consentiam em razão das chegadas de açúcar proveniente das ilhas portuguesas: *sugere* não é o termo próprio, pois o declara explìcitamente. Compensação bastante provável; não única. Nesta data, já as naus portuguesas descarregam no mercado antuerpino centenas de quintais de malagueta da Guiné e de pimenta de rabo de Benim; em breve serão as caudalosas chegadas de especiarias asiáticas. Especiarias e açúcar contra prata e cobre, com toda a verosimilhança. Além disso, enormes frotas de urcas flamengas vêm a Setúbal carregar sal, pago provàvelmente com prata — as informações do embaixador espanhol induzem a aproximar os dois tráficos ([23]).

([15]) Idem, ibidem, p. 393.
([16]) Idem, ibidem, p. 394.
([17]) Idem, cap. I, doc. n.º 3. Os historiadores portugueses confundiram essa transacção com um empréstimo consentido por mercadores antuerpinos ao Estado português; e de igual modo as letras de câmbio do ano de 1515, sacadas em Antuérpia sobre a Casa da Índia (idem, ibidem, p. 393). Na realidade, trata-se de compras de metal branco por conta do rei de Portugal, sendo o pagamento a prazo e em pimenta a entregar em Lisboa.
([18]) Idem, doc. n.º 37 (Bruxelas, 8-II-1517).
([19]) Idem, doc. n.º 53.
([20]) Simancas, Estado 367 (Tomar, 19-IX-1523).
([21]) Idem (Évora, 9-V-1524).
([22]) Idem (Évora, 9-X-1524).
([23]) Cartas citadas nas notas 20 e 21.

Estas três mercadorias bastariam para liquidar as compras portuguesas de metais monetários no mercado antuerpino? Na época moderna constata-se que nas relações entre zonas industriais e países cujo comércio se baseia na reexportação de géneros coloniais, a balança pende geralmente a favor das primeiras. Tal deficit (suposto) poderia, no caso em questão, ser saldado por envios de cruzados e portugueses. Ouro da Mina contra prata alemã — como sugere a licença de saca dos 6 cruzados; mas hipótese provàvelmente inútil. Não falemos do que se passará a partir de meados do século, visto os dados da situação monetária serem então muito diferentes. Que durante a primeira metade de Quinhentos o ouro português se tenha encaminhado para Antuérpia, basta, para levar a admiti-lo, o lucro certo nesta exportação, devido ao preço mais elevado do fulvo metal do Norte. Nada prova, todavia, que a balança comercial portuguesa fosse então deficitária em relação a Antuérpia e aos Países Baixos em geral. Os 25 000 marcos de prata valem em Lisboa cerca de 145 000 cruzados, e os 15 000 quintais de cobre, menos de 120 000. Ora, 12 000 quintais de pimenta, até 1520, e 8 000 depois desta data equilibram por si sós o total dos dois metais; repare-se que Antuérpia recebe mais do dobro desta quantidade de pimenta. Não há sequer que fazer intervir as 40 000 arrobas de açúcar, que representam pelo menos 50 000 cruzados.

Ao invés, o metal branco da Europa central e do leste ajudava o comércio português a adquirir o fulvo metal africano. Em 1513, a chegada a Santa Cruz do cabo de guer de duas arcas cheias de prata suscitou um afluxo considerável de ouro que os mercadores mouros vinham entregar à feitoria portuguesa para que lhes vendessem os vinténs e meios vinténs. Nestas permutas a feitoria ganhava 14 %. Por isso o feitor e o escrivão pedem para Lisboa que lhes enviem até 150 000 reais nestas espécies argênteas [24]. Em Junho do ano seguinte insistiam, visto o lucro na permuta de prata por ouro igualar o do comércio dos bordatéis, sendo além disso mais certo [25]. Em Setembro voltavam à carga, porque os *cheikhs* apertavam com eles, e se não fossem os Portugueses a fornecer-lhes a prata que desejavam, o ouro escoar-se-ia para Castela, que lhes forneceria aquele metal; contava-se com um lucro de 25 %, porquanto se trocam 360 reais — em vinténs e meios — por um mitical de ouro que vale 450. Parece que este comércio estava mais desenvolvido em Messa e noutras praças, porque o rei mandava para lá maiores quantidades de prata [26]. O capitão de Safim distribuía prata aos *cheikhs* que estavam ao serviço de Portugal; assim, em Dezembro de 1515 os de Buda receberam 60 onças, ou seja 19 200 reais [27]. Decerto, as espécies brancas desembarcadas em Marrocos nem sempre serviam para comprar ouro, mas sim, frequentemente, para pagar compras de grãos. Em 1487 António Barroso foi comprar por conta do rei 246 moios de trigo e 135 de cevada, que pagou com 300 marcos de metal branco [28]. Os mercadores de Lagos pediram, em 1490, autorização para enviar nas suas caravelas prata com destino a Mazagão e Casa do Cavaleiro, onde iam carregar trigo para o abastecimento da sua vila [29]. Anteriormente a 1504, para uma compra de 976 moios e 36 alqueires de trigo em Mazagão, o rei expediu para lá 651 marcos e 1 onça de metal branco (*Cartas quitação D. Manuel*, n.º 314). A feitoria de Azamor

---

(24) Baião, *Docs. C. C. Marrocos*, pp. 70-1.
(25) *Sources inédites Maroc*, t. I, p. 566.
(26) Baião, *ob. cit.*, pp. 118 e 120.
(27) T. T., C. C., 2.ª Parte, m. 62, doc. 100.
(28) Gama Barros, t. IV, p. 29.
(29) Silva Marques, vol. II, p. 364

recebeu de fim de Julho de 1486 a Fevereiro de 1501, em proveniência de Lisboa, 105 marcos, 3 onças e 6 oitavas de prata (C. Q. n.º 484). Eis o movimento de entradas na feitoria de Safim:

Período	Marcos	Onças	Oitavas	Fontes
Julho 1491 — Junho 1495	1 395	0	5 ½	C. Q. n.º 562
Julho 1495 — Fevereiro 1498	213	6	6	C. Q. n.º 442
1498 — Setembro 1500	40	0	0	C. Q. n.º 496
Agosto 1508 — Janeiro 1510	217	1/2	0	C. Q. n.º 319
Junho 1510 — Julho 1512	748	2	4 ⅔	C. Q. n.º 180

O feitor Nuno Fernandes recebeu aí 947 marcos, 7 onças e 1 oitava ([30]).

Em 1520, Arzila recebeu, em Maio, 100 marcos, levados por Job Queimado, e em Outubro a Casa da Moeda de Lisboa entregou a Pero de Góis 1 500 marcos em barras e 500 em espécies a fim de os levar a essa praça marroquina ([31]). Com destino à compra de várias mercadorias em Fez, o rei enviou, anteriormente a 1496, 2 350 onças de metal branco, além de especiarias, tecidos e têxteis (C. Q. n.º 119). Há que concluir que os envios de prata para os mercados de Marrocos representam um fluxo de considerar, e que em certos anos atinge impressionante caudal — recorde-se 1520 e as quantidades então chegadas a Arzila. Mas nos presídios portugueses, além dos pagamentos em mercadorias (mesmo no que respeita a soldos e ordenados), eram as espécies marroquinas que corriam. De Julho de 1491 ao fim de Setembro de 1500 o feitor de Safim recebeu e distribuiu 374 058 dobras da moeda desta cidade, ou seja 33 694 em média anual (C. Q. n.ºs 562, 442 e 496). Todos os pagamentos se fazem, na feitoria, em tomins; neles recebem os feitores as rendas quer de mercadorias quer outras, e neles pagam; se alguma moeda vem do Reino, é tão pouca que não pode abranger a todos ([32]). Evidentemente as barras de prata servem para comprar aos Mouros cereais e ouro. Mas a amoedação indígena não a podia dispensar. É preciso esperar pelo século XVII para que a entrada em exploração das minas do Marrocos meridional alimente por si só as emissões marroquinas ([33]).

Que a prata se encaminhava, de Portugal, igualmente em direcção ao Sáara, passando por Arguim, e à Guiné, basta, para o inferir, conhecer a razão entre os metais preciosos em vigor naquela feitoria: três pesos de metal branco trocam-se por um de ouro em pó, entre 1493 e 1506 ([34]) — razão ainda mais favorável ao primeiro do que na China. Arguim não funcionou porém como bomba aspirante, devido à insignificância da procura da pobre população nómada. Eis as entradas de prata na feitoria:

Período	Marcos	Onças	Oitavas	Fontes
10-V -1499 a 31-XII -1501	25	0	0	C. Q. n.º 235
26-III -1505 a 24-VIII-1508	21	4	3	C. Q. n.º 237
24-VIII-1508 a 25-VI -1511	12	5	5	C. Q. n.º 642

A média anual é tão-só de 6 ⅔ marcos — insignificante.

([30]) Quitação de 26-VIII-1501, C. Q. n.º 495.

([31]) Casa da Moeda, Livro de 1520, capítulo da «Prata em arries que os fundidores entregaram».

([32]) *Sources inédites Maroc*, vol. I, p. 312 (De Nuno Gato, Safim, 29-V-1512). O tomim (*tomn* = oitavo) é peso para pesar ouro, de ⅛ da dobra ou dinar; também designa uma pequena moeda (idem, pp. 43 e 312, notas).

([33]) Faria e Sousa, *África*, cap. I, pp. 5 e 8. Na região de Tarudante.

([34]) V. Fernandes, f. 66v.

Seria absurdo esperar que os tostões e vinténs velejassem rumo ao mar do Norte, durante os quatro primeiros decénios do século XVI, visto que a prata é aí mais barata do que na Península Ibérica. Em compensação, a sua fuga para Espanha, enquanto afluem as vis peças espanholas, é admissível mas não pode ter durado muito tempo, devido à estabilização do *real* no reino vizinho. Na realidade, a divisão política da Península deforma a óptica de que se impõe considerar os movimentos metálicos e monetários, comandados principalmente pela divisão em regiões geográfico-económicas: atente-se na intimidade de relações entre o Algarve e a Andaluzia, entre o Minho e a Galiza. À escala nacional, bem raro é que caiba traçar uma corrente de prata «portuguesa» a escoar-se para Espanha e mais para além. Podemos rastreá-la em 1529, porque Portugal acaba de comprar a renúncia do imperador às Molucas por 300 000 ducados: quando Carlos V desembarca em Génova «non si vede altro in Zenoa che alcuni testoni, de pretio de marzelli tre l'uno, cum le arme del re di Portogallo» [35]. Mas os delegados espanhóis apenas tinham aceitado os brancos tostões à míngua de espécies áureas, porque nos primeiros perdiam [36]. Por isso, sempre que possível, preferiam tratar com mercadores que dispusessem de ouro em Espanha; por exemplo, Lucas Giraldo comprou-lhes 16 400 tostões, que o seu correspondente Mafeo de Tasis pagaria em Barcelona ou Toledo sob a forma de 4 000 ducados que Gomez de Léon recebeu em Junho e Julho de 1529; o pagamento total decompõe-se como segue: 27 600 ducados em portugueses, dobrões e cruzados, 455 816 tostões e 490 marcos de prata em arries [37]. Em 1533 a situação apresentava-se ainda no mesmo pé, por isso o imperador apertava com Lope Hurtado que obtivesse ouro e só aceitasse os tostões à taxa de 5 por ducado ou cruzado, quando a taxa corrente em Portugal era de 4 [38]. Em suma: os envios de espécies argênteas para Espanha iam a contra-corrente. E tanto assim que da feitoria de Andaluzia veio prata para Portugal; em 1524-1525 por exemplo vieram de Málaga para Évora pelo menos 131 marcos e 2 onças (T. T., C. C., 2.ª Parte, m. 121, doc. 75; m. 122, docs. 36, 84, 113 e 122; e m. 123, doc. 170).

Pela rota do Cabo, ao invés, são centenas, ou até milhares de marcos de arries de prata que, de Lisboa, se escoam regularmente para o Malabar, todos por conta do rei, detentor deste monopólio. Mas é em relação ao metal branco entrado na Casa da Moeda e ao montante das emissões monetárias que é preciso tentar reconstituir o volume desta hemorragia. Mediremos ao mesmo tempo a contribuição da prata da Europa central e oriental para a economia portuguesa, e estaremos habilitados a comparar a importância relativa dos dois metais na amoedação lusitana.

Quadro demasiado lacunar, infelizmente. E até que ponto os números retidos serão sempre completos e inequívocos? O facto de o metal entregue às fornaças e afinação (coluna 2) exceder as entregas de particulares e de agentes da Casa (coluna 1) explica-se fàcilmente: é que se lhes somam os desperdícios dos anos precedentes — a cisalha —, e além disso é possível que haja certas entregas directas do rei. Mas apressemo-nos a abordar os problemas fundamentais.

Os números dos anos 1517-1525, se revelam uma crise em 1521-1523, sugerem contudo que Portugal chegara, no decurso do primeiro quartel do século, a receber anualmente de 24 000 a 25 000 marcos de prata, ou seja, cerca de 5 500 kg. Estas cinco toneladas e meia de metal branco equivalem a um pouco mais de meia tonelada de ouro — quantitativo nìtidamente superior à contribuição da Mina, mas muito inferior ao total de fulvo metal desembarcado nos portos portugueses. A prata alemã serve sobretudo para pagar as compras de pimenta que depois é vendida às escápulas setentrionais; ora, dadas as cotações desta especiaria na praça lisboeta, essas cinco toneladas e meia de prata apenas compram 4 000 a 6 500 quintais de pimenta, isto é, sempre muito menos de um terço, por vezes mesmo menos de um quinto dos carregamentos desembarcados na Casa da Índia.

---

(35) *Diarii M. Sanudo*, t. LI, pp. 400-1.
(36) Simancas, Estado 368 (De Gomez de Léon, Lisboa, 4-VI-1529); de Lope Hurtado, Lisboa, 21-VI; memória de Lope Hurtado, f. 219).
(37) Idem (relatório de Gomez de Léon, f. 232).
(38) Idem 370 (Do imperador, 2-V).

MOVIMENTO DA PRATA NA CASA DA MOEDA DE LISBOA ([40])

(em marcos, onças e oitavas)

Ano	Prata de partes	Prata entregue à fundição	Prata em arries de 11 dinheiros	Prata amoedada	Cisalha	Arries enviados para a Índia
1517	25 699 — 2 — 3	31 151 — 5 — 7 ½	30 152 — 3 — 5 ½	17 074 — 4 — 1 ½	4 976 — 5 — 4	4 395
8	24 307 — 1 — 3	30 444 — 2 — 1 ½	30 440 — 2 — 5	22 484 — 5 — 5	5 727 — 17 — 0	2 000
1520	24 655 — 6 — ½	30 207 — 1 — 0	29 965 — 3 — 2	21 629 — 0 — 2	> 5 055	
1	16 643 — 5 — 5	18 876 — 5 — 0	18 851 — 6 — 5	13 651 — 7 — 4	3 308	3 504 — 4 — 5
1523	7 106 — 1 — 7 ½		7 986 — 5 — ½	6 926 — 4 — 5 ½ ÷?	> 1 737 — 4 — 1 ½	
4	25 605 — 3 — 1		31 408 — 7 — 1 ½	24 328 — 6 — 3 ½	5 510 — 3 — 0	
5 (1.° semestre)	17 347 — 4 — 4 ½		20 691 — 3 — ½	15 229 — 7 — 1		2 004
6	4 734 — 3 — 6	5 954 — 0 — 6 ½	6 011 — 6 — 0	4 613		
9	3 078 — 4 — 1 ½			3 062 — 4 — 3		
1530 (1.° semestre)	2 687 — 4 — 4 ½		2 352 — 2 — 3 ½			
1	1 684 — 2 — 1 ½		1 983 — 0 — 2	1 684 — 1 — 1		493 — 2 — 6
2	3 194 — 4 — 7 ½					
4	12 725 — 7 — 2 ½	14 919 — 5 — ½	14 703 — 4 — 0	12 487 — 4 — 2 ½		
1540	2 159 — 0 — 5		2 826 — 5 — 5	2 152 — 5 — 6		
3	1 806 — 4 — 5 ½	2 023 — 5 — 3 ½	2 019 — 6 — 3 ½	1 646 — 6 — 1		
9	1 021 — 2 — 5 ½		1 162 — 3 — 2	1 020 — 3 — 7		
1551	2 859 — 7 — ½		3 226 — 1 — 0	2 860 — 7 — 1		
3	2 931 — 0 — 6 ½	3 860 — 2 — 5 ½	3 861 — 1 — 6	2 729 — 0 — 7		
5						5 297
6	20 308 — 4 — 1 ½		26 621 — 3 — 5	20 420 — 2 — 5		
9 ([41])	9 500					
1572			858	628 — 1 — 4		
7	28 834 — 0 — 3		40 313 — 3 — 3 ½	29 283 — 5 — 7		
82 ([42])			8 500 por conta do Rei ùnicamente			

([40]) Segundo os registos do tesoureiro da Casa da Moeda. Quase todos os números foram calculados por nós.
([41]) Casa da Moeda, *Registo geral*, Liv. I, f. 63v.
([42]) Alvará de 15-XI-1582, em T. de Aragão, *t. I, doc. 81.*

A balança pimenta/prata é portanto francamente favorável à primeira — por tal razão é que descartámos a sedutora hipótese de um encaminhar do ouro africano, pela escala de Lisboa, para Antuérpia, que se destinasse a atrair ao Tejo as barras argênteas com que os Portugueses comprariam no Malabar aquela especiaria ([39]).

Os cofres das naus que se dirigem a Cochim ou a Goa contêm então de 2 000 a 4 500 marcos de prata em arries, cujo valor está compreendido entre 12 000 e 27 000 cruzados; quanto ao ouro, tanto em barras como amoedado, a oscilação vai de 12 000 a 29 000 cruzados. Há, porém, que contar ainda com as espécies argênteas, para as quais não dispomos de dados numéricos. Que as transferências, a favor da Casa da Índia, de tostões e vinténs cunhados na Casa da Moeda por conta de particulares se destinem a liquidar compras de pimenta e outras especiarias e drogas, tudo leva a crê-lo. Em 1517, de 25 700 marcos entrados, 20 060 foram transferidos; no ano seguinte as transferências somaram 18 100, num total de 24 300: razões respectivamente de 4/5 e 3/4, elevadíssimas — um valor anual de 108 000 a 120 000 cruzados. Estes números mostram por si a impossibilidade da hipótese segundo a qual todas as espécies brancas indicadas teriam tomado o caminho da Índia, porquanto o total dos envios de numerário e de barras nunca ultrapassou (no período que agora consideramos) 100 000, e raramente 80 000, mantendo-se em geral em 40 000 cruzados. Assim, a parte que cabe às espécies de prata não pode ter excedido, durante a primeira metade do século XVI, 75 000, deve ter sido com frequência quase nula ou apenas entrar com uns 15 000 a 25 000 cruzados. Em conclusão: a prata que seguiu pela rota do Cabo não deve ter, na maior parte das vezes, atingido metade das quantidades entradas na Casa da Moeda de Lisboa.

Os anos 1521-1523 marcam uma crise tanto nas entradas na Casa como nas emissões. Mas 1524-1525 representam já uma recuperação que parece querer ultrapassar o alto nível anterior. Todavia, assim não veio a acontecer. Todos os números dos anos posteriores até 1553 — mas apenas dispomos de 11 anos em 30 — são surpreendentemente rasteiros, todos abaixo de 5 000 marcos, salvo 1534 que excede 12 000. Ignoramos tudo, é certo, do resto do período. Só teriam chegado até nós os anos «magros»? Mas que houvesse um terço de anos «magros» é já significativo, talvez, de uma vazante das chegadas de prata alemã e de um afrouxar das emissões que alimentavam.

Se esta dupla rarefacção levou a sentir um certo aperto, este dever-se-ia manifestar lògicamente sob uma dupla forma: dificuldades do tráfico na carreira do Cabo, reforço nominal das espécies argênteas. Aquelas dificuldades não se manifestam. Quanto ao segundo aspecto, convém notar, antes de mais, que em 1517, logo, precisamente, no momento da maré enchente das chegadas do metal branco, o preço do marco foi levantado para 2 400 reais, não se alterando os custos e direitos cobrados pela Moeda. Tal modificação afigura-se assás surpreendente, à primeira vista. Na realidade, o cruzado de ouro também foi levantado de 392 para 400 reais por uma lei que consagrava uma situação de facto existente há três anos. Em 1513, valendo o marco de ouro 25 088 reais e o de prata 2 340, a razão entre os dois metais era de 10,72; com a alça do primeiro metal, que passa para 25 600, essa razão sobe para 10,9, o que tornava o segundo metal demasiado barato, obstáculo a um bom abastecimento do mercado português, tão necessário nesse tempo de desenvolvimento do comércio das especiarias. O reforço nominal da prata impunha-se portanto, uma vez legalizado o do ouro: a razão voltava assim a baixar, para 10 ⅔. De 1517 a 1538 o marco de prata valerá 2 400 reais, recebendo os particulares, amoedado, 2 340 ([43]).

([39]) Contràriamente à hipótese que sugeríramos em 1950, em *Le tournant de structure de l'empire portugais*, 2.ª Parte, cap. IV.

([43]) T. de Aragão, t. II, pp. 240-3. Deduzidos, pois, os rs de custos.

Em 1538-1539 deu-se a quebra do cruzado, descendo o toque de 23 ¾ quilates para 22 ⅛. Um marco de ouro, desta última lei, valia anteriormente, amoedado, 23 848 reais, ou seja, 9,9 vezes um marco de prata de lei de 11 dinheiros; como passa a valer 25 745 reais, o seu preço em prata, se esta não tivesse sido encarecida, elevar-se-ia a 10,72. Por isso levantou-se, em Novembro de 1539, o preço do marco de prata para 2 500 reais, continuando a Moeda a cobrar os mesmos 60 reais de feitio — as partes recebem pois 2 440. O teor não foi alterado. A cunhagem dos tostões foi suspensa, e criaram-se novas peças ([44]). De oravante a talha do vintém passa de 117 para 125 em marco, o peso da prata baixa de 1,96 gr. para 1,83; e nas mesmas proporções os meios vinténs e os cincos ([45]). Como novas espécies, temos o real dobrado (quatro vinténs) e o duplo vintém, que ao singelo roubou o nome de *real* — *real português* ([46]). Talhados a 62 ½ em marco, estes reais, que pesam, por conseguinte, 3,66 gr, aproximam-se dos *reales* espanhóis, um pouco mais leves — 3,5 gr — e que, por isso mesmo, valem um pouco menos no mercado português — 36 reais a peça espanhola, contra 40 a portuguesa ([47]). Tentativa para suplantar esses *reales* do reino vizinho, já afamados, de igual modo que em 1499, com os índios, se tentara suplantar os *marzelli* da Sereníssima? Como a anterior, esta outra tentativa também não atinge esse alvo, se era esse que visava.

A reforma da moeda de prata em 1539, parece ter sido, não uma desvalorização devida a uma constrição da oferta de metal, mas antes um ajustamento à reforma do ouro, que a «guerra monetária» impusera anteriormente. Se o enfraquecimento da finura do cruzado fizera baixar demasiado, legalmente, a prata — de 9,9 para 10,72 —, a quebra do vintém em peso levantou-a de novo para 10,29, mais próximo, portanto, da situação anterior a 1538. Recear-se-ia que a nova razão legal não estivesse suficientemente ajustada à realidade económica? Além das penas previstas nas *Ordenações*, a lei estipula, com efeito, uma multa de 50 cruzados a aplicar aos que não respeitarem o preço legal da prata. Seja como for, a Casa da Moeda sujeitou-se a manter o valor de 2 500 reais por marco até Maio de 1555, conforme se vê dos seus livros de registos e contabilidade.

Por outro lado, a creação do real português ou duplo vintém suscita a impressão de que a economia monetária lusitana começa a sentir-se obcecada pelo receio do *real* espanhol; embora pretendendo conservar o seu sistema próprio — e conservá-lo-á efectivamente —, esperava destronar o sistema vizinho e rival — sonho de que terá que desiludir-se.

Vimos já, ao seguirmos as caminhadas do fulvo metal, que as velas vindas das ilhas atlânticas transportam numerário; por vezes este é explìcitamente enumerado como composto de *reales* castelhanos. Assim, um dos viajantes a bordo do navio de que era mestre João Luís, de Aveiro, e que regressa em 1528 de São Miguel a Lisboa, traz consigo 39 000 reais em ouro e em prata ([48]). Dois anos atrás, o navio *Santo António* vinha dessa mesma ilha para Viana; mercadores e viajantes de Guimarães, Vila do Conde e dos Açores traziam nas suas bolsas 270 500 reais, provàvelmente em espécies dos dois metais ([49]). Mas por Portugal *reales* espanhóis chegavam às Canárias: são 2 000 reais em prata castelhana que leva um comerciante, castelhano ele próprio, que parte em 1525 de Vila do Conde a bordo do navio *O Bretão* com destino a Tenerife ([50]).

Mas ainda não raiou o momento da «invasão» de Portugal pelos *reales* espanhóis e, por esta enchente, da submersão dos vinténs e reais portugueses; já não está porém muito distante. Desde 1530, as velas que vêm das Índias Ocidentais

---

([44]) Simancas, Estado 371 (De Luís Sarmiento, Lisboa, Janeiro 1539).
([45]) Segundo os Livros da Casa da Moeda, Cf. T. de Aragão, t. II, pp. 240-3; Lopes Fernandes, pp. 131-3.
([46]) Rui Mendes, *Practica de Arismetica*, f. 59.
([47]) T. de Aragão, t. I, doc. 49 (Ordenação de 20-XI-1539).
([48]) *Livro dos roubos... Guimarães*, p. 6.
([49]) Idem, pp. 5, 6-7, 20, 38-9, 39-40, 40-1, 47, 61-2.
([50]) Idem, pp. 33-4.

e que até aí apenas traziam ouro, começam a descarregar barras de prata, cujo quinhão irá crescendo até igualar o total. Por outro lado, após o apogeu da produção mineira no Centro e Leste da Europa, atingido de 1510 a 1535, a curva desce a partir de 1540. Os anos que precedem o meio do século inscrevem-se portanto, ao que parece, em Portugal, sob o signo da escassez de metal argênteo. E todavia...

§ 2 — *A maré enchente dos* reales

Por toda a parte na Europa, com efeito, excepto em Freiberg, Rammelsberg e Kuttenberg, o máximo é alcançado em 1535; o declínio anuncia-se desde 1540, mantém-se vagaroso durante os primeiros vinte anos, acelera-se a partir de 1560. Annaberg e Marienberg deixam de contar desde 1570-1580. Em Mansfeld, a produção já caiu a quase metade em 1560-1570, enquanto não se reduz a um quinto, no século XVII. Joachimstal passa de 54 000 marcos, no seu zénite, a 17 000 em 1555-1564, depois a metade deste montante nos dez anos seguintes, e quase se aniquila, com 3 000 marcos, de 1601 a 1620. O caudal de Schwaz (Tirol) contrai-se, de 36 000 marcos no período de prosperidade, para 24 000 de 1545 a 1569, e nem sequer alcança os 11 000 no ocaso do século. Leber-Tal vê a sua extracção contrair-se de ⅔ no decurso da segunda metade de Quinhentos. A Suécia, neste período, apenas produz 1/4 do que produzia no período anterior. Em 1600-1620 a produção europeia é inferior ao terço, e provàvelmente não ultrapassa o quarto do que atingira em 1526-1535 (51). Em suma: já não é para Antuérpia, nem, mais tarde, para Amsterdam, que Portugal pode voltar-se a fim de garantir as suas emissões de numerário de prata.

É a partir de meados do século XVI que o comércio português consegue atrair uma parte da prata mexicana e peruana, tanto sob a forma de espécies como sob a de barras. Quando acompanhamos as contas da Casa da Rainha — é certo que é espanhola, mas o casamento remonta a 1525 —, vemos aparecerem com crescente frequência os *reales* e a sua cotação cambial desde cerca de 1550, nos pagamentos efectuados exclusivamente no mercado português interno, tais como fretes de recovagem ou de transporte por carroça para Almeirim, Coruche, Santarém, Lisboa... (52). O *real* espanhol vale então 36 — 36 ⅓ reais portugueses, por vezes 37, como é o caso em 1554 em Évora — e isto constitui novo testemunho da sua irradiação no mercado lusitano (53). Em 1555 o real de prata português alinha pràticamente pela peça homónima do reino vizinho. Prova retumbante de que os *reales* se tornaram as principais espécies argênteas em Portugal. É a pressão política espanhola, tornada possível pela regência de D. Catarina, que obrigará a voltar atrás, três anos mais tarde. A lei de 27 de Junho de 1558 constata que ao preço de 36 reais e 2 ceitis os *reales* circulam por todos os Reinos e senhorios da coroa portuguesa, todos os aceitando a esta cotação cambial e ninguém pedindo outra mais alta (54).

Por alturas de 1582, nas ilhas da Madeira e Porto Santo são os *reales* — meios, singelos e peças *de a quatro* — que constituem o numerário em circulação. Mas o câmbio é aqui mais alto, porque, como este arquipélago não se encontra na rota de torna-viagem dos galeões e frotas, recebe as espécies espanholas da metrópole ou de Sevilha. Por isso a ordenação régia fixa em 2 vinténs a taxa de câmbio (55).

---

(51) Conforme mostrou Nef no seu estudo *Silver production*. Não se conclua todavia a decadência geral da economia alemã depois de 1550: os trabalhos de Friedrich Lütge e W. Abel mostraram uma tendência dominante favorável, mesmo na agricultura e demografia, até 1620 («Annales — E. S. C.», 1964, n.º 6, pp. 1211-3).

(52) Exemplos: T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 92, doc. 89 (Julho 1550); m. 90, doc. 123 (Fev.-Julho 1551); m. 92, doc. 102 (Fev. 1552); m. 92, doc. 59 (1554).

(53) G. Pereira, *Docs. históricos Évora*, p. 180.

(54) *Hist. genealógica*, t. IV, pp. 319-21; T. de Aragão, t. I, doc. 54.

(55) *Hist. genealógica*, t. IV, p. 338.

Submerso pela préamar das brancas espécies espanholas, Portugal acabou por vir a sofrer a invasão de peças aviltadas. No começo do séc. XVII entravam no reino enormes quantidades de *reales* singelos, cerceados e de peso fortemente diminuído. Uma lei de 26 de Janeiro de 1612 tornou obrigatória a sua entrega imediata à Moeda para refundição e proibiu a circulação das peças fracas ([56]). O Livro das receitas e despesas do Hospital de Todos os Santos deste ano regista as perdas suportadas em consequência destas medidas: 2 790 reis, em Março, nas peças em caixa no momento da promulgação da lei, 1 360 reis no mês seguinte «de quebra dos reales do dinheiro que veio do Algarve», e ainda, em Outubro, 2 120 reis de perda em 190 *reales* ([57]) — isto é, 27,8 %. Os soldados que deviam embarcar para a Índia e faltaram à chamada tiveram, como era norma, de pagar uma multa — ou antes, os seus fiadores perderam a caução a que se tinham comprometido; mas da prata que o meirinho assim recebeu, o tesoureiro da Casa da Índia recusou-se a aceitar a última remessa, de 14 000 reis, porque era em *reales* singelos ([58]).

Os livros do tesoureiro da Casa da Moeda nunca indicam a proveniência do metal branco. Uma única excepção: «Prata del Rei nosso senhor que veio de Castela que mandou o feitor Joam Mendes Botelho e trouxe Francisco Botelho seu irmão e nesta Casa entregou Joam Gomez tesoureiro da Casa da Índia a Graviel d'Almeida tesoureiro desta Casa pelos pães seguintes a 13 de Fevereiro de 1552». Como o metal vinha mal fundido, com a sujidade da fundição, houve que fundi-lo e refiná-lo de novo para o levar ao teor de 11 dinheiros, que é a lei de que se lavra na Casa; no final ficaram 7 795 marcos e 1 onça ([59]). Em 1555, uma rubrica — Prata del Rei entregue na Casa da Moeda pelo tesoureiro da Casa da Índia Bastiam de Morais — totaliza 7 530 marcos, 1 onça e 1 oitava. Trata-se de metal vindo de Espanha, sem dúvida alguma, visto estar em *pastas* e em *pães*, e o seu valor aparecer expresso em maravedis ([60]). Tudo leva a crer, dada a forma como está registada, que a prata de partes inscrita no mesmo livro n.º 848 provinha igualmente do reino vizinho; no que respeita a este mesmo ano, por exemplo, são 2 857 marcos de prata ligada com cobre nas proporções legais, mais 236 a 11 dinheiros ([61]). Quando, em 1582, Filipe II ordena que se remetam para Lisboa 8 500 marcos de prata, é seguro que os vão buscar a Sevilha.

Mas além das encomendas régias ou privadas de metal branco em pastas ou em pães, o comércio português não se coibia de desenvolver as suas exportações para o reino vizinho a fim de atrair os *reales* às cidades lusitanas. O Algarve, paredes meias com a Andaluzia, a ponto de formar com ela e com a costa marroquina fronteira um complexo económico, desempenhou um papel essencial neste *processus*. A tão precisa *Corografia do Algarve* de frei João de São José mostra-o perfeitamente, em 1577. Os pescadores de Tavira, Monte Gordo, Castro Marim e outros portos algarvios vão vender o pescado — e pescam enormes quantidades — a Castela, em detrimento até do abastecimento dessa província portuguesa, porque os preços castelhanos são mais elevados e os Portugueses preferem de longe os *reales* aos patacões. O sal, as carnes e a caça de Castro Marim, por exemplo, tomam o mesmo caminho e pelas mesmas razões ([62]). Não vimos, há um instante, o Hospital de Todos os Santos, de Lisboa, mandar vir, em 1612, *reales* do Algarve? A situação invertera-se, em relação ao fim do século XV, quando os Algarvios iam buscar o sal às plagas andaluzas, levando a prata para a troca. Devido às chegadas de metal argênteo a Espanha, os preços sobem aí mais depressa do que nas outras regiões e países e o seu nível é mais alto do que em Portugal; esta diferença vai funcionar como bomba a aspirar géneros e produtos portugueses, nomeadamente no Algarve, por causa da proximidade da Andaluzia, principal foco da alta;

([56]) Idem, p. 342.
([57]) Hospital de Todos-os-Santos, Livro de receita e despesa do ano, no mês indicado.
([58]) AHU, Índia, caixa 2, 15-X-1612.
([59]) Casa da Moeda, n.º 848, ff. 173v-175v.
([60]) Idem, ibidem, ff. 97-103v.
([61]) Idem, ibidem, ff. 104-113.
([62]) Frei João de São José, *Corografia do Algarve* (1577), ff. 44v, 48v e 51.

e se as cidades do Sul de Portugal chegam a sofrer por vezes da escassez de peixe e carne, a sua circulação de espécies brancas, ao invés, é abundante ([63]).

Já em 1552, várias naus e caravelas portuguesas vão a La Coruña e a outros ancoradouros da Galiza carregar madeira para construção, e rumam em seguida para a Andaluzia, onde a descarregam. Outras frequentam Sevilha e portos meridionais da Espanha, onde carregam vinhos e frutas que transportam até à Irlanda. Os inventários da marinha mercante que então se levantaram revelam que quatro navios portugueses estão ao serviço directo do imperador no Mediterrâneo e no Estreito de Gibraltar ([64]). Superioridade naval e do comércio marítimo português, cujos tentáculos se estendem? Sem dúvida. Mas também necessidade urgente, para Portugal, de obter o numerário argênteo que Antuérpia já não fornece e que Sevilha recebe em quantidades crescentes. Os fretes entre portos espanhóis, isto é, entre zonas espanholas econòmicamente diferentes — tais como a Galiza e a Andaluzia — e entre a Espanha e os mercados setentrionais, estes fretes que hoje incluímos com justa razão nas «exportações invisíveis» desempenham desde o meado de Quinhentos, para Portugal, esse papel de fornecedores de devisas — os *reales*, as brancas espécies castelhanas.

As próprias autoridades reconheciam sem rebuços que era por Castela que Portugal se aprovisionava de prata. Assim, quando os governadores pretendiam justificar a concessão a particulares de licenças de importar e mandar cunhar metal argênteo, jamais omitiam sublinhar que os *reales* que entravam no Reino dele saíam imediatamente a caminho das Índias Orientais ou da Europa setentrional ([65]). Muito antes disso, o embaixador Luís Sarmiento informava que o grosso da massa monetária em circulação em Portugal provinha de Castela, e inquietava-se com a reforma operada nesse ano, que representava o risco de esvaziar por completo o reino castelhano do seu numerário ([66]). Já no ano precedente destacara com força «Que mucha parte de la moneda que se saca sin licencia destes reynos [Castilla] es por aquel» ([67]). Em 1556 o embaixador voltava à carga, acusando nomeadamente Lucas Giraldo, agente dos Affaitati que tinha arrendada a cobrança de várias rendas públicas em Espanha, e o feitor do rei de Portugal nas feiras castelhanas ([68]). Dois anos depois os Espanhóis constatavam amargamente que se tornara tão trivial tirar ouro e prata de Espanha que dir-se-iam mercadorias de *saca* (de exportação autorizada). O ouro, levavam-no descaradamente os homens às costas; a prata ia escondida no meio das mercadorias ([69]). Além deste contrabando desavergonhado, efectuavam-se também transferências legalmente, a pedido do monarca português a que o imperador não podia sempre opor uma recusa. Deste modo, em 1539, Madrid autorizou a saída para Portugal, depois das feiras, de 20 000 ducados em espécies (D. João III pedira licença para 100 000) ([70]). Citámos já outros exemplos relativos às moedas de ouro. Eis um que diz respeito à prata: em 1551 o governo espanhol acedeu ao pedido de «saca de plata y trigo» que lhe dirigira o soberano português, e este mandou imediatamente o seu feitor e mercadores com missão de efectuarem a transferência ([71]). Realizada a união dinástica, é evidente que o rei das duas coroas (e outras mais) não podia furtar-se a garantir o bom aprovisionamento em metais preciosos de

([63]) Frei João de São José, *Corografia do Algarve*, ff. 133v-134.
([64]) «Arch. Hist. Port.», vol. II, pp. 243-53.
([65]) T. de Aragão, t. I, docs. 85, 86 e 87 (1588, 1595 e 1606 respectivamente).
([66]) Simancas, Estado 377 (Lisboa, 5-VII-1555) e 378 (Lisboa, 3-XI-1555).
([67]) Idem, ibidem (6-IV-1554, resumo).
([68]) Idem, 378 (Lisboa, 28-I-1556).
([69]) Idem, 380 (De Don Juan, Lisboa, 27-VIII-1558).
([70]) Idem, 371 (Madrid, 16-VII-1539, dirigida a Luís Sarmiento).
([71]) Idem, 375 (De Lope Hurtado, Almeirim, 2-XII-1551).

todos os seus reinos e senhorios. Voltaremos a este ponto. Aleguemos, por agora, apenas dois exemplos. Em 1615, ao abrigo de uma cédula real, a Casa da Índia de Lisboa recebe de Sevilha 200 000 cruzados em *reales de a ocho* e de *a quatro*; para o ano seguinte é concedida outra licença [72]. Em 1623 a coroa portuguesa tem em Sevilha prata vinda por sua conta das Índias Ocidentais; o Conselho de Portugal vê-se todavia forçado a empreender várias diligências no sentido de ser levantado o embargo que as autoridades espanholas puseram à sua saída [73].

Não é, no entanto, ùnicamente depois de desembarcada em Sevilha que a prata mexicana e peruana foge para Portugal. Com muita frequência é desviada antes mesmo de alcançar o porto de destino: quer na escala obrigatória dos Açores, quer porque as «tempestades» ou os corsários obrigam os galeões a «refugiar-se» em portos de Portugal metropolitano. A este contrabando, perfeitamente organizado desde os alvores do segundo quartel de Quinhentos, bem como às transferências legais exigidas pelo tráfico negreiro, concedemos o mérito não só de compensarem o fraquejar da Mina como até de avolumarem as emissões de áureas espécies. Os atractivos do livre mercado português, onde não há direitos a pagar nem contas a prestar por ter «esquecido» o registo obrigatório dos metais preciosos a bordo, não murcharam de modo algum quando a prata tomou o lugar do ouro na carga dos galeões e frotas — e nas bagagens dos seus passageiros e tripulações.

Em Março de 1528 veio ancorar num porto lusitano a nau cujo mestre era Baltazar Chaves, *vecino* de Sevilha (mas o nome soa a português); trazia manifestados 20 000 castelhanos de ouro e já 300 marcos de prata [74]. Estamos portanto no surdir ainda quase imperceptível do afluxo de metal branco de além-Atlântico — e já, com toda a probabilidade, envereda pelo caminho da Casa da Moeda lisboeta. Dez anos volvidos, é costume enraizado. Quando o mestre de uma nau imperial vinda da Nova Espanha escreve de Portimão a Luís Sarmiento para lhe comunicar que teve de se abrigar aí e para o convencer a solicitar a licença de transporte por terra do ouro e da prata pertencentes ao imperador e a particulares, o embaixador não se deixa iludir: «ellos an gana siempre de tener alguna achaque de dezir que vienen con tormenta para venir primero a esto rreyno que vayan a Sevilla porque aunque traen rregistrado siempre traen mucho fuera de los rregistros y aqui en este rreyno lo dexan y esconden como ciertamente an hecho muchos de los que por aqui an venido del Peru y otras Indias de Vuestra Magestad» [75]. Já o ouvimos lastimar-se que, em vez da isenção de direitos, era a sua duplicação que Madrid devia ter pedido ao Estado português... Mas apontemos outros exemplos. Em Outubro de 1544, cinco dos 16 navios da frota imperial deram à costa perto da Raposeira, no Algarve: [76] número que deixa a suspeita de não estar em causa apenas o mau tempo. Em 1547 o corregedor dos Açores recebe uma carta do príncipe Filipe com ordens para a frota das Antilhas: devido aos corsários de Dieppe, só deverá fazer-se ao largo quando protegida por poderosa escolta; se não dispuser de tal protecção, devem descarregar-se todos os metais preciosos e ser aí armazenados em lugar seguro... [77]. Assim, era Madrid mesmo a tornar obrigatória a escala açoreana e a favorecer o desembarque do ouro e da prata na Terceira. Foi no Tejo que vieram ancorar, em 9 de Novembro de 1549, vários navios vindos da Tierra Firme e de Honduras, trazendo mais

---

([72]) Simancas, Secretarias Provinciales, n.º 1473, ff. 8-12.
([73]) British Museum, Egerton 1131, f. 226.
([74]) Simancas, Estado 368, f. 183.
([75]) Idem 371 (Lisboa, 16-II-1539).
([76]) Idem 373, f. 188 (Évora, 10-XI-1544).
([77]) T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 79, doc. 35 e m. 92, doc. 120 («Arch dos Açores», t. I, pp. 128-9) — cartas de Pero Anes do Canto, Terceira, 27-V-1547 e 6-V-1548.

de 600 000 pesos; pediram-se instruções à Casa de Contratación: os metais preciosos deveriam seguir por terra ou continuar a viagem por mar? ([78]) É muitíssimo provável, fosse qual fosse a via adoptada, que uma parte da preciosa carga tivesse sido descarregada — e se tivesse transviado. Em Janeiro de 1552 uma nau da Nova Espanha que trazia mais de 200 000 ducados veio igualmente lançar âncora em Lisboa ([79]). Depois, em Novembro, a nau biscainha *Santa Catalina*, que metia água, arribou também aí, e todo o ouro e prata — no valor de 170 000 ou 180 000 ducados — foi descarregado em terra; a nau do almirante Don Gonzalo de Carvajal afundou-se em frente do Casal da Marinha (distrito de Coimbra), e no mês seguinte uma terceira deu à costa em Buarcos. Uma parte dos metais preciosos salvos extraviou-se logo — em terra... E o embaixador comenta: «Todos los que vienen de Indias, con achaque de fortuna e como pueden procuran de aportar a Portugal por el provecho que se les sigue y por salvar lo que traen por registrar.» ([80]). No ano seguinte o navio capitaina, que trazia uns 600 000 ducados, desembarcou todo o ouro e toda a prata na Terceira, donde um navio português transportou para Lisboa vários espanhóis que preferiam vender os seus metais preciosos em Portugal; a descarga nos Açores fizera-se com medo de corsários franceses — mas Luís Sarmiento sabia que esse medo não passava demasiadas vezes de manto a encobrir o contrabando, e insistia: «y asi lo hazen otras vezes porque fuera de lo que trayen en el registro train mucho escondido y vienen siempre aqui [Lisboa] con ello a venderlo aqui» ([81]). Em 1554 as naus das Índias Ocidentais fizeram igualmente escala prolongada nos Açores — com receio dos Franceses... ([82]) No ano imediato a frota apanhou um violento temporal que tragou uma nau de que nada se pôde salvar e fez dar à costa outra, nos Açores, com menos azar porque os preciosos cofres puderam ser postos em terra; uma terceira nau afundou-se mas houve tempo para transbordar a carga para outra que chegou a Setúbal com 400 000 ou 500 000 ducados; outras naus arribaram a Lisboa ou a Setúbal; finalmente, uma deu à costa na Caparica, mas foi possível salvar tudo, excepto as pérolas e um cofre de ouro ([83]). Na mesma ocasião veio refugiar-se entre Sesimbra e Setúbal uma nau que desaferrara do «puerto de La Plata» com coiros e açúcares, ouro e prata; Luís Sarmiento achou que valia a pena explicar uma vez mais que os Espanhóis preferem demandar primeiro portos portugueses a fim de «vender aqui su oro y plata y dexarlo aqui por no llevarlo a Sevilla que verdaderamente aunque aya registro dessas cossas mucho mas es lo que traen fuera del escondido y todolo demas viene que lo venden en la Ysla de los Açores o aqui que ay muchos mercadores aquy y en las Yslas de los Açores que los van a sperar para se lo comprar» ([84]). No começo de 1556 as naus que vinham das Índias de Castela continuaram a afluir aos portos portugueses: uma entra no Tejo e os cofres são desembarcados para prosseguirem por via terrestre, três deram à costa em Setúbal, uma outra no cabo de São Vicente; de um navio da escolta deitaram-se à praia todos os cofres com ouro, prata e pérolas — que imediatamente se escapuliram ([85]). Em 1557 a frota e os navios das Índias Ocidentais fizeram escala, como de costume, na Terceira; depois, cinco deles rumaram

---

([78]) Simancas, Estado 374 (De Lope Hurtado, Lisboa 29-XI-1549).
([79]) Idem, 375 (De Lope Hurtado, Almeirim, 21-I-1552).
([80]) Idem (De Luís Sarmiento, Lisboa, 20-XI e 20-XII-1552); e 377, ff. 195-8 (De Pedro Rodrigues Quintero ao embaixador, 13-XII-1552).
([81]) Idem, 376 (Lisboa, 13 e 14-XI-1553).
([82]) Idem, 377 (Lisboa, 13-VIII-1554).
([83]) Idem (Lisboa, 22, 23 e 28-I e 15-II-1555).
([84]) Idem (Lisboa, 22-I-1555).
([85]) Idem, 378 (Lisboa, 8-II e 24-III-1556).

sem rebuços em direitura a Lisboa, mas dois caíram nas mãos dos Franceses; os três restantes puderam ancorar no Tejo, e os passageiros aproveitaram para tentar desembarcar os seus haveres [86]. A bordo de uma caravela portuguesa chegada a Lisboa em proveniência dos Açores em princípio de Julho de 1558 vieram dois *vecinos* de Sevilha, Diogo Perez e Alonso Rodrigues, que traziam uns 7 000 ducados em ouro e uns 6 000 em pérolas. O embaixador mandou-os prender e fê-los encaminhar para Sevilha, tendo conseguido ainda lançar o embargo sobre os seus bens. Mas outros peruleiros, com os sacos bem recheados de metais preciosos, tinham, nos Açores, embarcado numa nau que vinha das Índias Portuguesas [87]. A Casa de Contratación teve de mandar um procurador com poderes bastantes, Pero Pardo, a Lisboa, a fim de recolher tudo quanto se pudesse encontrar de pertencente a Espanhóis, entre o que conseguira salvar-se de uma nau tomada em Março por Franceses [88]. A frota das Índias de Castela deste mesmo ano — 20 velas — fez escala nas ilhas de São Jorge e Terceira, no decurso do segundo semestre [89]. A Lisboa chegaram em 25 de Novembro 100 000 ducados em ouro e em prata, pertencentes a particulares de Sevilha, mas não registados; foi, como seria de esperar, à Casa da Moeda lisboeta que os confiaram para serem cunhados [90]. Em 11 de Setembro de 1566 são nada menos de 15 naus provenientes das Índias de Castela «muito bem carregadas», sob o comando de Don Cristoval de Crasto, que vêm ancorar diante da capital lusitana [91]. Quatro anos mais tarde Filipe II lastimar-se-á que os seus súbditos tenham entrado de novo em portos portugueses e aí tenham descarregado fraudulentamente [92].

Deste modo o mecanismo desta circulação clandestina dos metais preciosos e a sua importância decisiva ressaltam finalmente à plena luz. Os navios que vêm das Índias de Castela são forçados, pelas condições físicas da navegação, a escalar nos Açores, e fazem-no com regularidade; aqui há sempre, ou pelo menos com bastante frequência, notícias de corsários que levam a descarregar os cofres, como medida de precaução; uma parte dos passageiros desembarca igualmente, para seguir viagem nas lestas caravelas ou nas poderosas naus das Índias Orientais e vir a Lisboa, onde vendem o ouro e a prata mais caro do que em Castela; por isso a parte dos metais não manifestados excede em muito a dos inscritos nos registos [93]. Quando não há corsários, providencialmente enfurecem-se os elementos e os navios castelhanos vêem-se obrigados a arribar a portos portugueses ou a deitar os ricos cofres nas praias portuguesas. Para não irem a Sevilha, a tripulação, que compreende frequentemente Portugueses, não hesita em abrir uma fenda por onde o navio meta água — mesmo que a carga conste só de açúcar, como aconteceu em Setembro de 1565 com um navio cujo mestre era Hernando de Avila, no entanto *vecino* da cidade andaluza [94]. Outras vezes eram frotas inteiras que vinham fundear no Tejo, e ignoramos até o pretexto. O que era descarregado ou salvo — e se extraviava — nos Açores e em Portugal não vinha evidentemente manifestado no registo, e constituía todavia o mais considerável da carga; mas ninguém se coibia sequer de alijar aí inclusivè metais e mercadorias

---

(86) Idem, 379 (De Don Sancho de Córdoba, Lisboa, 25-VIII e 2-IX-1557).
(87) Simancas, Estado, 380 (De Don Juan, Lisboa, 16-VII-1558).
(88) Idem (Idem, 30-III-1558).
(89) Idem (Idem, 13-XI-1558).
(90) Idem (Idem, 27-XI-1558).
(91) Idem, 384 (Lisboa, 12-IX-1566).
(92) Idem, 388 (De Filipe II a Don Juan de Borja, Madrid, 20-XII-1570).
(93) Idem, 378 (De Luís Sarmiento, Lisboa, 28-VIII-1556).
(94) Idem, 381 (De Alonso de Tovar, Lisboa, 29-VIII-1563).

manifestadas [95]. A vigilância do embaixador e as diligências da Casa de Contratación não podiam levar a resultados apreciáveis. É que não chegavam sequer a saber os nomes dos defraudadores — os da carreira das Índias de Castela estavam tão treinados no contrabando e os Portugueses serviam-se de todas as artimanhas para os esconderem. O próprio monarca e o governo se esquivavam a reprimir: a Casa da Moeda de Lisboa goza de tal liberdade — respondeu D. Catarina ao embaixador — que não seria possível lançar o embargo sobre a prata mesmo que tivesse sido o rei de Portugal a vítima do furto [96]. Madrid alegava as capitulações entre os dois reinos sobre a entrega recíproca de fugitivos, mas Filipe II reconhecia que os Portugueses «no querran venir en esto, por estarles bien a ellos el excesso de mis subditos». Negociações em regra foram todavia conduzidas nesse sentido [97]. Mas nem por isso cessaram as fraudes. Ainda em 1620 o Consejo de Indias encarrega o procurador da Fazenda da Coroa nos Açores de inquirir dos navios que vierem com carga fora do registo e de punir os culpados; requere-se à Justiça portuguesa que auxilie as diligências; apesar do parecer desfavorável do procurador da Coroa em Lisboa, o Conselho da Índia não pode deixar de aprovar a resolução [98]: mas aquela negativa é mais significativa do que esta homologação.

Era tanto mais difícil restringir o contrabando quanto numerosos Portugueses participavam desta carreira comercial entre a Península e as Índias Ocidentais. Já os encontrámos entre as tripulações dos navios castelhanos. Uma parte da carga pertencia a mercadores ou passageiros portugueses. Assim, em 1558, dos 100 000 ducados de ouro e prata que vinham a bordo de uma nau tomada por Franceses, o maior quinhão pertencia a Portugueses [99]. Em 1563 Alonso de Tovar informava Madrid que a Portugal «acuden a descargar algunas naos que vienen de las Indias de V. Mag.d y traen ropa de Portugueses y Castellanos y alguna sin registros y otras con ellos» [100]. No entanto os Portugueses não se limitavam a embarcar sob bandeira castelhana; não receavam fazer a viagem nos seus próprios navios, partindo de portos portugueses, fora de todas as regras de monopólio estabelecidas pela Espanha. Em 1558 o embaixador protestou junto da rainha regente contra os Algarvios que mantinham um tráfego com as Índias de Castela, em infracção das leis e acordos entre os dois reinos; a rainha, é claro, prometeu dar remédio [101]. Promessa vã. Cinco anos depois Alonso de Tovar constatava ainda que navios de Lisboa e do Algarve frequentam com regularidade a América espanhola e voltam sem registar a carga [102]. Navios portugueses estão ao serviço do comércio sevilhano e desaferram do porto andaluz, mas na torna-viagem das Antilhas passam primeiro por Lisboa: assim uma caravela portuguesa em 1537, que partira da ilha de São Domingos em 17 de Setembro e que trouxe cartas — só?! — para mercadores lisboetas [103].

O quadro peninsular revela-se, portanto, insuficiente para dar conta da transfusão de prata em benefício da economia portuguesa. O império do açúcar confinava, em extensas zonas, com o império da prata, as fronteiras eram imprecisas,

---

(95) Idem, 380 (De Don Juan, Lisboa, 27-XI-1558), 381 (De Alonso de Tovar, Lisboa, 29-IX-1563) e 388 (Aranjuez, 10-V-1571), segundo as informações do embaixador em Lisboa).

(96) Idem, 380, f. 37 (De Don Juan, Lisboa, 27-XI-1558).

(97) Idem, 388 (De Filipe II a Don Juan de Borja, Madrid, 20-XII-1570 e Aranjuez, 10-V-1571; de Don Juan de Borja, Xabregas, 13-II-1571).

(98) Simancas, Secretarias Provinciales n.º 1473, ff. 61-2.

(99) Simancas, Estado 380 (De Don Juan, Lisboa, 30-III-1558).

(100) Idem, 381 (Lisboa, 29-IX-1563).

(101) Idem, 380 (De Don Juan, Lisboa, 16-VII-1558).

(102) Simancas, Estado, 381 (Lisboa, 29-IX-1563).

(103) Idem, 371 (De Luís Sarmiento, Lisboa, 22-IX-1537).

ainda não demarcadas, a interpenetração, inevitável; e os mercadores portugueses, que já se espalhavam por toda a imensa Ásia, pelas suas rotas mais sertanejas, que percorriam de lés a lés as costas de África embrenhando-se tanta vez ao longo dos rios, que frequentavam Antuérpia, a Inglaterra e o Mediterrâneo, como é que não teriam transposto amiudadas vezes essa «cortina de ferro» ao abrigo da qual a Espanha pretendia transformar em coutadas as suas colónias? Na verdade, dispunham para isso de trunfos decisivos: como estavam sob a sua alçada todos os litorais africanos, eram eles que controlavam o mercado do trabalho — da insubstituível mão-de-obra negra.

Já ao abrir o reinado de D. João III começara a exportação de escravos da Guiné para as Índias Ocidentais, dando lugar a entradas de ouro. Por volta de 1534 o cronista e poeta Garcia de Rèsende exaltava, na sua crónica rimada de actualidades, os lucros fabulosos no fornecimento de Negros:

«he cousa que sempre val,
e tresdobra ho cabedal
em Castella e nas Antilhas.» (*Miscellanea*, n.º 59).

Este tráfico de escravos da Guiné e do Benim rendia portanto 200 % líquidos. Mesmo os navios espanhóis deviam vir a Lisboa pagar os direitos em metais preciosos: assim fez em 1557 Francisco de Rojas que transportara Negros de São Tomé para São Domingos ([104]). Para pagarem direitos de saída menores os mestres dos navios declaravam como destino o Brasil, mas no decorrer da viagem os temporais e outras imposições do condicionalismo físico arrastavam-nos até às Antilhas, onde as autoridades espanholas não deixavam, evidentemente, de «confiscar» a carga... Tal foi o caso, por exemplo, de Pero Roiz, em 1564: carregara negros na Guiné, descarregara-os em São Domingos e regressara a Sevilha; contra ele passou o rei de Portugal ordem de captura e de sequestro dos bens ([105]).

A união das duas coroas, desejada pelas classes dirigentes portuguesas, teve como efeito permitir a um consórcio de negociantes de Lisboa arrancar a concorrentes genoveses o estanco do fornecimento de escravos às Índias de Castela, sem dúvida um dos maiores negócios do mundo, então. Até à Restauração, o comércio português terá, bem seguro nas suas rédeas, o tráfico negreiro ([106]). Duarte Nunes de Leão explicava claramente, em 1599, porque é que tão grande número de escravos se encaminhava para o Novo Mundo espanhol: é necessária mão-de-obra para os rudes labores das minas de metais preciosos e dos engenhos de açúcar (*Descrição de Portugal*, cap. 36). Um dos objectivos visados por este lucrativo tráfico — a maioria dos Negros embarcados destina-se às Índias de Castela — é claramente indicado por Abreu e Brito em 1591, quando expõe as vantagens que resultarão das facilidades de exploração das minas de prata de Angola (abundância de rios importantes, proximidade e barateza de mão-de-obra numerosíssima): «se poderão escusar as passagens dos portugueses às Índias de Castella» ([107]) — o mesmo é dizer que os Portugueses passavam à América epanhola na mira de obterem o metal branco. A prata vinda de lá por conta da coroa de Portugal em 1623 e que fora, por razões que ignoramos, embargada pela Casa de Contratación de Sevilha ([108]), constituía provàvelmente a parte dos direitos sobre os escravos que lhe cabia. Pouco depois, o negociante e economista Duarte Gomes Solis sublinha o contraste entre o comércio espanhol, que obtém o ouro e a prata do Novo Mundo a troco de ricas sedas de Granada e de lencerias de França, e o comércio português,

---

([104]) Idem, 379 (De Don Sancho de Córdoba, Lisboa, 2-IX-1557).
([105]) T. T., C. C., 1.ª Parte, m. 107, doc. 42.
([106]) R. Lopez, *Il predominio economico dei genovesi*, p. 8.
([107]) *Sumario... do Reino de Angola*, pp. 14-5.
([108]) British Museum, Egerton 1131, f. 226.

que os obtém graças aos escravos que exporta para lá do Atlântico (*Alegación*, 1628, f. 24).

Muito cedo os Portugueses tinham começado a explorar a América do Sul em busca de minas de prata.

Voltemos aos primeiros decénios do século. A rota do Cabo veio aumentar sensìvelmente a procura de metal branco, que Lisboa recebia por Antuérpia em proveniência da Europa central e de leste. O ouro é então barato em Portugal, enquanto o segundo metal é caro. Dupla razão para almejar libertar-se dos fornecedores germânicos, buscando referenciar jazidas além-Atlântico a explorar directamente ou cujo metal será obtido por escambo com os indígenas. Em 1513-1514 duas caravelas lusitanas, uma das quais pilotada provàvelmente por João de Lisboa, descobria e reconhecia o rio da Prata, e dava-lhe o seu nome de baptismo — devido a um machado desse metal oferecido pelos Índios; este nome simboliza bem todas as esperanças que se acalentavam àcerca dessas regiões. A expedição foi financiada por D. Nuno Manuel, personagem grada da corte, e pelo rico negociante castelhano estante em Lisboa, Cristóbal de Haro ([109]), ambos ligados aos tratos da rota do Cabo; e com toda a probabilidade, ainda por Jorge Lopes Bixorda ([110]), que os registos da Casa da Moeda nomeiam com frequência a propósito de entradas de prata, o qual negociava em todas as espécies de negócios ultramarinos. As miragens entre-abertas por esta viagem de descobrimento levaram imediatamente Castela a lançar a expedição de João Dias Solis às mesmas paragens, a qual levantou âncora em 8 de Outubro de 1515. A coroa castelhana pendia tanto mais a um rápido contra-ataque quanto essas terras se encontravam na sua zona de demarcação e quanto nas suas próprias Índias nenhuma mina de prata fora até então descoberta. Cristóbal de Haro teria sido também um dos fomentadores do empreendimento de Solis? ([111]) Não é impossível, visto começarem por essas alturas as suas complicações em Portugal que o levarão a regressar a Castela e a organizar a expedição de Magalhães às Molucas — uma vez mais, interdependência da prata e das especiarias. Mas Solis não atingiu o fim que se pretendia, e coube o turno a Portugal de ripostar, organizando a capitania do mar e algumas das capitanias de terra no Brasil em 1516 ([112]). A esmo, náufragos, exilados, deportados ou fugitivos voluntários tinham-se estabelecido nas aldeias índias e multiplicavam a prole: são eles que abrirão a era das penetrações continentais. Cerca de 1522, um dos que foram com Solis, o português Aleixo Garcia, partiu da ilha Santa Catarina com quatro ou cinco companheiros e cerca de 2 000 Guarani, e pelo Iguaçu, Paraná, Paraguay e depois da travessia do Chaco alcançou o Potosi, penetrando portanto no império incásico, donde retirou para o terceiro dos rios enumerados. Esta prodigiosa caminhada, que abria a via dos altos planaltos mineiros, teve uma repercussão retumbante. Em todas as feitorias portuguesas e em todas as aldeias de lançados não se sonhava com outra cousa que não fosse ouro e prata ([113]). Sebastiano Caboto desaferrara de San Lúcar de Barrameda em Abril de 1526 na intenção de ir às Molucas, a Tarsis e a Ofir, ao Cataio e a Cipango, fabulosos — e verdadeiros — mercados dos metais preciosos e das não menos preciosas especiarias e drogas, bem como das pedras ricas e dos tecidos de preço; ora, em Pernambuco deixou-se convencer pelos Portugueses a ir antes explorar o rio da Prata, resolução que outro português, Henrique Montes, que também fora com Solis, e estava fixado no porto dos Patos, reforçou vigorosamente, prometendo que lá haveriam de «cargar las naos de oro y plata» ([114]). Em 1528 um navio enviado por Caboto e que passou primeiro — estranha coincidência — por Lisboa, era ainda portador de todas essas esperanças. Mas em fim de Julho de 1530 Caboto reentrava em Sevilha com os navios em mau estado, a maioria dos seus homens tinha morrido, ele vinha pobre e desiludido e sem saber que contas dar aos armadores ([115]). Enquanto decorria a expedição capitaneada pelo veneziano, a armada portuguesa de Cristóvão Jaques, em 1527, tinha igualmente por missão buscar os metais preciosos pelo caminho do Prata ([116]). Porque se trata efectivamente de um sonho português: os Espanhóis chamavam rio de Solis ao rio que os Portugueses chamavam da Prata, como o reconhecia a rainha de Espanha ([117]).

([109]) *Hist. Colon. Brasil*, t. II, pp. 385-6 (trad. da *Newen Zeytung auss Pressillg Landt*).
([110]) J. Cortesão, na *Hist. Portugal* de Damião Peres, t. IV, p. 146.
([111]) J. Cortesão, *Fundação de S. Paulo*, p. 25.
([112]) Idem, na *Hist. Port.*, t. IV, pp. 147-8; *Fundação S. Paulo*, pp. 26 ss.
([113]) J. Cortesão, *Fundação S. Paulo*, pp. 34 ss.
([114]) Idem, ibidem, pp. 36-8.
([115]) Do Dr. Simão Afonso a D. João III, Sevilha, 2-VIII-1530 (em Cortesão, *ob. cit.*, doc. n.° IV, p. 244).
([116]) Cortesão, *ob. cit.*, p. 28.
([117]) Em Cortesão, *ob. cit.*, doc. VIII (pp. 250-2).

A missão de Martim Afonso de Sousa em 1531-1532 — e foi essa uma das mais relevantes demonstrações de Jaime Cortesão — tinha por fim, além da defesa do Brasil contra os Franceses e do seu povoamento em relação com a economia açucareira, a abertura de uma rede de penetração continental até aos altos planaltos mineiros, por duas vias diferentes mas complementares: por um lado, exploração do rio da Prata e afluentes ou rios próximos, com a instalação de povoados nas suas margens; por outro lado, e principalmente, exploração do sertão de São Vicente e transformação de aldeias mistas de índios e lançados numa cidade portuguesa, junto ao Tietê, via navegável que se confiava que conduziria ao rio Paraguay ([118]). Esta primeira fundação de São Paulo, que assinala a instalação de grupos portugueses no planalto, e os projectos, ou até as tentativas de estabelecimento nas margens do rio da Prata, de que se falava com entusiasmo em Lisboa em 1533 ([119]), não deram os frutos esperados. Os Espanhóis, juntamente com Portugueses e Italianos ao serviço da Espanha, exploravam também a rede fluvial do Prata-Uruguay-Paraguay, de 1516 a 1528, embora a sua primeira Buenos Aires só tenha durado seis anos, de 1535 a 1541. Na realidade, contràriamente a uma opinião muito espalhada, os colonos não arredaram pé, provendo à sua própria alimentação, por falta de meios de regressarem; nenhum socorro lhes foi de Espanha, em armas e vestuário; isto nos garante o Chevalier de Seure em princípios de 1559; mas até agora, acrescenta, não tiraram grande proveito dessa permanência, por se terem perdido à entrada do rio a maior parte dos navios que para lá se dirigiram. Portugueses de São Vicente informaram o Chevalier que, de há muito, os Espanhóis buscavam minas por esses lados, sem que todavia até então tivessem encontrado a não ser cobre. Ora eis que se anuncia a descoberta de uma mina de ouro e que um fidalgo valenciano que aí estanceou se propõe, diz-se, a conquista e o povoamento da região; prepara uma armada. Um dos braços do rio da Prata, da banda da costa do Brasil, já está povoado pelos Espanhóis. Até aqui não há porém comunicações não só entre o rio da Prata e a Espanha, mas também entre o rio da Prata e o Potosi; é impossível, todavia, que com o tempo não venha a haver ([120]). Efectivamente, a fundação de Asunción em 1537 marcou o início de uma economia de povoamento regional, sem que estivesse já resolvido o problema da abertura e traçado regular de uma rota entre o mar e o Alto Peru: é que, se o Paraguay constituía uma boa via navegável, o seu afluente, o Pilcomaio, não permitia subir em direcção aos altos planaltos. É só em 1536-1543 que Alvar Núñez Cabeza de Vaca refaz o itinerário de Aleixo Garcia em 1522.

Potosi, a cidade cogumelo, nasce, como centro hispano-índico, em 1545. Como os altos planaltos escalvados e desolados não podem prover à alimentação e ao vestuário dos seus 140 000 habitantes e das dezenas de milhares de escravos das minas, é nas planícies situadas muito mais ao sul e a sudeste que se desenvolvem espaços de cultura e de criação de gado e que se edificam, progressivamente, os povoados capazes de fornecerem cereais, carnes, algodão, bestas de carga e de tiro às zonas de mineração. Em 1550 aparece Barca, que se desloca quatro anos depois, dando origem a Santiago del Estero; em 1561 a primeira Jujui, em breve destruída para ressurgir apenas em 1593; em 1567 La Rioja; seis anos volvidos, Santa Fé; em 1586 Salta... Numerosas fundações efémeras, multiplicação das deslocações de centros, focos populacionais pouco consideráveis: apesar de tudo, as grandes linhas desenham-se com bastante nitidez nos trinta anos que se seguem ao meio do século, e em 1583 é aberta a via, muito mais difícil, do rio da Prata ao Chile. Se a vilória edificada em 1552 em frente de Buenos Aires, e cujas origens mencionámos há um instante, não durou muito tempo, ao que parece, a própria Buenos Aires, jamais inteiramente abandonada, renasce das suas cinzas em 1580 ([121]).

1580: data da união dinástica. Os Portugueses estão sòlidamente instalados no planalto sul-brasileiro. São Paulo foi fundada em 1554 pela segunda vez

---

([118]) Cortesão, *ob. cit.*, 2.ª Parte.
([119]) *Diarii M. Sanudo*, t. LVIII, p. 459.
([120]) Chevalier de Seure, Lisboa, 30-I-1559 (pp. 18-9).
([121]) Sobre tudo quanto antecede Canabrava, *Comércio português no rio da Prata*, 1.ª Parte, pp. 3-40 (com restrições no que diz respeito ao desaparecimento completo da primeira Buenos Aires).

—trata-se, na verdade, antes de desenvolvimentos novos de realidades pré-existentes. Os Paulistas não recuarão diante de nenhum obstáculo e vão percorrer toda a imensidade continental à caça de escravos índios, em demanda de minas de metais preciosos — prata, sobretudo, neste fim do século XVI —, em busca de vias de acesso aos altos planaltos espanhóis ricos de filões argênteos. Por outro lado, costeando o litoral sul-americano, gentes da Baía, Rio, Santos e São Vicente frequentam o rio da Prata, donde estão de oravante abertas as comunicações com o cobiçado Potosi; de Angola há veleiros que rumam em direitura para o mesmo destino.

Este tráfico, o único que podia aguentar a nascente economia da região platina, dos vales fluviais e de Tucumán, esbarrava com a hostilidade dos meios de negócios de Lima, e mesmo de Sevilha, de que cerceava os interesses; além disso, como lesava as rendas aduaneiras e perturbava a organização monolítica do império, o poder central, e por vezes também a Audiência de Charcas combatiam-no, esforçando-se por o reduzirem ao mínimo estrito e sobretudo por vedarem a saca da prata. As autoridades regionais e locais, tanto civis e militares — certos governadores compreendidos — como eclesiásticas — assim o bispo de Tucumán, Vitoria —, viam evidentemente a questão de um ângulo completamente diferente: ora concediam licenças e derrogações com pretextos proclamados imperiosos, ora fechavam os olhos, quando não participavam encobertas por testas de ferro, e até abertamente. Tráfico de contrabando, quase sempre, mas regular, sapientemente organizado. Eis como se desenrolavam as operações, segundo Pyrard de Laval: «pour le [a prata] tirer, ils attachent des sacs pleins d'argent aux ancres, puis quand les officiers du Roy se sont retirez, en levant les ancres ils le mettent dedans, et ainsi tout l'argent qui se tire de ce costé là, est en desrobant et frustrant les droits du Roy d'Espagne» ([122]). Para, do sertão, a fazerem chegar a Buenos Aires, escondiam-na nos sacos de farinha que eram enviados de Córdoba para abastecimento da cidade platina — como o próprio rei veio a saber ([123]).

A balança das mercadorias importadas e exportadas pelo porto de Buenos Aires ilumina com projectores potentes os progressos das exportações que cabe, neste caso, classificar de verdadeiramente «invisíveis». Eis o quadro dos valores decenais do movimento das mercadorias em *reales* de prata ([124]):

Períodos	Importações	Exportações	Deficit
1586-1595	1 810 314	84 758	1 725 556
1596-1605	1 411 282	753 436	657 846
1606-1615	7 534 123	1 151 678	6 382 445
1616-1625	7 957 579	360 904	7 596 875

O deficit da balança das mercadorias cresceu, pois, e era considerável, mais considerável ainda do que mostra o quadro, dada a enorme fraude à entrada. Não podia ser saldado senão pelos retornos em prata aos portos fornecedores. Pyrard de Laval, depois de ter descrito o mecanismo das saídas fraudulentas, acrescenta: «Et pour cela ils ne laissent pas d'en tirer beaucoup; car tout l'argent qui est au Brésil et à Angola vient de là». Os navios apinhados de escravos em proveniência da costa angolana «les vont vendre en la rivière de la Plata, dont ils rapportent force argent, et de là s'en vont encore au Brésil se recharger de sucres et confitures, et de là en Portugal» ([125]). O testemunho de Ambrósio Fer-

---

([122]) T. II, pp. 383-6.
([123]) Em Canabrava, *ob. cit.*, p. 80.
([124]) Idem, p. 88.
([125]) T. II, pp. 382-6.

nandes Brandão, que se reporta ao período 1583-1618, confirma-o de maneira inequívoca. Analisando o comércio exterior do Brasil, mostra-o ligado à metrópole, a Angola e ao Rio de Janeiro, com o qual o movimento é muito importante. Vale a pena transcrever: «Do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros [os que frequentam o Peru com regularidade] em caravelas de pouco porte, onde trazem somma grande de patacas de quatro e de oito *reales*, e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em pastas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias, os quaes aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, Bahia de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam as taes cousas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda a prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam para o Rio da Prata. E ainda os moradores assistentes na terra se interessam tambem nesta navegação com não pequena utilidade, e dos taes peruleiros se deixam tambem ficar alguns na terra, que dão o seu dinheiro por letra, ou compram açúcares, ou o levam consigo pera Portugal» (126). A propósito do Rio de Janeiro, e para explicar a sua prosperidade comercial em começos do século XVII, os *Diálogos das Grandezas do Brasil* invocam em primeira linha que «vêm a ella muitas embarcações do Rio da Prata, que trazem riqueza muita em patacas, que commutam por fazenda, que alli compram; donde tornam a fazer viagem para o mesmo rio» (127). Nestas condições, não é de admirar que Pyrard de Laval pudesse declarar: «Je n'ay jamais veu pays où l'argent soit si commun qu'il est en cest endroict du Bresil, et y vient de la rivière de la *Plata*, qui est a cinq cens lieues de ceste baye. Il ne s'y voit gueres de petit monoye, mais seulement des pièces de huict, de quatre et de deux reaux...» (128). A colecção de inventários de haveres e de testamentos de São Paulo atesta a abundância de metal branco nesta cidade do planalto (129); e no entanto o porto de São Vicente não contava entre os mais activos. A própria Madrid estava ao corrente «que todo o la mayor parte de la plata y oro que se saca cada ano desse puerto [Buenos Aires] que es en cantidad muy considerable biene a parar al Brasil, de alli a Ynglaterra y a los otros Reynos de enemigos» (130).

A coroa espanhola exagerava todavia o alcance das fugas directas de prata do Brasil para as nações heréticas e inimigas do Norte da Europa. Seria pretexto, insinuado pelo comércio de Lima e de Sevilha, destinado a justificar com fundamentos jurídicos sérios as proibições que pretendiam vergar Buenos Aires? Seja como for, dos portos brasileiros era para Portugal que essa prata se escoava — e os veleiros vindos do Brasil aí «apportent grande quantité». Neste ponto também estão de acordo Pyrard de Laval e Ambrósio Fernandes Brandão. Além disso, Lisboa comerciava directamente com o Rio da Prata e os outros portos da América espanhola. Obtidas em Sevilha as licenças de descarga de escravos, ao abrigo dos *asientos*, dezenas de navios carregavam no Tejo produtos manufacturados e rumavam para lá em direitura, em vez de passarem pela Guiné ou por Angola a carregarem negros (131).

Visto o Brasil não possuir qualquer mina de prata, e só se extraírem insignificantes quantidades de ouro perto de São Paulo, todas as espécies — dinheiro — vindas dos portos brasileiros para Portugal eram, podemos disso estar certos, de origem peruana. É claro que, em sentido contrário, também espécies portuguesas

(126) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 3.°, pp. 156-7.
(127) Idem, 1.°, p. 75.
(128) *Voyages*, t. II, pp. 544-5; e Pyrard volta ao assunto p. 547.
(129) Myriam Ellis, *Pesquisas sobre a existência do ouro e da prata no planalto paulista* («Rev. de Hist.», S. Paulo, n.° 1, pp. 51-71).
(130) Citado por Canabrava, *ob. cit.*, p. 80.
(131) Idem, p. 98.

ou espanholas atravessavam o Atlântico. Pyrard de Laval indica que se enviavam *reales* «pour les vendre là pour petite monnoye, et y ont du profit. Car ils [os Brasileiros] usent fort peu d'autre monnoye que d'argent» ([132]). Mas a corrente dominante escoava-se do Brasil para a metrópole. Já em 7 de Janeiro de 1580, em Santarém, o cavaleiro fidalgo Sebastião Salgado, residente em Viana do Lima, passava procuração ao mestre Álvaro Lopes de Távora, desembargador da Casa do Cível, residente em Lisboa, com poderes para receber o «dinheiro» que vinha de Pernambuco e o constituía executor testamentário de Gregório Frois ([133]). Em 1598, na mesma vila, Francisco Pegado de Mesquita constituía seu procurador Leonardo da Cunha, a fim de lhe receber em Viana de Caminha «certo dinheiro que lhe viera do Brasil», enviado por seu pai ([134]).

Desde 1581 a Inquisição de Lima começava a caça aos judaizantes portugueses aí estabelecidos e que eram acusados de se dedicarem ao contrabando. As *Denúncias* inquisitoriais da Bahia, dez anos depois, identificam Portugueses instalados definitivamente ou momentâneamente ausentes no Peru e em Tucumán. De São Paulo os temerários paulistas aventuravam-se para além do vale do Paraguay, e em seguida, transpondo as serras, alcançavam o Potosi e conseguiam o seu quinhão na riqueza das minas argênteas. Assim se moldou um dos tipos sociais e económicos mais importantes da vida brasileira em fins do século XVI e durante o XVII: o *peruleiro*, o que frequenta o Peru, o que tem negócios com a região mineira ([135]).

Pelos rios nortenhos tentaram os Portugueses também, por várias vezes, alcançar as zonas ricas em metais preciosos. Em 1535 constituiu-se em Lisboa uma sociedade composta de Fernand'Álvares, do Conselho del-Rei e seu tesoureiro-mór, de Aires da Cunha, fidalgo da Casa Real, e de João de Barros, administrador das Casas da Índia e da Mina, com o objectivo de povoar e valorizar as três capitanias do Norte brasileiro que lhes tinham sido concedidas. Mas essa valorização não deveria ser puramente agrícola: por cédula régia de 18 de Junho a sociedade obtinha a concessão das minas de ouro e prata que se descobrissem no seu território ([136]). A expedição, que foi capitaneada pelo segundo sócio, rodeou-se de segredo muito estrito. Mas o embaixador espanhol conseguiu informes sobre os seus fins secretos. O capitão Duarte Coelho indicara a Aires da Cunha de que banda devia demandar a serra onde se encontra o ouro. Os Portugueses instalaram-se da ilha da Trindade, base donde esperavam, subindo o rio Maranhão, alcançar essa serra. Em Julho de 1536 as novas que mandaram para Lisboa respiravam ainda o optimismo: não estavam longe de atingir «infinito oro» ([137]). Embora Sarmiento mencione apenas o ouro, é certo que buscavam igualmente a prata, visto que esta está incluída na doação das minas. Que se tenha buscado o fulvo metal, explica-se pela diminuição do afluxo sudanês, como vimos. As primeiras tentativas não resultaram, porém. Apesar do fracasso inicial, em 1537 Lisboa enviou reforços, sempre na mira de penetrar, por via fluvial, até o ouro tão cobiçado ([138]). Novo fracasso. Mas as informações entusiásticas dos peruleiros e dos Portugueses que participaram nas explorações e conquistas por conta da Espanha reatearam a chama em Lisboa e em 1540 organizavam-se novas tentativas de penetração pelos rios setentrionais ([139]).

A via do Amazonas foi seguida por vezes, desde que em 1541-2 a desceu, vindo de Quito, Francisco de Orellana, que o alcançara pelo afluente Napo. Em 1544 o mesmo Orellana, ansioso de continuar o reconhecimento dessa região, escrevia a Carlos V: «Asi mismo hago saber à Vuestra Majestad que no se halla marinero castellano que sepa la costa del rio para donde es mi viaje, excepto los portuguezes, que tienen gran noticia della, por la continua navegacion que por alli tienen, y asi por esto como porque navegan en

---

([132]) *Voyages*, t. II, p. 545.
([133]) *Livros das notas dos tabeliões de Santarém*, B. N. Lisboa, Pombalina 106, f. 303.
([134]) Idem, f. 289v (acto de 7 de Julho).
([135]) Calmon, *Hist. do Brasil*, t. I, cap. 21 (pp. 427-8).
([136]) Transcrito por A. Baião, Introdução à *Ásia* de Barros, p. XXXVI.
([137]) Simancas, Estado 370 (De Luís Sarmiento, 17-VII-1536).
([138]) Idem, 371 (De Luís Sarmiento, Évora, 21-III e 8-V, e Lisboa, 12-XI-1537)
([139]) Idem, 372 (De Luís Sarmiento, Lisboa, 11-IV e 1-VI-1540).

piezas ligeras y bien aderezadas conviene llevarlos esta jornada...» [140]. Anteriormente a 1586 um peruleiro ameaçado pelas autoridades espanholas fugiu de Lima com dois companheiros e alcançou as Antilhas navegando em almadias indígenas todo o grande rio e atravessando em seguida o mar. Esta rota tinha os seus partidários entusiastas: apenas duas cataratas impossíveis de transpor, logo dois lugares a povoar para aí se fazerem os transbordos. Não se poderia utilizar correntemente uma via que substituiria a do istmo de Panamá e do Pacífico até Callao? [141] Se tais projectos não chegaram a ser executados, pelo menos um certo contrabando animou este caminho amazónico [142].

§ 3 — Mitos da prata, emissões portuguesas e irradiação dos reales

O subsolo português apenas se desentranha num que outro magro filão argentífero. Em Trás-os-Montes estavam em exploração, por alturas de 1548, no concelho de Mirandela; outrora tinha-se também extraído prata no concelho de Lamas, mas estas minas tinham sido abandonadas [143]. Duarte Nunes de Leão, meio século volvido, não assinala nenhuma na sua minuciosa descrição de Portugal. Mas em relação ao reinado de Filipe IV, Faria e Sousa enumera toda uma série de veios de metal branco mais ou menos abertos à extracção: uns, no Alentejo, no campo de Évora, em direcção a Ourique; outra mina entre Vila Viçosa e Elvas; uma terceira no concelho de Sousel e finalmente perto da ribeira de Folgoso; em Trás-os-Montes havia-os nas proximidades de Bragança e a leste da serra do Mogadouro; no centro do país, em Lorvão [144]. Mas em lugar algum se assinala uma extracção intensiva: todos esses filões eram paupérrimos, e a sua produção total, quando apesar de tudo os atacavam, bem diminuta. A prata de extracção nacional pràticamente não conta.

E o império, o imenso império português, disperso por três continentes? Vimos que a rota do Cabo estimulara a busca do branco metal no continente sul-americano; estimulou-a também na África Negra ocidental ao sul do equador. Assim, em 1520 o rei mandou Manuel Pacheco e Baltazar de Castro ao descobrimento do reino de Angola até ao cabo de Boa Esperança; e nas instruções figura um item de especial importância: «Outrosy somos enformado que no dito regno d'Amgola ha prata, porque se vyo per huũas manylhas que vyeram a nós delrey de Comgo: trabalharês por saber parte domde ha a dita prata, e asy de quaeesquer outros metaaes, e se os ha e acham em sua terra ou noutras, e quam lomge sam, e se sam estimados, e se levam trabalho em os tirar, fazemdo por nos trazer amostra de todos...» (*Alguns documentos da T. T.*, pp. 436-441). É todavia no último terço do século XVI que a miragem da prata lança essas épicas incursões que são as *bandeiras* quer a devassar o sertão brasileiro, quer, partidas umas do litoral angolano, subindo outras os rios de Cuama, rumo ao coração do continente negro. Decerto, outros móbeis impelem esses homens a exilarem-se tão longe através de florestas e desoladas vastidões, em paisagens e ambientes humanos incógnitos, por vezes hostis. Tais móbeis, são principalmente a caça aos escravos e também, em Angola, a demanda do cobre.

Já em 1559 Paulo Dias de Novais é enviado na qualidade de embaixador e com missão de reconhecimento ao reino de Angola. Ignoramos todavia o objectivo da sua missão, que sofreu grave revés, visto o próprio embaixador aí ter ficado mais ou menos cativo seis

---

[140] Cit. por J. Cortesão, na *Hist. Port.*, t. IV, p. 210.
[141] *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 1.º, pp. 50-2.
[142] Calmon, *Hist. do Brasil*, t. I, p. 427. Toríbio de Medina, *Descubrimento del rio de las Amazonas*, Sevilha, 1894.
[143] Dr. João de Barros, *Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes* (1548), p. 119.
[144] *Europa portuguesa*, t. III, 3.ª Parte, cap. 8.

anos ([145]). Sem dúvida visava-se já a prata. D. João III autorizara seu irmão, o infante D. Luís, a traficar em Angola, anteriormente a 1555, data da morte do beneficiário. Muito mais tarde, Jerónimo Castanho atribuirá a expedição de dois navios a Angola a informações sobre a existência de minas argentíferas; mas a tentativa falhou ([146]); trata-se, tudo leva a crê-lo, da missão de Novais. Em 1573 este propôs, e conseguiu que lhe fosse concedida a conquista do reino angolano, à sua custa, no regime de capitania, de que ele seria o donatário. Por detrás de Novais, que não dispunha de modo algum dos fundos suficientes — bem longe disso —, estava Castanho e um grupo de capitalistas. A armada de 9 velas, transportando 400 homens, desaferrou do Tejo em Outubro de 1574. Em três anos, a expedição, seguindo como linha de penetração o Cuanza, conquistou um território de 60 léguas a contar do litoral; mais de 50 000 escravos teriam sido fornecidos ao Brasil, tornando possível o seu surto açucareiro. Mas o que importa ao estudo dos metais monetários, é que os exploradores teriam descoberto o objecto da sua cobiça: minas de prata, e das mais ricas — cada quintal de rocha dando 70 marcos de metal. Em 1578-1579 descarregaram-se em Lisboa mil marcos em manilhas, provenientes das minas de Cambambe. As más línguas acusaram o capitão e os seus amigos de as terem mandado vir de Guadalcanal; no entanto analisaram-se em Lisboa pedaços de rocha incontestàvelmente angolanos, e a análise provou que a prata provinha de Angola. Novais e o seu grupo esbarravam com a resistência dos interesses dos poderosos rendeiros de São Tomé; o conflito arrastar-se-á durante longos anos ([147]).

O governador mandara vir técnicos espanhóis, e em Dezembro de 1577 enviava Diogo de Requena percorrer o maior número de minas que pudesse, guiado por um servidor do rei de Angola. Novais estava pronto para partir, mal Requena lhe acenasse, a fim de encetar a exploração ([148]). Cinco anos depois, estavam em campo dois técnicos: além de Requena, um certo João Lopes, de Sevilha. O primeiro anunciou a descoberta de uma mina na região de Ilaba, mas os ensaios feitos em Luanda não deram resultados aceitáveis. Decididamente, valia mais inquirir prèviamente junto dos indígenas quais as jazidas que exploravam, e só prosseguir a conquista depois ([149]).

Outros testemunhos, quer de companheiros quer de sucessores do primeiro conquistador, corroboram sem equívoco que o fim da conquista eram as «minas de metais» em geral, e mais especialmente as de prata. Eis o que nos diz Garcia Mendes de Castelo Branco, que acompanhou Novais em 1574: «e assim nos pusemos ao caminho, via de Cambambe, tanto pela comodidade da navegação do rio Cuanza, como pela expectativa que tínhamos de que ali, naquele contorno, havia minas de metais...»; e para explicar a traição do rei de Angola, tem em conta avisos recebidos do Congo, segundo os quais «o governador Paulo Dias lhe [ao rei de Angola] ia tomar seu reino para tirar dele a prata e mais riquezas que nele havia...» ([150]). Recapitulando, por alturas de 1607, a história das tentativas portuguesas, uma *Relação da costa de Guiné*, anónima, termina o balanço da acção de Novais nos seguintes termos: «sem chegar às minas de Cambambe, que era seu principal intento [mais importante, portanto, do que punir a traição do rei negro], morreu na empresa.» Mas o Estado português não desanimou, e continuou a enviar para Angola governadores e capitães «com intento de conquistar as minas de prata de Cambambe, de que houve mui grandes esperanças», ao mesmo tempo que se firmava a sólida realidade — e não apenas esperança — do tráfico negreiro, de tanto proveito material ([151]). A situação do Tesouro desaconselhava o empreendimento directo por conta da coroa; em Janeiro de 1601 o rei arrendou a João Rodrigues Coutinho «a conquista do reino de Angola e minas de prata»; o rendeiro obrigava-se a entregá-las à coroa, conquistadas e pacificadas, ao fim de seis anos. Morreu, porém, à beira do objectivo que perse-

---

([145]) British Museum, Add. Mss. 20 786, ff. 67 ss.
([146]) B. N. Madrid 3 015, f. 202; Garcia Mendes, 1621 (?), em Luciano Cordeiro, t. I, pp. 186-7.
([147]) B. N. Madrid 3 015, ff. 202-5.
([148]) British Museum, citado, ff. 180 ss.
([149]) Idem, ff. 182 ss.
([150]) Em L. Cordeiro, t. I, pp. 187 e 188.
([151]) Idem, pp. 301-2.

guia — mas antes de o alcançar. O seu sucessor, Manuel Cerveira Pereira, destroçou os exércitos de dois régulos, penetrou no território de Cambambe «onde são as minas», mas por falta de embarcações, ferramenta e víveres, teve de retirar-se para o Cuanza; aqui edificou um forte em 1603. O perito-mineiro que o acompanhava encontrou pedaços de rocha argentífera — mas com um teor que não parecia alto ([152]).

De 1590 a 1591 há os mapas juntos por Filippo Pigafetta à *Relatione del Reame di Congo,* escrita sobre as informações fornecidas por Duarte Lopes que o visitara em 1578; o traçado assenta, no seu conjunto, sobre o mapa de Bartolomeu Velho de 1564, mas não quanto ao ponto que vamos destacar: vemos, na verdade, desenhadas e nomeadas, entre o Cuanza e o seu afluente Lucala, as «serras da Prata», ao norte das «serras do Ferro»; mais longe, para sudeste, uma outra «Serra S[ul] da Prata»; a nordeste das primeiras, o grande lago *Aquiluda,* porquanto se acreditava então que os Grandes Lagos se estenderiam muito mais para ocidente, e encurtava-se talvez a diferença de longitude entre as duas costas, a atlântica e a índica.

Em breve houve que desiludir-se. Desde cerca de 1607, a anónima *Relação da costa de Guiné* concluía o balanço das tentativas de um terço de século: «... e depois se aclarou que não havia minas de consideração, pelo que mandou Sua Majestade sobrestar na conquista, e proveu governador para a terra e para pacificamente se continuar o resgate dos escravos e o mais que a terra dá» ([153]). Bento Banha Cardoso explicará perfeitamente, cerca de 1622, as razões tanto da miragem como do fracasso. Os Negros, sem necessidade de investimentos, recolhem aqui e acolá, um pouco por toda a parte, alguns grãos de prata, durante os seus ócios, sem fadiga nem pressas; é-lhes preciso nada menos do que um mês para perfazerem uma simples manilha; como a população é muita, estes presentes ao rei, insignificantes cada um de per si, chegam a somar totais que não são de desprezar. Mas não há minas que assegurem um caudal regular e considerável, e por isso os investimentos, como os realizados pelo Estado português, não são rendáveis. A situação assemelha-se à das minas argentíferas de Espanha ou à das areias auríferas do Tejo ([154]). As outras descrições geográficas ou relatórios sobre os recursos de Angola que datam de 1620-1629 já nem sequer mencionam o metal branco ([155]).

Em 1607, como acabamos de ver, tinham-se desvanecido as ilusões quanto às pretensas «serras da Prata» de Cambambe. Mas para leste? Subindo o Zambeze a partir do litoral moçambicano, os Portugueses continuavam a forcejar por atingir as «minas de Chicova». Não seria possível alcançá-las a partir de Angola, de Cambambe, onde já estavam sòlidamente instalados? Neste mesmo ano de 1607 o governador D. Manuel Pereira Forjaz envia Baltazar Rebelo de Aragão atravessar a África austral em direcção ao Monomotapa, porque na região cujo rei se chama Chicova (sic) «dizem haver muita prata». Baltazar Rebelo avançou até 140 léguas do mar. Ultrapassou certamente o meridiano da actual Vila Luso, sem alcançar o Zambeze, porque teve de voltar para trás devido aos ataques indígenas contra Cambambe ([156]). A demanda da prata de Chicova a partir de Angola fracassava definitivamente.

Ambrósio Fernandes Brandão, em 1618, determinando com precisão o ponto em que estavam as cousas, fala do fracasso das tentativas para descobrir minas

---

([152]) Idem, ibidem; British Museum, Add. Mss. 20 786, f. 325 (1603).
([153]) Em L. Cordeiro, t. I, p. 302.
([154]) Idem, pp. 330-1.
([155]) Idem, pp. 309-328 e 333 ss.
([156]) Idem, pp. 218 e 230-1.

na imensidão brasileira (e, poderia ter acrescentado, na imensidão africana): «infiro que ouro, prata e pedras preciosas são sòmente para os Castelhanos, e que para eles as reservou Deus». Um dos interlocutores lastima-se que os Portugueses se vejam confinados a «se ocuparem sòmente em fazer açúcares», mas o outro — o próprio autor — dá-lhe a réplica: não é negócio de pequena monta ocupar-se dos açúcares, antes pelo contrário «eu a [essa ocupação] reputo por muito maior que as minas de ouro ou de prata» ([157]). Assim, o império do açúcar prevalece econòmicamente sobre o império da prata, a agricultura e a indústria valem mais do que a extracção de metais preciosos. Por isso Portugal dispõe constantemente, ao longo da segunda metade de Quinhentos, de abundância de *reales* para reexportar e não lhe faltam as barras argênteas para as suas emissões próprias. Todavia o tostão de prata não logrará irradiação comparável à do milreis de ouro.

Em 1555 o marco de ouro sobe de 16,5 %, passando de 25 745 para 30 000 reis. Quanto ao marco de prata, apenas passa de 2 500 para 2 600 reis ([158]), isto é, apenas + 4 %. A razão entre os dois metais, anteriormente de 10,29, pula para 11,5 — carestia do ouro, a prata mais barata... Um e outro vêem os seus preços aumentados em relação ao cobre, numa época em que se lastima a rareza deste último... Visto o valor nominal do ouro ser reforçado no momento em que as suas emissões não fraquejam, tal reforço só pode traduzir o seu encarecimento relativamente à prata, até aí assás rara — situação que ocupara o segundo quartel do século. O metal branco torna-se agora mais abundante. Mas se ambos alçam em relação ao terceiro metal, é talvez devido às falsificações de que são objecto as espécies de cobre; e não será também devido à subida geral dos preços? A opinião da época, invertendo a ordem das cousas, responsabilizava a mutação monetária por esta alta ([159]).

Por outro lado, como o marco de prata vale agora 2 600 reis, o tostão pesa 8,82 gr e o vintém emagrece, de 1,83 gr, para 1,76 gr. O peso do duplo vintém ou real português é, por conseguinte, de 3,52 gr, ou seja pràticamente o mesmo que o do real espanhol. O sistema português aproxima-se ainda mais do sistema vizinho e rival... A finalidade profunda da reforma não seria precisamente «sangrar» a Espanha? O embaixador espanhol não se deixou ludibriar: «sera mucho dano porque no quedara marco de oro ni de plata en esos Reynos que no lo pasen a este por la gran ganancia que en ello se gana.» Só o povo resmungava ([160]).

O valor nominal do ouro alça de + 31,2 % de 1489 a 1555, o da prata de + 11,1 %, quase três vezes menos. O segundo metal deprecia-se portanto em relação ao primeiro. A princípio mais lentamente — as percentagens em 1539 são respectivamente de + 12,6 % e + 6,7 % —, depois a passo apressado — entre esta data e a data final são de + 16,5 % para o ouro e de + 4 %, quatro vezes menos, para a prata. A depreciação do metal branco é constante em relação ao amarelo: incremento mineiro da Europa central e de leste, afluxo mexicano e peruano. É mais forte durante o segundo período, isto é, quando a cunhagem do ouro retoma com maior vigor do que nunca e quando estamos no escavado da maré vazia das emissões argênteas: é o período em que a prata europeia começa a diminuir de caudal sem que a de além-atlântico inunde ainda o velho continente. Não é tudo. Em 1538-1539 a lei suprimiu a cunhagem tanto das

---

([157]) *Diálogos das grandezas do Brasil* (ed. Cortesão), pp. 41-2.
([158]) Os particulares recebem 2 500 reis. *Livro da Casa da Moeda*, 1556, capítulo das entregas de prata pelas «partes do Reino». *Livro dos frades de São Vicente*, t. IX, f. 246 (T. de Aragão, t. I, p. 268).
([159]) Simancas, Estado 377 (De Luís Sarmiento, 21-VII-1555).
([160]) Idem (idem, e 5-VII).

grossas peças áureas — os *portugueses* — como das grossas peças argênteas — os *tostões* e *meios tostões* ([161]). Na realidade a proibição não foi, vimo-lo já, rigorosamente respeitada quanto às primeiras; é lícito duvidar que o fosse quanto às últimas. Não importa: o facto de monta persiste. Esta supressão das espécies vultuosas não era lógica, dada a alta dos dois metais? Mas se, apesar do ouro de Guiné e da Mina, apesar da prata alemã e em breve da americana, os metais preciosos são reforçados, não será um sintoma de um acréscimo mais rápido ainda da circulação das mercadorias que atrairia por seu turno um acréscimo do termo MV da equação de Irving Fisher? No entanto, se as mercadorias produzidas e transaccionadas aumentam mais ainda do que o numerário em circulação, e se o valor do numerário se reforça, como é que os preços podem começar a subir?

Seja como for, em 1555 regressa-se às emissões de tostões e de meios tostões, sem retomar oficialmente as de portugueses ([162]).

O novo preço do marco de prata durou tão-só três anos, de Junho de 1555 ao mesmo mês de 1558. Nesta última data, com efeito, foi reduzido a 2 460 reis, voltando a Casa da Moeda a cobrar apenas 3 vinténs pelos feitios e outros custos. As emissões de espécies brancas deviam compreender três dos tipos já clássicos: *tostões* de 24 em marco e valor de 100 réis, *meios tostões*, na proporção, *vinténs*, talhados a 120 em marco (estes números de talha não têm em conta os feitios), valendo evidentemente 20 réis cada. Deste modo as novas peças saem mais pesadas do que as antigas de mesmo nome; estas continuam todavia a circular, aos cursos marcados pelas ordenações. Os *reales* espanhóis gozarão de oravante de curso legal, em Portugal, ao câmbio de 36 réis e 2 ceitis ([163]).

Esta reforma não deixa de surpreender. A revalorização efectiva, pela redução do valor nominal, revelará melhor abastecimento do mercado português em metal argênteo? Uma carta dirigida ao tesoureiro da Casa da Moeda do Porto declara sem rebuços que o novo preço foi fixado pelo rei e pelo seu Conselho em resultado de um acordo com a Espanha ([164]). Explicação ainda mais de espantar. O real espanhol parece sub-avaliado em relação à moeda portuguesa; esta torna-se demasiado forte em relação àquele. Talvez seja a evolução política a dar-nos a chave. D. João III morreu há pouco, D. Sebastião é menor, e é D. Catarina, a rainha espanhola, que assume a regência: 1580 prepara-se, do lado espanhol; há por isso que atribuir a reforma monetária, assás ilógica do ponto de vista dos interesses nacionais, ao estender das garras do reino vizinho. A sequência dos acontecimentos demonstrá-lo-á.

Em 1570 aumentam-se os feitios de 60 para 80 réis. Mas quanto ao resto todo o sistema da prata permanece intacto ([165]). Três anos volvidos, uma ordem de 29 de Novembro alça de novo o marco para 2 570 réis, mais 80 de custos de amoedação, ou seja, ao todo, 2 650; as antigas peças devem ser refundidas e cunhadas de novo, e foram-no efectivamente na sua maioria. Ora, o que sobreleva de importância é o facto deste reforço nominal da prata ter sido operado *secretamente* porque *constituía uma ruptura do acordo com a Espanha* ([166]): está assim feita a prova de que tal acordo satisfazia os interesses espanhóis em detrimento dos portugueses. Em Janeiro de 1578, uma nova lei eleva os feitios a 100 réis por marco, devendo o preço deste passar portanto a 2 700 ao todo. Mas as incertezas políticas impediram de a pôr em execução. A fim de financiar a sua efémera tentativa de defesa da coroa de Portugal contra Filipe II, o prior do Crato quebrou fortìssimamente as moedas, aviltando o toque das espécies brancas para 7 dinheiros e elevando o valor nominal do marco para 4 000 reis primeiro, 4 800 por último. Instalado Filipe II no trono, voltou-se à situação anterior à crise. É só em 1588 (Novembro) que o preço do marco é fixado em 2 800 réis, de que não se afastará, legalmente, até 1641. Deste modo a razão entre os dois metais preciosos, uma vez que o marco de ouro não buliu (legalmente) desde 1555 — 30 000 réis —, será de 10,72 durante um meio século, de 1589 e 1641. Esta valorização

---

([161]) T. de Aragão, t. I, doc. 48; Rui Mendes, *Practica de Arismetica*, f. 59.
([162]) T. de Aragão, t. I, doc. 51; Peres, *Hist. monetária D. João III*, doc. 30.
([163]) Lei de 27-VI-1558, em *História genealógica*, t. IV, pp. 319-321.
([164]) Em T. de Aragão, t. I, doc. 55.
([165]) B. N. Lisboa, Fundo Geral 801, ff. 108-111.
([166]) Lei de 29-XI-1573, em T. de Aragão, t. I, p. 284.

da prata em Portugal no momento da enchente do metal branco mexicano-peruano e da vazante das chegadas de ouro ao Tejo parece traduzir a vontade de atrair o primeiro e de desenvolver a sua cunhagem. É que estamos também no período áureo do comércio com a China, essa bomba aspirante da prata de todo o globo, período em que se faz sentir de maneira ameaçadora a concorrência da rota de Acapulco a Manila.

Durante o primeiro terço do século XVII as entradas de barras de ouro na Casa da Moeda de Lisboa permanecem insignificantes, sempre bastante abaixo de 1 000 marcos (excepto em 1628). As entradas de barras argênteas, ao invés, são bastante regulares, e de modo algum de desprezar, por vezes até consideráveis. A média dos anos 1604-1633, não entrando em linha de conta com dois anos verdadeiramente excepcionais, eleva-se apesar de tudo a 18 150 marcos; se englobássemos no cálculo os anos de 1627 e 1628, ascenderia a 25 000 ([167]). Esses dois anos atingiriam somas excepcionais devido, indubitàvelmente, à preparação e fundação da Companhia portuguesa das Índias Orientais. É em 1633 que começa o período «escavado» das entradas de prata na Casa da Moeda de Lisboa, coincidindo com a queda das chegadas a Sevilha.

Voltemos à segunda metade do século XVI. O desaparecimento da quase totalidade dos livros de registo não permite infelizmente traçar a curva das emissões. Só dispomos de informações completas relativamente a dois anos: 1556 e 1577. São anos de fortes entregas por particulares — 20 200 marcos no primeiro, 28 800 no segundo — e de fortes cunhagens — 20 400 marcos e 29 200 respectivamente. 1577: vésperas de Alcácer Quibir; toda a nobreza se prepara para a aventura militar como para uma festa sumptuosa de côrte; entrega a baixela à Casa da Moeda a fim de obter numerário para as suas compras anormais. 1572, pelo contrário, fora ano vazio: 628 marcos. Em 1559 tinham entrado na Casa 9 500 marcos. Em 1582 Filipe II mandou ir para Lisboa 8 500 marcos, dos quais 4 000 foram lavrados em tostões, 2 000 em peças de quatro vinténs que surgem pela primeira vez (pensamos imediatamente nos *reales de a dos*), o mesmo peso em meios tostões, e 500 em vinténs. E é tudo, quanto a precisões numéricas: é muito pouco. Sabemos apenas que em 1588 Álvaro Mendes de Castro, residente em Lisboa (cujo nome não figura na lista das entregas de 1577), pediu autorização para mandar lavrar 50 000 ou 60 000 marcos de prata; o vice-rei outorgou a autorização pedida, porque nos reinos e senhorios da coroa de Portugal grassava a escassez deste metal e todos os *reales* que vinham de Espanha tornavam logo a partir com destino às Índias Orientais e aos outros estados europeus ([168]). Ignoramos no entanto se tal soma de metal entrou efectivamente na Casa e se chegaram a lavrar-se as emissões previstas. Os únicos factos a reter são a escassez de espécies argênteas portuguesas, o abastecimento de Portugal em prata vinda de Espanha e a sua fuga para o estrangeiro e para o Oriente. Outras autorizações a outros particulares foram concedidas em 1595 e 1606, por exemplo; para as justificar, a mesma fórmula repete os mesmos motivos; a situação parece pois arrastar-se, a menos que as razões alegadas se tenham tornado mera fórmula de rotina burocrática.

Até os anos de 1535-1545 Antuérpia é que encaminhara a prata da Europa central e de leste para os grandes mercados europeus do Atlântico. Mas seguidamente a produção mineira europeia começa a declinar, as Índias Ocidentais expedem para Sevilha quantidades todos os anos crescentes de metal branco, o negócio do ouro de Guiné entra em pane: o papel de relevo da feitoria régia na cidade flamenga acabou, evidentemente. Daí o seu encerramento em 1549. De ora-vante Portugal volta-se para a Espanha a fim de se abastecer de numerário argên-

([167]) Cálculos a partir do quadro de Mauro, *Monnaie et conjoncture à Lisbonne*, p. 414.
([168]) Do vice-rei ao tesoureiro da Moeda, 21-XI-1588 (T. de Aragão, t. I, doc. 85).

teo; vimos já a que meios recorreu, e que o êxito coroou os seus esforços. As relações entre os dois impérios põem-se agora num pé inteiramente diferente daquele em que se punham. Em Antuérpia a corrente inverteu-se de sentido: é do Atlântico que o empório brabantino recebe actualmente o metal precioso que distribui pela Europa setentrional. Uma viragem decisiva marca assim a sua história.

Desde 1535 que as zabras biscainhas, essas grandes naus de espantoso destino, carregam ouro e prata em Laredo, porto cantábrico, e os transportam até Middelburg. Fluxo de áureo metal primeiro, em seguida, e quase exclusivamente, de metal branco, manteve-se bastante regular e caudaloso até 1568-1569, até que os corsários ingleses contra ele arremetam e o detenham (169). Aliás, durante esses trinta e cinco anos o numerário espanhol pode ter enveredado por outros caminhos para chegar a Antuérpia, por exemplo o desvio de Lisboa. No entanto o facto essencial está em que, presentemente, os metais preciosos correm da Península para os Países Baixos. Inútil acrescentar provas às reunidas por Fernand Braudel quanto às relações directas dos portos espanhóis com o Norte; apenas duas palavras sobre os envios por portos lusitanos.

Em 1551 os Franceses tomam uma nau portuguesa que, com ouro a bordo, rumava para Flandres em conserva com uma frota espanhola ajoujada de lãs e alúmen. Este *ouro* seria verdadeiramente metal amarelo — em arries e amoedado —, ou sob tal designação indicar-se-iam todas as sortes de espécies, incluindo as brancas? Devido ao segredo que rodeava sempre a saca de numerário e de metais preciosos, não era possível sabê-lo — nem saber os nomes dos implicados no caso (170). Uma frota portuguesa de 20 velas ancorou em Middelburg no fim do mês de Maio de 1555; levava uma carga de especiarias e outras mercadorias, «besides it is said a good quantity of money» (171).

Um inglês, Hastings, apresentou em 1570 ao seu governo um relatório sobre as vantagens que haveria em atrair à Grã-Bretanha a etape das especiarias, até então em Antuérpia (172). De caminho, traça um quadro do movimento comercial entre Lisboa e a cidade flamenga, válido para o ano de 1569-1570:

Exportações de Antuérpia para Lisboa	Valor em ducados	Exportações de Lisboa para Antuérpia	Valor em ducados
Linhos, sarjas, lanifícios, sedas	700 000	Especiarias	mais de 1 000 000
Matérias-primas para a indústria vidreira	600 000	Pedras preciosas	20 000
Flanelas e outros tecidos	200 000	Moedas	500 000
Tapetes e carpetes	150 000		
Alfinetes, quinquilharia, fios de ouro e prata, vária	200 000		
Total	1 850 000	Total	mais de 1 520 000

Quadro pavorosamente defeituoso. Nem sequer se menciona o açúcar, nem o pastel, nem o algodão, nem o azeite, nem as frutas secas que Portugal exportava para os Países Baixos: a lista completa, mas sem os valores em moeda, é-nos aliás conhecida por um documento onde se indicam os direitos de entrada. Entre as exportações de Antuérpia para Lisboa haveria que incluir o trigo e as armas. Não curemos disso. O que importa, neste momento, é que o relatório de Hastings avalia em meio milhão de ducados o contributo monetário anual de Portugal aos Países Baixos. Nesta data, como se deu já a inversão das correntes da prata, uma boa parte — a maior parte — deve consistir em metal branco mexicano e peruano; seja como for, a outra parte compõe-se com certeza de ouro. Que tivessem

(169) F. Braudel, *La Méditerranée*, pp. 376-381.
(170) Simancas, Estado 375 (De Lope Hurtado, Almeirim, 2-XII-1551).
(171) Bruxelas, 1-VI-1555, *Calendar of State Papers — Foreign 1553-8*, p. 173.
(172) British Museum, Cottoniana, Nero b I; cf. Rebelo da Silva, *Hist. Portugal*, t. IV, pp. 607-8.

lugar efectivamente envios de fulvo metal, a *Descrição dos Países Baixos* de Guicciardini parece prová-lo, ao enumerar, por alturas de 1560, as mercadorias que Antuérpia recebe de Lisboa: ao lado das especiarias, das pérolas, das pedras preciosas, assinala o ouro. Vimos já, por outro lado, que ouro «português» se encaminhava igualmente para França e Inglaterra.

No conjunto, após meados de Quinhentos, são sobretudo *reales* que Portugal reexpede em direcção aos países do Norte. É da sua rarefacção no Reino devida a esta «sangria» que se lamentam os documentos, já citados, de 1588, 1595 e 1606, a fim de justificarem as licenças de cunhagem. Uma ordenação de D. Sebastião obriga os estrangeiros a aplicarem pelo menos um terço do produto das suas vendas à compra e exportação de mercadorias nacionais ou coloniais. Mas não é cumprida, e os importadores de cereais não querem outro retorno que não seja numerário ([173]). Este estado de cousas mantém-se durante toda a primeira metade do século XVII. Como a prata vale agora muito mais no Noroeste europeu do que na Península, o comércio estrangeiro suga todo o metal argênteo de Portugal, explicam as leis de 1641 e 1643 para justificarem o levantamento legal do seu preço e a diminuição do peso das espécies ([174]). Em fim de Setembro de 1588 chegaram a Dunkerke 120 caixas com prata, e esperavam-se outras 200 de Lisboa. De três patachos que tinham partido de Laredo quinze dias antes, tinham-se descarregado 250 000 coroas em espécies ([175]). Estava-se, notêmo-lo, no ano da Invencível Armada. Mas já em 1569, ao inventariar as moedas espanholas que estavam na Torre de Londres em «the Queen's Majesty's jewel house», se tinha arrolado um valor global de £ 90 042 s. 4 d. 5 *in rials* ([176]). É muito provável que uma parte aí tivesse chegado por via de Lisboa.

As moedas argênteas portuguesas resistiam com bastante eficácia aos atractivos da fuga para o estrangeiro porque o seu valor nominal era superior ao dos *reales*. Por isso os mercadores estrangeiros, e especialmente os Franceses, se aceitavam tanto as peças castelhanas como os tostões em pagamento das mercadorias que vendiam em Portugal, apressavam-se a cambiar os últimos pelas primeiras e, desprezando as peças portuguesas, só levavam consigo os *reales* ([177]). A política monetária portuguesa visava a atrair o numerário espanhol, mas depois deixava-o escoar-se livremente para os Países Baixos, a França, a Itália. Império sem minas argentíferas, o império português, graças à facilidade de se abastecer em espécies no reino vizinho, chegou assim à liberdade de facto quanto à sua exportação ([178]).

Mas os *reales* de prata mexicano-peruana, na segunda metade do século XVI e todo o XVII, de igual modo que os arries de prata alemã durante a primeira metade de Quinhentos, escapam-se de bom grado do circuito atlântico para se irem engolfar no oceano Índico.

([173]) AHU, Índia, caixa 2 (começo do séc. XVII).
([174]) *Hist. genealógica*, t. IV, pp. 348 e 351.
([175]) *Calendar of State Papers — Foreign*, vol. XXII, pp. 231-2.
([176]) Idem, *1569-1571*, p. 163.
([177]) Solis, *Alegación* (1628), n.º 101, f. 116.
([178]) Simancas, Estado 377 (De Luís Sarmiento, Lisboa, 5-VII-1555) e 378 (idem, 3-XI-1555).

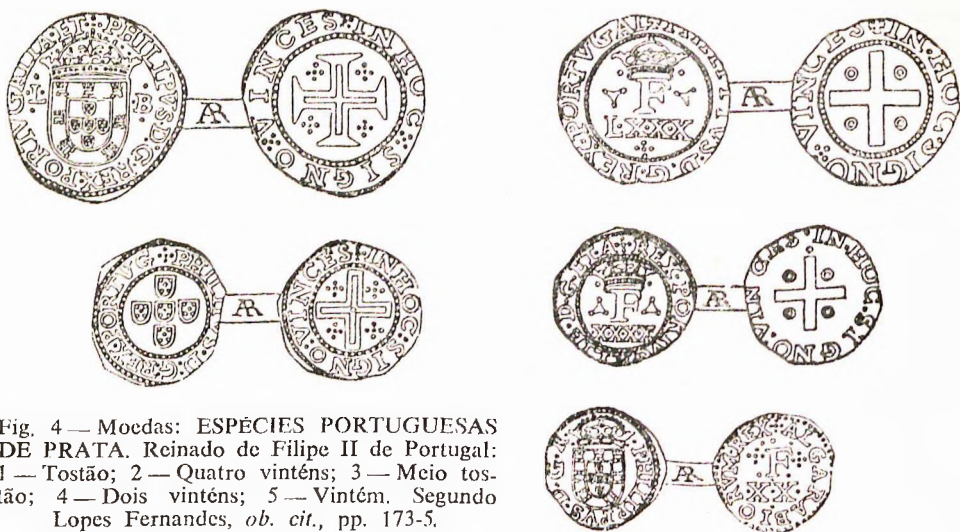



Fig. 4 — Moedas: ESPÉCIES PORTUGUESAS DE PRATA. Reinado de Filipe II de Portugal: 1 — Tostão; 2 — Quatro vinténs; 3 — Meio tostão; 4 — Dois vinténs; 5 — Vintém. Segundo Lopes Fernandes, *ob. cit.*, pp. 173-5.

Fig. 5 — Os grandes empórios mundiais: LYON EM FINS DO SÉCULO XV. Hartmann Schedel, *Crónica de Nuremberg*, 1494.

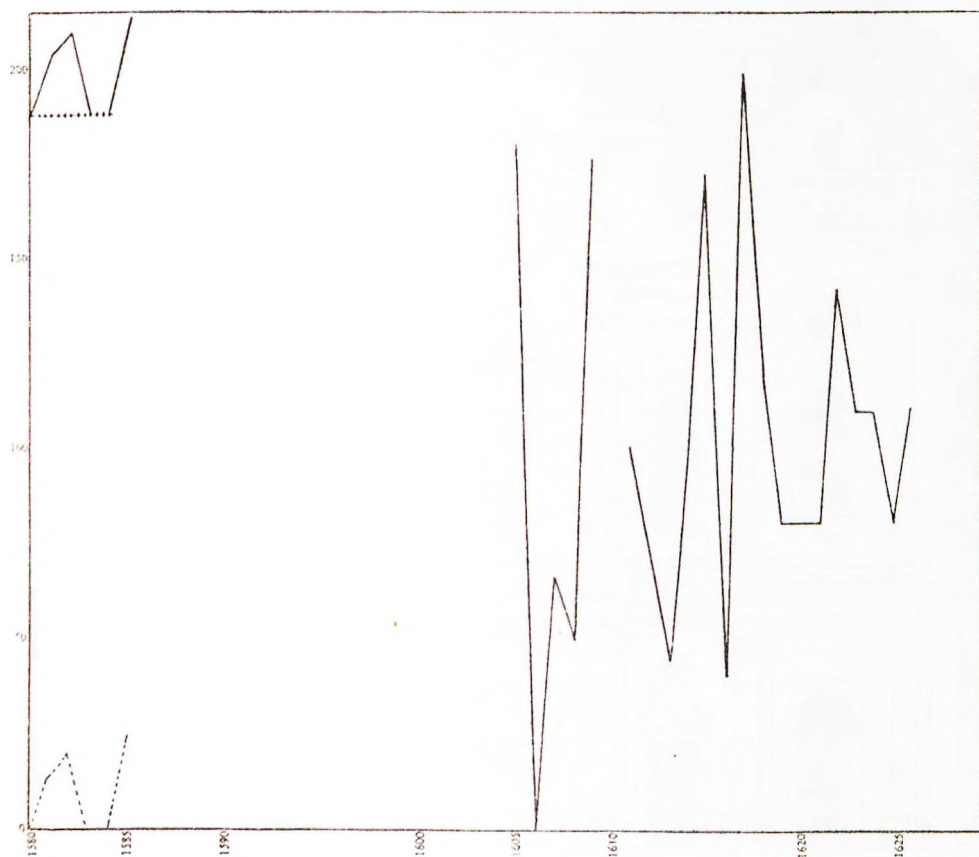



Fig. 6 — Chegada de *reales* à Índia, destinados à compra de pimenta (em milhares de cruzados).

+ + + + A Goa e Cochim — — — — A Malaca em direitura ———— Total

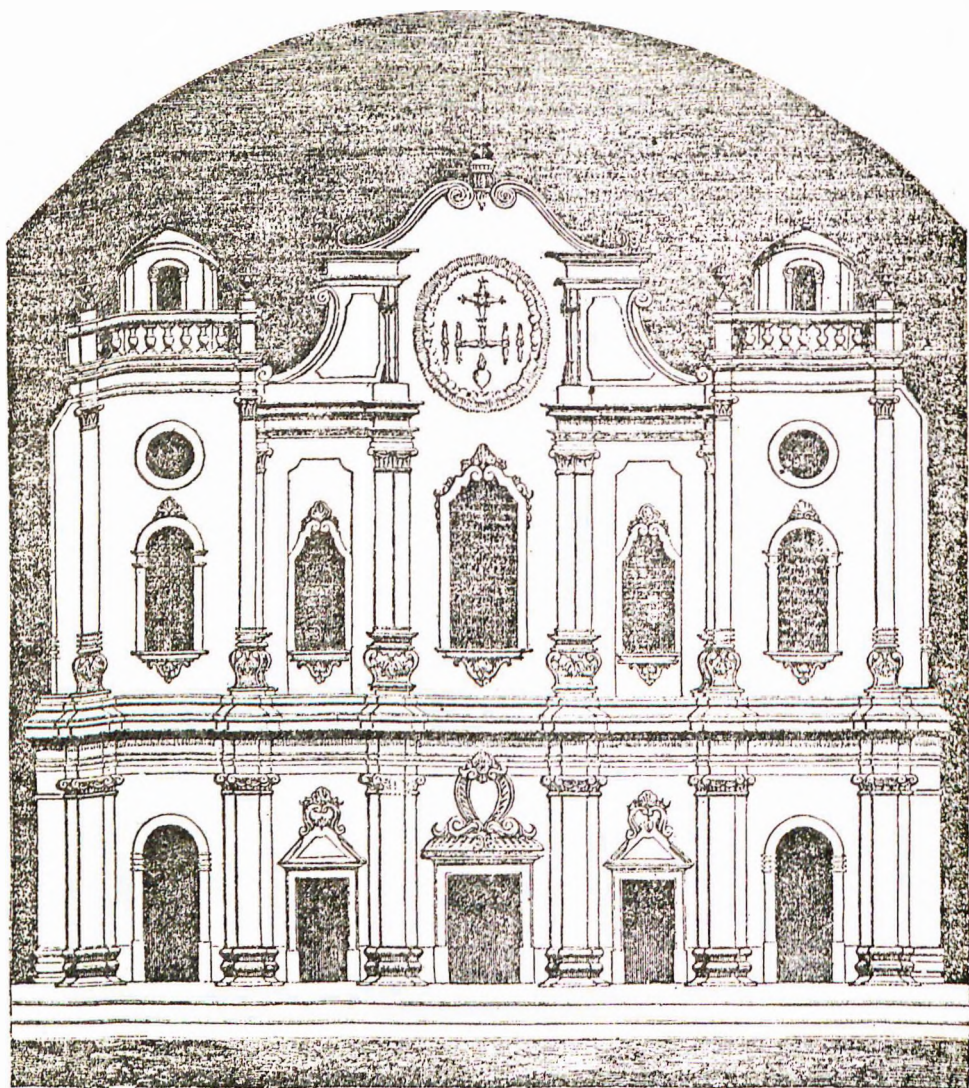



Fig. 7 — A sé portuguesa de Pequim (Nantang). Edificada pelos missionários portugueses em 1650, destruída pelos exércitos estrangeiros durante a revolta dos Boxer, em 1900. *Archivo Pittoresco,* tomo III, 1860, p. 393, segundo gravura enviada para Portugal em 1785 pelo bispo D. Frei Alexandre de Gouveia (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa). Ver L. Esteves Fernandes, *China de Ontem, China de Sempre,* Lisboa, 1948, fig. entre pp. 126 e 127.

Capítulo 10

OS FLUXOS DA PRATA NO CIRCUITO ORIENTAL

§ *1 — Emissões luso-indianas*

O sistema monetário de Albuquerque, instaurado em 1510, utilizava a gama dos três metais correntes nas amoedações indianas e, salvo quanto ao ouro, decalcava-as. Assim, além dos *manueis* de inspiração metropolitana e dos *leais* que reproduziam os bazarucos indígenas, a Casa da Moeda da capital da Índia Portuguesa cunhou peças de prata correspondentes às espécies goesas pré-existentes, mas baptizando-as de *esferas e meias esferas*, devido ao símbolo imperial que nelas se gravava. Como não chegou até nós nenhum exemplar, e as informações dos cronistas são obscuras e contraditórias, não é possível precisar com certeza o que eram estas primeiras espécies brancas luso-indianas. O mais provável é que a Moeda de Goa lavrasse tangas e meias tangas ligeiramente enfraquecidas (mas tal enfraquecimento não seria já admitido antes da instalação dos Portugueses?); sabemos, com efeito, que as peças deveriam pesar cerca de 2 vinténs, umas, ou seja à volta de 4 gr, e cerca de um vintém, as outras — aproximadamente 2 gr. (1). Como se contavam 24 bazarucos por bargani, ao passo que a tanga se cambiava, durante a primeira metade do século XVI, por 48 peças de cobre, há que concluir que aquele era a metade da segunda e que é a meia esfera, e não a esfera, que lhe corresponde. A este mesmo resultado chegamos pelo cálculo a partir do câmbio entre o bargani e o pagode no tempo do Adil Khan: 13 barganis — mas há que descontar um de ágio — por pardau de ouro, que por seu turno se troca por 6 tangas (2). Nos primórdios da sua instalação os Portugueses podem-se muito bem ter enganado quanto à aplicação do nome de bargani. Peça de 12,

---

(1) *Comentários de A. de Albuquerque*, 2.ª Parte, cap. XXV.

(2) Além dos *Comentários*, citados: *Lendas da Índia*, Liv. II, cap. XI; *Livro dos pesos*, p. 31; Botelho, *Tombo*, pp. 46-7; «Arch. Port. Or.», V, p. 326; *Tombo de Goa*, pp. 42-3 e 50. Interpretando a correspondência da esfera e da meia esfera aos dois vinténs e ao vintém não como grosseira equivalência de peso (única interpretação possível do texto dos *Comentários*), mas sim como equivalência de valores (o que o texto de Gaspar Correia pode sugerir), concluiríamos, visto a tanga valer três vinténs, por identificar o bargani aos 2/3 de tanga, isto é, ao dirheme ou hasht-gani ou duplo damma; pesaria 2,97 gr. Sabemos, por outro lado, que o bargani era o quarto da «tanga branca» — moeda de que os textos não dão qualquer outra definição; esta seria, portanto, o tolá. O que é muito provável é que os Portugueses tenham confundido sob o mesmo nome espécies diferentes, tanto mais que os gancares tinham evidente interesse em tudo baralhar.

segundo o sentido preciso da palavra, o bargani, correspondendo à meia tanga, compreende 24 bazarucos, e portanto efectivamente doze duplos bazarucos; mas como a tanga, conquanto valendo 48 bazarucos, é também um dawazdah-gani, o mesmo é dizer, uma peça de 12 — doze bazarucos grandes, evidentemente —, a confusão do bargani e da tanga era fácil, e é o que se deve ter passado. O toque das espécies indígenas era igual ao das portuguesas. Quanto à organização da cunhagem, o governador contentou-se com impor novos cunhos, continuando o antigo pessoal goês em funções, sob a direcção de um tesoureiro português. A Casa foi arrendada a um brâhmane chatim *(chetti)* por 2 000 pardaus por ano (cerca de 1 500 cruzados), mais 2 % líquidos do montante de espécies lavradas [3].

Em Malaca, como não havia cunhagem de metais preciosos antes da conquista portuguesa, Albuquerque mandou lavrar moedas de prata que se prendiam ao larim, cuja irradiação abarcava esta porta do Extremo-Oriente e alcançava, para além, a China. Da Casa da Moeda então fundada saíram, ambas com o toque de 11 dinheiros, uma peça de 10 tangas — leia-se tangas larins —, ou seja, 720 reais, baptizada *malaquês* ou *real branco*, e uma outra de 5 tangas (larins, igualmente), com o valor de 360 reais, baptizada *meio real* mas conhecida na realidade pelo nome de *cruzado de prata* [4]. A primeira devia pesar portanto 52 gr, a segunda 26 gr [5]; a maior desapareceu, mas o cruzado de prata teve longa vida; foi ele que òbviamente abriu o caminho às piastras, que terão aproximadamente o mesmo peso.

Como o *católico* de ouro de 24 quilates (teóricos) e 10,16 gr valia 1 040 reais, a razão entre os dois metais, o amarelo considerado com o toque de 22 quilates e o branco com o de 11 dinheiros, estabelece-se em 6,7: estamos em plena zona de altas pressões do ouro e de pleno funcionamento da bomba aspirante da prata. Em Goa, a razão, no caso das espécies lavradas por ordem de Albuquerque, é provàvelmente de 10,5; na terra firme é, ao que parece, de 10: a diferença destina-se a evitar a fuga das peças áureas da capital luso-indiana [6].

A cunhagem das esferas e meias esferas cessou com a morte do Terribil; em compensação, em Malaca, a dos cruzados de prata prosseguiu. No fim de contas, dos dois sistemas monetários instituídos por este governador — o goês e o malaquês — só sobreviveram os bazarucos de cobre do primeiro e os cruzados de prata e calains de estanho *(kaling)* do segundo. Se o fracasso dos manueis não espanta — visto não se alinharem nem pelos pagodes nem pelos *zecchini*, e também não representarem verdadeiros cruzados —, o das esferas é mais inesperado. Ainda não soara a hora de instalar um sistema monetário luso-indiano, porque era ainda ténue o povoamento português nessa época. Larins e tangas, enquanto não vêm os *reales de a ocho* e *de a quatro*, dominam o mercado. Mas em Malaca, Albuquerque, se fracassou quanto ao ouro, conseguiu incrustar uma verdadeira economia monetária quanto à prata, aproveitando o prestígio do larim. Do pardau de larins ao cruzado de prata e finalmente à piastra a continuidade é certa, sem que haja pròpriamente filiação, mas sim justaposições sucessivas.

Em Goa, não se nos afigura de excluir que as espécies anteriores à conquista tenham continuado a ser cunhadas sob o domínio português, com os antigos cunhos. Seja como for, tangas e barganis permaneceram em circulação como moedas efectivas — o *Tombo* prevê as suas variações de câmbio em bazarucos, para fins da cobrança de rendas agrícolas. Mas também se formou pouco a pouco o hábito de designar por estes dois nomes números

---

[3] *Lendas da Índia*, t. II, p. 176; Barros, *Década II*, Liv. XI, cap. 11; *Comentários*, cit.

[4] *Lendas da Índia*, t. II, p. 255; Barros, *Década II*, Liv. VI, cap. 6; *Comentários A. A.*, 3.ª Parte, cap. XXXII. Cf. T. de Aragão, t. III, pp. 114-5.

[5] Gerson da Cunha atribui ao malaquês o peso de um quarto de tundaia, ou seja, 10,16 gr, o que não repousa sobre nada e seria aliás absurdo, dado o valor do católico de ouro. A única base para o cálculo dos pesos das moedas de prata é a sua razão para o larim; as 5 tangas que valem 360 reais são, incontestàvelmente, larins (a 72 reais cada; a outra tanga vale só 60 reais).

[6] Gerson da Cunha, p. 23 (ed. inglesa).

fixos de peças de cobre — 48 bazarucos a tanga e 24 o bargani; tais unidades fictícias eram qualificadas «de má moeda». A amoedação luso-indiana da prata só foi retomada no governo de D. Afonso de Noronha (Novembro 1550 — Setembro 1554); esta decisão, como aconteceu com a relativa ao ouro, não atendeu aos clamores da população da cidade que receava, e com razão, o termo de meio século de notável estabilidade dos câmbios, pois Goa continuava sempre bem aprovisionada em espécies estrangeiras. Para as autoridades, tratava-se de crear uma peça portuguesa equivalente, por um lado, tanto ao pardau de larins como ao *real de a ocho*, por outro, ao pagode hindu, logo, também, ao sãotomé.

Com um peso de cerca de 26,5 gr (talha de 8 peças e 4 tangas em marco) [7], e lei de 11 dinheiros, o patacão era fixado legalmente em 360 réis, conquanto o seu valor em prata ao curso na metrópole fosse apenas de 270 réis (o marco vale no Reino 2 400 réis); a Casa da Moeda cobra assim um sobrevalor de 30 %. Em breve desaba a cascata das quebras, sob o próprio governador que creara os patacões portugueses. O peso reduziu-se a 24,15 gr (talha de 9 ½ peças em marco), o valor efectivo baixando por isso para 233 réis, enquanto, não bulindo o valor nominal do patacão, o marco passa de 3 120 para 3 420 réis. Desde então a Moeda reteve 1 020 réis por marco, em vez dos 720 que retinha precedentemente [8]. Os governadores seguintes, D. Pedro de Mascarenhas e Francisco Barreto (1554--1558), não renunciaram a prosseguir na mesma via: alçaram nominalmente o marco de metal branco amoedado para 3 540 réis [9].

Deste modo, as autoridades portuguesas na Índia, que se tinham visto forçadas a decalcar a amoedação do ouro pelo pagode hindu, renunciando ao sãovicente, procuravam alinhar a cunhagem da prata pela piastra cuja espantosa e triunfal carreira já mais do que começara, e pelo pardau de larins, sòlidamente enraizado de há muito. Operação de «nacionalização» monetária, destinada a afirmar a autoridade imperial do Estado português, roubando ao possível concorrente espanhol o prestígio desta moeda. De modo análogo se tinha, com o sãotomé, nacionalizado e cristianizado o pardau de ouro de diabólicas imagens. Outras causas agiram no entanto, talvez mais poderosamente. A creação dos patacões como réplicas das piastras, os seus aligeiramentos ponderais e reforços nominais, suscitaram sempre a resistência e os protestos unânimes das populações urbanas da Índia portuguesa. Não estavam já as cidades perfeitamente abastecidas, ou até em excesso, de todas as sortes de moedas estrangeiras, desde os larins às piastras, para que tais emissões portuguesas fizessem temer a superabundância, o trasbordar da massa monetária em circulação? Donde receios quanto às inevitáveis consequências desta maré enchente: alta dos câmbios, subida dos preços... Se, opondo-se constantemente a Câmara e a cidade de Goa a esta política monetária, até alguns governadores que a desaprovavam tiveram, mau grado tudo isso, de se conformar com ela, fossem honestos ou cobiçosos, é que poderosos interesses seguravam o leme. O Estado ganhava, arrecadando os direitos de senhoriagem e os custos de feitio, assás elevados, que de outro modo não teria ganho. Os agravos formulados acusam nomeadamente os rendeiros do contrato de armamento das naus da rota do Cabo e todos os grandes negociantes que enviavam metal branco de Lisboa, onde valia, em arries, 2 400 réis, para o venderem à Casa da Moeda de Goa por 3 300, realizando um lucro bruto de 37,5 %. Por isso tinham começado a correr pelas duas rotas do Cabo e de Meca verdadeiros rios argênteos, elevando-se o ágio do pagode para 40 % [10].

---

[7] T. de Aragão atribui 544 grãos como peso ao patacão, ou seja, cerca de 27 gr, e Grogan *(Silver issues of Goa)* 27,2 gr, números que excedem a talha prescrita.

[8] «Arch. Port. Or.», II, p. 175; Gerson da Cunha, p. 30; T. de Aragão, t. III (análise e documentos).

[9] T. de Aragão, t. III, doc. 9 (Goa, 16-VI-1569).

[10] «Arch. Port. Or.», t. I, p. 58, e t. II, pp. 174-187; T. de Aragão, t. III, doc. 9.

Os clamores da boa cidade de Goa conseguiram finalmente fazer-se ouvir na corte lisboeta. Os Goeses não se queixavam já apenas da creação, julgada todavia nefasta, dos patacões, mas também, e sobretudo, do desencadear das desvalorizações, operando ora por aligeiramento do peso ora por reforço do valor nominal. Por carta de 4 de Março de 1563 o Cardeal Regente anunciava à Câmara que ordenava ao vice-rei que tomasse todas as medidas necessárias ([11]). Em 1566, D. Antão de Noronha proibia por fim a cunhagem dos patacões em Goa.

Mas em Cochim e no estrangeiro as emissões continuaram ou começaram as imitações, com mira a introduzir na capital portuguesa da Índia, por contrabando, peças falsas, visto não ter sido proibida a circulação das espécies até aí existentes. Que na própria Goa a proibição tenha sido letra quase morta, a ordenação de 16 de Junho de 1569 parece prová-lo.

Nesta data, com efeito, D. Luís de Ataíde ordena a aplicação do alvará de 1566, proibindo de novo a cunhagem dos patacões, meios patacões e tangas redondas; além disso, a ordenação marca um termo à circulação dessas peças: até fim de Agosto, prazo durante o qual serão aceites apenas a peso. Em Malaca e para leste, ao invés, continuarão a correr. Esperava-se que assim desaparecessem completa e definitivamente do Estado da Índia. É de acordo com o seu toque e o seu peso que os *reales* espanhóis serão recebidos de oravante, visto que a valsa das mutações também já os arrastara. As quebras das moedas luso-indianas trouxeram consigo, como se previra, a alta do câmbio: larins de Ormuz e todas as sortes de espécies áureas passaram a beneficiar de ágios tais que o seu valor mercantil excedia de longe o seu valor intrínseco. O mesmo prazo — fim de Agosto — foi fixado à legalidade das transacções que comportassem estes ágios anormais; a partir de Setembro teriam de conformar-se com os câmbios anteriores à instituição dos patacões (ou pelo menos anteriores às suas primeiras quebras) ([12]). Em 27 de Agosto de 1569 a Casa da Moeda do Estado português da Índia recebeu o seu primeiro *regimento* a regulamentar a sua actividade ([13]). As medidas de 1566 e 1569 fizeram voltar os câmbios aos níveis anteriores à creação dos patacões.

Em vez destes, a Moeda de Goa lança-se na cunhagem, como se fazia já em Cochim desde 1568 ([14]), de pardaus de tangas, baptizados *bastiões* mas conhecidos por xerafins, com o peso de 22,09 gr (talha de 10 peças 1/5 em marco) e valor de 300 réis; de meios bastiões com o peso do tolá; e tangas com 4,412 gr. O preço do marco era reduzido a 3 120 réis, igual ao da altura do lançamento dos patacões. No xerafim estavam gravados, de um lado, S. Sebastião (daí o nome) e quatro setas, do outro, as armas de Portugal ([15]). Mas quanto ao essencial regressava-se ao sistema indiano. A tal política, não podia a cidade de Goa deixar de aplaudir — com a condição, evidentemente, que jamais o valor nominal fosse aumentado, caso em que a autorização concedida seria nula e de não considerar, e com a condição ainda que o Estado aceitasse sempre estas moedas sem quaisquer limitações, no pagamento dos impostos, direitos e dívidas, etc. De início, o acolhimento dispensado aos xerafins brancos foi muito favorável, dado que representavam uma estabilização dentro dos moldes bem conhecidos e experimentados da tradição; em razão da lealdade do peso e da finura, beneficiaram de um ágio que subiu de 3 para 10 % ([16]).

Que o patacão não tenha triunfado do xerafim branco, surpreende à primeira vista, dado o êxito recente das piastras e a irradiação tradicional dos larins, por um lado, e a ausência de amoedação imperial de ouro e prata em Delhi há quase dois séculos, por outro. Mas os reinos muçulmanos do Hindustão e do Dekkan não tinham nunca interrompido por completo as cunhagens, e Sher Shah primeiro, os Moghóis na sua esteira relançavam o tolá, logo o pardau de tangas. Seria o fracasso imputável aos enfraquecimentos vertiginosos que o reduziram, de pardau de *reales (real de a ocho)*, a pardau de tangas? Este vai, no entanto, ser de igual modo apanhado na mesma engrenagem; apenas as quebras do xerafim branco

---

([11]) «Arch. Port. Or.», t. I, p. 58; T. de Aragão, t. III, pp. 148-9.

([12]) Ordenação de 16-VI-1569, em T. de Aragão, t. III, doc. 9.

([13]) Em T. de Aragão, t. III, doc. 10.

([14]) «Arch. Port. Or.», t. V, p. 692; T. de Aragão, t. III, docs. 8 e 11.

([15]) Grogan, *Silver issues of Goa*. Segundo este numismata, os pesos efectivos foram 19 gr para o xerafim e 9,2 ou 9,5 gr para o meio. Talvez se trate de peças cerceadas e gastas ou que datem do final deste século.

([16]) Goa, 13-X-1569, em T. de Aragão, t. III, doc. 11, e pp. 154-5; Gerson da Cunha, pp. 33-4. Esta a razão (com a que apontaremos adiante) por que não podemos seguir Damião Peres em datar desta época o exemplar n.° 51 (p. 32) do seu *Catálogo*.

começarão só passada uma boa dezena de anos de estabilidade. É porque o pardau de tangas corresponde, em valor, ao xerafim de ouro de Ormuz que será de oravante conhecido por xerafim branco ou simplesmente xerafim.

Em 1578 os câmbios ouro-prata mantinham-se nas taxas tradicionais: 6 tangas por pagode ou sãotomé, 7 por ducado veneziano ou sultani ou cruzado novo, 5 por xerafim de Ormuz. A razão dos larins para as tangas também não se alterara: 5 larins igualavam 6 tangas [17]. Mas tudo ia ser desconjuntado pela nova política de D. Luís de Ataíde no seu segundo governo (Agosto 1578 — Março 1581), oposta à do seu primeiro governo, que creara os xerafins brancos.

Com efeito, o vice-rei, «de seu poder absoluto e contra todo direito divino e humano» — conforme se agravará a boa cidade de Goa —, fez lavrar xerafins que continham apenas 5 partes de prata (15,65 gr) e 2 de cobre (6,41 gr): o seu teor caía de 11 para 8,57 dinheiros, permanecendo sem alteração o peso da peça e o seu valor nominal — 5 tangas ou 300 réis [18]. No Museu Numismático de Lisboa há um meio bastião de 9,82 gr com o teor de prata de 0,830 ou um pouco mais — a rasar pelos 10 dinheiros; supômo-lo de pouco anterior a esta quebra sensacional e preparando-a já. Um outro, que Aragão descrevera como tendo 11 dinheiros, é tão-só de 0,714 (8,568 dinheiros) de prata e pesa também apenas 9,16 gr, entrando estanho na liga (Peres, *Catálogo*, pp. 30-2, n.os 51 e 52 respectivamente): além do aviltamento do teor há quebra no peso — estamos no auge da degradação monetária. O preço do marco de prata saltava de 3 120 para 4 398 réis — pulo de + 40 %. A alta dos câmbios, quanto às moedas de ouro, foi da mesma ordem — caso do *zecchino* (+ 43 %) — ou nìtidamente superior — de + 50 % no caso do pagode, sãotomé e xerafim de Ormuz. No entanto, a subida das espécies argênteas foi moderada: a piastra passou de 6 tangas e 16 réis para 7 tangas e 10 réis (+ 11 %) — surpreendente viscosidade. Quanto aos preços dos géneros, o pão subiu de 2 para 5 bazarucos, a carne de 4 para 10 o arrátel, o candil de arroz de 12 para 30 tangas: alta de + 150 %. Os Goeses queixam-se ao rei, em 1582, de que já não sabem o que é comprar barato [19]. Mas o enfraquecimento dos bazarucos neste mesmo ano — de 42 para 47 pardaus o quintal — contribuiu sem dúvida também para a subida dos preços. Esta é todavia desproporcionada às duas quebras — da prata e do cobre — combinadas. Como vimos que aconteceu com os meios bastiões, os xerafins, além do aviltamento da liga, devem ter ràpidamente sido aligeirados para cerca de 19 gr.

Os protestos foram tão gerais e tão violentos que o governador Fernão Teles de Meneses (Março-Setembro de 1581) se viu obrigado a suspender a cunhagem dos xerafins brancos [20]. O seu sucessor, D. Francisco de Mascarenhas (Setembro 1581 — Novembro 1584), quis retomá-la, mas esbarrou com tal barreira que teve de confirmar a suspensão, em 1582. Na realidade, as emissões recomeçaram pouco depois, ainda durante o seu governo, e prosseguiram com o seu sucessor, como se constata pela carta do rei (§ 4) de 15 de Fevereiro de 1585 [21]. Abrira-se a era do ritmo infernal das cunhagens ilegais, dos clamores da cidade de Goa, das ordens formais das autoridades metropolitanas, das proibições proclamadas na Índia e imediatamente infringidas pelos próprios governadores que as assinavam. Assim, a carta régia que acabamos de citar proíbe a emissão de xerafins; mas

---

(17) *Livro dos pesos* (1554), pp. 31-2; T. de Aragão, t. III, doc. 11 (1569) e 16 (1582). Esta estabilidade cambial é a outra razão a que aludíamos na nota anterior.

(18) T. de Aragão, t. III, doc. 16 e p. 165.

(19) T. de Aragão, t. III, doc. 16.

(20) «Arch. Port. Or.», t. II, p. 219.

(21) T. de Aragão, pp. 166-171; Gerson, pp. 55-6.

em 28 de Setembro de 1587 o vice-rei D. Duarte de Meneses pede, em sessão da Câmara, o acordo desta para lavrar xerafins no montante de 30 000 a 40 000 cruzados, com o peso e o teor das peças que corriam. Como era de prever, esbarrou com oposição unânime; é que, para as compras na terra firme, havia que cambiar os maus xerafins por boas espécies estrangeiras, únicas aceites: resultava daí pesada perda, agravada pelas comissões exorbitantes exigidas pelos cambistas cujos lucros se elevavam a 40 ou 50 % ([22]). Parece, no entanto, que o vice-rei não fez caso; pois a carta régia de 8 de Março de 1589 refere-se às queixas da Câmara de Goa contra os maus xerafins que D. Duarte de Meneses fizera cunhar; o protesto deve datar de fins de 1587 ([23]). Uma vez mais, Lisboa apertou insistentemente com o governo das Índias Orientais para que não voltasse a cunhar moedas de teor tão aviltado; no ano precedente — 1588 — a côrte, por cartas de 28 de Janeiro, ordenara ao vice-rei que consultasse os letrados e os práticos e nada decidisse sem o seu parecer favorável ([24]).

O sucessor, Manuel de Sousa Coutinho, tendo encontrado, diz-se, os cofres vazios, resolveu, a conselho de Duarte Gomes Solis e com o apoio do parecer dos mercadores hindus, mandar cunhar xerafins com 20 % de cobre, alterar o valor nominal e o peso: como era de esperar, os câmbios subiram imediatamente: a piastra, que oscilava entre 416 e 420 réis na altura da chegada das naus do Reino, alçou para 460 e, quando da monção da China, para 480. Duarte Gomes, que se vangloria do papel que desempenhou, reconhece sem rebuços esta alta dos câmbios e até, por via de consequência, visto Goa se abastecer na terra firme, uma certa subida dos preços, mas pouco considerável. Em compensação, não se cansa de elogiar o alcance de tal pseudo-forma monetária: ter-se-ia por este meio retido em Goa uma certa quantidade de numerário argênteo que de outro modo se teria escapulido, porquanto, como as moedas com liga têm aí curso nominal superior ao valor intrínseco, beneficiam de poder de compra maior do que teriam se exportadas. Goa via-se periòdicamente esvaziada do seu numerário; agora, graças à liga, as espécies brancas abundam... ([25]) A definição das novas cunhagens assegurava um lucro de 50 % nos envios de prata do Reino, em vez dos 25 a 30 % até 1591 ([26]). Por isso os cofres das naus que rumavam para a Índia abarrotavam de cabedais em barras e em espécies, e depois essas naus regressavam a Lisboa pesadamente ajoujadas de mercadorias: incremento sensacional do tráfico pela rota do Cabo... ([27])

Que se passou na realidade? A Câmara de Goa não reconheceu certamente tal chuva de benefícios, porquanto enviou para Lisboa um novo caderno de agravos. Nova ordem formal do rei, em 8 de Fevereiro de 1590: acabe-se de vez com a cunhagem dos xerafins, quer puros quer ligados. A desobediência do governo de Goa não desarmou, porém: a carta de Lisboa de 22 de Fevereiro de 1591, que renova a proibição, baseia-se no facto de o governador Sousa Coutinho, calcando as proibições anteriores, ter feito lavrar xerafins alegando as imperiosas necessidades financeiras do Estado; mas então, pergunta Lisboa, por que é que não cortou antes as larguezas excessivas que distribuiu sem conta, peso nem medida? ([28])

O negócio correu mal para os seus promotores. À chegada do vice-rei Matias de Albuquerque em 1591, o procurador da coroa recebeu ordem de confiscar para a Fazenda real todos os haveres do ex-governador que excedessem 100 000 cruzados e de mandar para o Reino sob prisão o feitor da pimenta, apreendendo-lhe os livros de caixa ([29]). Mais tarde Duarte Gomes, transformado em arbitrista em Madrid, não perderá nenhum ensejo de repisar as referências a esta política monetária de 1588-1591 na Índia, apresentando-a como modelo para salvar a Espanha sangrada da sua prata e congestionada de bilhão. Na sua *Alegación*, todavia, em dado momento outro tom vem inopinadamente quebrar esta idílica evocação, desaparecendo logo de seguida: no parágrafo 17 lemos, com efeito, que a moeda dos baza-

---

([22]) T. de Aragão, pp. 171-2.
([23]) AHU, n.º 281, f. 53v.
([24]) T. de Aragão, citado.
([25]) Solis, *Arbitrio sobre la plata*, n.ºs 20-22.
([26]) Solis, *Alegación*, n.º 153.
([27]) Solis, *Arbitrio sobre la plata*, n.º 23.
([28]) AHU, n.º 281, f. 178.
([29]) Solis, *Arbitrio sobre la plata*, n.º 20.

rucos de cobre, devido ao seu valor nominal inferior ao que deveria ser, «luego se fue esperimentando, que se passava a tierra firme, con gran saca, assi como tambien llevaron los Serafines, que era respectivamente mas ruyn moneda, y con todo, por ser monedas de metales, que no tienen corrupción en breves tiempos no se vieron ningunas en Goa, ni en las mas partes de nuestras fortalezas.»

Como anteriormente quando dos patacões, é de espantar que na préamar dos *reales* e da prata mexicano-peruana o governo português das Índias Orientais escorregasse pelo declive das quebras dos xerafins brancos. No caso dos patacões, vimos pôr em causa, nomeando-os, os armadores e exportadores da rota do Cabo. A sua pressão não deve ter abrandado, mesmo se não dispomos agora de novas acusações precisas. Mas desta vez o governo de Lisboa, sem dúvida alertado pela Câmara de Goa, atira as culpas sem rodeios para a autoridade máxima da Índia portuguesa. A opinião pública (conta Solis) acusava Sousa Coutinho de ter ganho um milhão de ouro graças às emissões de xerafins com liga. A carta régia de 1601 imputa a cunhagem de xerafins à invenção de certos governadores ou vice-reis ávidos de se enriquecerem, e põe à mostra o mecanismo da negociata: esta alta autoridade mandava vir larins de Ormuz e fazia-os depois refundir e cunhar de novo ([30]). Às desculpas fundadas nas exigências da situação financeira, Lisboa retorquia que bastava amputar as mercês do seu valor exagerado. E todavia o íntegro Matias de Albuquerque, depois de ter executado as ordens da metrópole, proibindo a cunhagem dos xerafins, teve de autorizar, em 1594, a emissão de tangas e meias tangas do mesmo teor. Com toda a evidência, além das especulações dos meios de negócios, é, como Solis indica, o grande problema da saca — fuga — da moeda que se põe periòdicamente de maneira angustiosa. A este ponto voltaremos.

É permitido duvidar que a política monetária de Sousa Coutinho e Solis tenha representado verdadeiramente uma inovação. Os xerafins de D. Luís de Ataíde continham 28,6 % de cobre e estanho, e depois não se deixou, a não ser em breves intervalos, de os cunhar com tal liga, que deve ser também a dos xerafins de Sousa Coutinho; com efeito, segundo Solis, continham 20 % de metal inferior, uma vez descontados os feitios e direitos; tal foi igualmente a liga das tangas de Matias de Albuquerque. D. Duarte de Meneses no final do seu governo — 1587 — deve ter também lavrado xerafins, e, conhecidos os protestos, admiraria que não contivessem forte percentagem de liga.

Matias de Albuquerque entrou em funções disposto a sanear o mercado monetário. Havia, antes de tudo o mais, de absorver os xerafins já emitidos. Por isso, em 14 de Agosto de 1591 decretou o seu curso forçado, se assim é lícito exprimirmo-nos, obrigando os possuidores de bazarucos em Chaul, Baçaim, Damão e Diu a aceitá-los em troca. Depois, em 20 de Outubro, proibiu novas cunhagens e fixou um prazo de dois anos para o curso dos xerafins com perda legal no câmbio: esta perda correspondia a um ágio de 15 % a favor dos *reales;* ao fim desse prazo os xerafins não poderiam continuar a correr e as piastras deixariam de beneficiar desse ágio, regressando ao valor «normal» de 400 reis ([31]). Mas os contratadores da pimenta e os exportadores de prata com destino à Índia sentiam-se lesados por esta fixação do ágio dos *reales* que cortava cerce as suas manobras. Por isso Lisboa, por carta de 15 de Fevereiro de 1593, ordenou que se suspendesse a aplicação dessa medida, e em 15 de Março revogava-a, restituindo a liberdade ao preço dos *reales* ([32]); todo o resto se afundava, evidentemente. Ainda em 1595 o

---

([30]) T. de Aragão, t. III, p. 187.
([31]) T. de Aragão, t. III, pp. 178-180.
([32]) AHU, n.º 281, ff. 219v-220; T. de Aragão, t. III, doc. 27.

vice-rei lastimará esta oposição da metrópole a uma decisão tomada a instâncias da cidade de Goa e com parecer favorável dos letrados, teólogos e oficiais da Fazenda ([33]).

Como, pela introdução de pagodes, o comércio esvaziava as cidades luso-indianas de *reales*, o governo de Goa experimentou tornar obrigatório o registo das espécies exportadas. Mas a escassez de numerário não se aliviou. Em começos de 1594, a pedido do Senado municipal e das autoridades eclesiásticas, ou pelo menos com seu parecer favorável, o vice-rei autorizou emissões de tangas e meias tangas, valendo respectivamente 60 e 30 reis. Conserva-va-se a fidelidade ao valor facial tradicional, bem como ao peso antigo, talvez mesmo ligeiramente reforçado; mas, quanto ao teor, seguia-se a norma dos maus xerafins de D. Luís de Ataíde: 5 partes de prata e 2 de cobre — 28,6 % de liga. O marco de prata assim ligado a 8 ½ dinheiros de finura vinha a valer 10 xerafins, 1 tanga e 40 reis (ou seja, 3 100 reis) ([34]); o marco de 11 dinheiros custava portanto 4 012 reis. Deste modo, pelo desvio da cunhagem de moedas divisionárias em vez da grande unidade, o vice-rei íntegro caía na mesma política monetária do seu predecessor cúpido. Essas moedas têm agora a figura de São Filipe (como é natural), de pé, e do outro lado o escudo das armas nacionais. No Museu Numismático de Lisboa há uma tanga com o peso de 3,70 gr e uma meia tanga com 1,76 gr. (Peres, *Catálogo*, p. 40, n.^{os} 70 e 71); como não se determinou o teor, não sabemos se a perda ponderal compensa uma melhoria de lei, ou se haverá que classificá-las como pertencendo a emissões um pouco posteriores, em que o aligeiramento teria vindo agravar o aviltamento da liga.

Uma carta régia de 1601 renova a proibição de cunhagem dos xerafins. Em vão, ao que parece, porquanto o século XVII continua a emitir as mesmas espécies de ouro e de prata ([35]). A norma constantemente seguida foi fazer corresponder uma peça efectiva, variável de lei ou peso, ao valor facial fixo de 60 reis — o que equivale à degradação progressiva da unidade de conta (sem que tenha porém desaparecido, longe disso). Em Janeiro de 1614, por ordem de D. Jerónimo de Azevedo, procedeu-se à pesagem e ao ensaio das peças em circulação. Depois, a fim de regressar à pureza «clássica», rompendo com o vil teor das emissões desde 1579 mas consagrando não obstante as desvalorizações intrínsecas, as autoridades fixaram novos pesos à cunhagem de peças de duas tangas, de tanga e de meia tanga: respectivamente 6,56 gr, 3,28 gr e 1,64 gr. Talhar-se-iam em marco 15 duplas tangas, 30 tangas e 20 meias, ou seja, 65 peças ao todo, valendo 14 xerafins ou 4 200 réis, de que 1 xerafim ou 300 réis para feitios e desperdícios de fundição e cunhagem ([36]). Ao mesmo tempo, o bazaruco de cobre e de estanho é sensìvelmente reduzido de peso, mas a sua razão para a tanga permanece idêntica: 75. As peças argênteas de que conhecemos exemplares pesam menos do que o peso teórico: a tanga não atinge 3 gr., a meia 1,5 gr. ([37]).

As sucessivas quebras das espécies de cobre e estanho e a subida dos preços iam impor em breve a cunhagem de pequenas moedas de prata ou de bilhão muito branco com elevado valor em bazarucos. Em 1619 foram creadas peças de 30, 20 e 10 bazarucos, pesando respectivamente 0,984 gr, 0,657 gr e 0,329 gr de metal argênteo. Somando 2 xerafins e 45 bazarucos de direitos, feitio e desperdícios aos 15 xerafins e 45 bazarucos de custo do marco de larins, o marco de prata de 233 peças de 30 ou 349 peças de 20 ou 697 peças de 10 vinha a valer 18 xerafins (= 5 400 reis) ([38]), o que reduzia a tanga a 2,44 gr em vez dos 3,28 fixados em 1614, conquanto levantando o seu câmbio em bazarucos de 75 para um pouco

([33]) AHU, n.º 281, f. 300v.
([34]) T. de Aragão, t. III, pp. 180-2
([35]) Idem, p. 192.
([36]) Idem, pp. 198-200.
([37]) Idem, ibidem; Gerson da Cunha, p. 57; Peres, *Catálogo*, p. 47, n.º 74 (1,53 gr).
([38]) T. de Aragão, t. III, p. 202.

mais de 77; mas não se tocou na tanga, as peças menores ficavam portanto fortemente sobrevalorizadas. Esta sobrevalorização tinha por fim, é evidente, evitar a fuga das novas espécies.

Eis em que termos angustiosos o problema se põe às cidades luso-indianas, especialmente Goa. O metal não amoedado deixou de afluir; dos navios apenas desembarcam piastras ou meias piastras ou larins; mas umas e outros escapam-se a toda a pressa para a China e para o mundo malaio, para o império moghol. Há, por isso, que refundi-los e cunhá-los em novas espécies, a fim de reter o numerário argênteo, a que o Estado confere um valor nominal superior ao valor intrínseco de modo a atrair *reales* e larins à Casa da Moeda. Ora, imediatamente o ágio das moedas espanholas e ormuzianas sobe proporcionalmente ou mais que proporcionalmente, neutralizando o efeito da quebra intrínseca e do reforço facial. A Casa da Moeda está uma vez mais varrida. Impõe-se novo aviltamento intrínseco novo reforço do valor nominal. E o ciclo recomeça.

Na verdade, as *moedinhas* de 30, 20 e 10 bazarucos lavradas durante o governo do conde de Redondo desapareceram como tinham desaparecido as outras, sorvidas no vórtice da China e da terra firme indiana ([39]), depois de escorraçadas de Goa pela invasão de falsas moedas — mais leves e menos puras. Foi necessário, por consequência, reduzir o seu valor nominal respectivamente para 24, 16 e 8 bazarucos ([40]) — baixa de 20 %.

Fiel ao princípio da correspondência de uma moeda efectiva a um valor facial fixo, o conde de Linhares ressuscitou, em fins de 1630, os patacões, baptizados também cruzados (como em Malaca), de 360 reis ou 6 tangas. Como a piastra valia então 9 tangas, pesando 26,59 gr, foi, atendendo aos custos e desperdícios, o peso de 17,095 gr que se atribuiu ao patacão, da mesma lei que ela. O meio pesava 8,547 gr, a tanga 2,849 gr e a meia tanga 1,42 gr; o leque compreendia ainda a dupla tanga, o quarto de patacão (tanga e meia) e o quarto de tanga. Quão longe se está dos patacões de meados do século XVI, iguais aos *reales de a ocho*! Os actuais não são mais do que os 2/3 dos antigos — desvio que mede a desvalorização das tangas e dos reais. Em marco de *reales* (piastras) talham-se 13 patacões, deixando um excedente de 2 tangas e 8 grãos; acrescentando as 2 tangas de feitios e os 50 grãos de cisalha, obtemos o preço do marco: 15 xerafins, 4 tangas e 40 reis (=4 700 reis), estabelecido de acordo com o câmbio em vigor, de 9 tangas por piastra ([41]). Caso excepcional: estamos informados das quantidades lavradas de fim de 1630 ao fim de 1632 — durante dois anos:

6 993 marcos, 3 onças, 2 oitavas, 21 grãos de prata de partes
1 460 marcos, 2 onças, 5 oitavas, 18 grãos de prata do rei,

ao todo, 8 453-5-7-39 cunhados em patacões e tangas (e seus múltiplos e submúltiplos) ([42]) — 1 940,142 kgs.

Não estamos ao par das emissões monetárias de prata em Malaca durante a segunda metade do século XVI e no XVII. Teria continuado a cunhagem dos cruzados (iguais à primeira versão dos patacões) e das tangas larins? Na época de Barrett (1584) os primeiros já não coincidiam com os pardaus das segundas: correspondiam apenas a 4 ½ larins e aos 6/7 de piastra; os cruzados argênteos, iguais aos patacões de incerta reputação, tinham pois sido enfraquecidos. Seja como for, e conde de Linhares, porquanto tinha de prover esta fortaleza e não dispunha da

---

([39]) Relatório do vèdor da Fazenda José Pinto Ferreira, 1633 (AHU, Índia, caixa 10).

([40]) Relatório do secretário de Estado da Índia, Francisco de Lucena, sobre a moeda, 1633 (AHU, Índia, caixa 10).

([41]) Processo relativo à política monetária do conde de Linhares, AHU, Índia, caixa 10 Não seguir T. de Aragão, t. III, pp. 218 ss, porquanto não teve conhecimento das correcções introduzidas em Maio de 1631 às disposições de Novembro de 1630, a pedido dos oficiais da Moeda e após novos ensaios. De princípio, o peso do patacão e dos seus submúltiplos deveria ser um pouco mais forte — 17,182 gr —, porque os primeiros ensaios sub-estimaram os desperdícios.

([42]) Relatório do vèdor Pinto Pereira, citado.

«moeda» habitual — os panos de algodão —, mandou lavrar em Goa tangas malaquesas — isto é, que correm em Malaca; tinham-no informado que dariam um lucro superior ao das patacas. Eis os pormenores técnicos da operação:

	1631				1632			
	Marcos	Onças	Oit.	Grãos	Marcos	Onças	Oit.	Grãos
Prata das patacas	923	0	3	59	1 669	6	2	0
Cobre (liga)	74	0	7	37	182	5	2	38
Total	997	1	3	24	1 852	3	4	38
Desperdícios a descontar	8	1	0	24		?		
Total líquido	989	0	3	0		?		
Número de patacas fundidas	8 181 ¾ e 36 reis				14 190 ⅝			
Número de tangas cunhadas	72 920				132 411			
Peso da tanga	3,1 gr.							
Lei	11,11 dinheiros				10,81 dinheiros			

A primeira emissão fez-se em 1630 (exemplares não datados). No Museu Numismático de Lisboa há nove exemplares destes três anos, sete dos quais pesam entre 3,09 e 3,04 gr; os outros dois, de 1631, são aberrantes: 2,95 e 2,94 gr. Uma dupla tanga, de 1635, tem o peso de 6,10 gr. (Peres, *Catálogo*, p. 55, n.º 83 a 92).

Em 1631, o ganho resultante do envio para Malaca de tangas em vez de patacas foi de 933 ¼ patacas em 8 181 ¾ fundidas; no ano seguinte, 2 357 ¾ patacas em 14 190 ⅝ ([43]): isto é, respectivamente, 11,4 % e 17 %.

Qual foi exactamente o alcance desta operação? Das cunhagens de 1630-1631, as tangas não conseguiram, ao que parece, instalar-se no círculo monetário malaquês; em compensação, foram «aspiradas» pela China ([44]). Esta é talvez a razão por que o seu teor foi enfraquecido em 1632. Mas o vice-rei reconheceu lealmente em 1633 que na sua política monetária até aí seguida não tivera em conta um factor que acabava de revelar-se-lhe: no momento em que a carestia das patacas anula o lucro realizado no seu envio para a China, os xerafins brancos do tipo bastiões (creado por D. Luís de Ataíde em 1569), sendo de lei idêntica à da prata japonesa, ou seja menos 15 % do que os *reales*, são lá mais apreciados do que estes últimos e dão um ganho maior. Por isso André Furtado de Mendonça, quando era capitão de Malaca (antes de 1606), mandara aqui lavrar tangas da lei desses xerafins, num valor global de 50 000 ou 100 000 cruzados ([45]). Tais tangas não eram evidentemente larins. Teriam sido então postos de parte os cruzados brancos de 360 reis? Talvez não, porque se estes se dividem em 5 larins, dividem-se também em 6 tangas das outras. Que estas outras tangas, indianas, tenham conseguido conquistar um lugar ao lado do larim na economia malaquesa, deve-se provàvelmente às desvalorizações do cruzado branco. Seja como for, um facto é certo: a predilecção, em começos do segundo terço do século XVII, pelos xerafins, apesar do seu teor mais baixo, em detrimento das patacas, no Extremo-Oriente e, por ricochete, em Goa. É que, explicava-se, o seu valor não varia: sempre 300 reis; servem portanto de ponto de referência estável. Mas como há muito que não eram cunhados, sentia-se terrìvelmente a sua falta. De 19,922 gr, têm um pouco mais de 25 % de liga ([46]).

Por outro lado, os patacões e seus submúltiplos do sistema do conde de Linhares escapuliram-se igualmente. Além disso, o governo central não aprovou

---

([43]) Sobre todas estas emissões para Malaca, relatório do conde de Linhares de 3-II-1633 (AHU, Índia, caixa 10).

([44]) Idem, ibidem; T. de Aragão, t. III, pp. 220-2.

([45]) Relatório do conde de Linhares, citado.

([46]) Idem; relatório de Pedro Amaral Pimenta, Goa, 6-II-1633 (AHU, Índia, caixa 10).

a política monetária lançada em fins de 1630, por carecer de prévio acordo régio, ordenou a sua suspensão e submeteu o vice-rei a uma sindicância minuciosa. O processo é-nos conhecido. Os pareceres recolhidos são quase unânimemente favoráveis; só D. Lourenço da Cunha levantou objecções de conjunto — a creação de novas moedas não podia deixar de aumentar a confusão; Pedro de Amaral Pimenta critica apenas a fixação do câmbio da pataca em 9 tangas, advogando a liberdade de preço, único meio de não atingir os interesses do tráfico com a China, principal recurso — agora — da Índia portuguesa. Finalmente, em começos de 1635, o procurador da Fazenda em Lisboa concluía que nada nas reformas monetárias do conde de Linhares prejudicava a coroa ([47]).

§ 2 — *Larins e* reales. *A expansão da economia monetária.*

Ao considerarmos o conjunto da história monetária da prata nas Índias Orientais de 1500 a 1635, é, à primeira vista, a introdução definitiva da amoedação luso-indiana a meio do século XVI que parece operar o corte essencial. Mas vendo mais de perto, há um primeiro período de dois terços de século, ou até de três quartos, durante o qual os câmbios permanecem relativamente estáveis, as moedas pràticamente não se alteram, as cidades luso-indianas estão constantemente vivificadas por uma circulação de numerário abundante mau grado os movimentos que o levam a escoar-se para o exterior e mau grado a modéstia da contribuição da rota do Cabo. A este, opõe-se um segundo período de febre monetária a sacudir tudo e todos: a cascata das quebras desorganiza os cursos dos câmbios, o negócio da prata suplanta o das mercadorias, e, enquanto rolam, em vagas sucessivas, larins e *reales*, a escassez de numerário aflige constantemente as cidades luso-indianas, incapazes de o reterem não obstante toda a gama de medidas tomadas; a rota de Acapulco a Manila vem fazer concorrência à rota do Cabo.

Quando os Portugueses se assenhorearam do oceano Índico, não conseguiram instalar aí as suas espécies argênteas metropolitanas e tiveram que se inclinar perante o império incontestado do larim. Um rio de prata corre sem interrupção de Ormuz para a Índia. Todas as velas que desaferram do golfo Pérsico levam larins: é que na Índia a sua circulação é abundante, o seu valor, certo, explica Duarte Barbosa, (p. 273). De igual modo, um relatório português de 1515 assinala que correm por toda a Índia ([48]). Na mesma época, Tomé Pires sublinha o seu considerável afluxo ao Malabar ([49]). Em 1521, uma nau que vinha de Ormuz e rumava para Cambaia, sobre cuja carga os Portugueses fizeram mão baixa, transportava 20 000 pardaus em larins ([50]). A sua presença em força por toda a parte no Dekkan e no Guzerate, a meio de Quinhentos, e a estima em que eram tidos são atestados pelo *Livro dos pesos* (p. 35), que no-los mostra constituindo também a massa de numerário em circulação nas ilhas Maldivas, onde chegavam reexpedidos dos portos indianos mas onde também se cunhavam cópias. É, porém, sobretudo para Bengala e Malaca que a Índia ocidental os reexporta: verdadeiras mercadorias cujo preço alça e baixa, os larins valem na época da monção bastante mais que os 72 reais «normais» ([51]). Que tenham ditado a lei no mercado mone-

([47]) AHU, Índia, caixa 10 (processo citado).
([48]) *Cartas A. A.*, t. II, p. 250.
([49]) *Suma Oriental*, p. 338. Confiando no Hobson-Jobson, A. Cortesão, em nota a esta passagem, atribui à tanga em Ormuz um valor superior ao que tem em Goa. Absurdo evidente, resultante da confusão da tanga indiana com o larim.
([50]) Castanheda, Liv. V, cap. 92.
([51]) *Livro dos pesos*, p. 25.

tário de Malaca, o sistema de emissões argênteas aí adoptado por Albuquerque parece prová-lo: o cruzado é um pardau de larins. E muito para lá do Estreito de Singapura, a irradiação dos cruzados malaqueses até à Sunda ([52]) prepara o advento dos *reales* e testemunha o prestígio dos larins, cujo sulco podemos seguir até à longínqua China ([53]).

Esta prestigiosa omnipresença não se restringe nem embacia no decurso da segunda metade de Quinhentos e começos do século XVII. Só graças a ela são possíveis as imitações e falsificações, cujos focos se multiplicam. Com larins compravam os Portugueses a pimenta em Cochim, «onde esta espécie de moeda é de tão alto preço», acentua Van Linschotten, que desmonta o mecanismo do negócio: certos Portugueses de Goa mandam vir larins de Ormuz e vendem-nos quando chegam as naus do Reino a troco de *reales* que elas trazem, visto ser com aquela moeda persa que se faz a carga da pimenta; estes intermediários ganham nesta segunda operação 20 a 25 %, a somar aos 8 a 10 % ganhos na compra dos larins; quando é a monção para a China, vendem os *reales*, realizando agora um lucro suplementar de outros 20 a 25 % (cap. 29, p. 58). Sassetti e Balbi afinam pelo mesmo diapasão. Como os larins são a moeda mais espalhada por toda a Índia, beneficiam de um ágio variável de 6 a 22 % consoante as estações, alcançando o máximo quando das monções para o Norte — Diu, Cambaia, Chaul, Damão, Baçaim —, por um lado, para Bengala, por outro, bem como na época de maior intensidade do tráfico com o Balaghate ([54]). Pyrard de Laval (t. II, p. 101), frei João dos Santos ([55]), o *Soldado Prático* (p. 240), documentos soltos ([56]), eis outros tantos projectores cruzados a iluminar esta continuidade durante o último decénio do séc. XVI e o primeiro do século XVII. É com larins, vimo-lo, que as Casas da Moeda de Goa e Cochim cunham xerafins e tangas. As fontes posteriores continuam a mencioná-los, bem como a tabela dos câmbios estabelecida pela Câmara goesa em 1624 ([57]) e o *Livro do Estado da Índia* de Barreto Rèsende, que os referencia em Ceilão, Goa, Chaul, Baçaim, Damão, Diu, Mascate e até Mombaça na costa africana, conquanto não desçam a Moçambique ([58]). A área da sua circulação não cessara pois de aumentar, mas agora deparamos lado a lado com verdadeiros larins de extrema pureza e peso cheio e imitações feitas um pouco por toda a parte, enfraquecidas. Em 1624, em Goa, o desvio é de — 25 % daqueles para estas. Por isso, frente ao pardau de larins, que conta sempre 5 e cujo valor varia consoante as variações destes, há um outro pardau de larins, ora simples unidade de conta para designar 360 reis — o valor que tinha o primeiro, moeda efectiva, antigamente —, ora ainda verdadeira moeda — o cruzado branco, que contém apenas 4, às vezes 4 e meio larins, segundo os mercados ([59]). Em Malaca mesmo, o cruzado e o patacão, de 6 tangas ou 360 reis, cohabitam com os larins de Ormuz e Bassorah, de que 4 ½ igualam aquele valor, enquanto o *pardau de reales* (a piastra) vale 7 tangas, ou seja, 5 ¼ larins ([60]). Deste modo o cruzado e o patacão, primitivamente ligados ao larim, desprenderam-se deste devido sem dúvida ao aviltamento que sofreram.

Em vez de os prejudicar, a invasão em massa do Índico pelos *reales* a partir de meados do século XVI contribuiu para avolumar a enchente dos larins. Barrett, em 1584, explica que, como os *reales*, de igual modo que as espécies venezianas, não têm curso legal em Ormuz — nem aliás na Pérsia —, os mercadores e viajantes que não conseguem vendê-los para exportação entregam-nos à Casa da Moeda a fim de serem refundidos em larins, operação em que ganham pelo menos 2 % (pp. 14-15). Gomes Solis, que viveu na Índia até 1601 mas continuou a manter-se muito a par dos negócios orientais todo o resto da sua vida, sublinha em 1621 esta conversão dos *reales* que inundam o império turco e a Pérsia em espécies otomanas e persas *e em larins* de que «por via de Ormuz meten muchissima

([52]) Idem, p. 42.
([53]) Idem, pp. 41-42.
([54]) Balbi (1580-1588), ff. 71 e 77; Barrett (1584), pp. 18-20.
([55]) 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2.
([56]) Por exemplo, Lisboa, 23-II-1608, *Monções*, t. I, p. 197 (para Goa e Damão).
([57]) T. de Aragão, t. III, doc. 69.
([58]) B. N. Paris, Portugais 1, ff. 263v ss.
([59]) Idem, ibidem.
([60]) Barrett (1584), p. 22.

cantidad» na Índia ([61]). À entrada na Pérsia, explicará mais tarde Tavernier (1.ª Parte, Liv. I, cap. 12), é obrigatório declarar as espécies argênteas bem como a prata em barras ou lavrada; tudo é, obrigatòriamente também, refundido em seguida em Erivan ou Tabriz e cunhado em espécies persas — abassis, mahmudis, chayés (shahis). Como a Índia prefere os *reales*, sobre o câmbio de 13 a 13 $^{1}/_{6}$ chayés por piastra há um ganho suplementar se as peças espanholas forem introduzidas de contrabando, conseguindo-se fazê-las chegar a Hispahan na época da partida das caravanas para os portos do golfo Pérsico. Os larins gozam sempre do favor geral: desde Baghdad até à ilha de Ceilão, «où l'on ne parle que de larins», «tout le negoce se fait par larins», sobretudo ao longo do golfo Pérsico. Mas a sua área de circulação efectiva parece, a continuarmos a confiar em Tavernier, em vias de redução na segunda metade do século XVII.

É dobrado o meio de Quinhentos que pelas rotas do Levante e pela rota do Cabo os *reales* cunhados com a prata mexicana e peruana começam a afluir ao Índico. O *Livro dos pesos* de 1554 não os menciona ainda. Mas em 1569 alinham já ao lado dos larins, madaforshahis, xerafins, *zecchini*, pagodes e sãotomés ([62]), isto é, na curta lista das moedas mais espalhadas e mais prestigiosas do Oriente. Na época de Balbi, Barrett e Linschotten — 1580 a 1590 — corriam na Índia inteira e sobretudo em Malaca, donde a China os «aspirava» sem remissão. A propósito dos larins, assistimos às diferentes operações de câmbio pelas quais espécies ormuzianas e espanholas passavam entre as diferentes monções, e soubemos do alto ágio de que gozavam os *reales* na altura das partidas para a China — 18 a 22 % ([63]). Por decreto de 20 de Outubro de 1591 Matias de Albuquerque quis limitá-lo a 15 % durante um prazo de dois anos, a fim de levar os xerafins a escoarem-se e varrê-los assim do mercado. Era contundir com o mecanismo fundamental da rota do Cabo, por isso Lisboa, por decreto de 23 de Março de 1593, restituiu a liberdade ao preço dos *reales* ([64]). Mas a Câmara de Goa obteve do vice-rei, em 1601, a autorização de fixar o ágio dos *reales*; por resolução do senado municipal de 31 de Outubro este foi fixado por então em 20 %; previa-se contudo a necessidade de o fazer variar consoante a conjuntura, e esperava-se sobretudo poder reduzi-lo, como outrora ([65]). Na realidade, foi o contrário que aconteceu: um acordo entre a Câmara e o vèdor da Fazenda, em 17 de Junho de 1609, estabeleceu o ágio de 25 % ([66]). Que era este o curso efectivamente praticado durante este primeiro decénio do século XVII, aí está frei João dos Santos para no-lo testemunhar. À chegada das naus do Reino a pataca vale 400 reis, depois o seu valor vai subindo, até 500 — reencontramos os 25 % — aquando das partidas para o Sindh, Bengala e China ([67]).

Já em Outubro de 1583 o governo de Goa teve de proibir a saca dos argênteos *reales* para a terra firme sem licença especial assinada pelo próprio governador, conquanto deixando a liberdade aos larins e xerafins brancos ([68]). Proibição ineficaz. Mouros e Hindus precipitavam-se sobre Goa com as bolsas e sacos cheios de pardaus de ouro e pagavam não importa que preço para adquirirem os *reales*; o tráfico das mercadorias era abandonado. Em 1592 uma lei estipulou o registo obrigatório dos *reales* à exportação e fixou os contingentes cujo envio para o

---

([61]) *Arbitrio sobre la plata*, n.º 1 (p. 19 da ed. Bourdon).
([62]) T. de Aragão, t. III, doc. 11.
([63]) Van Linschotten, cap. 29, p. 58; Balbi, f. 70; Barrett, pp. 18-20.
([64]) T. de Aragão, t. III, pp. 178 ss.
([65]) Idem, doc. 43.
([66]) Idem, doc. 51.
([67]) *Etiópia Oriental*, 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2.
([68]) T. de Aragão, t. III, doc. 18.

Guzerate era autorizado, inscrevendo numa lista as pessoas admitidas a participar nessa saca. Mas a exportação com destino a Malaca e à China continuava inteiramente livre na época da monção ([69]).

Nada estancou esta hemorragia das cidades luso-indianas em *reales*. No fim do século XVI e começo do XVII frei João dos Santos assinala o seu escoamento ininterrupto em direcção não só à China e a Bengala mas também ao Sindh (2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2). Desta região do rio Indo traziam-se, de retorno, panos de algodão; navios havia cujos cofres continham, à ida, 400 000 patacas ([70]). Em 1605 uma ordem régia renovara todavia a proibição de saca de espécies. Mas tal exportação prosseguiu sem reduções. A Câmara de Goa por várias vezes que informou Lisboa: a fim de comprar no Guzerate e no Balaghate os panos de algodão indispensáveis ao comércio do mar do Sul expediam-se para lá, dessa capital, *reales*. Como aplicar uma proibição que atentava contra este tráfico basilar? ([71]) Interesses diferentes chocavam-se: interesses do grande comércio internacional, interesses do mercado urbano; mas também, no interior do primeiro grupo: os que comerciavam com a China ou Bengala não podiam deixar de desejar o corte da fuga dos *reales* para o Guzerate e o Balaghate, enquanto os interessados na compra das especiarias dos arquipélagos malaios tinham que os exportar para essas regiões da Índia a fim de obterem os panos de algodão que lhes serviriam de moeda naquelas ilhas. Um alvará de 1611 renovou a proibição, desta vez sem qualquer excepção, de fazer passar os *reales* «a Cambaia e terra firme» ([72]): sem mais efeito, é de crer.

Por seu turno, Holandeses e Ingleses não poderão proceder de outro modo que não seja injectar por Surate enormes quantidades de *reales* no império moghol, bem como, por Paleacate (Pulicate) e Masulipatam, na costa de Coromandel. Em Dezembro de 1619, por exemplo, aproveitando uma viagem do governador de Broach, a Companhia Inglesa envia de Surate para Ahmadabad, pela escala daquela primeira cidade, uma dúzia de caixas contendo 48 000 *reales (de a ocho)* ([73]). Em Abril do ano seguinte, são 10 000 *reales* «in specie» — leia-se: piastras — e 300 peças de ouro vindas de Mokka que os feitores expedem de Surate para Burhanpor ([74]). Neste mesmo ano, o navio holandês *Wappen van Zeeland*, vindo de Batávia, faz rota por Ádem e vai a Swally desembarcar 14 caixas de *reales de a ocho* que foram conduzidas a Surate debaixo de escolta de 24 mosqueteiros ([75]): este desvio da prata vinda da Europa, primeiro até Java e só depois reexpedida para o Guzerate, ilumina o sistema holandês de rotas. Por seu lado, em Masulipatam como em Pulicate, os feitores ingleses anotam sempre cuidadosamente o câmbio pagode-piastra, que de 1619 a 1622 oscila entre 1 ½ e 1 ¾: preço muito baixo do *real*, vantagem, para os Holandeses, em mandarem vir ouro em barras da Holanda ([76]). Em 1622, o navio inglês *Unetie* desaferra de Batávia rumo a Pulicate com 20 000 *reales de a ocho;* se para Masulipatam não é expedida nenhuma moeda, nem por isso Batávia deixa de ficar sem nada, e esta escassez de numerário tornar-se-á angustiosa no caso de não chegar ràpidamente de Inglaterra ([77]). Desde 1608 que em Surate e no Sindh, entre as espécies estrangeiras de todas as sortes que afluem, os *reales de a ocho* parecem ocupar o primeiro lugar, sendo o câmbio de 5 mahmudis por cada ([78]).

Os mercadores e viajantes «tâchent de passer par la Perse sans être découverts, pour qu'il [l'argent] ne soit pas fondu en abassis, qui dans l'Inde seraient de nouveau fondus en roupies», esta dupla fundição causando uma perda de 10,25 %.

([69]) «Arch. Port. Or.», t. III, pp. 348-50.
([70]) *Relação das plantas* (1621-1633), p. 18.
([71]) *Monções,* t. I, pp. 109 e 118 (Lisboa, 18 e 27-I-1607).
([72]) Idem, t. II, pp. 31-3, n.º 170 (Lisboa, 26-I-1611, proclamado em Goa 12-IX).
([73]) *English Factories in India,* t. I, pp. 152, 159 e 166.
([74]) Idem, p. 190.
([75]) Idem, p. 203.
([76]) Idem, pp. 158 e 262; *Letters received,* t. II, p. 107.
([77]) *Letters received,* t. II, p. 85.
([78]) Idem, t. I, pp. 34, 76 e 141.

Vindo de Constantinopla, Esmirna, Alepo, sendo na maioria Arménios que na Europa venderam as sedas, levam consigo as piastras sevilhanas — as melhores — e mexicanas, e também, um tudo nada menos pesados, os escudos brancos de França. Os mercadores que vêm da Polónia, da Pequena Tartária e da Moscovia trazem os rijksdaalder holandeses e alemães, de peso ligeiramente superior às piastras. Com toda esta massa de numerário as Casas da Moeda moghóis fundem e cunham rupias (79). Por isso em Surate as oficinas monetárias não param de lavrar estas peças indianas com as patacas, cujo metal é primeiro purificado, e com os larins persas cuja finura permanece sempre prestigiosa (80).

Como as naus do Reino fazem frequentemente escala em Moçambique, nesta cidade, que os larins não visitam, circulam patacas, bem como cruzados tanto de prata como de ouro, uns e outros iguais em valor às primeiras. Mas a sua quantidade não é muito considerável, porquanto se ganhava mais levando-os até Goa ou Cochim (81). Com efeito, o marco de prata valia em Moçambique, legalmente, tanto quanto em Lisboa: 2 400 reis em 1574 (*Orçamento*, f. 87), quando em Cochim o seu preço atingia 3 140. Cerca de 1635, a pataca vale em Goa mais 50 % do que na cidade de África. Da escala moçambicana algumas peças argênteas passavam a Mombaça, onde se encontravam já com os pardaus de larins; aquelas como estes corriam ao preço de 450 reis (Barreto Rèsende, f. 264) — mais 12,5 % do que em Moçambique.

A ilha de Ceilão, anexada ao império dos larins e tendo, além disso, de há longa data, um sistema monetário próprio, resistiu à invasão dos *reales*. Durante a primeira metade do século XVI os reinos insulares tinham cunhado meios fanões de ouro bastante vil e fanões de prata que valiam cerca de metade e de que 4 igualavam um fanão de Cochim, 76 igualando um cruzado. Mas circulavam, além dos pardaus de tangas, moedas de ouro de todos os cunhos e pesos vindas de fora, e nomeadamente os pagodes, os *zecchini* e os portugueses (82). Na altura do primeiro cerco de Diu, Buwaneka Bahu, que estava ansioso por ver os Portugueses livres de preocupações para o poderem ir ajudar, enviou-lhes um empréstimo de 3 000 *portugueses de ouro* (83). Quando, em Outubro de 1550, o vice-rei D. Afonso de Noronha veio a Colombo a fim de resolver os problemas políticos insulares, aproveitou para roubar os tesouros reais; um deles, de que conseguiu averiguar a localização, continha ducados venezianos (84). Mas já para meados de Quinhentos o ouro parecia cair em desfavor, visto que só se davam 4 tangas (em vez de 6) por pagode, e uma parte era em fanões falsificados (85). Esta moda de predilecção pela prata vai instalar na ilha o reinado dos larins e conduzir à cunhagem dos xerafins brancos que valem três destes; mas os fanões amarelos persistem, e melhoram até, visto que passam a bastar dois para ter um larim. O pardau ou xerafim de Ceilão é pois de 270 reis, menos meia tanga do que o da Índia. Divide-se em 6 fanões de prata, de 45 réis cada, que são portanto a metade do larim (este tem o valor de 90 reis) (86). Foi segundo este sistema que se fizeram as emissões luso-cingalesas dos capitães-gerais D. Jerónimo de Azevedo e Constantino de Sá nos dois primeiros decénios do século XVII. Uma moeda existente no British Museum e descrita por Grogan pesa 2,30 gr; outra, no Museu Numismático de Lisboa, tendo no anverso o escudo nacional dentro de uma roda de pérolas e no reverso a grelha de São Lourenço dentro de duas dessas circunferências, pesa 2,62 gr. (Peres, *Catálogo*, p. 50, n.º 80 e fotografia). São, quanto a nós, fanões do sistema de Ceilão (e não tangas do tipo goês já aligeirado), de que dois equivalem a um larim. Mas na Universidade de Leyde há uma moeda com a marca S (Ceilão), de 3,10 gr, e no Museu Numismático de Lisboa outra de 3,14 gr, possìvelmente com a mesma marca (Peres, *Catálogo*, pp. 48-50): são, estas sim, tangas do sistema goês, datáveis (aqui seguimos

---

(79) Tavernier, 2.ª Parte, Liv. I, cap. 2 e pp. 591 ss.
(80) Manuel Godinho (1661), cap. VI
(81) Barreto Rèsende (1635), f. 264v.
(82) *Suma Oriental* (1512-1515), p. 454; *Livro dos pesos* (1554), pp. 35-6.
(83) Pieris, *Ceylon*, t. I, p. 77.
(84) Idem, pp. 116-7
(85) De Cristóvão Rabelo, Belchior Roiz, etc., Ceilão, 27-XI-1547 (T. T., São Lourenço, III, f. 395v).
(86) Barreto Rèsende, ff. 263v e 287.

Damião Peres) de entre 1614 e 1619. A persistência desta amoedação local explica a procura de barras de prata: é a troco destas barras que se chega a comprar a canela: um marco de metal compra quatro quintais da especiaria ([87]).

Na vizinhança mesmo de Ceilão, no entanto, na ilha de Manar e em toda a zona da pesca de pérolas, além dos velhos fanões e de alguns patacões luso-indianos, são as patacas que constituem o núcleo das espécies em circulação, conforme atesta Barreto Rèsende (f. 263v). Quando, em 1619, o senhor de Jafanapatam e frei Pedro Betancor quiseram comprar a complacência do capitão-geral de Ceilão, Constantino de Sá, foram 3 000 patacas que eles lhe prometeram ([88]).

Para além do império moghol, nessa área imensa de economia não há muito pré-monetária, com o século XVII parecem espalhar-se os *reales* e as rupias. Sebastião Manrique, que de 1628 a 1643 percorre o Arrakan e o Pegu, bem como Bengala e a Índia moghol, por toda a parte por onde passa refere os *pesos*, cada um dos quais igual a duas rupias ou tangas (caps. 15, 19, 20, 25, 30).

É, todavia, a partir de Malaca para leste que se estende a grande zona de atracção de toda a prata do globo, e aí é que ficará enterrada como num túmulo. Em 1565 descobria-se a rota transoceânica ligando da maneira mais adaptada ao condicionalismo físico do Pacífico Acapulco e as Filipinas, e desde então todos os anos invariàvelmente uma frota de 2 ou 3 ou 4 galeões, de 300 toneladas cada, transporta um milhão de pesos do México ([89]), regressando do Extremo-Oriente carregados de seda. Este tráfico de troca da prata mexicana e peruana pela seda chinesa dá um lucro de 200 a 300 %. Manila é fundada pelos Espanhóis em 1571, ano do primeiro aparecimento dos juncos chineses, que de oravante aí voltarão numerosos:

1574	6
1580	14 ou 15 ([90])
Cerca de 1580 a 1600	30 em média anual, por vezes 40 ([91])
1616	7
1631	50
1636	30 ([92])

Os Chineses trazem seda e todas as espécies de tecidos de seda, panos de linho, almíscar, benjoim, marfim, pérolas, rubis, safiras, diferentes metais, enxofre, cereais e frutas, carne salgada, mobiliário, cavalos e mulas, especiarias e porcelana. Uma boa parte destas mercadorias segue para a Nova Espanha, acompanhada por alguns produtos filipinos — panos de algodão, cera, uns pedaços de ouro. Os géneros alimentícios servem à alimentação dos insulares, outra parte das mercadorias fica no arquipélago nas mãos dos espanhóis estantes. Comércio a tal ponto lucrativo que os Espanhóis desprezam a agricultura e a exploração mineira, e os próprios indígenas tendem a desleixar as suas actividades tradicionais, queixa-se António de Morga. É que em troca os Chineses apenas querem metal branco ou *reales*, nada mais ([93]). Uma página deliciosa de Sebastião Manrique explica a abundância que reina

([87]) Solis, *Alegación* (1628), n.° 113 (f. 138).

([88]) *Assentos Conselho Estado*, t. I, p. 52 (De Constantino de Sá, Colombo, 7-V-1619).

([89]) Pedro Teixeira, *Relación del camino*, 1610, p. 53, avalia este afluxo em mais de um milhão e meio.

([90]) Botero (*Delle cause della grandezza della città*, 1590, p. 384) estima em 15 navios a média anual. Estava portanto bem informado.

([91]) A. de Morga (1609), pp. 216-8, ed. Retana (p. 337, ed. Hakluyt).

([92]) Sobre tudo quanto antecede: Schurz, *The Manila Galleon*, passim; Chaunu, *Le galion de Manille* («Annales-E. S. C.», 1951), e *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques*, Paris, 1960.

([93]) Botero, *Relationi Universali*, 1592, p. 212 (da ed. de 1602); A. de Morga (1609), pp. 216-9; «Consulta sobre o comércio das Felipinas», 23-VIII-1610 (B. N. Madrid, 9 419, f. 70v).

nas Filipinas e pinta este furor chinês pela prata: «esta felicidad no se puede atribuir a virtud de la propria tierra, mas agradecerla a los partos, que producen las minas de la America, mandandolos en reales à Manila, a cuyo olor acuden los Sangleis, o Chinas con tan grandes ansias, que si les fuera posible, baxaran al infierno a inventaren cosas nuevas que traer, para llevaren la deseada plata, y enamorados Reales de a ocho: y es tanto esto ansi, que suelen de ordinario deziren por proverbio en mal pronunciadas palabras españolas, *Plata sa sangre*» ([94]).

Deste modo as Filipinas tornam-se, desde o último quartel do século XVI, um foco de propagação dos *reales*, difundindo pouco a pouco a economia monetária no Extremo-Oriente. As velas japonesas e portuguesas que vêm de Nagasaki em fim de Outubro e em Março carregadas de farinhas, carnes salgadas, atum salgado, sedas, biombos, armas, artigos de ferragens, baixela de prata, de que uma parte é destinada ao consumo das próprias Filipinas, outra reexportada para o México, levam de retorno não só a seda bruta chinesa e ouro, bem como artigos americanos ou espanhóis, mas também numerário mexicano, embora os Japoneses não o apreciem tanto como os Chineses, visto o Japão ser grande produtor de prata ([95]).

Apesar de todas as soluções diplomáticas à questão das Molucas, o comércio espanhol jamais se resignou a renunciar às especiarias extremo-orientais, e a instalação nas Filipinas forneceu-lhe excelente base para o contrabando. Sassetti, em 1585-1586, assinala que os Espanhóis de Manila iam carregar o cravo às Molucas, a fim de o reexpedirem para a Nova Espanha; mas, apertado pelos Portugueses, Filipe II quis obrigá-los a restituição e esforçou-se (aparentemente) por evitar a abertura de uma nova rota das especiarias passando por Acapulco ([96]).

O que nos importa aqui é tão-só a ocasião de introdução e difusão dos *reales* no mundo malaio. Os panos de algodão guzerates e as caixas chinesas, bem como as campainhas japonesas desempenhavam aí tradicionalmente o papel de moeda; é, em particular, com os primeiros que se faz na maioria dos casos a compra das especiarias ([97]). Os preços das especiarias em Banda e em Ternate eram expressos nas diferentes espécies de tecidos, e também em porcelana: trata-se de verdadeiras tabelas de equivalência destinadas à permuta, em relação à unidade de peso da especiaria. Em seguida os mercadores e feitores portugueses avaliavam em reis — na sua unidade de conta monetária — os dois termos da equivalência, a fim de suputar os lucros ([98]). Mas para as despesas quotidianas da guarnição portuguesa, o capitão António de Brito mandou bater, a partir de Outubro de 1522, com o cobre apreendido aos Castelhanos, *caixas* com a esfera gravada, segundo dois pesos: duplas e peças de cinco, tendo como unidade as caixas que os Jaus traziam e de que 50 equivaliam a 1 vintém, 1 000 a um cruzado; talhavam-se 15 000 caixas «javanesas» em quintal, cada uma pesava pois 3,9 gr. A finalidade de tais emissões era reservar os panos de algodão para o tráfico das especiarias, de maneira a manter o alto valor desses panos ([99]). No entanto a tentativa não foi continuada. Ao virem para Ternate, os capitães faziam escala em Java, a fim de aqui se fornecerem de consideráveis quantidades de caixas com as quais pagavam em seguida os funcionários e a tropa; o capitão fixava o valor a seu belo talante, de modo a garantir para si o máximo lucro, ora em 600 ora em 1 000 por cruzado, consoante a rareza ou abundância; se estavam muito baratas, preferia pagar em

---

([94]) *Itinerário* (1628-1643), cap. 43.
([95]) A. de Morga (1609, p. 219, ed. Retana (p. 314, ed. Hakluyt).
([96]) Sassetti, Cochim, 1585 (pp. 313-4) e 20-I-1586 (p. 330).
([97]) Duarte Barbosa (1516), p. 372; *Livro dos pesos* (1554), pp. 40-1.
([98]) Do capitão de Ternate, 11-II-1523 (*Missões Insulíndia*, t. I, pp. 149-151).
([99]) Idem (idem, pp. 156-6); de Rui Gago, 15-II-1534 (idem, pp. 313-4).

panos de algodão [100]. Quando os Malaios convertidos queriam homenagear ou auxiliar os seus padres, ofereciam-lhes, além de galinhas para a mesa, pátolas (espécies de chailes) com que podiam pagar as despesas correntes [101]. De Malaca assegurava-se o pagamento dos missionários das Molucas enviando-lhes tecidos [102]. Mas se as emissões portuguesas de caixas feitas nas próprias Molucas não duraram, mais tarde, para o último quartel do século, a Moeda de Goa lavrou sapecas, com a cruz como única gravura, destinadas a serem enviadas exclusivamente às ilhas das especiarias. Estas sapecas vieram alinhar ao lado das caixas chinesas sem as desalojarem [103]. Assim, panos de algodão e caixas continuaram a desempenhar o papel preponderante durante a maior parte do século XVI. Já, todavia, antes do termo do seu terceiro quartel, na ilha de Bornéu, se os indígenas continuavam a usar «en leurs trafics d'échanges et permutations», gostavam de importar as grandes moedas de prata, cujos caracteres tanto os encantavam, a troco de ouro em pó de produção insular — o primeiro metal era evidentemente caro, lá [104].

A instalação dos Holandeses e Ingleses em Java criou aqui um outro foco de irradiação monetária. A fim de ir comprar maça na ilha de Banda, partiu de Bantão em Dezembro de 1607 uma pequena pinaça com 8 caixas contendo *reales* [105]. Os Jaus que iam adquirir panos de algodão indianos a Malaca já não queriam pagar, em começos do século XVII, com drogas e especiarias, mas apenas com *reales*. Uma ordenação de 1603 proibiu ao capitão e mercadores de Malaca de aceitarem estas espécies em pagamento, obrigando-os a só venderem os panos a troco de especiarias e drogas. Mas esta ordenação não foi aplicada, por isso Lisboa deu ordem, em Janeiro de 1607, ao bispo de Malaca para fazer um inquérito e pô-la em vigor [106]. Três anos volvidos houve que renovar a proibição [107], prova que permanecia letra morta. Não era ùnicamente de Java que o mercado malaquês recebia as patacas e piastras: chegavam-lhe ainda de um porto do golfo do Sião, Patane (Patna) [108]. Como Malaca podia em seguida reexportar estes *reales* para o «vórtice chinês» com aliciante lucro, compreendemos imediatamente por que é que as proibições de nada serviam, mesmo se a infracção anemizava o tráfico entre esta cidade e a Índia portuguesa, privada assim das preciosas drogas e especiarias.

De Goa e Cochim os envios de numerário com destino a Malaca e para além gozaram sempre de um regime de liberdade; foi até para a manterem que um regime de fixação de contingentes de saca ou de autorizações especiais tentou travar a fuga das brancas espécies para o Balaghate e o Guzerate. De Malaca, por Macau, fundada em 1557 e etape essencial do comércio luso-chinês, este rio de *reales* desagua na China, donde as «naus da viagem» retornam às cidades luso-indianas sedas, porcelanas, móveis de luxo e outros delicados produtos chineses. Mas na realidade, ao desenvolverem-se, Malaca primeiro, Macau depois, tornam-se centros de negócios com os seus interesses próprios, escapando deste modo à tutela dos interesses de Goa e Cochim. Acabamos de o ver a propósito do tráfico com Java. Mais grave ainda, a coligação de certos interesses macaistas com o comércio (abominável aos olhos de Lisboa e dos empórios luso-indianos) das Filipinas e da Nova Espanha. Se velas japonesas frequentam Manila, navios portugueses estabelecem de bom grado e amiúde, como vimos há pouco, a ligação entre

---

(100) De Tristão de Ataíde, Ternate, 20-II-1534 (*Missões Insulíndia*, t. I, pp. 313-4).
(101) De Vicente Pereira, Amboino, 29-III-1554 (idem, t. II, p. 145).
(102) Do P.e Baltazar Dias, Malaca, 1-XII-1559 (idem, p. 342).
(103) *Livro das cidades e fortalezas* (1582), pp. 94-5.
(104) Thevet, *Cosmographie* (1575), Liv. XII, cap. 6.
(105) *Letters received*, t. I, p. 7.
(106) *Monções*, t. I, pp. 72-3 (n.º 21).
(107) Idem, pp. 291 (n.º 102) e 294-5 (n.º 103).
(108) *Relação das plantas* (1621-1633), p. 44.

o Japão e o arquipélago filipino. Dever-se-ia deixar Chineses e Espanhóis açambarcar todo o lucrativo negócio da seda e da prata entre a China e as Filipinas, ou não seria melhor, para os Portugueses de Macau, tornarem-se intermediários? Porque os Portugueses casados e estantes na China não sentiam escrúpulos em participar no contrabando do galeão que lá enviavam anualmente os mercadores de Manila. Que Malaca e Macau comerciavam activamente com o arquipélago filipino, prova-o à saciedade a sucessão das proibições desse tráfico: por exemplo, as cartas régias de 22 de Janeiro de 1587 ([109]), de 10 de Fevereiro de 1598 ([110]) e de 15 de Janeiro de 1601 ([111]). Todos os pretextos, de igual modo que razões sólidas, eram bons para cobrir com uma aparência de legalidade o trato defeso. A própria Lisboa não ordenava por vezes a Macau que enviasse armas e munições para Manila ([112])? A ameaça de um ataque holandês (que se deu efectivamente em 1622) obrigou a cidade de Macau a enviar a Manila por duas vezes, em 1621, navios carregados de mercadorias a fim de trazerem canhões e tropa; estas duas viagens teriam rendido 80 000 patacas — soma que a Câmara reduzia a metade ([113]). Macau pediu aliás a legalização da viagem de Manila, mas em sessão de 22 de Abril de 1624 o Conselho de Estado de Goa não achou por bem responder favoràvelmente ([114]). Na realidade, a viagem deve ter-se efectuado com regularidade, e em breve o mesmo Conselho acabou por autorizar oficialmente que um pequeno patacho fizesse todos os anos a ligação entre Macau e a capital filipina. A coroa preferiu, neste caso também, mandar aplicar o sistema de arrendamento ([115]): ao mesmo tempo que contentava os particulares, era para ela o meio de receber o seu quinhão nos lucros. Galeões de Manila deviam por vezes comboiar a frota do trato ([116]). Com um investimento de 3 500 a 4 000 piastras, a viagem do patacho podia render umas 30 000. E em 1634-1635 o secretário da Índia portuguesa pode constatar que entre as duas cidades — Macau e Manila — o comércio tece um constante vai-e-vem ([117]). Os Macaístas procuraram aliás, vê-lo-emos, ir muito mais longe nesta via.

O extravasar dos *reales* sobrepõe, desde o último quartel do século XVI, uma economia monetária, no vasto mundo extremo-oriental, reservatório do ouro, às formas para-monetárias e às caixas de cobre ou de estanho que anteriormente nele reinavam. São esses *reales* também que, alimentando as emissões de rupias, levam o Hindustão a voltar ao reinado do numerário argênteo.

Omnipresença, que Solis pinta em pitorescas cores: «no habra tierra en todo el mundo en que no se hallen reales Castellanos, que a poder tratar-se la tierra de tras de los montes Caspios, se devian hallar reales.» ([118]). Frei Gaspar de São Bernardino, em começos do século XVII (cap. XI), não se espantava menos da universalidade não só dos áureos *zecchini* como sobretudo das patacas espanholas cujo preço era tanto maior quanto mais afastado se estava de Espanha.

([109]) *Monções* (Arq. Goa), III A, ff. 164-6.

([110]) Idem, II B, f. 400. Bem como de 12-III-1592 (f. 460), que põe em causa os próprios capitães de Malaca.

([111]) Idem, VII, f. 14. Igualmente de 6-I-1602 (VIII, ff. 40-45).

([112]) Por exemplo, 25-II e 19-III-1609 (idem, VIII, f. 53 e 21).

([113]) Acusações de Lopo Sarmento e defesa da cidade de Macau, 1623, em *Assentos do Conselho de Estado,* t. I, pp. 173-6.

([114]) *Assentos Conselho Estado,* t. I, p. 209.

([115]) Idem, p. 232 (Goa, 4-XI-1629).

([116]) Idem, p. 268 (Goa, 14-IV-1630).

([117]) Barreto Resende (B. N. Paris, Portugais 1), ff. 411v e 419.

([118]) *Alegación* (1628), n.° 101 (f. 116).

Tal enchente de *reales* em vagas sucessivas, sem parar, durante decénios e decénios, rolando sobre o mundo asiático e malaio, trouxe consigo, como seria de prever, modificações nas relações entre moedas. Acompanhemos esta evolução no que respeita às principais, isto é, aos larins e piastras, por um lado, aos ducados venezianos e sãotomés ou pagodes por outro.

Em 1569, o *real de a ocho* equivale pràticamente a 5 larins e a 1 sãotomé ou a 1 pagode (o primeiro 376 reis, os outros 360, ou seja, uma diferença de 4,4 % a favor da piastra). Desde 1582 vale nìtidamente menos do que as peças de ouro: 7 ¹/₆ tangas contra 9, isto é, uma diferença de 24,4 % a favor destas últimas. Entre essas duas datas, o *real de a ocho*, cujo valor ultrapassava o do xerafim amarelo — 6 tangas e 16 reis contra 5 —, veio a valer menos — 7 ¹/₆ tangas contra 7 ½. Mas um quadro numérico iluminará muito melhor esta evolução ([119]):

PIASTRA — VALOR EM

	Sãotomé	Xerafim de ouro	*Zecchino*	Larins
1569	1,04	1,25	0,895	5,222
1582	0,792	0,955	0,716	4,777
	−23,8 %	−23,6 %	−20 %	− 8,5 %
1624	0,544		0,516	4
	−30 %		−27,9 %	−16,2 %
1634	0,606			
	+ 9,5 %			

LARIM — VALOR EM

	Sãotomé	*Zecchino*	Piastra
1554-1569	0,2	0,171	0,191
1582	0,166	0,150	0,209
	−17 %	−12,2 %	+ 9,4 %
1624	0,138	0,129	0,250
	−16,8 %	−14 %	+19,6 %

Até abrir o segundo quartel do século XVII, as moedas de prata não param de se depreciar em relação às moedas de ouro. Mas a desvalorização do *real de a ocho* excede a do larim, que se valoriza constantemente em relação àquele. Prova concludente da responsabilidade determinante da preamar dos *reales* nesta história monetária, sem que deva esquecer-se todavia que os larins rolam também em vagas sucessivas. O auge parece situar-se entre 1569 e 1582; depois a subida continua mas em ritmo mais lento. Por altura de 1624 o movimento já deve ter-se invertido, e numa dezena de anos a piastra valoriza-se de 9,5 % em relação ao sãotomé. Por isso na prata que as naus do Reino descarregaram em Goa em 1628 o lucro foi de 75 %; ora, fôra de 50 % em fins do século XVI e no primeiro quartel do XVII, em alta já comparativamente à taxa média de 25-30 % que caracteriza a primeira metade de Quinhentos ([120]).

§ 3 — *Zonas de produção e zonas de atracção da prata*

Eis como se apresenta o panorama monetário do mundo oriental por volta de 1500. Para lá de Bengala reinam os instrumentos pré-monetários, nomeadamente os cauris e as caixas, salvo nos dois encraves de Malaca e do noroeste de Samatra, onde circulam espécies de todas as sortes. Um pouco por toda a parte extrai-se aí o ouro mas não é amoedado, escoando-se para a Índia. Na China desenvolve-se a circulação de barras de prata, conquanto dentro de limites razoáveis; o metal vem em pequenas quantidades do Japão, mas principalmente das minas do Sudoeste chinês. É extraído igualmente na península indo-chinesa, constituindo a principal mercadoria que os juncos trazem a Malaca, donde passa à

([119]) T. de Aragão, t. III, doc. 11 (1569), 16 (1582) e 69 (1634); Barreto Rèsende, ff. 263-4.
([120]) *Alegación*, n.º 153 (f. 228).

Índia; pelo Pegu chegam a Bengala quantidades apreciáveis ([121]). Na vertente ocidental do oceano Índico, se algumas cidades costeiras formam também «ilhas» onde circula o numerário, espraia-se outra grande região de economia pré-monetária e igualmente de produção do fulvo metal. Entre estas duas alas, é a intensa circulação dos pagodes e fanões da Índia meridional, dos *zecchini* e xerafins vindos do mar Roxo, dos larins vindos de Ormuz, das tangas e outras espécies brancas da Índia setentrional. As espécies áureas são aqui muito mais abundantes do que as argênteas; mas todo o metal amarelo provém do exterior. Quanto à prata, só é relativamente menos rara em Bengala, aliás a Pérsia é o seu fornecedor quase exclusivo, conquanto afluam quantidades que não são para desprezar pela via do Cairo e de Ádem.

Nesta época a razão entre os dois metais preciosos permanece compreendida, na Europa, entre 10,75 e 12 ([122]). É de cerca de 10 na Pérsia, não atinge 8 na Índia e não deve ultrapassar 7,5 na China, onde provàvelmente se situa mesmo entre 6 e 7. Deste modo os mundos indiano e chinês são como que dois vórtices a atrair o metal branco. Durante longo tempo faltaram os meios de satisfazer esta procura. A rota do Cabo veio trazer um acréscimo de oferta a que não pode deixar de atender-se. Mas que representavam algumas centenas de quilos, ou até um pequeno número de milhares, para esses mundos imensos onde os homens se contam às centenas de milhões, onde acumulações de mercadorias no valor de um milhão de ouro não passam de gotas de água? Com efeito, a estabilidade dos câmbios durante os dois primeiros terços do século mostra por si só que a contribuição da nova rota permanecia insuficiente dada a sede de prata e apenas chegava para contrabalançar o afluxo, a partir de certo momento outra vez crescente, do ouro do Monomotapa e de Samatra. Há que aguardar pela abertura do Japão ao comércio português e pelo sensacional incremento da exploração mineira no México e no Peru para vermos começar tal situação a modificar-se verdadeiramente. Todavia as Casas da Moeda luso-indianas não conseguiram garantir-se um abastecimento de prata regular e suficiente. É que os *reales* fogem para a China, para a Malásia, para o Balaghate, sem que nada consiga retê-los, e as naus do Reino, de oravante, quase já não trazem barras. Por isso impunha-se descobrir minas argentíferas nas margens do Índico. Não as haveria nessa África produtora do ouro? Em Angola as bandeiras internavam-se em demanda da «serra da prata» e para além, visando mesmo alcançar os celebrados filões de Chicoa (ou Chicova).

Esta busca da prata de Chicoa começara a partir dos rios de Cuama (Zambeze) ao abrir o último terço do século XVI, se não antes. Francisco Barreto partira de Lisboa em 1569 com a missão não apenas de conquistar as minas de ouro e de garantir militarmente a abertura e a segurança dos caminhos de acesso às jazidas, mas também de buscar minas argentíferas e de lhes lançar a mão. O Monomotapa aceitou, em 1573, ceder todas as minas de metal branco do seu reino: concessão fácil, visto os Cafres delas não cuidarem e se ignorar mesmo onde se encontravam ao certo.

Em Maio desse ano o Monomotapa oferecera um presente de algumas barras, e, pouco depois, Gonçalo de Araújo, por ordem de Vasco Fernandes Homem, teria descoberto a localização das jazidas. Todos os rumores que circulavam por Sena e Tete as localizavam não longe destas vilórias ([123]). Na realidade, amostras de prata apareciam ora aqui, ora acolá, alimentando o mito em cujo encalço os Portugueses não descansaram de correr. Quando Nuno da Cunha se propõe ir punir o chefe Tondo que desbaratou o pequeno corpo expe-

---

([121]) *Suma Oriental*, pp. 383 e 390-2.

([122]) Hamilton, *Prices, Wages*, pp. 36 e 136; A. Girard, *Guerre monétaire;* Soetbeer, pp. 25-6.

([123]) P.e Monclaro, em Theal, *Records*, t. III, pp. 200 e 185.

dicionário de D. Pedro de Sousa, acena para Lisboa com a perspectiva da tomada de posse das minas de prata, resultado a esperar da destruição desses Cafres insolentes ([124]).

É só, todavia, em começo do século XVII que são lançadas novas expedições militares destinadas a conquistar as «minas de prata». D. Estêvão de Ataíde explora a região a leste de Tete e deixa aqui como capitão o mercador Diogo Simões Madeira que, durante alguns anos, vai devotar-se com muito tacto e energia a ampliar o domínio português sobre as tribos negras e sobre os seus respectivos territórios, sempre na esperança de desvendar o mistério das jazidas argentíferas. Mas a dança das intrigas e do choque de orientações contraditórias começou, alternando nomeações e quedas em desgraça. Em 1609 o capitão geral das minas, Nuno Álvares Pereira, apenas se manteve em funções alguns meses, substituído de novo por D. Estêvão de Ataíde; com este, firmou o vice-rei um contrato pelo qual lhe eram concedidas as mesmas honras e favores que o Rei concedera a Francisco de Sousa quando este partiu à descoberta das minas do Brasil; favores e honras que Lisboa se recusou aliás a ratificar ([125]). Tais concessões revelam bem a importância que se ligava na Índia à descoberta das minas de prata. Durante o governo de Ataíde nada se fez, porém. Diogo Simões Madeira continuou a sua obra, e em 1614 tomava pacìficamente posse da região de Chicoa, onde instalou um forte e uma guarnição; mas os Cafres que se dizia conhecerem o segredo desapareceram... Apesar de algumas disputas com o Monomotapa, que houve que bater em duas batalhas sérias, os Cafres às ordens dos Portugueses continuaram a remexer o solo por toda a parte, e novas amostras foram enviadas para Lisboa às escondidas, a fim de escaparem à barreira do partido hostil que existia em Moçambique. Portugal entusiasmou-se por esta «infanta da Cafraria», como lhe chamou Faria e Sousa ([126]).

Tudo deixava prever um feliz desenlace, quando a chegada, em 1616, de um inquiridor quebrou todos os esforços. Provàvelmente empurrado pelo partido hostil à demanda da prata, que apenas queria a exploração do ouro, o juiz Sousa Pinto perseguiu ferozmente Madeira. Mais tarde este foi reabilitado, e um novo inquérito aconselhou a prospecção por técnicos e uma política metódica. Em 1618 Nuno Álvares Pereira volta aos rios de Cuama investido de todos os poderes necessários. De Lisboa enviam-se neste ano para a Índia 22 000 cruzados em *reales de a ocho* e *de a quatro*, destinados à compra de panos de algodão que, expedidos para Moçambique, serviriam para custear a conquista; ordem é dada ao Tesouro de Goa para pagar as despesas superiores a essa soma ([127]). A prata da América servia para dar o arranque à exploração da prata de África... Os três anos de governo de Álvares Pereira saldaram-se porém por um fracasso, e em 1622 Lisboa mandava parar estas tentativas na região de Chicoa, conquanto continuando a animar Madeira e prossegui-las particularmente.

Todavia, em Maio de 1629, por novo tratado de paz com o capitão-mór Manuel Gomes Serrão, o Monomotapa promete mandar inquirir por todo o seu reino em que lugares se extrai a prata, avisar o capitão de Massapa e consentir em que este se entregue livremente à extracção ([128]). O secretário de Estado da Índia, Barreto Resende, por muito desiludido que estivesse com a zona de Chicoa — «com tudo bem se tem examinado não ser a terra disposta para minas de prata» —, continuava, por alturas de 1635, a acalentar a esperança de que, uma vez restabelecida a tranquilidade no Mokaranga, seria possível buscá-las e encontrá-las, porque «também pellas pedras se vê que as há neste Império de Monomotapa» ([129]).

Alguns anos volvidos, Tavernier, inventariando as jazidas de metais preciosos na Ásia e em África, apenas assinalará prata no Japão; em compensação, concede ao ouro do Monomotapa o lugar que lhe é devido ([130]). Realidades do ouro, mitos da prata que o tempo afundou, mais depressa em Angola do que na África oriental.

([124]) Lisboa ao vice-rei, 21-XI-1598, em Theal, *Records*, t. V, pp. 281-2.

([125]) Theal, *Records*, t. IV, p. 83.

([126]) Citado por Sidney Welch, *1580-1640*, p. 333.

([127]) Lisboa, 27-III-1618 («Arch. Port. Or.», t. VI, p. 1133).

([128]) Theal, *Records*, t. V, pp. 287-90.

([129]) B. N. Paris, Portugais 1, f. 85. As principais fontes para o estudo das expedições em busca da prata são Bocarro, *Década XIII*, e a documentação reunida por Theal, *Records*, t. IV (em particular pp. 147-154, o relatório do governador Diogo da Cunha de Castelbranco, Goa, 7-II-1619); narração, por exemplo, em Sidney Welch, *1580-1640*, cap. XVI. Para maior desenvolvimento, leia-se Oliveira Boléo e Guerreiro, *Minas de prata de Chicova*, Lourenço Marques, 1944.

([130]) 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

Duarte Lopes assinalava ainda a existência de veios argentíferos, bem como de outros metais, na ilha de São Lourenço (Madagascar). Mas os indígenas não se interessavam pela sua extracção, e o comércio exterior da ilha permaneceu sempre limitadíssimo, visto que os Portugueses nunca lá se instalaram ([131]). A riqueza mineira de Madagascar, cuja importância se exagerava aliás no que respeita à prata, ficou portanto inutilizada.

O único Potosi do Oriente, foi no fim de contas o Japão. Até o século XVI a extracção limitara-se à superfície. Mas em 1526 foi aberta a primeira mina de galeria na província de Iwami; os Chineses ensinaram, além disso, novos processos para separar o metal do minério, aplicados desde 1533; por isso a exportação para a China desenvolveu-se a partir do segundo quartel de Quinhentos, impulsionada pelo aumento da procura chinesa. Em 1542 os Japoneses começaram a explorar, na província de Tajima, as minas de Ikuno, e neste mesmo ano descobria-se a riqueza em prata da ilha de Sado, cuja entrada em exploração data do ano seguinte ([132]).

Precisamente neste momento navios portugueses vinham ancorar nos portos japoneses. De há muito que os Portugueses traficavam na China — em vários dos seus portos, mesmo da região de Fukien, pois não estavam ainda confinados à zona de Cantão. Não lhes podiam por isso ter escapado, não dizemos os primórdios, mas o incremento das exportações de prata japonesa para o Celeste Império e o acréscimo da procura do mercado chinês em relação a esse metal, de igual modo que, quanto à seda, do mercado insular. É esta conjuntura, bem mais do que os acasos da navegação, que explica o aparecimento dos Portugueses no Japão. Desde então, com notável continuidade, um ou dois *kurofune* — «navio negro» — aí desembarca a seda chinesa em troca das barras argênteas. Simultâneamente desenvolvia-se no próprio Japão a economia monetária, sobretudo a partir de 1568, as moedas de ouro tornavam-se meios correntes de pagamento tanto das compras como dos impostos. A produção insular de fulvo metal mostra-se insuficiente: por isso, além da seda, é também o ouro que desde o início do último quartel do século o *kurofune* aí vai trazer da China e de Malaca ([133]).

Desde 1544 o mais tardar, como certificam as informações de Pero Dias que Garcia de Escalante nos transmite, os Portugueses sabiam muito bem que a riqueza do Japão consiste em prata, de que uma amostra fora já enviada ao governo. Em 1548 o P.e Nicolau descreve já as grandes linhas do tráfico tal como vão persistir: da China manda o arquipélago vir seda e porcelana, salitre e mercúrio, almíscar, e para lá exporta metal branco, armas e enxofre ([134]). No primeiro rol há que acrescentar o ouro, a partir já antes de 1548. Este tráfico entre o arquipélago e o continente estava de início nas mãos principalmente dos Chineses e dos Japoneses. Mas os ataques dos *Wako*, que atingiram o paroxismo de 1553 a 1556, permitiram aos Portugueses intrometerem-se a desempenhar o papel de terceiro homem — o que ri por último, como previra o irmão Luís Frois ([135]); haverá que esperar pela entrada em cena dos Holandeses para que a sua posição privilegiada seja atingida a sério.

Não dispomos de números de produção para o século XVI. A prata era extraída na ilha de Trushima, situada no estreito da Coreia (aqui os filões estavam em exploração desde o século VII), nas províncias do centro da vertente norte da ilha de Hondo (às províncias de Iwami e de Tajima tinham-se vindo acrescentar Inaboa, entre as duas primeiras, Chogoku ou províncias centrais, Echizen e Etchu, mais a leste e a nordeste), na ilha setentrional de Sado e na ilha meri-

---

([131]) *Relatione del Regno di Congo*, f. 75.
([132]) Delmer Brown, *Money Economy in Japan*, pp. 56-8.
([133]) Idem, pp. 60 e 108 (nota 20); Boxer, *Christian Century*, pp. 31-2.
([134]) Delmer Brown, p. 61.
([135]) Malaca, 1-XII-1555 (*Missões Insulíndia*, t. II, p. 167).

dional de Sikok ([136]). Por alturas de 1590 um «bárbaro do sul» introduziu uma nova técnica de separação da prata tanto do chumbo como do cobre; este técnico seria português, como se supôs, ou antes espanhol vindo da América por via das Filipinas? Seja como for, a produção aumentou consideràvelmente. Ao mesmo tempo continuava-se a encetar a exploração de novos filões, tanto nas zonas já mencionadas como noutras — por exemplo, na província de Kaga ([137]).

Durante os primeiros quatro decénios do tráfico português no Japão os «navios negros» devem ter carregado anualmente barras no valor de uns 500 000 cruzados ([138]). Mas já por 1583-1591 esta exportação ultrapassava 600 000 cruzados ([139]), e para o final do século e no decurso do primeiro decénio do século XVII atinge quase um milhão ([140]). Deste modo, duplicou a quantidade anual que os Portugueses embarcavam, passando de umas 13 toneladas a cerca de 26 ([141]). O metal branco constitui quase que o único retorno para o *kurofune* — o arquipélago justifica assim o nome pelo qual Portugueses e Espanhóis o conheceram desde o início, de Ilhas da Prata ([142]). A carga que aí se descarrega tem outra variedade. Além da seda, e dos tecidos de seda, que se mantêm à cabeça do rol, e das porcelanas e outros produtos chineses, os Portugueses levam para o Japão, desde cerca de 1580, ouro da China. Sublinhámos já o incremento da economia monetária nesta época. Os 700 kg que as minas insulares produzem anualmente durante as últimas décadas do século estão bem longe de satisfazer a procura. Cada navio português traz por isso uns 2 000 «pães» ([143]), isto é, uns 900 kg. ([144]). Como o lucro neste tráfico do ouro diminui a partir de 1594, com a entrada em exploração de novas minas no próprio Japão ([145]), e como os Portugueses ganham agora mais no trato das mercadorias (segundo indica Diogo do Couto), esse «tecto» não subirá. Pelo contrário, a produção nipónica de metal amarelo ultrapassa, em 1624-1630, em 50 % o que fora em 1580-1600. Mas das Filipinas exportava-se também ouro para lá, pelo menos a partir de 1572 ([146]). Aliás os mercadores de Manila jamais desistiram de participar no comércio da China.

Quando da união dinástica, em 1580, considerava-se como firmado tradicionalmente um circuito comercial: a prata mexicano-peruana devia transportar-se na totalidade para Sevilha, onde os Portugueses a iam buscar (recebiam-na com frequência nos Açores e na própria Lisboa) a fim de a reexpedirem nos cofres das naus que velejavam rumo a Goa e a Cochim; destas duas cidades orientais partia a «viagem da China» que para lá levava os *reales*, trazendo de retorno a seda, os panos de seda, a porcelana e os móveis de luxo, que, pela via do Cabo, chegavam a Lisboa; o comércio português distribuía a seda à Espanha, donde a recebia o Novo Mundo. Mas o incremento da rota de Acapulco a Manila estava já a revolucionar todo este esquema e os interesses ligados ao seu funcionamento. Sevilha vê-se frustrada do seu monopólio do metal branco e em breve vai assistir à diminuição das chegadas; Lisboa e Goa, cujo abastecimento em *reales* passa,

---

([136]) Godinho de Eredia (ed. Caminha), p. 126.
([137]) Delmer Brown, pp. 58-60.
([138]) Segundo Valignano, que Sebastião Gonçalves segue e é citado por Delmer Brown, pp. 63-5.
([139]) Segundo Ralph Fitch, citado por Delmer Brown e por Boxer (pp. 105-6).
([140]) Couto, *Soldado Prático*, p. 240.
([141]) Tais cálculos são sempre aleatórios. Como números máximos poder-se-iam tomar 17 e 34 respectivamente.
([142]) Pedro Teixeira, *Relación del camino* (1610), p. 56.
([143]) Delmer Brown, p. 74.
([144]) O «pão» pesa aproximadamente 2 marcos (Couto, *Soldado prático*, p. 239).
([145]) Sebastião Gonçalves, *História*, cit. por Delmer Drown, p. 75.
([146]) Delmer Brown, pp. 72-6; A. de Morga (1609), p. 219 (ed. Retana).

como consequência, a ser menos fácil, vêem-se, além disso, frustradas do seu monopólio da seda chinesa. Daí a pressão exercida sobre o governo central no sentido de proibir o tráfico pelas Filipinas e de tornar eficaz tal proibição. Em 1592, um navio capitaneado por Don Rodrigo de Córdoba parte do Peru com os cofres a abarrotar de prata de mercadores e faz a viagem da China; como tem de escalar em Macau, as autoridades confiscam o navio e toda a sua carga. O Rei mostrou o seu descontentamento pela iniciativa dos Hispano-peruanos, renovou as proibições de tráfico entre as Índias Ocidentais e as Orientais, acompanhando-as de severas ameaças, em Março de 1594, e ordenou ao vice-rei que reprimisse as infracções. O produto da venda em leilão do que fora confiscado serviu ao governo de Goa para equipar a armada de retorno ao Reino, e foi enviado à Casa da Índia sob a forma de letras de câmbio ([147]).

Gomes Solis, antigo mercador transformado em arbitrista, sabia bem da ineficácia de tais proibições quando não acompanhadas de coacções económicas; por isso propôs a alça da prata em Espanha a fim de tornar mais aliciante o ganho no envio para Sevilha do que para Manila ([148]). Volta à carga nas *Advertencias sobre el comercio* de 1621-1622, insistindo no perigo de se esgotarem as minas em resultado de tal hemorragia a favor da China, e portanto na ameaça de escassez de prata que começa a pesar sobre a Espanha (p. 38). As estatísticas de Hamilton mostram que o arbitrista português era bom profeta. Solis quer favorecer Sevilha e Lisboa, reservar à rota do Cabo o monopólio do fornecimento da prata às Índias Orientais; defendia portanto a proibição (p. 44). Seis anos depois, na sua *Alegación* em favor da Companhia, sublinha de novo com traço grosso que a avalanche de prata americana pelas Filipinas encareceu todas as mercadorias chinesas e estragou o trato (f. 28). Mas esclarece-nos sobre as condições que davam vantagem à ligação Acapulco — Manila: perda no envio de metal argênteo da América para Espanha, apenas se lucra nas mercadorias expedidas em sentido inverso; visto no tráfico pela rota da Nova Espanha — Filipinas — China se ganharem bons lucros tanto à ida como no retorno, o comércio, que só busca o proveito, não pode deixar de preferi-la, apesar dos ganhos na exportação de *reales* de Lisboa para as Índias Orientais. Único remédio: levantar a prata em Espanha (ff. 66 e 44).

Quando em 1632, tendo fracassado a Companhia das Índias Orientais, os Jesuítas pretenderam recolher a sua herança, propondo-se formar uma Companhia de Jesus Temporal que teria o monopólio tanto das especiarias como da prata, pediam de novo o reforço das proibições, embora reconhecendo a grande utilidade do comércio de Manila para os Espanhóis da América; mas quanto ao abastecimento das Filipinas, apresentam-no como mais fácil a partir da Índia do que do México ([149]).

Prejuízo para as régias rendas, bem como para os interesses dos vassalos, ameaça para a segurança do Estado e obstáculo à cristianização do Extremo Oriente: eis como o bispo do Japão pintara os abomináveis tráficos no seu relatório de 20 de Setembro de 1611. O Conselho de Portugal dirigiu diversas representações, por exemplo em Dezembro de 1606 e em Outubro de 1609. A universidade dos mercadores de Sevilha agravou-se igualmente ([150]) — aliás Solis exprime bem o ponto de vista das duas cidades, portuguesa e espanhola.

Mas todas as proibições foram vãs. É que havia que contar com os interesses dos Espanhóis da América — bem como com os dos Espanhóis das Filipinas e dos Portugueses de Macau, e até de Malaca. As Índias Ocidentais e o Extremo Oriente luso-espanhol desenvolviam-se como meios económicos autónomos, tornavam-se em si próprios escápulas consideráveis — e mercados complementares entre si. Os Macaístas e os casados da China não só trataram em Manila, mas também procuraram tomar parte no próprio tráfico com a América espanhola,

---

([147]) *Livro Vermelho Goa*, f. 188; *Provisões dos Viso Réis*, I, f. 25; AHU, n.º 281, f. 245v; *Monções* (Arq. Goa), I, f. 38, e II A, ff. 245-57.

([148]) *Arbitrio sobre la plata* (1621), n.º 27, p. 40.

([149]) B. N. Paris, Fonds Portugais n.º 36, f. 313.

([150]) Relatório do bispo do Japão, em Gentil da Silva, *Alguns elementos*, pp. 78-83.

cabe desconfiar. Com efeito, um roteiro de começos do século XVII que, embora traduzido em castelhano, se destina ao uso dos Portugueses, aborda o problema de uma carreira regular de navegação portuguesa até Acapulco; para as primeiras viagens, dariam o seu concurso técnico os Espanhóis estantes em Macau e que conheciam a rota. A carreira compor-se-ia sobretudo de mercadorias das ilhas Filipinas, nas quais se pode ganhar 10 por 1 no Peru e 6 por 1 no México; e ainda de panos de seda chineses — não a seda por lavrar, que a América não quer —, mas em quantidade limitada a fim de não lesar o negócio entre a China e a Índia, que enriquece os Portugueses ([151]). Imiscuídos tão profundamente na teia mercantil relativamente autónoma do Extremo Oriente ([152]), os Macaístas tinham-se habituado a só obedecerem às suas próprias resoluções, desafiando os coriscos do longínquo governo de Goa, conforme este constatava amargamente sem poder puni-los, com receio de ver a cidade desligar-se dele e colocar-se sob a autoridade de Manila ([153]).

Mais forte do que os interesses de Lisboa, Sevilha e Goa e do que os raios com que estes empórios pretendem fulminar, há este facto supremo: de um lado, a zona onde a prata é mais cara em todo o mundo — a China —, de outro lado a zona onde é mais barata — a América mexicano-peruana; como impedir que desta para aquela corra em avalanche o metal argênteo, uma vez descoberta e traçada com regularidade a rota directa entre ambas? De um lado o maior país industrial, pelo menos quanto a indústrias de luxo, por outro nações em gestação, ansiosas de se fornecerem de produtos manufacturados: como é que do primeiro para as últimas não teriam afluído as sedas e porcelanas por essa mesma rota transpacífica da prata?

Em fins do século XVI e durante os três primeiros decénios do XVII a razão entre o ouro e a prata oscila entre 5,5 e 8 na China, mantendo-se na maioria das vezes à volta de 7, enquanto é de 10 no Japão tão próximo e de cerca de 9 no império moghol. Em Espanha passou de 12,5, anteriormente a 1620, para cerca de 14, depois desta data, e na América é evidentemente muito mais elevada ([154]). O Japão, que desenvolve a sua economia monetária sobre a base do ouro, recebe também *reales* das Filipinas, mas, como sublinha De Morga, em doses insignificantes; não só não atrai a prata (o valor da razão entre os dois metais bastaria para o adivinhar) mas ainda exporta a maior parte da sua produção: é o fulvo metal, e ele ùnicamente, que o interessa. Ao invés, no Hindustão o império moghol é uma bomba aspirante dos larins e dos *reales*, visto que a razão é aí de 9 e que a sua economia monetária se desenvolve sobre a base da rupia, argêntea. Solis chega a escrever que com destino ao Moghol e ao Guzerate «ay la misma plata que para la China»([155]).

Mas é a China que constitui o vórtice mais poderoso do metal branco vindo de todos os cantos do globo: larins de Ormuz e *reales* que conseguem atravessar a Pérsia às escondidas; piastras e patacas vindas pela rota do Cabo, por um lado, de Acapulco por Manila, por outro; barras japonesas: tudo aí se engolfa. Por isso Pyrard de Laval, entre 1602 e 1610, avalia em 6 ou 7 milhões, valor ouro, a prata sorvida no vórtice chinês (t. II, pp. 293-4). Forte exagero, sem dúvida; há

([151]) B. N. Paris, Fonds Espagnol n.° 290, f. 53v (cerca de 1601).

([152]) Como indica claramente Pedro de Baeza no seu *memorial* de 1609 (transcrito por Boxer, *Christian Century*, apêndice IV).

([153]) *Assentos Conselho de Estado*, t. I, pp. 205-6.

([154]) Pedro de Baeza, 1609, citado; Solis, *Alegación* (1628), ff. 57v-58; Yang, *Money and Credit in China*, p. 48; Delmer Brown, *Money Economy in Japan*, p. 64; Soetbeer, pp. 25-6.

([155]) *Arbitrio sobre la plata*, n.° 14 (p. 29).

talvez que reduzir a metade. Por 1585-1590 Ralph Fitch estimava, com maior verosimilhança, em 200 000 cruzados a prata vinda de Goa e Cochim, e em mais de 600 000 a vinda do Japão ([156]): ao todo, cerca de 850 000 cruzados; caberia somar-lhes a contribuição filipina. Vimos que no século XVII as quantidades de metal branco japonês atingem um milhão a um milhão e meio de pesos ([157]), de que nem tudo seguia a caminho da China. Não estaremos muito longe da verdade, talvez, estimando em um milhão, no máximo um milhão e meio a prata que entra anualmente no império do Meio antes de 1590, e em 2 milhões a 2 milhões e meio depois dessa data. Solis poderá declarar: «...la plata, pues en la China, para donde ay mayor saca por valer mas alla, acude como a su centro, porque en toda la mas tierra es peregrina» ([158]).

Um contraste fundamental entre esses dois vórtices da prata: os Moghóis voltam a cunhá-la sob a forma de rupias que são lançadas na circulação; os Chineses entesouram-na, mesmo que uma parte dos *reales* continui a correr a peso, refundida na maior parte dos casos em barras. Ali são verdadeiras moedas; aqui, são mercadorias ou objectos de tesouro.

([156]) Já citado por Boxer, pp. 105-6, e por Delmer Brown, 62-3.

([157]) Os mercadores de Sevilha avaliavam esta contribuição em 2 milhões (*memorial* do bispo do Japão, citado), mas tinham evidente interesse em exagerar.

([158]) *Arbitrio sobre la plata*, n.º 1 (p. 18).

Fig. 8 — Documentos económico-financeiros: LETRA DE CÂMBIO endereçada a Sebastiam Álvarez, «feitor delRey noso senhor em Andaluzia ou a qualquer outro que seu carrego tiver»; «Senhor feitor delRey noso Senhor em Andalozia: pague vosa merce por esta prima letra de caynbo a vynte dias vista Antom de Marchena, vizinho de Ronda dese Reino de Granada, duzentos e doze ducados d'ouro de peso, diguo duzentos e doze ducados por outros tantos que delle ca receby pera compras de triguo de Sualteza. Feito per my, Estevam Freyre, escrivã de seu carreguo, que os ditos ducados carregey em receita sobre Bastiam Leite, feitor no Reyno de Cezilia e Napoles. Feito em Napoles a biij dias de Novembro de 1522. [assinaturas] Estevã Freyre Bastiã Leite». Vem nas costas, assinado por Antõ de Marchena com Rafael de la Bassera e Pedro de Villegas a 6-II-1523 em Málaga, o recibo da entrega dessa soma por Sebastião Álvares. Figura também a indicação do registo de Lxxix b[c] (= 79 500) maravedis a f. 14 do Livro da feitoria — logo, contam-se 375 maravedis por ducado. Confronte-se com a letra de câmbio em italiano, de Lyon sobre Medina, publicada em extra-texto. Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte 2.ª, maço 105, doc. 27.

PARTE II

AS ESPECIARIAS

Capítulo 1

A MALAGUETA E AS ESPECIARIAS DE GUINÉ

Por especiarias e drogas designa-se um conjunto de produtos, na quase totalidade vegetais e em pequeno número animais ou mistos, que servem de condimentos, mèzinhas, masticatórios (bétele, areca), excitantes (cubebas, pedra-bazar) ou estupefacientes (ópio), perfumes e unguentos, côres de tinturaria (pau-brasil, açafrão, anil). A maior parte tem polivalência de funções: o sândalo branco, por exemplo, serve de tónico e estimulante cardíaco, por um lado, e de unguento (preparado com almíscar e água de rosas), por outro, além de servir de madeira; ao açafrão cabem três funções: matéria tintorial, adubo da comida, medicamento.

A cada aglomerado, especiarias e drogas só afluíam em pequeníssimas quantidades, logo a altíssimos preços; por isso o seu consumo estava desigualìssimamente partilhado, restringindo-se quase sempre à classe senhorial e à classe burguesa mais alta. Todavia as condições de conservação dos alimentos pareceriam dever impor um uso assás geral. É que, chegado o Outono, havia que matar, por falta de forragem, grande parte do gado, e a carne conservada salgada ou fumada apodrecia fàcilmente, e o mesmo acontecia ao peixe, conservado por forma análoga e assim exportado para longe (dos portos portugueses para a Catalunha, e até para Constantinopla, por exemplo). Para se aguentar o cheiro e sabor, tanta vez nauseabundos, e se poderem comer, havia que os adubar carregadamente, com condimentos picantes e fortemente odoríferos. Como se lê no pseudo-aristotélico *Segredo dos Segredos*, conhecido (e traduzido) em Portugal em começos de Quatrocentos, quando as carnes se assam fazem-se duras e secas, e por isso «cedo se comam. E entam som de louvar quando em ellas specias bem cheirantes se poem». (f. 40). Um «tratado de cozinha» da primeira metade de Quinhentos inclui em bom número das suas receitas o emprego de especiarias e drogas. Assim, para a vaca picada em seco, depois de vários preparos, põe-se a «ferver, temperada com vinagre e com seu sal e os adubos (cravo e açafrão e pimenta e gengibre)»; a galinha cozida e ensopada, apresenta-se em postas sobre fatias de pão, com ovos cozidos de redor, com o caldo amarelo dos outros ovos por cima, «e deitar-lhe-ão canela pisada por riba»; na preparação da lampreia também entram cravo, pimenta, açafrão e um pouco de gengibre (1).

Desde os primórdios da independência que se atesta o comércio das especiarias e drogas em Portugal. Assim, em Coimbra as posturas municipais de 1145

(1) Veja-se a excelente síntese de Oliveira Marques *A sociedade medieval portuguesa*, cap. 1 «A mesa».

taxam o preço da pimenta e o foral de 1179 atesta, como notou J. Cortesão [2], que continuava a ser usual no mercado. A «Ementa das mercadorias entradas pelo porto de Atouguia» que pagaram direitos ao rei menciona as «especias» e o anil (entre 1223? e 1279) [3]. Os forais de Silves, Loulé e Tavira, de 1266, estabelecem o direito de um morabitino para o rei, por carga de anil ou de «pipere», e o foral de Aljezur, de 1280, refere-se igualmente a pimenta [4]. Nas contas da casa de D. Dinis relativas a 1278-1282 aparece a canela [5], e a carta do mesmo rei, de 1287, sobre as mercadorias que entrassem pelo porto de Selir, reserva para a coroa os que incidirem sobre a pimenta e o açafrão (entre outros artigos: panos, armas, ouro e prata, metais industriais) [6]. Uma dona da rainha D. Isabel «avya huma dor muy má, que lhe vynha a tempos»; quando lhe davam esses ataques, tinham de lhe ligar pés e mãos, porque a não podiam segurar de outra guisa, «e lançavom-lhe pimenta muyda pelos narizes» (*Crónica de D. Dinis*, ed. Silva Tarouca, f. 82). No Porto, a favor do bispo e cabido quem «levar ou trouver pimenta ou açafram ou açucar ou outra especiaria qualquer, ou metal pagará do arratel da cada huma das ditas cousas tres mealhas, e se for menos que arratel pagará outro tanto», conforme se viu pela inquirição de 1339 e foi confirmado no processo com o rei em 1354 [7]. Aos mercadores de Lisboa foi concedida, e em 1353 alargada a concessão aos do Porto, isenção aduaneira para, entre outros artigos, as especiarias que trouxessem para consumo caseiro [8]. Quando o rei D. Pedro estava em Belas, os seus escudeiros mataram e roubaram um judeu que andava pelos montes vendendo especiarias e outras cousas (F. Lopes, *Crónica de D. Pedro*, cap. VI; facto de entre 1357 e 1367). Aos que tinham contias consignadas nas rendas da Alfândega de Lisboa mandou D. João I, talvez em 1410, pagá-las em bens, pelo menos em parte (sinal de escassez monetária); entre estes, em «especiaria e marçaria e linho e lenço [...] pelos preços que valerem aos tempos das pagas e contando-lhij mais o terço...» [9]. Na festa oferecida por D. Henrique aos irmãos em Viseu no Natal de 1414, «Alli forom outrossy de todallas viamdas d'açucar e comservas [frutas confeitadas] que sse poderom achar no rregno em muy gramde abastança, e assy de todallas maneyras d'espeçias e outras fruytas verdes e secas que compriam pera sua festa seer abastada» (*Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 23). Reparemos bem que nos direitos cobrados no Porto a unidade de peso prevista é o arrátel, isto é, 401,5 gr.: tratando-se de entradas e saídas aduaneiras, e não de vendas locais, temos bem a ordem de grandeza do trato internacional (tanto mais que diz respeito à especiaria que, mais do que nenhuma outra, é objecto de tráfego de massa).

Como é que o mercado português se abastecia? Em começos do século XV as galés venezianas da carreira de Flandres desembarcavam aqui as preciosas mercadorias, conforme se diz na carta de privilégio aos habitantes de Lagos de entre 1416 e 1433 (Silva Marques, t. I, n.º 254, p. 270). Esse fornecimento não pode, evidentemente, ser anterior ao estabelecimento da carreira, ou seja, a 1310-1320. As galés genovesas da carreira de Flandres, carreira que remonta a 1277, também podiam, quando escalavam portos portugueses, vender algumas quantidades. A isenção de 1352, acima citada, parece sugerir que viriam por vezes de Flandres.

---

(2) *Descobrimentos portugueses*, t. I, p. 144.
(3) Silva Marques, t. I, doc. 17 (p. 11).
(4) A. Iria, *O Algarve e os descobrimentos*, t. I, pp. 275-6 e 294.
(5) *Dicionário de História de Portugal*, t. I, artigo «Canela».
(6) Gama Barros, t. IV, p. 480.
(7) Silva Marques, t. I, doc. 60 (p. 57), e Supl. ao t. I, doc. 170 (p. 281).
(8) Idem, Supl. ao t. I, doc. 363 (p. 395).
(9) Idem, t. I, doc. 215 (p. 223)

mas é mais natural tratar-se de equívoco. É-se levado a pensar que especiarias e drogas vinham sobretudo dos portos maghrebinos e granadinos, da Catalunha e de Itália, em viagens de barcos portugueses, catalães e genoveses fora das carreiras de Flandres. Também por intermédio de Castela chegavam a Portugal por via terrestre. Lemos na «Descrição do terreno em roda de Lamego», de 1531 (pp. 596-7): «Em esta cidade se fazia antiguamente huũa feira per Santa Marinha em o mes de Julho, que durava quimze dias, omde vinhã muitos mouros d'Arevollo e de Graada [= Granada]; os quaaes traziam especearia, domde se bastecia todo rregno, por entom nom aver ainda trato da India. E pollas gramdes sisas se desfez».

Embora não fartamente abastecido, o mercado português reexportaria ocasionalmente: os direitos já mencionados incidem tanto sobre a entrada como sobre a saída; o foral da portagem de Lisboa, anterior a 1377, inclui um «Títolo dos averes que levarem pera alem mar pella foz» onde figuram a «marçaria e especearia», que pagarão 4 dinheiros por maravedi (por valor de maravedi), e estabelece dízima de entrada e saída para o «senne» (purgativo da Arábia), «çofeima» (?) e «brasil». Quanto aos navios hanseáticos que frequentam portos portugueses, só uma vez se menciona um carregamento de especiaria, e em quantidade insignificante: em 1438 teriam carregado para o Norte pau-brasil no valor de 4 libras flamengas ([10]). Nada sugere, pois, que os Portugueses se devessem por então interessar pela busca de uma rota directa para os mercados produtores de especiarias e drogas. Vejamos a evolução que conduziu a tal objectivo.

Que os Vivaldi tenham tentado, no ocaso do século XIII, descobrir uma rota oceânica para os mercados asiáticos das especiarias, compreende-se sem dificuldade à luz da situação no Mediterrâneo levantino e do papel dos Genoveses nesse tráfico. Aceita-se comummente que, desde o início, as grandes viagens de descobrimento do século XV visassem de igual modo alcançar a Ásia a fim de encaminhar as especiarias orientais pela via marítima. Como estamos perante navegações puramente portuguesas, ligar-se-iam, segundo uns, a um esforço no sentido de quebrar o monopólio veneziano e genovês, ou, segundo outros, a um impulso da economia italiana reagindo a uma crise do comércio do Levante.

Nada, todavia, parece provar que o abastecimento em especiarias das Escalas do Levante atravessava dificuldades duradouras durante a era quatrocentista. Uzzano, em 1440, e *El libro di mercatantie et usanze de' paesi*, uns vinte anos depois, não revelam qualquer sintoma inquietante. Os Turcos, se conseguem dominar a Anatólia e tomam Constantinopla dobrado o meio do século, desferindo assim alguns golpes rudes no comércio italiano no mar Negro, não interferem de modo algum, contràriamente a uma opinião tenaz que a demonstração de Lybyer em 1915 devia ter extirpado, com as grandes rotas das especiarias, quer sejam as do mar Roxo e o mercado de Alexandria, quer as das caravanas que, de Bassorah ou da Meca, desembocam em Beirute ([11]). Os Italianos, bem como, aliás, os Catalães, não tinham portanto qualquer razão para empurrar os ribeirinhos do Atlântico a lançarem as suas velas através do oceano ignoto, rumo a Calicute e a Coulão. Estariam por sua banda os Portugueses interessados, já na primeira metade do século XV, em entrar em concorrência com os Venezianos e os Genoveses e em irem abastecer-se a si próprios à origem, em mercadorias asiáticas? Constatámos há um instante a improbabilidade da existência de tal interesse, tão precocemente. Poder-se-ia, é certo, supor a intervenção de homens de negócios italianos, excluídos por uma ou outra razão do lucrativo monopólio que os seus

([10]) Oliveira Marques, *Hansa e Portugal*, p. 130.
([11]) *The Ottoman Turks and the routes of Oriental Trade;* V. M. Godinho, *Economia dos descobrimentos henriquinos*, cap. IV, e «*Levante* (Rota do Cabo e)» no *Dicionário de Hist. de Portugal*, t. II.

compatriotas fruíam, e por isso desejosos de abrir caminho fora dos interesses estabelecidos. Esses Italianos teriam podido sugerir aos Portugueses a ideia de alcançar a Ásia, dar-lhes a conhecer os planos mediterrâneos e as velhas tentativas, e até adiantar-lhes capitais. Infelizmente tudo isso permanece no plano das meras conjecturas, não havendo nenhum texto a deixar suspeitar ao menos que as cousas se tivessem passado assim. Nenhum indício de tal intervenção. As fontes referem-se explìcitamente à necessidade e ao desejo de atingir as regiões auríferas e de adquirir escravos; nenhuma alusão, por mais velada ou indirecta que seja, a qualquer intuito de entrar em contacto directo com os mercados de produção de especiarias, no decurso da primeira metade de Quatrocentos. Não é, por outro lado, de modo algum certo que o Infante D. Henrique pretendesse alcançar a Índia asiática e não, simplesmente, o Preste João da Abissínia ([12]). A *Crónica dos feitos de Guiné* não alude às especiarias; os diplomas oficiais e a correspondência da época, também não.

Usodimare e Cà da Mosto são os primeiros a desvendar o interesse português pelas especiarias. Quando as galés venezianas da viagem de Flandres tiveram, em 1454, de ancorar perto do cabo de São Vicente devido ao mau tempo, Antão Gonçalves e um veneziano estante em Portugal, Patrizio di Conti, foram a bordo mostrar açúcar da Madeira e sangue de dragão e contar as viagens de descobrimento empreendidas por ordem do Infante; e faziam ouvir o canto de sereia de aliciantes lucros. Cà da Mosto deixou-se seduzir, sabendo que o autorizariam a navegar com destino às terras novamente descobertas. Aliás os dois enviados acrescentaram «che se alcuno della nostra nazione vi voleva andare, che'l predetto signore l'averia gratissimo, e fariali gran favor; perchè egli presumeva che nelle dette parti si scopririano spezierie e altre buone cose, e sapeva che li Veneziani ne erano più conoscitori, che alcun'altra nazione» ([13]). Visto a viagem proposta ter como destino, tudo o prova, as costas da Guiné, as especiarias que D. Henrique contava encontrar só podiam ser africanas, e de modo algum as asiáticas.

Na realidade, os Portugueses tinham já encontrado a malagueta no Gâmbia. Com efeito, quando, no ano seguinte, Usodimare chegou à foz deste rio, decidiu entrar por ele porque sabia antecipadamente da presença de ouro e malagueta ([14]). Em 1456 Diogo Gomes comprou aos Negros do rio Grande (Geba), além de panos de algodão e dentes de elefante, «unam quartam mensuram de malagueta in grano et in corticibus suis sicut crescit, cum quo multum gauisus fui» ([15]). O cronista Barros confirma que foi no tempo do infante D. Henrique que as caravelas carregaram os primeiros grãos ([16]).

A malagueta ou grãos do Paraíso é uma especiaria constituída pelas sementes das duas espécies *Afromomum Melegueta* e *Afromomum Granum-paradisi*, confundidas outrora sob o nome único de *Amomum Granum-paradisi*. Na Europa o seu consumo data o mais tardar do século XIII, como condimento e como remédio. As caravanas cameleiras traziam-na através do país mandinga e do Sáara, aos portos mediterrâneos, principalmente à Tripolitânia, donde os mercadores cristãos a espalhavam pela Cristandade. Ignorando a sua proveniência, os Italianos, diz João de Barros, baptizaram-na *Grana paradisi*. Na realidade, a pri-

---

([12]) Já Vignaud o punha em dúvida. Ver principalmente Duarte Leite, «O plano henriquino da Índia e os nossos escritores», em *História dos Descobrimentos*, vol. I, pp. 96-121, e a nossa *mise au point*, em apêndice a essa obra, vol. II, pp. 382-422.

([13]) *Prima navigazione*, cap. 1 (ed. Caddeo, p. 168; ed. Academia, p. 7).

([14]) *Documentos sobre a expansão*, t. III, pp. 98-9; Caddeo, *Navigazioni atlantiche*, p. 153; MCAEA, vol. IV, fasc. 1, f. 1 102.

([15]) *V. Fernandes*, f. 275v; Münzer, *Itinerário*, apêndice.

([16]) Mas engana-se ao localizar esse carregamento na costa do mesmo nome. *Década I*, Liv. II, cap. 2.

meira referência, de 1214, é em latim, e na forma *melegeta*, e logo a seguir em grego também a mesma forma *(melegetai)*; a forma *grana paradisi* surge em 1245, a propósito das especiarias à venda em Lyon. O nome *meleghetta* é que aparece nos textos italianos de Pegolotti (1346) e Uzzano (1440) ([17]). O veneziano Cà da Mosto descreve, quando refere a escala saariana de Audem (Uadam), o tráfego a dorso de camelo que de Tombuctu leva para a Berbéria «oro e meleghette», em troca de «rami e argenti»([18]). Para leste, a especiaria guineense escoava-se para Alexandria, durante a primeira metade do século XIV ([19]). Um século volvido, Uzzano assinala a venda não só nesta cidade mas ainda em Damasco; neste último mercado o seu preço atingia três vezes o do gengibre, e quase tantas vezes o da pimenta; a malagueta era aqui, evidentemente, muito mais cara do que no mercado alexandrino ([20]). A oeste, o principal mercado parece ter sido Arzila; pelo menos Pegolotti, ao tratar das exportações, alinha os grãos do Paraíso ao lado do marfim, do anil, do alúmen e dos cereais; pagam meia dobra por *cantaro* (quintal) de direito alfandegário «all'uscire», tanto como o marfim e o anil. Repare-se que a unidade de peso que serve de base ao lançamento dos direitos denota um comércio de não pequeno volume ([21]). Do Maghrebe a malagueta passava, segundo Pegolotti, às feiras de Montpellier e Nimes. Informa-nos Uzzano (caps. I, LII, LXXVI), em 1440, que é vendida em Florença, Génova e Barcelona. Alguns anos depois, *El libro di mercatantie* indica Veneza e Maiorca (pp. 67 e 88). Não parece, contudo, que esta especiaria tenha penetrado na Europa setentrional antes de meados de Quatrocentos. A lista das importações de Bruges e Flandres, arrolada no século XIII, não a menciona, enquanto enumera os produtos do Egipto, de Tunes, de Bedjaia, Fez, Marrocos e Sidjilmessa ([22]). Nem Pegolotti nem Uzzano a assinalam nas praças de comércio do Norte.

Desde quando é que as especiarias africanas chegavam a Portugal? Nada sabemos. A sua área de irradiação parece ter sido a bordadura do Mediterrâneo. No entanto, visto este produto guineense ser distribuído pelos mercados maghrebinos, em particular Arzila, tudo leva a crer que os Portugueses deviam receber

---

([17]) Recentemente, Robert Cornevin (*Histoire de l'Afrique, des origines au XVI^e^ siècle*, Paris, 1962) pretendeu ressuscitar as pretensas viagens dos marinheiros de Dieppe à Guiné no século XIV a partir de 1364. A sua argumentação não destrói o facto fundamental, decisivo, de só para final do século XVI, se não mesmo apenas no XVII aparecer a reivindicação francesa de prioridade, quando tão numerosas fontes quatrocentistas e quinhentistas mostram que o descobrimento se deve aos Portugueses. Entre outros argumentos, todos inconsistentes, aduz que a palavra «malagueta» seria de origem francesa, tendo sido transmitida aos Negros e por estes aos Portugueses, que anteriormente empregariam a designação de «sextos». Ora, como já em 1877 demonstrou o conde de Ficalho, a palavra «melegueta» e outras suas formas (cuja origem continua a ser desconhecida) aparece desde o século XIII em fontes latinas, gregas, italianas (recordemos agora tão-só Pegolotti e Uzzano) (*Memória sobre a malagueta*, reed. 1945, pp. 19-37). O mais antigo texto francês em que o seu uso está atestado é a narrativa de Eustache de la Fosse, que, embora referindo-se a uma viagem de 1479, data de cerca de 1520. Ora as cartas de quitação, o *Esmeraldo*, a descrição da Guiné coligida por V. Fernandes certificam que a palavra era corrente em Portugal no fim de Quatrocentos. Aliás De la Fosse refere-se à especiaria sempre pelo nome de «graine de paradis», e quando se trata da costa é que diz «nous allâmes à la Manighette, qui est la côte de la graine de paradis» (ed. Mauny, pp. 185 e 189); parece pois que ignorava a sinonímia e que ouvira o topónimo de Espanhóis ou Portugueses. Estes devem-no ter recebido dos Italianos (Cà da Mosto e Uso di Mare empregam «meleghette» e estiveram em Portugal).

([18]) *Prima Navigazione*, cap. IX (ed. Caddeo, p. 186).

([19]) Pegolotti (1346), cap. XIV.

([20]) Uzzano (1440), caps. XVI e XVII.

([21]) Pegolotti (1346), cap. XXVI.

([22]) Legrand d'Aussy, *Fabliaux ou contes... du XII^e^ et du XIII^e^ siècle*, pp. 8-10. A «graine» que o Portugal para lá exporta não é, evidentemente, a malagueta (ao contrário do que alguns pretenderam), mas a côr de tinturaria (grã).

pequenas quantidades das cidades marroquinas que frequentavam assìduamente; a sua instalação em Ceuta em 1415 não pode deixar de ter reforçado essas relações. Seja como for, por meados do século XV ([23]) os Portugueses começam a interessar-se pela busca de especiarias na África negra; esforçam-se por atrair ao seu serviço Italianos conhecedores desse tráfico no qual se iniciavam. Assim se explica o papel do genovês Usodimare e do veneziano Cà da Mosto. Um outro veneziano, cônsul da Senhoria, ao que parece, ajudou-os. Da parte dos Portugueses não há portanto mostras, por enquanto, de se ter em mente entrar em concorrência com o comércio genovês e veneziano, antes parecem animados da esperança de os interessar pela nova rota marítima. Nada prova, por outro lado, que a iniciativa parta dos Italianos ([24]): estes correspondem a um apelo.

Os botânicos determinaram duas áreas principais de produção desta especiaria: o Alto Gâmbia e o Alto Níger, por um lado, a Serra Leoa e, sobretudo, a costa da Malagueta, por outro; na zona que tem o seu nome é ela particularmente abundante. As fontes dos séculos XV e XVI ajustam-se a estas conclusões. No que respeita ao Gâmbia, citámos já Usodimare; acrescentemos o globo de Martin Behaim, onde podemos ler: «reino de Gâmbia, onde cresce a malagueta». A esta área de produção pertenciam sem dúvida os grãos que Diogo Gomes adquiriu no Geba. Não há, porém, provas de que os Portugueses aí a comprassem em quantidades com certa importância. O *Esmeraldo*, em 1505-8, a minuciosa descrição da costa recolhida por Valentim Fernandes pela mesma altura e, no último terço do século, o *Tratado dos rios de Guiné* não mencionam resgate de malagueta no Gâmbia. Quer a segunda quer a derradeira fonte indicam a existência da especiaria na serra Leoa, mas o informador de Valentim Fernandes esclarece: «muyto boa, porém pouca».

Vejamos como a descrevem os autores da época. O que acabamos de referir diz que «nace em hũas hervas propriamente como aqui o milho comporel, senom que acima nom tem a semente como o milho e tem pau da verga muyto lizo. E no pee delle, da raiz sobre a terra saem aquellas baynhas em que está a malagueta e tiram-no e enxugam-no». (*Ms V. Fernandes*, f. 137v). No seu relato da viagem de São Tomé, a meio de Quinhentos, o piloto anónimo dirá por seu turno que a malagueta é «molto simili al sorgo d'Italia ma di gusto forte come il pepe» ([25]). Eustache de la Fosse viu-a em 1479 na costa do mesmo nome e extasia-se diante desta «graine de paradys qui est bien belle choze a veoir comme elle croist tant beau: il croit comme faict le houblon en nostre pais sur longues harcelles [caules — diminutivo de «harce»] et les focilles [=feuilles] sont aussy grandes comme focilles de docques [erva também chamada «patience»] et le fruict en quoy il croist est gros et rouge comme une pomme rouge de roubyn et la coste de ladite pomme est espès comme ung gros rent d'ung cousteau, et au tailler blanc comme la moulle de ung jonc ou de schuc, et sy font des fardeaux de ladite graine empacquez desdites focilles et cordeletz de leurs dites harcelles pesant 10 lbz, 20 lbz, 30 lbz et bien faict quarez» ([26]).

([23]) A *Crónica dos feitos de Guiné*, que vai até 1448, não fala ainda: Cà da Mosto mostra que em 1454 esta preocupação existe já.

([24]) Contràriamente ao que nós próprios sugerimos em 1943 em *Notas de história da expansão*.

([25]) Cap. VI (ed. Caddeo, p. 306; trad. Trigoso, p. 85).

([26]) *Voyage à la côte d'Afrique*, p. 180 (ed. Mauny, p. 185). Thevet, *Cosmographie*, 1575, Liv. III, cap. 1: «Ce fruict vient parmi les champs, ayant presque la feuille comme gros millet, et la racine tirant sur l'oignon, ou celle du safran, et au bout est son fruict dans des boutons tout-semblables à ceux des oignons, où la semence est enclose: et sa graine pareille à celle du poyvre, et forte au goust, de sorte qu'une once de Maniguette fera plus que deux de poyvre».

A Costa da Malagueta começa, a oeste, na floresta que os Portugueses chamaram mata de Santa Maria, e estende-se por 40 léguas até ao cabo das Palmas, a leste. Foi descoberta de uma ponta à outra em 1470 por navegadores ao serviço do rico burguês lisboeta Fernão Gomes, que tinha de contrato o comércio da Guiné; entre o ano do descobrimento e 1473 o rendeiro obteve o monopólio do resgate da especiaria a troco de uma soma anual de 100 000 reais. Em 1479 La Fosse constata já a regularidade do tráfico (pp. 185 e 189 ed. Mauny), e cinco anos depois, o mais tardar, esta parte do litoral guineense é já conhecida pelo nome que conservará até aos nossos dias, prova da intensidade do trato, já então. Este realizava-se sobretudo, de oeste para leste, desde o rio do Junco até o rio dos Cestos, na ilha da Palma, no resgate do Genovês (o topónimo proveio de ser um marinheiro genovês de uma caravela portuguesa o primeiro a comprar aí alguns grãos), por fim no rio São Vicente e na Lágea. Os mercados mais activos eram o segundo e principalmente o último. Mais para leste, na praia dos Escravos e no cabo São Clemente efectuaram-se a princípio transacções importantes, que enfraqueceram com o decorrer do tempo.

Os Portugueses adquiriam os grãos por permuta de manilhas de latão ou de bronze com o peso de meio arrátel (200 gr.) cada. No decurso de um primeiro período, o alqueire (cerca de 14 l.) custou tão-só uma manilha; mas para o ocaso do século ou nos anos que abriram o século XVI o preço subiu para 5 e 6 manilhas, sem dúvida devido ao acréscimo da procura a que a oferta não podia corresponder, visto a produção ficar fora do domínio português e se manter apegada aos métodos tradicionais ([27]).

Se a primeira malagueta obtida directamente por via marítima chegou a Portugal em 1454 ou pouco antes, seguiu logo a caminho de Flandres. Uzzano, em 1440, não a assinala ainda nos mercados setentrionais, mas o *Libro di mercatantie* que Borlandi data da segunda metade de Quatrocentos, anteriormente, sem dúvida, a 1463, mostra-a à venda em Bruges, ao lado da pimenta e do gengibre (p. 132). Como os Portugueses começavam a adquiri-la no Gâmbia e no Geba, somos levados a supor que a encaminharam para a escápula que gozava das suas preferências. Uma convenção relativa aos mercadores flamengos estantes em Lisboa, assinada em 11 de Julho de 1472 e confirmada pelo rei de Portugal em 8 de Agosto de 1483, destina à manutenção da sua capela uma taxa de 8 reais por arroba de «granjs de paradijs»; estes alinham assim entre as mercadorias exportadas para os Países Baixos, sendo as outras o vinho, o azeite, o mel, o sebo, as peles, o sal, as frutas, o sabão, a cortiça, o vinagre, a cera e as sardinhas ([28]).

Em 1485 Fernando Pó descobria a costa do Benim, isto é, o delta do Níger ([29]), e no ano seguinte João Afonso de Aveiro ia explorá-la, voltando a Portugal com um embaixador do rei negro. Com ele vinha igualmente a primeira pimenta que se obteve na Guiné: a pimenta de rabo, assim chamada porque o pedúnculo fica agarrado ao fruto; trata-se do *piper Clusii* da classificação botânica ([30]). O piloto anónimo da viagem de São Tomé descreve-a do seguinte modo: «Vi nasce aziam una sorte di pepe fortissimo, e il doppio più che non è il pepe che nasce in Calicut: il qual da noi Portughesi, perchè ha un certo picciuolo attaccato, è chiamato *pimienta dal rabo*, cioè pepe dalla coda: è simile molto alle cubebe di forma; ma nel gusto è di tanta fortezza che un'oncia del detto fa l'effetto che faria mezza

---

([27]) *Esmeraldo*, Liv. II, cap. 2 e 3 (1505).
([28]) Braamcamp, *Feitoria*, em «Arch. Hist. Port.», t. VIII, n.º 1-2, p. 54.
([29]) Barros, *Década I*, Liv. III, cap. 3.
([30]) Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, p. 253.

libbra del pepe comune...)» (p. 306 ed. Caddeo). É uma verdadeira pimenta, escura; mas como diferia das pimentas asiáticas e as concorrenciava, chamaram-lhe a falsa pimenta [31].

Em Ugató ou Gató, cidade de uns 2 000 fogos, situada a algumas léguas da foz do rio Formoso, que conduz à capital, João Afonso fundou, provàvelmente em 1486, uma feitoria donde se comerciava com Benim, a 9 léguas mais para o norte. Além do tráfico de escravos e do resgate de marfim, os Portugueses compravam sobretudo a pimenta. As três espécies de mercadorias eram pagas com manilhas de latão ou de cobre. Devido ao clima insalubre, a feitoria teve de ser abandonada ainda no reinado de D. João II. Mas o trato continuou [32].

D. João II mandou imediatamente amostras para Flandres, onde a acharam bastante boa, ao que conta Garcia de Rèsende, conquanto não lhe concedessem a mesma estima que à pimenta asiática, como precisa com razão João de Barros.

Malagueta e pimenta de rabo tiveram o seu período de esplendor no final do século XVI e, sobretudo os grãos de Paraiso, durante a primeira metade do século XVI. Cà Masser avalia em 2 000 quintais em relação a cada uma das duas especiarias o peso das cargas descarregadas em Portugal por ano ao dealbar a era quinhentista; a maior parte era reexpedida para Flandres (pp. 82-3). Apenas dispomos de números parciais de entradas na Casa da Mina e Guiné. De Março de 1494 a Abril de 1497 Lopo Mendes recebeu:

384 quintais, 2 arrobas, 27 ⅔ arráteis de malagueta,
427 » , 1 » , 4 » » pimenta de rabo (C. Q. n.º 449).

De Agosto de 1503 a Setembro de 1504, as contas do tesoureiro e feitor Fernão Lourenço registam 1 156 quintais, 3 arrobas e 4 arráteis de malagueta: o que representa tão-só 1/12 das entradas de pimenta oriental, mas excede sensìvelmente as entradas de canela e de gengibre e representa 10 vezes a quantidade de cravo e 19 a de noz muscada (C. Q. n.º 223). De Setembro de 1504 a Maio de 1505 Vasco Queimado recebeu 637 quintais e 27 ½ arrobas dessa mesma especiaria, ou seja, mais do dobro da quantidade de canela e 17 vezes a do gengibre, mas sem alcançar 1/11 da quantidade de pimenta asiática (C. Q. n.º 603).

O tesoureiro da venda da especiaria Francisco Pessoa regista, de 1 de Janeiro de 1506 a 30 de Junho de 1507, apenas 31 quintais, 1 arroba, 2 arráteis, 8 onças e 6 oitavas de malagueta. Esta quantidade é irrisória em comparação com os 12 717 quintais de pimenta asiática, muito inferior aos 177 quintais de canela, e contudo ainda superior às quantidades de cravo e de gengibre (C. Q. n.º 258). De Fevereiro de 1511 a Abril de 1514 o tesoureiro João de Sá recebeu 4 228 quintais, 3 arrobas e 23 arráteis de grãos do Paraíso, isto é, 1/17 da quantidade de pimenta asiática seca mas mais do dobro da molhada e 19 vezes as quantidades de cravo e de maças juntas (C. Q. n.º 423). O mesmo tesoureiro regista, durante os três anos de 1517, 1518 e 1519, 1 991 quintais e 1 arroba de malagueta — quantidade superior às do cravo e da canela, embora menor do que 1/3 da de gengibre e mal chegando a 1/25 da da pimenta oriental (C. Q. n.º 649). Durante aproximadamente o mesmo período (Janeiro de 1517 — Junho de 1519) coube a André da Silveira dar entrada a 525 quintais, 2 arrobas e 1 arrátel (C. Q. n.º 80).

---

[31] Que se julga frequentemente, mas é erro, ser a malagueta, que nada tem de uma pimenta, mesmo falsa. Duarte Pacheco descreve assim a pimenta de rabo: «Nestas terras há pimenta negra, e he muito mais forte que a da India, e he o grão quasi todo de hũa grandura, soomente que a da India he emverrugada e esta he lisa na superficie». (*Esmeraldo*, Liv. II, cap. 7).

[32] Barros, *Década I*, Liv. III, cap. 3.

Estes dados respeitantes à segunda década de Quinhentos permitem pensar que o mínimo anual foi de 1 000 a 1 300 quintais de grãos do Paraíso. Como temos apenas indicações parciais de entradas, o número de 2 000 quintais apontado por Cà Masser, habitualmente bem informado, deve corresponder à realidade. Quanto à pimenta de rabo o veneziano avalia-a noutros 2 000 quintais. Na feitoria real de Benim entraram, durante um ano e oito meses e meio, em começos do século XVI, 6 moios, 54 alqueires e 3 quartas (C. Q. n.º 574), ou seja, cerca de 4 600 litros.

Muito cedo, talvez desde 1460 aproximadamente, vimo-lo, os navios que partem de Portugal vão descarregar em Flandres sacos de malagueta. Não é possível determinar o volume total do tráfico; apenas conhecemos o movimento da feitoria real. Eis as quantidades das duas especiarias africanas que aí foram negociadas directamente por conta do rei (em quintais, arrobas e arráteis):

		Malagueta	Pimenta de rabo	Fonte
1491 (?)	— 1494	1 711 — 0 — 23	868 — 2 — 2 ¼	C. Q. n.º 13
1495	— 1498 (fim Fevereiro)	987 — 1 — 1	222 — 2 — 7	» n.º 468
1498	— 1505	2 440 — 2 — 22	600 — 3 — 14	» n.º 584
1505 (Janeiro 25)	— 1506 (Setembro 28)	618		» n.º 15
1509	— 1514 (Agosto 27)	2 725 — 0 — 19 ½		» n.º 350

A média anual é superior a 370 quintais para os grãos do Paraíso e a 110 para a pimenta de rabo. As quantidades de cada uma das especiarias africanas excedem nìtidamente as das outras especiarias asiáticas, com excepção da pimenta. Aliás, é de crer que estas cartas de quitação não dêem senão uma ideia muito incompleta mesmo das entradas na feitoria real. Sabemos, com efeito, por outras fontes, que só de Novembro de 1510 ao fim de Fevereiro de 1511 a Casa da Índia expediu para o feitor em Antuérpia, em 5 navios, 487 sacos de malagueta, pesando 1 081 quintais e 16 ½ arráteis ([33]).

Às especiarias africanas abriram-se outras escápulas, mas nenhuma se pode comparar, em importância, ao cliente flamengo. Assim, em Marrocos, os Portugueses venderam pequenas quantidades de malagueta em Safim:

	Quintais	Arrobas	Arráteis	Fonte
1491 (Julho) — 1495 (Junho)	10	0	27	C. Q. n.º 562
1495 (Junho) — 1498 (Fevereiro 15)	8	1	8	» n.º 442
1508 (Agosto) — 1510 (Janeiro)	4	0	22 ½	» n.º 319
1510 (Junho) — 1512 (Julho)	4	1	20	» n.º 180
1516 (Julho) — 1519 (Agosto)	3	1	20	» n.º 320

As médias anuais são irrisórias, é certo. Todavia as quantidades não são menores do que as das outras especiarias, incluindo a pimenta asiática (salvo no último período, em que esta ultrapassa 12 vezes aquela).

Antes de Janeiro de 1501, Jorge Caldeira levou para Inglaterra uma carga de 50 quintais e 25 arráteis de malagueta (C. Q. n.º 432). Em começos do século XVI, Lopo Carvalho transportou para Aigues Mortes, a fim de ir vender a Lyon, um carregamento de especiarias que compreendia 97 quintais, 2 arrobas e 6 arráteis de grãos do Paraíso, além de 202 quintais de pimenta oriental e de 98 de gengibre (C. Q. n.º 443, passada em 20-XII-1516). Deste modo a malagueta portuguesa

([33]) Braamcamp, *Feitoria*, doc. n.º 25.

escoava-se para o Mediterrâneo ao mesmo tempo que se vendia na ribeira do mar do Norte, e que abastecia Marrocos, até então aprovisionado ùnicamente pelas caravanas cameleiras.

O aparecimento da malagueta portuguesa nos mercados mediterrâneos invertia a situação precedente, visto que da sua feitoria de Oram o rei de Portugal apenas recebe alguns sacos dessa especiaria: em quatro anos, de Fevereiro de 1483 a Março de 1487, entraram 4 quintais, 3 arrobas e 20 arráteis (C. Q. n.º 561). Nenhuma outra indicação atesta que persistissem as importações dessa proveniência. Os Portugueses estão já em contacto directo com os mercados de produção.

Já no tempo do infante D. Henrique, ao que parece, os grãos do Paraíso, como todas as outras especiarias, constituíam monopólio régio; pelo menos D. Afonso V em 1470 alega esse precedente. Mas depois de 1460 esse regime deixou de ser observado, até que, descoberta a costa da Malagueta, a coroa achou por bem reservar-se para si própria o exclusivo, por ordenação de 19 de Outubro de 1470 [34]. Que este regime de monopólio régio do ouro, dos escravos, da pimenta (de rabo), da malagueta e dos dentes de elefante continuou a vigorar no reinado do Príncipe Perfeito, aí está o testemunho do viajante alemão Münzer a prová-lo. Entretanto, o monopólio fora arrendado, em 1473, ao capitalista lisboeta Fernão Gomes, por 100 000 reais por ano pela parte que cabe à malagueta. No reinado seguinte, é o riquíssimo florentino Bartolomeu Marchione que arrenda todo o monopólio, com excepção do ouro, por uma soma anual de 40 000 cruzados e mais (Münzer, pp. 52-3). Mas com D. Manuel volta-se à administração directa pela coroa (ou ao sistema das licenças concedidas a vários particulares); por isso vemos Marchione comprar na Casa da Guiné enormes quantidades de grãos do Paraíso:

em 1508, 959 quintais, 2 arrobas e 8 arráteis, além de
53 622 quintais, 3 arrobas e 11 arráteis de malagueta mascavada [35];
em 1509, 809 quintais, 2 arrobas e 14 arráteis;
em 1510, 1 824 quintais, 1 arroba e 5 arráteis (C. Q. n.º 109).

Estas compras representam, sem entrar em linha de conta com a mascavada, uma soma global de 40 000 cruzados aproximadamente, a 11 cruzados o quintal. Os 2 000 quintais desembarcados anualmente em Lisboa valem 22 000 cruzados.

Em seguida, regresso ao sistema dos contratos. De 1 de Janeiro de 1512 a 31 de Dezembro de 1513 o arrendamento esteve nas mãos de Calliro Redolho, que pagou anualmente à coroa 525 200 reais (C. Q. n.º 296). Em 1514 o contrato foi adjudicado a Carllo Caticho, genovês (que também vemos a tratar em prata com a Casa da Moeda), pela mesma soma exactamente. Em relação ao primeiro contrato — o de Fernão Gomes, de quarenta anos anterior —, o valor do estanco expresso em reais aparece multiplicado por 5 ¼; em moeda estável, passou de 308 para 1 339 cruzados, ou seja, multiplicação por 4 ⅓. Incremento do tráfico, sem dúvida; mas também subida de preço?

Os destinos das duas especiarias foram diferentes depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Não havia equivalente da malagueta entre as especiarias asiáticas, por isso o seu comércio continuou normalmente. Diverso

---

(34) *Livro Vermelho de D. Afonso V*, em *Inéditos Hist. Port.*, vol. III, pp. 458-9, ou Silva Marques, t. II, p. 86.

(35) Suspeitamos que este número está errado; trata-se provàvelmente de cinco mil e tantos quintais.

era o caso da pimenta de Benim que, apesar do seu rabo, era uma verdadeira pimenta e podia portanto fazer perigosa concorrência (em razão dos custos menores de transporte e de compra) à do Malabar. O veneziano Cà Masser notava precisamente, a propósito do «piper salvatico» da Guiné, que «tamen da poi questa navigazione d'India, l'è stà devedado de modo, che non gle entra più in questo Regno» (*Relazione*, 1504-6, p. 86). Esta proibição manteve-se em vigor durante toda a primeira metade do século XVI, «dubitando il nostro re, che questa tal sorte di pepe non ismacchi e invilisca la gran quantità che vien condotta ogni anno di Calicut». Mas o contrabando mostrava-se extremamente activo, mau grado as penas gravíssimas de que era passível: é que «vendendolo in Inghilterra, ne raddoppiano il prezzo di quelle che farian del pepe comune», como notava o piloto anónimo da viagem de São Tomé [36].

Os Sevilhanos aproveitaram a guerra dinástica entre D. Afonso V e os Réis Católicos para irem comercial à Guiné. Pretendiam o ouro acima de tudo, já o vimos. Mas a caravela a bordo da qual Eustache de la Fosse, feitor de um comerciante de Bruges, foi à Serra Leoa e à costa da Mina, carregou também pequenas quantidades de «graine de paradys»; contudo, os Portugueses tomaram-na. Castela teve de renunciar formalmente ao comércio da África negra. Durante ainda um terço de século o monopólio português, em que essas tentativas não tinham aberto brecha de vulto, permaneceu intacto. É no decurso da segunda década de Quinhentos, a darmos crédito ao conde de Castanheira — principal ministro de D. João III, e, como tal, bem informado —, que o tráfico da malagueta se torna «devasso», quer dizer, que os estrangeiros conseguem começar a participar nele activamente. O meio de colmatar estas brechas seria, segundo o vèdor da Fazenda, construir um forte na costa da Malagueta; o deficit financeiro, porém, entre outras razões, nunca o permitiu [37].

O mais tardar a partir de 1529 [38] esquadras portuguesas cruzaram quase todos os anos ao largo da costa cobiçada. Em Outubro de 1532 Duarte Coelho desaferrou de Lisboa com um galeão grande, uma nau média e três caravelas, transportando 400 homens, a fim de ir edificar uma fortaleza [39]. Mas esta tentativa não cumpriu o objectivo marcado, ignoramos as razões. Por isso foi retomada em 1540: a armada capitaneada por Manuel de Macedo ia desta feita consideràvelmente reforçada, visto compor-se de 2 naus, 3 galeões e 3 caravelas; partiu em fim de Outubro, levando a bordo 700 homens e materiais de construção. A tempestade desfez este esforço de vulto: a capitaina afundou-se, dois outros navios tiveram de arribar à Galiza [40]. Acalentara-se a esperança, e fundadamente, de que a poderosa armada fosse «bastante pera de presente fazer levantar os cossários que a continuavam com teima e força, e pera atemorizar ao diante a quaisquer outros que dela tevessem novas» [41]. O novo fracasso explica o tom desiludido do relatório do vèdor da Fazenda em 1542: na realidade, o trato, constata ele, está «devasso» há 28 ou 29 anos. E não deixou de o estar. O piloto português João Afonso, passado ao serviço da França (onde se tornará célebre sob o nome de Jean Alphonse de Saintonge), parte em Setembro de 1531 de La Rochelle para a Malagueta. Conquanto «por ir por piloto a minha costa da Malagueta em navios de França fazer resgate da dita malagueta e de dentes

---

[36] Ed. Caddeo, pp. 306-7 (cap. VI).
[37] Apêndice aos *Anais D. João III*, t. II, p. 262.
[38] *Anais D. João III*, t. II, pp. 79 e 114.
[39] Simancas, E 369 (cartas de Lope Hurtado, Lisboa, 3 e 12-IX e 28-X).
[40] Simancas, E 372 (cartas de Luis Sarmiento, Outubro e Novembro).
[41] *Anais D. João III*, t. II, p. 142.

d'elefantes, coiros, ouro e toda outra cousa em grande dano e perjuizo de meu serviço», João Afonso incorresse nas penas das *Ordenações*, D. João III passa-lhe carta de perdão em 1533: em vão. Em Abril de 1548 chegou a Honfleur um navio vindo da Malagueta, com algumas toneladas da especiaria; e entretanto armava-se em La Rochelle uma nau de 120 toneladas, com 45 homens de tripulação, para ir a essa costa. Em 1561 e 1566 fala-se de novo, em França, em armadas destinadas à Mina e Malagueta ([12]). Em 1547, um navio de San Lúcar de Barrameda cujo senhorio era Antonio de Pesquera mas a bordo do qual viajavam também portugueses, regressou da Guiné com carregamento de ouro, grãos do Paraíso, etc.; no ano seguinte, no decurso de nova viagem, foi tomado por um navio do rei de Portugal, que protestou junto do imperador ([13]). Thevet, no terceiro quartel do século, descreve os Negros, desde o cabo das Três Pontas até o cabo das Palmas, levando nas suas almadias, às escondidas com medo dos Portugueses, a malagueta para bordo dos navios franceses e ingleses ([14]).

É, aliás, duvidoso que este abastecimento directo dos Ingleses e Franceses prejudicasse sensìvelmente o tráfico português, cujo principal cliente eram os Países Baixos. Estes continuavam a sê-lo em 1560-1567, quando Guicciardini escreve a sua célebre *Descrittione*, porquanto, entre as exportações de Portugal para Antuérpia, não esquece nem a malagueta nem as outras drogas de Guiné (p. 181 da ed. 1581) — talvez estas drogas englobem ainda a pimenta de rabo do Benim...

A descrição de São Tomé que o marinheiro Gonçalo Pires deu em 1506 a Valentim Fernandes (*Manuscrito*, ff. 197-210) não refere qualquer tentativa de introdução da cultura de especiarias ou drogas nesta ilha. O silêncio mantém-se no relato do piloto anónimo de Vila do Conde, que data de meado do século. Mas a *Relatione del Reame di Congo*, reportando-se a cerca de 1578 (Liv. I, cap. 1), assinala que aqui o gengibre deu copiosamente. Em Janeiro de 1579 há em Lisboa «muito gengivre da Índia, São Tomé e Brasil» ([15]). É possível que os começos desta produção datem de cerca de 1570 a 1575, e estejam relacionados com as dificuldades na Índia. Todavia o comércio interessado na rota do Cabo reagiu mais tarde, conseguindo antes de 1593 (pois a notícia vem nas *Rendas de Portugal* deste ano, p. 64) que fosse proibido semear-se em São Tomé «pelo prejuízo que fazia ao da Índia»; à data da proibição havia já muito nessa ilha. Não se contará por isso entre os artigos que a tornam afamada no comércio internacional.

O trato das especiarias africanas terá representado para os Portugueses um volume de tráfico sensìvelmente superior ao de cada uma das especiarias asiáticas tomadas isoladamente (com excepção da pimenta), e frequentemente até à sua soma global (não entrando também o gengibre). Por si só, a malagueta ultrapassa quase constantemente o gengibre em quantidade. É certo que o preço dos grãos do Paraíso é apenas uma fracção do preço das especiarias orientais: em Março de 1506 o quintal custa 8 cruzados, enquanto o da pimenta se vende a 22, o da canela a 32 ou 33 e o do gengibre a 18 ou 19. Apesar deste preço nìtidamente mais baixo, o montante do negócio da malagueta iguala muitas vezes, e excede algumas o de cada uma das outras especiarias, exceptuando, como sempre, a pimenta e o gengibre: pois 2 000 quintais de grãos do Paraíso a 8 cruzados (e a

---

([12]) Sobre João Afonso e o comércio francês, Luís de Matos, *Les Portugais en France*, pp. 56-7, 251-3, 184-190.

([13]) Andrada, *Crón. D. João III*, 4.ª Parte, cap. 37.

([14]) *Cosmographie* (1575), Liv. III, cap. 1.

([15]) AHU, Índia, papéis avulsos, caixa 1, doc. 61 (e em Gentil da Silva, *Contratos de trazida*, p. 25).

partir de 1506 a 11) valem tanto quanto 500 de canela a 32 ou 840 de gengibre a 19. Eis alguns dos preços da malagueta (em cruzados):

	Preço do quintal	Fonte
Até Março de 1506	8	*Diarii M. Sanudo*, t. VI, p. 384
1506-1507	11	C. Q. n.º 258
1508-1509-1510	11	C. Q. n.º 110
1512	15	T.T., C.C., 1.ª Parte, m. 11, doc. 32. (J.P. Ribeiro, *Dissertações*, V, 335)
1537	12	*Anais D. João III*, t. II, pp. 258-9

O baixo preço de 1537 explica-se fàcilmente: trata-se de uma venda pelo rei de uma quantidade considerável — 400 quintais. Parece, contudo, que o Estado praticou uma política de preços assás rígida.

As especiarias de Guiné chegaram a ter fama nos mercados internacionais. Hartmann Schedel, na sua crónica mundial escrita em Nuremberg em 1493 (f. CCXCv), refere o afluxo a Portugal de *grana paradisi* e de *piper* vindos da *Ethiopia* e o seu envio para Flandres, notando que esta última difere da oriental por não ser rugosa.

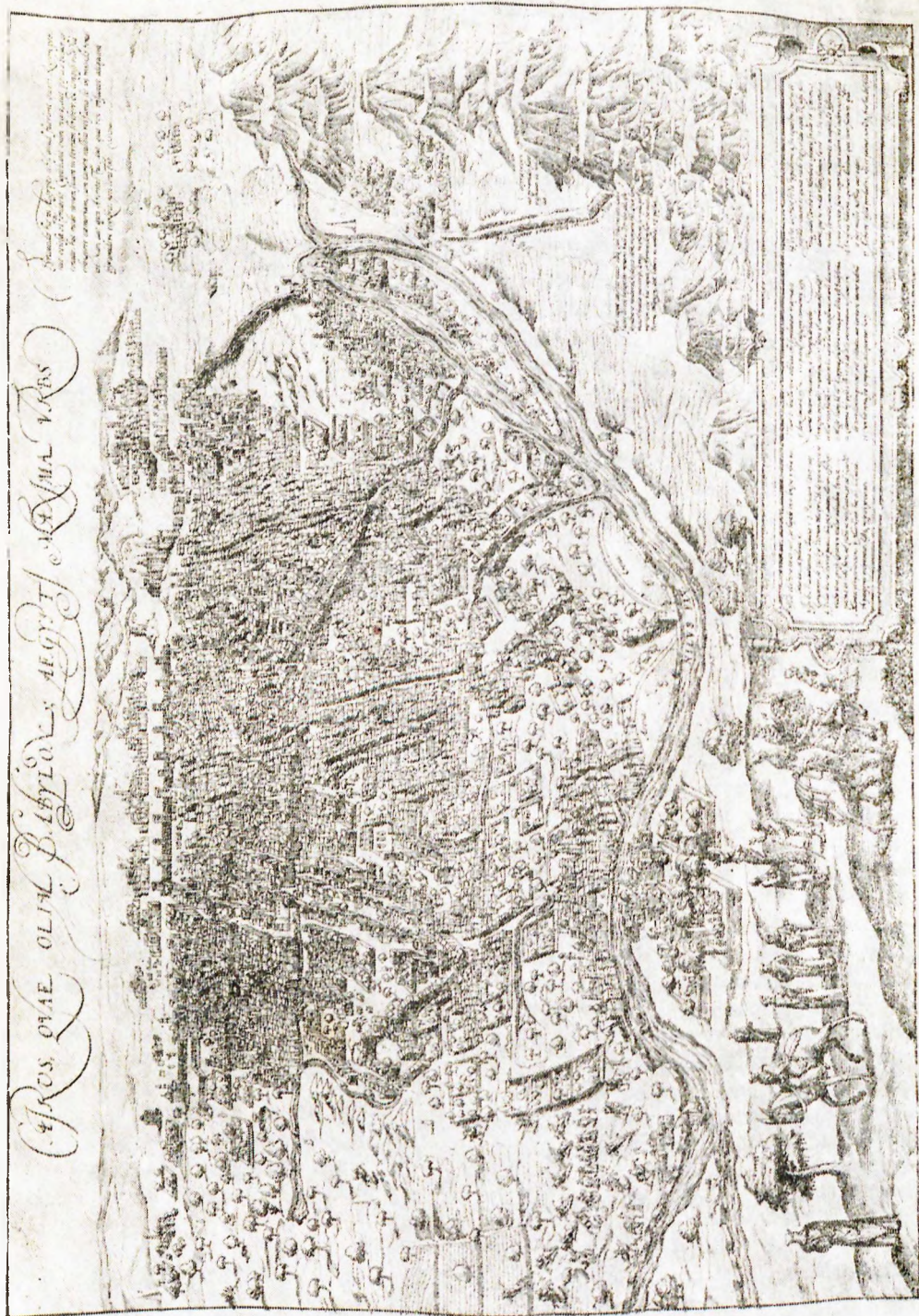



Fig. 9 — Os grandes empórios mundiais: O CAIRO NO SÉCULO XVI. Georgius Braunius. *Civitates Orbis Terrarum*, Coloniae Agripinae, vol. I, 1572, ff. 111v-112.

Capítulo 2

DA DEMANDA DAS ESPECIARIAS ASIÁTICAS ÀS FEITORIAS DO MALABAR

§ 1 — A busca de um caminho marítimo para as especiarias asiáticas

«Ao diabo que te dou: quem te trouxe cá? E perguntaram-lhe o que vínhamos buscar tão longe. E ele respondeu:

— Vimos buscar cristãos e especiaria».

Assim se saiu sem hesitação um dos portugueses do Gama, embora atónito por ouvir que o interrogavam em castelhano nessa Calicute fabulosamente longínqua onde a pequena armada que partira do Tejo acabava de ancorar (1).

No regresso a Lisboa, o capitão-mór recebeu de gratificação 10 quintais de pimenta e outros tantos de outras especiarias, os herdeiros de seu irmão 5 quintais, Nicolau Coelho 1 quintal; a cada marinheiro couberam 10 arráteis de cada especiaria, com excepção de maças e canela. Todos os participantes nesta operação comercial coroada de êxito podiam pois alargar-se em presentes na sua roda, apesar da modéstia da carga trazida que não passava de um conjunto de amostras (2). E o historiador Lúcio de Azevedo sublinha com razão que não podiam afirmar-se com mais clareza os fins efectivos da viagem (3).

As especiarias asiáticas: desde quando é que em Portugal se pensava sèriamente em tomar parte directa no seu tráfico e se lançavam as caravelas em demanda de um caminho marítimo para os mercados de origem? Desde que época, e por que razões? O infante D. Henrique visava incontestàvelmente, para além do ouro guineense, o cristão Preste João cujo reino ele sabia bem que se situava na Abissínia — na África oriental. É possível que por vezes ele, ou o seu irmão D. Pedro que de Veneza trouxera o Livro de Marco Paulo, pensassem na Índia asiática — no mundo das especiarias —, porquanto o Veneziano desvendava os seus segredos e o pai do cartógrafo Jaime de Maiorca consignara essas e outras informações num mapa-do-mundo. Mas teria D. Henrique ou quaisquer outros portugueses do seu tempo orientado verdadeiramente seus esforços no sentido de alcançar essas terras de maravilha? Não se nos afigura; não enxergamos por que é que o comércio português cobiçaria por então desviar em seu proveito as rotas das especiarias e drogas.

---

(1) Álvaro Velho, *Roteiro* (ed. Fontoura), p. 40.
(2) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, t. I, pp. 142-3.
(3) *Épocas de Portugal económico*, p. 122.

Em 1459 enviados do rei de Portugal entraram em contacto, em Florença, com o astrónomo Paolo del Pozzo Toscanelli, que lhes mostrou o grande mapa-do-mundo por ele construído dois anos antes para servir Francesco Castellani; este consentira, nessa ocasião, em o emprestar. O planisfério tinha por base o *Liber secretorum fidelum crucis* de Marino Sanudo (o Velho), revisto e corrigido à luz dos grandes clássicos; o seu objectivo era registar as viagens recentes, a toponímia asiática é a de Nicolò di Conti que o Florentino interrogara demoradamente em 1439. O autor, em compensação, não conheceria o Marco Polo ([4]). Na carta de Toscanelli, como nas de Pietro Vesconte que lhe servem de base, o oceano rodeia toda a África, o Atlântico e o Índico comunicam entre si — concepção que se encontra em toda uma corrente da cartografia italiana dos séculos XIV e XV ([5]). O mapa-do-mundo de Fra Mauro, encomendado pelo rei de Portugal, representa um navio junto à ponta meridional de África, velejando para o Oriente. Há que ter em conta, por outro lado, que Toscanelli dirigia o banco e a casa de comércio grossista dos Pozzo, que traficava em peles e especiarias e estava em relações de negócios com os Medici ([6]). Florença encontra-se em pleno período de expansão mercantil: retomando a herança de Pisa, as suas galés frequentam regularmente Constantinopla, anteriormente como posteriormente à conquista otomana, e, desde 1422, Alexandria, com alguns intervalos de que os Mamelucos não são de modo algum responsáveis: em 1460 a carreira do Egipto e da Síria será até reforçada ([7]).

Os Portugueses não podiam portanto escolher melhor informador sobre o mundo oriental e os seus tratos, mesmo se Toscanelli nada lhes podia ensinar em relação a África, antes pelo contrário ([8]). Dada a conjuntura extremamente favorável ao comércio florentino, que não esbarrava, fosse no império turco fosse no império mameluco, com qualquer das dificuldades que tanta vez embaraçavam os seus concorrentes, espantaria que os Florentinos se interessassem por então pela abertura de novos caminhos de acesso às especiarias. O navio que dobra a ponta africana na carta de Fra Mauro de 1460 pode aliás muito bem demandar ainda o reino do Preste João: estamos convencidos de que assim é.

Em 1474, o cosmógrafo e mercador florentino teria trocado correspondência com Fernão Martins àcerca das rotas para a Índia, e aconselhado aos Portugueses que se lançassem pelo caminho directo do oeste. É o momento precisamente em que termina o contrato dos resgates de Guiné com o capitalista lisboeta Fernão Gomes, a quem estava confiada há alguns anos a direcção dos descobrimentos; é também o momento em que o príncipe D. João chama a si todos os negócios ultramarinos. As caravelas descobriram já todo o golfo da Guiné e começam a avançar ao longo do litoral africano para sul. Os tratos da malagueta e do ouro estão sòlidamente firmados. Portugal possui desde 1457 uma moeda de ouro estável. O açúcar da Madeira segue já para Flandres; nas ilhas ceifa-se o trigo, abate-se gado, colhem-se matérias tinctoriais, corta-se madeira para construção e para mobiliário; o tráfico de escravos desenvolve-se e fornece mão-de-obra abundante e barata. Outros alvos tornam-se possíveis — e plausíveis.

Impõem-se todavia algumas observações. Em primeiro lugar, as fontes que falam daqueles projectos longínquos não estão de modo algum acima de todas as suspeitas. Tratar-se-á, muito simplesmente, de lendas forjadas mais tarde, nos meios colombianos? Tal suspeita afecta, é certo, sobretudo a correspondência de 1474. Quanto à entrevista de 1459, nada sabemos do que se passou. Contràriamente a uma interpretação que é sempre a seguida mas que carece de qualquer fundamento (resultando apenas de certas hipóteses de alguns historiadores), é muito possível que fosse Toscanelli a informar-se junto dos mensageiros portugueses das viagens de descobrimento oceânicas; o Florentino ter-lhes-ia mostrado o

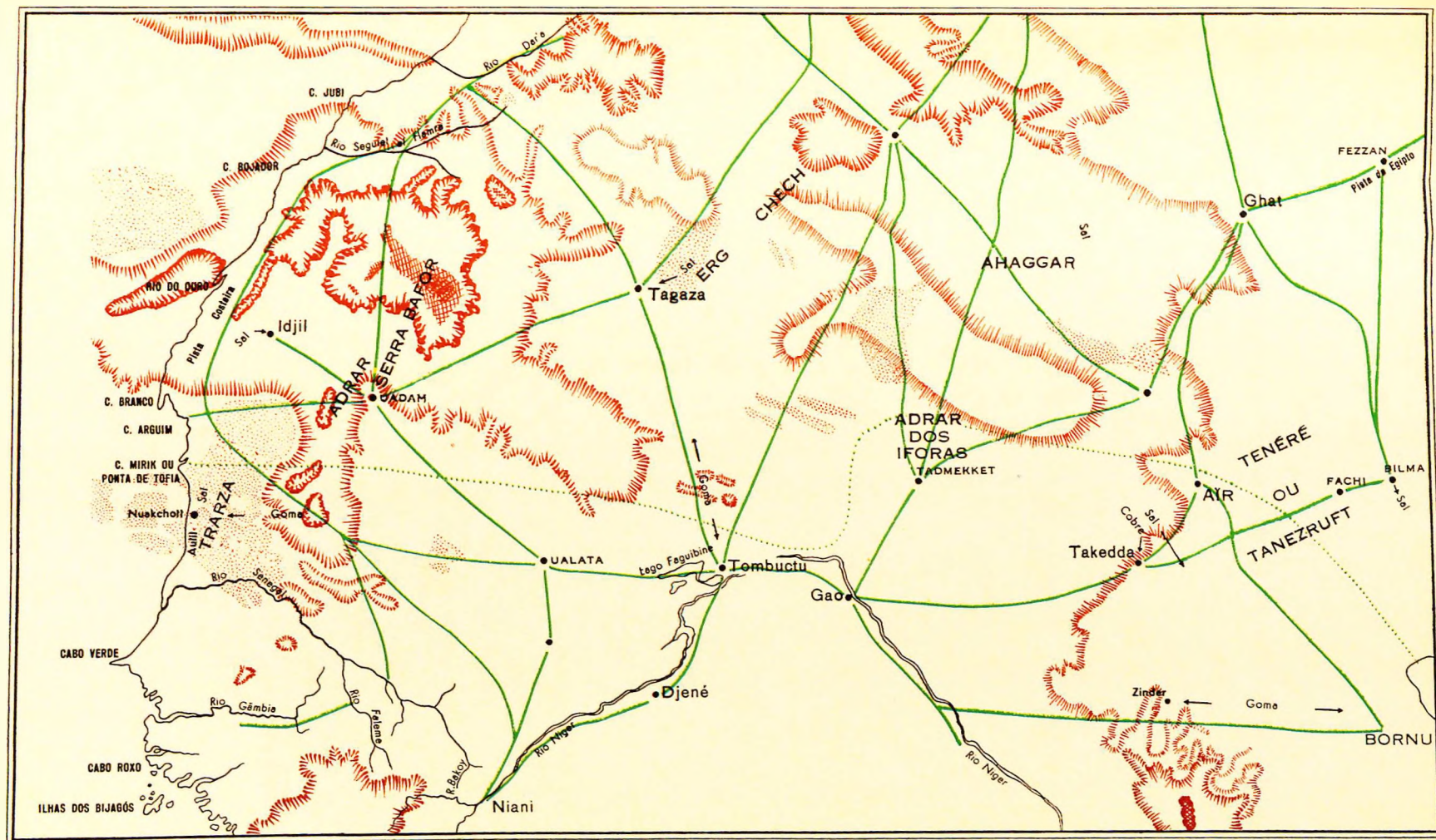
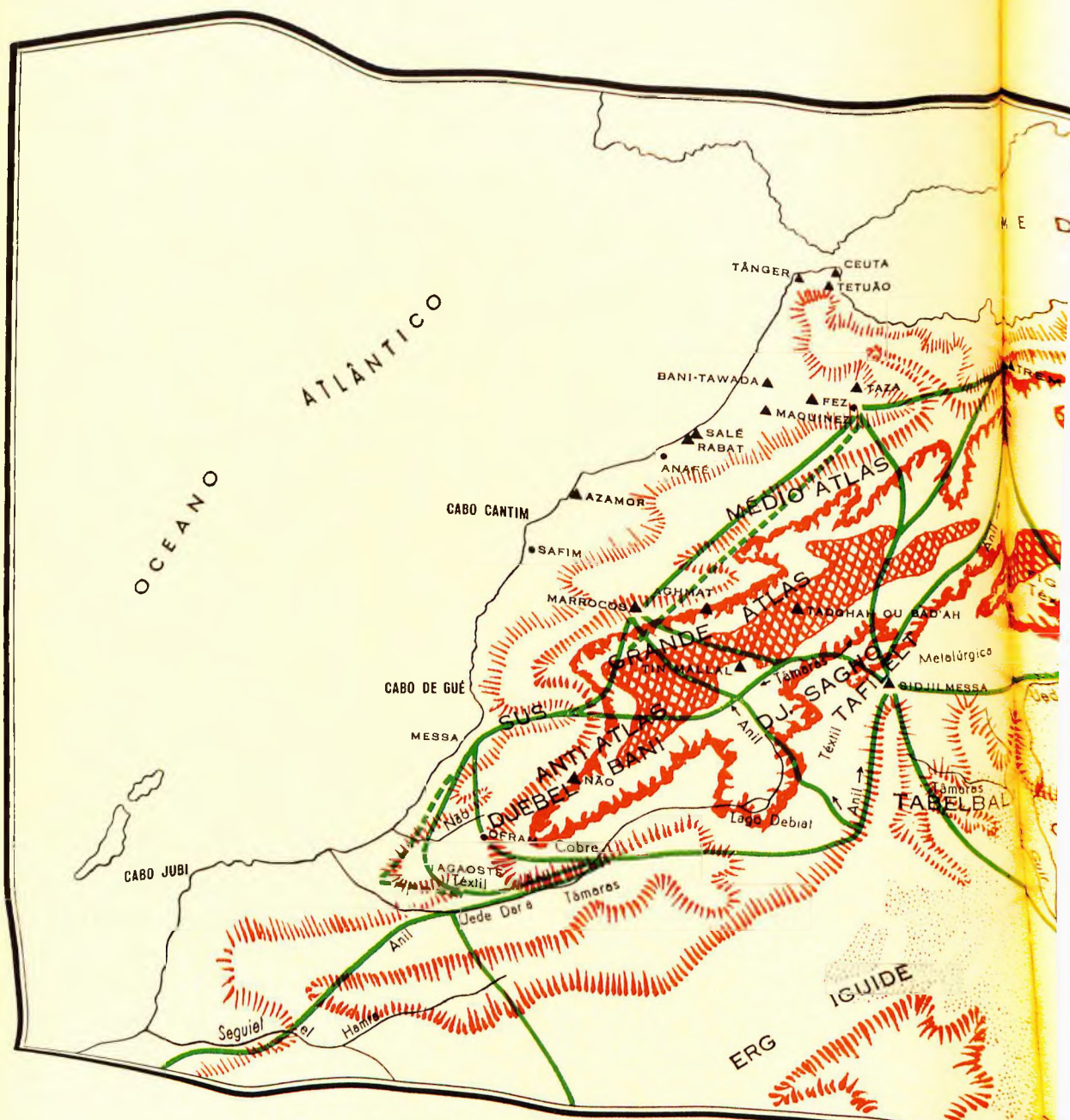
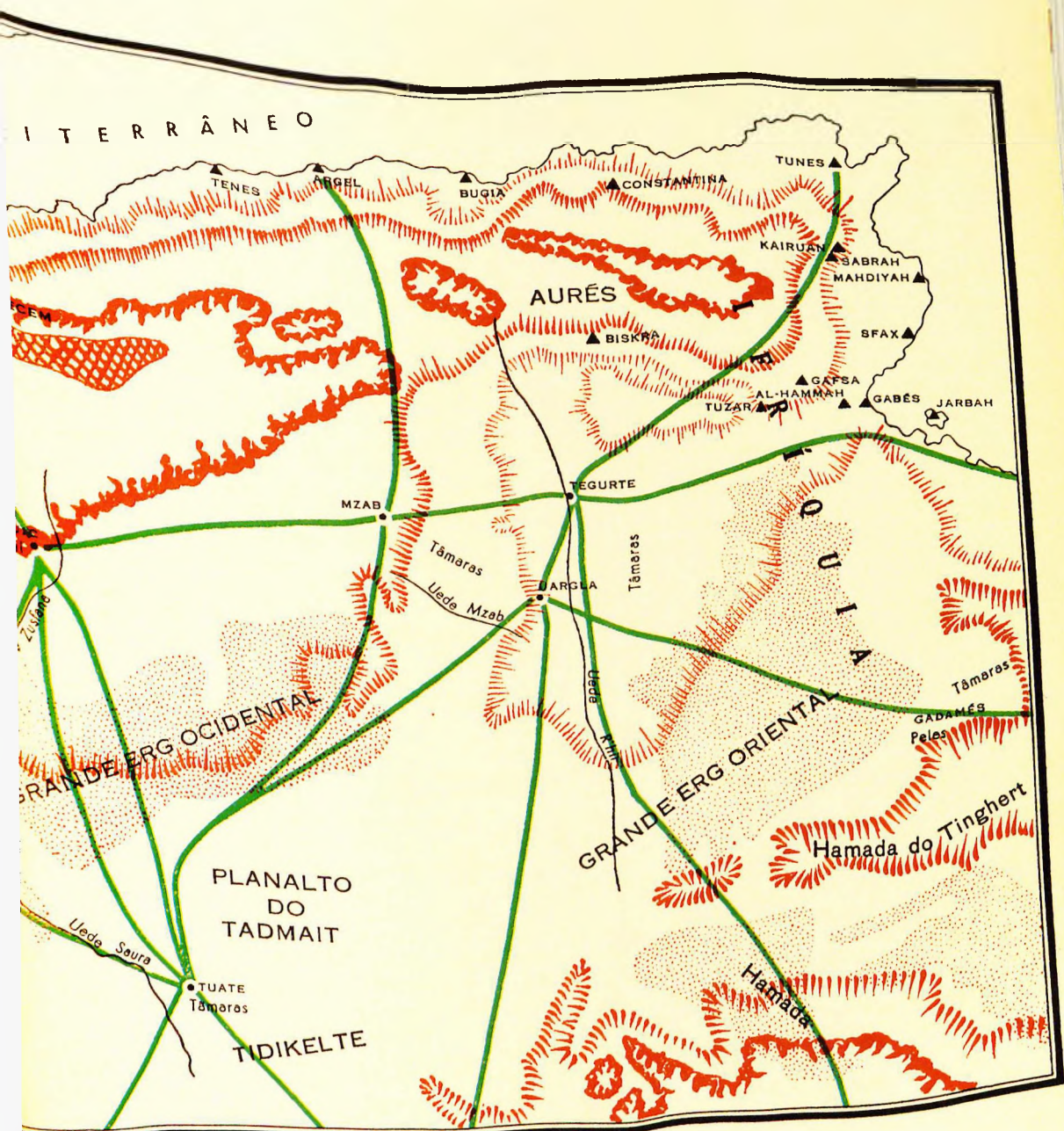
---

([4]) Nestes pontos seguimos Crinó, *Carta di Toscanelli*, que se nos afigura convincente. No entanto, que o Florentino, tão culto e tão metido nos negócios, apenas viesse a conhecer o Livro de Marco Polo depois de 1457, esse livro que já há quase um terço de século chegara a Portugal: eis o que não deixa de espantar sèriamente.

([5]) Caddeo, *Navigazioni Atlantiche*, p. 20; Crinó, *ob. cit.*, p. 5, nota.

([6]) Como sublinha com razão Pohl, *Vespucci*, p. 21.

([7]) Heyd, t. II, pp. 478 ss. Tratado de 1422 entre a Comuna e o Soldão em Uzzano, pp. 70-3 (vol. IV da ed. Pagnini).

([8]) A representação no seu mapa é inteiramente convencional e traduz um imenso recuo em relação à cartografia catalã.

A CIVILIZAÇÃO CAMELEIRA E AS PISTAS TRANS-SAARIANAS DAS CARAVANAS NO SÉC. XV

A CIVILIZAÇÃO DAS TAMAREIRAS E AS PISTA

undo HAZARD

SETENTRIONAIS DAS CARAVANAS NO SÉC. XV

Pegu
Samatra
cambaia
seilaom

Apersia.
Arabia
R.e tigres
Mesopotamia
R.e eufrates
alexamdria
Rio nilo

METAIS MONETÁRIOS • MOEDAS 1520-1530

NAS PÁGINAS CENTRAIS

O ORIENTE EM VOLTA DO OCEANO ÍNDICO
A MEIO DO SÉCULO XVI
Atlas de Lázaro Luis, 1563, f. 5 v.
Academia das Ciências de Lisboa

Foto de Abreu Nunes

planisfério de sua feitura a fim de lhes perguntar as correcções ou complementos que havia que introduzir. Tudo o que sabemos das suas indagações anteriores, junto de Nicolò di Conti ou durante o concílio de 1439-1443, torna assás verosímil esta diligência da sua parte. Isso não obsta a que tal confronto pudesse ser, e tenha sido de facto, utilíssimo aos Portugueses, mesmo que Toscanelli continuasse a ignorar (e não sabemos se continuava) o Marco Polo: ter-lhes-ia transmitido as informações do mais recente viajante à Ásia, e as suas próprias preocupações de conhecimentos e da prática do comércio das especiarias; elementos tanto mais úteis quanto os meios de negócios de Lisboa estavam em relações bancárias com os Medici.

Na sua primeira viagem ao longo da costa ocidental da África meridional, Diogo Cão ultrapassou o cabo do Lobo, em 13°26' de latitude Sul, e julgou que se encontrava a apenas alguns dias de distância da ponta terminal do continente — o «Prassum promontorium unde Arabicus incipit sinus». Então despertou em Portugal a firme esperança de uma exploração próxima do golfo Arábico «ubi Asiam incolentium regna et nationes vir apud nos obscurissima fama cognite sanctissimam Salvatoris fidem religiosissime colunt». «Probatissimi Geographi» confirmavam a proximidade do objectivo final. Assim proclamava orgulhosamente em Roma, perante Inocêncio VIII e a sua corte, em 11 de Dezembro de 1485, o Doutor Vasco Fernandes de Lucena ao prestar obediência em nome de D. João II (9). Qual o fim destas viagens portuguesas? Os reinos e nações asiáticos em volta do golfo Arábico, que com tanto fervor professam a fé santíssima no nosso Salvador — isto é, as potências e os povos cristãos que se supunha — na base de «notícias extremamente obscuras», é certo — existirem no Oriente. O Preste João, portanto, sem dúvida alguma: o seu reino é ribeirinho do «Sinus Arabicus». Mas também, muito provàvelmente, os Cristãos da Índia — o plural «regna et nationes» exige-o. Àcerca de especiarias, nem palavra: a natureza do acto impunha o silêncio; e divulgar em Itália esse objectivo mercantil não teria sido o cúmulo da inépcia?

Os Cristãos em volta do golfo Arábico: não o Cataio ou o Cipango. As especiarias (como revelerá sem rebuços o companheiro do Gama) e não o ouro. Que um italiano como Toscanelli sonhasse com um caminho em direitura que, pelo oeste, levasse ao Extremo Oriente: o que La Roncière revelou da crise monetária nas cidades italianas explica-o sem dificuldade. Mas em Portugal, que contava com a feitoria de Arguim e os resgates dos rios de Guiné, que acabava de descobrir a Mina e de firmar aqui o proveitoso trato, tal objectivo não teria qualquer sentido. Por isso, mesmo que a correspondência entre Toscanelli e Fernão Martins não seja apócrifa, não pode ter exercido qualquer influência no curso da expansão portuguesa, como também não exercerá a carta de Münzer escrita em Nuremberg em 14 de Julho de 1493, em nome do imperador Maximiliano.

Em nossa opinião, é com a passagem do terceiro para o último quartel de Quatrocentos que despontam nos meios portugueses ambições de alcançar a Ásia e as especiarias asiáticas. Tal mira recorta-se já com nitidez e aparece já visada entre 1484 e 1487. Francisco Álvares, que recolheu as suas informações da própria boca de Pero da Covilhã, escreve sem se coibir que os objectivos das missões enviadas por D. João II eram «ir descobrir e saber do Preste João e onde acham a canela e as outras especiarias que daquelas partes [Índias Orientais] iam a Veneza por terras de mouros» (Liv. I, cap. CIV). É igualmente, quase palavra por palavra, o que conta o cronista Castanheda, que na abertura da sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* ilumina toda a política do Príncipe Perfeito: «Antes que a Índia fôsse descoberta pelos Portugueses, a mayor parte da especiaria, droga e pedraria dela se vazava pelo mar Roxo donde ya

(9) Em Fontoura, *Às portas da Índia em 1484*, doc. n.° IV.

ter à cidade dAlexandria, e dali a compravão os Venezianos que a espalhavão pela Europa, de que o reyno de Portugal avia seu quinhão, que os Venezianos levavão a Lisboa em galés, principalmente reynando nos reynos de Portugal el-Rey dom João o segundo deste nome: que como fôsse de muyto altos pensamentos, e desejoso d'acrescentar seus senhorios e ennobrecê-los a serviço de nosso Señor, determinou de prosseguir o descobrimento da costa de Guiné que seus antecessores tinhão começado: porque por aquela costa lhe parecia que descobriria o senhorio do Preste João das Índias de que tinha fama: pera que por ali podesse entrar na Índia, donde por seus capitães podesse mandar levar aquelas riquezas que os Venezianos lhe vão vender» (Liv. I, cap. 1).

O testemunho de alguém que conversou demoradamente com o rei parece-nos que esclarece de maneira decisiva essa viragem. Segundo Münzer, com efeito, foi porque a pimenta africana não estava suficientemente amadurecida e seca à sua chegada e porque não a sabiam preparar no devido tempo que D. João II mandou ao Cairo colher informações da pimenta rugosa oriental (*Itinerário*, p. 52). O empreendimento indiano liga-se, deste modo, à prévia experiência do comércio das especiarias africanas e constitui o seu alargamento. Por outro lado, trata-se incontestàvelmente dos primórdios da concorrência com a Senhoria: o comércio português pretende abastecer-se directamente, sem passar pelo intermediário veneziano, ou até substituí-lo no fornecimento das escápulas europeias.

As viagens de Diogo Cão em 1482 e 1485 permitem a esperança de entrar em breve no oceano Índico. Ora, já João Afonso de Aveiro e o embaixador do rei de Benim revelaram — não há muito — a existência no interior de África, a umas 250 léguas do litoral, de um poderoso imperador cristão, conhecido pelo nome de Ogané, que jamais se mostrava, estando sempre por detrás das cortinas; aos reis negros que reconheciam a sua autoridade mandava um bordão e uma cobertura de cabeça, de latão, e uma cruz do mesmo latão, para trazer ao pescoço, «como cousa religiosa e santa». Este misterioso Ogané era sem dúvida o Preste João tão ansiosamente buscado ([10]).

É muito provàvelmente em 1486, se não em fins de 1485, que D. João II manda frei António de Lisboa e Pero de Montarroio ao Levante com missão de irem ter com o Preste João por via de terra. Em Jerusalém os dois emissários encontram religiosos abexins; mas, por não saberem árabe, não ousam acompanhá-los e regressam a Portugal. Enquanto as caravelas de Bartolomeu Dias avançam a contra-corrente de Benguela, bolinando contra o alísio do Sudeste, em 7 de Maio de 1487, após uma derradeira audiência régia a que assistira o duque de Beja, futuro rei, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã partem de Santarém encarregados de uma missão secreta de capital importância: descobrir pelas vias do Levante o Preste João e os mercados de origem da canela e das outras especiarias que da Índia afluem a Veneza passando pelas terras do Islame. Levam consigo uma carta de marear traçada segundo os dados de um planisfério. Para as despesas de viagem, o rei entrega-lhes 400 cruzados, parte em espécies sonantes, parte em letras de câmbio sacadas pelo banco de Bartolomeu Marchione. Uma carta régia de recomendação pede para os dois servidores, a todas as autoridades das terras que atravessarem e onde sintam disso necessidade, todo o auxílio e protecção. Chegados a Barcelona no dia do Corpo de Deus cambiaram as primeiras letras de câmbio por outras a receber em Nápoles; aqui, onde chegaram em dia de São João (24 de Junho), receberam o dinheiro do banco dos Medici. Depois desembarcaram em Rodes, onde se alojaram em casa de dois cavaleiros portugueses da Ordem. Disfarçados de mercadores mouros, dirigiram-se a Alexandria; aqui os retiveram algum tempo as febres. Tendo passado ao Cairo, compraram mercadorias e, em companhia de mouros de Fez e de Tremecem, foram embarcar ao Toro; depois de escala em Suaquem, desembarcaram em Ádem, onde se separaram. Afonso de Paiva entrou na Abissínia. Pero da

---

([10]) Barros, *Década I*, Liv. III, cap. 4; *Esmeraldo*, Liv. II, cap. 7. Ogun é uma divindade yoruba; em Ifé habita o rei-sacerdote Oni que, ligado ao nome da divindade, os Portugueses confundiram com o Preste. Cf. a nota n.º 280 de R. Mauny à sua tradução do *Esmeraldo* (p. 191).

Covilhã tomou o barco para Cananor, donde passou a Calicute e em seguida a Goa. Atravessando depois o oceano, foi visitar Sofala — a mina de ouro — e voltou para Ádem e Toro ao Cairo. Aqui soube da morte do seu companheiro que partira para as terras do Preste. Ia a reembarcar para Portugal, quando encontrou dois judeus portugueses que D. João II enviara à procura de ambos. Um deles, Josepe, sapateiro em Lamego, estivera anteriormente em Baghdad, onde ouvira narrar as maravilhas de Ormuz, a cidade do golfo Pérsico que espalhava todas as especiarias asiáticas pela Pérsia e, graças às caravanas de camelos, fornecia Alepo e Damasco. Seduzido pela sua narrativa, o rei enviara-o com rabbi Abraham, de Beja: Josepe, com missão de trazer os relatórios dos dois emissários precedentes, e o seu companheiro com a de seguir juntamente com Covilhã até Ormuz e aí se informar das cousas da Índia. Com efeito, Pero da Covilhã voltou a Ádem com Abraham, e daí os dois foram ter de barco ao golfo Pérsico. Cumprida a sua missão, o judeu seguiu pela pista caravaneira para Alepo, enquanto o seu companheiro vinha por Djeddah, Meca, Medina e Monte Sinai embarcar no Toro para Zeila, donde meteu pelo sertão em direcção à corte do Preste: tendo-se desempenhado da missão diplomática de que ia encarregado, ficou aqui o resto da vida, retido pelo imperador abexim.

Se Josepe chegou ou não a entregar a D. João II o relatório de Pero da Covilhã e se rabbi Abraham conseguiu ou não regressar a Portugal, não o sabemos. Vimos já (Parte 1.ª, cap. 4, A) que tudo indica dever dar-se resposta afirmativa à primeira pergunta. Como não temos notícia de qualquer outra missão de reconhecimento por terra anterior à viagem do Gama, e como o caminho seguido pela expansão portuguesa traduz e supõe um certo conhecimento prévio da situação do mundo oriental, não é realmente demasiado aventuroso admitir que, pelo menos no seu conjunto, os resultados daquelas viagens ao Levante foram conhecidos nos meios portugueses. Nove meses depois da partida de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, aliás, chegava à corte um sacerdote abexim que, tendo vindo a Roma, fora solicitado por agentes do Príncipe Perfeito a prosseguir até Lisboa. Por esta personagem, Lucas Marcos, o soberano português pôde satisfazer à vontade a sua curiosidade àcerca do império do Preste João. Graças ao relatório de Covilhã o rei e os seus conselheiros ficavam a saber que em Calicute e Cananor se encontrava à venda a canela e a pimenta, bem como as outras especiarias, tais como o cravo, de que não havia produção na própria região. Covilhã indicava explìcitamente que navegando ao longo da costa da Guiné, era possível dirigir-se à costa de Sofala ou à ilha da Lua (Madagascar), donde se passa à Índia ([11]).

Estas informações sobre a possibilidade de abrir um caminho marítimo de Lisboa para Calicute e sobre a existência de uma navegação transoceânica regular da Índia ocidental até Sofala assumiram a plenitude do seu sentido quando Bartolomeu Dias regressou em 1488, depois de ter penetrado no Índico. Esta viagem levava a determinar exactamente o comprimento em latitude do continente africano, bem como a sua forma, e provava a comunicação entre os dois oceanos. Mas, efectuada com caravelas, barcos de exploração por excelência, não traçava ainda a rota a seguir quer à ida quer à volta nem no Atlântico nem no Índico, para uma navegação mercantil regular. Sem dúvida, no que respeita ao percurso para lá de Sofala, as informações enviadas por Covilhã dispensavam explorações marítimas prévias, pois revelavam que bastava contratar pilotos no próprio local; em contra-partida, o percurso atlântico exigia um reconhecimento aprofundado do oceano ao sul das ilhas de Cabo Verde. Havia ainda, do ponto de vista náutico, que estudar e construir os navios mais adequados a esta nova viagem, os quais deveriam fazer-se à vela sob a capitania-mór de D. Estêvão da Gama, em 1494 ou 1495. A tudo isto vieram somar-se a querela da partilha do mundo com a

---

([11]) A fonte capital é Francisco Álvares, *Verdadeira informação*, Liv. I, cap. CIV, onde foram beber Barros, *Década I*, Liv. III, cap. 5, e Castanheda, Liv. I, cap. 1. O melhor estudo continua a ser o de Ficalho, *Viagens de Pero da Covilhã*.

Espanha, a doença do rei, a sucessão; de tal modo que a primeira viagem a Calicute só pôde realizar-se nove anos volvidos sobre o regresso de Bartolomeu Dias e sete ou oito sobre o relatório de Pero da Covilhã.

A conjuntura do último terço do século XV, e mais particularmente a evolução dos preços das especiarias, não são bem conhecidas, por isso é difícil darmo-nos conta das condições económicas da génese do «plano da Índia» — da busca de uma rota para a pimenta e a canela. Muito provàvelmente, os preços em Alexandria e no Cairo flectem entre o começo e o final de Quatrocentos. Eis uma comparação dos dados de Uzzano com os dos *diaristii* venezianos Sanudo e Priuli:

	Por 1440 ([12])		1496 — 1498
Pimenta — A *sporta*	100 a 120	«besantes»	
ou seja	112 a 160	ducados	61 a 81 ducados
Gengibre — O cântaro	18	«besantes»	
ou seja	20 a 24	ducados	11 a 15 »
Pau brasil — O cântaro	25	«besantes»	
ou seja	28 a 33	ducados	10 »
Cravo — O cântaro	41	«besantes»	
ou seja	46 a 54	ducados	52 a 86 »
Maças — O cântaro	41	«besantes»	
ou seja	46 a 54	ducados	50 a 70 »
Noz muscada — O cântaro	19 ¼	«besantes»	
ou seja	21 ½ a 25 ½	ducados	19 a 29 »

O nível das especiarias baratas é portanto nìtidamente mais baixo, no fim do século, ao que era na primeira metade; o nível das especiarias extremo-orientais, pelo contrário, manteve-se, se não começa já a subir. Na escápula inglesa, de que conhecemos melhor a conjuntura, o preço da pimenta baixou até meio do século, para subir muito moderadamente em seguida e saltar de 20 % depois de 1480. Eis algumas das médias decenais, confrontadas com as médias do sal ([13]):

	PIMENTA 12 libras-peso em *shillings*	SAL «Quarter» em *shillings* e dinheiros
1401 — 1410	12	6 — 02 ½
1411 — 1420	32	3 — 11 ½
1421 — 1430	16	4
1431 — 1440	13	5 — 02 ½
1441 — 1450	9	3 — 11 ¾
1451 — 1460	13	4 — 00 ¾
1461 — 1470	14	3 — 08 ¾
1471 — 1480	14	3 — 07 ¾
1481 — 1490	17	4 — 11 ¼
1491 — 1500	17	4 — 11 ½

Por conseguinte, o preço do sal ainda está a baixar em 1471-1480, quando o preço da pimenta está já a subir; na década seguinte, o primeiro ainda não atingiu o nível de 1431-1440, enquanto o segundo alcançou um nível superior (mas quase igual ao de 1421-1430). Passa a ser mais interessante negociar em pimenta do que em sal. Mas tudo isto é demasiado frágil e insuficiente para fundar uma verdadeira explicação.

Quais os meios de negócios que podiam estar interessados na génese do plano português da Índia, e quais é que tomaram realmente a iniciativa? Como este

---

([12]) Uzzano, cap. XVI. O «besante» é a dobra egípcia, já enfraquecida.
([13]) Th. Rogers, *History of Agriculture and Prices in England*, vol. IV, pp. 680 ss. e 410.

plano tinha por fim desviar do Egipto, pelo menos em parte, a corrente comercial asiática de que Veneza assegurava a retransmissão através da Europa, todos estão de acordo em excluir uma participação veneziana. Nenhum setentrional participou também na organização de qualquer das primeiras viagens. Os Alemães só vieram para Lisboa em 1502, ao cheiro dos resultados adquiridos; a actividade da feitoria de Antuérpia é que os incitou a trocarem o porto adriático pelo porto atlântico. Entre os estrangeiros que investiram capital na viagem de Cabral em 1500, notamos ùnicamente três italianos: Bartolomeu Florentino, um genovês e um certo Hierónimo [14], a identificar talvez com Frescobaldi. Os Affaitati apenas vieram a interessar-se mais tarde. O primeiro dos três citados é o opulento capitalista Marchione, contratador de todos os tratos de Guiné — logo, também da malagueta — no reinado de D. João II; eleito em 1501 presidente da companhia de negociantes para o comércio da Índia, armou igualmente vários navios das armadas da carreira do Cabo e foi grosso comprador de grãos do Paraíso guineenses e de especiarias asiáticas no tempo de D. Manuel. Como, por outro lado, foi ele quem, em 1487, passou as letras de câmbio destinadas à missão secreta — e capital — de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva [15], de bom grado somos levados a atribuir-lhe um papel de certa importância na transferência dos objectivos da expansão portuguesa da Guiné para a Ásia.

Em nenhum caso, todavia, o papel preponderante de D. João II e até de D. Manuel deve ser diminuído. Do Príncipe Perfeito, eis o retrato que debuxaram duas testemunhas que o conheceram ìntimamente: uma, o alemão Münzer, escreve que, de solicitude extrema pelo governo, muito instruído em cosmografia e em todos os conhecimentos e ansioso de descobrir o desconhecido, revela grande habilidade para adquirir riquezas graças à mercancia, e que na realidade recebe lucros incríveis do tráfico marítimo (*Itinerário*, pp. 13-4, 28, 55, 63). Outra, o português Duarte Pacheco, fala-nos do «muito desejo de acrescentar no comércio e riqueza destes Reinos» que animava D. João II (*Esmeraldo*, Prólogo). Um e outro atribuem unânimemente a este rei as iniciativas e a orientação da política económica e dos descobrimentos. Quanto a D. Manuel, os enviados venezianos e outros italianos estantes em Portugal não são menos unânimes em sublinhar o seu papel nesta revolução geográfica e mercantil, a sua firme vontade de conseguir enriquecer o Estado arrebatando aos Mediterrâneos o monopólio das especiarias. Réis mercadores, com eles o próprio Estado se torna a maior empresa comercial, e a sua intervenção foi, por isso, determinante. Nas duas viagens decisivas de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama nenhuma participação dos meios de negócios estrangeiros pode rastrear-se. Na expedição de Cabral, a sua parte — incluindo a de Marchione — reduz-se a um navio em treze de que se compunha a armada. Foi o Estado português que teve de abrir ele próprio as escápulas para as especiarias vindas pela rota do Cabo, não foram de modo algum os homens de negócios, beneficiários futuros desses mercados de escoamento, que empurraram à organização das viagens de descobrimento e nelas investiram inicialmente os seus capitais.

§ 2 — *As exigências da abertura dos mercados fornecedores*

Em 8 de Julho de 1497 os quatro navios capitaneados por Vasco da Gama levantavam âncora do Restelo: «os quais iam em busca da especiaria», confessa a melhor das fontes para a história desta viagem, o diário de bordo de Álvaro Velho. Tendo abordado a terra após três meses de travessia do golfão, um pouco antes do Cabo de Boa Esperança, na angra de Santa Helena, o capitão-mór mandou mostrar aos Negros amostras de canela, cravo, aljôfar e ouro, a fim de averiguar se aí havia ou não essas mercadorias [16]. O Gama levava missivas do rei

---

[14] De Giov. Francesco Affaitati, 26-VI-1501; de Domenico Pisani, 27-VII-1501 (*Diarii di M. Sanudo*, t. IV, pp. 66 ss.).
[15] Heyd, t. II, pp. 512-3.
[16] *Roteiro viagem Gama* (ed. Fontoura), pp. 3 e 7.

de Portugal para o Preste João e para o rei de Calicute ([17]). Nenhum equívoco, portanto, quanto aos fins da viagem: os Cristãos e as especiarias, dois objectivos tão estreitamente imbricados que dir-se-ia acabarem por se fundir num único. Porque um pouco por toda a parte, em redor do *Sinus Arabicus*, os Portugueses esperavam encontrar correligionários, e supuseram encontrá-los: bastava que não fossem Mouros. Se em Moçambique a evidência era demasiado gritante — os habitantes seguem a «seita de Mafamede», regista Álvaro Velho —, já em Mombaça julgaram verdadeiramente que uma parte da população era cristã, como tinham anunciado os pilotos mouros trazidos da primeira cidade. Em Melinde souberam que Quíloa era habitada por cristãos; no porto estavam ancoradas quatro naus de «cristãos da Índia», entre os quais alguns vieram a bordo dos navios portugueses e aqui adoraram o retábulo da Natividade... O piloto que guiou a frota até Calicute também era — julgaram — cristão (na realidade, deve tratar-se segundo toda a probabilidade do muçulmano Ibne Majid). Chegados a Calicute, Álvaro Velho nota no seu diário que a cidade pertence aos cristãos; e os Portugueses visitaram as igrejas, onde, por seu turno, se ajoelharam adorando as imagens sagradas... — João de Sá foi o único a ressalvar em murmúrio: se isto é diabo, eu adoro a Deus verdadeiro ([18]). Equívocos em sentido inverso deram-se igualmente: se em Moçambique os Mouros os acolheram, de início, com cordialidade, é que os julgaram Turcos, ou pelo menos Muçulmanos de qualquer país desconhecido.

Os Cristãos e as especiarias; ou antes, síntese dos dois: Calicute, mercado cristão das especiarias. Porque Calicute era de facto o destino da viagem, nìtidamente fixado de antemão — o relatório de Pero da Covilhã deixá-lo-ia prever. Em Moçambique os Portugueses choraram de alegria ouvindo contar que o reino do Preste João começava bastante próximo; a corte ficava ainda distante, mas ao menos várias das cidades marítimas eram do seu senhorio ([19]). No entanto, se prosseguiram inexoràvelmente a sua derrota — rumo a Calicute —, deixando estes primeiros cristãos, que o eram de certeza, é que as cidades do Preste não eram os mercados das especiarias.

Além dos problemas náuticos — que se resumiam na articulação das duas artes de navegar, a do Atlântico e a do Índico —, a expedição de Vasco da Gama tinha que resolver duas séries de problemas de contactos humanos: as escalas, no decurso da viagem, e os mercados de fornecimento, no termo. Por toda a parte havia que abrir as portas, crear amizades a fim de poder contar com apoios, conseguir ser admitido a comerciar. Contactos fáceis, se encontrassem essas tais populações cristãs que os Portugueses acreditavam habitar as margens do Índico. Na realidade, o que surpreende não é tanto a extensão das ilusões e dos equívocos, como a fulminante rapidez com que Mouros e Cristãos vieram a entrar em colisão uns com os outros; muito depressa se desencadeou e organizou a hostilidade dos primeiros contra a intrusão mercantil dos segundos.

Em Moçambique, o Gama apenas pretendia recolher informações sobre a Índia e o Preste João, contratar pilotos para a navegação daí até Calicute e comprar víveres frescos. Os três objectivos pareciam atingidos e boas relações entabuladas. Bruscamente, tudo se estragou. E Álvaro Velho dá-nos a chave do drama: tudo correu bem «enquanto lhes parecia que nós eramos turcos ou mouros de alguma outra parte, porque eles nos perguntavam se vínhamos da Turquia e que lhes mostrássemos os arcos da nossa terra e os livros da nossa lei. E depois que souberam que nós eramos cristãos, ordenaram de nos tomarem e matarem à traição» ([20]). Não esqueçamos também o papel, importante, desempenhado pelos mal-entendidos, pelos sinais incompreendidos, pela desconfiança recíproca de gentes que são desconhecidas umas das outras, pelos gestos infelizes. As hostilidades romperam quando o Gama ia buscar o segundo piloto que ficara em terra: dos barcos mouros acenaram-lhe para se dirigir

([17]) Barros, *Década I*, Liv. III, cap. 1.
([18]) Castanheda, Liv. I, cap. 16.
([19]) *Roteiro viagem Gama*, p. 22.
([20]) Idem, p. 24 — que Castanheda, Liv. I, caps. 5-7, segue.

para outro ponto de desembarque, o piloto muçulmano que guiava os portugueses traduziu-lhes esses sinais mas o capitão-mór julgou que ele pretendia escapulir-se e prendeu-o, e julgou que os barcos vinham atacá-lo e mandou-os bombardear. Para fazer aguada teve de novo de intervir a artilharia, e antes de partir Vasco da Gama bombardeou a cidade. A partir de então o piloto e os outros mouros que a armada levou à força não pensaram noutra cousa que não fôsse conduzirem-na a Quíloa a fim de conseguirem que ela aqui viesse a ser destruída. Tendo errado o porto em virtude dos ventos e correntes, conduziram-na a Mombaça e prepararam a sua vingança; todas as cidades da costa deviam ter sido entretanto prevenidas da chegada dos Portugueses; mas receando a traição, estes submeteram dois muçulmanos à tortura e eles confessaram. Uma tentativa noturna de mergulhadores no sentido de cortarem as amarras para os navios darem à costa fracassou igualmente. Deus protegia os cristãos, e assim a frota pôde prosseguir viagem e alcançar Melinde. Aqui, ao invés, foi agasalhada sem reservas ou segundas intenções ([21]), e desde esta primeira viagem uma amizade sempre desanuviada ligou a cidade e o seu rei aos Portugueses durante todo o século. Esta boa vontade não espanta menos, à primeira vista, do que a hostilidade feroz das outras cidades. A situação política e comercial da costa índica de África ajuda a compreender o contraste. Melinde, apoiando-se nos intrusos, podia libertar-se da sua subordinação política em relação a Quíloa e contava fomentar o seu próprio tráfico que Quíloa e Mombaça reduziam até então à insignificância.

Moçambique, Quíloa e Mombaça eram cidades muçulmanas, e os Mouros tinham nas mãos todo o tráfico do ouro, do marfim e dos escravos; as sociedades negras não mostravam qualquer entusiasmo por aumentar a extracção, não tinham por isso qualquer interesse no alargamento da procura e na entrada em cena de concorrentes aos seus compradores habituais. No termo da viagem, nos mercados das especiarias a situação apresentava-se mais complexa. No Malabar os partidários do Islame representavam apenas um elemento da população das cidades costeiras, pològicamente subordinado às autoridades hindus; é certo que eram eles os exportadores mais importantes, mas não controlavam a produção e deviam até recorrer, na maior parte das vezes, a intermediários *kafirs*, isto é, «infiéis». Orientada para a venda destinada a escápulas longínquas, a economia não podia permanecer insensível ao acréscimo de lucros resultante de uma procura ampliada e de preços mais favoráveis em razão do alargamento da concorrência. Por isso de entrada tudo correu bem. Puseram-se os Portugueses em relações com mouros de Tunes que falavam castelhano e genovês. O Samorim mandou um piloto para conduzir a armada a ancorar em Pandarane, onde ficaria abrigada nessa estação invernosa, porquanto o primeiro ancoradouro — Capocate — era perigoso. Ele próprio veio de propósito de Panane, que ficava a 15 léguas ao sul, à sua capital, a fim de receber pessoalmente o Gama. Os guias que conduzem a delegação portuguesa a Calicute levam-na a visitar os pagodes por verem que isso lhe apraz — os Portugueses julgam que são igrejas cristãs. A primeira recepção desenrolou-se com toda a cordialidade: como o embaixador transmitiu as boas intenções do rei de Portugal, que pretendia ser considerado «irmão e amigo» do Samorim, este respondeu graciosamente que por tal o teria e aquiesceu aos pedidos de Vasco da Gama. Mesmo depois de começarem os sarilhos, o rei de Calicute conservou-se na maior parte das vezes na posição de árbitro. Consentiu em receber uma segunda vez o capitão português, quando tinha sérias razões para não o fazer; aos agravos que aquele lhe dirigiu mais tarde contra certos altos funcionários e certos elementos da população que o tinham retido cativo e tinham querido apoderar-se dos navios por astúcia, o Samorim respondeu com a promessa formal de castigo dos culpados e ordenou, além disso, as medidas necessárias para que os portugueses pudessem vender as suas mercadorias, cousa que os mercadores muçulmanos pretendiam impedir a todo o custo.

([21]) Sobre tudo quanto precede: *Roteiro*, pp. 20-38; Castanheda, Liv. I, caps. 8-12; Barros, *Década I*, Liv. III, caps. 4-6.

Nestas condições, como foi possível desencadear-se a tempestade? Mais uma vez resultou de um cortejo de mal-entendidos e de condutas desajeitadas, arrastado com mão de ferro pelo ódio religioso e pelo receio da concorrência. Os portugueses cometeram logo de entrada um erro crasso: no Oriente ninguém comparece perante uma alta autoridade sem se fazer preceder, ou pelo menos seguir de uma dádiva condigna; a dádiva oferecida por um embaixador que vem anunciar o desejo de amistosas relações da parte de um soberano poderoso mas longínquo e até aí desconhecido não podia ser qualquer. Ora, o Gama quis oferecer ao rei de Calicute, o primeiro entre os do Malabar, doze alambéis, quatro capuzes de grã, seis chapéus, quatro rosários de coral, bacias, uma caixa de açúcar, dois barris de azeite e dois de mel... Os funcionários riram-lhe na cara e recusaram-se a levar esse «presente» que até o mais insignificante dos mercadores não teria a ideia de pretender oferecer. É caso de perguntarmos por que é que o Gama não apresentou os esplendorosos cruzados áureos e vinténs argênteos, os pães de cobre, ou por que é que, se os não levava a bordo, em Lisboa nisso não tinham pensado: pois se sabia antecipadamente que se ia entrar em contacto com economias ricas, civilizações refinadas. Na segunda entrevista, o Samorim censurou o capitão sem rodeios por se apresentar de mãos a abanar; e como este, muito embaraçado, se desculpasse que vinha de muito longe apenas para descobrir, e que nas viagens seguintes viriam dádivas soberbas, o rei de Calicute perguntou-lhe pertinentemente se vinha descobrir pedras ou homens? Pois se eram homens, havia que lhes trazer qualquer cousa. Em nossa opinião, esta falta de tacto dos portugueses foi decisiva no sentido de impedir a boa vontade do Samorim de pesar com todo o seu peso. Falta de tacto, ainda, o primeiro discurso do Gama: enviado de um rei cristão, vinha procurar réis cristãos para travar amizade com eles: ora, esta declaração foi transmitida em árabe, pois os línguas eram muçulmanos. Os Hindus não se devem ter dado conta do equívoco deste cristianismo: é que para os intérpretes, cristãos como muçulmanos eram igualmente «infiéis», e empregando a mesma palavra — *kafir* — devem-se ter referido a uns e a outros. Mas os Muçulmanos, esses, davam-se claramente conta de que era proposta uma aliança religiosa, forçosamente contra eles — a guerra santa contra o Islame. Que os portugueses tenham adorado as imagens nos pagodes não pode deixar de ter reforçado tais receios entre os Mouros. Depois, dos navios descarregaram-se mercadorias para venda, e o capitão propôs abrir uma feitoria que ficaria estabelecida, afirmando que as frotas portuguesas passariam a vir de então em diante regularmente a Calicute. Retendo as mercadorias em Pandarane, e depreciando-as com desprezo, os comerciantes muçulmanos, e os hindus que com eles entraram de conivência, obstavam à sua venda. A pedido dos portugueses lesados o Samorim interveio e mandou transportar as mercadorias para Calicute *à sua custa*, declarando que nada do que pertencesse ao rei de Portugal deveria pagar quaisquer fretes ou alugueres de armazém nos seus domínios. Nutriria ele sombrios desígnios, como lhe atribuem os portugueses, ou hesitaria ainda em alienar-se um novo aliado e novos compradores? A segunda hipótese parece mais verosímil, apesar da interpretação de Álvaro Velho e dos cronistas. Quando a armada ia partir, o Samorim mandou ainda a bordo uma carta para o rei de Portugal: regozijando-se com a vinda do Gama, enumerava as mercadorias que Calicute podia vender — canela, cravo, gengibre, pimenta, pedras preciosas — e explicava que em retorno pretendiam ouro, prata, coral e escarlata. Os navios portugueses tinham-se visto obrigados a servir-se da artilharia, mas o incidente não tivera gravidade, e por outro lado o capitão-mór achou bem mandar por seu turno, do mar alto, uma carta em termos amistosos ao Samorim, pedindo desculpa por levar consigo alguns malabares e por não ter chegado a deixar em terra uma feitoria; porque lhe pareceu, explica Castanheda, que «posto que el-rey de Calicut lhe fizesse tantas roindades, que pola necessidade que os nossos que tornassem despois dele a Calicut, avião de ter de sua amizade, pera se poder aver carrega despeciaria» (⁻⁻).

Nicolau Coelho foi o primeiro a entrar no Tejo, em 10 de Julho de 1499; a 12, uma carta de D. Manuel aos Réis Católicos traça o balanço da expedição e expõe a política que Portugal vai seguir no Oriente. Decerto, subsistem ilusões, de que é difícil, mas de que haverá que libertar-se: a Índia habitada por cristãos, embora a sua Fé não esteja plenamente confirmada e os Indianos dela não possuam conhecimento inteiro; daí a esperança de rápida conversão, ou antes, de uma confirmação. Se os navios regressavam apenas com amostras, o mal estava

(⁻⁻) Fontes para o que antecede: *Roteiro*, pp. 38-65; Castanheda, Liv. I, caps. 15-25; Barros, *Década I*, Liv. III, caps. 8-11.

em terem partido para lá sem carga suficiente de mercadorias. Mas eis agora os resultados positivos da viagem: abordou-se a região das minas de ouro, alcançou-se o principal mercado das especiarias e das pedras preciosas ([23]). Ao regressar o Gama, o rei escreve ao cardeal protector D. Jorge da Costa, para Roma; desta vez acrescenta ao balanço da viagem, e com razão, a vinda de um embaixador de Melinde, de meia dúzia de hindus, do tunisiano Monçaide, que deixou Calicute com medo de represálias, e sobretudo do judeu que será baptizado com o nome de Gaspar da Gama ou da Índia. Nascido em Alexandria, convertido ao Islame, vivera trinta anos no Oriente como mercador e lapidário, conhecendo portanto todos os mercados desde o Egipto até Malaca ([24]). Pôs ao serviço dos Portugueses os seus conhecimentos geográficos e comerciais — deve-se-lhe a relação apensa ao diário de bordo; estava particularmente em condições de fornecer indicações precisas sobre os preços nos diferentes mercados: base segura para assentar a concorrência portuguesa ao comércio do Levante.

Desde a carta aos Reis Católicos, apenas dois dias após a chegada do primeiro navio, surgem nìtidamente definidas as linhas mestras da política portuguesa: prova de que tinham sido preparadas, se não mesmo elaboradas antes dessa expedição. Os fins da futura acção portuguesa além do cabo de Boa Esperança são de meridiana clareza: por um lado, apoiando-se na população cristã da Índia — que será esclarecida e confirmada na Fé —, extirpar o Islame; por outro lado, pelo novo caminho marítimo, desviar todo o trato das especiarias e pedras preciosas, até aqui em mãos dos Muçulmanos, que através de Meca e do Cairo fornecem a Europa de lés a lés. Em breve a Cristandade inteira virá abastecer-se em Lisboa. Ao cardeal D. Jorge o soberano lembra que por doações apostólicas a coroa portuguesa tem «o senhorio e domínio de todo o per nós achado»; mas vale mais obter de Sua Santidade «nova aprovaçam e outorga dello.» ([25]). Da simples abertura de mercados escorregava-se para o imperialismo.

A experiência do Gama tanto em Moçambique como em Calicute demonstrara, sem possibilidade de ilusões, que só a força obrigaria os Muçulmanos no Oriente a tolerarem a presença dos Portugueses. A armada de Cabral constituía tal demonstração de força — mesmo que não fosse para a ela recorrer necessàriamente. Não visava de modo algum a conquista. Os seus objectivos eram de duas ordens. Do ponto de vista religioso, graças à missão confiada a um grande teólogo e a franciscanos, devia esclarecer os Cristãos da Índia e confirmá-los na sua Fé, ao mesmo tempo que começaria a prègação do Evangelho aos Gentios. Do ponto de vista comercial, instalaria duas feitorias: uma em Sofala, destinada ao resgate do ouro, e outra em Calicute, para o trato da especiaria e drogas. Desta vez a carga ia bem sortida de todas as mercadorias procuradas: coral, vermelhão, azougue, âmbar, panos de lã grossos e finos, veludos, setins, damascos. Dez naus, na maioria de boa tonelagem — de 200 a 300 tonéis — e três navios, levando a bordo 1 500 marinheiros e soldados e dispondo de artilharia poderosa: eis meios capazes de garantirem a liberdade de evangelização e a participação nos ricos tráficos do ouro, das especiarias e das pedras preciosas ([26]).

Não admira, por isso, que bastasse as seis naus, que no fim de contas realizaram toda a viagem, apresentarem-se diante de Moçambique para conseguirem o melhor acolhimento: a frota fez aguada e embarcou provisões, e Cabral obteve sem a mínima difi-

---

([23]) De D. Manuel aos Réis Católicos, Lisboa, 12-VII-1499 (publicada, com a primeira minuta, por Fontoura em *Roteiro da viagem de V. da Gama*, pp. 195-7).

([24]) Heyd (t. II, p. 511) sublinhou já, com razão, a importância do seu papel.

([25]) Na ed. Fontoura do *Roteiro*, p. 201.

([26]) Castanheda, Liv. I, p. 30; Gaspar Correia, t. I, pp. 146-9.

culdade um piloto para o conduzir a Quíloa. Moçambique tornara-se assim aquilo que sempre será: a escala essencial da rota do Cabo. Quíloa, que era todavia a principal potência muçulmana na África oriental, não ousou qualquer conjura contra os Portugueses, e menos ainda opor-se-lhes abertamente. O rei teve uma entrevista com Cabral e recebeu deste uma carta de amizade assinada pelo rei de Portugal; mas, conquanto acedendo ao entabulamento de relações comerciais, na realidade encontrou a maneira de as matar à nascença: é que o comércio de Quíloa não carecia de qualquer das mercadorias que os Portugueses tinham para lhe oferecer. Como o capitão-mór levava no seu regimento ordem para não romper hostilidades com esta cidade moura, prosseguiu até Melinde [27]. Aqui o ambiente foi muito cordial e os laços de amizade tecidos por Vasco da Gama reforçaram-se com este novo contacto, mais estreito e prolongado. O feitor da armada, Aires Correia, entregou solenemente ao rei uma carta amistosa do rei de Portugal e ofereceu um soberbo presente: um arreio completo de prata esmaltada e dourada e jaezes de carmesim, duas almofadas de brocado e duas de veludo, um tapete fino, um pano de armar de Arras, cortes de escarlata, setim e tafetá, no valor global de 1 000 cruzados. Aires Correia ficou três dias no palácio real, informando pormenorizadamente o rei ácerca de Portugal, seus costumes, seu soberano e organização do seu Estado. Depois Cabral e o rei de Melinde encontraram-se festivamente no mar — os portugueses iam secretamente armados. Dois portugueses — degradados — deviam ficar nesta cidade a fim de se informarem de todo o sertão até o Estreito de Meca. A cordialidade da recepção explica-se também pelo comportamento anterior de Cabral: ao largo de Sofala deixara seguir em liberdade duas naus carregadas de ouro, e rodeara-as de atenções, porque pertenciam a súbditos de Melinde; neste porto não cometeu qualquer acto de hostilidade contra as naus guzerates que aqui estavam ancoradas: assim Portugal afirmava sem equívoco a sua vontade de respeitar a liberdade de comércio e navegação dos seus amigos. O rei arranjou-lhes de bom grado um piloto guzerate para conduzir a armada à Índia [28].

Em 13 de Setembro de 1500, as seis naus de Cabral lançavam âncora diante de Calicute e logo saudavam a cidade com salvas de toda a artilharia. Argumento convincente para suscitar acolhimento amável. Desta vez, quando da sua recepção pelo Samorim, o embaixador do poderoso e rico monarca de Portugal apresentou uma dádiva verdadeiramente real: bacias, vasos e outras obras de prata, quatro almofadas de brocado e veludo, um docel de brocado com franjas de ouro e carmesim, um tapete grande e dois panos de Arras muito ricos, sendo um deles de figuras. Os portugueses puderam instalar uma feitoria em terra, e o Samorim interveio a seu favor no sentido de inutilizar as manobras dos mouros de Meca que os impediam de vender e comprar; substituíu mesmo o correctOr que os servia, Coje Çamecerim, porque participava nessas manobras, e nomeou em seu lugar Coje Bequim, cabeça do partido dos mercadores nativos, cujos interesses se opunham evidentemente aos do outro partido. Para agradar ao rei, Cabral mandou uma caravela tomar uma nau de elefantes que passava ao largo e entregou-lha com toda a sua carga. Bruscamente, de maneira inesperada, tudo se estragou: a feitoria foi investida, 50 portugueses mortos, só uns 20 conseguiram, muito feridos, acolher-se às barcas; Aires Correia foi uma das vítimas, o *stock* armazenado foi pilhado.

Mau grado as aparências, tal desfecho estava inscrito na lógica da situação. O futuro ficara talvez traçado desde o dia em que Vasco da Gama se fizera ao largo para regressar a Lisboa. A carta do rei de Portugal ao Samorim, pondo em primeiro plano o valor absoluto da fé cristã e como objectivo a evangelização, não podia ser compreendida do destinatário e soava de maneira estranha, como um repto a esse Islame oriental que, graças ao seu comércio, enriquecia o estado de Calicute. Ora, como nota com perspicácia o escrivão de bordo que nos deixou o melhor relato da viagem, os Portugueses não podiam nunca (dada a sua ignorância das línguas indianas) comunicar com o Samorim ou os Gentios «sem se meterem mouros de permeio, que são uma gente má e muito nossa contrária». Adivinha-se portanto o efeito que uma tal carta *em árabe* não podia deixar de produzir entre os mercadores de Meca. Por outro lado, a política portuguesa bem fixada em

---

[27] *Navegação de P. Álvares Cabral,* cap. IV; Castanheda, Liv. I, cap. 32; Barros, *Década I,* Liv. V, caps. 2 e 3.

[28] *Navegação de P. Álvares Cabral,* cap. V; Castanheda, Liv. I, cap. 33; Barros, *Década I,* Livro V, cap. 4.

Lisboa — a carta de D. Manuel a Fernando e Isabel comprova-o — visava a estancar o tráfico pelo mar Roxo. Por isso Cabral ao chegar à Índia fez primeiro aguada na ilha de Angediva e aqui permaneceu quinze dias a fim de esperar as naus de Meca, que habitualmente por ali passavam. Nenhuma passou: a esta circunstância se deve o adiamento da ruptura brutal. Em 16 de Dezembro, saía do porto de Calicute uma nau carregada de especiarias: Cabral, avisado pelo feitor, mandou-a apresar e apoderou-se da carga. Eis a razão do ataque mortífero à feitoria, ao qual se seguiram as represálias: os portugueses tomaram, pilharam e queimaram dez naus mouras ancoradas no porto e mataram todas as suas tripulações e passageiros — 500 a 600 homens; no dia seguinte a cidade foi bombardeada, bem como duas outras naus que rumavam para Pandarane. Tudo isto desmente inequìvocamente os objectivos que Cabral apregoara ao Samorim como sendo os da sua missão: entabular relações pacíficas entre os dois estados e estabelecer o tráfico de mercadorias.

Teriam os portugueses caído numa armadilha astuciosamente montada pelos mouros da Meca? Segundo Castanheda, foram estes que levaram Aires Correia a avisar Cabral da partida da nau de especiarias e a induzi-lo a ordenar a tomadia; entre os instigadores, o papel decisivo teria cabido a Coje Çamecerim, a quem pertencia a carga da nau; apenas buscavam um pretexto para um golpe irremediável. A narrativa do escrivão de bordo, pelo contrário, omite toda esta montagem maquiavélica. Seja como for, a vontade portuguesa de se opor ao tráfico do mar Roxo não podia deixar de conduzir, desde a viagem de Cabral, a uma ruptura violenta. O veneziano Micer Benaivito tinha razão quando foi à feitoria increpar Aires Correia: quando se quer mercadejar não se tomam os navios dos concorrentes. Já na altura da estadia do Gama os mouros tinham assegurado com insistência que se tratava de corsários e não de enviados regulares de um reino organizado. E agora todos se davam conta, em Calicute, que eram realmente corsários, visto se apoderarem dos navios mercantes ([29]).

No Malabar, uma situação política e comercial, sob certos aspectos, análoga à da costa índica da África levou a resultados semelhantes. Ali também os reinos vassalos aproveitaram a hostilidade de Calicute em relação aos Portugueses para os chamarem a si: adquiriam deste modo a possibilidade de se tornarem pollticamente independentes, por um lado, e de aumentarem a sua importância como mercados das especiarias, por outro. O resultado de maior relevância da viagem de Cabral foi incontestàvelmente a abertura dos mercados de Cochim e Cananor ao comércio português e o estabelecimento de laços cordiais com o primeiro destes dois reinos. No entanto, o presente dado ao rei não foi sensacional — os portugueses tinham sido despojados em Calicute: uma bacia de prata cheia de açafrão, um gomil também de prata contendo água de rosas, e alguns rosários de coral. Mas a certeza dos chorudos lucros a esperar deste comércio, de que fala Castanheda, terá bastado para suscitar a boa vontade dos que suportavam a custo o jugo político e comercial de Calicute. Em Cananor carregaram-se 400 quintais de canela — e ter-se-iam podido carregar mais.

A caminho de Cochim, a armada portuguesa encontrara dois barcos carregados de arroz que rumavam para Calicute: Cabral mandou-os queimar; em compensação, não tocou numa grande nau guzerate que encontrou na torna-viagem para Portugal: o capitão-mór pretendia assim provar, explica Castanheda, que, contràriamente ao que diziam os mouros da Meca, os Portugueses não iam ao oceano Índico para fazer a guerra, mas sim para contrair amizades e mercadejar; se tinham feito a guerra a Calicute, fôra por

---

([29]) *Navegação de P. Álvares Cabral,* caps. VII-XI e XVII; Castanheda, Liv. I, caps. 34-39; Barros, *Década I,* Liv. V, caps. 4-7.

causa da traição urdida com a aquiescência do Samorim e da qual tinham sido as vítimas ([30]). Infelizmente esta justificação não encaixa nos objectivos da estadia inicial em Angediva nem na política definida pelo próprio D. Manuel: Portugal propunha-se efectivamente e sem hesitações destruir os mouros de Meca.

Como em Portugal se estava convencido da fé cristã do Samorim e dos povos da Índia, contava-se que a demonstração de força que constituía a armada de Cabral bastasse para abrir aos Portugueses os mercados das especiarias e para enlaçar relações pacíficas com os reinos indígenas. Por isso, antes mesmo do regresso daquele, Lisboa expediu quatro naus, uma das quais devia ficar em Sofala e as três outras ir carregar a Calicute. Viagem de negócios, conquanto os navios dispusessem de poderosa artilharia. Felizmente, na aguada de São Brás João da Nova encontrou uma carta metida num sapato pendurado numa árvore: nela se narravam as aventuras e contrariedades da esquadra precedente; aquele capitão pôde por isso decidir levar consigo o navio destinado a ficar na costa da mina de ouro. Graças a novos avisos recebidos em Quíloa e Melinde, a frota evitou Calicute e foi ancorar em Cochim, onde encontrou a feitoria deixada por Cabral.

Se as relações com as autoridades foram aqui sempre amistosas, novas complicações e contrariedades aguardavam os Portugueses. Já no ano precedente o feitor de Cabral quase não conseguira, em Calicute, vender mercadoria nem comprar especiaria porque os Muçulmanos tinham decidido vender a perder e comprar a preços disparatados. Agora, insinuavam aos Gentios de Cochim que não entregassem pimenta e gengibre senão a troco de espécies soantes: como o feitor de João da Nova não as tinha, as naus não puderam carregar. Maquiavélica influência dos mercadores mouros, conforme pretende Castanheda? Mas também ignorância das condições de mercado da parte dos Portugueses, porquanto, vê-lo-emos, a regra mais constante foi efectivamente o pagamento das especiarias em moeda. Em Cananor, pelo contrário, os portugueses conseguiram carregar a crédito um milhar de quintais de pimenta, 450 de canela e 50 de gengibre; ficou instalada uma feitoria, com mercadorias em armazém: à medida que as fôsse vendendo o feitor iria pagando a dívida.

Viagem de negócios, não demonstração de fôrça, incontestàvelmente. Todavia a linha política portuguesa permanecia inalterada. Se ao chegar a Angediva João da Nova não ousou atacar sete naus muçulmanas que por aí passavam — é certo que desfraldavam bandeira de Cambaia —, a caminho de Cochim queimou uma nau de Calicute. Como é que, aliás, estoutra cidade teria podido consentir no livre comércio dos Portugueses em Cochim e Cananor? Seria a sua ruína. Por isso, quando a pequena frota portuguesa estava a aprestar-se para largar de Cananor, o porto despertou uma manhã completamente bloqueado por uma numerosa esquadra de Calicute: ao todo, mais de uma centena de velas, mas sem canhões e na maioria simples paraus. João da Nova, recusando o auxílio e protecção que Cananor lhe oferecia, aceitou o repto: evitando a abordagem, graças ao manejo da artilharia obrigou o inimigo a pedir uma trégua, que ele não concedeu, era bem de prever, senão a trôco do levantamento do cerco. As quatro naus puderam regressar a Portugal sãs e salvas, depois de terem afirmado a superioridade da fôrça portuguesa. Cousa que Cabral não fizera no ano precedente, visto ter escapado a uma esquadra de Calicute sem travar batalha (é certo que essa esquadra também não se mostrara ansiosa por combater) ([31]): teria recebido ordens para evitar tanto quanto possível recontros armados?

Façamos o balanço da situação no Índico no momento em que Vasco da Gama vai aqui entrar pela segunda vez — em 1502. Dois pontos de apoio sólidos, cuja amizade resistirá a todas as provas: Melinde na costa africana, protecção da rota e escala secundária, e Cochim no Malabar, mercado das especiarias que

---

([30]) *Navegação de P. Álvares Cabral*, caps. XVIII-XIX; Castanheda, Liv. I, caps. 40-42; Barros, *Década I*, Liv. V, caps. 8-9.

([31]) Castanheda, Liv. I, cap. 43; Barros, *Década I*, Liv. V, cap. 10.

substituirá a altiva Calicute. A escala principal para a viagem quer de ida quer de volta está bem estabelecida em Moçambique. Duas feitorias, ainda instáveis, é certo, para o trato das especiarias: Cananor e Cochim. Entabulou-se o contacto com a mina de ouro, em Sofala. Mas, no outro prato da balança, dissipara-se em boa parte a ilusão da cristandade indiana, nascera a hostilidade duradoura de Calicute, a luta sem quartel entre comércio português e comércio muçulmano extravasara até para o plano político e militar. De cada uma das vezes, a esquadra do Samorim e dos seus súbditos, reunida na máxima força, procurou aniquilar a armada portuguesa, em Cochim no primeiro ano, em Cananor no segundo; nem num nem noutro caso alcançara os seus fins, mas as duas tentativas mostravam sem equívoco que Calicute tudo faria para impedir o estabelecimento de relações comerciais entre os intrusos e os reinos secundários do Malabar. As feitorias portuguesas não podiam deixar de se sentir ameaçadas constantemente, apesar de estarem em território aliado e amigo.

§ 3 — O advento do imperialismo da pimenta

João da Nova só regressou ao Tejo em Setembro de 1502. Foi, portanto, muito antes de se conhecerem os resultados da sua viagem que houve que organizar em Lisboa outra expedição e definir a sua missão, com base no relatório de Cabral. Mas a experiência deste bastava para demonstrar que jamais os Portugueses conseguiriam tomar parte no tráfico das especiarias sem recorrer à força; impunha-se, além disso, não deixar impune o Samorim, caso se pretendesse manter a presença portuguesa no Índico. Em 1496 o Conselho do Rei dividira-se entre partidários da continuação dos descobrimentos até à Índia oriental, com mira a abrir o acesso ao comércio das especiarias, e aqueles que Camões personifica no Velho do Restelo, opostos ao alargamento da expansão a tão remotas paragens. Agora — fim de 1501 — defrontam-se duas correntes. Às fileiras dos que, contemplando o mapa-do-mundo, sentem a vertigem da distância, da novidade e imensidade do mundo asiático, vêm somar-se os defensores de uma expansão comercial puramente pacífica. Estes últimos constatavam a impossibilidade de seguir o caminho que desejariam seguir, dada a situação com que o Gama e Cabral tinham deparado; temiam as despesas e as imposições de uma acção militar conduzida em tão vasta escala e tão longe do reino; pensavam que a acção militar, inevitável se ao Índico se voltasse, levaria esses povos a rejeitarem o Evangelho. A estes argumentos retorquiam os da outra corrente: contamos já com algumas amizades e pontos de apoio; os lucros do tráfico das especiarias custearão todas as despesas de guerra — a viagem de Cabral, apesar de tão desfavorável, não rendera cinco a cinquenta vezes o cabedal investido? E Barros conclui a sua exposição: «per experiencia das quáes cousas ficavam todalas outras razões subditas a este bem de proveito, que sempre prevaleceo em todo conselho». Da decisão final temos a exacta medida nos títulos que D. Manuel acrescentou aos que lhe transmitira D. João II: o Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné e da Mina, chamar-se-á de oravante também senhor da conquista, navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia. Pois como «Descobrio navegaçam de mares incógnitos per os quáes se navega destas partes de Portugal per aquelas orientáes da Índia: tomou posse deste caminho da navegaçam per o titulo dela. Descobrio terras habitadas de gentio idólatra e mouros heréticos, pera se poderem conquistar e tomar das mãos deles como de injustos possuidores, pois négam a glória que devem a seu criador e remidor: intitulou-se por senhor delas. Descobrio o comércio das especiarias, as quáes eram tractadas

e navegadas per aqueles povos infiees: per o mesmo modo, pois era senhor do caminho e da conquista da terra também lhe convinha o senhorio do comércio dela». Quanto aos mares, ainda que, por direito comum, são comuns e patentes aos navegantes (é o mesmo direito das servidões de acesso em propriedades), esta lei só vale para o povo cristão; os mouros e gentios, estando fora da lei de Cristo que é a verdadeira que todo homem é obrigado a ter e guardar, não podem beneficiar dos privilégios das leis que entre si têm os cristãos: estamos no *mare clausum* — fechado, não em favor deste ou daquele povo (os Portugueses ainda não tinham que enfrentar concorrência de outros cristãos) mas em favor da cristandade. Em suma: senhor das terras, cujo direito de conquista se reserva para as restituir ao verdadeiro proprietário, que é Deus, senhor das vias de navegação, como que por delegação da cristandade, sê-lo-á também, por consequência, do comércio que, passando por estas, liga aquelas entre si ([32]).

Por enquanto, todavia, o rei de Portugal não empreende qualquer conquista territorial, mas decide assumir desde já na efectividade o senhorio do mar e do tráfico. Vasco da Gama é nomeado almirante de todos os mares do Oriente e desaferra do Restelo em 10 de Fevereiro de 1502 com duas armadas: uma de 10 naus sob o seu comando directo, outra de 4 cuja capitania está confiada ao tio materno Vicente Sodré. Em Moçambique será montada uma caravela transportada em peças soltas, e assim aumentada para cinco velas ficará na Índia a esquadra de Vicente Sodré. Em 1 de Abril, terceira armada, capitaneada por um primo, Estêvão da Gama, fez-se à vela por seu turno. Deste modo o almirante disporia no oceano Índico de 20 unidades poderosamente artilhadas. Os fins estão claramente definidos: fazer a paz e estabelecer o comércio pacífico com todos os que quiserem a amizade portuguesa; fazer a guerra implacàvelmente a todos os que a recusarem; por toda a parte, nos mares orientais, afirmar o supremo domínio português e dar caça às «naus da Meca», a fim de alcançar o aniquilamento do tráfico do mar Roxo; assentar o comércio do ouro em Sofala, edificar uma fortaleza em Moçambique, reduzir Quíloa à vassalagem ou destruí-la, de maneira a eliminar o poderio político islâmico na África de Leste; impor a Calicute o pagamento das perdas e a reparação dos danos causados a Cabral, levar o Samorim à resipiscência e a firmar um tratado de comércio, ou semear a morte e a desolação nos seus estados, bloquear os seus portos, não consentir que os seus súbditos e os «mouros de Meca» sulquem os mares. A presença permanente de uma esquadra portuguesa, testemunho da vontade de permanecer para sempre, garantiria a protecção às feitorias e daria caça à navegação do mar Roxo, obstando a que as especiarias se escoem por esta via.

As fôrças postas à disposição do almirante davam-lhe os meios eficazes de realizar tal política de dominação oceânica e permitiam-lhe enfrentar toda e qualquer eventualidade, pois nenhuma outra esquadra era de estatura a barrar-lhe o caminho. Um único navio se perderá durante a viagem. Vasco da Gama, ao invés de Cabral, dispõe portanto da quase totalidade das forças que lhe foram confiadas. Com quatro navios visita Sofala e obtem o precioso metal; depois toda a armada se refresca na ilha de Moçambique, onde instala uma feitoria. Em Quíloa o poderio português inspirou terror tal que o *sheikh*, vindo em pessoa constituir-se prisioneiro com medo que lhe cortem a cabeça, se obriga a pagar páreas (tributo) em ouro ([33]). O aparecimento das dezanove velas na costa do Malabar desarmou toda e qualquer veleidade de resistência armada. A esquadra portuguesa seguiu ao longo do litoral, apresando todos os navios inimigos, deixando ir em paz os navios amigos. O objectivo é-nos indicado sem rodeios no relato flamengo *Calcoen*: interceptar as naus da Meca, porque «são estas naus que trazem as especiarias que vêm

---

([32]) Barros, *Década I*, Liv. VI, cap. 1.
([33]) Tomé Lopes, *Navegação às Índias Orientais*, caps. 2, 4 e 5; Castanheda, Liv. I, cap. 44; Barros, *Década I*, Liv. VI, cap. 3.

às nossas nações, e queríamos destruí-las a fim de que o rei de Portugal fôsse o único senhor das especiarias do Oriente.» Uma enorme nau — a *Meri* — que regressava da Meca ajoujada de mercadorias e tendo a bordo centenas de passageiros, entre os quais dez a doze dos mais ricos negociantes de Calicute, foi perseguida e rendeu-se. Os cativos propuseram, entre outros partidos, carregar à sua custa toda a armada do Gama. Este recusa todos os resgates, apenas aceitando um presente «voluntário» de cada um. Depois de ter recolhido umas vinte crianças, mandou deitar fogo à nau tomada, com toda a tripulação e todos os passageiros a bordo; em desespero de causa, estes conseguiram extinguir o fogo e durante vários dias impediram a abordagem, mau grado o bombardeamento contínuo. Por fim, graças à traição de um mouro que veio ter com os portugueses a nado, estes passaram um cabo à volta do leme da *Meri* e por tal meio alcançaram o objectivo em vista: incendiá-la. Riquezas incalculáveis e centenas de vidas humanas — homens, mulheres, crianças — arderam no centro do círculo de ferro da esquadra, ante os olhos sem piedade de Vasco da Gama ([34]).

Em Calicute o Samorim manobra astuciosamente, sem querer indemnizar as perdas e danos infligidos a Cabral nem punir os culpados do mortífero ataque à feitoria, alegando que a perda da *Meri* representa dez vezes tanto. Então o almirante manda tomar barcos de pesca, enforcar os pescadores, e depois de ter ordenado que lhes cortassem os membros deita à água os restos macabros para que a maré os arraste até à praia. No dia seguinte a cidade é bombardeada de muito perto ([35]).

Vasco da Gama parece, na realidade, ter chegado à Índia resolvido a vingar-se do que passara, e também do que passara Cabral, em Calicute, e isso antes de qualquer negociação e de qualquer tentativa de obter reparações do Samorim. A tomada e o incêndio da *Meri* demonstram-no sem equívoco. As exigências postas ao Samorim não tinham outro fim que não fosse justificar uma nova acção brutal: como é que o rei hindu poderia sujeitar-se a banir dos seus estados todos os mercadores muçulmanos das quatro a cinco mil casas que faziam a prosperidade desse empório? Teria sido a ruína, a catástrofe. A captura dos pescadores e do zambuco de Pandarane indignou ao máximo o Samorim: estes cristãos mostravam maior prazer em pilhar e em comportar-se como piratas do que em aproveitar relações pacíficas e comerciar ([36]). Se o caso da nau de Meca desvenda um plano de terror decidido em Portugal mesmo, durante a estadia em Cananor cartas do feitor de Cochim revelaram o plano de resistência que o rei de Calicute traçara: o Gama dirigiu-se para lá completamente desabusado. Constatando a impossibilidade de lutar pelas armas com a esquadra portuguesa, o Samorim propusera aos reis de Cananor e Cochim um estratagema muito simples para desanimar os intrusos de voltarem à Índia: acolhê-los afàvelmente, mas arrastar todas as negociações, nunca chegar a acordo quanto às mercadorias a trocar nem quanto aos preços, alegar sempre que estão esgotados os *stocks* de especiarias para vender. Assim se passaria o tempo da monção e as naus teriam de regressar vazias ao seu país de origem. Terão os outros réis acedido alguma vez a esta acção concertada? O almirante pelo menos julgou-o, como testemunha a sua conduta impaciente nas duas cidades. Foi necessário que o rei de Cochim viesse sem aparato e sem defesa entregar-se nas suas mãos a bordo da sua caravela para que se desvanecessem as suspeitas. O acordo concluído em Cochim foi aceite pelo rei de Cananor, na segunda passagem do Gama, nos mesmos termos. Quando o almirante apertava com os réis no sentido de assinarem um tratado que estipulasse as quantidades de especiarias a fornecer, os seus preços e formas de pagamento, eles respondiam com razão que tudo isso dependia ùnicamente do comércio particular, dos mercadores,

---

([34]) Tomé Lopes, caps. 8 e 9; *Calcoen* (narrativa holandesa, Antuérpia, cerca de 1504), em Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, t. I, cap. IV; Castanheda, Liv. I, cap. 45; Barros, *Década I*, Liv. VI, cap. 3.

([35]) Tomé Lopes, caps. 13-15; Castanheda, Liv. I, cap. 45; Barros, *Década I*, Liv. VI, cap. 5.

([36]) *Tomé Lopes*, cap. 13.

sobre os quais não tinham poderes nesta matéria. Representante de um Estado que era uma empresa mercantil, de um rei-mercador, o Gama não compreendia e zangava-se, por lhe cheirar a conjura: é de crer que se enganava. Cada um dos réis teve de convocar os comerciantes e de obter o seu assentimento para poder satisfazer as pressões irritadas do almirante. Estes tratados de comércio — e contratos de compra e venda — permanecerão em vigor durante alguns decénios; constituirão as bases do tráfico das especiarias. A eles teremos de voltar.

Não tendo dado resultado o plano de boicotagem concertada, por Cochim e Cananor não terem participado, Calicute preparou novas provas de fôrça. Uma primeira esquadra de umas duzentas unidades foi dispersa e sua maior parte aniquilada pelo temporal. Atraído a Calicute sòzinho, numa caravela, graças ao ardil de um brâhmane, o Gama escapou na última ao cêrco por uma nuvem de zambucos e almadias. Em 12 de Fevereiro de 1503, quando a armada vogava de Cochim para Cananor a fim de completar a sua carga, 32 naus de Calicute e uma revoada de pequenas embarcações saíram de Pandarane: o Samorim, rejeitando sobre os mouros a responsabilidade da guerra com os cristãos, obrigara-os a alistarem-se e a embarcar para o combate. Esta imponente fôrça de 7 000 homens foi ràpidamente destroçada, não obstante o elevado número de bombardas de que dispunha, pela artilharia portuguesa; duas naus foram tomadas e queimadas ([37]).

Em Outubro de 1503, a armada do Gama reentrava no Tejo com uma carga de uns 30 000 quintais de especiarias — quinze vezes tanto quanto Cabral dois anos antes, e quase vinte vezes a carga de João da Nova no ano precedente. Esta demonstração de força militar saldava-se por um excelente negócio. Os mercados asiáticos das especiarias estavam abertos, duas feitorias ficavam instaladas em permanência — Cochim e Cananor —, beneficiando da protecção da esquadra de Vicente Sodré. A rota do Cabo atingia o volume em que viria a manter-se. O poderio naval português afirmara-se sem contestação, o oceano Índico tornava-se português, os amigos recebiam esplêndidos presentes e uma protecção eficaz e gozavam da licença de navegar e comerciar livremente, os inimigos eram submetidos a um regime de desapiedado terror. Com a crueldade do incêndio da *Meri*, do enforcamento e mutilação dos pescadores, contrasta, simètricamente, o bom grado com que se deixaram as naus de Cananor prosseguir no seu caminho e uma nau de Calicute carregada de mercadorias entrar no porto de Cochim. Favores para os amigos, terror para os inimigos, não passavam de instrumentos ao serviço do imperialismo da pimenta. Quando os cristãos de Mangalor vêm ter com o Gama, este sente grande alegria mas, como passou muitas semanas a pôr em ordem os negócios em Cananor, Calicute e Cochim, não dispõe já de tempo para se ocupar deles e apenas lhes pode aconselhar paciência. Os fins últimos da sua viagem revelam-se sem equívoco nas suas entrevistas com os réis de Cananor e Cochim: embaixador do rei-mercador, é por suas próprias mãos que lhes entrega os presentes, maneira de presentear que chocou profundamente, e uma vez dirigidos os cumprimentos de estilo, fala abertamente de negócios, quer estipular imediatamente preços, quantidades, normas de entrega, e encoleriza-se porque os seus interlocutores o mandam falar com os negociantes.

Vasco da Gama partira de regresso ao reino, mas Vicente Sodré ficara no Índico com uma esquadra de 6 velas a fim de proteger as duas feitorias e de interceptar o caminho do mar Roxo — missões, é bem de ver, contraditórias. O Samorim tinha agora consciência da impossibilidade de uma frente unida para boicotar o comércio português; via que, tendo-lhe escapado o domínio dos mares, já não podia restabelecer a situação anterior por acções navais. Com o decorrer do tempo, Cochim e Cananor desenvolviam o seu comércio e enriqueciam-se, ao passo que Calicute periclitava. Só o aniquilamento

---

([37]) Para tudo quanto precede, a fonte essencial é Tomé Lopes, caps. 6-24; também Castanheda, Liv. I, caps. 45-48; e Barros, *Década I*, Liv. VI, caps. 4-7.

de Cochim por uma acção militar terrestre podia inverter a evolução; dado o poderio do Samorim em comparação com o dos outros réis do Malabar, a cousa parecia fácil. Os portugueses seriam feitos cativos, as suas feitorias, derrubadas. Avisado pelo feitor em Cochim, Vicente Sodré respondeu que era apenas capitão do mar, a guerra por terra não era com ele; na verdade, preferiu fazer-se à vela rumo à bôca do mar Roxo com mira na proveitosa guerra de corso contra as «naus da Meca» ([38]). Pouco antes, ao largo da costa do Malabar, tomara quatro naus que iam abastecer Calicute de arroz e outros géneros, e entregara a carga tomada à feitoria de Cananor e os cativos ao rei; depois queimou três zambucos que seguiam das ilhas Maldivas para o mesmo destino. Tendo atravessado o oceano, a armada de Sodré cruzou entre o cabo Guardafui e a costa árabe; apresou vários navios guzerates carregados de panos de algodão e outros de Calicute ajoujados de especiarias. Não querendo o capitão-mór obtemperar aos avisos dos Árabes de Cúria Múria que o aconselhavam a partir — aproximava-se a tempestade —, porquanto cobiçava ainda apoderar-se de algumas velas ormuzianas, os dois navios dos irmãos Sodré afundaram-se no mês de Maio, enquanto os quatro outros conseguiam regressar à Índia ([39]).

O Samorim aproveitou a ausência de Vicente Sodré para invadir e ocupar todo o reino de Cochim, salvo a ilha sagrada de Vaipim, onde o rei, fiel aos compromissos assumidos com os Portugueses, se refugiou em sua companhia. Mas em 2 de Setembro ancoravam no porto 7 navios portugueses: 3 vindos de Lisboa sob a capitania de Francisco de Albuquerque, a que se tinham juntado em Angediva os 4 da armada de Sodré que escaparam à tempestade, capitaneados por Pero de Ataíde. Imediatamente as armas portuguesas reconquistaram a cidade e o território do pequeno reino. Em breve chegou outra esquadra, também de 3 velas, cujo capitão-mór era Afonso de Albuquerque. Os vassalos de Cochim que se tinham passado para o adversário foram castigados, a guerra, levada ao território de Calicute.

Em Lisboa, como já acontecera nos anos precedentes, foi antes do regresso do Gama que houve que tomar as decisões: serviu de base o relatório de João da Nova, e também os resultados que se esperavam da poderosa expedição do almirante. A política adoptada pelo Conselho del-Rei comportava três pontos fundamentais:

a) Bloqueio do mar Roxo. Para este efeito partiu do Tejo uma esquadra de 3 naus capitaneada por António Saldanha; devia cruzar à entrada do Estreito.

b) Carregamento das especiarias no Malabar, protecção naval das feitorias durante o período anual de navegação e bloqueio das partidas de naus para o Estreito de Meca. Esta missão era confiada às duas armadas, de três velas cada, capitaneadas pelos dois primos Albuquerque.

c) Construção de uma fortaleza em Cochim, destinada à defesa da feitoria durante a época do ano em que aí não estacionasse qualquer armada portuguesa — missão confiada igualmente aos dois Albuquerques.

O rei contava com que Vasco da Gama tivesse reduzido Calicute à resipiscência e quebrado no Malabar as forças navais capazes de se oporem aos Portugueses. Mas compreendia-se em Lisboa que, dada a hostilidade dos meios de negócios muçulmanos e a sua influência política, as feitorias só estariam seguras sob uma protecção militar. Como, por outro lado, não se esperava decerto expulsar realmente o Islame do Malabar — a ilusão da Cristandade indiana morrera, e a busca das especiarias impedia de pensar com demasiada atenção nos cristãos —, a única maneira de estancar o tráfico do mar Roxo consistia em bloquear o Estreito.

No próprio local, no entanto, surgiram outros problemas. Devido às guerras, Cochim não estava habilitada a carregar de pimenta as seis naus. Francisco de Albuquerque ainda conseguiu plena carga. Afonso de Albuquerque, porém, ven-

---

([38]) Seguimos o relato de Castanheda (Liv. I, cap. 49) que corrige a versão atenuada dada por Barros (*Década I*, Liv. VII, cap. 2).

([39]) Barros, *Década I*, Liv. VII, cap. 2; Castanheda, Liv I, cap. 54.

do-se sob a ameaça de regressar com os porões vazios, resolveu ir a Coulão abrir um terceiro mercado de fornecimento de especiarias [40]. O rei desta cidade oferecera a abertura de relações comerciais nas mesmas bases que em Cochim. Obtido o consentimento do rei de Cochim, Albuquerque encontrou-se com o rei de Coulão e assinou um contrato que regulava as compras de especiarias e as vendas de mercadorias portuguesas. Uma feitoria — a terceira do Malabar — ficou aí instalada [41].

Em Calicute os partidários da guerra ficaram completamente desorientados: num abrir e fechar de olhos os Portugueses tinham restaurado o rei de Cochim no seu reino, a construção de um castelo mostrava-os bem decididos a nunca mais deixarem a Índia, as suas incursões terrestres, por exemplo na rica região, produtora de pimenta, de Repelim, e sobretudo a guerra naval assestavam rudes golpes na economia do reino de Calicute e dos seus amigos. Enquanto a esquadra portuguesa permanecesse em concentração de força junto do Malabar não podia pensar-se em lhe lançar um desafio aberto. Uma outra corrente, chefiada pelo próprio irmão do Samorim, exercia pressão no sentido de se estabelecerem boas relações com os intrusos. Por isso o Samorim mandou pedir a paz aos dois Albuquerques. As condições postas pelos Portugueses eram as seguintes: 1.º, indemnização em pimenta das perdas e danos sofridos pelos Portugueses quando do ataque à feitoria instalada por Cabral; 2.º, as unidades navais armadas do Samorim sairiam dos rios e portos quando as naus portuguesas fossem carregar, a fim de que estas o pudessem fazer sem se exporem a desagradáveis surpresas; 3.º, o Samorim entregaria aos Portugueses os dois renegados italianos que eram mestres fundidores de artilharia; 4.º, nenhum navio de Calicute voltaria ao mar Roxo; 5.º, o Samorim comprometia-se a não fazer guerra a Cochim. A paz foi concluída, porquanto os Portugueses acederam a suavizar ou até a deixar em suspenso certas cláusulas. Em particular o caso dos renegados deu lugar a intérminas discussões. Mas Duarte Pacheco e Nicolau Coelho começaram a embarcar a pimenta em virtude da primeira cláusula. Um incidente que Castanheda atribui a falta de tacto do feitor de Cochim mas que Barros supõe ter sido suscitado de propósito, levou o Samorim a romper: uma altercação em que se chegaram a desembainhar as armas em volta de um tone (pequeno barco) de pimenta.

Esta nova ruptura deixava pressagiar nova invasão mal partissem as naus para regressarem a Lisboa. A fortaleza de madeira, apesar da sua artilharia, e os 50 homens de guarnição não bastariam evidentemente para resistir aos exércitos de Calicute, conquanto mal preparados e com armamento inferior. Por isso os dois capitães decidiram deixar uma fôrça suplementar de uma centena de homens, com uma nau e duas caravelas; Duarte Pacheco Pereira aceitou o comando: rematada loucura, pensavam os que iam regressar à metrópole e já rezavam pela sua alma e pelas dos seus companheiros [42].

De fim de Janeiro a começos de Setembro de 1504 o «Aquiles lusitano» vai enfrentar vitoriosamente, por mar e por terra, todos os assaltos, em vagas sucessivas, das esquadras e exércitos de Calicute [43]. Esta gesta incomparável teve consequências decisivas para toda a história ulterior dos Portugueses na Índia. A debilidade efectiva de Calicute ressaltava aos olhos de todos: ou melhor, a sua impotência perante o novo poderio português, mais bem organizado, mais disciplinado, dispondo de um armamento mais eficaz. Os outros reinos do Malabar viam nesta superioridade uma razão suplementar para jogarem na carta portuguesa.

Em começo de Setembro de 1504 viu-se chegar às águas indianas uma poderosa armada de 12 grandes naus, com 1 200 homens, na maioria fidalgos e da Casa Real. Resultado da lição do fracasso de Vasco da Gama dois anos atrás: pretendia-se agora

---

[40] Giovanni da Empoli (1503-1504), cap. 2.
[41] Idem, caps. 2-4; Castanheda, Liv. I, cap. 61; Barros, *Década I*, Liv. VII, cap. 3.
[42] Castanheda, Liv. I, caps. 52 e 53; Barros, *Década I*, Liv. VII, cap. 3.
[43] Castanheda, Liv. I, caps. 65-89; Barros, *Década I*, Liv. VI, caps. 5-8.

resolver definitivamente o caso de Calicute — o qual, aliás, nunca o será. A armada de Lopo Soares ilustra uma política que permaneceu puramente naval: não se previa ainda a estadia permanente, na Índia, de forças militares terrestres importantes. O Samorim estava, de resto, de grimpa caída devido às espantosas vitórias de Duarte Pacheco. Mas uma vez mais foi impossível a paz, porque ele não acedeu a entregar, fôsse qual fôsse o preço, os artilheiros italianos nem a restituir à liberdade os portugueses da armada de Cabral que tinham ficado cativos. Seguiu-se novo bombardeamento da cidade. Por si só, não teria desencorajado o Samorim; mas depois Lopo Soares atacou a esquadra de Calicute ancorada em Paliporto, queimando-lhe as duas naus principais, e tomou a cidade de Cranganor, lançando-lhe o fogo e apenas o extinguindo a pedido dos cristãos de São Tomé. Aqui queimou ainda outras cinco naus e vários paraus. Feito isto, a esquadra portuguesa forçou o porto de Pandarane e incendiou 17 naus ricamente carregadas, matando no decurso do combate uns 2 000 mouros. Tal perda impedirá durante longo tempo Calicute de mexer. O destacamento naval, composto de uma nau e duas caravelas, e a pequena fôrça de uma centena de homens que, sob o comando de Manuel Teles de Vasconcelos, vão ficar em Cochim, não terão de intervir. Tanor aceitou a suzerania da coroa portuguesa, e ousou por duas vezes, a segunda com a ajuda de um destacamento fornecido por Lopo Soares, medir-se com êxito com os exércitos do Samorim (44).

No regresso de Afonso de Albuquerque a Lisboa, em Setembro de 1504, o Conselho del Rei calculou em que ponto se encontrava a situação. Calicute mantinha-se de guerra e ameaçava sèriamente os reinos amigos e as feitorias portuguesas. Todos estavam de acordo em que a pequena força naval e terrestre capitaneada por Duarte Pacheco não podia bastar para fazer frente aos perigos que haviam de surgir durante os longos meses de intervalo das armadas do Reino, isto é, os sete meses de Fevereiro a Agosto. O comércio das especiarias exigia feitorias permanentes e laços de amizade com Cochim, Cananor, Coulão; mas a ameaça militar de Calicute e dos «mouros da Meca» impunha a defesa terrestre e naval, permanente também, das primeiras, bem como o auxílio militar e naval aos reinos amigos. Não se tendo conseguido fazer rebentar o abcesso de Calicute, era evidente que o tráfico do mar Roxo não podia ser interceptado por uma simples esquadra encarregada simultâneamente de proteger as feitorias e de cruzar à entrada do Estreito. Só a construção de fortalezas e a presença contínua de fortes esquadras permitiriam atingir os dois objectivos da política das especiarias. As exigências do comércio implicavam o domínio dos mares, o qual supunha bases navais e feitorias que apenas poderiam ser asseguradas por uma ocupação territorial, embora restrita. A mercancia gerava o imperialismo; do deitar a mão às especiarias nascia o Estado português das Índias Orientais.

Em Março de 1505 o primeiro vice-rei da Índia desaferrava do Restelo com uma armada de 14 naus e 6 caravelas, e em Maio partia uma segunda, de 6 velas. Enumeremos os principais pontos da política que D. Francisco de Almeida recebeu o encargo de executar:

1.º Estabelecimento pacífico do domínio português sobre Sofala e Quíloa, ou, se necessário, conquista destas duas cidades da África oriental, e construção de fortalezas, a fim de garantir o contrôle sobre todo o trato do ouro.

2.º Construção de uma fortaleza na ilha de Angediva, destinada a servir de base principal de aprovisionamento e de auxílio às outras fortalezas da Índia, bem como de fiscalização à navegação.

3.º No Malabar, construção de fortalezas em Cochim, Cananor e Coulão e, se for possível sem escândalo, anexação da primeira dessas cidades, quando morrer o rei então no trono, à coroa portuguesa.

4.º Construção de uma fortaleza na boca do mar Roxo, ou na sua vizinhança imediata, de maneira a cortar a via das especiarias com destino ao império mame-

(44) Castanheda, Liv. I, caps. 90-97; Barros, *Década I*, Liv. VI, caps. 9-11.

luco e a estabelecer relações comerciais e religiosas com o Preste João. Nenhum dos outros pontos tem tanta importância como este.

5.º Em Calicute, fazer e firmar a paz se os reis amigos estiverem de acordo e se for possível obter inteira reparação das perdas e danos passados e garantias válidas quanto ao futuro, com a condição formal de expulsão de todos os «mouros da Meca»; caso contrário, fazer a guerra total — impedindo inclusivè os pescadores de pescar.

6.º Envio de armadas a Cambaia e a Ormuz, encarregadas de apresar todos os navios mouros e de levar esses reinos a aceitar a suzerania portuguesa e a pagar tributo. Essas cidades comprometer-se-ão, além disso, a cessar todo o comércio com Ádem e a Meca — bem como com Ormuz ou Cambaia, se uma destas rejeitar a amizade proposta; de oravante venderão aos Portugueses as suas mercadorias e deles passarão a receber as que até aqui recebiam do Levante. Angediva servirá de entreposto geral.

7.º O vice-rei assegurará o carregamento a plena carga das naus, todas as compras de especiarias só poderão ser feitas pelos feitores régios; seguir-se-á uma política de firme estabilidade quanto aos preços.

8.º Dado que na Índia restam ainda aos Portugueses tantas regiões a descobrir, o vice-rei enviará navios a Ceilão, Pegu, Malaca, etc., quer por causa dos lucros possíveis, e com que se conta, quer por causa do direito de propriedade da coroa portuguesa, que convém afirmar.

9.º Estabelecimento de relações diplomáticas com o império de Vijayanágar [45].

Deste modo, Portugal chamava a si o contrôle de todo o Índico, desde o cabo de Boa Esperança ao cabo Comorim, e mais especialmente sobre os dois tráficos riquíssimos do ouro e das especiarias. Tal contrôle era organizado graças a um sistema de sete fortalezas na sua periferia e a duas capitanias do mar, uma para o bloqueio do mar Roxo, outra com a missão de fiscalizar a costa ocidental indiana [46]. Forças militares e navais assás consideráveis estacionariam aí de então em diante. A permanência de um vice-rei ou governador implicava, além disso, a presença do Estado na complexidade da sua aparelhagem financeira, judiciária, religiosa; um corpo de funcionários instalava-se portanto também. Não se fala já de «direitos de propriedade» da coroa portuguesa?

A execução desta política e o alargamento do conhecimento do mundo oriental trouxeram consigo certas modificações de pormenor e sobretudo uma nova ampliação dos desígnios portugueses que se traduziu em novos planos. Logo no ano seguinte o rei ordena a D. Francisco de Almeida que vá em pessoa a Malaca, aí edifique uma fortaleza e abra esse empório ao comércio português; deixará lá uma armada: deste modo se cortavam de raiz certas pretensões castelhanas. O império, mal nascera, começou a pender para leste. Ao regressar de Malaca, o vice-rei deveria ir construir uma fortaleza em Ceilão: aqui será a sede do governo da Índia, dada a sua situação central. Ao mesmo tempo assegurar-se-á assim o contrôle do trato da canela fina, das pérolas e dos elefantes [47].

Da demanda e do traçado de um caminho para as especiarias asiáticas, Portugal deslizara sem dar por isso mas a uma velocidade extremamente rápida para o agarrar nos seus tentáculos o oceano Índico inteiro e os seus lucrativos tráficos, bem como para a construção de um Estado imperial. A história dos Portugueses

---

[45] *Regimento* de 5-III-1505, em *Cartas A. Albuquerque*, t. II, pp. 272-334.

[46] Castanheda, Liv. I, cap. 1.

[47] Em *Cartas A. Albuquerque*, t. III, pp. 268-276

no Oriente deixa de se confundir, a partir de agora, com a história da questão das especiarias; todavia, longo tempo continuará a ser um dos seus fios condutores, e talvez até o principal ([48]).

Fig. 10 — Azulejos da sacristia da Irmandade dos Marítimos, 1720. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Cascais.

([48]) No fim do § 1, abordando sumàriamente o problema das iniciativas na passagem do objectivo africano ao asiático, destacámos o papel de um capitalista estrangeiro, Marchione, e o dos dois monarcas, D. João II e D. Manuel. Haveria que trazer ao tablado outras personagens. Lembremos apenas Fernão Lourenço: escrivão da Fazenda da coroa, serviu de tesoureiro e feitor da Casa da Mina e tratos de Guiné já antes de 1486, e em 7 de Setembro deste ano passou a exercer esse cargo por especial nomeação régia, em prova de muita confiança (Silva Marques, vol. II, pp. 333-4 e 348-9). Em 13-IX-1501 são-lhe alargadas as funções, de modo a incluir os tratos de Sofala e Índias (Chancelaria D. Manuel, Liv. I, f. 48v). No cargo permanece até morrer, em Setembro de 1504, apenas com interrupção de Abril de 1502 a Agosto de 1503 (C. Q. n.os 221 e 223). Foi ele quem preparou todas as armadas das primeiras viagens ao Índico. Diz Damião de Góis que foi um dos magníficos homens daquele tempo, e que do seu fundou de novo os paços de Santos-o--Velho, que depois D. Manuel houve por escambo de bens da coroa que lhe deu (*Crón. D. Manuel*, Parte 1.ª, cap. 35).

Fig. 11 — Damasco no séc. XVI. G. Braunius, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, Liv. II (1572), pp. 230-231. Foto B. N. Lisboa.

Capítulo 3

AS ESPECIARIAS NO MUNDO ORIENTAL

I — *PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA PIMENTA E DAS ESPECIARIAS PRINCIPAIS*

A missão de Pero da Covilhã levara a uma constatação que determinou o destino da viagem de Vasco da Gama: em Calicute encontram-se à venda todas as espécies de especiarias, e esta cidade é que é o seu principal mercado no oceano Índico. A primeira visita dos Portugueses à metrópole do Malabar deu-lhes ensejo de ficarem a conhecer as linhas mestras da geografia das especiarias: é de Malaca que vem o cravo; toda a canela fina é colhida na ilha de Ceilão; a região indiana em volta de Calicute produz a pimenta, o gengibre e a canela inferior (1). No seu relatório geográfico-comercial, o mercador judeu que embarcou em Angediva, Gaspar da Gama, sem dúvida uma das fontes de Álvaro Velho, assinala Malaca como proveniência do cravo e da noz muscada, Ceilão como a de toda a canela fina; indica a abundância de pimenta em Crangalor e que se encontra também, em pequenas quantidades, em Coulão; muito significativo, aliás, da estreiteza do horizonte geográfico em 1498 é o facto de, embora falando de Samatra, ignorar, ou pelo menos omitir, a produção de pimenta nesta ilha (2).

A extrema rapidez com que os intrusos se espalharam através de todas as Índias Orientais e se imiscuíram em todos os tráficos explica que logo por alturas de 1515 fossem elaboradas duas sumas geográficas espantosas de precisão: uma devida a Duarte Barbosa, outra a Tomé Pires. O estudo botânico foi mais lento a desenvolver-se; mas em 1564 os *Colóquios* de Garcia de Orta traçam um quadro completo, claro e, tanto quanto o permitia a ferramenta científica da época, preciso e digno de confiança. Graças principalmente a estas três fontes, que outras vêm completar, estamos habilitados a desenhar o mapa da produção e da circulação das especiarias e drogas, e até a estimar ordens de grandeza.

§ *1 — Produção da pimenta e do gengibre*

Entre as especiarias, a pimenta desempenhou sempre um papel preponderante porque, ao invés das outras, dá lugar a um comércio de massa; só o gengibre é mais barato, mas a sua produção e o seu tráfico movimentam volumes

---

(1) *Roteiro viagem Gama*, p. 68.
(2) Apêndice ao *Roteiro*, pp. 85-93.

nìtidamente inferiores, enquanto a pimenta, só por si, excede em quantidade todas as outras especiarias consideradas conjuntamente. Desde sempre se associou a pimenta com a Índia: a palavra grega *péperi*, como o latim *piper* e o árabe *filfil* têm sua raiz no sânscrito *pippali*. Este arbusto trepador, o *Piper nigrum* Lineu, pertencente à família das *Piperaceae*, cresce espontâneamente em várias regiões, mas o comércio só compra o produto de cultura ([3]): o arbusto é plantado junto de uma palmeira ou arequeira, em redor da qual se enrosca e trepa até à mesma altura da árvore (veja-se fig. 13); por vezes, em lugar de se utilizarem as árvores, dispõem-se os arbustos em latadas ([4]). A pimenteira assemelha-se à vinha pela sua cepa e pelos seus cachos, embora estes sejam menos volumosos e os bagos mais pequenos do que as uvas; formando diversos ramos, a sua folhagem é todavia reduzida, e as suas folhas são menores do que as da laranjeira, verdes e pontiagudas, lembrando as da hera. Uma vez plantada, não necessita de mais cuidados ([5]).

A área de produção estende-se em estreita faixa de Cananor ao norte até o cabo Comorim ao sul ([6]): o Malabar é portanto o *belad el-filfil* — a região da pimenta — dos Árabes ([7]). Não é cultivada no planalto superior dos Ghates, nem no litoral, onde lhe não são propícias as terras baixas «recortadas em ilhas e penínsulas por numerosos esteiros e braços de rios»; as plantações de pimenteiras, em palmares ou em jardins de latadas, atapetam os «vales apertados, húmidos e ensombrados, das vertentes ocidentais da linha de montanhas, que vem correndo paralela à costa a morrer no cabo Comorim» ([8]). Do ponto de vista da qualidade, os grãos malabares de maior nomeada são os da região de Repelim, no sopé da serra, em território do reino de Calicute mas a 4 léguas apenas de Cochim ([9]). No próprio reino de Cochim, nota o vèdor da Fazenda em 1549, não há pimenta: vem-lhe toda de outros reinos por via fluvial ([10]). Já cerca de 1515 o boticário Tomé Pires observava que, não se

---

([3]) Do facto da sua existência espontânea nas florestas, Cesare de Fedrici (em Ramúsio, t. III, ff. 386v-7) e outros concluíram, erradamente, que não se cultiva a pimenteira e que basta apanhar os grãos. Mas a descrição da planta pelo Italiano é exacta: «e l'arbore che produce il pevere, é un'erba, in tutte le sue parte simile alla nostra edera, la quale si rampega ad alto sopra gli arbori, e si a gli arbori non s'attaccasse, sia di qual sorte esser si voglia, cascaria in terra, e si marciria; fa questa herba i corimbi, ó i graspi come fa l'edera; e quelli soni i grani del pevere, il qual quando si raccoglie è di color verde, ma mettendolo al solo a seccare diventa nero».

([4]) Duarte Barbosa, p. 344.

([5]) O flamengo do relato *Calcoen* (em Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, t. I, cap. IV) escreve que «a pimenta cresce neste país como a vinha no nosso». Segundo Appadorai, as primeiras noções correctas sobre a pimenteira só aparecem no século XIV, com Jordanus e Ibne Batutah (t. IV, pp. 76-7); depois aparecem em Marignolo e, em 1499, em Hierónimo di San Stefano. Eis como este a pinta: «E as árvores da pimenta som como de hera, que assi crece pelas outras árvores onde se pode aferrar, e tem a folha assi como a hera, e os seus cachos longos de meo palmo ou mais e delgados como um dedo, e os grãos ao redor muy espessos. E a causa porque nom nace a pimenta nestas partes é porque convém prantar das árvores. E nom é verdade o que dizem em as nossas [Hierónimo é genovês] terras, que a pimenta se queima pera que nom naça; e soomente como é madura a colhem em coor verde como a hera e a põem ao sol e secam-na e em v [=cinco] ou seis dias se torna negra e enverrugada como veedes» (em complemento ao *Livro de Marco Paulo* editado por V. Fernandes, f. 96v). Há já todavia algumas noções aproveitáveis em Marco Polo (Liv. III, cap. 31, dessa tradução portuguesa). Ver também, além do já citado Fedrici: Orta, *Colóquios*, t. II, pp. 241 ss., e as notas de Ficalho, pp. 250 ss.; Appadorai, pp. 238-242 e 522-3. E mais recentes (sobre todas as especiarias e drogas): Jacques Maistre, *Les plantes à épices*, Paris, 1964; A. Guérillot-Vinet e L. Guyot, *Les épices*, Paris, 1963 (sobre a pimenta, pp. 37-51).

([6]) Orta, *Colóquios*, t. II, p. 241; *Suma Oriental*, p. 362: de Chatua ao reino de Caya Coulam.

([7]) Al-Qalqashandi, p. 35. Assim o designam igualmente alguns europeus, por exemplo Andrea Corsali em 1515 (em Ramúsio, t. I, f. 179), que o faz começar ao norte de Cananor, embora ao sul de Baticalá, no que não deixa de ter certa razão, como veremos.

([8]) Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, p. 254.

([9]) Barros, *Década I*, Liv. VI, cap. 1.

([10]) Cochim, 26-I-1549 (T. T., C. C., Parte 1.ª, m. 82, doc. 35)

produzindo pimenta nos dois estados de Cranganor e Cochim, lhes chega das regiões vizinhas (*Suma Oriental*, p. 362). Cesare de Fedrici, notando que os Portugueses falam de um rei da Pimenta a que dão também o título de rei da Serra, explica que as pimenteiras crescem nas terras altas donde desce o rio que banha Cochim; país hindu, mas onde vivem numerosos cristãos de São Tomé ([11]). Na feitoria de Cochim espiava-se ansiosamente a chegada do primeiro tone (barco) de pimenta; assim, em 1547 por exemplo, anota-se que entrou no Peso em 22 de Abril, e conta-se que, graças às fortes enxurradas vindas da serra (e que tornam navegáveis os cursos de água), aportará um número considerável desses tones ([12]). Cada um destes pequenos barcos transporta de 25 a 50 bahares ([13]), ou seja, muito grosseiramente, de 4 000 a 8 000 kg.

Até o século XIV Coulão fora o principal porto de exportação. Além de referir a produção em geral no Malabar (Liv. III, cap. 28 — ou cap. 34 da tradução portuguesa editada por V. Fernandes: «Em esta terra ha maravilhosa avondança de pimenta e de gengivre e de cabaaças e das nozes da Índia»), é a propósito daquele empório que Marco Polo descreve a especiaria e indica que há «em muy grande abastança» (Liv. III, cap. 25 — ou 31 da tradução), sem apontar sequer Calicute. Mas a meio de Trezentos, Ibne Batutah, se ainda considera Coulão o primeiro porto para a navegação chinesa, mostra que esta utiliza também Pandarane (onde os juncos passam o Inverno) e Calicute (estavam então aqui 13 juncos), e até Hily, e classifica a cidade do Samorim de um dos maiores portos do mundo; assinala ainda como mercados da pimenta Mangalor e Djor Fattan (t. IV, pp. 78--100); ao descrever Ádem, mostra-a ligada por carreiras de navegação a Coulão, decerto, mas também a Calicute, Chalyat, Pandarane, Mangalor, Onor (t. II, p. 177). Mas a importância de Calicute não vai cessar de crescer, arrebatando o primeiro lugar a Coulão (Appadorai, p. 525): além das condições comerciais e políticas que a determinaram, tal deslocação de mercado pode ligar-se secundàriamente a uma deslocação da produção, dando o solo sinais de cansaço no sul. Já Nicolò di Conti, em começos do século XV, destaca Calicute como «a mais nobre cidade de toda a Índia de tráfego de mercadoria» (*Ho livro de Nycolau Veneto*, f. 86v). Em 1503 Albuquerque ainda pôde carregar fàcilmente as suas três naus em Coulão, e por 1515 Duarte Barbosa continua a assinalar em Cale Coulão que «há neste lugar muita pimenta, de que se carregam muitos navios, e às vezes naus nossas» e a enaltecer o movimento do porto de Coulão, onde «os Mouros e Gentios são grandes mercadores, têm muitas naus em que navegam pera todalas partes com muitas mercadorias» — para Coromandel, Ceilão, Ilhas, Bengala, Samatra e Pegu, só não tratando em Cambaia; e sublinha que há aqui muita pimenta (p. 345). Mas Cesare de Fedrici em 1563-1581 classifica estas duas cidades de mercados pouco activos, onde não se pode encontrar senão a metade da carga de uma nau ([14]) — no que exagerava por defeito, aliás. Ao invés, Cananor, limite setentrional do Malabar, não tinha ainda grande importância, como mercado da pimenta, em começos de Quinhentos: o escrivão anónimo da *Navegação de Pedro Álvares Cabral* apenas assinala aqui, em 1501, a canela (cap. XIX), e Duarte Barbosa, se elogia a excelência da pimenta da região, acrescenta que não há muita (p. 341). Meio século depois, Cesare de Fedrici constata que deste porto sai «assai pevere» ([15]), e um pouco mais tarde, segundo Van Linschotten (cap. 11, p. 22), a produção aqui é superior à das outras regiões. É que, como a produção do Malabar estava a ser desviada das vias marítimas para as vias terrestres, e

---

([11]) Em Ramúsio, t. III, f. 389v.
([12]) Cochim, 26-V-1547 (T. T., São Lourenço, t. II, f. 327).
([13]) Simancas, Secretarias Provinciales, Lib. 1571.
([14]) Ramúsio, t. III, f. 390. Já a relação geográfica de Gaspar da Índia, em 1498, nota, a propósito de Coulão: «pimenta pouca» (*Roteiro Gama*, p. 86).
([15]) Ramúsio, t. III, f. 389v.

Goa se desenvolvia como grande centro e mercado, a procura portuguesa estimulou a plantação de pimenteiras em todo o Kannará. Deste modo, no decurso do século XVI os vergéis de *Piper nigrum* estenderam-se para o norte, e desde cerca de 1565 a pimenta canará entra em cena no comércio oceânico [16].

Os grãos são colhidos em Maio, Junho e Julho (como já registou Marco Polo), ainda verdes; depois «estendem-se ao sol sobre esteiras, como se faz para as uvas quando as queremos secar. Está-se sempre a voltá-los, até que fiquem perfeitamente secos e se tornem muito pretos: podem então vender-se aos mercadores». Alguns ocidentais julgavam que os grãos eram grelhados ao lume, «e que por essa razão é que apresentam rugosidades: mas não é assim, isso resulta apenas da acção do sol», esclarece Ibne Batutah (t. IV, p. 77). Vimos já que a pimenta africana se distingue por não ser rugosa. Os grãos secos e pretos são armazenados em jarras de barro. Deixando os grãos amadurecer bem no arbusto e só os colhendo no Outono, quando o seu envólucro está vermelho, obtém-se, depois de tirar a camada exterior do pericarpo com lavagens e raspagens, a *pimenta branca* que alguns, e o próprio Orta (*Colóquio* 46.º) entre eles, consideravam erradamente proveniente de uma planta diferente [17]. Mas já em 1548 o boticário-mor Simão Álvares se tivera de render à opinião dos escrivães malabares de el-rei de Cochim: «a saber, que a pimenta branca era a mesma que a preta e da mesma árvore, sô reverência do que escreveram os antigos» — repare-se neste delicioso final, contrapondo a experiência à autoridade. Deve ser este o boticário que em má hora Orta pretendeu refutar — pois aquele é que estava na razão [18]. Segundo o botânico, não se encontra muita pimenta branca no Malabar: é para os lados de Malaca que é produzida em quantidades que não são para desatender (*Colóquios*, t. II, p. 247): neste ponto não fala diferentemente de Simão Álvares [19].

A pimenta redonda de Malaca não vale todavia a do Malabar, acrescenta Garcia de Orta. Naquela península as pimenteiras são densas sobretudo mais ao norte, na região de Kedah e Patane, submetida ao Sião [20]. Cerca de 1515, Duarte Barbosa celebra o intenso tráfico do porto de Kedah, onde os navios carregam grandes quantidades de pimenta «fermosa» (p. 363). Em 1600 Godinho de Eredia (p. 86 ed. Caminha) continua a dizer de Quedá que é antiquíssimo e afamado porto do trato da pimenta redonda, tanto branca como preta.

Segundo Orta, bom conhecedor, os dois maiores centros mundiais de produção de pimenta são o Malabar e a ilha de Samatra [21]. Meio século antes já Andrea Corsali se espantava da «infinita» produção insular [22]. Mas estaria então em acentuado decréscimo na região de Pedir, reduzida a um quinto do que fora, devido principalmente às guerras, a darmos crédito a Tomé Pires (pp. 395-6). Nesta época a área de intensa produção ocupa o noroeste da ilha, de Pedir a Pacém; todavia colhe-se alguma pimenta no leste, de Tulimbavam a Çacampom (Sekampong) [23]. No decurso do século XVI a cultura deslocou-se, aqui também, para o centro setentrional da ilha: em 1600 Godinho de Eredia (p. 101 ed. Caminha) nomeia, indo do sudeste para noroeste, os portos de Palembang, Djamby, Andarguery, Campar, Siak e Bencales; os vergéis atapetam as planícies que se estendem até o sopé da serra e as faldas setentrionais, donde a pimenta desce pelos rios, como no Malabar. Um terço de século volvido, é ainda em Djamby e Andarguery que, segundo André Coelho, se faz a boa pimenta, produzida aqui em abundância [24]. Tal deslocação

---

[16] *Orçamento* 1611, ms. Madrid, f. 66v.
[17] Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, p. 251. Appadorai, pp. 238-42 e 522-5.
[18] Jaime Walter, *Simão Álvares e o seu rol das drogas*, em «Studia», n.º 10, pp. 134-6.
[19] *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, 1548 (ed. Almeida Calado), f. 15.
[20] *Suma Oriental* (1512-1515), pp. 386-8; Orta, *Colóquios* (1564), t. II, p. 241.
[21] *Colóquios*, t. II, p. 246.
[22] Ramúsio, t. I, f. 180 (1515).
[23] *Suma Oriental*, pp. 395-8, 407, 408, 410; Duarte Barbosa, p. 368; *Lendas da Índia*, t. II, Parte 2.ª, pp. 611-2 e 718.
[24] B. N. Paris, Portugais n.º 36, f. 364v.

geográfica ter-se-ia traduzido por melhoria da qualidade, ou ter-se-ia dado antes, devido a circunstâncias várias, modificação do gosto? Seja como for, o certo é que Duarte Barbosa e Tomé Pires estão de acordo, por alturas de 1515, em julgar a pimenta de Samatra inferior à do Malabar: se o primeiro a qualifica de «fermosa» e de mais grossa, restringe logo: «nom tam fina nem forte como a do Malabar» (pp. 368 e 383); e o segundo explica por que é que não atinge a qualidade da de Cochim: embora maior, é «mais vã, dura menos, nom tem a perfeiçam do gosto e nom é tanto aromática» (p. 398). Para o ocaso de Quinhentos, pelo contrário, preferir-se-á a pimenta de Samatra à do Malabar.

A pimenta redonda da Sunda compara-se, se não lhe é mesmo superior, à pimenta indiana, no gosto da primeira metade do século. Constitui a principal exportação da ilha e, em quantidade, quase iguala metade da produção de Samatra [25]. O favor de que gozava a pimenta da Sunda não esmoreceu, ao contrário do que se deu com a da Índia: no século XVII continua a achar-se que é muito melhor do que a do Kannará [26]. Se cresciam pimenteiras em algumas ilhas mais a leste, e se por vezes se colhiam grãos, por exemplo na parte oriental de Java [27], não parece que caiba contar a sua contribuição para o comércio internacional.

Tentemos avaliar o volume da produção da pimenta redonda na Ásia. É evidente que não nos devemos fiar demasiado nos números, nem deixarmo-nos enganar pela sua aparente precisão. Mas podemos legìtimamente pedir-lhes ao menos ordens de grandeza:

PRODUÇÃO DE PIMENTA REDONDA EM 1512-1515 [28]

Regiões	Bahares	ou seja, em quintais
Malabar	até 20 000	até 64 687
Sião (Kedah, Patane, etc.)	1 100 a 1 200	4 485 a 4 893
Samatra:		
Pacém	8 000 a 10 000	
Pedir	2 000 a 3 000 (mas atingia 15 000 outrora, e 600 a 10 000 antes de 1511)	
Total de Samatra	10 000 a 13 000	39 921 a 51 897
Sunda	até 1 000	até 4 140
Total	32 200 a 35 200	113 233 a 125 617

ou seja, de 5 820 a 6 456 toneladas métricas.

Esta soma fora muito mais considerável anteriormente a 1511, isto é, antes das guerras que reduziram a produção em Pedir: elevava-se então a entre 36 000 e 42 000 bahares, ou seja, 129 201 a 145 169 quintais. Tudo leva a crer que tais números do primeiro decénio do século voltaram em breve a ser igualados. Ao longo de Quinhentos, a área dos vergéis de pimenteiras não parou de se alargar, e o volume de produção da especiaria, por consequência, de aumentar. Primeiro na Sunda: a meio do século, com efeito, colhem-se aí uns 30 000 quintais [29], sete vezes tanto quanto em 1512-1515: deixemos de lado a falsa precisão numérica, nem por isso ressalta com menor clareza o sensacional acréscimo da oferta de pimenta redonda. Na Índia, é no decurso do último terço do século XVI e em

---

[25] *Suma Oriental*, p. 414; *Livro pesos Ymdia* (1554), p. 42; Orta, *Colóquios*, t. I, p. 289, t. II, p. 241; Duarte Barbosa, p. 368.

[26] Goa, 11-I-1668 (B. N. Paris, Portugais n.º 33, f. 219).

[27] Orta, *Colóquios*, t. II, p. 241.

[28] *Suma Oriental*, pp. 362, 386-8, 395-8. Francesco dal Bocchier, em 1518, avalia em 60 000 quintais a produção do Malabar (p. 243): notável coincidência com Tomé Pires.

[29] *Livro pesos Ymdia* (1554), p. 42.

começos do XVII que as pimenteiras trasbordam do Malabar para cobrir o Kannará: em 1611 avalia-se a produção das duas regiões — de Onor a Travancor — em 100 000 bahares ou 258 000 quintais do peso novo [30], isto é, 294 857 quintais do peso velho; o aumento da produção indiana foi de quatro vezes e meia num século. Só pelos caminhos da serra escoam-se para o interior, por alturas de 1607, tantos bahares quantos representavam a produção total um século atrás [31].

A pimenta redonda, sobretudo a preta, constituía portanto objecto de um verdadeiro comércio de massa. A pimenta longa, ao invés, apenas mantinha um comércio de luxo. Em Constantinopla, segundo Pegolotti em 1340, a primeira vendia-se a peso de 100 libras, a segunda a peso de libra [32]. Volvido um século, Uzzano anota os preços das duas em Alexandria: a longa, 5 besantes a *diecine di mena* — mesma unidade que para o cravo, a maça e a noz muscada —, a redonda, 100 a 120 besantes a *sporta* que contém quase 30 *diecine* (cap. XVI); em Damasco a *sporta* da última custa 118 *zecchini*, enquanto a daquela se vende a 150 (cap. XVII). A diferença é ainda maior no Malabar: na época de Garcia de Orta é de simples para o dobro e passa nos últimos anos para seis vezes e mais.

Duas espécies botânicas dão a pimenta longa cujo nome sânscrito — *pippali* — acabou por designar a pimenta em geral: por um lado, o *Piper officinarum* C. DC. (*Chavica officinarum* Miquel), arbusto espontâneo no arquipélago malaio; e por outro lado, o *Piper longum* Lineu (*Chavica Roxburghii* Miquel), arbusto que cresce também espontâneamente no nordeste da Índia, em Ceilão e na Malásia. Muito parecidos, cultivados nos mesmo lugares, Orta não chegou a diferenciá-los, o que não é de admirar. Mas distinguia muito bem as pimenteiras redondas das longas [33]. Não havia destas últimas no sul da Índia [34]. Duarte Barbosa, por 1515, e Orta um meio século depois concordam em a localizar em Bengala, como também faz em 1548 o boticário-mor Simão Álvares (f. 15v); e Cesare de Fedrici (1563-1581) indica a sua exportação pelos portos gangéticos e do reino de Orissa [35]. Em Bengala a pimenta longa vale apenas 1 ½ cruzado o quintal, enquanto a redonda atinge 12 cruzados, conforme se lê nos *Colóquios*. Segundo Fedrici, os portos do Pegu também a exportavam [36]: não se trataria antes de reexportação do produto vindo quer de Bengala quer de Malaca, visto as outras fontes não o assinalarem aí? É só no arquipélago malaio que o voltamos a encontrar de certeza. Primeiro em Samatra, como indicam Duarte Barbosa (p. 368) e Andrea Corsali [37] pela mesma altura; em 1512 Albuquerque perguntava ao rei se deveria ou não expedi-lo para Portugal [38]. Todavia, é na ilha de Java (na sua parte ocidental — a Sunda — sobretudo, mas também na parte oriental) que há forte produção de pimenta longa [39].

Mais barato do que a pimenta redonda, o gengibre jamais foi alvo dos mesmos favores, a sua produção nunca atingiu um volume comparável e não deu lugar a um comércio em grande escala. Este contraste explica-se pelas suas utilizações respectivas. A pimenta servia de condimento à carne salgada (e também ao peixe). O gengibre verde comia-se na salada, misturado com os legumes regados de azeite, vinagre e sal, bem como nos pastéis de peixe fresco; havia quem o misturasse nos croquetes de carne; faziam-se conservas de gengibre com açúcar, muito apreciadas. Esta especiaria, cujo nome deriva do árabe e do persa *zindjebil*,

---

[30] «Sobre o contrato da canella e pimenta para Ormuz», B. N. Madrid 9 419, f. 143.
[31] Simancas, Secretarias Provinciales, Lib. 1571.
[32] Citado por Ficalho, t. II, p. 256.
[33] Seguimos quase literalmente Ficalho, t. II, p. 251.
[34] Appadorai, p. 524.
[35] Duarte Barbosa, p. 357; *Colóquios*, t. II, p. 246; C. de Fedrici, em Ramúsio, t. III, f. 392.
[36] Ramúsio, t. III, f. 395v.
[37] Idem, t. I, f. 180 (1515).
[38] Goa, 1-IV-1512 (*Cartas A. A.*, t. I, p. 51).
[39] *Suma Oriental*, pp. 414 e 422 (1512-1515); Orta, t. II, p. 246; Fedrici, em Ramúsio, t. III, ff. 396v-7

é o rizoma do *Zingiber officinale*, Roscoe *(Amomum Zingiber*, Lineu), planta da família das *Scitamineae* ([40]). Cesare de Fedrici compara-o ao *panizzo* (milho painço), Orta, ao lírio espadanal; a aste com a folha mede dois a três palmos; as raízes são compridas e grossas. Pode aparecer espontâneamente, mas é isso tão raro que não vale a pena tê-lo em conta; pràticamente, é planta de cultura, que só nasce se a semeiam. Colhe-se em Dezembro e Janeiro ([41]).

A área de maior produção é o Malabar, cujo rizoma é, além disso, o mais apreciado. Os jardins de gengibre começam em Cananor, ao norte; na região de Calicute colhe-se a maior quantidade e a melhor qualidade, sem fios: o de Cananor não lhe equivale; há jardins ainda mais a sul, em Cochim e em Coulão, até Travancor ([42]). Do mesmo modo que as pimenteiras, esses jardins revestem as faldas dos Ghates. Mas a norte de Cananor, isto é, no Kannará e no litoral do reino do Dekkan, os habitantes cultivam também o gengibre: Corsali fala, em 1515, da produção «infinita» da região de Baticalá, Onor e Barçalor ([43]); segundo Duarte Barbosa (p. 383), a qualidade *deli*, inferior à *beledi*, é produzida desde o monte de Eli, ao norte, até Cananor; do gengibre de Dabul e Baçaim fala Garcia de Orta ([44]). Em Bengala a produção muito considerável de «belíssimo» (o adjectivo é de Empoli) gengibre *beledi* sustenta uma importante indústria de conservas ([45]). De uma vertente como de outra da Índia os jardins não chegam à beira-mar, e também não se estendem, embora aí os haja (raros), pelo planalto interior: servem de manto à bordadura montanhosa. Fora da Índia, há gengibre em Madagascar, onde se come a especiaria verde ([46]), nas ilhas Comoros (ou ilhas Primeiras) e na África oriental; a produção apenas chega para o consumo local. Mas não há na Arábia, contràriamente a uma opinião muito espalhada ([47]). Em começo do século XVII ainda frei Gaspar de São Bernardino (cap. 2) o assinala em Madagascar. Fora, porém, nas ilhas Comoros que a cultura mais se desenvolvera, a ponto de Couto (*Década VII*, Liv. IV, cap. 5) dizer que há «infinito gengibre» e referir que todos os anos vêm à maior, Angarica, muitas naus de mouros de Meca carregá-lo.

Quanto ao gengibre, os dados numéricos são muito mais incompletos do que em relação à pimenta. Em 1512-1515 Tomé Pires avaliava a produção do Malabar em pelo menos 2 000 quintais, e geralmente mais: isto na região de Calicute a Cananor (p. 362). Se admitirmos um número igual para outras zonas da costa oeste, e outro tanto para Bengala, hipótese bastante verosímil, o total indiano excede seguramente os 6 000 quintais — 1/10 da produção malabar de pimenta redonda.

([40]) Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, pp. 9-11; Guérillot-Vinet e L. Guyot, *Les épices*, pp. 87-93.

([41]) Orta, t. II, pp. 5-9; C. de Fedrici, em Ramúsio, t. III, ff. 396v-7. Hiéronimo di San Stefano (f. 96v, em complemento ao *Livro de Marco Paulo*): «O gingivre prantam um pedaço verde pequeno fresco, e a cabo de um mês torna grande; e é como avelãa seca, e assi tem a folha».

([42]) *Suma Oriental*, p. 362; Duarte Barbosa, p. 383; Orta, t. II, p. 6; Appadorai, p. 527.

([43]) Ramúsio, t. I, ff. 178v-9.

([44]) Quanto ao Kannará, também Francesco dal Bocchier (1518), p. 242, e o *Livro das cidades e fortalezas* (1582), p. 262.

([45]) Marco Polo, Liv. II, cap. 45; A. Corsali, em Ramúsio, t. I, ff. 178v-9; Empoli (1514), no «Archivo Storico Italiano», t. III, apêndice, p. 80; *Suma Oriental*, pp. 379-80; Duarte Barbosa, p. 384; Orta, t. II, p. 6.

([46]) A. Corsali (1514), em Ramúsio, t. I, f. 178; Duarte Barbosa, p. 253; Orta, cit.

([47]) Orta, citado. Foi provàvelmente do adjectivo qualificativo «micchino», interpretado como indicativo de origem — «da Meca» (por exemplo, Pegolotti, cap. 90) — que proveio tal erro. O *Viaggio di un comito venetiano* de 1538 (Ramúsio, t. I, ff. 275v-6) aponta entre as produções de Ádem e Ziden «gengivi Mechini, e non di altra sorte», tudo leva a crer que por confusão com a reexportação.

A abertura da rota do Cabo e a procura portuguesa fomentaram a ampliação da área dos jardins de gengibre e do volume da produção: Albuquerque pode escrever a D. Manuel em 20 de Agosto de 1512 que quantidades crescentes seguirão a caminho de Lisboa «porque espertou muito aos lavradores dele procurarmos nós pollo aver, e não duvido aver-se dobrada a soma do que desejaes» ([48]). E na verdade, nesse ano a feitoria de Cananor comprou, só por si, 4 000 quintais, até 12 de Janeiro de 1513; quase todo a crédito: se dispusesse de mercadorias em armazém, as compras poderiam ter ido a 6 000 ou 7 000 quintais; os mercadores pretendiam aliás que a feitoria se comprometesse a comprar-lhes anualmente 6 000 ([49]). Mas como se trata de gengibre *deli*, e o rei, para o carregamento de fim de 1514, encomendou 1 500 quintais de *beledi*, o governador manda comprá-lo em Calicute e ordena ao feitor de Cananor que reduza as compras ([50]).

A fim de melhor o conservarem e transportarem a grandes distâncias, depois da colheita do rizoma deixam-no secar e por último envolvem-no em barro: assim evitam que os vermes o ataquem, e mantêm melhor a humidade. A pesos iguais, o gengibre barrado não pode evidentemente valer tanto como aquele que o não foi: pois há que descontar o peso da argila. O gengibre apresenta-se naturalmente branco; o revestimento argiloso torna-o exteriormente vermelho. Gengibre branco e gengibre vermelho não são portanto de modo algum qualidades diferentes: a mesma qualidade pode apresentar-se, e apresenta-se de facto, sob as duas formas diferentes, a preços também diferentes pela razão que acabamos de expor ([51]). Admitia-se uma proporção normal do peso do barro para o peso da especiaria; a fraude consistia em ultrapassá-la: ardil de que foi vítima Vasco da Gama — os mercadores muçulmanos revestiram-no de camada tão espessa que o barro pesava mais do que o gengibre.

Os viajantes europeus e as fontes mediterrâneas distinguem em geral as seguintes espécies de gengibre:

coilumino (Marco Polo) ou *colombino* (Nicolò di Conti): provém do país de Coilum, isto é, de Coulão; esta designação desapareceu quando Calicute substituiu aquela cidade como mercado de exportação ([52]).

beledi ou *beladi:* o que significa, simplesmente, «do país» ([53]); na realidade, este nome acabou por designar uma qualidade, a do gengibre produzido no Malabar e em Bengala ([54]).

mecchino ou *micchino* (terminação em *i* também): interpreta-se sempre como sendo o gengibre da Meca, mesmo aqueles que, como Ficalho, sabem que a planta não existe na Arábia; tratar-se-ia de indicação, não da proveniência primeira, mas do grande mercado de distribuição ao Levante.

branco (zenzaro bianco): não suscita dúvidas — é a especiaria sem o revestimento de barro.

deli: o nome, dado por Duarte Barbosa (Francesco dal Bocchier escreve *elli*), designa a qualidade inferior que é cultivada desde o monte de Eli (ou de Li ou Deli) até Cananor (já Marco Polo o referencia nesta zona, Liv. III, cap. 27): mais pequeno que o *beledi*, não é tão branco nem tão bom ([55]).

As cartas italianas escritas do Levante nas primeiras décadas do século XVI opõem, na maior parte das vezes, o *zenzaro bianco* e o *zenzaro micchini*, este último constantemente

---

([48]) Citado por Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, p. 10.

([49]) De Duarte Barbosa, Cananor, 12-I-1513 (*Cartas A. A.*, t. III, p. 49).

([50]) De Albuquerque, Goa, 20-X-1514 (*Cartas A. A.*, t. I, p. 268).

([51]) *Livro pesos Ymdia*, p. 16; Orta, t. II, p. 6 (e nota Ficalho, idem, p. 11); G. Correia, t. I, pp. 92 e 728.

([52]) Interpretava-se frequentemente (por exemplo, Pegolotti, cap. 90) como «da ilha de Colombo», donde o risco de confundir com Ceilão. Uzzano (cap. XVI), em 1440, refere-o ainda, em oposição ao *michino*, este valendo 11 besantes em Alexandria, aquele 18: quer dizer que o *colombino* deve ser o *beledi*.

([53]) Para as duas designações, Ficalho, t. II, p. 10; Appadorai, p. 527; Borlandi, glossário, de *El libro di mercatantie*.

([54]) Duarte Barbosa, pp. 383-4.

([55]) Idem, ibidem. Van Linschotten (cap. X, pp. 20-1), conquanto assinalando a produção ao norte de Goa, acrescenta que este gengibre é pouco apreciado.

mais barato do que aquele ([56]). Afigura-se-nos, por isso, muito provável que o gengibre *micchini* seja simplesmente o *vermelho*, isto é, o barrado a fim de garantir a conservação durante as viagens. Mais barato, aqueles que ignoravam a razão da mistura consideravam-no impuro, de qualidade inferior ao branco ([57]).

Para fazer conserva, o rizoma é todo esburacado: assim a água penetra mais fàcilmente, e, empapada, a especiaria absorve melhor o açúcar; a preparação dura alguns dias. Não se deve confundir o gengibre de conserva com o gengibre podre e roído pelos vermes: o primeiro é, evidentemente, bom, o segundo é para deitar fora, explica Orta (t. II, pp. 6-9).

§ 2 — *Produção das especiarias caras*

A canela classifica-se entre as especiarias de luxo, ao lado do cravo e da maça: os preços das três especiarias estão ao mesmo nível no Cairo, e exprimem o valor de troca de quantidades nos três casos definidas em *cento* ou em *cantaro*. Vimos já que desde cedo entrou nas preocupações expansionistas portuguesas, porquanto, segundo o testemunho de Francisco Álvares, Pero da Covilhã levava por missão descobrir os mercados de origem da canela e das outras especiarias. Desde a primeira viagem do Gama, com a estadia em 1498 em Calicute e pelo relatório de Gaspar da Índia, que os Portugueses ficaram a saber que toda a canela fina à venda no Malabar é produzida na ilha de Ceilão; mas aquele empório é que era o grande centro de reexportação (*Roteiro viagem V. Gama*, pp. 68 e 87). No século XVII, Faria e Sousa, escrevendo no reinado de Filipe IV, nomeará esta ilha «despensa donde sai toda a canela que consome Europa» ([58]). Tomé Lopes, que acompanhou o Almirante na sua segunda viagem, em 1502, ao descrever Ceilão sublinha que a sua canela é a melhor de todas e que em nenhuma outra parte se encontra em tanta abundância ([59]). E Garcia de Orta, bom conhecedor, concorda com ele quanto a esta apreciação da qualidade.

Nicolò di Conti, no primeiro terço de Quatrocentos, descreve assim a caneleira: «a árvore se parece com o salgueiro, porém aos mais grossos, salvo que os seus ramos nom crecem em alto, se nom que os traz derramados pelas ilhargas. As folhas todas som semelhantes às do louro, salvo que som mayores. A cortiça dos ramos é a melhor, e destas a mais delgada, e do tronco ou pé a mais grossa, porém é menor no sabor. A fruyta dela é semelhante à baga do louro, da qual tiram óleo muy odorífero pera ynguentos, do qual os Indios muyto usam pera se untarem. E a madeyra dela, tiradas as cortiças, a queymam.» (f. 81v de *Ho Liuro de Nycolao Veneto*). Comparemos com a descrição que deste mesmo *Cinnamomum zeylanicum*, Breyne-Nees (*Laurus cinnamomum*, Lineu), da família das *Laura-*

([56]) Preço do *cantaro* em Alexandria, em ducados (segundo os *diaristii*):

	bianco	*michini*
1501	9 a 10 ½	7 ½ a 7 ¾
1502	12 a 13	10
1503	11	7

([57]) *Mecchino* poderia bem ser a palavra árabe «mesquinho» — inferior — e não um adjectivo indicativo de proveniência, relativo à cidade santa.

([58]) *Europa portuguesa*, t. III, Parte 3.ª, cap. 4.

([59]) *Navegação às Índias Orientais*, cap. XIX. Inúmeras fontes referem a canela de Ceilão. Aqui citemos tão-só: Hierónimo di San Stefano, 1499 (no *Livro de Marco Paulo*, f. 96v: de Calicute «navegámos per espaço de xxvj [=26] dias e chegámos a ũa ilha grande que se chama Coylen e hy nace â canela. As árvores da qual som como de cereijas, e assi a folha»); Empoli, 1514 («Arch. St. It.», t. III, apêndice, p. 79); *Suma Oriental*, pp. 453-4; A. Corsali (1515-1517), em Ramúsio, t. I, ff. 179v-80 e 184.

ceae, nos pinta, a partir da sua observação pessoal, Cesare de Fedrici, que na ilha esteve, evidentemente: é uma árvore «sottile, e non troppo alto, e ha la foglia simile a quella del laura; del mese di Marzo, ó d'Aprile, quando gli arbori vanno in amore, si cava la canella da questi arboscelli a questo modo: tagliano la scorza di sotto, e di sopra da un nodo all'altro intorno all'arbore, indi gli danno un taglio per il lungo, e con la mano pigliando la scorza facilmente la levano d'intorno all'arbore, e la mettone nel sole a seccare, e per questo si torce nella maniera, che noi la vediamo: non si secca per questo l'arbore, anzi torna a fare un'altra scorza per l'anno seguẽte, e la canella buona è quella, che ogn'anno si scorza; percioche quelle di due, o di tre anni, è grossa, e manco buona.»[60] A comparação com o loureiro já, meio século antes, saira também da pena de Duarte Barbosa, e volta na pena de botânicos recentes; quanto à folha, repete-a Orta. De média estatura, com numerosos ramos, não tortos, antes sobre o direito, saindo das ilhargas em vez de se acumularem no topo, com folhas grandes, verdes, lisas e lustrosas, parecidas com as do louro, e pequenas flores amarelo-esbranquiçado, dão fruto do tamanho de avelãs, sobre o preto, e o tronco e ramos estão revestidos de duas cortezas — cortiça e casca —, como o sobreiro, embora menos espessas. As caneleiras cresciam espontâneamente (só desde o século XVIII é que são plantadas em talhadios), nas florestas «pelos montes» (diz Duarte Barbosa), ou melhor, nas colinas e encostas do litoral de Ceilão (Ibne Batutah, t. IV, p. 166). A extracção faz-se em Março e Abril: tirada a corteza em forma retangular, põem-na a secar e assim se enrola em canudo (*canela* parece vir de *cannula*, cana). Segundo Orta e Gaspar Correia, tira-se de três em três anos da mesma árvore; Fedrici fala em extracção anual, preferível pela qualidade (menos grossa) à bienal ou trienal. O conde de Ficalho observou, porém, que o ramo a que se tira a dupla corteza morre, e apontou que Duarte Barbosa indica que se cortam os ramos delgados para deles extrair a canela (p. 350). Ibne Batutah também descreve os troncos e ramos cortados que vão a flutuar pelos ribeiros, e Conti explica que, tirada a cortiça, queimam a madeira. Todavia, botânicos recentes falam da reconstituição, de tantos em tantos anos, do córtex envolucral (Guérillot-Vinet e L. Guyot, 1963, p. 61). A sequência das fontes leva, afigura-se-nos, a dividir dois períodos: num primeiro, abatia-se a própria árvore (qual o mal, pois se crescia selvàticamente?) aproveitando-se a madeira para lenha, depois de extraída a canela; num segundo período, passou-se a apenas cortar os ramos, embora descorticando também o tronco, mas preserva-se a árvore, para que dela nasçam outros ramos e para que se reconstitua o envólucro do tronco: possìvelmente porque se receou que, abatendo as árvores, viessem a faltar, ou porque a distância a que penetrar nas florestas aumentava, e também a procura se fazia mais instante. Orta refere (t. I, p. 212) que o rei proibiu o arranque das raízes a fim de evitar a destruição das árvores. A princípio a derruba e extracção eram livres, os mercadores de Coromandel e Malabar levavam a canela gratuitamente, limitavam-se a oferecer ao sultão presente de panos e outros artigos (Ibne Batutah, t. IV, p. 166). Depois a colheita da canela tornou-se monopólio régio (Duarte Barbosa, p. 350). Do fruto fabrica-se óleo muito odorífero, para unguento, como indica Conti, que Orta confirma: «parece como sevo em pães, ou como sabam francêz» (t. I, p. 214). As flores também se destilam; mas é melhor a água da própria canela: «É muito gentil mèzinha pera o estômago, e pera tirar a dor da cólica» e «tira o mau cheiro da boca» (idem, p. 213).

Se a boa canela só se encontra em Ceilão — ao que diz Andrea Corsali —, também é extraída, embora de qualidade inferior, das matas do Malabar, onde

---

([60]) Ramúsio, t. III, f. 390v Estadia em Ceilão em 1566 ou 1567.

cresce de igual modo espontâneamente: é aqui principalmente a espécie *Cinnamomum iners*, Reinw; a árvore é menor que a insular. Se Ibne Batutah (t. IV, p. 99) descreve as paisagens de caneleiras e pau-brasil junto aos rios malabares, mas apenas refere a utilização da madeira para lenha, já Álvaro Velho, em 1498, além da reexportação da canela fina de Ceilão, aponta a produção na própria zona de Calicute (*Roteiro*, p. 68), o que o anónimo autor da *Navegação* de Cabral corrobora, restringindo-a todavia a pequenas quantidades (cap. XV). Hans Mayr assinala-a na região de Amir, em frente da ilha de Angediva: abundante canela «branca» nas serras ([61]). Orta continua a incluir o Malabar entre as zonas de extracção, cujo produto é largamente exportado (t. I, pp. 206, 210 e 214), e pouco depois Cesare de Fedrici não esquece, na lista das exportações de Cochim, a «canella salvatica» ([62]). No tempo de Orta, que a classifica de «ruim», custava 1 cruzado cada 4 quintais, ao passo que a insular se vendia a 10 cruzados o bahar (=3 quintais): treze vezes mais cara do que aquela. Mas, apesar da proibição de carregar com destino a Portugal, a partir de então devem ter aumentado sensìvelmente as quantidades embarcadas, já consideráveis na altura da estadia de Van Linschotten (cap. 11, p. 23), o que explica que a especiaria malabar subisse de preço, vindo a custar 1/4 do que custava a fina de Ceilão. Ainda entre 1621 e 1633 a «canela do mato» enfileira entre as mercadorias que saiem de Cranganor ([63]).

A caneleira encontra-se espalhada, em estado selvagem, por toda a Malásia e Indochina. Orta assinala a sua extracção em Java (é o *Cinnamomum Burmanni*, Blume), em Mindanao e na ilha de Hai-nan (t. I, p. 206, e II, p. 396). Mais tarde, é referênciada em Byma (na ilha Sumbava) e, mais ao sul, na ilha de Ende ([64]). Aquele botânico quinhentista duvidou da sua existência na China: erradamente, pois a há nas províncias meridionais. *Cinnamomum* parece significar o *amonum* da China; em persa designa-se a canela por *darchini:* árvore ou pau da China; os Árabes chamam-lhe *qerfah ed-darsini:* a casca do pau da China. Sabe-se, aliás, que desde muito antes da era cristã a canela, em chinês *kwei*, era conhecida e utilizada no Celeste Império ([65]); aqueles nomes levam a supor que a produção chinesa desempenhou papel de relevo na origem do seu tráfico. Pegolotti (cap. 75) ainda menciona, a meio do século XIV, a canela chinesa. Mas depois desapareceu do grande comércio internacional, em que sobressaiem as produções das ilhas malaias. Toda a canela extremo-oriental é *cassia lignea* (*Cinnamomum cassia*, Blume = *Cinnamomum obtusifolium*, Nees) ([66]). Em África é que não há nem uma nem outra: neste ponto tinha Orta razão.

Houve, portanto, profunda revolução na geografia da canela: pois até o século XIII não há qualquer indicação de ser extraída na ilha de Ceilão. A primeira referência, de uma fonte árabe, data de cerca de 1275. Marco Polo ainda a não refere aqui. Pelo texto de Ibne Batutah, relativo à década de 1340, vemos que já está firmada a exportação para Coromandel e para o Malabar, mas ainda não organizada pelo Estado; ficamos a saber que a iniciativa partiu dos mercadores daquelas duas bandas litorais indianas. As grandes linhas desenham-se, pois. A expansão comercial chinesa deve ter impelido à extracção na própria Índia; mas como esta canela não é tão boa, os mercadores cholas e malabares que

---

([61]) Viagem de D. Francisco de Almeida, em *Manuscrito V. Fernandes*, pp. 21-2.
([62]) Ramúsio, t. III, ff. 389v-90.
([63]) *Relação das plantas*, p. 38.
([64]) Godinho de Eredia (1600), p. 143 (ed. Caminha).
([65]) Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. I, p. 226; Guérillot-Vinet e L. Guyot, pp. 52-62. Cabe, todavia, duvidar das referências de Marco Polo à canela (e a outras especiarias) no Tibete e Kain-du (Liv. II, caps. 37 e 38 da tradução editada por V. Fernandes).
([66]) Ficalho, citado; Guérillot-Vinet e Guyot, p. 60.

frequentavam Ceilão e aqui viam a árvore, promoveram a sua derruba e aproveitamento da casca. E o produto insular acabou, a partir do século XV, por dominar o mercado mundial.

Entre 1621 e 1633 estimava-se a exportação cingalesa em 3 000 bahares, ou seja, 9 000 quintais de canela [67]. Mas a extracção deve ter-se desenvolvido durante o derradeiro terço do século XVI. Durante a primeira metade do século tinham-se desembarcado em Lisboa 500 a 800 quintais. É possível que a colheita na ilha não excedesse então os 1 000 bahares. Cerca de 1548, o ex-feitor António Pessoa avaliava que se poderiam apanhar até 1 500 bahares [68] — 4 500 quintais. Quanto à «canela do mato», malabar, não dispomos de qualquer estimativa; talvez não atingisse sequer a quantidade da fina.

Contavam «os mercadores malaios que Deus criou Timor de sândalos, e Bandam de maças, e as [ilhas] de Maluco de cravo, e que no mundo nom é sabido outra parte em que estas mercadorias haja, sòmente nestas.» E o boticário Tomé Pires (p. 439) perguntou e inquiriu diligentemente, e perante a unanimidade das respostas alinhou com eles.

Já em 1512 Albuquerque, escrevendo acerca de Banda, a qualifica de «ilha das maças e noz nozcada» [69]; e de igual modo dirá André Coelho em 1632: «he onde predus a nos, e masa» [70]. Por aquele nome designa-se um grupo de três (Tomé Pires conta cinco) pequenas ilhas vulcânicas ao sul de Ceram, a 4 ½° de latitude meridional no meridiano de 130° L: Banda (ou Bandam) pròpriamente dita, a maior, Mira — a de dimensões médias —, e a menor de todas, Gunuape, «a serra de fogo», cujo vulcão se mantinha em erupção (ainda não era, por isso, habitada). Aproveitando este leve solo vulcânico, crescem por toda a parte, tanto nas baixadas como nas vertentes montanhosas, à sombra dos *Canarium commune* de imponente estatura, e nesta atmosfera pesadamente húmida, as árvores conhecidas dos botânicos pelos nomes de *Myristica fragans*, Houttuyn (*Myristica moschata*, Thunberg, *Myristica officinalis*, Lineu fil.). É certo, a muscadeira encontra-se, espontânea, noutras ilhas da Malásia oriental; porém só aqui foi aproveitada, nos outros sítios não dá noz comestível. Da estatura de pereiras, tem esgalhos e pés lisos, as suas folhas, ralas, são curtas e redondas: por elas, como pelas flores e pelo «fruto», a árvore parece-se com o pessegueiro — a comparação sai da pena de Castanheda e de Eredia, bem como de Garcia de Orta. Como a planta é dióica, a árvore feminina forma drupas carnosas verdes que, amadurecendo, ficam, à semelhança de certos pêssegos carecas, coloridas de quatro cores, em manchas desordenadas. Nos ramos vem pousar-se toda a espécie de passarada — e então estes bosques de muscadeiras são «a mais fermosa cousa de ver no mundo», no dizer de Orta; e Camões cantará:

> «Olha de Banda as ilhas, que se esmaltam
> Da vária côr que pinta o roxo fructo;
> As aves variadas, que ali saltam,
> Da verde noz tomando o seu tributo.»

A drupa está revestida de uma primeira casca grossa e bastante dura, que se abre com a maturação; frequentemente, secam-na ao sol, a fim de apressar essa abertura. Aberta, vê-se então (semelhante à película interna das castanhas) a arilha vermelha que constitui a maça e que, secando, se torna alaranjada; alguns confundiram-na com flores («A sêca flor de Banda», diz o Poeta, ao passo que Duarte Barbosa, mais exacto, declarara que as maças envolvem a noz «como se fossem flores»). Tirada essa arilha, fica uma película castanha que seca, e cai por si, deixando finalmente a descoberto a noz muscada, que Orta compara aos pequenos bugalhos do carvalho. A casca exterior carnuda, colhida verde e conservada em vinagre, é largamente exportada em jarras; come-se por vezes assim, feita em salada; é mais frequente, porém, prepará-la em conserva de açúcar, que «tem o cheiro muito bom, e o

---

[67] *Relação das plantas*, p. 49.
[68] *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, 1548, f. 1v.
[69] 20-VIII-1512 (*Cartas A. A.*, t. I, p. 68). Confirmação em G. Correia, t. II, Parte 2.ª, p. 633 (relativo a 1521).
[70] B. N. Paris, Portugais n.º 36, f. 364v.

sabor muito melhor»: tal conserva é considerada salutar para o cérebro, e para certas doenças nervosas, além de outras. Do mesmo pomo verde se fabrica óleo eficaz contra a frialdade, acredita Castanheda [71].

A produção total do arquipélago era estimada, em 1512-1515, em 500 ou 600 bahares de maças — mas teria atingido anteriormente 1 000 — e 6 000 ou 7 000 de nozes, ora mais, ora menos [72]. Ou seja, quanto às maças, 2 040 a 2 450 quintais, e quanto às nozes 24 500 a 28 600. Como o quintal de maças vale tanto como sete quintais de nozes, os habitantes de Banda só vendem a primeira especiaria conjuntamente com a segunda, na razão de 1 para 7 quanto à quantidade [73]. No Cairo a diferença de preço é apenas do simples para o dobro, e em Lisboa é de 1 para 3. Mais tarde começar-se-á a explorar também as muscadeiras da grande ilha de Ceram [74], onde os Jaus irão comprar essas duas especiarias, talvez porque os Portugueses os escorraçaram do arquipélago de Banda.

O cravo só é, de igual modo, produzido numa área muito restrita e bem demarcada: as cinco pequenas ilhas, vulcânicas igualmente, de Maluco ou Molucas, que acompanham a costa ocidental de Djilolo, ao norte do Equador; descendo em latitude, são Ternate — a maior e a principal —, Tidore, Motel ou Moutiel, Maqueiem (ou Maquiem), Pachan ou Bachan (Batjan). Apenas estas ilhas em que crescem as árvores do cravo merecem o nome de Molucas, mas estenderam-no posteriormente a outras — Eredia, por exemplo, inclui nelas Djilolo (Halmahera), onde existem em estado selvagem, e já Tomé Pires observara que Pachan (Batjan) designa um arquipélago de doze ilhas, das quais uma ùnicamente — a mais setentrional — produz essa especiaria. Por toda a parte surde o enxofre, e em Ternate de um dos vulcões ainda saíam chamas. Todas as ilhas são montanhosas ao centro, estando as faldas atapetadas de florestas extremamente densas, e por isso inhabitadas. A população ocupa a periferia baixa, de uma largura de duas léguas. Mas estas planícies litorais também estão cobertas de «muyto arvoredo bravo», entre o qual se encontram as árvores do cravo — o *Caryophyllus aromaticus*, Lineu (*Eugenia caryophyllata*, Thunberg), da família das *Myrtaceae*, conhecido dos Gregos por *karuophullon* e dos Árabes por *karunfel*. A árvore, que Barbosa e Eredia comparam ao loureiro, é de pequena estatura — como a muscadeira; o tronco é liso, os ramos, compridos, formam uma copa: dir-se-ia laranjeiras, as folhas assemelhando-se porém antes às do louro mas mais estreitas. A copa cobre-se de inúmeras flores, nascendo em gomos, como os murtinhos (diz Orta), em pinhas como flor de laranja ou madressilva (diz Barbosa): começam brancas, depois tornam-se verdes, e por fim, maduro o cravo, «mui fina côr vermelha»: é a altura de o colher, deitando-lhe cordas e fustigando as árvores, ou então trepando os que andam na apanha e tirando-os quer à mão quer com pequenas forquilhas de cana e recolhendo-os em cestinhos pendurados à cinta. Partindo-se assim os raminhos que estão a crescer, é necessário um ano de repouso. Conquanto se fale de seis colheitas por ano, há só uma que se prolonga de Setembro a Fevereiro. Se deixarem de apanhar o cravo durante três anos, a árvore volta ao estado quase selvagem. Colhidos os botões das flores, estendem-se em esteiras a secar ao sol durante dois ou mais dias, ou, se não há sol, em fumeiros; secos, tornam-se pretos:

---

(71) Deve-se-lhe a melhor descrição, Liv. VI, cap. 5. Outras fontes: Duarte Barbosa, p. 370; Barros, *Década III*, Liv. V, cap. 6; Orta, t. II, pp. 81-5; Godinho de Eredia, p. 141 (ed. Caminha); B. N. Madrid n.º 3015, f. 102 (cerca de 1605). Sobre tudo quanto respeita às maças e noz: Ficalho, notas aos *Colóquios*, t. II, pp. 86-90; e Guérillot-Vinet e Guyot, pp. 78-86.

(72) *Suma Oriental*, p. 440.

(73) Idem, ibidem; Duarte Barbosa, p. 370; Castanheda, citado na nota 71.

(74) Godinho de Eredia (1600), pp. 141-2.

são então borrifados com água salgada, a fim de melhor se conservarem. Os paus donde pendem os cravos também são aproveitados: são o que os Castelhanos chamam *fustes* e os Portugueses *bastões*. Deixando mais um tempo o cravo na árvore, engrossa, e colhido no ano seguinte é o que se chama madre do cravo ([75]).

As quantidades colhidas são tais que frequentemente não se consegue vendê-las; além disso, deixa-se muito cravo por colher nos bosques das vertentes. Em 1512-1515 Tomé Pires (pp. 443-7) avaliava a produção anual das cinco ilhas numa média de 6 000 bahares, ou seja, 24 500 quintais, com uma oscilação de 1 000 bahares para mais ou para menos, assim distribuída:

Ternate	1 500 bahares e mais
Tidore	1 400 »
Motel	1 200 »
Maquiem	1 500 »
Bachan (Batjan)	500 »

Mas a tomada de Malaca pelos Portugueses, perturbando a navegação de Tidore, reduzira momentâneamente a colheita a menos de 1 400 bahares. Por outro lado, havia só uns dez anos que se tinham começado a explorar as árvores de cravo da ilha mais meridional, até aí bravias. Começara assim o *processus* de deslocação para o sul; Castanheda, cujas observações dizem respeito ao segundo quartel do século, destaca Motel e Maquiem como aquelas ilhas em que a produção é mais forte; em 1632 André Coelho dirá da segunda destas duas que é de todas cinco a mais abundante de cravo ([76]).

A entrada em cena dos Holandeses e as hostilidades entre eles e os Portugueses, ou até, simplesmente, o medo recíproco, parecem ter reduzido a produção em princípios do século XVII. Eis uma estimativa feita então, de que desconhecemos todavia o grau de confiança que merece:

Ternate	mais de 700 bahares
Tidore	700 »
Moutiel	400 » ([77])

Somemos os números de produção das principais especiarias na Ásia nos dois primeiros decénios de Quinhentos:

	Quintais	Kg.
Pimenta	129 200 — 145 000	6 639 080 — 7 458 140
Gengibre	6 000	300 400
Canela fina	3 000	154 200
Maças	2 040 — 2 450	104 856 — 125 930
Noz muscada	24 500 — 28 600	1 259 300 — 1 470 040
Cravo	20 420 — 28 580	1 049 588 — 1 469 018
Total	185 160 — 204 730	9 517 224 — 10 523 122

Eliminemos as falsas precisões: o total deve oscilar entre 9 500 e 10 500 toneladas métricas.

([75]) Descrição e informações já bastante precisas em Duarte Barbosa (1515), p. 371; *Suma Oriental*, p. 445; Castanheda, Liv. VI, cap. 11; *Colóquios*, t. I, pp. 361-5 (e as notas de Ficalho, pp. 375-84); Godinho de Eredia, pp. 134-5 (ed. Caminha); Guérillot-Vinet e Guyot, pp. 64-77.

([76]) B. N. Paris, Portugais n.º 36, f. 364v.

([77]) B. N. Madrid n.º 3015, ff. 44, 47v, 48v.

Um século volvido, graças ao aumento sensacional das quantidades de pimenta e canela, o volume de produção situa-se entre 356 817 e 369 427 quintais, isto é, de 18 340 393 a 18 988 547 kg. A ordem de grandeza é de 18 000 a 19 000 toneladas métricas. Como supusemos constante o volume de produção das outras especiarias, mas muito provàvelmente também ele aumentou, não se afigura demasiado temerário concluir que num século o volume total duplicou.

§ 3 — *A circulação das seis especiarias principais*

Sigamos agora no mapa os caminhos da pimenta e das outras especiarias principais. Estas caminhadas obedecem, antes de mais, à estrita localização da produção, em áreas perfeitamente definidas e quase minúsculas; por outra banda, à dispersão das regiões consumidoras, cuja intensidade de atracção é, aliás, desigualíssima; e por último, à existência de três grandes mercados intermediários — Malaca, Calicute e Ormuz. As especiarias caras viajam de leste para oeste, as baratas irradiam do centro para poente e nascente.

A procura mais forte provém da China. Tal constatação foi feita inúmeras vezes. Marco Polo, espantando-se das quantidades desembarcadas em Zaitun, avaliava que Alexandria apenas recebia a centésima parte (Liv. II, cap. 77). Em 1501, Josefe o Índio conta aos Portugueses maravilhados que, se os mercadores mouros compram pimenta, gengibre, mirabolanos, canela, etc., e os vão vender ao Cairo e a Alexandria, na Pérsia e a Damasco, carregamentos muito mais consideráveis ainda enveredam pelos caminhos da serra para irem ter ao Cataio ([78]). Aliás, «ce que les Chinois achètent le plus est le poivre», nota Thevet: pagam-no com barras de metais preciosos, seda, ruibarbo ([79]). Um meio século atrás, Tomé Pires sublinhara a traço bem cheio que tudo o que os Chineses desejam é a pimenta, deixando a qual todas as outras não passam de «cousas de benesse»; segundo o boticário, poder-se-iam vender lá dez juncos de pimenta (p. 457). Só da Sunda iam, no tempo de Orta, umas vinte velas com esses grãos — em parte, sem dúvida, também de Samatra ([80]). Gaspar Correia, reportando-se aos anos de 1517-1522, mostra que toda a pimenta de Samatra se concentra em Pacém, e deste porto é a grande mercadoria para a China: por isso Fernão Peres de Andrade por aqui deve passar ao ir com embaixada ao Celeste Império, e em 1521 Rafael Perestrelo igualmente, que também vai com aquele destino, a fim de carregarem essa especiaria ([81]). Mas aquele embaixador informou o capitão de Malaca que a de Sunda é melhor (vale mais 1/3) e se pode carregar duas vezes no ano para a China, ao passo que a de Pacém só pode carregar-se uma ([82]). Tal importação chinesa em massa, Empoli, que estava bem colocado para dela se dar conta pois esteve em Samatra, avaliava-a em 60 000 quintais em proveniência dessas duas ilhas malaias e da península de Malaca e do Sião ([83]), e em 15 000 a 20 000 quintais vindos do Malabar, ou seja, ao todo, 75 000 a 80 000 quintais, representando na China, ao preço de 15 a 20 cruzados o quintal ([84]), um valor global de 1 100 000 a 1 600 000 cruzados. Em relação a uma produção de 80 000 quintais da primeira

---

([78]) Montalboddo, Liv. VI, f. 238.
([79]) *Cosmographie* (1575), Liv. XV, cap. 24.
([80]) Orta, *Colóquios*, t. I, p. 289.
([81]) *Lendas da Índia*, t. II, Parte 2.ª, pp. 523, 642, 718.
([82]) Idem, p. 727.
([83]) Se este número parece excessivo em relação aos números de produção apresentados por Tomé Pires, lembremos contudo que estes últimos registam uma contracção, transitória mas acentuadíssima, devida às guerras de Pedir.
([84]) «Arch. St. It.», t. III, apêndice, p. 87 (1515).

zona referida, as compras chinesas dessa proveniência representariam 75 %; dos 65 000 quintais da produção malabar, a escápula chinesa absorveria 23 a 33 %. Proporções demasiado fortes para que aceitemos as estimativas de Empoli sem descontar um certo exagero? Segundo um relatório de 1607, as importações anuais da China «ha longos anos» orçariam por 20 000 quintais, mas teriam aumentado de novo em fins do século XVI e começos do XVII [85]. A intervenção portuguesa no Extremo Oriente e a atracção, pelo Ocidente, da pimenta malaia, tinham-na desviado, porém, em parte, vê-lo-emos, para outras escápulas. Seja como for, o que é certo é que o Império do Meio se abastece de pimenta em todos os mercados de produção — até o século XV os juncos chineses frequentaram regularmente os portos malabares, especialmente Coulão. De Kedah recebe pela via terrestre siamesa uma parte da colheita da península, reforçada por carregamentos vindos de Pacém e Pedir [86]. Os Chineses vão, por terra, a Siriam e Tenasserim comprar todas as sortes de especiarias [87]. Da Birmânia (Bremá) recebem igualmente pimenta de reexportação, vinda do Pegu e Sião [88]. Samatra fornece-lhes em «quantidade infinita» [89], sobretudo pela escala de Malaca, até à conquista portuguesa e mesmo posteriormente, depois directamente de Pacém ou por Kedah. A Malaca vão, com efeito, todos os anos, 8 a 10 juncos a fim de carregar principalmente pimenta, tanto da ilha vizinha ou da Sunda e de Java, como do remoto Malabar; levam também um pouco de cravo [90]. As quantidades que a Cochinchina (Annam) importa permanecem pouco consideráveis, e é frequente os mercadores levarem-na a bordo de juncos chineses. Tchampá fornece-se de pimenta, cravo e (em pequenas quantidades) noz muscada de preferência no Sião, embora receba carregamentos pouco pesados de Malaca [91]. O Sião, além da sua produção própria, manda vir pimenta de Malaca, da Sunda e de Samatra, porque tem de contar com a reexpedição para a China; no mesmo mercado primeiro citado compra o cravo, as maças e a noz [92]. De Pacém, Pedir e Malaca, onde trouxeram sobretudo laca, almíscar e arroz, os navios regressam a Martabam e aos portos do Pegu com pimenta, e também um pouco de maças, de noz e de cravo [93]: neste tráfego andam quatro juncos do Pegu e outros tantos de Malaca [94]; mais tarde essas escápulas abastecer-se-ão de preferência em Kedah, na Sunda e em Java [95]. Dois juncos bengalis e dois outros malaqueses abastecem Bengala em especiarias da Malásia, principalmente em pimenta de Samatra, mas transportam muitas outras mercadorias na mesma viagem; carregam em Malaca, Pacém e Pedir [96]. Coromandel, como Bengala, recebe pesados carregamentos de pimenta da grande ilha [97]. Uma nau guzerate vem todos os anos carregar pimenta em Kedah, e completa a sua carga nos dois portos samatrenses; leva, além disso, estanho embarcado noutros portos [98]. Mas um maior número de velas da mesma

---

[85] Simancas, Secretarias Provinciales, Lib. 1571.
[86] *Suma Oriental*, p. 386.
[87] Empoli (1514), lugar citado, p. 80.
[88] *Suma Oriental*, p. 389.
[89] A. Corsali, em Ramúsio, t. I, f. 180.
[90] Dos portugueses cativos, Malaca, 6-II-1510 (*Cartas A. A.*, t. III, pp. 9-10); Duarte Barbosa, p. 375; Orta, *Colóquios*, t. II, p. 241.
[91] *Suma Oriental*, pp. 390-2.
[92] Idem, p. 387.
[93] Idem, p. 382; Orta, t. II, pp. 29 e 32; C. de Fedrici, em Ramúsio, t. III, f. 393v.
[94] Malaca, 6-II-1510, citado na nota 90.
[95] Orta, *Colóquios*, t. II, p. 241.
[96] Malaca, 6-II-1510, citado; *Suma Oriental*, pp. 379-80.
[97] Goa, 1-IV-1512 (*Cartas A. A.*, t. I, p. 51).
[98] *Suma Oriental*, p. 387.

proveniência fazem a viagem em direitura a Samatra, onde carregam pimenta, sedas, cânfora ([99]). Em começos de 1512 os Portugueses deram caça a duas que regressavam ricamente ajoujadas de pimenta, drogas e outras mercadorias; a venda em Cochim da carga de uma delas, que caiu nas suas mãos, rendeu 30 000 cruzados ([100]). Antes da ascensão de Malaca, os Guzerates iam também a Java seguindo ao longo da costa meridional de Samatra e atravessando o estreito da Sunda; depois, como Malaca se tornou o grande empório, puseram de parte esta navegação para passarem a frequentar aquele centro onde vinham os Jaus trazer não só a pimenta da sua colheita mas ainda as especiarias de Banda e das Molucas ([101]). Através de uma ponta à outra do mundo malaio os panos de algodão de Cambaia são a mercadoria dominante, ao lado das *caixas* chinesas. Por isso o comércio guzerate desempenha um papel decisivo no empório extremo-oriental, no mesmo plano que os comércios chinês e javanês. Apresentemos um exemplo. Em fim de Janeiro de 1510 levantaram âncora de Malaca as velas que iam para o Guzerate: todos os armazéns teriam ficado vazios, se no mesmo momento não chegasse um navio das Ilhas das Especiarias com 600 bahares de cravo, 1 200 a 1 300 de maças e pesada carga de noz. Só nesta monção os Guzerates tinham levado mais de 4 000 bahares de cravo; uma das suas naus, que naufragou, transportava 2 000 bahares das três especiarias caras e 1 000 de sândalo, laca, estanho, etc. ([102]).

Os imperativos das monções tornaram necessária a existência de um entreposto gigante na junção do oceano Índico e dos mares de Java e da China. Por isso agora — fim do século XV, começo do XVI — é a Malaca que vêm quase obrigatòriamente descarregar os navios que regressam de Banda e das Molucas. Os negociantes da cidade mandam anualmente a estes dois pequenos arquipélagos 3 a 4 juncos, os Jaus, um número igual ([103]). Em 1510 esperavam-se de lá três juncos malaqueses que deviam trazer, além das maças e da noz, 4 000 a 4 500 bahares de cravo, e isto sem ter em conta os navios de Java ([104]). Em 1523 juncos de particulares indígenas continuavam a ir de Malaca e Banda a Maluco carregar cravo ([105]).

Do mar Roxo navegava-se em direitura até Malaca. Em 1510 a armada de Duarte de Lemos tomou uma nau grossa que de lá voltava «carica in fondo di molte richissime mercanzie»: pimenta de Samatra, cravo, sedas em fio e em panos, algodões fiados, benjoim e marfim, valendo ao todo mais de 50 000 cruzados ([106]). Todavia a navegação em direitura desenvolveu-se em parte devido à intercepção portuguesa do tráfico de Calicute. Este empório malabar é que abastecia geralmente Ádem e os outros mercados do estreito da Meca. Mas são os portos guzerates que reexportam para este destino, bem como para Ormuz, a maior parte das especiarias e drogas de Malaca ([107]).

A canela de Ceilão não parece que de bom grado embarque para o Extremo-Oriente: é que este possui a *cassia lignea*; aquela escoa-se em parte para Coromandel e Bengala ([108]), redistribuída principalmente por intermédio de Calicute, que

([99]) Goa, 1-IV-1512, citado na nota 97.
([100]) Empoli (1514), no lugar citado, pp. 67-70.
([101]) *Suma Oriental*, pp. 408 e 443.
([102]) Malaca, 6-II-1510, citado na nota 90.
([103]) *Suma Oriental*, p. 443.
([104]) Carta citada na nota 90.
([105]) *Lendas da Índia*, t. II, Parte 2.ª, p. 765.
([106]) Empoli, citado, p. 37. Alguns erros de ortografia dos topónimos corrigem-se fàcilmente.
([107]) *Suma Oriental*, pp. 334-5 e 368.
([108]) Idem, pp. 453-4.

transita a maior soma da produção insular ([109]); mas navios de Ádem carregam-na directamente na ilha ([110]). É do Malabar que o Guzerate e o Balaghate a recebem, bem como Ormuz e, por esta última escala, os mercados da Síria ([111]).

À semelhança do que acontece com a canela cingalesa, as especiarias malabares não seguem para Malaca. Bengala e Coromandel recebem-nas dos navios que dobram o cabo Comorim. Escalando os Ghates, as caravanas de bois e de asnos vão abastecer Vijayanágar ([112]) e o Dekkan setentrional ([113]); e Josefe o Índio não receia dizer, em 1501, que finalmente o maior quinhão entra no Cataio. Atravessando o mar de Oman, as naus iam descarregar, umas, em Ormuz, outras, em Ádem ou Djeddah. Como porto de embarque, Coulão precedeu, vimo-lo já, Calicute durante alguns séculos ([114]); é ainda a primeira cidade que Marco Polo descreve (Liv. III, cap. 25), mas já Ibne Batutah, se continua a classificá-lo de principal porto para a navegação chinesa, assinala 13 juncos na segunda cidade (bem como em Pandarane) e inclui esta entre os centros dominantes do mundo. Uma das variedades de gengibre chamou-se «colombino», de Coulão, antes de passar a chamar-se, em termo mais geral, «beledi». No fim do século XV e começos do XVI é todavia dos portos do Samorim que provêm as especiarias consumidas no Levante e no Poente, é aqui que vêm carregar as «naus de Meca» ([115]). Em Março de 1510, por exemplo, várias destas estão aqui ancoradas, prontas a desaferrar com carga de gengibre ([116]). Mas outros portos exportam as especiarias da costa ocidental, se exceptuarmos a pimenta. Assim, Baticalá, Onor e Barçalor enviam «infinito gengibre» e mirabolanos para Ádem e mar Roxo, por um lado, Ormuz, por outro ([117]). O empório do golfo Pérsico recebe da costa ocidental da Índia a pimenta, o gengibre, a canela, e até o cravo, mas a primeira especiaria domina de maneira esmagadora este tráfico ([118]); e de Cambaia as ricas especiarias extremo-orientais. Daí espalham-se pela Pérsia, principalmente a pimenta: os Persas consomem-na em grandes quantidades porque, conforme explica Tomé Pires, «sam homẽes de potagees mais que Alemaẽes» (p. 344). Por isso em Tabriz, por exemplo, na época de Pegolotti, encontravam-se à venda todas as sortes de especiarias e drogas «grossas» e «sutis» (cap. V).

À entrada do mar Roxo, Ádem, sem ser um mercado comparável a Malaca ou a Ormuz, desempenha o papel de escala quase obrigatória, e até de porto de transbordo — as cargas das pesadas naus são passadas para bordo de pequenos navios mais próprios para a navegação desde Bab el-Mandeb até Djeddah ou mesmo a Suez e Toro ([119]). As especiarias vêm-lhe do Malabar — pimenta, gengibre, canela — e do Guzerate — noz muscada, maças, cravo —, e inclusivè de Ormuz, se esta cidade recebeu em excesso, mas este último contributo só conta para o consumo local ([120]).

Do outro lado do golfo de Ádem, na costa somali, Zeila serve frequentemente de escala aos navios da cidade árabe e da Índia; é por aqui que a Abissínia se fornece de pimenta,

---

([109]) *Roteiro viagem Gama*, p. 68.
([110]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 30 (1-IV-1512).
([111]) Orta, t. I, pp. 214-6.
([112]) Duarte Barbosa, p. 302.
([113]) Orta, t. II, p. 241.
([114]) Duarte Barbosa, pp. 312-3.
([115]) *Roteiro viagem Gama*, pp. 85-6; *Suma Oriental*, pp. 334-5.
([116]) Empoli, citado, p. 50.
([117]) A. Corsali, em Ramúsio, t. I, ff. 178v-9.
([118]) *Suma Oriental*, p. 338.
([119]) Duarte Barbosa, pp. 258-9.
([120]) *Suma Oriental*, p. 338.

incenso e panos [121]. Transposto o Bab el-Mandeb, os navios ancoram com frequência, de passagem, no Zíden, bom porto apesar dos baixos de areia; tem água das chuvas armazenada em cisternas, produz tâmaras, a pescaria é abundante; por tudo isso um veneziano qualificou-o de «scala di tutte le spezierie che vengono d'India, e di Coloqut» [122]. Mas os mercadores da Índia preferem muitas vezes ir directamente mais ao norte, a Suaquem, onde pagam menores direitos; por vezes vêm ainda daqueloutro porto escalar neste segundo. Do Zíden ou de Suaquem vai-se a Coçair (Koseir), onde bifurcam uma rota terrestre-fluvial e outra marítima. Por aquela, a dorso de camelo, em três dias de andadura atravessa-se o deserto até o Nilo, que se desce depois de barco em 8 ou 10 dias: pequena é todavia a quantidade de especiarias que transita por esta via, perturbada pelos assaltos dos alarves. De Coçair muitos dos navios prosseguem, numa navegação de 15 dias (só de dia, de noite têm que surgir) até o Toro ou a Suez, onde se faz o transbordo para as caravanas cameleiras — são 3 a 6 dias de marcha até o Cairo. Do Zíden uma outra rota marítima conduz a um daqueles dois portos do monte Sinai com escala em Jambo (Yembo), o porto de Medina, neste caso na costa da Arábia; ou escalando antes em Djeddah, aonde se chega, vindo de Ádem, nuns 10 dias de viagem. Em Djeddah também se desembarcam cargas avultadas de especiarias; transportadas, num dia de andadura, à cidade santa, partem de Meca nas caravanas de camelos que, passando por Medina (4 jornadas), vão, umas, a Damasco, outras, em 40 jornadas, ao Cairo [123].

Teremos que voltar mais demoradamente à questão das vias do Levante. Limitemo-nos, por agora, a tentar avaliar o quinhão de especiarias asiáticas que cabe ao comércio europeu. No fim do século XV as galés venezianas embarcam anualmente, em Alexandria e Beirute, 50 000 a 70 000 quintais de todas as especiarias e drogas. Tanto, se não menos do que as simples importações chinesas de pimenta. Naquele total, as drogas entram com 10 000 a 20 000 quintais. As compras venezianas das seis principais especiarias nunca foram inferiores a 1/6, nem atingiram jamais 1/3 do conjunto da produção asiática; devem situar-se normalmente mais perto da primeira do que da última razão; há, contudo, que a levantar, se fizermos entrar em linha de conta as compras feitas pelos outros Europeus, aliás acentuadamente menos importantes. Terá a Cristandade consumido, no máximo (muito grosseiramente estimado, é claro), 1/4 da colheita asiática?

Na África oriental, as cidades muçulmanas insulares ou costeiras importavam evidentemente especiarias da Índia, trazidas sobretudo pelas naus guzerates. Já na primeira viagem do Gama os Portugueses observam que os mercados de Mombaça e Melinde estão abastecidos de pimenta, gengibre, cravo, noz muscada [124]. Mas jamais pensaram em procurar fornecer-se aqui, porquanto a oferta estava limitada às necessidades locais de um grupo social dominante.

II — *PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DAS DROGAS*

Se as seis especiarias de que falámos parecem esmagar com a sua massa as cargas tanto dos navios que sulcam os oceanos como das boiadas ou das caravanas cameleiras, deve-se isso ao papel que desempenham no tempero e conservação dos alimentos em quase todas as populações da Euro-ásia e do Norte e Leste africano. Caberia comparar a sua importância à do sal. No entanto, todo um conjunto composto de uns trinta outros produtos vegetais, mixtos ou animais, englobados sob o mesmo nome genérico de especiarias, ou, quanto a uns tantos

---

(121) A. Corsali, em Ramúsio, t. I, f. 186v.

(122) *Viaggio di un comito* (1538), em Ramúsio, t. I, f. 275.

(123) Al-Qalqashandi (2.ª metade século XIV), p. 57; Bertrandon de la Broquière (4.ª década século XV), p. 58; *Roteiro viagem Gama*, pp. 68-9; *Cartas A. A.*, t. I, pp. 427-8 (12-XI-1510); *Suma Oriental*, pp. 332-3; Duarte Barbosa, pp. 258-9; *Livro de André Pires* (B. N. Paris), ff. 35v-36 (ed. Luís Albuquerque, pp. 223-4); Francesco dal Bocchier (1518), pp. 239-40

(124) *Roteiro viagem Gama*, pp. 32 e 34.

dentre eles pelo menos, debaixo da designação de drogas, ocupa um lugar que não é de modo algum lícito desprezar quer nas actividades dos camponeses ou apanhadores quer no tráfico internacional. De uso polivalente, na sua maioria, servem de condimentos, de masticatórios, de remédios, de perfumes e unguentos, de côres de tinturaria. Tal polivalência é, no caso das drogas, mais acentuada do que no das especiarias principais, mas a sua função de tempero permanece muito mais modesta. Passêmo-las em revista, sumàriamente embora, deixando de lado as que interessam ùnicamente à indústria têxtil.

Quando, em 28 de Maio de 1498, o Samorim recebeu pela primeira vez Vasco da Gama, os Portugueses notaram que estava constantemente a mastigar folhas que lhe eram apresentadas numa grande bacia de ouro à sua mão direita, cuspindo em seguida os restos para um pote também de ouro, à sua esquerda. A erva chamava-se *atambor* [1]: visto os intérpretes serem todos árabes, foi evidentemente o nome árabe e persa *at-tanbul* que os recém-chegados ouviram primeiro, como fora o nome que Marco Polo conhecera. Mas em breve vieram a familiarizar-se com os nomes indianos: tamul *vettilei* e maláyalam *vettila*, que significam «a folha por excelência»; daí formaram *betre, bétele*, em seguida transmitido às outras línguas europeias. No Norte da Índia o nome adoptado é o hindustani e dekkani *pán*, donde vem o anglo-indiano *pawn*. Este contraste das origens linguísticas revela o diferente papel das regiões geográficas nas duas expansões, portuguesa e inglesa.

O bétele «é a folha de uma planta trepadeira da mesma família e género das que produzem as pimentas, o *Piper Betle*, Linn.» [2]. De igual modo que se faz às outras pimenteiras, plantam-na arrimada a uma árvore, em geral a arequeira (daí a confusão das folhas das duas espécies), ou a estacas, formando latadas em jardins; há que cuidar bem dela, limpando-a e assegurando que disponha sempre de água. Apanha-se a folha já amarelecida, mas há quem a prefira ainda verde, especialmente as mulheres. Como estas folhas são amargas, misturam-nas com noz de areca, e cobrem a mistura com cal ainda líquida, amassada de conchas esmigalhadas: deste modo dão as folhas um suco delicioso, que mais agradável ainda fica acrescentando catechu; os ricos completam a composição quer com cânfora de Bornéu, quer com linaloés, ou almíscar ou âmbar [3]. Toda a gente mastiga bétele a todas as horas do dia, mesmo na rua, e até de noite; chupa-se o suco, deitando fora o resto; a boca fica vermelha, os dentes escurecem. Mastiga-se a fim principalmente de combater o mau hálito, mantendo a sua frescura, e de estancar a sede, e também para acalmar a azia; mas Cesare de Fedrici suspeitava que servia de excitante sexual, e Orta declara-o explìcitamente: nenhuma mulher que quere tratar amores conversa com o homem sem que o traga mastigado na boca primeiro.

Os jardins desta planta só se encontram nas fachadas marítimas da Índia — desde o rio do Bétele, entre Dabhul e Goa, ao norte, em direcção ao sul — e também, mas em pequeno número e não extensos, na Arábia, perto de Calaiate. Há-os, é certo, no sertão — tanto em Vijayanágar como em Dalautabad —, no entanto esta produção sertaneja quase não conta. No Extremo Oriente colhe-se bétele nas Molucas. Destas áreas restritas a folha espalha-se por todas as regiões asiáticas [4]. Os Portugueses da Índia acostumar-se-ão, eles também, a mastigá-la, mas não parece que, em direcção a oeste, a folha tenha dobrado o Cabo ou ultrapassado as Escalas do Levante. Como notava, espantado, Cesare de Fedrici, «per tutta l'India ogni giorno si spende gran quantitá di denari in tal compositione, e tanto che chi nol vede, li par quasi cosa incredible: a grand'utile cavano i signori de i datij, che questa herba hanno» [5]: já meio século antes Duarte Barbosa sublinhara que constituía uma das principais rendas dos reis indianos (p. 239). O seu comércio exerce-se todavia no quadro inter-regional ou local, mais do que no quadro oceânico a grande distância.

---

[1] *Roteiro viagem V. Gama*, p. 46.
[2] Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, pp. 402-4.
[3] Além das fontes citadas a seguir, Marco Polo, Liv. III, cap. 24.
[4] Duarte Barbosa, pp. 292-3 e 319; Orta, t. II, pp. 389-396; Cesare de Fedrici, em Ramúsio, t. III, f. 389v. Para Cambaia, sempre cotias a levá-lo, segundo João de Magalhães (*Livro das cousas da Índia e Japão*, f. 21).
[5] Ramúsio, t. III, f. 389v. *Ms. V. Fernandes*, f. 4v (1505): produção em Quíloa.

É também à beira-mar, frequentemente, como vimos, em associação com o bétele, que se estendem as matas de arequeiras ([6]), cuja área é, aliás, mais vasta do que a dos jardins daqueloutra planta. Ao redor de Malaca a produção basta para as necessidades regionais. Ceilão exporta quantidades consideráveis de nozes para o sertão da Índia — Vijayanágar e alguns reinos dekkanis —, para Guzerate, ilhas Maldivas e Ormuz. As arequeiras abundam no Malabar, e Cochim e os outros portos enviam areca seca para o interior do Dekkan setentrional e para Cambaia. A zona de Bassaim, Bombaim e Chaul produz uma qualidade excelente — especialmente em volta da segunda dessas cidades —, mas a quantidade não é elevada. O mesmo acontece na Arábia, onde podemos ver matas ao redor de Xael (Sheher) e Dhofar: muito boas, as nozes apenas em pequenas quantidades são apanhadas (Orta, t. I, p. 326). Ormuz recebe-as de Chaul e de Goa (*Livro dos pesos*, p. 22), bem como de Ceilão. O Guzerate, que as importa desta ilha e do Malabar, produz também, mas pouco. A areca sem o bétele, mas misturada com cardamomo ou cravo, constitui outro masticatório igualmente de uso muito geral.

Larguìssimamente espalhado por todo o Oriente — é possível até que a área geográfica do seu emprego excedesse a do bétele — estava o hábito de comer ópio, esse leite (como o qualifica Albuquerque) ou goma (segundo Orta) das dormideiras, nome significativo dado pelos Portugueses às papoilas donde se extrai. Já em 1513 o Terribil constatava que os Indianos se sentem perdidos quando não o comem — morreriam à míngua, asseguram Duarte Barbosa, Orta e Sassetti; Corsali e Tomé Pires testemunham igualmente a generalidade da prática. A ela se habituam pouco a pouco desde muito novos, e chegam a tomar por dia um peso equivalente a 20 a 50 grãos de trigo; mas há quem coma até 3 *tolahs* — mais de 35 gr. Medicamento anti-álgico ao mesmo tempo que veneno preferido pelos que pretendem suicidar-se (bebe-se diluído em óleo), é a fim de levar a vida a dormir e a sonhar, sem sentir as fadigas do trabalho, que o comem correntemente, consoante explica já Orta; e também, não como excitante sexual (ao contrário do que muitos julgam, visto o vício em excesso tornar impotente), mas sim para prolongar o acto — «per lussuriare», diz Cesare de Fedrici, e Orta explica sem rebuços.

Ao abrir o século XVI, o *Papaver somniferum*, Lineu, é cultivado no Egipto, na região de Tebas e do Cairo: trata-se do que no Ocidente se chama ópio tebaico e no Oriente *meceri;* branco, é o mais apreciado, aquele cujo preço é mais alto tanto em Ormuz como na Índia. O segundo foco de produção situa-se em Ádem e ao redor do mar Roxo; as cápsulas deste *khaschkasch* arábigo-etíope — trata-se do *caxcax* de Orta (é o nome árabe e dekkani da papoila) — dão um ópio preto e duríssimo, muito estimado em alguns países mas de preço inferior noutros. Ádem reexporta, além disso, o ópio tebaico e, segundo a hipótese verosímil de Ficalho, o da Anatólia, antiga região de cultura ([7]). Na Índia, na opinião de alguns autores, a introdução da cultura da dormideira dever-se-ia à expansão muçulmana ([8]). Seja como for, na era quinhentista o reino de Cambaia e as regiões circunvizinhas constituíam importante

---

([6]) «palmeiras delgadinhas, muy altas e limpas as astes delas, em que nasce ũa fruyta tamanha como nozes, que chamaom areca, e comem-na com o bétele», Duarte Barbosa, p. 344.

([7]) Ficalho (t. III, pp. 177-8) vai mais longe, e supõe que todo o ópio dito de Ádem provinha da Ásia Menor ou do Egipto. Mas os Portugueses estavam bem informados sobre o mar Roxo, onde entraram muitas vezes, frequentavam Ádem, portanto estavam em condições de distinguir entre exportação e reexportação. Albuquerque, em 1513, distingue duas proveniências: o Cairo e Ádem. Corsali, quatro anos depois, indica dois focos de cultura: Etiópia (= África) e Arábia. Duarte Barbosa é inequívoco: é em Ádem mesmo que fabricam o anfião. E como é que Orta, em 1563, se teria também enganado?

([8]) Mas Ficalho observa, na esteira de A. Pictet, que há para a dormideira um nome sânscrito, *kaskhara*, donde podem ter provindo o árabe e o persa: é possível, pois, que a cultura fôsse antiga na Índia.

mercado de produção [9]; Orta cita especialmente Malwâ, Mandou, Chitor, ou seja, a zona que se estende dos montes Vindhya aos montes Aravalli [10]. O seu preço é inferior ao de Ádem: a faraçola do primeiro vende-se em Calicute a 200 a 250 fanões, a do segundo, a 280 a 320, segundo Duarte Barbosa; mas em certas regiões preferem-no; é amarelo e menos duro, ou até mole. Em todo o caso, a produção guzerate não basta para as necessidades do consumo local e da exportação: consoante mostra Duarte Barbosa, Cambaia recebe-o de Barbora e de Ádem, reexportando-o juntamente com o de sua lavra própria. A darmos crédito a Tomé Pires, em 1512-1515, o ópio ainda é colhido no sertão de Bengala, no reino de Coüs (Kous Behar, vale do Ganges); é provàvelmente devido ao facto de se espalhar pelos caminhos terrestres através da Índia que as outras fontes não o mencionam. O ópio persa — tratar-se-á também, em parte pelo menos, do da Ásia Menor? — chega a Ormuz, a meio de Quinhentos, e parece que daí passa à Índia, sem dúvida em pequenas quantidades, visto que aquele empório do golfo Pérsico o encomenda ainda a Ádem e que os outros documentos dele não falam.

Do Cairo e de Ádem o ópio escoa-se, duma banda, para Ormuz, de outra, para o Malabar, que o recebe igualmente de Cambaia; este reino envia-o ainda para Coromandel, Pegu, Tenasserim, Samatra e todo o mundo javanês. As naus de Meca que vão ao Pegu descarregam-no aqui, juntamente com os tecidos; e o mesmo fazem as naus em proveniência do Guzerate ou de Goa, porquanto é a única mercadoria remuneradora, as restantes mercadorias indianas são vendidas com perda [11]. Não é impossível que o incremento da cultura no Malwâ e das exportações pelos portos guzerates — alicerçadas, segundo Sassetti, na trilogia dos panos de algodão, anil e anfiam [12] — resultasse do bloqueio português do mar Roxo. No império de Vijayanágar consome-se em considerável quantidade (Duarte Barbosa, p. 302). Pelo porto de Tenasserim penetrava no Sião muito ópio tanto do mar Roxo como de Cambaia (idem, p. 363). Malaca era um grande centro de redistribuição para o Extremo Oriente; ao que parece, preferia-se o guzerate aos outros (*Livro dos pesos*, p. 13). Os juncos jaus carregavam aí com destino às ilhas da Insulíndia (Duarte Barbosa, p. 365). Era de Malaca igualmente que a China o recebia (idem, p. 375); o nome chinês *a-fu-yong* é, aliás, uma transcrição do árabe *afiun*, e sabia-se lá que o ópio provinha da Arábia — *Tienfang*: assim são mencionados a cousa e o país na matéria médica de 1552-1578 [13]. A Cochinchina (Annam) comprava-o também, mas em somas modestas [14].

Não temos quaisquer números de produção, nem sequer de comércio, no que respeita ao bétele e ao ópio, que no entanto representam, e de longe, as drogas mais difundidas no Oriente. Albuquerque avaliava numa nau cheia o total das importações de somnífero na Índia, não entrando em conta com o de Cambaia: ou seja, 7 a 8 mil quintais — 350 a 400 toneladas métricas. Das outras drogas (exceptuado o bétele) são indubitàvelmente muito menos pesadas as cargas transportadas.

Na masticação do bétele os ricos acrescentam também âmbar ou almíscar, cujos cheiros se assemelham. Ao falar-se de âmbar, tem-se aqui em mente ùnicamente «a concreção intestinal do cachalote *(Physeter macrocephalus)*, que se extrahe do interior d'este cetáceo, ou, depois de expellida, se encontra nas praias

---

(9) Duarte Barbosa, p. 385; Tomé Pires, carta a D. Manuel, 27-I-1516; *Livro dos pesos*, f. 8v.

(10) Orta, t. II, pp. 171-5: Será também essa a área no fim do século XVII: Moreland, *India at the death of Akbar*, p. 158 (Malwâ e Behar).

(11) Cesare de Fedrici, em Ramúsio, t. III, ff. 394v-5 e 396v; Duarte Barbosa, p. 360: *Livro das cousas da Índia e Japão*, f. 21.

(12) Cochim, 1586 (pp. 362 e 421). *Anfiam* ou *afiam* é o nome que os Portugueses formaram do árabe *afiun;* mas estavam perfeitamente conscientes de que se tratava do ópio (Barbosa, p. 375) e sabiam até que o nome árabe deriva do grego que, por outro lado, deu o nome latino (Orta, t. II, p. 175).

(13) Nota de Ficalho (t. I, p. 177), seguindo Bretschneider. Fontes para o ópio: *Cartas A. A.*, t. I, p. 174 (1-XII-1513); Duarte Barbosa (1516), pp. 255, 262, 281-2, 302, 363, 367, 375, e 385; Tomé Pires, *Suma Oriental*, pp. 330 e 332, e carta a D. Manuel (1516); Corsali (1517), em Ramúsio, t. I, f. 187; *Livro dos pesos* (1554), f. 8v (p. 13); Orta, *Colóquios*, t. II, pp. 171-5 (e as notas de Ficalho, pp. 175-9, que não utilizou bastante Duarte Barbosa e desconheceu, evidentemente, a *Suma*).

(14) *Suma Oriental*, p. 392.

Fig. 12 — O BÉTELE. Ramúsio, *Delle Navigationi e Viaggi*, t. I (1563), p. 337. A legenda explica que os Indianos mastigam esta folha com o fruto areca. A gravura reproduz um exemplar que o Italiano recebeu de Goa.

e também fluctuando sobre as aguas» (Ficalho), isto é, o âmbar cinzento. Distinguem-se três qualidades: cinzento-claro, a mais apreciada, cinzento-escuro e preto, este último de cheiro pouco convidativo. Apanha-se o âmbar em toda a costa oriental de África, desde o Cabo de Boa Esperança até o mar Roxo, bem como nas praias das ilhas fronteiras — Bazarouto, Moçambique, Comoros; a maior quantidade encontra-se entre Sofala, ao sul, e Brava, ao norte, sendo Melinde e Sofala os centros mais importantes do seu trato. Na ilha de Socotorá e na costa da Arábia também se apanha um pouco de âmbar; a contribuição das Maldivas é, porém, de maior vulto: com a monção de oeste deposita-se nas suas praias. Encontra-se ainda em Ceilão e em Timor, muito pouco. Em suma, o papel de primeiro plano no tráfico internacional cabe ao âmbar «etíope», no Índico. No Extremo Oriente, é sobretudo a apanha nas ilhas Nicobar que abastece Malaca e, por intermédio deste empório, os outros mercados — a China, nomeadamente, encomendava grandes quantidades [15].

---

(15) Duarte Barbosa, pp. 246-7 e 368; Corsali, em Ramúsio, t. I, f. 178; *Colóquios*, t. I, pp. 45-52; frei J. dos Santos, 1.ª Parte, Liv. I, cap. 28.

Em contraste, o almíscar provém das regiões montanhosas do sertão extremo-oriental. É, com efeito, nos altos planaltos tibetanos, nas serras do Nan-Chan em volta da cidade de Si-Ning e mais a poente, nas serras do Chan-si bem como nas zonas de altitude de Yun-nan setentrional e do Se-tchuen meridional sobranceiras aos rios do Ya-Lung-Kiang, que pasta o cabrito almiscareiro. Marco Polo desenha-o assás fielmente: da estatura da cabra mas parecendo-se com um antílope sem cornos, com dentes-defesas bastante compridos. No macho forma-se uma bolsa umbilical que contém uma secreção — sangue coagulado, diz o Veneziano — que, graças a uma incisão praticada na membrana, é extraída todas as luas-cheias; secam-na seguidamente ao sol ([16]). Os caçadores perseguem o animal guiados pelo cheiro, apertam-no com os cães e capturam-no vivo em armadilhas, conforme descreve Duarte Barbosa. O almíscar-perfume vende-se tanto em pó como nas próprias bolsas umbilicais, quando se opera a ablação completa.

A grande área de produção é, como vimos, o Tibete oriental e as regiões montanhosas da China que o bordam a nascente. Se Duarte Barbosa apenas menciona a China em geral (p. 375), Tomé Pires precisa (pp. 458-9): a cidade de Xambu e a província de Xamey (= Chan-si) — pequenas quantidades mas qualidade excelente, ao passo que Marco Polo, gabando-o à mesma, se extasiara também com a abundância. Mas os dois portugueses estão de acordo em indicar ainda como outra grande zona de produção o reino de Avá (Duarte Barbosa) ou o reino de Jangomá (Tomé Pires). Este reino confina, duma banda, com o Pegu e as serras de Capelangam, de outra com a China e, ao sul, com o Sião: estamos portanto nas alturas que dominam os vales superiores do Irrauaddi, do Saluen e do Mé-kong, até à cidade de Xieng-mai ao meio-dia, e englobando sem dúvida, a noroeste, uma parte do Yun-nan. Tratar-se-á simplesmente de trânsito, sendo a proveniência primeira o Tibete e a China ocidental? Que haja reexportação, é muito possível; mas aquelas duas fontes portuguesas são explícitas: estamos em face de produção na própria região. A saca faz-se pela China, Sião e Pegu ([17]). Avá (segundo assinala Duarte Barbosa) e Xieng-mai ([18]) são os dois mercados de maior importância.

É aproximadamente na mesma área montanhosa tibetano-chinesa que cresce o *Rheum-officinale*, Baillon, e talvez outras plantas da família das Poligonáceas, cuja raiz constituía uma das especiarias e drogas mais caras, conhecida pelo nome de ruibarbo — de *rheum barbarum*, indicação bem explícita de que a Europa a recebia dos Bárbaros das estepes. No século XIII Marco Polo pôde contemplar os campos de ruibarbo nas serras da grande província de Tangut, isto é, o Nan-Chan e os montes Richtofen, ou seja a parte montanhosa do Kan-Su, especialmente perto da cidade de Succuir (= Su-tchéu); e depois nas montanhas das vizinhanças de Sin-gui (Liv. I, cap. 40, e Liv. II, cap. 67). Foi igualmente em Succuir que o mercador muçulmano Chaggi Nemet comprou uma carga de ruibarbo que transportou para a Europa, tendo lá observado a planta, que descreve e cujo desenho apresentou a Ramúsio (t. II, f. 15). O ruibarbo cresce espontâneamente nas encostas das províncias de Chan-Si, Chen-Si, Ho-nan, Kan-su, de parte do Se-Tchuen e em todo o Tibete oriental ([19]). Havia-o ainda, ao que parece, mas em pequena qauntidade e de má qualidade, em redor de Samarkande.

([16]) Marco Polo, Liv. I, cap. 52, Liv. II, caps. 37 e 38. Duarte Barbosa (p. 362) descreve-as bastante correctamente (salvo no final): «ũas alimárias tamanhas como gazelas, tem dentes pequenos como d'alifantes, nas quaes nascem por debaixo das barrigas ũas nacidas como leicenços, e pelos peitos»; quanto ao processo de extracção, confirma Marco Polo.

([17]) *Suma Oriental*, pp. 381 e 389; Duarte Barbosa, p. 362: «Relação geográfico-comercial» apensa ao *Roteiro de V. da Gama*, p. 89 (Pegu: «Aqui ha todo o almíscar do mundo»; descreve os «papos nos umbigos em que anda este almíscar»).

([18]) Orta, t. II, p. 29 (Jamay).

([19]) Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, p. 278.

no Uzbequistão: servia apenas para purgar os cavalos na Pérsia e no Balaghate [20].

É principalmente pelas vias terrestres que se transporta a droga para o Ocidente: porque, consoante explica Garcia de Orta, um mês de viagem por mar deteriora-a mais do que um ano de viagem por terra. Já o boticário-mór del-rei Simão Álvares, falando do ruibarbo da China, informara que «vem de lá tam roym que não aproveita quá nada, por dizerem que o estilão prymeyro e lhe bebem [a] águoa; e parece ser asy porque, quoamdo quá vem, vem muyto leve.» (*Livro das cousas da India e do Japão*, f. 17v). Por isso, do Noroeste chinês e do Tibete o ruibarbo segue através da Tartária e do Uzbequistão até à Pérsia, donde Ormuz o recebe graças às cáfilas sobretudo de Khorassanes [21]; o empório do golfo Pérsico reexpede-o para a Índia; dos mercados persas passa igualmente, por um lado, à Turquia, por outro, a Alepo e Tripoli de Síria, onde os Venezianos o compram a fim de o venderem à Europa inteira, a Espanha (Medina e Sevilha) compreendida: por esta via chega em melhor estado do que o que os Portugueses trazem pela rota do Cabo [22]. O ruibarbo à venda em Damasco [23], bem como o que as galés venezianas carregavam em Beirute [24], eram trazidos a estes mercados sem dúvida a dorso de camelo. Mas Alexandria também era mercado da droga [25]; não é impossível que o Egipto a recebesse de Damasco, Heyd e Hirth aceitam todavia que aí chegasse por via marítima. Em inícios do século XIII, segundo Chau-Ju-kua, os mercadores árabes importavam da China para Samatra, além das porcelanas, sedas, etc., ruibarbo que vinham seguidamente vender no Malabar e no Guzerate. Tendo alcançado estes mercados de barco, seria depois (conforme supõe Hirth) reexpedido, em parte, para Alexandria [26]. No entanto, Orta indica explìcitamente que a droga era encaminhada para a cidade egípcia a partir da Pérsia (t. II, p. 276) e que a Índia a recebia de Ormuz. Não quer isto dizer que a rota marítima não fosse utilizada para o seu transporte, como já vimos. Por isso Malaca era mercado desta droga (Duarte Barbosa, p. 365), e sabemos que mesmo mais tarde, quando o tráfico oceânico caiu nas mãos dos Portugueses, o ruibarbo continuou a ser embarcado em Cantão com destino à Índia, embora tal travessia o estragasse acentuadamente [27]. Em Portugal já o *Livro da montaria* de D. João I (p. 19) o aconselha para «correger o fígado».

Também no Extremo Oriente — China e Japão —, bem como no leste da Índia cresce espontâneamente uma planta trepadeira de espinhos, parecida com a salsaparrilha americana e que, da mesma família desta, está classificada sob o nome de *Smilax China*, Lineu [28]. Forma moitas de três a quatro palmos de altura. As suas raízes, com o comprimento de cerca de um palmo, são, umas, grossas, outras, delgadas: são elas que se comem, na China e na Índia, cruas ou cozidas, e que se empregam como afrodisíaco e como sudorífico, aplicado sobretudo nas doenças venéreas mas também em muitas outras (escrófulas, paralisia, etc.). Conhecidas dos Portugueses pelo nome de raiz ou *pau da China*, era igualmente pela expressão persa que corresponde a este último significado — *chúb-chíni* — que as nomeavam os Indianos. A Índia importava-as da China anterior-

---

[20] Orta, t. II, p. 275. Anàlogamente às outras fontes portuguesas do século XVI, esta limita-se a indicar vagamente o interior longínquo da China como área de produção.

[21] É assim que devemos entender o ruibarbo de Babilónia que chega a Ormuz, de que fala Duarte Barbosa (p. 271), bem como o texto de Simão Álvares (ff. 16v-17): «Da mesma Pérsia vem o ravetseny, que é o bom e verdadeiro ruybarbo, e trazem-no a Ormuz nas cáfylas dos Coraçones» — mas também deve entrar o de Samarkande. Segundo Tomé Pires (p. 344), a droga alcança a Pérsia atravessando ao norte as montanhas de Delhi.

[22] Orta, t. II, pp. 275-7.

[23] Uzzano (1440), cap. XVII.

[24] *Diarii di M. Sanudo*, t. XXV, p. 621 (1518).

[25] «Relação geográfica-comercial», apensa ao *Roteiro V. da Gama*, pp. 92-3 (1498).

[26] F. Hirth, no «Journal of the China Branch of the Royal Asiatic Society», 1887, pp. 108-9.

[27] *Colóquios*, t. II, pp. 275-6. Em 1516, Duarte Barbosa (p. 385), ao enumerar as drogas à venda em Calicute, menciona o ruibarbo «que vem da China por Malaca», ao lado do que nasceria «em grande abundância» no próprio Malabar; mas tal produção malabar não parece ter existido.

[28] Ficalho, nota t. II, pp. 271-3.

mente à entrada em cena do comércio português; os Portugueses parece que só as conheceram e começaram a empregá-las a partir de 1535 ([29]).

De certos lagos tibetanos extrai-se o borato de soda natural que, pelos desfiladeiros himalaicos, chega ao Mandou e a Chitor, no noroeste da Índia, e daqui vai fornecer as lojas de Cambaiete e Ahmadabad. Não admira, pois, que Orta apenas muito vagamente tivesse sabido deste tincal ou borax (conhecido ainda pelo nome de *crisocola*) que vinha das montanhas a 100 léguas ao norte do Mandou. Empregado em ourivesaria e no lavor de vários metais, o tincal é igualmente utilizado em medicina, e o seu consumo, por isso, importante ([30]). Vendido aos pedaços grandes em Calicute (Duarte Barbosa, p. 384), as galés venezianas carregavam pequenas quantidades em Alexandria ([31]). Não há indicações de que tenha sido utilizada a via da China e de Malaca — logo, marítima — para o seu transporte até à Índia, nem desta para o Extremo Oriente.

Ao invés, é por essa via marítima que se transporta a galanga, rizoma de uma zingiberácea da China que é empregada quer como condimento quer como medicamento. A chinesa é delgada, e é essa que Portugal comprará, rejeitando a do Malabar, onde há muita, mas grossa, conforme informa Simão Álvares (*Livro das cousas da India e Japão*, f. 14v). Na ilha de Java também se apanha: mais comprida, não se compra nem emprega tanto como a chinesa ([32]). As galés de Veneza carregavam-na frequentemente quer em Alexandria quer em Beirute ([33]).

A China é também, pelo porto de Chinchéu (baía de Amoy), o maior exportador mundial de cânfora. A cânfora chinesa vende-se, com efeito, por toda a parte aos bahares, ao passo que a de Bornéu se vende aos cates no Extremo Oriente, ao miticais em Calicute e em Ormuz. Havia até quem julgasse que os Chineses misturariam a sua com pequenas porções da insular, a fim de melhorar a qualidade do seu produto; mas parece que não era verdade. Todavia os Chineses compram a cânfora estrangeira, e em grandes quantidades. A canforeira também cresce na ilha de Samatra, no reino de Fansur, donde vem o nome de *Camphora Fansuri:* assinalaram-na a Marco Polo como a melhor do mundo, e vender-se-ia pelo seu peso em ouro. O Fansur dos Árabes é evidentemente o Panchur de Tomé Pires, a região de Barus no oeste da ilha, que Garcia de Orta cita expressamente entre os centros de produção. Duarte Barbosa distingue, no mercado de Calicute, três espécies de canfora: a) grossa, em pães, que é a mais barata (esclarecerá Simão Álvares que é a que vem da China e a pedida pelo mercado português ([34])); b) a cânfora destinada a ungir os ídolos, acentuadamente mais cara; c) a cânfora de comer e para tratamento dos olhos, cujo preço é o dobro da precedente. A cânfora de Bornéu é distribuída em pó, dentro de pequenos tubos de cana. Por intermédio de Malaca vem para o Malabar, donde se espalha por todo o Dekkan; os Indianos pagam-na pelo valor do seu peso em prata. É esta também que se prefere em Ormuz, onde o mercado absorverá todas as quantidades que se puserem à venda ([35]). A cânfora entra na composição do masticatório de bétele que os ricos consomem.

([29]) *Colóquios*, t. II, pp. 259-270.
([30]) Idem, t. I, pp. 277 ss. (e notas de Ficalho).
([31]) *Diarii di M. Sanudo*, t. XXXII, pp. 438-9 (1522).
([32]) Orta, t. I, pp. 353-4; Montalboddo, f. 183 (viagem de Cabral).
([33]) Priuli, t. II, pp. 132-3 (1501); *Diarii di M. Sanudo*, t. XIX, pp. 446-7 (1515) e t. XXXII, pp. 438-9 (1522).
([34]) *Livro das cousas da Índia e Japão*, f. 14.
([35]) Marco Polo, Liv. III, cap. 16; *Suma Oriental*, p. 457; Duarte Barbosa, pp. 368 (Samatra), 373 (Bornéu) e 384; *Livro dos pesos*, pp. 9 e 14; Orta, t. I, pp. 152 ss. (e as notas de Ficalho).

O benjoim, que Duarte Barbosa sabia já ser a resina de uma árvore, é extraído em duas zonas do Extremo Oriente: o Sião (e talvez o Pegu), que produzem o melhor, com perfume de amêndoa, e as ilhas de Samatra e Java, onde se produzem duas qualidades: uma com o perfume de margaridas, a outra escura e de baixo preço. Distingue-se, por outro lado, o benjoim que se pode empregar em estado natural e aquele que é preciso queimar. Por Martabam e outros portos do Pegu, a resina siamesa (e talvez pegu) e por Malaca a samatrense e javanesa chegam à Índia, donde são reexportadas, duma banda, para o Guzerate, que as vende, embora em quantidades reduzidas, ao Mandou, Chitor, Delhi, de outra banda, para a Arábia, principal escápula, a Pérsia, a Turquia e a Palestina ([36]).

Pelo nome único de sândalo, conquanto acompanhado de adjectivos diferentes, designam-se duas árvores que pertencem a famílias distintas e de modo algum semelhantes. O sândalo vermelho (ou rubro), árvore de baixo porte, é o *Pterocarpus santalinus*, Lineu f., da família das *Leguminosae*, como o brasil. As suas florestas cobrem alguns recantos da costa de Coromandel e estendem-se no Sião desde as vizinhanças de Tenasserim, que serve de porto de exportação. A madeira é empregada sobretudo na escultura de ídolos e na construção de pagodes; vale tanto mais quanto de maiores dimensões. Deve ter sido todavia, consoante supôs Ficalho, em razão das suas utilizações medicinais (em pó), análogas às do verdadeiro sândalo, que recebeu o mesmo nome: aplica-se a madeira «como adstringente e tónica, e externamente como refrigerante», a fim de fazer baixar a febre; misturam-no, em certos casos, com o branco ou com o amarelo. Mas o seu consumo em medicina permanece restrito, e, ao contrário do outro, não pode servir de perfume nem de matéria tintorial (não concorrencia, por isso, o pau brasil) ([37]). Assim, embora mais caro do que o pau brasil, mas baixando de preço acentuadamente quando a oferta aumenta (consoante nota Orta), só vale $1/8$, ou mesmo $1/10$ do verdadeiro sândalo, em Calicute ([38]).

Sândalo branco e sândalo citrino ou amarelo não são espécies distintas, contràriamente ao que Orta parece julgar, mas sim uma só e mesma árvore, o *Santalum album*, Lineu, da família das *Santalaceae* ([39]). Toda a ilha de Timor, nas suas duas vertentes, está revestida de florestas de sândalo que jamais se esgotam; encontra-se também em Java, mas não dura tanto, e o de Macassar (Celebes), grosseiro, de má qualidade, é «de pouca estima» e não acha compradores ([40]). Assinalam-no ainda, mas em pequeno número de árvores, em Byma (Sumbava) e Ende (Sumba) ([41]), bem como em Solor; este último não tão bom ([42]). O sândalo dito de Solor devia ser, contudo, madeira vinda mesmo de Timor, ou entreposta naquela ilha em trânsito ([43]). Em conclusão: conforme notava Cesare de Fedrici, todo o bom sândalo vinha de Timor, cuja produção era abundantíssima. Os navios de Java e de Malaca iam lá carregar, e revendiam-no em seguida em Bengala, Vijayanágar, Malabar, Kannará e Guzerate. Pelas escalas indianas passa a Ormuz e à Pérsia, bem como à Arábia e à Síria ([44]). Barreto Rèsende informa que os chineses frequentavam igualmente os portos de Timor, a fim de aí o obterem.

Segundo toda a probabilidade, é este mesmo *Santalum album* a madeira que se designava por *aguila brava* — pau de águia selvagem — e que cresce de Melinde ao cabo Comorim

---

([36]) *Duarte Barbosa*, pp. 363, 365 e 368; Orta, t. I, pp. 84-5 e 103-9; Cesare de Fedrici, em Ramúsio, t. III, f. 391 (Samatra); *Roteiro V. da Gama*, apêndice, pp. 89-90 (distingue na exportação do Pegu o benjoim branco e o preto, que vale só metade daquele); *Conquista do reino do Pegu* (1600), p. 7 (portos).

([37]) Orta, t. II, pp. 281 ss.; e a nota 1 de Ficalho a este colóquio.

([38]) Duarte Barbosa, pp. 384-5.

([39]) Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, pp. 289-90.

([40]) Orta, t. II, pp. 281-3; Simão Álvares, no *Livro das cousas da Índia e Japão*, f. 14v.

([41]) Godinho de Eredia (1600), pp. 142 ss. (ed. Caminha).

([42]) Cesare de Fedrici, em Ramúsio, t. III, ff. 391v e 397.

([43]) Barreto Rèsende, B. N. Paris, Portugais 1, f. 401v (1634-1635).

([44]) Duarte Barbosa, pp. 370 e 385; Orta, t. II, pp. 285-6.

e em Ceilão; todavia Orta compara-a antes ao linaloés, mas de qualidade inferior. Empregado em farmácia devido às suas virtudes estimulantes e tónicas, serve, além disso, consoante indica Duarte Barbosa, de perfume, de mistura com almíscar e água de rosas; esta mistura serve aos Indianos para friccionarem o corpo. Com a lenha de águila se queimam os Baneanes que morrem. No século XVI ainda não se chegara à identificação da águila brava da Índia meridional com o sândalo de Timor, por isso recusavam aquele pau em Bengala e o seu comércio permanecia restrito ([45]).

O consumo de sândalo na Índia era considerável, visto que toda a gente — tanto hindus como muçulmanos — se servia dele para untar o corpo e o refrescar — necessidade imperiosa em país quente. Pulverizado em mós braçais de pedra, diluem-no em água com outros perfumes. Com lenha de sândalo é que se faz a cremação dos brâhmanes riquíssimos. Os seus usos em medicina são diversos: cardíaco, adstringente, tónico, etc. ([46]).

Da vasta península indo-chinesa provém outra madeira ainda mais estimada do que o sândalo. Com efeito, em Calicute este vende-se a entre 40 e 60 fanões a faraçola, enquanto aquela vale correntemente 300 a 400, e a melhor chega a atingir 1 000 (Duarte Barbosa, pp. 384-5). O nome de linaloés — *lignum aloes* — foi-lhe dado por errada comparação com o aloés. Os Ocidentais conheceram-no também pelo nome sânscrito *agaru*, malaio *gãru*, mas mais frequentemente pelo de *águila*, do nome malayalam ([47]), ou *calambac*, do nome malaio mais usado. É de duas espécies vizinhas que se extrai esta madeira que é «o resultado de alterações mórbidas, que determinam uma produção e acumulação anormal de resina perfumada»: a *Aquilaria Agallocha*, Roxburgh, da família das *Aquilalineae*, e o *Aloëxylum Agallochum*, Loureiro, da família das *Leguminosae*, este mais abundante no Sião e na Cochinchina, a primeira na península de Malaca, na Cochinchina, no Sião e nas florestas que se estendem de Tenasserim até o Assam. Obtém-se também artificialmente esta concentração resinosa enterrando o tronco em solo húmido e deixando-o apodrecer em parte: processo cuja descrição chegara aos ouvidos de Orta, sem que este nele acreditasse ([48]).

No século XVI distinguiam-se já duas espécies de madeira, entre as quais, dizia Tomé Pires, há, quer em cheiro quer em sabor, tanta diferença como entre o ouro e o cobre ([49]). O *gâru* (nome malaio, de que os Portugueses fizeram *garo* ou *garro*), conhecido na Índia por águila, é o linaloés corrente das farmácias; vale tão só ⅓ do «verdadeiro» linaloés, que «é muito preto, e pardo em veios e pesado, com muito óleo dentro nele», segundo Orta, «negro, pesado, e muito fino», descreve Duarte Barbosa (p. 384). A prova de qualidade fazia-se com o lume: o que mais «suava» era o preferido. Este «verdadeiro» é o calambac ou calambuc, que Tomé Pires pinta «gomoso, de veias brancas e pretas, é pau mole». Orta enganou-se redondamente quanto à geografia do linaloés: situa as suas florestas em Samatra e Ceilão, onde não há; só acerta ao situá-las também no sertão de Malaca. Mas Tomé Pires, Duarte Barbosa e dal Bocchier sabiam já que o calambac vem das florestas de Tchampá, de que constitui a principal mercadoria e onde abunda, bem como das da Cochinchina (Annam), onde a produção é menos importante ([50]). De igual modo Cesare de Fedrici (Ramúsio, t. III, f. 39v) indica que todo o linaloés bom provém da Cochinchina (nesta inclui sem dúvida Tchampá), e Camões escreverá:

> «Eis corre a costa que Champá se chama,
> Cuja mata he do pao cheiroso ornada.»

As fontes chinesas dos séculos XIV e XV assinalam o calambac no Annam (Chang-ch'êng) e em Pahang; o «pau aromático» de que fala o *Tao i chih lio* (1349-1350) em relação

---

([45]) Orta, t. II, p. 50, e a nota de Ficalho, p. 64.

([46]) Orta, t. II, pp. 281-8; e a nota de Ficalho, pp. 289-90.

([47]) Daí, por confusão com *aquila*, o francês *bois d'aigle* e o inglês *eagle wood*. «Lynaloes, que comũmente chamão aguyla», Simão Álvares, f. 14v.

([48]) Seguimos de muito perto a nota de Ficalho, t. II, pp. 60 ss.

([49]) Cf. a carta de Pero de Faria ao rei, T. T., *Cartas dos viso-reis*, n.º 62.

([50]) *Suma Oriental*, pp. 390-2 e 403; Duarte Barbosa, p. 373; Francesco dal Bocchier (1518), p. 242 («calambuc, zoè legnoaloe, che sono del bobo, che in ste bande non viene, e nasc in Zampa, che sono apresso Malacha»).

ao baixo Menam (Lo-hu) é provàvelmente o *gāru* ([51]). É ao descrever Tchampá que Marco Polo (Liv. III, cap. 6) debuxa essas paisagens de florestas de linaloés, abundantíssimos, e de ébano, por onde passeiam os elefantes.

O linaloés, principalmente o fino — calambac —, entra na composição feita com sândalo, almíscar e água de rosas, e por vezes ainda açafrão, com que hindus e muçulmanos untam o corpo (Duarte Barbosa, p. 373). Arómata apreciadíssimo — deixa-se arder, porquanto só o cerne é odorífero —, entrando na composição de quase todos os perfumes e unguentos, de uso tão generalizado nas Índias Orientais (Orta, t. I, pp. 70-1), o linaloés, conforme sublinha Tomé Pires, perito na matéria, encontra-se correntemente nas farmácias: considera-se a madeira «estimulante, carminativa e tónica»; dela se lavram rosários perfumados ([52]). A China, onde vale caríssimo, importa quantidades consideráveis. Quanto ao calambac, o mais provável é que os juncos chineses o carreguem directamente em Tchampá. Mas no que respeita ao *gāru* ou *águila*, carregam-no de preferência, pelo menos no século XVI, em Malaca ([53]). É Malaca que serve de mercado de distribuição das duas madeiras para o Poente. Da Índia as diferentes espécies de linaloés passam a Ormuz (*Livro dos pesos*, pp. 8-9), à Pérsia, à Turquia e Arábia (Orta, t. II, p. 55).

O perfume e unguento mais barato nas Índias Orientais é a algália, porque o pequeno mamífero carnívoro cuja bolsa junto à cauda contém matéria gorda odorífera, vive espalhado por quase toda a parte. Na Europa, ao invés, visto só se receber em quantidade limitadíssima da África tropical, o produto é muito caro. Emprega-se também em medicina (Orta, t. I, pp. 70-1) e, misturado com outros produtos, aplica-se aos cavalos como mèzinha (*Livro dos pesos*, p. 14).

Os outros arómatas, vegetais, vêm todos do oeste. Só na Arábia se extrai o incenso, na bordadura montanhosa da península — Yémene, Hadramaute, Omane; a resina das árvores dos campos é de má qualidade. Os reis pretendem reservar-se o monopólio da venda aos mercadores exportadores. A exportação faz-se principalmente pelo porto de Xael (Sheher ou Shir), cujo sertão o produz com abundância; os outros portos de embarque são Caxem (Qishn) e Dhofar, que concorrencia Shir visto Camões no-lo pintar:

> «Olha Dofar insigne, porque manda
> O mais cheiroso incenso para as aras.»

São os mercadores de Cambaia e do Malabar que aqui vêm comprar o incenso, quer em grãos — o de melhor qualidade —, quer em pedaços, este a um preço que é apenas 1/4 do do primeiro. O calambac vale várias dezenas de vezes o melhor incenso, e o próprio pau de águia tem um valor pelo menos vinte vezes superior ([54]). A mirra também vale mais do que o incenso, mas apenas + 20 % a + 35 % do que o melhor (Duarte Barbosa, p. 384). Esta goma do *Balsamodendron Myrrha*, Nees (*Commiphora Myrrha*, Engler), da mesma família das *Burseraceae* a que pertencem as diferentes árvores *Boswellia* do incenso, só era produzida no império abexim e exportada pelos portos de Brava e Mogadoxo; a árvore habita, na verdade, na costa dos Somalis e no Hadrar ([55]). Mirra e incenso são queimados como arómatas, entram na composição de vários perfumes e unguentos, quando não os

---

([51]) Rockhill, «Notes on the relations and trade of China» (*T'oung Pao*, t. XVI, 1915).

([52]) Ficalho, nota no t. II, pp. 64-5, dos *Colóquios*.

([53]) Tomé Pires, p. 394; Orta, t. II, p. 55.

([54]) Marco Polo, Liv. III, cap. 41 (Shir) e 42 (Dhofar); Duarte Barbosa, pp. 265 e 384; Montalboddo, f. 183 (viagem de Cabral) — Shir; Castanheda, Liv. VI, cap. 23; Orta, t. II, pp. 351-2, e a nota de Ficalho, pp. 354-6; Simão Álvares, f. 17.

([55]) Orta, t. II, pp. 353-6, indica também como centro de produção a Arábia, o que Ficalho (nota p. 356) contesta. Conquanto autores do século XIX referenciem também a mirra, tratava-se provàvelmente, no século XVI, de reexportação. O escrivão da viagem de Cabral indica o porto de Fartaque.

constituem só por si, e aplicam-se, ingeridos, em diferentes doenças (diarreias, etc.). Se os carregamentos mais consideráveis rumavam para a Índia, os dois produtos vegetais vendiam-se também correntemente nas Escalas do Levante (Uzzano, caps. XVI e XVII), onde as galés venezianas, como veremos, os vinham carregar.

Muito procurada em perfumaria e em farmácia (como laxante), a água de rosas é fabricada no Levante — as rosas de Alexandria e de Damasco batem todas as outras — e daí segue para as Índias Orientais, por um lado, e para certos países da Europa, por exemplo Portugal ([56]), por outro. É um dos artigos mais importantes das exportações do Egipto para a Índia (*Suma Oriental*, p. 332). Fabrica-se também em Ádem, onde carregam as naus do Guzerate e de Ormuz (Duarte Barbosa, pp. 262 e 271) — Diu importa as águas rosadas tanto de Ádem como da Meca (idem, p. 283) — que deve reexportar as egípcias e as sírias. Vendem-se correntemente nos bazares de Vijayanágar (idem, p. 302), que os recebem seguramente por intermédio do Malabar ou de Baticalá. São uma das principais mercadorias para Coromandel (p. 356). Os Jaus vão comprá-las a Malaca (idem, p. 305). Quando Albuquerque envia ao rei o rol das mercadorias que Lisboa deve expedir a fim de substituir os fornecimentos em proveniência do mar Roxo, cita a água de rosas a propósito das escápulas de Calicute, Cambaia, do império de Vijayanágar e dos reinos dekkanis, quase sempre a seguir ao açafrão ([57]).

A iridiácea de que se extrai o açafrão parece ser originária do Sudoeste asiático, mas a grande área de eleição da cultura veio a ser o mundo mediterrâneo e também, em menor escala, a Índia. À redução geográfica dos séculos V a VIII sucedeu uma extraordinária expansão com o rolar do Islame, que a trouxe à Península Ibérica levantina e mesmo central e ao Maghrebe; na Europa cristã é a partir do século XI que recomeça a difundir-se o seu cultivo. No século XII é já artigo de relevo no comércio internacional, e vai ser largamente exportado para o Oriente pelo mar Roxo, figurando em bom lugar no activo da balança comercial da Cristandade. Em medicina emprega-se como diurético, digestivo e descongestionante, e no século XV até como antídoto da peste (preventivamente misturado nos alimentos); condimento em culinária, serve sobretudo para aromatizar os vinhos; côr de tinturaria, tinge de amarelo e quase vermelho lãs, linhos, sedas, e por isso a indústria florentina exerce forte procura no mercado (os cônsules da Arte di Calimala é que controlam o seu comércio). Chega a utilizar-se na iluminura de códices, a servir de meio de circulação (pagamento de despesas de guerra, penhor de empréstimos, «luvas»). Nas eras trecentista e quatrocentista amplia-se de novo a área de cultura (mas restringira-se no Norte de África e noutras regiões). Em Itália, a iridiácea é cultivada agora nas faldas montanhosas dos Abruzzos (o melhor), na Toscana, nas Marcas, no Padovano, Bresciano e Monferrato; mas por toda a península as hortas a incluem. Em Espanha a cultura limita-se, neste ocaso da Idade Média, a Aragão e à Catalunha, e aliás em meados do século XV abre a crise deste açafrão do Levante hispânico cuja qualidade, embora superior à do francês, é inferior à do italiano.

Quantitativamente, as três produções equivalem-se, mas a França importa o produto italiano devido à superioridade qualitativa. O total da produção europeia parece orçar por umas 565 000 libras venezianas. A grande exportação para Alexandria e todo o Levante está nas mãos dos Italianos ([58]). Mas segundo Uzzano, até meados de Quatrocentos o empório egípcio recebê-lo-ia sobretudo da Catalunha. Damasco recebe-o tanto desta proveniência

([56]) Onde se falava do «açúcar rosado de Alexandria», Orta, t. II, pp. 401-2.
([57]) *Carta A. A.*, t. I, pp. 167-9 e 254-5 (1-XII-1513).
([58]) Pegolotti (1346), cap. XCIII; Uzzano (1440), caps. LXXXI, XVI e LII. Sobre todo o problema, ver A. Petino. *Il zafferano*.

como de Veneza ([59]). Todas as Índias Orientais pedem esta especiaria; e mais especialmente Cambaia (onde tão desenvolvida está a indústria têxtil), Calicute e Malaca, conforme indica Albuquerque. Diu importa-o do mar Roxo e de Ádem (Duarte Barbosa, p. 283); em seguida as naus guzerates voltam a carregar parte com destino a Malaca (idem, p. 305). É uma das mercadorias que servem para adquirir em Ceilão canela, elefantes, etc. (idem, p. 351). O açafrão inclui-se, ao que parece, entre as produções da Arábia e da Pérsia (Orta, t. I, p. 279); no entanto Ormuz não o recebe dessa proveniência e não o expede para a Índia. Pelo contrário: Ormuz (*Livro dos pesos*, p. 18), a Pérsia e a Arábia compram o açafrão indiano — «açafrão da terra», uma outra espécie — *Curcuma longa*, Lineu, uma zingiberácea também chamada *croco indíaco* — igualmente empregada tanto em tinturaria como no tempero culinário. É na região de Cananor e Calicute que o colhem com fartura; há ainda, mas pouco, em Goa (Orta, t. I, p. 278).

O aloés cresce no Guzerate, em Bengala e na ilha de Socotorá, sendo a melhor resina a socotorina, que vale quatro vezes as outras. Além do seu emprego em tinturaria o aloés tem várias utilidades medicinais — para o estômago, por um lado, e, em pano embebido da sua solução, aplica-se nos olhos. De Socotorá é levado para a Índia, para Ormuz (donde passa a Bassorah e por esta escala aos mercados da Síria e da Turquia), para Ádem, que o vende à Arábia e donde é transportado ao Cairo e a Alexandria; aqui e em Beirute carregam-no as galés venezianas ([60]).

No norte do Malabar — Calicute e Cananor (a que Simão Álvares, f. 16, restringe a produção) —, no Guzerate e no Dekkan setentrional colhe-se o anacardo. Da amêndoa fabricam-se conservas em sal, conhecidas pelo nome de *achar;* do pericarpo extrai-se um óleo aplicado como cáustico nas escrófulas; o anacardo é ainda utilizado como remédio que se ingere, em várias doenças, e, por outro lado, misturado com cal, serve para marcar os panos. Vende-se na praça como azeitonas ([61]).

De cardamomo distinguem-se duas sortes: o grande e o pequeno. O primeiro colhe-se em Ceilão, donde é exportado para Ormuz e para a Arábia. O pequeno é um produto do Malabar, em particular da zona de Cananor, Calicute e Chalé (Chalyat), mas encontra-se também em Java. Espalha-se por toda a Ásia, Arménia, Arábia, expedem-no para África, e os Venezianos carregam-no em Alexandria a fim de o venderem na Europa. É mèzinha largamente empregada por toda a parte ([62]).

No escavado entre os nós dos bambus formam-se concreções silicosas conhecidas correntemente pelo nome persa de *tabaschir*, que vem do sânscrito *tvak-kshira.* Orta descreve-as assim: gera-se uma humidade grossa que se parece como o amido quando está muito coalhado, um sumo ou leite (*kshira* significa precisamente leite); e é branca, por vezes contudo escura, ora abundante, ora escassa. Como é de sabor levemente açucarada, chamam-lhe, nas zonas de produção, *sacarmambum (sackara-mãmbu),* o que significa «açúcar de bambu». Apanha-se na Índia meridional — império de Vijayanágar, Malabar, Baticalá — e vende-se para a Pérsia, Arábia e Turquia, escápulas onde o tabaxir vale o seu peso em prata. A fim de combater as dores de cabeça ou as dores de rins ou de fígado aplica-se externamente, visto

---

([59]) *El libro di mercantie* (2.ª metade séc. XV), p. 146.

([60]) Duarte Barbosa, pp. 268 e 385; Simão Álvares, f. 17 (aloés socotorino vai a maior parte para Fartaque e Ormuz); Orta, t. I, pp. 25-7, e t. II, p. 396. Van Linschotten (cap. 4, p. 12) diz da ilha de Socotorá que produz «o mais firme, sólido e melhor aloés do mundo, o qual é daí transportado para todos os lugares».

([61]) Orta, t. I, pp. 65-7, e nota de Ficalho, pp. 67-8.

([62]) Idem, t. I, pp. 173-181; Duarte Barbosa, pp. 341 (Cananor) e 344 (Cochim); Simão Álvares, f. 16; Guérillot-Vinet e Guyot, *Les épices*, pp. 97-106.

ser refrigerante; utiliza-se nas febres coléricas e nas diarreias. Em suma, é artigo de preço ([63]).

Por toda a Índia se encontra o cálamo aromático (*Acorus calamus*, Lineu), mas é sobretudo no Guzerate e no Balaghate que se colhe. Da Índia, e em especial de Dabhul e Chaul (esclarece Simão Álvares, f. 16v), esta mèzinha, que aqui se emprega muito a fim de tratar homens e cavalos, é em parte exportada para a Arábia (região de gado cavalar), para Alexandria, Beirute e Tripoli de Síria; os Venezianos vão comprá-lo a esses três portos mediterrâneos (Orta, t. I, pp. 142-3, e t. II, p. 315). A cássia fístula ou canafístula, árvore da família das *Leguminosae*, cresce espontâneamente em toda a Índia, em especial nos Ghates ([64]), e encontra-se mesmo em todo o Oriente; mas a melhor cássia (utilizada como purgativo) é colhida no reino de Cambaia; o Egipto também a produz (Orta, t. I, pp. 193-9, com as notas de Ficalho).

Classificam-se os mirabolanos em cinco variedades, mas já Duarte Barbosa sabia que três delas provêm da mesma árvore. Com efeito, é a *Terminalia Chebula*, Retz, da família das *Combretaceae*, que produz os frutos qualificados de *índios* ou negros, citrinos e quebulos, consoante o seu estado de desenvolvimento: os primeiros ainda como uvas, enrugados e escuros, os segundos maiores, quase maduros, amarelos, e os últimos completamente amadurecidos, parecendo-se com ameixas redondas. Os quebulos são uma especialidade de Kabul: daí o seu nome.

A árvore cresce por toda a parte na Índia, mas os mais apreciados dos mirabolanos das duas primeiras variedades provinham do reino de Cambaia (e os citrinos, melhores que os negros, em especial de Chaul e Dabhul), a terceira de Vijayanágar, do Dekkan setentrional, do Guzerate, de Bengala e, acrescenta Tomé Pires, de Malaca e de Bornéu. Duas outras árvores dão ainda mirabolanos: *Terminalia belerica*, Roxburgh, e *Phyllantus Emblica*, Lineu, da família das *Euphorbiaceae;* uma e outra são exploradas principalmente em Cambaia (Simão Álvares uma vez mais destaca Chaul e Dabhul), embora também haja, de igual modo que os quebulos, no Malabar e ao norte até Baticalá. As árvores são aproveitadas em estado selvagem, sem o trabalho de as plantar ou de delas cuidar. Os emblicos servem para a curtimenta de peles, em lugar de sumagre. Empregam-se os mirabolanos em tinturaria, e os seus usos em medicina são variadíssimos e muito espalhados (purgar a cólera ou a freima, aproveitar à melancolia, etc.). Comem-se todas as variedades, frescos ou secos, bem como de conserva. As conservas são fabricadas com as três variedades de *Chebula:* a indústria está localizada no império de Vijayanágar, principalmente em Baticalá (Duarte Barbosa, p. 297), em Bengala e em Cambaia ([65]). Ormuz recebe-os sob as duas formas: secos e em conserva (*Livro dos pesos*, pp. 8 e 19).

As composições mais apreciadas para a mastigação do bétele continham um pouco de catechu, extraído da madeira da *Acacia Catechu*, Willd (*Mimosa Catechu*, Lineu fil.) e da *Acacia Suma*, Kurz. São árvores do porte do freixo, com pequenas folhas persistentes, com espinhos e flores, mas sem frutos, as quais habitam a Índia e, a primeira espécie, a África oriental e a Birmânia. A madeira é pesada, dura, e não apodrece; chamam-lhe em hindustani *kat*, donde *cate*, e em tamul, kannará e malaio *kashú*, donde a forma *cacho* (cachu). Dela se lavram almofarizes destinados a descascar o arroz. Do pau tira-se um extracto aquoso, concentrado pelo calor, que, misturado frequentemente com a farinha de uma gramínea — o nachani —, e depois moído, é seco. Além de servir de alimento, emprega-se como adstringente. A grande produção é em Cambaia — em volta de Bassaim, Manorá e Damão — e na região goesa. Daqui exporta-se em pequenas quantidades para

---

([63]) Orta, t. II, pp. 301-7, e nota de Ficalho, pp. 307-9.

([64]) Tomé Pires ao rei, Cochim, 27-I-1516. Menciona ainda a cássia em Samatra, Java e Turquia.

([65]) Duarte Barbosa, pp. 297 e 385; Tomé Pires ao rei, cit.; Orta, t. II, pp. 151-6, e as notas de Ficalho, pp. 156-160.

a Arábia, Pérsia e Khorassane, onde o seu único uso é medicinal. Mas a exportação encaminha-se sobretudo para Malaca, visto que a China, além de o empregar como mèzinha, o come copiosamente com bétele. Os Jaus também o vão buscar a Malaca ([66]).

Os Árabes baptizaram de *tamãr-hindi* — tâmaras da Índia — os frutos do *Tamarindus indica*, Lineu, da família das *Leguminosae*, ùnicamente pela razão de terem um caroço como as tâmaras e não por qualquer semelhança, inexistente, entre as árvores ou os frutos. A tamarindeira (ou tamarindo) cresce espontâneamente no Kordofane e na Abissínia, talvez também no Yémene, e na Índia meridional (Ficalho, nota aos *Colóquios*, t. II, pp. 325-6). O fruto — tamarindo ([67]) — provém de árvores cultivadas nomeadamente nas regiões montanhosas da Índia; este tamarindo do Norte, em particular o do Guzerate e da zona de Cambaiete, é o que dura mais tempo, e é mais apreciado. Mas, como sublinhava Tomé Pires, as tamarindeiras abundam no Malabar e em Coromandel; o boticário assinala-as ainda em Java — onde se poderiam carregar mil barcos! — e em Byma. Da Índia os tamarindos são exportados com destino à Arábia, Pérsia e Turquia. Fruto considerado «muito medicinal», come-se com açúcar, bebe-se em infusão xaroposa — a fim de evacuar o humor colérico e cortar o fleumático —, bem como com óleo de coco — excelente purgante. É sempre muito digestivo. As folhas trituradas empregam-se em uso externo, nas erisipelas; do fruto, que tem a forma de um dedo arqueado, extrai-se um substituto do vinagre que serve para temperar a comida, visto que, antes de amadurecer, é ácido. Fabricam-se conservas de tamarindos frescos com açúcar, mas também são conservados simplesmente secos, em sal. É uma boa mercadoria de baixo preço ([68]).

No Guzerate, e mais particularmente ao redor de Diu, Cambaiete, Surate e Bassaim, pode-se ver rastejar nos campos, não longe das águas do mar mas onde a maré já não alcança, plantas de raízes curtas, cujo caule tem o diâmetro tanto quanto o comprimento de um dedo, às vezes um pouco mais, e se vai adelgaçando e cobrindo o solo de folhas lobadas. É a *Ipomaea Turpethum*, R. Brown, da família das *Convolvulaceae* (Ficalho, nota t. II, pp. 344-6). Não a cultivam. A planta cresce também na região de Goa e na de Cochim, talvez até em Vijayanágar, mas o turbite que dela se extrai não é de boa qualidade. O melhor deve ser branco e gomoso; e é a raiz e a parte inicial do caule que o constitui. O boticário-mór Simão Álvares destaca Diu e Mangalor (entre Cananor e Baticalá) como os grandes mercados de produção; mas com as guerras de Cambaia, acrescenta, descobriu-se grande cópia nas terras de Bassaim, cuja exploração aconselha visto os custos se reduzirem a pagar aos lavradores que o colherem e enxugarem (f. 18v). Tomé Pires fora informado de que o turbite dito de Cambaia proviria do Mandou; mas aquele que se dizia que crescia na Turquia, considerado de superior qualidade, vinha na realidade da Índia; se não é impossível que o Mandou também o produzisse e exportasse, era contudo o Guzerate que constituía efectivamente o principal centro produtivo; mais a sul, em começos do século Calicute era um mercado de turbite (Duarte Barbosa, p. 385), mas Mangalor parece que veio a suplantá-la, como vimos graças à informação de Simão Álvares. Desses portos exportavam-se quantidades avultadas com destino à Pérsia, Turquia e Arábia, bem como, noutro sentido, para o Balaghate e Vijayanágar. Por toda a parte o turbite serve para

---

([66]) Orta, t. II, pp. 69-76, e a nota de Ficalho, pp. 76 ss.; Duarte Barbosa, p. 365.

([67]) A forma «tamarino» (*tamarin* em francês, onde triunfou desde o séc. XV) é de desaconselhar, visto omitir a indicação essencial da origem: a Índia.

([68]) Tomé Pires ao rei, cit.; e *Suma Oriental*, pp. 421-2; Simão Álvares, f. 16; Orta, t. II, pp. 319-24.

«purgar a fleuma», sòzinho ou misturado com gengibre, e como laxante, tomado no caldo de galinha ou em água ([69]).

É o Malabar que fornece ao comércio internacional o zerumbete e o zeduar, o primeiro, cinzento, proveniente da *Curcuma Zedoaria*, Roscoe (*Curcuma zerumbet*, Roxburgh), e o segundo, amarelo, da *Curcuma aromatica*, Salisb. (*Curcuma zedoaria*, Roxburgh) ([70]). Orta nota com razão a semelhança do zerumbete — ou melhor, zerumba — com a planta do gengibre; mas a folha é mais larga e o rizoma, maior. Este rizoma, colhido principalmente em Cananor, Calicute e Cochim, é seco e cortado às rodelas ou em fatias alongadas. Uma parte da produção é exportada para Ormuz e Pérsia, Arábia, e por Djeddah, para o Cairo e Alexandria. Comem-se as rodelas ou fatias secas, mas também de conserva em açúcar, mais apreciada do que a do gengibre ([71]). O zeduar (*djeduar* dos Árabes), ou zedoária, outro legume — como diz Orta —, era apanhado na mesma área geográfica. Empregam-no como antídoto de veneno, em geral, e mais particularmente contra as mordeduras de serpentes ([72]).

Voltemos ao norte. O espiquenardo — *Nardostachys Jatamansi*, D. D., da família das *Valerineae* — é cultivado nas regiões montanhosas do Mandou e do Chitor, bem como em Bengala nas margens do Ganges. Os Árabes chamam-lhe *senbul-i-hindi* — a espiga da Índia —, e na verdade, do caule, cuja altura não excede três palmos, saiem como que espigas. O seu consumo na própria Índia é muito considerável; mas vende-se também aos mercadores árabes e persas em Cambaiete, Surate e Gogá. Em Beirute e Alepo os Venezianos adquiriam-no a fim de o venderem na Europa, em pequenas quantidades. É mèzinha e perfume ([73]).

De mais longe ainda vinha o costo, planta que cresce nos vales do Cachemira e nas vertentes himalaicas, até altitudes bastante elevadas. Pelo Tibete uma parte da produção escoa-se para a China; outra desce o Ganges e pelos portos de Bengala vai ter à mesma escápula. Por outro lado, através do Mandou e Chitor vem abastecer os mercados guzerates ([74]), em particular Ahmedabad e Cambaiete, que o exportam igualmente, pela escala de Malaca, com destino à China. No Guzerate o costo é embarcado também com destino a Ádem, donde se espalha pela Arábia, Egipto e Turquia — o maior consumidor ocidental. As galés da Sereníssima carregam-no em Alexandria (Orta, t. I, pp. 256 ss.)

Segundo Orta, bem informado nestas matérias, a droga mais empregada em todas as Índias Orientais era a assa-fétida; esta resina de uma umbelífera que cresce no Khorassane serve na terapêutica (é um anti-espasmódico) e na cozinha. Dos lugares de produção escoa-se por duas vias: por uma banda, para o reino de Delhi, que reexporta uma parte para o Guzerate, a fim de ser distribuída pela Índia; doutra banda, atravessando a Pérsia, é embarcada em Ormuz com destino aos portos indianos, bem como ao Pegu, Tenasserim e Malaca. O Mandou, a região de Chitor e a de Delhi também a produzem, e em boa cópia. Para conservar a

---

([69]) Orta, t. II, pp. 327-344.

([70]) Ficalho, nota t. II, 367-8.

([71]) Duarte Barbosa, pp. 341 e 344; Orta, t. II, pp. 365-8.

([72]) Duarte Barbosa, ibidem; Tomé Pires ao rei, cit.; Orta (t. II, pp. 363-5) confundiu o zeduar com uma outra *Curcuma* que só existia na China e cujos efeitos medicinais são os mesmos (ver nota de Ficalho, pp. 368-9). Já atrás referimos uma outra Zingiberácea, a *Curcuma longa*, que por tingir de amarelo como o açafrão recebeu o nome de «açafrão da Índia» (Ver Guérillot-Vinet e Guyot, pp. 94-6), embora na Índia também houvesse o verdadeiro açafrão.

([73]) Orta, t. II, pp. 292-7, e a nota de Ficalho, pp. 298-9; Tomé Pires ao rei, cit.

([74]) Ficalho, nota p. 268 do t. I (corrige Orta, que julgava que o costo só seria colhido no Mandou e Chitor).

assa-fétida (ou *altiht*) misturam-na com farinha de trigo e envolvem-na em coiro de boi (Orta, t. I, pp. 75-83).

É igualmente do Khorassane, e ainda de outras províncias persas, que vem a pedra-bazar, de reputação inigualada. Orta sabia muito bem que se trata do cálculo intestinal do bode, tendo a estrutura interna como de uma cebola, isto é, em camadas concêntricas. Também se extrai de animais da região de Pahang (do lado de Malaca), e o médico português pôde extraí-la na ilha das Vacas, perto do cabo Comorim; contudo estas pedras são inferiores às persas. Na realidade, outros animais — carneiros, bois, cabras domésticas, antílopes — formam tais concreções, mas as dos animais selvagens são as mais apreciadas. O nome, que é o árabe *bazahr*, vem do persa *padzahr*, significando contra-veneno (visto que, conforme explica Pedro Teixeira, *dzahr* quere dizer «veneno», e *pa*, defesa). Na medicina muçulmana, persa e cristã é antídoto e purgativo muito procurado; empregam-no mesmo contra a lepra, as impingens, a sarna; mas ainda é utilizado como afrodisíaco, e os ricos fazem duas curas por ano (em água de rosas) a fim de conservarem a juventude. ([75]).

Um outro excitante sexual de uso generalizado provém das cubebas, grãos de arbustos trepadores da família das Piperáceas, como o bétele e a pimenta. Mas servem igualmente de mèzinha, e trata-se de especiaria muito aplicada na cozinha. As cubebas, colhidas em toda a ilha de Java — única zona de produção —, são exportadas, por um lado, para a China, e por outro, para o Dekkan e o Guzerate, para a Arábia e a Turquia, sendo de vulto a procura destes dois últimos países. É especiaria baratíssima ([76]), se bem que a produção não exceda 20 a 30 bahares ([77]).

Já Duarte Barbosa (p. 361) sabia que o lacre ou laca não é uma resina de árvores, mas nestas se cria «como em nossas partes se cria grã nos carrascos»; e antes de 1548 deu Álvaro de Sousa informação «de como se faz o lacre em Pegu» (*Livro das cousas da Índia e Japão*, f. 42): «Em um certo tempo do ano vem ũas formigas, voando asy como agudes, comer as folhas de ũas árvores do tamanho de nogueiras, e a folha à maneira de hera; as quaes árvores, se lhe dão um golpe, deitão água como sangue, e em saindo coalha-se logo; asy como as formigas comem, vam-se pôr em outras fazer seus casulhos pera criarem, e ante que a criança seja pera fugir, cortão os ramos e asy estão no chão até se secarem; e como estão secos anda muita gente quebrando os paus do tamanho que estão cheios de lacre.»

Teria sido esta uma das informações que utilizou Garcia de Orta? Este, embora também fale de formigas (o insecto voador é o *Coccus lacca*, hemíptero da família dos *Coccidae*), descreve correctamente que lavram no pau como a abelha faz no mel (é o insecto fêmea que, fixado na árvore, gera a laca). Os ramos são cortados em pedaços e postos a secar à sombra, até que despedem o pau, e o lacre fica em canudos; às vezes permanece o pau metido dentro, quanto mais pau tem menos vale a peso igual. Se muito sujo de terra, derretem-no e fazem pó: este é menos apreciado. O lacre de canudo, isto é, sem pau dentro, vale em Ormuz, a meio do século XVI, correntemente 140 azares o bahar, oscilando entre 100 e 200 consoante a oferta; o de pau, isto é, o que ficou com madeira dentro do canudo, vale a terça parte menos (*Livro dos pesos*, f. 10). Para ser aplicado na pintura das madeiras de mobiliário, é, depois de derretido, formado em paus ou pastas; sob aquela forma mas de menores dimensões, é que se emprega também para cerrar cartas e pôr outros selos, em lugar de cera. Entra no enchimento de obras de ouro ou prata, serve em tinturaria para tingir de fino roxo, e é mèzinha considerada «muito aperitiva» e por isso tem de ser administrada com cautela. Já a «relação geográfico-comercial» fornecida por Gaspar da Índia a Vasco da Gama em 1499 assinala que é no Pegu que há muita laca (p. 89 da ed. Fontoura). Todos

---

([75]) Orta, t. II, pp. 230-5 e 383, e as notas de Ficalho, pp. 236-9.
([76]) Idem, t. I, pp. 288-90; Duarte Barbosa, p. 385.
([77]) *Suma Oriental*, pp. 421-2.

localizam, concordemente, a produção no Pegu e na região dos Laos conhecida dos Portugueses por Jamay (Xiang-may); mas havia-a ainda no Balaghate (Orta) e em Narsinga (Duarte Barbosa, p. 361). No mercado de Calicute, a laca de Martabam, que é a boa, vende-se a 18 fanões a faraçola, ao passo que a da terra (indiana) vale só 12 ou 13 (idem, p. 384). «Mercadoria de grande importância», carrega-se principalmente em Martabam, mas também nos outros portos do Pegu e até do Sião, quer para Malaca quer para a Índia. Parece que antes de Portugueses seria redistribuída sobretudo pelos portos de Samatra, comprando-a nos mercados de origem os Samatrenses a troco da pimenta insular ([78]).

Entre as drogas inclui-se a tutia, que Orta considerava erradamente feita de cinzas de uma madeira, mas que é na realidade, como Marco Polo e Pedro Teixeira indicaram, um minério, ou antes, um óxido impuro de zinco extraído de um minério na região de Kerman, ao norte de Ormuz. É artigo de farmácia. Por Ormuz a tutia é exportada para a Índia, Arábia e Alexandria, que a vende à Europa, onde é conhecida com o adjectivo de «alexandrina» ([79]).

Tendo assim percorrido as principais drogas, embora não todas, resta-nos, a fim de determinar o seu justo lugar no comércio internacional, mostrar as relações dos seus preços num mesmo mercado na mesma data, e a sua parte respectiva nas cargas das galés venezianas do Levante. Números de produção ou simplesmente de transporte no Oriente, nenhuns, infelizmente, chegaram até nós.

Preços das drogas em Calicute à volta de 1516 ([80])
(unidade de peso: faraçola = 10,284 kg; moeda: fanão)

Droga	Preço
Aloés socotorino	8
Almíscar ([81])	12 906
Âmbar ([82])	5 421 a 7 141 ½
Anil	
muito bom	30
com areia	18 a 20
Benjoim	65 a 70
Cálamo aromático	12
Cânfora ([83])	
para ungir os ídolos	3 570 ¾
para comer e para os olhos	7 141 ½
Cardamomo em grão	20
Cássia	1 ½
Cubebas	preço baixíssimo, vendem-se a olho
Incenso	
em grãos, bom	15
aos pedaços	3
Laca (lacre)	
do Pegu	18
da terra (indiana)	12 a 13
Linaloés	
águila	300 a 400
calambac	1 000
Maças	25 a 30
Mirabolanos	
emblicos	2
belericos	1 ½
citrinos e quebulos	2
índios (negros)	3
Mirra	18 a 20
Noz muscada	10 a 12
Ópio (anfião)	
de Ádem	280 a 320
de Cambaia	200 a 250
Ruibarbo	40 a 50
Sândalo	
de Timor (branco e citrino)	40 a 50
vermelho	5 a 6
Espiquenardo	30 a 40
Tamarindos	4
Tincal (Borax ou crisocola)	30 a 50
Turbite	13
Tutia	30
Zeduar (zedoária)	1
Zerumba	2

([78]) Duarte Barbosa, pp. 360, 361 e 384; *Suma Oriental*, pp. 386-7; *Lendas da Índia*, t. II, parte 2, p. 567; *Conquista do reino do Pegu* (1600), p. 7; Orta, t. II, pp. 29-39, e as notas de Ficalho, pp. 39-45.

([79]) Orta, t. II, pp. 359-60, e a nota de Ficalho, pp. 360-1 (cita Marco Polo e Pedro Teixeira); Duarte Barbosa, p. 385; *Suma Oriental*, p. 344.

([80]) Duarte Barbosa, pp. 384-5.

([81]) Vende-se por onças, a 36 fanões a onça.

([82]) Vende-se aos mithkals, a 2 ou 3 fanões o mithkal.

([83]) Vende-se aos mithkals, a primeira a 1 ½ fanão, a segunda a 3 fanões o mithkal.

Carga das galés venezianas (em *colli*)

	Beirute 1515 ([84])	Beirute 1518 ([85])	Alexandria 1522 ([86])
a)			
Pimenta	25	10	88
Gengibre	1 540	457	98
Canela	45	111	51
Cravo	85	23	29
Noz muscada	—	—	6
Maças	40	—	1
Soma parcial	1 735	601	273
b)			
Almíscar	—	—	—
Aloés	15	8	4
Assa fétida	—	7	—
Benjoim	—	—	2
Brasil	—	—	6
Cânfora	3	—	—
Cássia	—	17	37
Espiquenardo	2	10	—
Incenso	50	—	18
Lacre (laca)	100	—	22
Linaloés	—	—	—
Mirabolanos	—	2	2
Mirra	12	6	1
Ruibarbo	—	—	—
Sândalo	3	—	6
Tamarindos	—	—	12
Turbite	21	8	1
Zeduar	11	—	2
Borax (tincal)	—	—	6
Galanga	3	—	13
Soma parcial	220	58	132
c)			
Sedas	70	—	23
Total	2 089	1 119	508

Na época a que se reporta este quadro, como veremos, as Escalas do Levante estão muito mal abastecidas de especiarias principais, sobretudo de pimenta, devido à acção portuguesa no Índico, a qual, aliás, quase não tem incidências sobre o fornecimento de drogas. Mesmo então, o tráfico destas últimas pelos Europeus permanece muito inferior, em peso, ao das primeiras. Todavia, apenas numa das *muda* das galés de Veneza e num único dos mercados, movimenta mais de 1 000 quintais, e em 1515 em Beirute excede 2 000. Notemos que se trata, no caso de quase todas as drogas, de artigos de alto preço; entre as especiarias de grande trato, só a noz muscada, as maças e o cravo lhes são comparáveis deste ponto de vista. A lista de Duarte Barbosa, de igual modo que todas as outras informações em nossa posse, mostra com clareza que ao abrir o século XVI Calicute era o mercado universal das especiarias e drogas. No Mediterrâneo oriental, em Alexandria mas também em Damasco, encontrava-se igualmente à venda, nos séculos XIV e XV, o leque completo das especiarias e drogas de todas as proveniências — mesmo o raríssimo almíscar que vale o seu peso em ouro, o âmbar tão caro, a preciosa cânfora; provam-no os manuais de comércio italianos da época ([87]).

([84]) Galés chegadas a Veneza em Fevereiro de 1515. *Diarii di M. Sanudo*, t. XIX, pp. 446-7.
([85]) Galés Contarini e Capitana. Idem, t. XXV, p. 621.
([86]) 2 galés entradas em Veneza a 1-II-1522. Idem, t. XXXII, pp. 438-9.
([87]) Pegolotti (1346), cap. XIV (Alexandria); Uzzano (1440), caps. XVI (Alexandria) e XVII (Damasco).

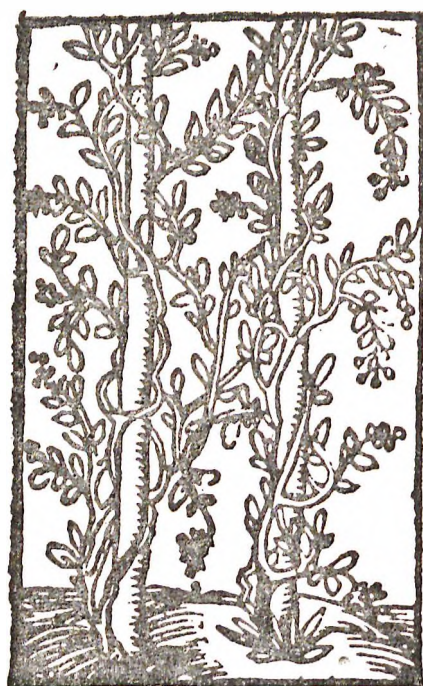



Fig. 13 — A PIMENTEIRA. Münster, *Cosmografia*, 1558, p. 1168.

APÊNDICE

Nota sobre Alexandria, Damasco e Cairo

ALEXANDRIA

(extratexto página 12)

Alexandria, que serve de porto ao Cairo, e Beirute, que exerce essa função em relação a Damasco, são as duas grandes escalas levantinas do comércio entre a Europa e a Ásia e Índico. Em 1384 Frescobaldi considera-a da grandeza de Florença e avalia a sua população em 60 000 habitantes: «è mercantesca terra, e spezialmente di spezierie, e zucchero, e drappi di seta» (pp. 76-81). Sabemos por H. Schedel (*Crónica de Nuremberg*, f. 77v) e por Thenaud, este em 1511, que tem quatro fonduques: 2 venezianos, um genovês e outro catalão, cada qual com sua capela onde se celebram os ofícios divinos. O francês estima a renda da alfândega em 250 000 *ashrafis* (p. 27) — umas 6 ou 7 vezes o que rende então a de Lisboa. Eis o movimento das mercadorias, segundo *El libro di mercatantie*, entre 1450 e 1463 (p. 146): «Trasi d'Allexandria chottoni assai, spezierie e drappi di seta, fregi d'oro, perle e altre gioie. Mettevixi panni di Firenze, lonbardi e di Linghuadocha, tele, chanovacci, mele, olio, mandorlle, zaffarano, nocciuole, chastangnie, stangnio in vergha, rame, mercie di Milano, ariento vivo, solimato, ciera di Romania e choralli». António Tenreiro, que a visita em 1529 a caminho de Portugal, descreve-a assim (*Itinerário*, cap. 47, pp. 93-5 da ed. A. Baião): «Alexandria é cidade muito grande, situada pera a parte do ponente, afastada do mar Mediotérrâneo um tiro de bésta pera o sertão junto de ũa bahia do mar. É cercada de muro de pedra, e de edifícios muito antigos, e de pedras de jaspe em muitas partes. É muito bem arruada de fermosas, direitas e largas ruas, fermosas casarias, tudo de pedra e cal; e tem outros edifícios debaixo do chão, tamanhos como os de cima, pareceo-me cousa muito antiga, e bem edificada. Os habitantes são christãos e mouros, que não enchem a décima parte dela, por ser muito doentia, e se não fôsse o bom porto de mar, que tem, parece que não seria habitada de gente; porque não tem ágoas nadiveis doces pera beber, senão as que vem do rio Nilo por ũa levada em o tempo que enche, e por canos se mete em a dita cidade, e enche por eles todas as cisternas que em ela há, que são muitas». «Parece-me que teve boa comarca ao derrador, e já naquele tempo, que a vi, era quasi tudo destruido, e areado. Aqui vem muitas náos, e navios das partes de Europa, e de Grécia: trazem mercadorias, e tem suas feitorias dentro em esta cidade [1], que eles chamão cônsules. Aqui está um governador com algũa gente de cavalo pelo Grão Turco; e em ũa fortaleza, que está edificada dentro do dito mar em ũa bahia, que cerca o dito porto pera a parte do ponente, e tem um capitão de geníceros [=janízaros], e alguns bombardeiros, que nela de contino estão». Anos atrás, Leão o Africano debuxara assim o movimento portuário: «Aí [a um dos portos de Alexandria]

---

[1] Faltam aqui decerto algumas palavras. A frase completa deveria dizer algo como o que segue: têm suas feitorias dentro em esta cidade, a que chamam alfândegas [no sentido de fonduques]; o senhorio destas casas têm-no pessoas principais a que chamam cônsules Cf. Pantaleão de Aveiro, *Itinerário da Terra Sancta*, cap. 91.

vão surgir as naus mais nobres e carregadas de mercadorias de maior importância, como são as dos Venezianos, Genoveses, Ragusanos e outros navios da Europa; na verdade, até os de Flandres, Inglaterra, Portugal [repare-se nesta referência] e de todas as costas da Europa costumam vir abordar ao porto desta cidade. Mas são as naus italianas que vêm em maior número, e também as da Apúlia e Sicília; todavia as gregas e turquescas vêm igualmente surgir neste porto a fim de estarem melhor abrigadas das surpresas dos corsários e da tormenta» (t. II, p. 189 da ed. Temporal-Scheffer). Já no 2.º quartel de Trezentos Ibne Batutah gabara: «Alexandria tem um porto magnífico: não vi igual no resto do mundo, com excepção dos portos de Coulão e Calicute, na Índia, o porto dos Infiéis [Genoveses] em Sudak, no país dos Turcos [Crimeia], e o porto de Zaytun na China» (t. I, pp. 27-48); nessa «jóia de brilho manifesto», cujos «edifícios reunem a grandeza à solidez», nessa cidade que «reune as belezas mais diversas, graças à sua situação entre o Nascente e o Poente», aonde «aflui tudo o que é raro», gaba os seus letrados, extasia-se ante o farol e a Coluna dos Pilares, no meio de um palmar.

DAMASCO

Fig. 11 na página 182

Um poeta muçulmano disse: «Se o paraíso da eternidade está situado na terra, é em Damasco e não em qualquer outra cidade». Ibne Batutah deslumbrou-se com as suas mesquitas — as mais sublimes do mundo —, com os solares dos arredores no meio dos jardins, enalteceu os seus colégios e zaúias, os seus letrados; as aldeias circunvizinhas possuem balneários, mesquitas, mercados, como a própria cidade. «Todos os estrangeiros são tratados com consideração, evita-se tudo o que poderia ferir os seus sentimentos de dignidade pessoal» (*Voyages*, t. I, pp. 191-254): ponto em que o confirmará, dois séculos volvidos, frei Pantaleão de Aveiro. Em 1385, Frescobaldi descreve-a «piena di gente, cossì è piena di mercatanzie e d'artefici, ed ogni arte ha sua stanza di per sì in vari luoghi»; aponta o fabrico de conservas de açúcar e da melhor água rosada; aqui estão Venezianos e Catalães (pp. 171-4). António Tenreiro pinta-a entre dois rios que descem da serra a leste, em «terra muito viçosa de ágoa, e de muitos arvoredos, aciprestes, e álemos, e de árvores de espinho», fértil de todos os mantimentos; em redor são numerosas as aldeias. A cidade, «muito grande», com várias cercas, contém muitos pomares antremetidos, e é de muito trato. A sua população orçaria por 7 000 ou 8 000 vizinhos (35 000 a 40 000 habs); compõe-se de mouros, judeus, cristãos; vêm aqui tratar venezianos. (*Itinerário*, cap. 32, p. 68 da ed. Baião). Décadas depois, frei Pantaleão de Aveiro classifica-a de «a mais nobre, e populosa cidade, que tenho visto, posta em sertão. A gente comummente bem criada, e acondicionada, e amorosa para os estrangeiros». «São os seus tratos muyto grandes, de riquíssimas mercadorias, que ali vêm ter em cáfila, assim da Índia oriental, pela via de Baçorá, como de outras partes. Afirmárão-me haver dentro na cidade cinco, ou seis mil teares, de todo modo, e invenções de sedas, muy ricos brocados, toda a sorte de telas de ouro, e prata. Entrámos em alguns teares, e vi ũa espantosa curiosidade, porque toda a madeyra era pintada, e dourada, os liços e pentens e cordas de seda de cores, e os pesos feytos de vidro de diversas cores, e invenções, e o vão de dentro cheyo de area. Fazem-se tambem na cidade muytas maneyras de chamalotes [de pelo de cabra], e as mais ricas alcatifas de todo Levante, e ha nela muytas lógeas de olanda, e panos de algodão. Destas cousas nos mostrárão algũas ruas, e tendas tão ricas, que se podia julgar não haver mais que ver no mundo. Tem ũa cutelaria, aonde fazem a ferramenta, e facas damasquinhas, tão nomeadas em todo o Oriente, toda a sorte de terçados, e alfanges, com milhares de invenções de cabos de prata, e outras curiosidades. Tem ũa ourivezaria muyto grande, à qual entrão por uma só porta, nem tem outra entrada, ou sahida, aonde de continuo trabalhão como quinhentos homẽs, com seus moços e obreyros, a onde vimos a mais riqueza, que se podia ver». Numerosos eram os judeus de origem portuguesa aqui estabelecidos. Para acolher os estrangeiros de passagem, há os caravansarás que são «como paços reaes, com muita quantidade de casas e aposentos, todas muito bem forradas, e fechadas com suas chaves mouriscas»; no baixo há uma claustra mui grande, e no meio uma fonte de mármore; fornecem camas e está sempre tudo muito limpo. (*Itinerário da Terra Sancta*, cap. 86). Nos séculos XIV e XV e ainda parte do XVI era o grande empório das caravanas de Meca «per lo perdono e per la mercatanzia che cercono delle parti d'India» (Frescobaldi), isto é, um dos termos das rotas do mar Roxo (o outro era o Cairo); depois passou a receber principalmente as caravanas vindas do golfo Pérsico através do deserto, até sofrer a concorrência de Alepo. O seu porto no Mediterrâneo é Beirute, embora o comércio também se sirva, secundàriamente, de Tripoli de Síria.

CAIRO

Fig. 9 na página 158

Em 1384 o florentino Frescobaldi estima a população do Cairo superior à de toda a Toscana; nos portos que servem este empório encontram-se mais navios do que em Génova, Veneza e Ancona, pois a cidade é «diviziosa d'ogni bene, e massimamente di zucchero, e di spezierie, e d'ogni vettovaglia». O francês Thenaud, que a visita em 1511, avalia a sua área em três vezes a de Paris, e cinco em população; haveria uns 200 mercadores ricos cada qual de 1 milhão de ouro, e uns 2 000 com 100 000 xerafins cada. O Cairo está ligado pela navegação fluvial a Alexandria, seu grande porto no Mediterrâneo; as caravanas ligam-no ao Toro e Suez, donde comunica com o oceano Índico, com o qual também está em contacto pelos barcos que sobem o Nilo e depois pelas cáfilas cameleiras até o porto de Coçair, no mar Roxo; mas a principal caravana é a que vai a Meca «pelo perdão e pela mercadoria». Até a abertura do século XVI é o maior empório mundial de especiarias e artigos asiáticos, e capital de um dos grandes impérios. António Tenreiro visita-o já sob o domínio otomano, quando Constantinopla o substituía já em parte. A cidade dentro de cerca não excederia Évora, os arrabaldes é que a tornam grande, pois têm uma légua de travessa. A maioria dos prédios é de três a cinco sobrados. Na parte dentro da cerca há quatro ou cinco *fonduks*, tamanho cada um como vila de mil vizinhos, onde só habitam mercadores de grosso trato e estão armazenadas as mercadorias. A cidade é bem arruada e de ruas largas, algumas delas inteiramente ocupadas por mercadores com porta para a rua. Além de quatro grandes mesquitas, contam-se umas seiscentas, o maior número das quais fora de muros. Os paços que eram do Grão Soldão, a nascente, ocupavam um castelo dentro de vasto recinto amuralhado, em cujo interior pululavam as casas apalaçadas ricas de pedras e lavores; e há mais uns dez a doze palácios imponentes. Inúmeras são as ruas em que estão instalados todos os ofícios de arte mecânica, em que os naturais têm muito primor. As mulheres gozam de maior liberdade do que o resto do mundo muçulmano, podem sair à rua quando querem, cavalgando em burricos (*Itinerário*, caps. XXXIX-XLIII). A vida quotidiana deste empório mundial é-nos bem conhecida por um diário escrito pelo burguês Ibne Iyâs e relativo às duas primeiras décadas de Quinhentos.

ÍNDICES E FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

I — GRAVURAS NO TEXTO

2 — EXTRATEXTOS

3 — EXTRATEXTOS A CORES

ÍNDICE GERAL

APÊNDICE

ÍNDICES

Este livro acabou de
se imprimir em 1982
para a
EDITORIAL PRESENÇA, LDA.
na
Gráfica Imperial, Lda.

As gestas dos homens são complexos inextricáveis de glórias e baixezas, de actos involuntários e actos voluntários; muitas vezes personagens ou grupos verberados estão a contribuir para o futuro mais do que os que os verberam (veja-se o choque entre colonos e jesui
as estruturas nos seus proce
movimentos de transformação
tão sujeitas — e explicar e co
estruturas: desde a base morfológica às mentalidades, formas de sentir, pensar, agir. Porque a construção científica do passado e do presente (a história é globalizante) é o esteio e ferramenta para a prospectiva. Temos de receber um legado de valores que seria criminoso ou pueril destroçar, mas também de inventar novos valores para o porvir. Juízes implacáveis, sejamo-lo de nós e dos nossos contemporâneos: na nossa acção cabe, sim, julgar valores, optar entre valores. Mas, como aconselha Dahrendorf, des-ideologizemos a ciência, sob pena de nos lograrmos a nós próprios num empenhamento dogmático e sectário.

colecção métodos

1. Semântica I, John Lyons
2. Modelos de Crescimento e Técnicas de Planeamento Económico, F. Marques Reigado
3. Religião, Reforma e Transformação Social, H. R. Trevor-Roper
4. Direito Internacional Público, Paul Reuter
5. Rio de Onor, Jorge Dias
6. Na Senda do Milénio, Norman Cohn
7. Os Descobrimentos e a Economia Mundial I, Vitorino M. Godinho
8. Os Descobrimentos e a Economia Mundial II, Vitorino M. Godinho